SISTEMA GERENCIADOR DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

FAMURS
É no município que tudo acontece.

Rio Grande do Sul , 30 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul • ANO XVIII | Nº 4426

Expediente:
Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS

Diretoria da FAMURS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – GESTÃO 2026/2027

Presidente
Luis Henrique Vedovato (MDB)
Imbé - AMLINORTE

Vice-presidentes
João Rudinei Sehnem (MDB)
Boa Vista do Buricá - AMUFRON

Gustavo Diogo Finck (PP)
Novo Hamburgo - GRANPAL

Amarildo Luis da Silva (PDT)
Fazenda Vilanova - AMVAT

Arlei Luis Tomazoni (PL)
Três Passos - AMUCELEIRO

Leandro Tittelmaier Balardin (PSDB)
Cachoeira do Sul - AMAU

Darlene Torrada Pereira (PT)
Rio Grande - AZONASUL

Pablo Luiz Alievi Mari (UNIÃO)
SARANDI - AMNG

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS ALTO JACUÍ E ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ

COMAJA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

O Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal dos Municípios do Alto Jacuí e Alto da Serra do Botucaraí RS – **COMAJA/RS** – inscrito sob o CNPJ nº 03.656.200/0001-95 torna público o credenciamento da empresa RUY DORR LTDA, inscrita no CNPJ nº 69.226.621/0001-94 no Processo: 82/2025, Chamamento Público / Credenciamento nº 04/2025, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas na área de horas máquinas. Base Legal: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. Data do termo de credenciamento: 29/09/2026.

Ibirubá/RS, 29 de setembro de 2026.

Registre-se
Publique-se

VOLMAR TELLES DO AMARAL
Presidente do COMAJA

Publicado por:
José Roberto de Souza Silva Junior
Código Identificador:3B33D75F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE DO RS

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
ATO Nº 380/2026. PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 030/2026

Certifico que foi realizado no dia 29/09/2026 o seguinte Termo Aditivo figurando como Contratante o CIRENOR e de outro lado o Contratado agora identificado:

ATO Nº 380/2026. PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 030/2026 PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE CONFORME A RELAÇÃO DE SERVIÇOS E VALORES CIRENOR - EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2025. Contratada: **IZADORA POLETTO RIBEIRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 43.411.575/0001-00,** firmam o presente ato conforme segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Diante da solicitação da IZADORA POLETTO RIBEIRO LTDA, a CONTRATADA alterará a forma de pagamento dos serviços prestados, passando a ser efetuado mediante depósito em conta bancária, conforme os dados a seguir:

Banco: SICOOB

Agência: 3081

Conta Corrente: 82342-2

CNPJ: 43.411.575/0001-00

PIX Pagamento: 54996710669

FAVORECIDO: IZADORA POLETTO RIBEIRO LTDA

CLÁUSULA SEGUNDA: IZADORA POLETTO RIBEIRO LTDA declara, sob as penas da lei, que os dados bancários informados anteriormente estão corretos e são de sua titularidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade qualquer eventual erro, omissão ou divergência nas informações fornecidas, bem como as consequências daí advindas.

CLÁUSULA TERCEIRA: A alteração da conta bancária não implicará em qualquer prejuízo ao cronograma de pagamento estabelecido no contrato original e se compromete a comunicar, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, qualquer alteração nos dados bancários informados nesta cláusula, sob pena de suspensão dos pagamentos até a regularização da informação.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do instrumento original.

E, por estarem justos e acordados, lavrou-se o presente ato, em três vias de igual teor e forma, que achado conforme e assinado foi entregue às partes.

Sananduva, 29 de setembro de 2026.

MARCIO CAPRINI
Presidente do CIRENOR

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:6DDD45E8

ADMINISTRAÇÃO - CIRENOR
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 379/2026

Certifico que foi realizado no dia 29/09/2026 o seguinte Termo Aditivo figurando como Contratante o CIRENOR e de outro lado o Contratado agora identificado:

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 379/2026. EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026 – CIRENOR. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DE ENGENHARIA, EM SUAS DIVERSAS MODALIDADES, E ARQUITETURA E URBANISMO, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE – CIRENOR E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS. Contratado: **empresa MAIARA DE ABREU MARTINS DOS SANTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 69.142.992/0001-98**, firmam o presente ato conforme segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para prestação de serviços técnicos profissionais nas áreas de engenharia, em suas diversas modalidades, e arquitetura e urbanismo, para atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste – CIRENOR e dos municípios consorciados, mediante disponibilização de profissionais legalmente habilitados, conforme necessidade da Administração, observadas as condições, exigências técnicas, operacionais, administrativas e de execução estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, neste instrumento e demais anexos do processo administrativo.

Abaixo seguem os itens e os valores que constituem o objeto do presente Termo:

ITEM	DESCRIÇÃO ATIVIDADE	VALOR
01	SERVIÇO DE ENGENHARIA CIVIL	R$ 93,73/H TRABALHADA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO:

11.1. O acompanhamento, a gestão, o controle e a fiscalização da execução contratual, no âmbito do Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste – CIRENOR, serão exercidos pelo Sr. Ulisses Cecchin, Diretor Executivo, designado por meio da Portaria nº 005/2025, competindo-lhe o acompanhamento administrativo geral do credenciamento, o controle cadastral e documental das empresas credenciadas, a fiscalização da regularidade da execução contratual, o gerenciamento da distribuição das demandas, o controle das horas técnicas contratadas e executadas, bem como a adoção das providências administrativas eventualmente cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:

17.1. O presente TERMO terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme permitido pela Lei nº 14.133/2021, desde que mantido o interesse público, a vantagem da contratação e as condições adequadas de execução dos serviços.

E por estarem, as partes, justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.
Sananduva – RS, 29 de setembro de 2026.

MARCIO CAPRINI
Presidente do CIRENOR

Publicado por:
Ulisses Cecchin
Código Identificador:95E19ACF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMPLIADA DA REGIÃO CARBONÍFERA - CIGA

CIGA
PORTARIA

PORTARIA Nº 07/2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DO CONSÓRCIO , SILVIA MARIA NUNES LASEK, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do Consórcio e demais disposições legais aplicáveis,RESOLVE:
Art. 1º Exonerar o Senhor IRIO MIGUEL STEIN, do cargo em comissão , junto ao Consórcio Intermunicipal da Região Carbonífera, a contar de 31 de agosto de 2026.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 31 de agosto de 2026.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Arroio dos Ratos 03 de setembro de 2026.

SILVIA MARIA NUNES LASEK
Presidente

Publicado por:
Jesiane de Souza Soares
Código Identificador:2B7EC322

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE DO TAQUARI

DIRETORIA EXECUTIVA
EXTRATOS DE CREDENCIAMENTO

EXTRATOS DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 054/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2025
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 375/2026
Objeto: credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área da saúde;
Valor: R$51,37
Contratado: PSICOLOGIA ENTRE NOS CLINICA LTDA,
Data: 29.09.2026
Prazo: 24 meses, a contar de 29.09.2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 054/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2025
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 376/2026
Objeto: credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área da saúde;
Valor: R$ 155,21
Contratado: ALINE FORNARI SERVICOS MEDICOS LTDA,
Data: 29.09.2026
Prazo: 24 meses, a contar de 29.09.2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 097/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO 05/2026
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 377/2026
Objeto: serviços veterinários de suporte, atendimento e assistência às propriedades rurais e atividades veterinárias de inspeção industrial e sanitária;
Valor: R$ 243,19
Contratado: VMP SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA,

Data: 29.09.2026
Prazo: 24 meses, a contar de 29.09.2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 042/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2026
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 378/2026
Objeto: credenciamento para prestação de serviços de horas-máquinas;
Valor: R$ 95,00
Contratado: CENCI & FACCIO ENGENHARIA LTDA,
Data: 29.09.2026
Prazo: 24 meses, a contar de 29.09.2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 054/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2025
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 379/2026
Objeto: credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área da saúde;
Valor: R$ 51,37
Contratado: J. GONCALVES SERVICO SOCIAL LTDA,
Data: 29.09.2026
Prazo: 24 meses, a contar de 29.09.2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 054/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2025
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 380/2026
Objeto: credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área da saúde;
Valor: R$29,51
Contratado: LOREINE DOS SANTOS COIMBRA LTDA,
Data: 29.09.2026
Prazo: 24 meses, a contar de 29.09.2026

TIAGO MANOEL FERREIRA MICHELON
Presidente do CONSISA
Prefeito de Vespasiano Corrêa, RS

Publicado por:
Emanoele Mira
Código Identificador:96EFC4F2

DIRETORIA EXECUTIVA
EXTRATOS DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 054/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2025
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 381/2026
Objeto: credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área da saúde;
Valor: R$ 51,37
Contratado: FARMA VIDA SERVIÇOS FARMACEUTICOS LTDA,
Data: 29.09.2026
Prazo: 24 meses, a contar de 29.09.2026

Publicado por:
Emanoele Mira
Código Identificador:E433ED50

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI - CIMAU

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÔES
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO N° 01/2026 – VEÍCULOS AUTOMOTORES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI - CIMAU
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Aviso de PUBLICAÇÃO de ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO N° 01/2026 – VEÍCULOS AUTOMOTORES

LUIZ CARLOS PINTO RIBEIRO, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Alto Uruguai – CIMAU, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal n° 14.133 de 1° de abril de 2021, torna público as atas de registro de preço nº 96/2026 a 100/2026, todas referentes ao **PREGÃO ELETRÔNICO,** mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual contratação para fornecimento parcelado de **VEÍCULOS AUTOMOTORES,** destinados ao atendimento das demandas dos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES,** consorciados ao CIMAU**.** As atas encontram-se disponíveis no link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rs/consorcio-intermunicipal-do-medio-alto-uruguai-cimau-842/rpe-01-2026-2026-477523

Rodeio Bonito – RS, 29 de Setembro de 2026.

LUIZ CARLOS PINTO RIBEIRO
Presidente

Publicado por:
Luana Maria Aschidamini Sartori
Código Identificador:2ED278BC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÔES
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI - CIMAU
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Aviso de PUBLICAÇÃO EDITAL de Licitação: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

LUIZ CARLOS PINTO RIBEIRO, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Alto Uruguai – CIMAU, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal n° 14.133 de 1° de abril de 2021, torna público a **REALIZAÇÃO de licitação,** na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA INTEGRAÇÃO MERCOSUL, QUE LIGA OS MUNICÍPIOS DE RODEIO BONITO-RS, LIBERATO SALZANO-RS E TRINDADE DO SUL-RS, NO TRECHO ENTRE A ERS-587 E A ERS-324, DO KM 22+000 AO KM 33+400, COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 11,40 KM, TRECHO 3, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS, DESENHOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS PEÇAS TÉCNICAS, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO E EXECUÇÃO POR ETAPAS**.. O Edital encontra-se disponível no sitio do CIMAU: **https://cimau.com.br/licitacoes**

Rodeio Bonito – RS, 30 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS PINTO RIBEIRO
Presidente

Publicado por:
Ronaldo João Zini
Código Identificador:67298F10

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ACEGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
RETIFICAÇÃO DE EDITAL

RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº 006/2026
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026

A **Administração Municipal de Aceguá** torna público que fica retificado o Edital do **Pregão Eletrônico nº 21/2026**, no que se refere aos seguintes pontos decorrentes do julgamento da impugnação:

• Prazo de Entrega e Fornecimento (Item 13.1 do Edital):

• Onde se lê: "no prazo estipulado no termo de referência a contar da data da solicitação da Secretaria Requisitante"
• Passa a constar: "no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento formal da respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento pelo fornecedor detentor da ata".

• Substituição de Bens (Item 5 do Termo de Referência - Anexo VI):

• Onde se lê: "em até 5 (cinco) dias úteis"
• Passa a constar: "em até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação oficial".

• Condições e Local de Entrega (Cláusula V da Minuta da Ata - Anexo II):

• Fica suprimida a exigência de prontidão de entrega imediata no momento da assinatura da ata, ratificando-se que os fornecimentos ocorrerão sob demanda mediante empenho prévio.
• Fixa-se no item 5.1 o local oficial de entrega: sede da Prefeitura Municipal de Aceguá, localizada na Av. Internacional, nº 321 Esquerda, Centro, Aceguá - RS, no horário compreendido entre as 09h e as 14h.

• Padronização de Endereço Oficial:

• Fica padronizada a indicação do endereço oficial de entrega em todos os anexos e menções do instrumento convocatório como: **Av. Internacional, nº 321 Esquerda, Centro, CEP 96445-000, Aceguá - RS**.

• Reabertura do Prazo do Certame (Art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

• Em razão das alterações técnicas e logísticas supracitadas, fica reaberto o prazo do certame, designando-se a nova data para a realização da sessão pública para o dia **14 de outubro de 2026, às 10h00min** (horário de Brasília - DF), no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
• O recebimento das propostas dar-se-á até às **09h30min** do mesmo dia.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital e seus anexos.
Aceguá, RS, 29 de setembro de 2026.

Atenciosamente.

MARCUS VINICIUS GODOY DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristian Klassen
Código Identificador:92BB0A1C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ÁGUA SANTA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.718 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 3.718 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a autorização contida na Lei municipal nº 1943/1939 ART. 20VII de 09 de dezembro de 2025,
D E C R E T A:
Art. 1º É aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais), classificados nas dotações orçamentárias:

ORGÃO	RUBRICA	PROJETO ATIVIDADE	VALOR
07.04	3190.04.00.00.00	2.071	1.000,00
07.04	3190.04.00.00.00	2.186	10.000,00
07.04	3190.13.00.00.00	2.186	4.000,00
10.02	3191.13.00.00.00	2.085	25.000,00
12.01	3190.13.00.00.00	2.037	4.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar em conformidade com o Art. 1°, serão utilizados recursos da redução orçamentária no valor R$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais), classificada na seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO	RUBRICA	PROJETO ATIVIDADE	VALOR
07.01	3190.13.00.00.00	2.028	19.500,00
10.01	3191.13.00.00.00	2.081	25.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL Em 25 de Setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Data Supra:___/___/___.

DIONEI CESAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Monica Bressan Ribeiro
Código Identificador:C0467DE8

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.719 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 3.719 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a autorização contida na Lei municipal nº 1943/1939 ART. 18 de 09 de dezembro de 2025,
D E C R E T A:
Art. 1º É aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), classificados nas dotações orçamentárias:

ORGÃO	RUBRICA	PROJETO ATIVIDADE	VALOR
06.01	4490.51.00.00.00	2.026	11.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar em conformidade com o Art. 1°, serão utilizados recursos da redução orçamentária no valor R$ 11.000,00 (onze mil reais), classificada na seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO	RUBRICA	PROJETO ATIVIDADE	VALOR
06.01	3390.30.00.00.00	2.164	11.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL Em 28 de Setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Data Supra:___/___/___.

DIONEI CESAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Monica Bressan Ribeiro
Código Identificador:6A105219

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.001, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público à Associação de Pais e Alunos da Educação Especial de Água Santa, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar, a título gratuito e com dispensa de licitação, nos termos do art. 76, inciso I, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Concessão de Direito Real de Uso de bem imóvel pertencente ao patrimônio municipal, em favor da Associação de Pais e Alunos da Educação Especial de Água Santa, inscrita no CNPJ sob o nº 10.984.818/0001-40.

Parágrafo único. O objeto da concessão de que trata o *caput* deste artigo constitui-se de uma fração de 510,00 m² (quinhentos e dez metros quadrados), medindo 17,00 metros de frente por 30,00 metros de frente a fundos, a ser desmembrada do imóvel maior registrado sob a Matrícula nº 20.706 do Cartório de Registro de Imóveis (CRI) de Tapejara/RS.

Art. 2º O imóvel concedido destinar-se-á, exclusiva e obrigatoriamente, à construção da sede própria da respectiva associação e ao desenvolvimento de suas atividades estatutárias voltadas à educação especial e assistência social.

Art. 3º A concessão de direito real de uso terá o prazo de 10 (dez) anos, prorrogável por iguais períodos, mediante termo aditivo, desde que persistam o interesse público e a conveniência administrativa.

Art. 4º Os encargos, prazos para início e conclusão das obras, bem como as obrigações recíprocas, serão formalizados por meio de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, a ser firmado entre as partes.

Art. 5º O imóvel objeto desta Lei reverterá automaticamente ao patrimônio e plena posse do Município de Água Santa, com todas as benfeitorias realizadas, sem direito a qualquer retenção ou indenização por parte da concessionária, se ocorrer uma das seguintes hipóteses:
I – Desvio da finalidade prevista no Art. 2º desta Lei;
II – Extinção ou dissolução da associação concessionária;
III – Inobservância dos prazos de construção estipulados no instrumento contratual;
IV – Inadimplemento de cláusula contratual resolutiva.

Art.6º As disposições da presente Lei ficam inclusas na Lei do Plano Plurianual e na LDO do presente exercício.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
29 de Setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE;
Em, 29/09/2026.

DIONEI CESAR NERVO
Secretário de Administração

Publicado por:
Monica Bressan Ribeiro
Código Identificador:45BB728E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19.539, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal IZABEL CRISTINA POLETTO DE SOUZA

O PREFEITO MUNICIPAL em Exercício, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO:Disposições da Lei 1.759/2022, que trata do Regime Jurídico Único dos Servidores;
CONSIDERANDO:Atestado médico datado de: 28/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Concederlicença para tratamento de saúde por 30 (trinta) dias, no período de 28/09/2026 a 27/10/2026, a Servidora Municipal, IZABEL CRISTINA POLETTO DE SOUZA, Cargo de Professora, Matrícula 659, Nível 02, Classe F.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 28/09/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 29 de setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra: 29/09/2026.

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Deise Luisa Maito
Código Identificador:E17BEC39

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19.540, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede promoção de classe ao Servidor Municipal ROBSON LUIZ DAROS

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO:Disposições dos Art. 11 ao 18, da Lei 1.758/2022, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores;
CONSIDERANDO: Requerimento Protocolado sob n° 29.520, datado de 03/09/2026 e Parecer Jurídico datado de 25/09/2026.
CONSIDERANDO: Lei Complementar nº 226/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Concederpromoção de classe, da "B" para "C", no percentual de 3% (três por cento) sobre o padrão de vencimento do Servidor Municipal, ROBSON LUIZ DAROS, no Cargo de Engenheiro – 31 horas, Matrícula nº 1.415, Padrão 20, Classe B, a contar de 01/09/2026.

Parágrafo Único. A promoção de classe correspondente ao 2º período de efetividade, compreendido de 29/08/2021 a 29/08/2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/09/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em, 29 de setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra: 29/09/2026.

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Deise Luisa Maito
Código Identificador:B0C65FEB

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19.541, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede 2º Anuênio ao Servidor Municipal JONAS DA SILVA ALVES

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO:disposições dos Art. 86 e 87 da Lei 1.759/2022, que dispõe sobre o Plano de carreira dos servidores;
CONSIDERANDO: Requerimento Protocolado sob n° 29.534, datado de 11/09/2026 e Parecer Jurídico datado de 25/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a percepção do 2º Anuênio ao Servidor Municipal, JONAS DA SILVA ALVES, no Cargo de Almoxarife, Matrícula nº 1976, Padrão 13, Classe A, referente ao período aquisitivo de 10/09/2025 a 09/09/2026. Passando a perceber o percentual de 1% (um por cento) em seu vencimento básico, de acordo com o que dispõe o Art.87 da Lei Municipal nº 1.759/2022.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a contar de 01/10/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 29 de setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra: 29/09/2026.

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Deise Luisa Maito
Código Identificador:2762D736

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19.542, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Avanço trienal ao Servidor Municipal ADROALDO FAVRETTO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO:disposições dos Art. 86 e 87 da Lei 1.759/2022, que dispõe sobre o Plano de carreira dos servidores;
CONSIDERANDO: Requerimento Protocolado sob n° 29.452, datado de 12/08/2026 e Parecer Jurídico datado de 25/09/2026.
CONSIDERANDO: Lei Complementar n° 226/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o 11º avanço trienal correspondente ao percentual de 05% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do Servidor Municipal, ADROALDO FAVARETTO, no Cargo de Contador, Matrícula nº 988, Padrão 21, Classe D, a contar de 01/09/2026.

Parágrafo Único. O avanço trienal se dá referente ao período aquisitivo de 02/08/2023 a 02/08/2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/09/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 29 de setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra: 29/09/2026.

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Deise Luisa Maito
Código Identificador:929731C9

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19.543, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede promoção de classe ao Servidor Municipal JOCIEL PEREIRA DA SILVA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO:Disposições dos Art. 11 ao 18, da Lei 1.758/2022, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores;
CONSIDERANDO: Requerimento Protocolado sob n° 29.474, datado de 19/08/2026 e Parecer Jurídico datado de 25/09/2026.
CONSIDERANDO: Lei Complementar nº 226/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Concederpromoção de classe, da “B” para “C”, no percentual de 3% (três por cento) sobre o padrão de vencimento do Servidor Municipal, JOCIEL PEREIRA DA SILVA, no Cargo de Motorista, Matrícula nº 1.383, Padrão 12, Classe B, a contar de 01/05/2026.

Parágrafo Único. A promoção de classe correspondente ao 2º período de efetividade, compreendido de 01/04/2021 a 01/04/2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/05/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 29 de setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra: 29/09/2026.

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Deise Luisa Maito
Código Identificador:48812498

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19.544, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede percepção do Adicional de 25% a Servidora Municipal VANIA MARA GIRARDI

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO: Lei Municipal 1759/2022;
CONSIDERANDO: Requerimento Protocolado sob n° 29.495, datado de 25/08/2026 e Parecer Jurídico datado de 25/09/2026;
CONSIDERANDO: Lei Complementar n° 226/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, VANIA MARA GIRARDI no Cargo de Professora, Matrícula nº 1.035, Nível 02, Classe C, a percepção do "Adicional de Tempo de Serviço de 25%", correspondente ao período aquisitivo de 03/04/2000 a 03/04/2025, passando a perceber o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) em seu vencimento básico, de acordo com o que dispõe o art. 88 da Lei Municipal nº 1.759/2022, a contar de 01/05/2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/05/2025, para fins do direito funcional e, para efeitos financeiros a contar de 13/01/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 29 de setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra: 29/09/2026.

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Deise Luisa Maito
Código Identificador:E45EAC9B

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19.545, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede 2º Anuênio ao Servidor Municipal ADRIANO DE BARBARA PEREIRA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO:disposições dos Art. 86 e 87 da Lei 1.759/2022, que dispõe sobre o Plano de carreira dos servidores;
CONSIDERANDO: Requerimento Protocolado sob n° 29.455, datado de 13/08/2026 e Parecer Jurídico datado de 25/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a percepção do 2º Anuênio ao Servidor Municipal, ADRIANO DE BARBARA PEREIRA, no Cargo de Operador de Máquinas, Matrícula nº 1.948, Padrão 12, Classe A, referente ao período aquisitivo de 14/05/2025 a 13/05/2026. Passando a perceber o percentual de 1% (um por cento) em seu vencimento básico, de acordo com o que dispõe o Art.87 da Lei Municipal nº 1.759/2022.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a contar de 01/06/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 29 de setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra: 29/09/2026.

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Deise Luisa Maito
Código Identificador:8A37B813

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19.546, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede 2º Anuênio a Servidora Municipal TAINÁ PIFFER DE OLIVEIRA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO:disposições dos Art. 86 e 87 da Lei 1.759/2022, que dispõe sobre o Plano de carreira dos servidores;
CONSIDERANDO: Requerimento Protocolado sob n° 29.501, datado de 27/08/2026 e Parecer Jurídico datado de 25/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a percepção do 2º Anuênio a Servidora Municipal, TAINÁ PIFFER DE OLIVEIRA, no Cargo de Escriturária, Matrícula nº 1971, Padrão 13, Classe A, referente ao período aquisitivo de 20/08/2025 a 19/08/2026. Passando a perceber o percentual de 1% (um por cento) em seu vencimento básico, de acordo com o que dispõe o Art.87 da Lei Municipal nº 1.759/2022.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a contar de 01/09/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 29 de setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra: 29/09/2026.

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Deise Luisa Maito
Código Identificador:F487E2DB

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19.547, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede 1º Anuênio a Servidora Municipal ANGELA PANISSON ABIDO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO:disposições dos Art. 86 e 87 da Lei 1.759/2022, que dispõe sobre o Plano de carreira dos servidores;
CONSIDERANDO: Requerimento Protocolado sob n° 29.538, datado de 15/09/2026 e Parecer Jurídico datado de 25/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a percepção do 1º Anuênio a Servidora Municipal, ANGELA PANISSON ABIDO, no Cargo de Monitora de Educação Básica, Matrícula nº 2.020, Padrão 10, Classe A., referente ao período aquisitivo de 17/02/2025 a 17/02/2026. Passando a perceber o percentual de 1% (um por cento) em seu vencimento básico, de acordo com o que dispõe o Art.87 da Lei Municipal nº 1.759/2022.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/03/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 29 de setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra: 29/09/2026.

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Deise Luisa Maito
Código Identificador:2057E2A5

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 19.548, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede 2º Anuênio a Servidora Municipal EDITE RODRIGUES PAIXÃO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO:disposições dos Art. 86 e 87 da Lei 1.759/2022, que dispõe sobre o Plano de carreira dos servidores;
CONSIDERANDO: Requerimento Protocolado sob n° 29.446, datado de 07/08/2026 e Parecer Jurídico datado de 25/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a percepção do 2º Anuênio a Servidora Municipal, EDITE RODRIGUES PAIXÃO, no Cargo de Motorista, Matrícula nº 1.961, Padrão 12, Classe A, referente ao período aquisitivo de 24/06/2025 a 23/06/2026. Passando a perceber o percentual de 1% (um por cento) em seu vencimento básico, de acordo com o que dispõe o Art.87 da Lei Municipal nº 1.759/2022.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a contar de 01/07/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 29 de setembro de 2026.

JULIANO FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;
Data Supra: 29/09/2026.

DIONEI CÉSAR NERVO
Secretário da Administração

Publicado por:
Deise Luisa Maito
Código Identificador:1D1B299F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE AGUDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL nº 42/2026 – LEILÃO ELETRÔNICO. Objeto: O presente leilão objetiva a alienação de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Agudo/RS, no estado em que se encontram, separados em **11 (onze) Lotes**, conforme especificações constantes no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Sessão pública dia: 23/10/2026**, às 09h00min. Cópia do Edital nos sites www.agudo.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.gov.br/pncp/pt-br.

Agudo/RS, 29 de setembro de 2026.

PEDRO ÁLVARO MÜLLER JÚNIOR
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Clair Lisandra Wilhelm
Código Identificador:3B752740

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO nº 51/2026. Empresa Contratada: LT CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: O objeto do Contrato tem por finalidade o fornecimento de materiais e mão de obra, destinada à **construção da nova sede do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)**, com área total de 248,41 m². **Finalidade do Termo:** Acrescer quantidades a itens da planilha orçamentária, totalizando o acréscimo de **R$ 40.398,06** (quarenta mil e trezentos e noventa e oito reais e seis centavos), ao valor global do contrato. Cópia do Termo Aditivo no site www.agudo.rs.gov.br, www.gov.br/pncp/pt-br.

Agudo/RS, 29 de setembro de 2026.

PEDRO ÁLVARO MÜLLER JÚNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Magdiel Luiz Dickow
Código Identificador:2698B1C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOSSOROCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOSSOROCA
SÚMULA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 95 DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOSSOROCA TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação, na modalidade de **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA**, do tipo**, MENOR PREÇO NO ITEM**, objetivando aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades básicas de saúde do município, recurso oriundo de Emenda Parlamentar 4308003-DEPUTADA ANY ORTIZ N°. da proposta: 14272.517000/1240-06, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde , nos termos da LEI Nº 14.133, DE 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2026.** A sessão virtual do Pregão Eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.bnc.org.br, no dia **29 de outubro de 2026, às 8 horas**, podendo as propostas serem enviadas até às **7h 30min** do mesmo dia. Cópia do Edital e Informações: endereço www.bossoroca.rs.gov.br,(55) 3356-4000 whatsapp (55) 99631-2603, e-mail licitacao@bossoroca.rs.gov.br. Bossoroca, RS, 28 de Setembro de 2026.

JOÃO ALBERTO OURIQUE DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iria Claudia Gonçalves
Código Identificador:2ED9437E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CACEQUI

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF 2º QUADRIMESTRE 2026

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF		
EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS		
EXERCÍCIO DE 2026		
PM DE CACEQUI		
2º Quadrimestre		
Nome da Entidade: PM DE CACEQUI		
CNPJ: 88604897000103		
ORGÃO Nº: 42900		
Cód. Barras do RVE Vinculado: 42601011488183504		
MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53	Valores expressos em reais	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Valor Ajustado**	
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	77.516.691,38	
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	74.963.691,38	
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	74.769.651,38	
MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55	Valores expressos em reais	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR AJUSTADO**	**% s/RCL**
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**38.336.031,41**	**51,27%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55	Valores expressos em reais	
DÍVIDA	**VALOR AJUSTADO**	**% s/RCL**
Dívida Consolidada Líquida	**5.503.968,96**	**7,34%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %
MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES		
Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55	Valores expressos em reais	
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR AJUSTADO**	**% s/RCL**
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %
MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55	Valores expressos em reais	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR AJUSTADO**	**% s/RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

DOS ALERTAS

_____Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LEI DE RESPON- SABILIDADE FISCAL (LRF), e considerando que o (s) índice (s) demonstrado (s) no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites está (ão) acima do limite estabelecido na LRF, serão emitidos, automaticamente, conforme o caso, os ALERTAS a seguir indicados:

DESPESA COM PESSOAL

_____O **ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL** de 51,27 % está situado **no intervalo de 48,61% a 51,30%,** sendo, portanto, superior ao limite para emissão do alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 48,60%, (percentual este equivalente a 90,00% sobre o limite de 54,00%, conforme estipulado no Inciso II do § 1º do Art. 59 c/c alínea ´´b´´ do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF).

_____Considerando a(s) ocorrência(s) prevista(s) no(s) inciso(s) II e/ou III do § 1º do art. 59 da Lei Comple- mentar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), os montantes da despesa total com pessoal, e/ou a dívida consolidada líquida, e/ou as garantias de valores e operações de crédito se encontra(m) acima de 90,00% dos limites legais.

_____Assim, considerando as competências estabelecidas no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e o disposto no inciso XI do art. 48, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Es- tado - RITCE, esta Corte emite o presente **ALERTA.**

DA CIÊNCIA

_____EU, PREFEITO MUNICIPAL, com base no(s) índice(s) acima demonstrado(s), considero-me cientifi- cado do referido alerta.

CACEQUI, 15 de Setembro de 2026 .

EDSON LUIZ LIMA FRAGOSO
Prefeito Municipal

VITOR HUGO LEMOS PEDROSO
Responsável pela Administração Financeira

QUELEN PATRICIA MANGANELLI
Responsável pelo Controle Interno

Publicado por:
Carlos Vinicio Porto Gonçalves
Código Identificador:BB3B7A72

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026

O Departamento de Compras e Licitações, no uso de suas atribuições legais, torna público:

Processo Administrativo nº 30.116.2026

Objeto: Contratação de empresa para formação de REGISTRO DE PREÇO para fornecimento de material gráfico para a Prefeitura Municipal de Cacequi/RS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
Sessão Pública:www.portaldecompraspublicas.com.br
Data:15/10/2026 – 10h00min
Editais à disposição:www.cacequi.rs.gov.br
Informações:licitacao@cacequi.rs.gov.br.

Cacequi, 29 de setembro de 2026.

VALNISSE RODRIGUES FLORES
Diretora do Departamento de Compras

Publicado por:
Carlos Vinicio Porto Gonçalves
Código Identificador:DC5DBA2B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAPÃO DO LEÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 006/2026 - 1º REEDIÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026
Processo de Compra nº 131/2026
1ª REEDIÇÃO

O Município de Capão do Leão torna público que às **09h30min** do dia **10 de novembro de 2026**, será realizada a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, objetivando a **Execução de Obra Civil com Fornecimento de Mão de Obra e Materiais para a Revitalização de Duas Praças Municipais**, através do sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br. A retirada do Edital e as informações estarão à disposição no site e e-mail supracitados, na Secretaria de Finanças ou pelo fone (53) 3275.1543.

Capão do Leão, 29 de setembro de 2026.

MANOEL ROGÉRIO COSTA MOURA
Secretário Municipal de Planejamento

Publicado por:
Paulo José Xavier Costa
Código Identificador:D50542A8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO
Secretaria Municipal de Finanças
Av. Narciso Silva, 1195.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026

Processo de Compra nº 135/2026

O Município de Capão do Leão torna público que às **09h30min** do dia **14 de outubro de 2026**, será realizado **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando o **SRP para Aquisições de Equipamentos de Informática**, através do sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br. A retirada do Edital e as informações estarão à disposição no site e e-mail supracitados, na Secretaria de Finanças ou pelo fone (53) 3275.1543.

Capão do Leão, 29 de setembro de 2026.

PAULO RENATO L. DA COSTA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Paulo José Xavier Costa
Código Identificador:EF133269

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO
Secretaria Municipal de Finanças
Av. Narciso Silva, 1195.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

Processo de Compra nº 133/2026

O Município de Capão do Leão torna público que às **09h30min** do dia **15 de outubro de 2026**, será realizado **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando o **SRP para Prestação de Serviços de Locação de Veículos**, através do sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br. A retirada do Edital e as informações estarão à disposição no site e e-mail supracitados, na Secretaria de Finanças ou pelo fone (53) 3275.1543.

Capão do Leão, 29 de setembro de 2026.

HELVÉCIO MACHADO FILHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paulo José Xavier Costa
Código Identificador:04CC34D4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO

MUNICIPIO DE ENGENHO VELHO
EXTRATO P E 13 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO – RS
EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 63/2026
MODALIDADE DE PREGÃO ELETRONICO N.º 13/2026

O Prefeito Municipal de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas legais atribuições, **TORNA PÚBLICO** que se encontra aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026,** através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, **do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO**, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de eletrodomésticos e equipamentos para a farmácia municipal, novos, destinados ao uso administrativo, operacional e institucional das Secretarias e Departamentos, além de equipar a farmácia do município de Engenho Velho - RS, conforme as descrições, especificações e exigências contidas no Termo de Referência (Inciso II do art. 18 da Lei nº 14.133/2021), disposto no Anexo II do presente edital, que será regida nos termos da pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04 de maio de 2000 e Decreto Municipal nº 21/2024 e Decreto Municipal 21/2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. A integra do Edital encontra-se no endereço: www.engenhovelho.rs.gov.br.

DATA DA REALIZAÇÃO: 19/10/2026
HORÁRIO: 08h:30min
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br

Prefeitura Municipal de Engenho Velho - RS, 29 de setembro 2026.

PAULO ANDRÉ DAL ALBA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oilson Pastorio
Código Identificador:FDF24443

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAARA

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DO PREFEITO

ROCESSO Nº 313/2026
DISPENSA EMERGENCIAL Nº 169/2026

Versa o presente processo sobre a contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e higienização nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos que instruem o processo. A contratação compreende a disponibilização de 09 (nove) profissionais, sendo 03 (três) para cada uma das unidades escolares abrangidas.

Diante do exposto, RATIFICO a Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando as justificativas constantes nos documentos que instruem o processo, especialmente o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.

Autorizo a contratação da empresa R. M. T. Peixoto & R. Tadia & V. M. T. C. de Lima Ltda. – TOPÁZIO, inscrita no CNPJ nº 23.962.919/0001-61, estabelecida na Rua José Maurício, nº 125, Bairro Camobi, Santa Maria/RS, CEP 97.110-420, telefone (55) 3217-7298 / (55) 9913-8025, e-mail topazioservicosesolucoes@gmail.com, para a prestação dos serviços de limpeza e higienização nas unidades escolares municipais, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos. A escolha da empresa decorreu da impossibilidade de contratação da primeira colocada, tendo a empresa TOPÁZIO, segunda colocada, apresentado a documentação necessária ao prosseguimento da contratação. A E

A contratação será realizada pelo período de 03 (três) meses, limitada ao período necessário para o atendimento da situação emergencial, pelo valor global de R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), correspondente ao valor mensal de R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais).

A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias:
Órgão: 07 – Secretaria de Educação e Desporto
Unidade: 07.03 – Educação – MDE
Atividade: 2.044 – Manutenção das Atividades de Apoio Administrativo da Educação
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ (519)
Despesa Desdobrada: 3.3.90.39.99.35 – Serviços de Limpeza (1851)
Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de impostos

Órgão: 07 – Secretaria de Educação e Desporto
Unidade: 07.03 – Educação – MDE
Atividade: 2.047 – Manutenção das Atividades Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ (530)
Despesa Desdobrada: 3.3.90.39.99.35 – Serviços de Limpeza (2317)
Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de impostos

Órgão: 07 – Secretaria de Educação e Desporto
Unidade: 07.03 – Educação – MDE
Atividade: 2.045 – Manutenção das Atividades de Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ (534)
Despesa Desdobrada: 3.3.90.39.99.35 – Serviços de Limpeza (2318)
Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de impostos.

Publique-se a súmula deste despacho.

Itaara, 29 de setembro de 2026.

SANDRO ROBERTO GALARÇA FERIGOLLO
Prefeito Municipal de Itaara

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:A30DCCB5

GABINETE DO PREFEITO
III TERMO ADITIVO DO CONTRATO 07/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025
PROCESSO Nº 432/2025

Pelo presente instrumento de Aditamento Contratual, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAARA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Guilherme Kurtz, 1065, inscrita no CNPJ sob nº 01.605.306/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sandro Roberto Galarça Ferigollo, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa E.L.A CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 48.905.846/0001-05, com sede na avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira, nº 343, sala 203, bairro Cohab C, CEP 94030-001, Gravataí/RS, Fone (51) 99202-3755, E-mail: elaconstrutoraa4@gmail.com, faustolehnen@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. Felipe Arlindo Hermann, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Aditivo ao Contrato nº 07/2026, oriundo da Concorrência Eletrônica nº 05/2025, Processo Administrativo nº 432/2025, com fundamento no art. 124, inciso I, alíneas "a" e "b", e art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de serviços e quantitativos ao Contrato nº 07/2026, referente à reforma da Unidade Básica de Saúde de Itaara – UBS Central, conforme especificações, quantitativos e justificativas constantes do Laudo do Aditivo III, integrante do Processo Administrativo nº 1.809/2025, Despacho nº 121, elaborado pelo Setor de Engenharia e Projetos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Em decorrência do acréscimo previsto neste Termo Aditivo, fica acrescido ao valor do Contrato nº 07/2026 o montante de R$ 60.034,88 (sessenta mil, trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos), correspondente a 5,93% do valor original do contrato, conforme Laudo do Aditivo III.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PERCENTUAL ACUMULADO
Com o presente acréscimo de 5,93%, somado aos 4,61% das últimas medições, o percentual acumulado de valor aditivado em relação ao contrato original passa a ser de 10,54%, conforme registrado no Laudo do Aditivo III.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 07/2026 que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 28 dias do mês de setembro de 2026.

Este Aditivo encontra-se examinado e
aprovado por esta Procuradoria.
Em: ____/____/2026.

SANDRO ROBERTO GALARÇA FERIGOLLO
Prefeito Municipal
Contratante

E.L.A CONSTRUTORA LTDA
Contratada

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:0FFB728F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8178/26

Designa Servidores Responsáveis pelo programa Imuniza Escola, conforme Portaria SES nº 773/2024

Sandro Roberto Galarça Ferigollo, Prefeito Municipal de Itaara, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° DESIGNAR as servidoras abaixo como responsáveis pelo programa **Imuniza Escola**, conforme recomendação da 4ª CRS e Portaria SES nº 773/2024
Titular:
- **Raquel Moraes Vicente,** mat. 2866-5, Professora de Anos Iniciais
Suplente:
- **Juliane Marshall Morgenstein**, mat. 2759-6, Professora de Educação Especial

Art. 2º As servidoras serão responsáveis pela implementação e gestão do programa, bem como gerenciamento dos cadastros de todos os alunos da rede de ensino na adesão ao Imuniza Escola.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação legal, ficando revogada a Portaria nº 7510/25.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaara, aos 29 dias do mês de setembro do ano de 2026.

Publicado por:
Adriams Victor Hostym
Código Identificador:7D50D0DC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE LAGOÃO

GABINETE DO PREFEITO
CREDENCIAMENTO 007/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº. 007/2026

O Prefeito Municipal de Lagoão, Nelio Fornari, no uso das atribuições que lhe confere o cargo e Lei Orgânica Municipal, torna público a quem possa interessar o Edital de Credenciamento nº 007/2026 que visa a prestação de serviços credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de prestação de serviços de mão de obra, compreendendo os seguintes objetos, mão de obra de eletricista, mão de obra de zelador, serviços de limpeza urbana, serviços de pedreiro e servente de pedreiro e jardinagem conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste instrumento, destinados a atender às necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Lagoão/RS, a vigência do credenciamento será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua formalização, observadas as condições e disposições estabelecidas no respectivo instrumento de credenciamento., conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste instrumento. Os credenciamentos serão realizados na AV Tomas Costa, nº 800, Lagoão-RS no horário normal de funcionamento das 08:00h ás 11h:30Min. e das 13h:30Min. ás 17h:00Min. O EDITAL DO **CREDENCIAMENTO Nº. 007/2026** está disponível na íntegra no site do Município https://www.lagoao.rs.gov.br/e no Setor de Licitação.

Inscrições de 01/10/2026 à 01/10/2027.

Lagoão, RS, 29 de Setembro de 2026.

NELIO FORNARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiani de Camargo
Código Identificador:57ED7C48

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE MARATÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 081/2026

MUNICÍPIO DE MARATÁ
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 081/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

O Município de Maratá torna público que estará realizando Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, no dia **15/10/2026 às 9h**, podendo as propostas serem enviadas até às 08h e 59min, as referências de tempo observam o horário de Brasília, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem completa da frota municipal de Maratá/RS. A licitação de acordo com o que determina a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, terá sua sessão virtual do pregão eletrônico realizada no seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br. Cópia do Edital e maiores informações na P.M. de Maratá, Av. Irmãos Ko Freitag, 405 – Fone: (51) 999 448 276, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou pelo site: www.marata.rs.gov.br.

DIEGO DANIEL SCHU –
Vice – Prefeito no Exercício da Função de Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Maria Kremer
Código Identificador:73BBCA6B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE MORRINHOS DO SUL

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 356/2026

O Município de Morrinhos do Sul/RS torna público que realizará **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 356/2026**, do tipo menor preço global por item, modo de disputa aberto, visando à contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à melhoria e modernização do sistema de iluminação do espaço esportivo localizado no campo municipal da comunidade de Rio Bonito, no Município de Morrinhos do Sul/RS, com recursos oriundos do Convênio FPE nº 5338/2025, celebrado com o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria do Esporte e Lazer.
Data da sessão: 19 de outubro de 2026.
Horário: 10h00min (horário de Brasília).
Morrinhos do Sul/RS, na data da assinatura digital.

MARCOS VENICIOS EVALDT DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo André Borges Hendler
Código Identificador:CF1B8BC2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA CANDELÁRIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PUBLICAÇÕES LEGAIS

AVISO DE SUSPENSÃO

O Prefeito Municipal de Nova Candelária/RS, torna público aos interessados o AVISO DE SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico 13/2026 (contratação de serviços de coleta, triagem, transporte e deposição final dos resíduos sólidos domiciliares), por tempo indeterminado, devido a necessidade de análise de impugnação ao Edital. Tão logo seja decido o mérito será marcada nova data de abertura do certame e publicado aviso em imprensa oficial. Nova Candelária/RS, 29 de setembro de 2026.

ARI EDMUNDO ROEHRS –
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 16/2026. Objeto: aquisição de elementos decorativos natalinos. Abertura: 14 de outubro de 2026, às 9:00h, na página http://pregaobanrisul.com.br. Edital e anexos junto a Prefeitura Municipal, sito à Rua São Pedro, nº 27 e na página http://www.novacandelaria.rs.gov.br/. Fone: (55)99952-3198.

ARI EDMUNDO ROEHRS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcio Cristiano Feyh
Código Identificador:C212A6D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PUBLICAÇÕES LEGAIS

SÚMULA DE CONTRATO
1) ConAsJur 73/2026. PARTES: Município de Nova Candelária e GL Batistella Consultoria e Assessoria em Gestão Pública Ltda. OBJETO: contratação de serviços técnicos especializados de consultoria, assessoria e orientações técnicas continuadas em gestão pública. VALOR: R$6.950,00/mês. LICITAÇÃO: Processo de Inexigibilidade 21/2026. DATA DE ASSINATURA: 28/09/2026. VIGÊNCIA: 01/10/2026.

Publicado por:
Marcio Cristiano Feyh
Código Identificador:963E6A58

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA PÁDUA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Município de Nova Pádua/RS, CNPJ nº 92.871.532/0001-12.
Contratada: Dametto Pinturas Ltda ME, CNPJ nº 29.215.539/0001-40.
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pintura do Ginásio de Esportes do Município de Nova Pádua/RS, com fornecimento integral de materiais e mão de obra, sob o regime de empreitada por preço global.
Contrato nº: 056/2026.
Valor total do contrato: R$ 39.990,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa reais).
Vigência: 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura, abrangendo os prazos de execução, recebimento e pagamento do objeto.
Prazo de execução: Até 30 (trinta) dias corridos, devendo os serviços ser iniciados em até 5 (cinco) dias corridos contados da assinatura do contrato.
Fundamentação legal: Dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data da assinatura: 30 de setembro de 2026.

Nova Pádua/RS, 30 de setembro de 2026.

ITAMAR BERNARDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilnei Bianchin Gonçalves
Código Identificador:F9597AAF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO

PREFEITURA DE PAULO BENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 147/2026 CONTRATO Nº: 127/2026

O Prefeito Municipal de Paulo Bento, Estado do Rio Grande do Sul, ratifica e torna público a dispensa de licitação nº: 147/2026, contrato administrativo nº: 127/2026, em favor de VALMIR ARINI (MUNDO MÁGICO). **CNPJ:** 14.764.243/0001-00. **Objeto:** Brinquedos infláveis para recreação no dia 02 de outubro de 2026, durante a programação em comemoração ao dia das crianças. **Valor** R$: 8.000,00 (Oito mil reais), total do contrato. **Prazo:** 1 mês, sem prorrogação. **Fundamentação Legal:** Art. 75, II, da Lei Federal n° 14.133/21.

Paulo Bento, RS, 29 de setembro do ano de 2026.

EVANDRO BARATTO
Prefeito

Publicado por:
Leila Orso Micheli
Código Identificador:5997C81E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS

COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE PELOTAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 06/2025

Termo Aditivo nº 01/2026 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 06/2025, Dispensa de Licitação nº 09/2025, cujo objeto consiste na contratação de uma empresa para fornecimento de serviços de contas de e-mail da plataforma Zimbra e suporte técnico Corporativo, lavrou-se este Termo Aditivo ao contrato supra, mediante as cláusulas e condições a seguir:
Contratada: ULTRAXX Serviços de Conectividade Ltda.
Da Vigência: Nos termos da Cláusula Treze do Contrato a vigência contratual é prorrogada por mais um período de 12 (doze) meses contínuos a partir do dia 01 de outubro de 2026. O presente Termo Aditivo vige até o dia 30 de setembro de 2027.
Dos demais dispositivos contratuais: Os demais dispositivos contratuais permanecem inalterados e com plena valia ao longo do novo período de vigência contratual.
Assinatura do Termo: 29 de setembro de 2026.

MARLISE SINIGAGLIA
Diretora-Presidente

Publicado por:
Cristina Lopes Farinha
Código Identificador:C3A7C379

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PELOTAS
PORTARIA Nº 65 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a substituição da Coordenadoria de Saúde do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pelotas.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PELOTAS - PREVPEL, no exercício das atribuições que lhe conferem o Art. 16 da Lei Municipal nº 4.457 de 19 de dezembro de 1999 e o art. 8º Decreto Municipal nº 4.136 de 1º de dezembro de 2000,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora Sr.ª IARA TEIXEIRA MACHADO CARRICONDE, matrícula nº 51019927, ocupante do cargo efetivo Escriturária, para exercer, em caráter de substituição, o cargo em comissão de Coordenadora de Saúde do Fundo de Assistência Médica (FAM), no período de 01/10/2026 a 01/12/2026.
Art. 2º A substituta fará jus a remuneração correspondente ao cargo substituído, observada a legislação vigente, proporcionalmente ao período de substituição, conforme Processo Administrativo Memorando PrevPel nº 402.000259/2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Diretor Presidente, em 29 de setembro de 2026.

RENATO MENDONÇA ABREU
Diretor Presidente – Matrícula 52000020
Certificação Profissional CP RPPS DIGIR I SPREV nº 882042785172907

Publicado por:
Tânia Mara Goulart Sousa
Código Identificador:6DEE713B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2081439/2026 – SMS

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, torna pública a **Dispensa de Licitação nº2081439/2026** promovida pela **Secretaria Municipal de Saúde** para Aquisição de tintas e materiais de pintura, em favor das seguintes empresas.

MARTINS & HILLAL COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (CNPJ:03.888.693/0001-99), no valor total de R$6.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta reais), através do Empenho nº E018059/2026.

INSAURRIAGA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (CNPJ:94.752.367/0001-05), no valor total de R$731,70 (setecentos e trinta e um reais e setenta centavos), através do Empenho nº E018060/2026.

AQUARELA TINTAS LTDA (CNPJ:92.321.785/0015-18), no valor total de R$1.609,80(hum mil, seiscentos e nove reais e oitenta centavos), através do Empenho nº E018061/2026.

Em conformidade com o DFD nº333/2026 - SMS, SC001439/2026, processo nº 200.106141/2026, anexo ao Memorando:005991/2026.

Pelotas, 29 de setembro de 2026.

ANGELA MOREIRA VITÓRIA
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:E30EA1F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2522794/2026 – SMA

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, com base no Artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, torna pública a **Dispensa de Licitação nº2522794/2026** promovida pela **Secretaria Municipal de Administração** para Aquisição de capas de processo, em favor das seguintes empresas.

GOULARTE E GOULARTE LTDA (CNPJ:03.283.429/0001-21), no valor total de R$5.099,50 (cinco mil, noventa e nove reais e cinquenta centavos), através do Empenho nº E024647/2026.

ASSOCIAÇÃO LITERÁRIA SÃO BOAVENTURA (CNPJ:88.625.181/0007-88), no valor total de R$958,00 (novecentos e cinquenta e oito reais), através do Empenho nº E024648/2026.

Em conformidade com o DFD nº064/2026 - SMA, SC002794/2026, processo nº 200.109296/2026, anexo ao Memorando CCGOF:007956/2026.

Pelotas, 29 de setembro de 2026.

MICHELE VELLEDA DOS SANTOS REINHARDT
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Gislaine Duarte Rodrigues
Código Identificador:C8F10241

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – RPE 104/2025 – SMS E OUTROS

O Município de Pelotas, através do Departamento de Compras Governamentais da SMA, torna público o resultado da licitação via **REGISTRO DE PREÇOS - RPE Nº 104/2025 – SMS e OUTROS** para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE.

ITEM 01– ELMO PAPELARIA LTDA, CNPJ:03.999.762/0001-31, no valor unitário de R$3,99.
ITEM 02– EASYLASER INFORMÁTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ:04.437.172/0001-88, no valor unitário de R$3,35.
ITEM 03– TURNO-MATIC DO BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ:01.642.507/0001-01, no valor unitário de R$10,50.
ITEM 04– FRACASSADO.
ITEM 05– BRINQUEDOLÂNDIA COMÉRCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA, CNPJ:62.199.551/0001-83, no valor unitário de R$14,47.
ITEM 06– HELPFIX ATACADO DE PAPELARIA LTDA, CNPJ:20.992.564/0001-65, no valor unitário de R$0,48.
ITEM 07– INOVARE COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ:45.232.778/0001-64, no valor unitário de R$1,03.
ITEM 08– CANCELADO.
ITEM 09– CANCELADO.
ITEM 10– HELPFIX ATACADO DE PAPELARIA LTDA, CNPJ:20.992.564/0001-65, no valor unitário de R$6,13.
ITEM 11– INOVARE COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ:45.232.778/0001-64, no valor unitário de R$1,18.
ITEM 12– CANCELADO.
ITEM 13– AMAR TRANSPORTES CARGAS E COMÉRCIO DE ARMARINHOS EM GERAL LTDA, CNPJ:24.827.291/0001-54, no valor unitário de R$1,69.
ITEM 14– FRACASSADO.
ITEM 15– FRACASSADO.
ITEM 16– FRACASSADO.
ITEM 17– FRACASSADO.
ITEM 18– TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA, CNPJ:48.057.203/0001-40, no valor unitário de R$6,71.
ITEM 19– CANCELADO.
ITEM 20– FRACASSADO.
ITEM 21– GRANDIOSA SUPRIMENTOS & TRANSPORTES LTDA, CNPJ:13.779.852/0001-70, no valor unitário de R$18,98.
ITEM 22– ELMO PAPELARIA LTDA, CNPJ:03.999.762/0001-31, no valor unitário de R$1,50.
ITEM 23– ELMO PAPELARIA LTDA, CNPJ:03.999.762/0001-31, no valor unitário de R$9,30.
ITEM 24– FRACASSADO.
ITEM 25– FW SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ:49.591.832/0001-19, no valor unitário de R$7,02.
ITEM 26– BRINQUEDOLÂNDIA COMÉRCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA, CNPJ:62.199.551/0001-83, no valor unitário de R$88,35.
ITEM 27– FRACASSADO.
ITEM 28– FRACASSADO.

Outras Informações poderão ser obtidas no D.C.G., localizado na Rua Almirante Barroso nº 2198, ou através do e-mail licitacaopmpelotas@gmail.com. No site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pelotas.com.br.

Pelotas, 29 de setembro de 2026.

GISLAINE DUARTE RODRIGUES
Diretora do Departamento de Compras Governamentais

Publicado por:
Helena Timm Mulling
Código Identificador:78D79353

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 299/2026

FERNANDO STEPHAN MARRONI, Prefeito de PM DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais, **RETIFICA** os atos: Decreto nº 007/2025 e 224/2025, e de conformidade com a setença judicial PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA Nº 5044362- 03.2025.8.21.0022/RS, bem como, com o que estabelece o artigo 40, § 1º, inciso I, e §§ 3º, 17º da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, a contar de 01/01/2025, à servidora **CECÍLIA ANADAN E SILVA,** matrícula 34846, identidade funcional ME-02-A-29, cargo de Professor da educação infantil, padrão 29, classe A, regime jurídico estatutário, 40 horas semanais, com proventos mensais proporcionais a 3.224/9.125 no valor de R$ 2.687,12 de acordo com a média das contribuições nos termos da Lei Federal nº 10.887 de 18/06/2004, a ser custeada por PREVPEL - INST. PREV. DOS SERV. PÚBL. MUN. - PELOTAS e seu reajuste será efetivado pelo valor real.

PELOTAS, 29/09/2025.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito de PM De Pelotas

Publicado por:
Wanderson Fernando Rossales de Vasconcelos
Código Identificador:552FE26A

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 301/2026

FERNANDO STEPHAN MARRONI, Prefeito de PM DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais, **RETIFICA** o Decreto nº 088/2024, e de conformidade com a sentença judicial PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA Nº 5013528-17.2025.8.21.0022/RS, bem como, o que estabelece o artigo 40, §§ 3º, 5º e 17º da Constituição Federal, redação da Emenda Constitucional nº 41/2003, CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a contar de 01/05/2024, à servidora **PATRICIA DA SILVA MULLETT**, matrícula 21303, identidade funcional ME-02-A-29, cargo de Professor da Educação Infantil, padrão 29, classe A, Especialização, regime jurídico estatutário, 40 horas semanais, com proventos mensais integrais no valor de R$ 5.295,40 de acordo com a média das contribuições nos termos da Lei Federal nº 10.887 de 18/06/2004, a ser custeada por PREVPEL - INST. PREV. DOS SERV. PÚBL. MUN. - PELOTAS e seu reajuste será efetivado pelo valor real.

PELOTAS, 29/09/2026.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito de PM De Pelotas

Publicado por:
Wanderson Fernando Rossales de Vasconcelos
Código Identificador:19EF4D72

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
D E C R E T O N.º 781, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais nos termos do Art.132, inciso II, da Lei Municipal n.º 3.008, de 19 de dezembro de 1986, combinado com o Art. 132, parágrafo único da Lei Municipal n.º 3.008 e com o que dispõe o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 013/2026, **DEMITE,** a contar de 09 de setembro de 2026, a servidora

CARLA ANDIARA CAMPELLO KALAITZIS,

matrícula n.º 19292, sob regime jurídico estatutário, no cargo de Professor I, lotada na Secretaria Municipal de Educação.-……

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito Municipal

CARLA DA SILVA CASSAIS
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Registre-se e publique-se.

Publicado por:
Paulo Roberto Alves da Cunha
Código Identificador:F02E26DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
D E C R E T O N.º 782, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais nos termos do Art.132, inciso II, da Lei Municipal n.º 3.008, de 19 de dezembro de 1986, combinado com o Art. 132, parágrafo único da Lei Municipal n.º 3.008 e com o que dispõe o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 019/2024, **DEMITE,** a contar de 09 de setembro de 2026, o servidor

MARCO ANTONIO MEDRONHA DA SILVA FILHO,

matrícula n.º 33684, sob o regime jurídico estatutário, no cargo de Professor II - Ciências, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Augusto de Assumpção, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.-.....

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito Municipal

CARLA DA SILVA CASSAIS
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Registre-se e publique-se.

Publicado por:
Paulo Roberto Alves da Cunha
Código Identificador:BE37C907

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL N.º 528 - CONVOCAÇÃO DE ESTUDANTES - ENSINO SUPERIOR - CIEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
SETOR DE ADMISSÃO DE PESSOAL

EDITAL N.º 528/2026

CONVOCAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE APOIO AOS ESTUDANTES (PAE) – ENSINO SUPERIOR

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2026 – EDITAL DE ABERTURA N.º 416/2026

O **MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, cadastrada sob o CNPJ n.º 87.455.531/0001-57, com sede à Praça Coronel Pedro Osório, n.º 101, representado pelo Prefeito Municipal, sr. Fernando Stephan Marroni, por meio da **Secretaria de Recursos Humanos**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Decreto Municipal n.º 6.200, de 31 de julho de 2019, **CONVOCA** os estagiários abaixo, do **PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO**, realizado em conjunto com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE/RS.

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO N.º 001/2026

CURSO SUPERIOR EM AMINISTRAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO GERAL
05º MARIA EDUARDA LEITE DA COSTA
06º ANA CAROLINA LESSA MENDES
07º YASMIN VALIM GARCIA

CURSO SUPERIOR EM DIREITO
CLASSIFICAÇÃO GERAL
10º ÁGATHA DA LUZ AMARO
11º PEDRO OTÁVIO FURTADO OLIVEIRA
12º GIOVANA GUTERRES MONTIER DE OLIVEIRA
13º MAURICIO FERREIRA ROSARIO
CLASSIFICAÇÃO COTA RACIAL
01º *CANDIDATA JÁ CONVOCADA PELA CLASSIFICAÇÃO GERAL*
02º CAMILLEDOS SANTOS DE GONCALVES

CURSO SUPERIOR EM METEOROGIA
CLASSIFICAÇÃO GERAL
01º REYNERTH PEREIRA DA COSTA

Os estagiários **deverão encaminhar a documentação abaixo relacionada** para o e-mail pelotas@cieers.org.br ou comparecer no Centro de Integração Empresa Escola – CIEE/Pelotas, sito à Rua Gonçalves Chaves, n.º 756, Centro, Pelotas/RS, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17:30h, **portando os seguintes documentos** em **originais e cópias**: documento de identidade com foto (expedida por autoridade civil ou militar), CPF, 01 (uma) foto atualizada tamanho 3x4, comprovante de residência, comprovante de matrícula ou frequência da instituição de ensino, histórico escolar atualizado, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação constando, de forma clara e inequívoca, o total da carga horária exigida para conclusão do curso e o total da carga horária já cursada, para nível superior. Na sua impossibilidade, deverá ser apresentada declaração da instituição com as informações e outros documentos que o CIEE-RS ou o Município de Pelotas entender pertinentes. O prazo para exercer o direito de ingressar no Programa de Apoio ao Estudante-PAE, conforme subitem 12.3 do Edital de Abertura 045/2025, será de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação deste Edital.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Pelotas, 30 de setembro de 2026

JOÃO MATHEUS SOARES MIRANDA
Diretor de Recursos Humanos Em Exercício

CARLA DA SILVA CASSAIS
Secretária de Recursos Humanos

Publicado por:
Andrea Gomes Viana
Código Identificador:26A51308

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
P O R T A R I A Nº 530, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais, **DESIGNA** a Comissão Especial Recursal de Controle na Identificação do Componente Étnico Racial do processo de seleção simplificada da Prefeitura Municipal de Pelotas, especialmente em relação aos candidatos convocados para o procedimento por meio do Edital de n.º 257/2026 (cargo de Técnico de Enfermagem).

Destaca-se que o Decreto Municipal n.º 6.211, de 2019, especificamente em seu artigo 8º, §1º, prevê o seguinte "interposto recurso, o Chefe do Poder Executivo designará três servidores,

mediante nomeação por Portaria, com a finalidade específica para composição de Comissão Especial Recursal, a atuar nos mesmos termos do disposto no artigo 5º e parágrafo único".

NOME	MATRÍCULA	CARGO
CÉSAR DE LIMA DE MELO	35566	PROFESSOR II – ENSINO RELIGIOSO
OSVALDO DUARTE JUNIOR	42392	AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL
TIRZA MEDEIROS MORAES	41443	MONITOR DE ESCOLA

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Prefeito Municipal

CARLA DA SILVA CASSAIS
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Registre-se e publique-se

Publicado por:
Paulo Roberto Alves da Cunha
Código Identificador:F845E582

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N.º 529/2026 - RESULTADO DOS RECURSOS DOCUMENTAIS - AGENTE REDUTOR DE DANOS - LEI MUNICIPAL AUTORIZATIVA N. 7.520/2026

O MUNICÍPIO DE PELOTAS, por meio da Secretaria de Recursos Humanos, torna público o RESULTADO DOS RECURSOS DOCUMENTAIS do Processo Seletivo Simplificado referente ao cargo de AGENTE REDUTOR DE DANOS (Edital de Abertura 502/2026)

O Resultado dos Recursos da fase documental e os respectivos anexos do presente Edital, serão disponibilizados no site www.pelotas.com.br/concursos-publicos no dia 30/09/2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pelotas, 30 de setembro de 2026.

JOÃO MATHEUS SOARES MIRANDA
Diretor de Recursos Humanos em Exercício

CARLA DA SILVA CASSAIS
Secretária de Recursos Humanos

Publicado por:
Euler Fabres Zanetti
Código Identificador:49D29FB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA SMS 017-2026- ALTERA A PORTARIA 001-2026 QUE CRIA O GRUPO/COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL PARA O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - QUALIFICA VIGILÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA SMS 017-2026- ALTERA A PORTARIA 001-2026 QUE CRIA O GRUPO/COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL PARA O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - QUALIFICA VIGILÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a PORTARIA SES Nº 1.277/2025

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo/Comitê municipal intersetorial do Programa Qualifica Vigilância no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de planejar, monitorar, avaliar e executar as ações de qualificação das vigilâncias.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por representantes das seguintes áreas:

1. Ângela Moreira Vitória, Secretária Municipal de Saúde, SMS
2. Vera Regina Leitzke Martins Neto, Diretora de Vigilância em Saúde, SMS
3. Elisa Volz Gimenes, Chefe Vigilância Sanitária, SMS
4. Leonardo Bizarro Cascais, Chefe Vigilância Ambiental, SMS
5. Rita de Cássia Mourão dos Reis Carvalho, Vigilância Epidemiológica
6. Luciane Prado Kantorski, Diretora da Rede de Atencão Psicossocial, SMS
7. Marjorie da Costa Mendieta, Diretora da Rede Especializada, SMS
8. Dariane Lima Portela, Diretora de Atenção Primária, SMS
9. Marcelo Rodrigues da Rosa, Diretor Rede de Urgência e Emergência, SMS
10. Milton Rodrigues Martins, Secretário Municipal de Defesa Civil, DC
11. Fabiane Fagundes da Fonseca, Diretora do Departamento de Monitoramento, Capacitação e Participação Popular, DC
12. Roberta Mello, Secretária Municipal de Assistência Social, SAS

Art. 3º A participação no Grupo de Trabalho não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E DÊ-SE CIÊNCIA.

Pelotas, 29/09/2026

ÂNGELA MOREIRA VITÓRIA
Secretária de Saúde de Pelotas

Publicado por:
Evelyn Cassal Medeiros
Código Identificador:0CABC95C

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
EDITAL Nº 066/2026 - PSS - REVOGAÇÃO E NOMEAÇÃO – INSTALADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE CAPTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA
EDITAL Nº 066/2026 - REVOGAÇÃO E NOMEAÇÃO – INSTALADOR
REFERENTE AO EDITAL DE ABERTURA Nº 016/2026 - INSTALADOR
LEI MUNICIPAL AUTORIZATIVA N.º 7479, DE 16 DE OUTUBRO DE 2025

1.DA REVOGAÇÃO:

O **Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP**, conforme Parágrafo único do Art.18º da Lei Municipal nº 3.008 de 19 de dezembro de 1986, tendo em vista o não comparecimento ou desistência do candidato, bem como o não cumprimento dos prazos ou requisitos para contratação, torna sem efeito a convocação abaixo relacionada:

EDITAL 065/2026:

FUNÇÃO	INSTALADOR
CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATO
19º	MARCO AURELIO CHAGAS PEREIRA

2.DA NOMEAÇÃO:

O **Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP**, nomeia em **30/09/2026**, para a função de instalador - contrato administrativo, os candidatos abaixo relacionados:

DATA DE ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO POR E-MAIL: 30/09/2026 a 14/10/2026	
CLASSIFICAÇÃO GERAL	**CANDIDATO**
20º	IVAN LIMA KEMEK

3. DA CONVOCAÇÃO:

3.1. O candidato convocado deverá encaminhar em formato "PDF", de acordo com o cronograma, os documentos especificados (frente e verso), em e-mail único para: sanep.concursos@pelotas.rs.gov.br, constando no resumo do assunto do e-mail "nome completo + convocação + função". Os arquivos devem ser anexados separadamente, estar nomeados, de acordo com a lista abaixo e ter o tamanho máximo de 2MB:

a) Comprovante de situação cadastral no CPF, disponível no site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp ;
b) Carteira de Identidade (RG);
c) Título de Eleitor;
d) Certidão de Quitação Eleitoral, retirada pelo site: http://www.tse.gov.br ;
e) Íntegra da Carteira de trabalho, mais PIS/PASEP ativo;
f) Certificado de quitação militar;
g) Certidão de nascimento ou documento de identidade dos dependentes declarados na Ficha de Identificação Anexo III;
h) Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
i) Comprovante de frequência escolar dos filhos até 14 anos;
j) Certidão de casamento, divórcio ou união estável (nesse caso, deverá ser também anexado o documento de identidade do(a) companheiro(a));
k) Comprovante de residência atual em nome do candidato (água, luz ou telefone fixo), ou comprovante de residência atual com declaração simples do titular da conta, acrescida de cópia de seu documento de identidade;
l) Comprovante de Escolaridade do Ensino Fundamental (Histórico ou Certificado), qualificação completa ou incompleta;
m) Alvará judicial de folha corrida expedido pelo Foro, retirada pelo site: https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes// ;
n) Certidão Judicial Criminal expedido pelo Foro, retirada pelo site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
o) Certidão de antecedentes policiais, expedida pela Polícia Civil e retirada pelo site: http://www.pc.rs.gov.br ;
p) Declaração de conhecimento dos Editais PSS 016/2026 e 066/2026 (Anexo I);
q) Declaração de bens (Anexo II) ou cópia da declaração de imposto de renda;
r) Certidão negativa de processo administrativo disciplinar, no caso de candidato que tem ou já teve vínculo de cargo ou emprego público, nas esferas municipais, estadual e/ou federal;
s) Foto em formato 3X4;
t) Número de agência e conta-corrente no Banco Banrisul (cópia do cartão). Na hipótese de ainda não ter conta bancária junto ao Banrisul, favor informar;
u) Declaração de Não-Cumulação de cargo, emprego ou função pública (Anexo II);
v) Declaração de Não-Cumulação de Auxílio-Alimentação (Anexo II);
w) Ficha de identificação conforme Anexo III;
x) Carteira de vacinação;
z) Exames laboratoriais e demais documentos para o exame de saúde, considerando para a função de INSTALADOR: hemograma completo, glicemia de jejum, exame de urina, uréia, creatinina, transaminases (TGO e TGP), anti HCV, anti HBC, gama GT, radiografía de tórax e coluna vertebral total, audiometria, e eletrocardiograma.

3.2 O candidato que tem ou já teve vínculo em cargo ou emprego público com o Município de Pelotas deverá solicitar a emissão de certidão negativa de processo administrativo disciplinar, emitida pela Procuradoria Geral dos Municípios, situada na Av. Ferreira Viana, nº 1135.

3.3 Toda a comunicação para o processo admissional dar-se-á exclusivamente para o e-mail recebido dos candidatos, ficando estes cientes e responsáveis pelo acompanhamento das informações e procedimentos que serão encaminhados. Os Anexos I, II e III serão disponibilizados no site https://portal.sanep.com.br/selecoes/ no dia da publicação deste edital.

3.4 O candidato deverá apresentar quando solicitado, no ato da admissão, os documentos, certificados e/ou comprovantes considerados na avaliação curricular, ou seja, deverá apresentar os documentos físicos no ato da admissão, ficando a contratação condicionada ao atendimento deste item.

3.5 Os exames admissionais, médico e psicológico serão agendados individualmente, após o recebimento do e-mail com toda a documentação conforme item 1.1 (a-z), inclusive com os exames laboratoriais.

3.6 O prazo de contratação se encerra em 19/10/2026, conforme estabelecido no artigo 18 da Lei Municipal nº 3.008/86 (estatuto) e nos termos das Leis Municipais nº 5.011/03 e nº 7.479/2025. O candidato só será contratado, na forma da lei, se preencher os requisitos exigidos para a função e apresentar toda a documentação, informações e laudos de aptidão da avaliação médica e psicológica até a referida data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pelotas, 30 de setembro de 2026.

ELLEMAR WOJAHN
Diretor-Presidente do SANEP

Publicado por:
Matheus Cabistany Vargas
Código Identificador:0B231586

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 407, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA/RS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o pedido de exoneração do servidor **CESAR ALEXANDRE SOLETTI**, por meio do Protocolo nº 914/2026;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor público municipal **CESAR ALEXANDRE SOLETTI**, matrícula nº 1133, do cargo de OPERÁRIO 40H/SEM., com o último dia de trabalho sendo **29 de setembro de 2026**.

Registre-se. Publique-se.

Presidente Lucena, 29 de setembro de 2026.

LUIZ JOSÉ SPANIOL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Thais Weber
Código Identificador:A5152E53

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

O MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS torna público que realizará o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026, Processo Administrativo nº 81/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no modo de disputa ABERTO, EXCLUSIVO PARA ME/EPP, destinado à aquisição de 01 (uma) carreta agrícola metálica basculante, nova, com capacidade de carga de 06 toneladas, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, com recursos provenientes do Convênio FPE nº 1967/2025, celebrado com a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul, conforme condições e especificações constantes do Edital e seus anexos, disponíveis no site oficial do Município e na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda – BLL.
Período para envio das propostas: das 8h do dia 30/09/2026 até às 8h do dia 13/10/2026.
Início da sessão de disputa de preços: às 8h30 do dia 13/10/2026.
Rio dos Índios/RS, 28 de setembro de 2026.

FLAVIO GOLIN
Prefeito

Publicado por:
Idonez Roberto Piccoli
Código Identificador:311E6E00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA FAZENDA
NOTA INFORMATIVA RECEITA E DESPESA ART.78 DA LEI ORGÂNICA 4º BIMESTRE 2026

NOTA INFORMATIVA

O Executivo Municipal, em conformidade com o art. 78 da Lei Orgânica Municipal e o art. 162 da Constituição Federal, através da presente nota, informa a população que o Balancete da Receita e o Balancete da Despesa referente ao 4º Bimestre de 2026, encontram-se afixados no átrio da Prefeitura Municipal do Rio Grande, situada no Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/nº, no horário das 13h as 17h, a contar do dia 30 de setembro de 2026.

Rio Grande, 30 de setembro de 2026.

DARLENE TORRADA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabiane Dias Oliveira Pinto
Código Identificador:C686AB86

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA FAZENDA
NOTA INFORMATIVA RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO 4º BIMESTRE 2026

NOTA INFORMATIVA

O Executivo Municipal, em atenção ao disposto na Lei n.º 9.452/97, através da presente nota, informa à população, a todos os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, com sede no município de Rio Grande, que o demonstrativo dos Recursos Recebidos da União referentes aos meses de julho e agosto de 2026, encontram-se afixados no átrio da Prefeitura Municipal do Rio Grande, situada no Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/nº, no horário das 13h às 17h, a contar do dia 30 de setembro de 2026, bem como está disponibilizado no site https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/

Rio Grande, 30 de setembro de 2026.

DARLENE TORRADA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabiane Dias Oliveira Pinto
Código Identificador:0A5B4070

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA FAZENDA
NOTA INFORMATIVA RGF 2º QUADRIMESTRE 2026

NOTA INFORMATIVA

O Executivo Municipal, em conformidade com o § 3.º do art. 165 da Constituição Federal e arts. 52 e 53 da LRF, através da presente nota, informa a população que os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2026, encontram-se afixados no átrio da Prefeitura Municipal do Rio Grande, situada no Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/nº, no horário das 13h às 17h, a contar do dia 30 de setembro de 2026, bem como estão disponibilizados no site https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/

Rio Grande, 30 de setembro de 2026.

DARLENE TORRADA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabiane Dias Oliveira Pinto
Código Identificador:CE8DA95F

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA FAZENDA
NOTA INFORMATIVA RREO 4º BIMESTRE 2026

NOTA INFORMATIVA

O Executivo Municipal, em conformidade com o § 3.º do art. 165 da Constituição Federal e arts. 52 e 53 da LRF, através da presente nota, informa a população que os demonstrativos que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º Bimestre de 2026, encontram-se afixados no átrio da Prefeitura Municipal do Rio Grande, situada no Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/nº, no horário das 13h às 17h , a contar do dia 30 de setembro de 2026, bem como estão disponibilizados no site https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/

Rio Grande, 30 de setembro de 2026.

DARLENE TORRADA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabiane Dias Oliveira Pinto
Código Identificador:43AE0441

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 50/2026 – Prestação de serviços, sem dedicação exclusiva de mão de obra para contratação de empresa especializada para a realização de diagnóstico de passivo ambiental na área do antigo lixão e bota fora do Carreiros, no Município do Rio Grande, sito à Rua do Aviário, S/N – Vila Maria dos Anjos, correspondente à fase de Avaliação Preliminar, conforme rito estabelecido pela Diretriz Técnica FEPAM nº 003/2021. Abertura: 24/11/2026, às 8h30min. O EDITAL está disponível em: https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/consultaLicitacao, https://bll.org.br/ e PNCP.

Publicado por:
Ingrid Cunha Ferreira
Código Identificador:ABFE1C88

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE 2 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 280/2024

EXTRATO DE 2 TERMO ADITIVO CONTRATUAL 280/2024

Contrato: nº 280/2024
Termo Aditivo nº. 2

Processo Administrativo nº. 21804/2026 – 2 Termo Aditivo ao Contrato 280/2024, assinado em 18/09/2026. Contratante: Prefeitura

Municipal de Rio Grande, signatário: Secretário (a) Municipal Juliana Acosta Santorum (SMS). Contratada: TELE-RIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob nº: 34.445.373/0001-98. Objeto do termo aditivo: Prorrogação de prazo ao contrato original. Fundamentação Legal: Lei 14.133/21.

Publicado por:
Regiane Paes Gibbon
Código Identificador:7D74F9C5

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 388/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 388/2026

Processo Administrativo nº 16030/2026 – Contrato nº 388/2026, assinado em 08/09/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretária de Município da Educação. Cleuza Maria Sobral Dias (SMED)
Contratado:ATHER SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 35.298.939/0001-69
Representante Legal, Sr. Alex dos Santos Belarmino
Objeto: Contratação de serviços comuns de engenharia de reforma da EMEF Porto Seguro. Conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Vigência:08/09/2026até07/03/2027
Valor total:R$ 598.000,00 (Quinhentos e noventa e oito mil reais).
Fundamentação Legal:Concorrência Eletrônicanº 29/2026, com base na Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Eliziane de Jesus Madruga da Silva
Código Identificador:18186514

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE AJUSTES DE CONTAS

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTES DE CONTAS

Processo Administrativo nº 56643/2025 -Termo de Ajuste de contas, assinado em 09/09/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, Signatário: Juliana Acosta Santorum (SMS).Contratada: SUPPORT LIFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TREINAMENTO PROFISSIONAL. CNPJ: 30.420.880/0001-16. Objeto: O presente Termo de Ajuste de Contas tem por objeto pagamento referente aos serviços prestados de remoção de urgência de paciente pediátrico ao Município de Porto Alegre, cuja condição clínica exigiu remoção imediata em unidade de suporte avançado, com acompanhamento médico pediatra durante todo o trajeto, garantindo a manutenção da segurança e da estabilidade do paciente, realizado no dia 14/11/2025. Valor total: R$ 8.748,00 (Oito mil, setecentos e quarenta e oito reais). Fundamentação legal: Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Eliziane de Jesus Madruga da Silva
Código Identificador:FE8A29E4

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº. 402/2026

Processo Administrativo nº 10050/2026 – Termo de Contrato nº 402/2026, assinado em 21/09/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Secretária Municipal da Saúde, Juliana Acosta Santorum (SMS)
Contratado: MARCOPOLO SA CNPJ: 88.611.835/0018-77
Representante Legal, Sr(a). Joacir Sandi
Objeto: Aquisição de Micro-ônibus com fornecimento para entrega única, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I).
Vigência: 21/09/2026 até 20/09/2027
Valor: R$ 613.000,00 (seiscentos e treze mil reais).
Fundamentação Legal: Adesão nº 15/2026 à Ata de Registro de Preços nº 89/2024 referente ao Pregão Eletrônico nº 13/2024, do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS – CODANORTE, com base na Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Carolina Troca Carvalho
Código Identificador:8CA9EC73

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE INDENIZAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE INDENIZAÇÃO

Processo Administrativo nº 56723/2025-Termo de indenização assinado em 10/09/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Grande, signatário: Juliana Acosta Santorum (SMS) Beneficiário: SUPPORT LIFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TREINAMENTO PROFISSIONAL.Cnpj: 30.420.880/0001-16. Objeto: o pagamento referente ao serviço
prestado de transporte avançado equipado com incubadora neonatal, para a transferência
de um recém-nascido atendido na UPA Cassino, que demandava cuidados intensivos e
suporte especializado não disponíveis na unidade, em ambulância Suporte Avançado UTI,
realizado em 12/10/2025.Valor total R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais).Fundamentação legal: Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Eliziane de Jesus Madruga da Silva
Código Identificador:F8ACC0FC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ROLANTE

SEÇÕES DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 161/2025

PROCESSO Nº 5046/2025
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência Eletrônica nº 013/2025
CONTRATADA: **TERRAPLENAGEM BK LTDA.,** CNPJ N° 13.254.201/0001-67
OBJETO: Construção e pavimentação do Desvio Rodoviário.
OBJETO DO ADITIVO: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO, prorrogando o prazo de execução da obra por mais 06 (seis) meses, conforme Ofício Interno n° 707/2026 anexado aos autos do processo.

ASSINATURAS:
LUCAS KINZEL BUHLER
ALCEU TREVIZANI DA ROSA
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 29/09/2026

Publicado por:
Angélica Berwanger
Código Identificador:A55914A1

SEÇÕES DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 31/2026

PROCESSO Nº 86/2026
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência Eletrônica nº 010/2026.
CONTRATADA: **ANIMO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.,** CNPJ N° 48.885.582/0001-67
OBJETO: Construção de obra de Monumento (PÓRTICO) e Praças da Boa Esperança, no Município de Rolante/RS
OBJETO DO ADITIVO: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO, prorrogando o prazo de execução da obra por mais 03 (três) meses, conforme Ofício Interno n° 755/2026 anexado aos autos do processo.

ASSINATURAS:
JUNIOR JUNG

ALCEU TREVIZANI DA ROSA
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 29/09/2026

Publicado por:
Angélica Berwanger
Código Identificador:EAC2DE8E

SEÇÕES DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 33/2026

PROCESSO Nº 85/2026
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência Eletrônica nº 009/2026.
CONTRATADA: **ANIMO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.,** CNPJ N° 48.885.582/0001-67
OBJETO: Execução da obra da Escadaria da Cascata Três Quedas.
OBJETO DO ADITIVO: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO, prorrogando o prazo de execução da obra por mais 03 (três) meses, conforme Ofício Interno n° 755/2026 anexado aos autos do processo.

ASSINATURAS:
JUNIOR JUNG
ALCEU TREVIZANI DA ROSA
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 29/09/2026

Publicado por:
Angélica Berwanger
Código Identificador:663E872B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE ADITIVO

Contratados: WALMOR RESCH e LISANE BOHNEN RESCH (2º). Objeto: Prorroga o prazo contratado por mais 12 (doze) meses e reajusta o valor da carga de caminhão truck e caminhão toco. Fundamento: Arts. 105, 106, inciso I e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula Terceira, alínea "e" e Cláusula Quarta, do Contrato original. **Contrato nº 188/PGM/2024**. Processo Administrativo nº 100/COMPRAS/2024. Data: 01/09/2026.

Publicado por:
Ederaldo Copes Martins Junior
Código Identificador:05B11A4B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratada: FRANCIELE FERNANDA DA SILVA LTDA. Objeto: Autoriza a contratação de serviço especializado de acolhimento de criança. Fundamento: Art. 74, *caput,* da Lei Federal nº 14.133/2021. Processo Administrativo nº 100/COMPRAS/2026. Data: 25/09/2026.

Publicado por:
Ederaldo Copes Martins Junior
Código Identificador:95BE89A3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE PATROCÍNIOS

Patrocínio nº 111/PGM/2026: Federação Gaúcha Desportiva de Eisstocksport. Objeto: patrocínio ao evento **"21º Torneio Internacional de Eisstocksport"**. Fundamento: Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos nº 001/2026. Processo Administrativo nº 007/PARCERIAS/2026. Data 29/09/2026.

Publicado por:
Claiton Bolzan Michelotti
Código Identificador:5C02AAFC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE TERMOS DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 112/PGM/2026: Mitra Diocesana de Santa Cruz do Sul – Paróquia Santos Mártires das Missões**.** Objeto: execução do projeto **"Readequação do Projeto de Prevenção e Proteção contra Incêndio – PPCI da Comunidade São Francisco Xavier"**. Fundamento: Inexigibilidade nº 103/2026. Processo Administrativo nº 060/PARCERIAS/2026. Data 29/09/2026.

Publicado por:
Claiton Bolzan Michelotti
Código Identificador:847AA462

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.566, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui o Programa Municipal de Apoio ao Cuidado Familiar da Pessoa Idosa no Município de Santa Cruz do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I
DO PROGRAMA

Art. 1° Fica instituído o Programa Municipal de Apoio ao Cuidado Familiar da Pessoa Idosa – "PROGRAMA CUIDADO E DIGNIDADE, O LAR QUE ABRAÇA!", com a finalidade de garantir proteção social, cuidado e a permanência da pessoa idosa em seu ambiente familiar e comunitário.
Parágrafo único. O Programa passará a integrar a Política Municipal da Pessoa Idosa, conforme previsão contida nos princípios do art. 1º da Lei Municipal nº 10.125, de 30 de setembro de 2025, com a priorização do atendimento às pessoas idosas por suas famílias, em detrimento do atendimento asilar, excetuando-se situações em que não existam condições financeiras suficientes para garantir a sobrevivência própria.

Art. 2º São objetivos do Programa manter pessoas idosas recebendo cuidado de sua família natural ou biológica, de sua família extensa e de integrantes da rede de apoio e/ou curador, na perspectiva, quando possível, de desacolhimento de pessoas idosas institucionalizadas, visando:
I – assegurar o direito ao cuidado digno;
II – prevenir a institucionalização precoce;
III – fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
IV – reduzir situações de negligência e vulnerabilidade;
V – promover qualidade de vida à pessoa idosa.

Título I
Do Valor

Art. 3º Programa consistirá na concessão de benefício financeiro mensal ao responsável pelo cuidado da pessoa idosa, denominado "Auxílio Cuidado", mediante assinatura de Termo de Compromisso e Responsabilidade.
§1º O valor do Auxílio Cuidado será de até 1 (um) salário mínimo nacional, conforme o grau de dependência e condições socioeconômicas da família, aferidos pela avaliação da equipe técnica socioassistencial designada, com limite de até 2 (dois) benefícios por família.
§2º O benefício não configura vínculo empregatício, com a inclusão e permanência da família no Programa está condicionada à avaliação periódica da equipe técnica socioassistencial designada.
§3º O Auxílio Cuidado terá a duração de 1 (um) ano, sendo facultada sua renovação, mediante avaliação da equipe técnica socioassistencial designada.
§4º Se constatada alguma inadequação no cuidado prestado a pessoa idosa, irregularidade quanto a aplicação do Auxílio Cuidado ou superação da situação de vulnerabilidade social, o benefício poderá ser suspenso a qualquer momento, mediante avaliação da equipe técnica socioassistencial designada.

§5º A família desligada do Programa poderá ser reintegrada, mediante avaliação técnica da equipe socioassistencial designada.

Título II
Dos Requisitos de Acesso

Art. 4º São requisitos para participação:
I – residência comprovada no Município de Santa do Cruz do Sul, há no mínimo 2 (dois) anos completos;
II – documento oficial de identificação da pessoa idosa a ser beneficiada com foto;
III – inscrição no Cadastro Único no Município de Santa Cruz do Sul, com renda familiar per capta de até ½ salário mínimo mensal;
IV – possuir Cartão SUS do Município de Santa Cruz do Sul;
V – comprovante de rendimentos econômicos da pessoa idosa e família/responsável;
VI – comprovação, mediante laudo médico, da necessidade de cuidado contínuo, bem como sua capacidade para os atos da vida civil, grau de dependência e demandas especiais;
VII – avaliação da equipe técnica socioassistencial designada.

Título III
Do Acesso Prioritário

Art. 5º É assegurada prioridade no acesso às vagas:
I – à pessoa idosa maior de 80 (oitenta) anos, nos termos do § 2º do art. 3º, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, com redação dada pela Lei Federal nº. 14.423, de 22 de julho de 2022;
II – à pessoa idosa em situação de maior vulnerabilidade e/ou urgência;
III – à pessoa idosa beneficiária do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Capítulo II
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 6º Compete ao Município:
I – selecionar e acompanhar beneficiários;
II – realizar visitas periódicas;
III – fiscalizar a correta aplicação do benefício.

Art. 7º O acompanhamento e fiscalização será realizado por equipe técnica socioassistencial designada pela Secretaria Municipal responsável pela política pública de assistência social e pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 8º As despesas correrão por conta de:
I – dotações orçamentárias próprias;
II – Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.
III – recursos estaduais e federais;
IV – parcerias e doações.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 dias.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 29 de setembro de 2026.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:19CDE500

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.567, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no montante de R$ 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais), através da Atividade 13.04.08.245.0010.2650 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, recurso vinculado 1660.0000206, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão, às contas:
I – 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA, no montante de R$ 11.998,00 (onze mil, novecentos e noventa e oito reais);
II – 3.3.90.36.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA, no montante de R$ 1,00 (um real);
III – 3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO, no montante de R$ 7.601,00 (sete mil, seiscentos e um reais);
IV – 3.3.90.33.00.00.00.00 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO, no montante de R$ 600,00 (seiscentos reais).
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, o excesso de arrecadação do recurso vinculado 1660.0000206 – 1372 – PROGRAMA AÇÕES ESTR. P. ERRAD. TRAB. INF – AEPETI, no montante de R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 13.000,00 (treze mil reais), através do Projeto 13.04.08.245.0010.1772 – ESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, recurso vinculado 1660.0000206, a conta 4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, o excesso de arrecadação do recurso vinculado 1660.0000206 – 1372 – PROGRAMA AÇÕES ESTR. P. ERRAD. TRAB. INF – AEPETI, no montante de R$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 29 de setembro de 2026.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:359B737F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.568, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no montante de R$ 4.013,87 (Quatro mil e treze reais com oitenta e sete centavos) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 4.013,87 (Quatro mil e treze reais com oitenta e sete centavos), através da Atividade 10.03.12.361.0016.2673 – FUNDEB – APLICAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - EMEF, recurso CO RV 1569.0000422 – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - ETI, à conta 3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO, no montante de R$ 4.013,87 (Quatro mil e treze reais com oitenta e sete centavos).
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, o excesso de arrecadação do recurso constante na FR 1569, CO RV 0000422 – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL – ETI, referente rendimentos financeiros auferidos durante o exercício de 2026, no valor de R$ 4.013,87 (Quatro mil e treze reais com oitenta e sete centavos), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 29 de setembro de 2026.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:49A0565B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 10.569, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no montante de R$ 347.732,69 (Trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 132,566,89 (Cento e trinta e dois mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos), através da atividade 09.01.04.122.0002.2469 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO, recurso livre 2502.0000001, a conta 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte do superávit financeiro existente em 31 de dezembro de 2025, no recurso vinculado 502.0000001, no montante de 132.566,89 (Cento e trinta e dois mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais), através da operação especial 09.01.06.181.0006.0054 – AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADES DE SEGURANÇA, recurso vinculado 2711.0000001, a conta 3.3.50.41.00.00.00.00 – CONTRIBUIÇÕES, na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte do superávit financeiro existente em 31 de dezembro de 2025, no recurso livre 711.0000001, no montante de R$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 65.810,00 (Sessenta e cinco mil oitocentos e dez reais), através da operação especial 21.01.18.541.0037.0061 – AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADES DE PROTEÇÃO E CAUSA ANIMAL, recurso livre 2711.0000001, a conta 3.3.50.41.00.00.00.00 – CONTRIBUIÇÕES, na Secretaria Municipal de Bem-Estar Animal.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte do superávit financeiro existente em 31 de dezembro de 2025, no recurso livre 711.0000001, no montante de R$ 65.810,00 (Sessenta e cinco mil oitocentos e dez reais), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no montante de R$ 115.355,80 (Cento e quinze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), através da atividade 21.01.18.541.0037.2631 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ANIMAL, recurso livre 2711.0000001, a conta 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, na Secretaria Municipal de Bem-Estar Animal.
Parágrafo único. Servirá como recurso ao crédito aberto pelo presente artigo, parte do superávit financeiro existente em 31 de dezembro de 2025, no recurso livre 711.0000001, no montante de R$ 115.355,80 (Cento e quinze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), conforme demonstrativo em anexo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 29 de setembro de 2026.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUÍS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:4B036F33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 41.102, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I e VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o Sr. Edson Alberto Kern, matrícula nº 41.942, Secretário Municipal de Serviços Públicos, estará em gozo de férias no período de 01 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** o servidor **DIONATAS LOPES,** matrícula nº 42.098, Subsecretário Municipal de Serviços Públicos, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Serviços Públicos, com direito às vantagens inerentes ao cargo de Secretário Municipal, pelo período de 01 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, 30 (trinta) dias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de setembro de 2026.

Santa Cruz do Sul, 01 de setembro de 2026.

SERGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:1CAA5CE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 41.174, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Art. 43-A, da Lei Complementar nº 295, de 11 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 0719/SEE/2026-e;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER**, a partir de 09 setembro de 2026, o **Adicional do Exercício de Função - AEF** à servidora **Samantha Belzareno dos Santos Rosa**, matrícula nº 16.838, Supervisora Escolar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a contar de 09 de setembro de 2026.

Santa Cruz do Sul, 18 de setembro de 2026.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:1FDBEB10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 41.193, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município

CONSIDERANDO que a servidora LETICIA FIGUEIRO FONTOURA, matrícula nº 11.791, estará em gozo de férias no período de 23 de setembro de 2026 a 06 de outubro de 2026, 14 (quatorze) dias;

RESOLVE:

Art 1º **DESIGNAR** a servidora **ITATIANE AUED DE LIMA,** matrícula nº 9606, Chefe de Divisão de Segurança do Trabalho, para responder cumulativamente pela função de Coordenadora do Departamento de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão, com direito às vantagens inerentes à função gratificada (**FG3**), pelo período de 23 de setembro de 2026 a 06 de outubro de 2026, 14 (quatorze) dias;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23 de setembro de 2026.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2026.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:AEA8706F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 41.195, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I e VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Sra. Jane Wunder Sabin, matrícula nº 41.0935, Secretária Municipal de Educação, estará em gozo de férias no período de 22 de setembro de 2026 a 25 de setembro de 2026, 04 (quatro) dias;

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 41.194, de 23 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** a servidora **JULIANA BREUNIG SEHNEM,** matrícula nº 70.546, Subsecretária de Educação, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Educação, com direito às vantagens inerentes ao cargo de Secretário Municipal, pelo período de 22 de setembro de 2026 a 25 de setembro de 2026, 04 (quatro) dias

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22 de setembro de 2026.

Santa Cruz do Sul, 23 de setembro de 2026.

SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:0C0C17BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 41.200, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I e VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o servidor ALEXANDRE PEIXOTO, matrícula nº 10.428, estará em gozo de férias no período de 21 de setembro de 2026 a 04 de outubro de 2026, 14 (quatorze) dias;

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** o servidor **HELDER DOS ANJOS PEICHE,** matrícula nº 13.612, para responder pela função de Coordenador de Departamento de Trânsito, da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, com direito às vantagens inerentes a função **(FG3)**, pelo período de 21 de setembro de 2026 a 04 de outubro de 2026, 14 (quatorze) dias;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/09/2026.

Santa Cruz do Sul, 15 de setembro de 2026.

SERGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:F8FD2D58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 41.202, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I e VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a servidora CACIA JOSIANE DE ASSIS STUMM, matrícula nº 15.659, estará em gozo de férias no período de 08 de setembro de 2026 a 17 de setembro de 2026, 10 (dez) dias;

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** a servidora **ALEXANDRA MARTA SCHMIDT,** matrícula nº 14.832, para responder pela função de Coordenador de Departamento de Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde, com direito às vantagens inerentes a função **(FG3)**, pelo período de 08 de setembro de 2026 a 17 de setembro de 2026, 10 (dez) dias;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/09/2026.

Santa Cruz do Sul, 25 de setembro de 2026.

SERGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:56013F7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 41.203, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I e VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor da Portaria de N° 41.152

Art. 1º **DESIGNAR** o servidor **ANDERSON GIOVANI DA SILVA,** matrícula nº 18.623, para responder pela função de Coordenador do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, com direito às vantagens inerentes a função **(FG3)**, pelo período de 14 de setembro de 2026 a 23 de setembro de 2026, 10 (dez) dias;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/09/2026.

Santa Cruz do Sul, 25 de setembro de 2026.

SERGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:67475CCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 41.204, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I e VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Sra. Prissila Bordignon, matrícula nº 41.950, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade, estará em gozo de férias no período de 22 de setembro de 2026 a 02 de outubro de 2026, 11 (onze) dias;

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** o servidor **MARCELO DINIZ DA SILVA,** matrícula nº 42.044, Subsecretário Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade, com direito às vantagens inerentes ao cargo de Secretário Municipal, pelo período de 22 de setembro de 2026 a 02 de outubro de 2026, 11 (onze) dias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22 de setembro de 2026.

Santa Cruz do Sul, 25 de setembro de 2026.

SERGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:F999FB6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 41.205, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I e VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor da Portaria de N° 41.193, de 23 de setembro de 2026;

Art. 1º **DESIGNAR** o servidor **DANIEL COSTA PORTO,** matrícula nº 12.765, para responder pela função de Chefe de Divisão de Segurança do Trabalho, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão, com direito às vantagens inerentes a função **(FG4)**, pelo período de 23 de setembro de 2026 a 06 de outubro de 2026, 14 (quatorze) dias;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23/09/2026.

Santa Cruz do Sul, 25 de setembro de 2026.

SERGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MATHEUS LUIS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Publicado por:
Eduardo Morales Wisniewski
Código Identificador:97693B04

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
AVISO DE ADENDO

Pregão Eletrônico nº 108/2026 - O Município de Santa Cruz do Sul, RS, torna público, que foram efetuadas alterações no edital, que trata da contratação de licenças de software especializados em criação, edição e tratamento de imagens e conteúdos digitais. Redesigna-se nova DATA: 16/10/2026. Recebimento/abertura das propostas até 08h15. Início da disputa às 08h30.- Aviso de Adendo e respectivas informações, disponível nos sites www.santacruz.rs.gov.br e www.pregaobanrisul.com.br.. Inf.: (51) 3120-4200, e-mail: licitacao@santacruz.gov.br.

Publicado por:
Marcos Luis Diehl
Código Identificador:54E6EEB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Santa Cruz do Sul, RS, torna público a realização da seguinte licitação:
Pregão Eletrônico nº 119/2026 – Fornecimento e instalação de cortinas no Centro Administrativo II. DATA: 16/10/2026. Recebimento/abertura das propostas: até as 08h15. Início da disputa: às 08h30.- Aviso de Licitação e respectivas informações, disponível nos sites www.santacruz.rs.gov.br e www.pregaobanrisul.com.br. Inf.: (51) 3120-4200, e-mail: licitacao@santacruz.gov.br.

Publicado por:
Marcos Luis Diehl
Código Identificador:D96FF6F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
AVISO DE SUSPENSÃO

Pregão Eletrônico nº 115/26 – O Município de Santa Cruz do Sul-RS, torna público a SUSPENSÃO do processo licitatório relativo ao pregão citado, marcada para o dia 30/09/2026,
- Aviso de Suspensão e respectivas informações, disponível nos sites www.santacruz.rs.gov.br e www.pregaobanrisul.com.br. Inf.: (51) 3120-4200, e-mail: licitacao@santacruz.gov.br.

Publicado por:
Marcos Luis Diehl
Código Identificador:A9F1E867

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 2487

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.487, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

RECONHECE E HOMENAGEIA OS PARTICIPANTES DA VI TROPEADA CULTURAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL, REALIZADA DE 26 A 30 DE AGOSTO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO:
A importância da preservação, valorização e divulgação das tradições culturais e históricas do Município de São Domingos do Sul e da região;
A realização da VI Tropeada Cultural de São Domingos do Sul, no período de 26 a 30 de agosto de 2026, iniciativa que promoveu o resgate histórico da tradição tropeira e a integração entre comunidades e municípios;
Que a Tropeada foi idealizada pela Família Cipriani, na pessoa de Remi José Cipriani, constituindo-se em importante iniciativa de valorização da memória, dos costumes, da cultura e da história regional;
Que o percurso da VI Tropeada Cultural teve início no Município de São Domingos do Sul, na Comunidade Rainha da Paz – Santuário, passando pelos municípios de Vanini, São Jorge, Guabiju, Nova Prata, Nova Araçá e Paraí, retornando ao ponto de partida, no Município de São Domingos do Sul;
Que a participação dos tropeiros contribuiu para a propagação cultural, o resgate histórico, a preservação das tradições e o fortalecimento dos vínculos entre os municípios envolvidos;
Que é dever do Poder Público reconhecer e valorizar iniciativas que contribuam para a preservação do patrimônio cultural imaterial e para a transmissão das tradições às novas gerações;

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidos, para fins de registro histórico e cultural do Município de São Domingos do Sul, como PARTICIPANTES DA VI TROPEADA CULTURAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL, realizada de 26 a 30 de agosto de 2026, os tropeiros e participantes relacionados neste Decreto.

Art. 2º São reconhecidos como participantes da VI Tropeada Cultural de São Domingos do Sul:

• Agnaldo Bertoldo
• Airton de Souza Leite
• Alan Paulo Costenaro
• Alcides Schiavon
• Alcides Silveira
• Alcindo Ferro
• Alessandro Souza Leite
• Alex Castelani
• Algemiro de Souza Leite
• Alvaro Mello
• Ana Carolina Castelani
• Ana Carolina T. Lorencetti
• Ana Paula de Oliveira
• André Luiz da Silva
• Antonia Kunz
• Antoninho Kunz
• Antônio Boeira
• Ariane Mello
• Arilson Garcia
• Arlindo Pietrobiasi
• Arthur Zanella
• Artur Martins
• Atenil Comin
• Carlos Tondo
• Clovir Vicensi
• Cristian Neto
• Daniel da Rocha
• Demétrio Perin
• Diego Klaus
• Edegar Brugnera
• Eliseu Cecagno
• Enrique Dalvit
• Felipe Menegat Bordingon
• Francisco Duran
• Geverson Martins
• Gilberto Bresolin
• Giuseppe Baldo
• Glaciei Kunz
• Guilherme Bresolin
• Hector Maximiliano Duran
• Isabele Piran Rizzotto
• Ivonir Coltro
• Jaime Poter
• Jessé Quadros
• Jhonatan Colet
• Joaquim Frigo Dalvit
• Joel Piran
• Jonas Tibola
• Jorge Perin
• José Joaquim Rizzotto
• Jucinei Pellegrini

• Juraci Mello
• Larissa Perin
• Leonardo Perin
• Lucas Vedana
• Luiz Carlos Cipriani
• Marcos Gustavo Francio
• Maria Helena B. Klaus
• Mariana Cipriani
• Natália Cipriani
• Nélio Garbin
• Paula Cipriani
• Paulo Martins Neto
• Pietra Piran
• Rafael Artifon
• Rafael Gatto Decet
• Remi José Cipriani
• Renato Bussolotto
• Ricardo Decet
• Ricardo Perin
• Roberto Decet Júnior
• Roberto Lorenzet
• Rogério Matiello
• Sidinei Zabot
• Tiago Martins
• Vagner Albana
• Vanderlei Matiello
• Vicente Brugnera

Parágrafo único. O reconhecimento previsto neste Decreto estende-se aos demais participantes, colaboradores e apoiadores que tenham contribuído diretamente para a realização da VI Tropeada Cultural, ainda que não relacionados nominalmente no caput deste artigo, mediante registro e comprovação pela organização do evento.

Art. 3º O Município de São Domingos do Sul reconhece a VI Tropeada Cultural como importante manifestação de valorização e propagação cultural, contribuindo para o resgate da história tropeira, dos costumes, das tradições, da convivência comunitária e da memória regional.

Art. 4º Fica registrado o reconhecimento especial à Família Cipriani, na pessoa de Remi José Cipriani, pela idealização e contribuição para a realização da Tropeada Cultural, bem como a todos os participantes que, de forma voluntária e colaborativa, contribuíram para sua concretização.

Art. 5º A realização da VI Tropeada Cultural, pelo percurso entre os municípios de São Domingos do Sul, Vanini, São Jorge, Guabiju, Nova Prata, Nova Araçá e Paraí, representa importante ação de integração regional e de preservação das tradições ligadas à cultura tropeira.

Art. 6º O presente reconhecimento tem caráter cultural e histórico, destinando-se ao registro da participação dos homenageados na VI Tropeada Cultural de São Domingos do Sul.

Art. 7º Fica revogado, em sua integralidade, o Decreto Municipal nº 2.485, de 21 de setembro de 2026.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL/RS,
28 de setembro de 2026.

JONAS TIBOLA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 28/09/2026

RODRIGO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Manoela Nalin Jaroceski
Código Identificador:B385DCF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 2488

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.488, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONAS TIBOLA, Prefeito Municipal de São Domingos do Sul/RS, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais e:

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 1.620/21 que estabelece que as datas comemorativas ao dia do Professor, em 15 de outubro, e dia do Servidor Público, em 28 de outubro, serão comemoradas em data unificada;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 13 de outubro de 2026.

Art. 2º Estarão a serviço da população somente serviços essenciais.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL/RS,
29 de setembro de 2026.

JONAS TIBOLA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 29/09/2026

RODRIGO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Manoela Nalin Jaroceski
Código Identificador:28A15272

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 1863

LEI MUNICIPAL Nº 1.863 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONAS TIBOLA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL-RS: Faz saber que, em cumprimento ao disposto no artigo 59, inciso III da Lei Orgânica Municipal, a Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos do Sul-RS, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Municipal:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°- Esta Lei estabelece, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e no artigo 92 da Lei Orgânica do Município, as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária do Município São Domingos do Sul (RS), para o exercício de 2027, compreendendo:

I- Das disposições preliminares;
II - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
III - As metas e riscos fiscais;
IV - A organização e estrutura dos orçamentos;
V - As diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;
VI - As disposições relativas à dívida pública municipal;
VII - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VIII - as diretrizes que nortearão a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
IX - As disposições sobre alterações na legislação tributária;
X - As disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2027 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2026/2029, especificadas no Anexo de Metas e Prioridades integrante desta Lei, as quais terão asseguradas a alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1 º - A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2027 atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o "caput" deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:
I – Provisão para os gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
II - Compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
III - Despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal; e
IV - Conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º - As metas e prioridades de que trata o "caput" deste artigo poderão ser alteradas se, durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2027 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 3º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o Anexo de Metas e Prioridades para 2027 com as alterações ocorridas, será encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

CAPÍTULO III
DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º - Integra esta Lei o Anexo de Metas Fiscais, estabelecidas para o próximo exercício, em conformidade com o que dispõem os § 1.º e 3.º do art. 4.º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, os seguintes demonstrativos:

I - Das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4o , § 1o , da LC nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
II - Da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2024;
III - Das metas fiscais previstas para 2027, 2028 e 2029, comparadas com a fixada 2025 e executada nos exercícios de 2023 e 2024;
IV - Da evolução do patrimônio líquido, conforme art. 4o , § 2o , inciso III, da LC nº 101/2000;
V - Da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4o , § 2o , inciso III, da LC nº 101/2000;
VI - Da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4o , § 2o , inciso V, da LC nº 101/2000;
VII – Da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único - A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2027 deverão observar as metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

Art. 4º - Os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, estão discriminados em anexo que integra esta Lei.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:
I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;
II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e
IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
Art. 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificadas por elementos de despesa, na forma do art. 15 § 1º da Lei Federal 4.320/64.

Art. 7º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no inciso II do § 5.º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 86 da Lei Orgânica do Município e alterações e no art. 28.º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e será composto de:
I - Texto da lei;
II – Consolidação dos quadros orçamentários.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 8º - A elaboração e a execução da Lei Orçamentária do Município deverão assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento.

§ 1.º - O princípio de controle social implica assegurar aos cidadãos a participação na elaboração e acompanhamento do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos, mediante processo de consulta.

§ 2.º - As prioridades serão aquelas selecionadas pela comunidade, em audiência pública e reuniões realizados na fase de elaboração da proposta orçamentária.

§ 3.º - A Câmara Municipal organizará audiências públicas para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

§ 4.º - O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes no Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere, explicitada a metodologia utilizada.

Art. 10 - O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida, para o exercício subseqüente,

acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do § 3.º do art. 12 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Art. 11 – Para fins de cálculo do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 12 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei 4.320/64.

Art. 13 - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Art. 14 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes nesse cronograma, a austeridade necessária à obtenção das metas de resultado primário e nominal, em conformidade com o art. 8.º da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Parágrafo único - As metas bimestrais de realização de receitas serão divulgadas no mesmo prazo do "caput" deste artigo e nos termos das determinações constantes no art. 13 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Art. 15 - Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, a redução far-se-á de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" do Poder Executivo e do Poder Legislativo, através de decreto, observada a programação prevista para utilização das respectivas dotações.

§ 1.º - Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§ 2.º - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, acompanhado da respectiva memória de cálculo, bem como das premissas e da justificativa do ato.

§ 3.º - Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar o ajuste processado, que será discriminado por órgão.

§ 4.º - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9.º, § 1.º, da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Art. 16 – O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, serão repassados até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Parágrafo único: Ao final do exercício financeiro de 2027, o saldo de recursos financeiros porventura existente deverá ser devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar do Poder Legislativo, bem como os valores necessários para o pagamento de obras e demais investimentos que ultrapassem o exercício financeiro.

Art. 17 - Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, a programação de novos investimentos e despesas obrigatórias de duração continuada, dos órgãos da Administração Direta, somente serão autorizadas se:

I – Estiverem assegurados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

II – Houverem sido adequadamente atendidos todos os projetos em fase de execução;

III – Estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio, podendo ser utilizada a margem de expansão, evidenciada no Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que integra o Anexo de Metas Fiscais desta lei.
IV – Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operação de crédito, com o objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Parágrafo único - Não poderão ser programados novos projetos, à conta de anulação de dotação destinada aos investimentos em andamento, cuja execução tenha ultrapassado 80% (oitenta por cento) até final do exercício de 2026.

Art. 18 - As despesas obrigatórias de caráter continuado definidas no art. 17 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, e as despesas de que trata o artigo anterior, relativas a projetos em andamento, cuja autorização de despesa decorra de relação contratual anterior ao exercício financeiro de 2027, serão, independentemente de quaisquer limites, reempenhadas nas dotações próprias ou, em casos de insuficiência orçamentária, mediante a abertura de créditos adicionais.

Art. 19 - O projeto de lei de orçamento anual deverá conter a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, conforme determinações do § 1.º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 20 - O detalhamento da despesa em consonância com a Portaria Interministerial n.º 163, de 2001, para fins de controle da execução orçamentária e escrituração contábil, será efetuado pela Secretaria Municipal da Finanças na execução orçamentária, no momento do empenho, diretamente no sistema informatizado do Município.

Art. 21 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 17, para clubes e associações de servidores, e de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas as transferências de recursos à entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, nas áreas de assistência social, segurança pública, saúde, educação, cultura, meio ambiente, desportos ou para o orçamento participativo.

§ 1.º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no "caput", a entidade deverá ser privada e sem fins lucrativos, além de estar adimplente com o Município.

§ 2.º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, sendo que deverão prestar contas aos respectivos conselhos municipais ou órgão e secretarias municipais com quem tenham firmado convênio de repasse e atender, no que couber, à Lei 13.019/2014.

Art. 22 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, alistamento militar, ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária Anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 23 - A Lei de Orçamento Anual conterá Reserva de Contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a, no mínimo, 3,00% da Receita Corrente Líquida destinada ao atendimento de passivos contingentes constantes no Anexo de Riscos Fiscais e para o atendimento de outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como para dar cobertura a possíveis suplementações de créditos adicionais ou abertura de créditos especiais.

Parágrafo único: a Reserva de Contingência poderá ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24 - A Lei Orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 25 - O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL
E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 26 - No exercício de 2027, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no Art. 17 desta Lei, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único - Fica assegurada a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal.

Art. 27 – Desde que observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal e nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, os Poderes Executivo e Legislativo poderão encaminhar projetos de lei visando à revisão dos seus sistemas de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, de forma a:

I – Conceder reposição, vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
II - Criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
III – Prover de cargos efetivos, mediante concurso público, bem como contratações por tempo determinado estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.
IV - Melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;
V - Proporcionar desenvolvimento profissional dos servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
VI - Proporcionar desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
VII - Melhorar as condições de trabalho, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração, inclusive com a aquisição de equipamentos e melhoria na infra-estrutura do ambiente de trabalho.

Art. 28 - A criação ou aumento do número de cargos, além dos requisitos mencionados nos artigos anteriores, atenderá também aos seguintes:

I - Existência de prévia dotação orçamentária ou destinação de recursos, suficientes para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
II - Inexistência de cargos, funções ou empregos públicos similares, vagos e sem previsão de uso na Administração, ressalvada sua extinção ou transformação decorrente das medidas propostas;

III - Resultar de ampliação da ação governamental, decorrente de investimentos ou de expansão de serviços devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único - Os projetos de lei de criação ou ampliação de cargos deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, o atendimento aos requisitos de que trata este artigo, e àqueles da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, especialmente no que concerne ao impacto orçamentário e financeiro, apresentando o efetivo acréscimo de despesas com pessoal.

Art. 29 – Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:
I – As situações de emergência ou de calamidade pública;
II – As situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
III – A relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível;

CAPÍTULO VIII
DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO FISCAL E
DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 30 - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 31 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações na área de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao definido nos arts. 165, § 5.º, III; 194 e 195, §§ 1.º e 2.º, da Constituição Federal, na letra "d" do § único do art. 4° e art. 7° da Lei Federal n° 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e, contará, dentre outros, com recursos provenientes das demais receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente esse orçamento.

Art. 32 - O orçamento da seguridade social discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União e do Estado para o Município, para execução descentralizada das ações de saúde e de assistência social.

Parágrafo único - O orçamento da seguridade social incluirá os recursos necessários à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe a Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33 - As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - Considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária a Câmara Municipal;

II - Considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2027;

III - Atualização da planta genérica de valores do Município;

IV - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

V - Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

VI - Revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

VII - Revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VIII - Instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

IX - Revisão das isenções tributárias, para manter o interesse público e a justiça social.

X - Revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

XI- Demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 34 - Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 33, ou estas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários na programação da despesa, mediante decreto.

Art. 35 – A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, não consideradas na estimativa da receita orçamentária, somente entrarão em vigor após as medidas de compensação previstas no inciso II do art. 14 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Art. 36 - O Município reconhece o seguinte cronograma de transição, nos termos da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da Lei Complementar nº 214/2025:
2026: ano de testes, sem efeito arrecadatório real, com destaque do IBS/CBS nos documentos fiscais eletrônicos;
2027 e 2028: cobrança efetiva à alíquota de transição de 0,1%, com extinção das contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS a partir de 2027;
2029 a 2032: aumento gradual da alíquota do IBS, com redução progressiva de ISS e ICMS;
2033: substituição integral do ISS e do ICMS pelo IBS.
Art. 37 - Parte da arrecadação do IBS poderá ser retida para custeio da estrutura do Comitê Gestor do IBS, nos termos da regulamentação editada por aquele órgão, o que deverá ser considerado na estimativa de receita líquida disponível ao Município.
Art. 38 - O tratamento contábil do valor destinado ao Comitê Gestor do IBS — como dedução de receita orçamentária ou como despesa sujeita a empenho — observará a orientação a ser consolidada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), sendo tratado, até lá, como risco fiscal nos termos do Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - Para fins de desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, saneamento, assistência social, agricultura, meio ambiente e outras áreas de relevante interesse público, o Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, sem ônus para o Município, ou com contrapartida, constituindo-se em projetos específicos na lei orçamentária.

Art. 40 - As emendas ao projeto de lei orçamentária para 2027, ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei de Orçamento Anual, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual 2027/2029, suas alterações e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1.º - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III, do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:
a) Pessoal e encargos sociais e
b) Serviço da dívida.
§ 2.º - Também, não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º - As emendas ao Projeto de Lei de Orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciários e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

Art. 41 - Por meio da Secretaria Municipal de Finanças, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 42 - Em consonância com o que dispõe o §5.º do art. 166 da Constituição Federal e o art.92 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 43 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2026 sua programação poderá ser executada, até a publicação da Lei Orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades, e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.

§ 1.º - Excetuam-se do disposto no “caput” deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2.º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 44 - Para cumprimento das determinações do § 3.º do art. 16 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, serão consideradas irrelevantes as despesas inferiores aos limites previstos para dispensa de licitação fixadas nos art 72 a 75 da Lei 14.133/2021.

Art. 45 – Fica incluido no PPA 2026-2029, Lei 1795 de 20/08/2025 a inciativa 11801 - Garantia de Direitos e Fortalecimento das Redes de Proteção, dentro do programa Proteção e Defesa da Criança e Adolescente .

Art. 46 - Revogadas as disposições em contrário, está Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL,
28 de setembro de 2026.

JONAS TIBOLA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 28/09/2026

RODRIGO DA SILVA
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Manoela Nalin Jaroceski
Código Identificador:FF7A5A3E

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO CREDENCIAMENTO Nº 030/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL

Contratante: Município de São Domingos do Sul
N° do Credenciamento: 030/2026
CNPJ do contratante: 92.406.453/0001-30
Modalidade de licitação: Chamamento/Credenciamento
Número: 001/2026
Objeto: contratação de serviços em geral
Contratado: JANETE ANA VIZIOLI MARCHETTI
CNPJ/CPF do contratado: 59.497.689/0001-54
Data de assinatura do aditivo: 29/09/2026
Data de publicação do contrato: 29/09/2026
Prazo/Validade: 12 MESES
Valor: conforme tabela no edital

São Domingos do Sul, 29 de setembro de 2026.

Publicado por:
Eunice Kovaleski Canal
Código Identificador:DD544640

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 031/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL

Contratante: Município de São Domingos do Sul
N° do Credenciamento: 031/2026
CNPJ do contratante: 92.406.453/0001-30
Modalidade de licitação: Chamamento/Credenciamento
Número: 001/2026
Objeto: contratação de serviços em geral
Contratado: TERESINHA DALAMARIA DAMO
CNPJ/CPF do contratado: 59.141.545/0001-60
Data de assinatura do aditivo: 29/09/2026
Data de publicação do contrato: 29/09/2026
Prazo/Validade: 12 MESES
Valor: conforme tabela no edital

São Domingos do Sul, 29 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Eunice Kovaleski Canal
Código Identificador:205DF7A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 009/2026

O Município de São José do Hortêncio comunica o lançamento do edital de Pregão Eletrônico nº 009/2026, para aquisição de equipamentos para a Unidade Básica de Saúde, com recursos da Portaria Estadual SES nº 1228/2025. Recebimento das propostas até o dia 15/10/2026, às 7h15min no site www.pregaobanrisul.com.br. Sessão de lances às 7h30min do dia 15/10/2026 no mesmo site.

Publicado por:
Daniel Augusto Fuhr
Código Identificador:A2376A08

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO VENDELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
DECRETO N.º 095/2026 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO N.º 095/2026

DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL N.º 1.758, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026, QUE INSTITUI O PROGRAMA HABITACIONAL "CONSTRUINDO MEU LAR", DESTINADO À ALIENAÇÃO ONEROSA DE LOTES MUNICIPAIS PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIA PRÓPRIA, NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RÉGIS PAULO FRITZEN, Prefeito Municipal de São Vendelino, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 21 da Lei Municipal n.º 1.758/2026,

DECRETA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 1.758, de 03 de setembro de 2026, estabelecendo os conceitos, requisitos de elegibilidade, critérios objetivos de classificação e o procedimento administrativo para a seleção de interessados dos imóveis destinados ao Programa Habitacional "Construindo Meu Lar", instituído pela referida lei.
§1º As disposições deste Decreto aplicam-se aos 06 (seis) imóveis descritos nos incisos I a VI do art.1º da Lei Municipal nº 1.749, de 19 de agosto de 2026, integrantes do Loteamento Morada da Piedade, os quais são destinados à execução do programa de habitação de interesse social instituído pela Lei Municipal n.º 1.758/2026 e à construção de residência própria pelos adquirentes selecionados.
§2º Os critérios estabelecidos neste Decreto observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, transparência e interesse público, assegurando tratamento objetivo e igualitário às famílias participantes dos programas habitacionais.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS
Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I – Moradia habitual e permanente: o imóvel efetivamente utilizado como residência principal do núcleo familiar.
II – Núcleo familiar: o conjunto de pessoas que mantenham vínculo familiar ou de dependência econômica e que residam ou venham a residir conjuntamente no imóvel (art. 5º, §2º, da Lei Municipal n.º 1.758/2026).
III – Imóvel apto à moradia: o imóvel que apresente condições de habitabilidade, segurança e salubridade para servir como residência habitual e permanente do núcleo familiar.
IV – Renda familiar mensal *per capita*: o resultado obtido pela divisão da soma dos rendimentos brutos mensais auferidos pelos integrantes do núcleo familiar pelo número de seus membros, observado o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO III
DOS REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE
Art. 3º Poderão ser beneficiárias do Programa Habitacional "Construindo Meu Lar" a pessoa natural que atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
I - ser maior de 18 (dezoito) anos ou legalmente emancipado;
II - residir no Município de São Vendelino, preferencialmente;
III - não ser, a pessoa natural interessada ou o seu cônjuge, proprietário, possuidor, promitente comprador, usufrutuário ou titular de direito real sobre imóvel residencial apto à moradia;

IV - não ter sido anteriormente beneficiado, nem seu cônjuge ou companheiro, com doação de imóvel ou outro benefício habitacional definitivo concedido pelo Município;
V - assumir a obrigação de destinar o imóvel à construção de residência própria e habitual do núcleo familiar, excluídos os imóveis destinados exclusivamente ao lazer, recreação, veraneio, finais de semana, temporadas ou outras utilizações eventuais;
VI – não terem sido contempladas com unidade habitacional, imóvel adquirido mediante compra assistida ou qualquer outra modalidade de atendimento habitacional definitivo decorrente dos eventos climáticos ocorridos nos anos de 2023 e 2024.
VII – atenderem às demais exigências previstas na Lei Municipal nº 1.758, de 03 de setembro de 2026, neste Decreto e nas normas específicas do Programa Habitacional "Construindo Meu Lar";
VIII – manterem atualizadas perante o Município as informações cadastrais necessárias à análise e execução do programa habitacional.

CAPÍTULO IV
DOS IMPEDIMENTOS
Art. 4º Não poderá ser beneficiária do Programa Habitacional "Construindo Meu Lar" de que trata este Decreto a família que:
I – deixar de atender, antes da disponibilização da solução habitacional, qualquer dos requisitos de elegibilidade previstos no art. 3º;
II – prestar declaração ou apresentar documento falso, ou omitir informação relevante para a análise do pedido;
III – vier a adquirir, durante o processo de seleção, outro imóvel apto à moradia;
IV – renunciar expressamente ao benefício.
Parágrafo único. A constatação de qualquer das hipóteses previstas neste artigo implicará a exclusão da família do processo de seleção ou, caso já tenha sido contemplada, a adoção das medidas administrativas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO MUNICIPAL DE SELEÇÃO DO PROGRAMA
Art. 5º Compete à Comissão Municipal de Seleção do Programa "Construindo Meu Lar", designada pela Portaria n.º 373/2026, coordenar a execução do programa habitacional de que trata este Decreto, incumbindo-lhe, especialmente:
I – receber, autuar e instruir os processos administrativos;
II – realizar o cadastramento, a atualização cadastral e a organização da documentação das famílias;
III – promover visitas domiciliares, vistorias, estudos sociais, diligências e demais atos de instrução necessários à análise dos pedidos, com o apoio técnico do Departamento de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
IV – solicitar informações, documentos e esclarecimentos aos interessados e aos órgãos públicos competentes;
V - receber e analisar as inscrições e a documentação;
VI - verificar o atendimento aos requisitos de habilitação;
VII – acompanhar a execução do programa habitacional e adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento deste Decreto;
VIII – manter o cadastro das famílias e dos beneficiários atualizado;
IX - aplicar os critérios de classificação, preferência e pontuação;
X - elaborar as relações de candidatos habilitados e inabilitados;
XI - elaborar as classificações preliminar e final dos candidatos;
XII - apreciar os recursos administrativos, na forma estabelecida no regulamento e no edital;
XIII - encaminhar o resultado final ao Prefeito Municipal para homologação.

CAPÍTULO VI
DA CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS
Art. 6º Concluída a análise dos processos administrativos, a Comissão Municipal de Seleção do Programa "Construindo Meu Lar" elaborará a classificação das famílias, observados os critérios estabelecidos neste Decreto, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação.
Art. 7º A classificação será homologada pelo Prefeito Municipal e publicada no órgão oficial de divulgação do Município.
Parágrafo único. A publicação conterá a identificação do responsável familiar e a respectiva pontuação obtida, preservadas as informações protegidas por sigilo legal e pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
Art. 8º A classificação homologada servirá de base para a convocação das famílias, observada rigorosamente a ordem de classificação e a disponibilidade de imóveis.
Art. 9º A classificação das famílias será realizada mediante sistema de pontuação objetiva, observados os critérios estabelecidos neste Decreto, sendo vedada a utilização de critérios subjetivos ou não previstos na legislação.
§1º A pontuação será atribuída com base na documentação constante do processo administrativo, admitida a realização de diligências, vistorias e a solicitação de documentos complementares sempre que necessário à adequada verificação dos critérios de classificação.
§2º A classificação observará exclusivamente os critérios previstos neste Decreto, vedada a atribuição de pontuação em duplicidade para a mesma situação fática, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas.
Art. 10. Para fins de classificação das famílias, serão observados os seguintes critérios e respectivas pontuações:
I – Composição do núcleo familiar:
a) existência de pessoa com deficiência, inclusive pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA: **10 (dez) pontos**;
b) existência de pessoa idosa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos: **8 (oito) pontos**;
c) existência de crianças ou adolescentes menores de 18 (dezoito) anos no núcleo familiar, considerada a respectiva quantidade, observado o limite máximo de 10 (dez) pontos:
c.1) 1 (uma) criança ou adolescente: **4 (quatro) pontos**;
c.2) 2 (duas) crianças ou adolescentes: **7 (sete) pontos**;
c.3) 3 (três) ou mais crianças ou adolescentes: **10 (dez) pontos**;
d) existência de criança na primeira infância, assim considerada aquela com até 6 (seis) anos de idade, considerada a respectiva quantidade, observado o limite máximo de 5 (cinco) pontos
d.1) 1 (uma) criança: **3 (três) pontos**;
d.2) 2 (duas) ou mais crianças: **5 (cinco) pontos**;
e) família monoparental feminina, caracterizada pela mulher responsável exclusiva pela guarda, criação e sustento de filho(s) menor(es) ou dependente(s): **5 (cinco) pontos**.
Parágrafo único. Os critérios previstos nas alíneas "c" e "d" são cumulativos entre si, de modo que a existência de criança na primeira infância poderá gerar, além da pontuação correspondente à alínea "c", a pontuação adicional prevista na alínea "d", aplicando-se, em cada alínea, apenas uma das respectivas faixas de pontuação e observado o limite máximo de pontos previsto neste inciso.
II – Vulnerabilidade social, econômica e habitacional:
a) renda familiar mensal *per capita*, considerada na data da análise pela Comissão, observado o limite máximo de 10 (dez) pontos;
a.1) até ½ salário mínimo *per capita*: **10 pontos**;
a.2) superior a ½ até 1 salário mínimo *per capita*: **7 pontos**;
a.3) superior a 1 até 2 salários mínimos *per capita*: **4 pontos**;
b) recebimento, na data da análise pela Comissão, de benefício habitacional temporário concedido pelo Município em decorrência dos eventos climáticos ocorridos nos anos de 2023 e 2024, tais como aluguel social, auxílio-moradia ou outro benefício de natureza equivalente: **5 pontos**.
c) família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, até a data de publicação deste Decreto: **5 pontos**.
Parágrafo único. Os critérios previstos nas alíneas "a", "b" e "c" são cumulativos entre si, sendo atribuída, quanto à renda familiar mensal *per capita*, apenas a pontuação correspondente a uma das faixas previstas na alínea "a", observado o limite máximo de pontos previsto neste inciso.
III – Reconhecimento de elegibilidade em programa habitacional: até 20 (vinte) pontos:
a) habilitação da família em programa habitacional promovido pela União, pelo Estado do Rio Grande do Sul, pelo Município ou por outro órgão ou entidade pública competente, destinado ao atendimento dos eventos climáticos ocorridos nos anos de 2023 e 2024, sem efetiva contemplação em razão da insuficiência de recursos, de unidades habitacionais, da aplicação dos critérios de priorização ou de outra limitação administrativa: **20 (vinte) pontos**.
IV – Tempo de moradia na cidade:

a) tempo de residência do candidato no Município de São Vendelino, observado o limite máximo de 10 (dez) pontos;
a.1) superior a 10 anos: **10 pontos**;
a.2) 05 anos até 10 anos: **7 pontos**;
a.3) até 05 anos: **4 pontos**;
a.4) não-residente no município: **2 pontos;**
Parágrafo único. Não descaracteriza o requisito previsto no inciso IV a permanência temporária da família em imóvel localizado em outro município, a título de empréstimo, cessão gratuita ou outra forma precária de acolhimento, motivada exclusivamente por eventos climáticos, desde que o deslocamento possua caráter transitório e não tenha havido a fixação definitiva de residência em outro município.
Art. 11. A classificação final do candidato corresponderá ao somatório da pontuação obtida nos critérios previstos neste artigo.
Art. 12. Em caso de empate na classificação final, terão preferência, sucessivamente, as famílias que apresentarem:
I – maior pontuação no critério **Tempo de moradia na cidade**;
II – maior pontuação no critério **Composição do Núcleo Familiar**;
III – maior pontuação no critério **Vulnerabilidade Social, Econômica e Habitacional**;
IV – maior pontuação no critério **Reconhecimento de Elegibilidade em Programa Habitacional**;
V – menor renda familiar mensal ***per capita***;
VI – persistindo o empate após observados os incisos anteriores, será realizado sorteio público, em ato previamente divulgado.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As disposições sobre preço e condições de pagamento, formalização da alienação, edificação e destinação do imóvel, bem como resolução da alienação e reversão do imóvel seguirão o que está expressamente previsto na Lei Municipal nº 1.758, de 03 de setembro de 2026.
Art. 14. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da execução deste Decreto serão resolvidos pelo Prefeito Municipal, mediante parecer da Comissão Municipal de Seleção do Programa "Construindo Meu Lar" e da Procuradoria Jurídica do Município, quando necessário.
Art. 15. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VENDELINO,
Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2026.

RÉGIS PAULO FRITZEN
Prefeito Municipal

CAREN ISABEL SCHNEIDER DALCIN
Secretária-Geral de Governo
Resp. Pela Secr. Mun. de Adm. e Meio Amb.

Publicado por:
Luiz Carlos Reis Alvarez
Código Identificador:1116699C

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
PORTARIA Nº 372/2026 - NOMEIA MARJORIE ALANA HUVE PARA EXERCER EM CARÁTER EFETIVO O CARGO ASSISTENTE SOCIAL.

PORTARIA Nº 372/2026

NOMEIA MARJORIE ALANA HUVE PARA EXERCER EM CARÁTER EFETIVO O CARGO ASSISTENTE SOCIAL.

RÉGIS PAULO FRITZEN, Prefeito Municipal de São Vendelino, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, NOMEIA MARJORIE ALANA HUVE para exercer em caráter efetivo o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, Padrão 7, Classe A, no Regime Estatutário, Lei Municipal nº 051, de 06 de abril de 1990, e Plano de Carreira do Servidor Municipal, Lei Municipal nº 1.032 de 16 de julho de 2013, com carga horária de 30 horas semanais, tendo em vista a sua aprovação em Concurso Público, classificando-se em 1º lugar, conforme Edital de Homologação nº 007/2022 de 12 de dezembro de 2022, percebendo remuneração correspondente ao Padrão 4, Classe A, da Lei Municipal nº 1032 de 16 de julho de 2013, devendo cumprir estágio probatório.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VENDELINO.
Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2026.

RÉGIS PAULO FRITZEN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CAREN ISABEL SCHNEIDER DALCIN
Secretária-Geral de Governo
Responsável Pela Secretaria Municipal da Administração e Meio Ambiente

Publicado por:
Luiz Carlos Reis Alvarez
Código Identificador:958DE5A2

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE
PORTARIA Nº 373/2026 NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE SELEÇÃO DO PROGRAMA "CONSTRUINDO MEU LAR".

PORTARIA Nº 373/2026

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE SELEÇÃO DO PROGRAMA "CONSTRUINDO MEU LAR".

RÉGIS PAULO FRITZEN, Prefeito Municipal de São Vendelino, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar os seguintes membros para comporem a Comissão Municipal de Seleção do Programa "Construindo Meu Lar", nos termos da Lei Municipal nº 1.758/2026, de 03 de setembro de 2026:

CAMILA PEREIRA AJALA – Membro;
LUIZ CARLOS REIS ALVAREZ – Membro;
MARIANE PATRICIA KLEIN – Membro.

A Comissão será responsável pela análise e seleção dos beneficiários do Programa, observados os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VENDELINO.
Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2026.

RÉGIS PAULO FRITZEN
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

CAREN ISABEL SCHNEIDER DALCIN
Secretária-Geral de Governo
Responsável Pela Secretaria Municipal da Administração e Meio Ambiente

Publicado por:
Luiz Carlos Reis Alvarez
Código Identificador:424813FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SINIMBU

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE, EM TEMPO, FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 12.358, de 16 de setembro de 2026.

CONCEDE, EM TEMPO, FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

WILSON MOLZ, Prefeito Municipal de Sinimbu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, CONCEDE FÉRIAS à Servente de Escola, **Sra. ANGELA VALERIA RAUBER JACKISCH**, matrícula 160/0, nos dias 14/09/2026 e 15/09/2026, totalizando 02 (dois) dias úteis, pelo motivo de ter sido convocada pela Portaria nº 11.908/2026.
Gabinete do Prefeito, 16 de setembro de 2026.

WILSON MOLZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henn Maas
Código Identificador:FE172DDD

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCA, EM TEMPO, SERVIDOR PÚBLICO EM FÉRIAS.

PORTARIA Nº 12.361, de 22 de setembro de 2026.

CONVOCA, EM TEMPO, SERVIDOR PÚBLICO EM FÉRIAS.

VANDERLEI FREDRICH, Prefeito Municipal de Sinimbu, Estado do Rio Grande do Sul, em exercício, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE, **interromper,** por motivo de interesse público, as **FÉRIAS** do Motorista, Sr. MAICO JOEL ARRIAL, matrícula nº 655/5, já totalmente pagas de **16/09/2026 a 30/09/2026**, no dia 18/09/2026, totalizando 1 (um) dia útil de convocação, sendo que este dia de convocação será gozado posteriormente.
Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2026.

VANDERLEI FREDRICH
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Marcelo Henn Maas
Código Identificador:8047977E

GABINETE DO PREFEITO
NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, SUBSTITUTA.

PORTARIA Nº 12.359, de 18 de setembro de 2026.

NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, SUBSTITUTA.

WILSON MOLZ, Prefeito Municipal de Sinimbu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, **NOMEIA** a **Sra. SINARA CRISTINA KLAFKE DHIEL**, **matrícula 361/1**, Agente Administrativa Auxiliar, como Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social durante o período de 21/09/2026 a 30/09/2026, ou seja, período de férias do titular **Sr. FABIANO RODRIGO DUPONT, matrícula 3.095/5.**
Gabinete do Prefeito, de 18 de setembro de 2026.

WILSON MOLZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henn Maas
Código Identificador:083D76BE

GABINETE DO PREFEITO
NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, SUBSTITUTO.

PORTARIA Nº 12.360, de 21 de setembro de 2026.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, SUBSTITUTO.

VANDERLEI FREDRICH, Prefeito Municipal de Sinimbu, Estado do Rio Grande do Sul, em exercício, no uso de suas atribuições legais, **NOMEIA** o **Sr. GILBERTO BERNARDES KLEIN**, **matrícula 3.103/3**, Assessor de Governo, como Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente durante o período de 21/09/2026 a 03/10/2026, ou seja, período no qual o titular estará atuando como Prefeito Municipal, em exercício.
Gabinete do Prefeito, de 21 de setembro de 2026.

VANDERLEI FREDRICH
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Marcelo Henn Maas
Código Identificador:7A3D8A03

GABINETE DO PREFEITO
REGULAMENTA O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À FRUTICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 3.263, **DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.**

REGULAMENTA O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À FRUTICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI FREDRICH, Prefeito Municipal de Sinimbu, em exercício, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em especial as contidas na Lei Municipal nº 1.531, de 23 de setembro de 2015,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE

Art. 1º Este Decreto tem por objetivo regulamentar o Programa Municipal de Incentivo à Fruticultura, criado pela Lei nº 1.531, de 23 de setembro de 2015.

CAPÍTULO II - DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

Art. 2º Para a participação no Programa Municipal de Incentivo à Fruticultura os candidatos deverão seguir as seguintes orientações:

I - as inscrições deverão ser realizadas na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente do Município de Sinimbu, durante o período de 21 de setembro a 07 de outubro de 2026 apenas para novos produtores e de 08 a 09 de outubro de 2026 para todos os produtores interessados;

II - deverão ser apresentados, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

a) carteira de Identidade, cópia e original;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF), cópia e original;

c) comprovação de ser Agricultor Familiar, através do extrato do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF);

d) Inscrição Estadual no município de Sinimbu/RS;

e) não possuir débitos com a Fazenda Municipal em todas as etapas do processo (inscrição e reembolso);

f) preencher a ficha de inscrição (Anexo I deste Decreto).

CAPÍTULO III - DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 3º O processo de seleção dos beneficiários do programa compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (CMDA) e terá como critérios:

I - o cultivo de no mínimo 50 mudas por espécie;

II - a avaliação da viabilidade técnica do Projeto Técnico de acordo com a ficha de inscrição e objetivo proposto pelo candidato;

III - a ordem de inscrição dos candidatos;

IV - residir na propriedade em tempo integral;

V - ter renda familiar prioritária das atividades agropecuárias;

VI - implantar pomares com culturas arbóreas ou trepadeiras, perenes;

VII – que as áreas sejam próprias da família ou com contrato de arrendamento de no mínimo 10 (dez) anos;

VIII – agricultores que já foram beneficiados em anos anteriores, poderão participar, mas a prioridade é para novos projetos;

XIV – o limite será de doze projetos contemplados.
§ 1º A divulgação dos beneficiários selecionados para a execução do Programa será realizada no dia 14 de outubro de 2026, e ficará disponível na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente e no Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar.
CAPÍTULO IV - DA CONTRATAÇÃO DAS PROPOSTAS
Art. 4º Os beneficiários selecionados no Programa deverão se apresentar na Emater/RS-Ascar no prazo máximo de 10 dias úteis após a divulgação da seleção, para contratação da proposta.
§ 1º Caso o beneficiário não se apresente, será chamado o próximo candidato presente na lista de classificação.
§ 2º Durante a elaboração do Projeto Técnico, se a área não tiver aptidão para o desenvolvimento do projeto, o mesmo será desclassificado e automaticamente convocado o suplente, obedecendo à ordem de inscrição.
§ 3º O Projeto Técnico estará sujeito à aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (CMDA), após a qual deve-se iniciar a execução.

CAPÍTULO V - DOS ITENS A SEREM FINANCIADOS
Art. 5º Podem ser custeados com recursos do Programa os itens constantes no Projeto Técnico, que deverá ser assinado por profissional qualificado e dispor de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT).

CAPÍTULO VI - DA FORMA DE RECEBIMENTO DO SUBSÍDIO
Art. 6º O subsídio será fornecido ao beneficiário na forma de reembolso, sob o seguinte procedimento:
I - o beneficiário deverá adquirir e pagar os itens presentes no Projeto Técnico;
II - o técnico responsável pelo acompanhamento do projeto deverá confirmar a aquisição e o recebimento dos itens presentes no Projeto Técnico, assinar e carimbar a nota fiscal destes produtos, a qual deverá ser apresentada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, para o recebimento do subsídio de 50%, limitado a R$ 2.000,00;
III - o Município efetuará o ressarcimento ao produtor no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da apresentação dos documentos à Secretaria de Finanças e Planejamento.
Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 3.198, de 21 de outubro de 2025.
Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 21 de setembro de 2026.

VANDERLEI FREDRICH
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Marcelo Henn Maas
Código Identificador:637552D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE UNISTALDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 643, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNISTALDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal vigente e,

CONSIDERANDO que preconiza o art. 76, §1º, da Lei nº 550/2022, do Regime Jurídico dos Servidores Públicos,

CONSIDERANDO o MEMO Nº 36/2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente,

R E S O L V E

Art. 1° CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao senhor **ELIAS SANTOS VIANA,** Operário, matrícula nº 520, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente ao terceiro mês do período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2021, a contar de 05/10/2026 a 03/11/2026.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CONHECIMENTO AOS INTERESSADOS
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
UNISTALDA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2026.

JOSÉ GILNEI MANARA MANZONI
Prefeito Municipal de Unistalda

Publicado por:
Vandiele Lopes Martins
Código Identificador:DB5D4925

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VACARIA

GESTÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA/RS

Pregão Eletrônico nº 21/2026: objeto: Aquisição de palco e tenda. Data de abertura: **13/10/2026 às 9h**.

Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 300021/2026: objeto: Locação e aquisição de equipamentos e elementos decorativos para Decoração de Natal. Data de abertura: **15/10/2026 às 9h**.

Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 300022/2026: objeto: Aquisição de material de cantina. Data de abertura: **14/10/2026 às 9h**.

Sessão será realizada na plataforma eletrônica: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Comunica que foi lavrada a ata do edital de **Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 300020/2026**, para fornecimento de material de informática.

A íntegra dos editais e da ata está disponível no site https://vacaria.rs.gov.br/.

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lisiane de Oliveira
Código Identificador:D9C1ECF3

GESTÃO E FINANÇAS
EDITAL

EDITAL Nº 655/2026

"Convoca Candidatos nomeados em cargo efetivo."

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI, Prefeito Municipal de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital 455/2025 de 30 de setembro de 2025, comunica que foram nomeados em caráter efetivo no cargo, através da Portaria nº 1.073/2026, de 29.09.2026 os candidatos abaixo relacionados, os quais ficam convocados através do presente Edital para tomar posse no cargo no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de sua publicação, sob pena de se constituir em desistência.

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nome:	Classificação:
Márcia Eliane Berteli	39º
Vanessa Perotoni	40º

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VACARIA, 29 de setembro de 2026.

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Borsoi Panisson
Código Identificador:8DA096E9

GESTÃO E FINANÇAS
EDITAL

EDITAL Nº 656/2026

"Convoca Candidatos nomeados em cargo efetivo."

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI, Prefeito Municipal de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital 455/2025 de 30 de setembro de 2025, comunica que foram nomeados em caráter efetivo no cargo, através da Portaria nº 1.075/2026, de 29.09.2026, os candidatos abaixo relacionados, os quais ficam convocados através do presente Edital para tomarem posse no cargo no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de sua publicação, sob pena de se constituir em desistência.

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS: CIÊNCIAS

Nome:	Classificação:
Roberta Mayer da Silva	6º
Ariele Aparecida Fabricia Gonçalves Brasil	7º

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VACARIA, 29 de setembro de 2026.

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Borsoi Panisson
Código Identificador:05CA2004

GESTÃO E FINANÇAS
EDITAL

EDITAL Nº 657/2026

"Convoca Candidato nomeado em cargo efetivo."

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI, Prefeito Municipal de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital 455/2025 de 30 de setembro de 2025, comunica que foi nomeado em caráter efetivo no cargo, através da Portaria nº 1.076/2026, de 29.09.2026, o candidato abaixo relacionado, o qual fica convocado através do presente Edital para tomar posse no cargo no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de sua publicação, sob pena de se constituir em desistência.

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS: LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS

Nome:	Classificação:
Diego Damaceno Da Costa	4º

Registre-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VACARIA, 29 de setembro de 2026.

ANDRÉ LUIZ ROKOSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Borsoi Panisson
Código Identificador:A96B1153

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 429, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

EXTRATO DO DECRETO Nº 429/2026 – SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA. O Prefeito municipal de Alegrete, no uso de suas atribuições, torna público o extrato do DECRETO Nº 429, de 28 de setembro de 2026, que "Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA" afetadas pelo desastre de Tempestade Local/Convectiva – Granizo (COBRADE 1.3.2.1.3), conforme a Portaria nº 260/2022-MDR.
A íntegra do Decreto está publicada no site Oficial da Prefeitura de Alegrete: https://www.alegrete.rs.gov.br
ALEGRETE, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

JESSE TRINDADE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Arebalo Paiva
Código Identificador:FE613329

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA E CONTRATO

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 099/2026

O Vice-Prefeito Municipal no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Alegria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, RATIFICA os procedimentos administrativos da Dispensa nº 099/2026, referente ao Processo Administrativo nº 176/2026, datado do dia 29 de setembro de 2026, com base nas justificativas e no Parecer Jurídico apresentadas para atender as exigências, DECLARANDO ASSIM DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO referente à contratação da empresa **SULPASSO COMERCIO DE CAMINHOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.098.668/0002-16**, para a prestação de serviços , aquisição do chicote, válvula do pedal do freio e demais componentes para realizar o conserto do caminhão Man Constellation PES/ VW, placa JAA1G64 lotado na Secretaria de Obras do Município de Alegria/RS, conforme documentos que compõe o processo de dispensa. O Contratante pagará para a empresa contratada pela aquisição de peças o valor de R$ 12.167,85 (doze mil cento e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) e pela prestação de serviços o valor de R$ 4.150,00 (quatro mil cento e cinquenta reais), totalizando o valor de 16.317,85 (dezesseis mil trezentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos).

Alegria/RS, 29 de setembro de 2026.

ELSON ALFREDO SECCONI
Vice-Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 151/2026 - CONTRATANTE: Município de Alegria/RS. **OBJETO** É a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, aquisição do chicote, válvula do pedal do freio e demais componentes para realizar o conserto do caminhão Man Constellation PES/VW, placa JAA1G64 lotado na Secretaria de Obras do Município de Alegria/RS. Dispensa 099/2026. Vigência: O contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, nos termos da Lei n° 14.133/2021. O Contratante pagará para a empresa contratada pela aquisição de peças o valor de R$ 12.167,85 (doze mil cento e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) e pela prestação de serviços o valor de R$ 4.150,00 (quatro mil cento e cinquenta reais), totalizando o valor de 16.317,85

(dezesseis mil trezentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos), conforme a proposta vencedora ofertada pela CONTRATADA. **CONTRATADA: SULPASSO COMERCIO DE CAMINHOES LTDA,** inscrita no CNPJ nº **34.098.668/0002-16**. Data: 29.09.2026.

ELSON ALFREDO SECCONI
Vice- Prefeito Municipal no Exercício do Cargo de Prefeito Municipal.

Publicado por:
Eduarda Wisch
Código Identificador:310408BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 99/2026

A Prefeita Municipal de Almirante Tamandaré do Sul, acolhendo o parecer exarado no processo nº 202.07.05/2026, reconhece ser dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, e ratifica a contratação, nos termos do art. 72 do mesmo diploma legal, da empresa VOLMIR D. DELLA FLORA, inscrita no CNPJ n° 04.787.638/0001-75, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais).
Almirante Tamandaré do Sul, 29 de setembro de 2026.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eduardo da Silva Ely
Código Identificador:B2794EF6

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL
EXTRATO CONTRATO Nº 163/2026

Contratante: Município de Almirante Tamandaré do Sul/RS. **Contratada: MULTI TROFEUS E MEDALHAS LDTA,** inscrita sob o CNPJ nº 09.498.341/0001-03. **Objeto** Constitui objeto do presente contrato a aquisição de troféus e medalhas para a final do Campeonato Municipal de Futebol de Campo, conforme descrito em anexo único.. **Pagamento** Pela prestação dos serviços ora contratados, a CONTRATADA receberá o valor global de R$8.276,00 (oito mil duzentos e setenta e seis reais). no período da contratação.**Prazo:** O prazo de vigência do contrato será de 30 dias, a contar de sua assinatura.
Almirante Tamandaré do Sul, 29 de setembro de 2026.

DILSE JOSEFINA KLEIN BICIGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eduardo da Silva Ely
Código Identificador:5CB191C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA
PUBLICAÇÃO OFICIAL - HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Câmara Municipal de Vereadores de Alvorada Pregão Eletrônico - 7/2026

Resultado da Homologação

0001 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO - N/C - Valor Referência: R$ 35,98

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
Legalle Concursos Ltda	18,80	60.160,00	Homologado em 29/09/2026 12:43:17 Por: Marcos Paulo Barbosa da Silva

MARCOS PAULO BARBOSA DA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Ricardo Silva de Oliveira
Código Identificador:AC7ED980

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA
PUBLICAÇÃO OFICIAL - PORTARIA FISCAL

PORTARIA N° 399/2026

MARCOS PAULO BARBOSA DA SILVA, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, resolve:
DESIGNAR a servidora Andrea Amorim**,** como o FISCAL do Contrato nº 05/2026, com a empresa Legalle Concurso Ltda., cujo o objeto é de contratação de empresa especializada para a realização de concurso público, para o atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Alvorada, com base legal no art.117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA, em 29 de setembro de 2026.

VEREADOR MARCOS PAULO BARBOSA DA SILVA
Presidente.

Publicado por:
Ricardo Silva de Oliveira
Código Identificador:ED262A31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
5ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026

O Município de Alvorada comunica aos interessados a 5ª Retificação do edital de licitação, na modalidade pregão eletrônico, cujo objeto é o registro de preços, visando à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar. **A data, hora e local das disputas de preços se mantem os mesmos: 30 de setembro de 2026 a partir das 10 horas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.**
O edital RETIFICADO encontra-se à disposição no site alvorada.atende.net e www.portaldecompraspublicas.com.br, também podendo ser solicitado pelo e-mail licitacoes-alvorada@alvorada.rs.gov.br.
Maiores informações no Departamento de Compras, Licitações e Contratos; Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2266, telefone (51) 3044-8563 ou por meio do e-mail licitacoes-alvorada@alvorada.rs.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 8 horas e 15 minutos às 11 horas e 45 minutos e das 13 horas e 15 minutos às 16 horas e 45 minutos.

Alvorada, 29 de setembro de 2026.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Gayer Carvalho
Código Identificador:52941FEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas habilitadas e integrantes do Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB, interessadas em disponibilizar solução informatizada para realizar a captura de transações de pagamento de tributos Municipais por meio de cartão de débito ou crédito, sem custos para a administração municipal.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Douglas Martello de Souza Silveira, Prefeito do Município de Alvorada, no uso das atribuições legais e em observância aos procedimentos estabelecidos pelo Art. 71, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, decide HOMOLOGAR e ADJUDICAR o objeto do presente Chamamento Público às empresas credenciadas:

Grupag Instituição de Pagamento Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 27.659.570/0001-44.

A remuneração da credenciada ocorrerá exclusivamente mediante cobrança dos encargos financeiros diretamente do contribuinte aderente à operação, inexistindo qualquer ônus financeiro ao Município.
As Taxas de MDR, deverão seguir a tabela de referência abaixo, refere-se a média encontrada nas pesquisas constantes no ETP:

Modalidade	Mínimo identificado	Máximo identificado	Mediana de referência
Crédito à vista	1,87%	2,54%	2,30%
Parcelado (2 a 6 x)	2,22%	3,33%	2,91%
Parcelado (7 a 12x)	2,74%	3,50%	3,10%
Antecipação	0	2,94% a.m.	~2,94% a.m.

Registre-se e publique-se.

Alvorada, 29 de setembro de 2026.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Gayer Carvalho
Código Identificador:D9AF0787

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
CONTRATO N°151/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°55/2026 - RETIFICAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa por emergencialidade para realização de serviços integrados para retirada integral e desmontagem controlada da cobertura metálica da quadra da E.M.E.F. Guilhermina do Amaral, inclusive da parte deslocada sobre o telhado da escola, das telhas, peças estruturais, elementos de fixação e demais componentes da cobertura atingida, conforme Termo de Referência da Requisição ao Compras nº 551/2026.
Contratada: GUINCHO SUL LTDA
Valor Total: R$42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

Onde se lia: DISPENSA DE LICITAÇÃO N°52/2026

Leia-se: DISPENSA DE LICITAÇÃO N°55/2026

Alvorada, 29 de setembro de 2026

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Elidiane Martins Costa da Silva
Código Identificador:938D529E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
EXTRATO DA PORTARIA MUNICIPAL N° 3434/2026

EXTRATO DA PORTARIA Nº 3.434/2026

OBJETO: absolver o servidor, cientificá-lo da decisão, encerrar o Processo Administrativo Disciplinar nº 71.838/2025 e remeter os autos à Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração, Inovação e Transparência para as anotações de estilo e posterior arquivamento.

Alvorada, 28 de setembro de 2026.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SÍLVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora-Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Cristiane Pereira Peres
Código Identificador:24A15081

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
EXTRATO DA PORTARIA MUNICIPAL N° 3435/2026

EXTRATO DA PORTARIA Nº 3.435/2026

OBJETO: absolver a servidora, cientificá-la da decisão, encerrar o Processo Administrativo Disciplinar nº 10.227/2026 e remeter os autos à Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Administração, Inovação e Transparência para as anotações de estilo e posterior arquivamento.

Alvorada, 28 de setembro de 2026.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SÍLVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora-Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Cristiane Pereira Peres
Código Identificador:401FF2EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3397/2026

O Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo Eletrônico nº 52610/2026, da Secretaria Municipal Geral de Governo (SMGG), considerando o disposto no Decreto Municipal nº 101, de 31 de julho de 2025,

Resolve:

Retificar a Portaria Municipal nº 3079/2026, considerando que houve equívocos no momento de sua confecção, os quais ocasionaram divergência entre a publicação e o termo de designação. Diante disso,

Onde se lia: Secretaria Municipal de Educação-Alvorada-RS, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 101, de 31 de julho de 2025,

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes do Pregão Eletrônico n° 22/2026, referente ao Processo Administrativo nº 66471/2026, cujo objeto é registro de preços visando a aquisição de materiais promocionais.

Leia-se: Secretaria Municipal Geral de Governo (SMGG), considerando o disposto no Decreto Municipal nº 101, de 31 de julho de 2025,

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes
do Pregão Eletrônico n° 22/2026, referente ao Processo Administrativo nº 66471/2025, cujo objeto
é registro de preços visando a aquisição de materiais promocionais.

Conforme a Ordem de Serviço nº 004/2025, esta Portaria Municipal entra em vigor na data de
sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos 29 dias
do mês de setembro de 2026.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:28438382

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3398/2026

O Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo Eletrônico nº 54250/2026, da Secretaria Municipal Educação (SMED), considerando o disposto no Decreto Municipal nº 101, de 31 de julho de 2025,

Resolve:

Retificar a Portaria Municipal nº 3134/2026, considerando que houve equívocos no momento de sua confecção, os quais ocasionaram divergência entre a publicação e o termo de designação. Diante disso,

Onde se lia:
Resolve:

Designar o servidor Leandro Martins Flôr, Técnico em administração, matrícula nº 2007103406, como novo fiscal administrativo titular para os instrumentos contratuais, decorrente do Pregão Eletrônico nº 012/2024, referente ao processo administrativo nº 48097/2025, em substituição à Ana
Paula Mota da Silva Charara constante na Portaria Municipal nº 3372/2025, permanecendo inalterados os demais fiscais.

Leia-se:

Resolve:

Designar o servidor Leandro Martins Flôr, Técnico em administração, matrícula nº 2007103406, como novo fiscal administrativo titular para os instrumentos contratuais, decorrente do Pregão Eletrônico nº 012/2024, referente ao processo administrativo nº 35991/2023 cujo objeto é o fornecimento e instalação de divisórias, vidros, portas e forros. Em substituição à Ana
Paula Mota da Silva Charara constante na Portaria Municipal nº 3372/2025, permanecendo inalterados os demais fiscais.

Conforme a Ordem de Serviço nº 004/2025, esta Portaria Municipal entra em vigor na data de
sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos 29 dias
do mês de setembro de 2026.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:ABE1048B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3399/2026

O Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo Eletrônico nº 55777/2026, do Fundo De Previdência dos Servidores Municipais de Alvorada (FUNSEMA) , considerando o disposto no Decreto Municipal nº 101, de 31 de julho de 2025,

Resolve:

Retificar a Portaria Municipal nº 3202/2026, considerando que houve equívocos no momento de sua confecção, os quais ocasionaram divergência entre a publicação e o termo de designação. Diante disso,

Onde se lia:
Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes da Inexigibilidade de Licitação n° 94/2026, referente ao Processo Administrativo nº 48696/2026, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSCRIÇÕES PARA O CURSO "TEMPOS DE (IN)CERTEZAS: Como o Cenário Mundial Impacta a Gestão dos RPPS",REALIZADO NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2026, EM PORTO ALEGRE/RS, MINISTRADO POR GESTOR UM EDUCACAO.

Leia-se:

Resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais dos instrumentos contratuais decorrentes da Inexigibilidade de Licitação n° 94/2026, referente ao Processo Administrativo nº 48698/2026, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSCRIÇÕES PARA O CURSO "TEMPOS DE (IN)CERTEZAS: Como o Cenário Mundial Impacta a Gestão dos RPPS",REALIZADO NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2026, EM PORTO ALEGRE/RS, MINISTRADO POR GESTOR UM EDUCACAO.

Conforme a Ordem de Serviço nº 004/2025, esta Portaria Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos 29 dias do mês de setembro de 2026.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se.

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora Geral de Recursos Humanos

Publicado por:
Denian Josué Nunes Menezes
Código Identificador:15609FB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3418/2026

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 42095/2026;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, ao servidor **Rodrigo da Rosa Collin**, psicólogo, matrícula n.º 2012105746, de 30 (trinta) dias, de **01/10/2026 a 30/10/2026**, correspondente ao período aquisitivo *18/05/2017 a 17/05/2022*, com base no artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.
Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:DA443707

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3419/2026

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 51389/2026;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, ao servidor **Alexandre do Nascimento Lima**, educador social, matrícula n.º 2013107117, de 30 (trinta) dias, de **01/10/2026 a 30/10/2026**, correspondente ao período aquisitivo *04/09/2013 a 03/09/2018 com data final do período alterada para 02/09/2021*, com base no artigo 137 § 2º e artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:09A3DEE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3420/2026

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 54288/2026;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, à servidora **Celia Cristiana de Azevedo e Souza**, técnico em enfermagem, matrícula n.º 2012106382, de 30 (trinta) dias, de **01/10/2026 a 30/10/2026**, correspondente ao período aquisitivo *03/12/2017 a 02/12/2022*, com base no artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:EB8A02BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3421/2026

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 54907/2026;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, à servidora **Rita de Cassia Tavares Coelho Woida**, Professor Anos Iniciais, matrícula n.º 2009104108, de 30 (trinta) dias, de **01/10/2026 a 30/10/2026**, correspondente ao período aquisitivo *02/01/2015 a 01/01/2020*, com base no artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:66468FFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3422/2026

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 54529/2026;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, ao servidor **Flavio Berzagui**, Técnico em Contabilidade, matrícula n.º 2024111936, de 30 (trinta) dias, de **01/10/2026 a 30/10/2026**, correspondente ao período aquisitivo *04/05/2018 a 03/05/2023*, com base no artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:B44CB5AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3423/2026

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 53212/2026;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, ao servidor **Eduardo Santos Kruger**, Eletricista de Veículos, matrícula n.º 2004102091, de 30 (trinta) dias, de **05/10/2026 a 03/11/2026**, correspondente ao período aquisitivo *29/01/2015 a 28/01/2020*, com base no artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:74B8B31C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 3428/2026

O **Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o despacho exarado no protocolo nº. 55883/2026;

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio, em gozo, à servidora **Margareth Medianeira Floriano de Oliveira**, Educador Social, matrícula n.º 2010104693, de 30 (trinta) dias, de **13/10/2026 a 11/11/2026**, correspondente ao período aquisitivo *08/06/2010 a 07/06/2015*, com base no artigo 134 da Lei Municipal nº 3.670/2022, c/c as Leis Municipais nº 2.309/2010 e nº 3.093/2017.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

TAISON RIBAS NEVES
Secretário Municipal de Administração, Inovação e Transparência

Publique-se:

SILVIA MARIA SILVA DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Letícia Dellazari
Código Identificador:637B85A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026

O Município de Alvorada comunica aos interessados que se encontra aberta licitação, na modalidade pregão eletrônico, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tratadores de animais. Data, hora e local das disputas de preços: dia 16 de outubro de 2026, a partir das 10 horas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital encontra-se à disposição no site alvorada.atende.net e www.portaldecompraspublicas.com.br, também podendo ser solicitado pelo e-mail licitacoes-alvorada@alvorada.rs.gov.br. Maiores informações no Departamento de Compras, Licitações e Contratos; Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2266, telefone (51) 3044-8563 ou por meio do e-mail licitacoesalvorada@alvorada.rs.gov.br, de segunda a sexta feira, das 8 horas e 15 minutos às 11 horas e 45 minutos e das 13 horas e 15 minutos às 16 horas e 45 minutos.

Alvorada, 30 de setembro de 2026.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Antônio da Silva Faller
Código Identificador:3CE49990

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 17/2026

Dispõe sobre a aprovação, da Proposta Orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social de Alvorada para 2027, referente ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social de Alvorada/RS – CMAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), a Lei Municipal nº 2.837, de 26 de novembro de 2014, e o Regimento Interno deste Conselho, representado por seu Presidente, e

Considerando o recebimento do Ofício nº 039/2026/SMAS, emitido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, contendo a proposta orçamentária da SMAS para o ano de 2027 e a respectiva contraproposta;

Considerando a análise técnica e o Parecer Favorável emitido pela Comissão de Financiamento e Orçamento deste Conselho após a avaliação detalhada do impacto financeiro nas ações socioassistenciais, conforme a Ata nº 003/2026;

Considerando o artigo 30 da Lei Federal nº 8.742/1993, que estabelece a necessidade de funcionamento efetivo do Conselho e do Fundo para o repasse de recursos federais;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, a proposta orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social objeto do Ofício nº 039/2026/SMAS para o exercício de 2027, no valor de R$ 12.226.528,04 (doze milhões, duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e vinte e oito reais e quatro centavos), referente à Unidade 70 – Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 2º Estabelecer a ressalva de que, caso a Administração Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Orçamento, não consiga atender a proposta em sua totalidade, em razão de eventual insuficiência na arrecadação ou nos repasses previstos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência

Social, Família e Combate à Fome – MDS, os recursos poderão ser ajustados e redistribuídos, observadas suas respectivas vinculações e finalidades legais.

Parágrafo único. A eventual adequação da distribuição orçamentária deverá ocorrer em articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando as prioridades da política municipal de assistência social e visando assegurar a continuidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais previstos para o exercício de 2027.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ILDOMAR NUNES SILVEIRA
Presidente do CMAS de Alvorada/RS

Publicado por:
Aline Thomazetti Santos
Código Identificador:75682309

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 18/2026

Aprova o Plano de Aplicação do Superávit Financeiro de 2025 dos recursos do Cofinanciamento Federal referentes ao Bloco de Proteção Social Básica – PSB, Vínculo 06601295, do Município de Alvorada – RS.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, atualizada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011, bem como a Lei Municipal nº 2.837/2014, e considerando a deliberação da Reunião Plenária realizada no dia **23 de setembro de 2026**,

CONSIDERANDO o Ofício nº 036/2026/SMAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, que encaminha para apreciação deste Conselho o ajuste orçamentário do exercício de 2026, mediante a apropriação do Superávit Financeiro de 2025 referente ao Vínculo 06601295 – Proteção Social Básica – PSB;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação Superavit 2025 para o Cofinanciamento Federal referente ao **Bloco de Proteção Social Básica**, Vínculo 06601295, do Município de Alvorada – RS, vinculado à conta nº 40.179-X do Banco do Brasil, no montante de R$ 674.837,45 (seiscentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos), conforme disposto abaixo:

PLANO DE APLICAÇÃO	
NATUREZA DA DESPESA / ESPECIFICAÇÃO	**TOTAL**
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	R$ 1.000,00
Subvenções sociais	R$ 61.000,00
Diárias – civil	R$ 50.000,00
Material de consumo	R$ 70.837,45
Passagens e despesas de locomoção	R$ 30.000,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	R$ 10.000,00
Locação de mão de obra	R$ 199.000,00
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	R$ 70.000,00
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	R$ 40.000,00
Auxílio-alimentação	R$ 1.000,00
Auxílio-transporte	R$ 1.000,00
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 1.000,00
Equipamentos e Material Permanente	R$ 100.000,00
Indenizações e restituições	R$ 40.000,00
Total Geral	**R$ 674.837,45**

Art. 2º Os recursos de que trata esta Resolução serão destinados à manutenção e execução dos serviços, programas e ações da Proteção Social Básica – PSB, conforme o Plano de Aplicação aprovado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alvorada/RS, 23 de setembro de 2026.

LUIZ ILDOMAR NUNES SILVEIRA
Presidente do CMAS de Alvorada/RS

Publicado por:
Aline Thomazetti Santos
Código Identificador:B4FF434E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 19/2026

Aprova o Plano de Aplicação do Superávit Financeiro de 2025 dos recursos do Cofinanciamento Federal referentes ao Bloco de Proteção Social Especial – PSE, Vínculo 06601311, do Município de Alvorada – RS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, atualizada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011, bem como a Lei Municipal nº 2.837/2014, e considerando a deliberação da Reunião Plenária realizada no dia **23 de setembro de 2026**,

CONSIDERANDO o Ofício nº 038/2026/SMAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, que encaminha para apreciação deste Conselho o ajuste orçamentário do exercício de 2026, mediante a apropriação do Superávit Financeiro de 2025 referente ao Vínculo 06601311 – Proteção Social Especial – PSE;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação do Superávit Financeiro de 2025 para o Cofinanciamento Federal referente ao Bloco de **Proteção Social Especial – PSE**, Vínculo **06601311**, do Município de Alvorada – RS, vinculado à conta corrente nº **43.973-8**, do Banco do Brasil, no montante de **R$ 1.091.720,28** (um milhão, noventa e um mil, setecentos e vinte reais e vinte e oito centavos), conforme disposto abaixo:

PLANO DE APLICAÇÃO	
NATUREZA DA DESPESA / ESPECIFICAÇÃO	**TOTAL**
Subvenções sociais	R$ 2.000,00
Diárias – civil	R$ 61.000,00
Material de consumo	R$ 240.694,63
Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	R$ 28.000,00
Passagens e despesas de locomoção	R$ 21.000,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	R$ 41.000,00
Locação de mão de obra	R$ 262.000,00
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	R$ 122.000,00
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	R$ 34.000,00
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 3.000,00
Obras e instalações	R$ 2.000,00
Equipamentos e Material Permanente	R$ 273.025,65
Indenizações e restituições	R$ 2.000,00
TOTAL GERAL	**R$ 1.091.720,28**

Art. 2º Os recursos de que trata esta Resolução serão destinados à manutenção e execução dos serviços, programas e ações da Proteção Social Especial – PSE, abrangendo os serviços socioassistenciais de média e alta complexidade, conforme o Plano de Aplicação aprovado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alvorada/RS, 23 de setembro de 2026.

LUIZ ILDOMAR NUNES SILVEIRA
Presidente do CMAS de Alvorada/RS

Publicado por:
Aline Thomazetti Santos
Código Identificador:B523EBA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO GERAL – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 327/2026

A **Secretaria Municipal de Educação de Alvorada (SMED)**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº

13.019/2014, torna público o resultado geral do Edital de Chamamento Público nº 327/2026, que tem como objeto a seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) para a celebração de Termo de Colaboração visando à execução do Programa Escola de Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino.

Após a conclusão das etapas de análise de inscrições, documentação e julgamento das propostas previstas no certame, proclama-se vencedora a seguinte instituição:

• **Organização Vencedora:** Instituto Alicerce

• **CNPJ nº:** 34.521.488/0001-14

A entidade classificada em primeiro lugar cumpriu integralmente com os requisitos exigidos no edital e convoca-se para os procedimentos subsequentes de formalização da parceria.

Alvorada/RS, 30 de setembro de 2026.

ITALO MAINIERI JUNIOR
Secretário Municipal de Educação de Alvorada

Publicado por:
Eduardo Godoy Lopes
Código Identificador:9D81DE6B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMBARÉ

LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 93/2026

PROCESSO Nº: 373/2026. OBJETO: Solicita autorização para a contratação de 02 (dois) veículos automotores, sem motorista,
destinados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, mediante utilização da Ata de Registro de Preços decorrente do Processo nº 35/2025 Pregão Eletrônico nº 10/2025, realizado pelo Consórcio Centro-Sul, memo 2119/2026, Setor Trânsito..
EXECUTOR: AUTOLOCADORA LINCK MELLO LTDA CNPJ: 09.146.749/0001-16 R$ 18.600,00. VALOR . DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 5844/5848
1500 Recursos não Vinculados de Impostos
2660 Transferência de Recursos do Fundo Nacio
Arambaré, 29 de setembro de 2026.

IAGO DOS SANTOS KIELERMANN
(Prefeito)

Publicado por:
Silvana da Silva Silva
Código Identificador:B14F1BD6

LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 95/2026

PROCESSO Nº: 377/2026. OBJETO: Solicito autorização para a contratação de 01 (um) veículo automotor, sem motorista, destinado ao Gabinete do Prefeito, mediante utilização da Ata de Registro de Preços decorrente do Processo nº 35/2025 Pregão Eletrônico nº 10/2025, realizado pelo Consórcio Centro-Sul, memo 2130-2026, Setor Trânsito. EXECUTOR: RX LOCADORA DE VEÍCULOS PARANA LTDA CNPJ: 14.164.110/0001-01 R$ 11.040,00.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 5839
1500
Recursos não Vinculados de Impostos
Arambaré, 29 de setembro de 2026.

IAGO DOS SANTOS KIELERMANN
(Prefeito)

Publicado por:
Silvana da Silva Silva
Código Identificador:9526B145

LICITAÇÕES
PROCESSO DE DISPENSA POR LIMITE Nº: 192/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO COMPLETO PARA CAIXA ACOPLADA
EXECUTOR: CLARAO DISTRIBUIDORA DE MAT ELETRICO E HIDRAULICO LTDA, CNPJ: 07.629.826/0001-63
VALOR: R$ 190,38 (cento e noventa reais e trinta e oito centavos)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75 INC. II
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
4990-1500-Recursos não Vinculados de Impostos
Arambaré, 29 de setembro de 2026,

IAGO DOS SANTOS KIELERMANN
(Prefeito).

Publicado por:
Joao Henrique de Oliveira Collato
Código Identificador:037A363A

LICITAÇÕES
PROCESSO DE DISPENSA POR LIMITE Nº: 193/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COPOS PLASTICOS DESCARTAVEIS
EXECUTOR: DELAMAR MACHADO, CNPJ: 72.235.369/0001-94
VALOR: R$ 31,45 (trinta e um reais e quarenta e cinco centavos)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75 INC. II
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
6099-2660-Transferência de Recursos do Fundo Nacio
Arambaré, 29 de setembro de 2026,

IAGO DOS SANTOS KIELERMANN
(Prefeito).

Publicado por:
Joao Henrique de Oliveira Collato
Código Identificador:524A5FA7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARICÁ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 464/2026

Homologa o Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Morro Ferrabraz e dá outras providências.

OSEAS GARCIA, Prefeito Municipal de ARARICÁ, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 9.985/2000;

CONSIDERANDO que o Plano de Manejo constitui instrumento técnico destinado a estabelecer o zoneamento e as normas que devem orientar o uso da área e o manejo dos recursos naturais da Unidade de Conservação;

CONSIDERANDO a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Morro Ferrabraz, por meio da Lei Municipal nº 1.516 de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a proteção dos atributos ambientais que fundamentaram a criação da Unidade de Conservação, compatibilizando sua conservação com os usos admitidos para a categoria;

CONSIDERANDO que o Plano de Manejo da ARIE Morro Ferrabraz foi elaborado em conformidade com a legislação ambiental aplicável e submetido aos procedimentos técnicos e administrativos pertinentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Morro Ferrabraz, Unidade de Conservação localizada no Município de Araricá/RS, na forma do documento técnico que integra o respectivo processo administrativo.
§ 1º O Plano de Manejo de que trata o *caput* constitui instrumento de planejamento, gestão e ordenamento territorial da Unidade de Conservação, devendo ser observado na gestão da ARIE, no licenciamento e na autorização de atividades, intervenções e usos que incidam sobre sua área, quando cabíveis.
§ 2º Integram o Plano de Manejo, para todos os fins, seus mapas, memoriais, diagnósticos, zoneamento, programas, diretrizes, normas e demais documentos técnicos que o compõem.

Art. 2º O zoneamento, as normas de uso e ocupação, as diretrizes de manejo, os programas de gestão e as demais disposições estabelecidas no Plano de Manejo deverão ser observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como pelos proprietários, possuidores, usuários e demais interessados abrangidos por suas disposições, respeitadas as competências dos demais entes federativos.

Art. 3º Compete ao órgão municipal responsável pela gestão ambiental coordenar a implementação, o acompanhamento e a avaliação do Plano de Manejo, adotando as medidas administrativas necessárias ao cumprimento de suas diretrizes.

Art. 4º As atividades, obras, empreendimentos, intervenções e demais formas de utilização dos recursos naturais existentes na área abrangida pela ARIE deverão observar as disposições do Plano de Manejo, sem prejuízo das demais exigências previstas na legislação ambiental e urbanística aplicável.

Art. 5º O Plano de Manejo poderá ser revisto ou atualizado sempre que necessário, mediante procedimento técnico e administrativo próprio, observada a legislação aplicável e os mecanismos de participação exigíveis.

Art. 6º O Plano de Manejo homologado por este Decreto deverá permanecer disponível para consulta pública junto ao órgão municipal responsável pela gestão ambiental e, preferencialmente, no sítio eletrônico oficial do Município.

Art. 7º Os casos omissos relativos à aplicação do Plano de Manejo serão analisados pelo órgão municipal responsável pela gestão da Unidade de Conservação, observada a legislação ambiental vigente.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araricá,
aos 24 Dias do Mês de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se**.**

OSEAS GARCIA
Prefeito Municipal

MARINA MARIANA MULLER BROCK
Secretária Municipal de Administração

JORDANA MANUELA DE LIMA
Secretária de Meio Ambiente

Publicado por:
Andrei Luan da Silva
Código Identificador:90358496

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARICÁ
AVISO DE EDITAL

EDITAL N° 138/2026 PREGÃO ELETRÔNICO – Registro de preços para contratação de assentamento de PVS e meio fio com fornecimento de materiais.
Data de Abertura: 15 de outubro de 2026 Horas: 13h30min
Editais e seus anexos poderão ser obtidos no site da prefeitura https://www.ararica.rs.gov.br/ e no site https://pregaobanrisul.com.br/.
Araricá, 30 de setembro de 2026

Publicado por:
Evandro Augusto Fleck
Código Identificador:D873235B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATIBA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 076/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para execução da obra de construção do complexo esportivo municipal de Aratiba/RS, a ser implantado junto ao Parque Municipal de Eventos Mario Francisco Dal Lago. **Data de abertura da licitação:** 15 de outubro de 2026. **EDITAL E INFORMAÇÕES:** junto a Prefeitura Municipal ou pelo site www.pmaratiba.rs.gov.br ou Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Aratiba/RS, 29 de agosto de 2026.

GELSON TARCISIO CARBONERA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lucas André Barbieri
Código Identificador:EC18F7CD

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 071/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ARATIBA
CONTRATO Nº: 0071/26
PROCESSO LICITATÓRIO: 000077/26
MODALIDADE: DISPENSA
Nº MODALIDADE: 0032/26
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A75II(Art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/21)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARATIBA
CNPJ: 87.613.469/0001-84 - ENDEREÇO: RUA LUIZ LOESER
NÚMERO: 287 CIDADE: ARATIBA/RS
FORNECEDOR: DENIS DANIEL HENSEL 09275820902
CNPJ: 21.983.852/0001-16 - ENDEREÇO: PREFEITO ETELVINO PEDRO TUMELERO
NÚMERO:156 CIDADE: SEARA/SC
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DESTINADOS À SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS E ALGEROSAS EXISTENTES NA ESCOLA MUNICIPAL ARATIBA E NA RODOVIÁRIA MUNICIPAL DE ARATIBA, INCLUINDO O FORNECIMENTO, TRANSPORTE, INSTALAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO
VALOR: 48.336,00
Data Início da Vigência: 29/09/2026
Data Final da Vigência: 30/11/2026
Aratiba, 29 de setembro de 2026.

GELSON TARCISIO CARBONERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas André Barbieri
Código Identificador:F2FBC51F

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2026 - 5º ADITIVO

MUNICÍPIO DE ARATIBA
CONTRATO: 0042/26
ADITIVO: 00005/26
PROCESSO LICITATÓRIO: 000040/26
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
Nº MODALIDADE: 0006/26
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARATIBA
CNPJ: 87.613.469/0001-84 - ENDEREÇO: RUA LUIZ LOESER
NÚMERO: 287 CIDADE: ARATIBA/RS
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA SA
CNPJ: 90.180.605/0001-02 - ENDEREÇO: MARECHAL FLORIANO PEIXOTO - 450
CIDADE: PORTO ALEGRE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ARATIBA/RS, COM COBERTURA DE DANOS AOS VEÍCULOS E A TERCEIROS.
VALOR DO ADITIVO: -2.277,63
TIPO HISTÓRICO: Diminuição

Aratiba, 29/09/2026

GELSON TARCISIO CARBONERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas André Barbieri
Código Identificador:0C261E3D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
35/2026

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, em observância ao artigo 75, inciso II, da Lei n° 14.133/2021 e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos.

CONTRATANTE: Município de Arroio dos Ratos/RS
CONTRATADO: 15.418.044 Paula Dalbem Stropper
Objeto do contrato: Locação de Brinquedos para Evento da Semana da Criança dos dias 05/10/2026 até o dia 08/10/2026.
Valor Total: R$ 9.980,00(Nove mil, novecentos e oitenta reais)
Vigência do Contrato: Fornecimento Imediato
Licitação: Dispensa de licitação 35/2026, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021
Data da Assinatura: 29 de Setembro de 2026
Partes: Darci Renato Feiten e Sandra Bortolloti Martins

Arroio dos Ratos, 29 de Setembro de 2026.

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Machado Dos Santos
Código Identificador:1874F76E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PE42 PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO- DO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS/RS,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026

O Município de Arroio dos Ratos/RS torna público que encontra-se aberta a Licitação em epígrafe, tipo PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO- DO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS/RS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E ASSISTENCIAL, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS E INSUMOS, BEM COMO A MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA NECESSÁRIA AO PLENO FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO, DE FORMA ININTERRUPTA, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, TODOS OS DIAS DA SEMANA, INCLUSIVE FINAIS DE SEMANA E FERIADOS, PELO PRAZO MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESESO recebimento e abertura das propostas e início da sessão de disputa de preços se darão no dia 16/10/2026, às 09:00 , 09:01 consecutivamente. O edital estará disponível nos sites: www.arroiodosratos.rs.gov.br www.banrisul.com.br, ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul. Informações nos fones (51) 3656-1029 e 1180.

Arroio dos Ratos, 29 de setembro de 2026

DARCI RENATO FEITEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Almeida Tolotti
Código Identificador:51919F72

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1487/2026

28/09/2026- Portaria n° 1487/2026- CONCEDER ao servidor (a) SANDRA COUTINHO GOVONI, n° 1792- "Licença Prêmio" referente ao 3° Quinquênio, compreendido no período de 14.06.2017 a 13.06.2022, conforme artigos dos artigos 93 ao 95 da Lei n° 2.138/02, alterada pela Lei 3.689/2014 e Lei n° 4414/2024.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:206CBBB8

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1488/2026

28/09/2026- Portaria n° 1488/2026- CONCEDER ao servidor (a) SANDRA COUTINHO GOVONI, n°1792, CONVERSÃO da Licença Prêmio em pecúnia - para o mês de outubro de 2026, com a segunda parcela a ser paga no mês de outubro de 2027 e a terceira parcela para o mês de outubro de 2028, concedida pela Portaria n° 1487/2026 referente ao 3° Quinquênio, compreendido no período de 14.06.2017 a 13.06.2022 em Prêmio por Assiduidade , conforme parágrafo 1°, artigo 93 ao 95 da Lei n°2.138/2002, alterada pela Lei n° 3689/2014. e Lei n° 4414/2024.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:0BE8C661

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1490/2026

28/09/2026- Portaria n° 1490/2026- CONCEDER ao servidor (a) GISELE MACHADO DA SILVA, n°3824, CONVERSÃO da Licença Prêmio em pecúnia - para o mês de outubro de 2026, com a segunda parcela a ser paga no mês de outubro de 2027 e a terceira parcela para o mês de outubro de 2028, concedida pela Portaria n° 1489/2026 referente ap 1° Quinquênio, compreendido no período de 26.04.2019 a 25.04.2024 em Prêmio por Assiduidade , conforme parágrafo 1°, artigo 93 ao 95 da Lei n°2.138/2002, alterada pela Lei n° 3689/2014. e Lei n° 4414/2024.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:A06A5BDA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1493/2026

28/09/2026- Portaria n°1493/2026- CONCEDER ao (a) Servidor (a) CAROLINE DOS SANTOS ZANELLA, matrícula 2817 - 01% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, ficando com um percentual de 13%, forma do Artigo 86 da Lei n° 2.138/2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. Esta Portaria terá seus feitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:C862C548

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1494/2026

28/09/2026- Portaria n°1494/2026- CONCEDER ao (O) Servidor (O) LEANDRO DA SILVA RONZONI, matrícula 2815 - 01% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, ficando com um percentual de 13%, forma do Artigo 86 da Lei n° 2.138/2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. Esta Portaria terá seus feitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:8A92FC7D

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1495/2026

28/09/2026- Portaria n°1495/2026- CONCEDER ao (a) Servidor (a) GRAZIELA CORREA SANTOS, matrícula 2997 - 01% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, ficando com um percentual de 12%, forma do Artigo 86 da Lei n° 2.138/2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. Esta Portaria terá seus feitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:A406371F

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1496/2026

28/09/2026- Portaria n°1496/2026- CONCEDER ao (a) Servidor (a) CLAUDIA ROZANE ESCOUTO DE FREITAS, matrícula 2821 - 01% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, ficando com um percentual de 13%, forma do Artigo 86 da Lei n° 2.138/2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. Esta Portaria terá seus feitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:BB43A5DC

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1497/2026

28/09/2026- Portaria n°1497/2026- CONCEDER ao (a) Servidor (a) LISIANE ASSIS DA SILVA, matrícula 4104 - 01% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, ficando com um percentual de 05%, forma do Artigo 86 da Lei n° 2.138/2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. Esta Portaria terá seus feitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:950918C0

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1498/2026

28/09/2026- Portaria n°1498/2026- CONCEDER ao (a) Servidor (a) RENATA SILVA DE SOUZA, matrícula 2996 - 01% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, ficando com um percentual de 12%, forma do Artigo 86 da Lei n° 2.138/2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. Esta Portaria terá seus feitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:9D5DFCD0

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1499/2026

28/09/2026- Portaria n°1499/2026- CONCEDER ao (a) Servidor (a) LEANDRO RODRIGUES DOS SANTOS, matrícula 2820 - 01% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, ficando com um percentual de 13%, forma do Artigo 86 da Lei n° 2.138/2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. Esta Portaria terá seus feitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:CF7A634E

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1500/2026

28/09/2026- Portaria n°1500/2026- CONCEDER ao (a) Servidor (a) ELTON PEREIRA RODRIGUES, matrícula 2816 - 01% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, ficando com um percentual de 13%, forma do Artigo 86 da Lei n° 2.138/2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. Esta Portaria terá seus feitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:07A071DB

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1501/2026

28/09/2026- Portaria n°1501/2026- CONCEDER ao (a) Servidor (a) LAISA MATZEMBACHER SOARES, matrícula 4297 - 01% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, ficando com um percentual de 04%, forma do Artigo 86 da Lei n° 2.138/2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. Esta Portaria terá seus feitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:E411A983

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1502/2026

28/09/2026- Portaria n°1502/2026- CONCEDER ao (a) Servidor (a) MARIA LIDIA DA SILVA MACHADO, matrícula 881 - 01% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, ficando com um percentual de 26%, forma do Artigo 86 da Lei n° 2.138/2002 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. Esta Portaria terá seus feitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:826184DF

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 1504/2026

28/09/2026- Portaria n° 1504/2026 - CONCEDER ao servidor (a) LISIANE ASSIS DA SILVA, matrícula 4104, Mudança de Classe , Padrão 2 - Classe A, passando para Padrão 2 - Classe B, na forma do artigo 12 a 19 da Lei n° 3427/2011 - Plano de Carreira dos Servidores Municipais. Esta Portaria terá seus efeitos a contar de 01 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yasmin Alves Martins
Código Identificador:57CB4E2F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO N° 5518/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO EXECUTIVO N° 5518/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre crédito suplementar no valor de R$ 100.000,00.

SERGIO LUÍS NEUBERGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA – RS, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 4118, de 29 de setembro de 2026,

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto no orçamento vigente, o seguinte crédito suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

ORGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNID. ORG: 01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUBFUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA: 0126 – ASSISTÊNCIA MÉDICA A POPULAÇÃO
ATIVIDADE: 2.041 – Manutenção dos Serviços de Saúde – Rec. Federais
3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....R$ 50.000,00
3.3.93.32.00 – Material, Bem ou Serv. para Dist. Gratuita.....R$ 50.000,00
Fonte de Recursos: 1.600 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos
Detalhamento da Fonte: 4506 – Custeio – Emenda Custeio Saúde Deputado Afonso Hamm
Código de Acompanhamento: 3110 – Emenda Parlamentares Individuais - União

Art. 2º Servirá de Recurso para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no Artigo anterior, à provável maior arrecadação no exercício, no valor de R$ 100.000,00, da Fonte de Recursos: 1.600 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos.

Art. 3º- Este Decreto Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2026.

SERGIO LUÍS NEUBERGER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 29 DE SETEMBRO DE 2026.

CLOVIS ROBERTO CONRAD
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Larissa Holderbaum
Código Identificador:BB364C40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4117/2026

LEI MUNICIPAL Nº 4117/2026

Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre o pagamento em pecúnia do vale-alimentação instituído pela Lei Municipal nº 1.974, de 16 de janeiro de 2018, e dá outras providências.

SERGIO LUÍS NEUBERGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA/RS, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º O vale-alimentação devido aos servidores do Poder Legislativo Municipal beneficiários da Lei Municipal nº 1.974, de 16 de janeiro de 2018, será pago, em caráter excepcional e temporário, em pecúnia, mediante processamento em rubrica própria na folha mensal de pagamento dos respectivos beneficiários, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias.
§ 1º Durante o período estabelecido no caput, não se aplica o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 1.974, de 16 de janeiro de 2018, exclusivamente quanto à forma de fornecimento do vale-alimentação por intermédio de empresa especializada e cartão-alimentação.
§ 2º A alteração temporária da forma de pagamento não modifica o valor do vale-alimentação nem o percentual de participação do beneficiário em seu custeio, permanecendo aplicáveis as disposições da Lei Municipal nº 1.974, de 16 de janeiro de 2018.
§ 3º Permanecem aplicáveis, durante o período previsto no caput, as demais condições e requisitos para concessão do vale-alimentação estabelecidos na Lei Municipal nº 1.974, de 16 de janeiro de 2018, no que não forem incompatíveis com esta Lei.
Art. 2º O pagamento em pecúnia previsto nesta Lei não altera a finalidade alimentar do benefício nem as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.974, de 16 de janeiro de 2018, ressalvada exclusivamente a forma temporária de pagamento prevista nesta Lei.
Art. 3º A participação do beneficiário no custeio do vale-alimentação permanecerá no percentual estabelecido na Lei Municipal nº 1.974, de 16 de janeiro de 2018, devendo o respectivo desconto ser processado em rubrica própria na folha de pagamento.
Art. 4º A adoção do pagamento em pecúnia prevista nesta Lei possui caráter excepcional e temporário e não implica alteração definitiva da forma de concessão do vale-alimentação estabelecida na Lei Municipal nº 1.974, de 16 de janeiro de 2018.
Art. 5º Durante o período de vigência desta Lei, o Poder Legislativo adotará as providências necessárias à avaliação e definição da modalidade de concessão do vale-alimentação a ser adotada após o término do regime temporário.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.
Art. 7º O pagamento da parcela do vale alimentação não se incorpora a remuneração, aos proventos, aos subsídios ou a vantagens funcionais, não gera reflexo em gratificações ou em outras bases instituídas pela legislação municipal e permanece subordinada as regras de efetivo exercício e proporcionalidade previstas na Lei Municipal 1.974 de 2018.
Art 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO LUÍS NEUBERGER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 29 DE SETEMBRO DE 2026

CLÓVIS ROBERTO CONRAD
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Larissa Holderbaum
Código Identificador:DEF62943

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4118/2026

LEI MUNICIPAL Nº 4118/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R$ 100.000,00.

SERGIO LUÍS NEUBERGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA/RS, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente, crédito suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

ORGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNID. ORG: 01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUBFUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA: 0126 – ASSISTÊNCIA MÉDICA A POPULAÇÃO
ATIVIDADE: 2.041 – Manutenção dos Serviços de Saúde – Rec. Federais
3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....R$ 50.000,00
3.3.93.32.00 – Material, Bem ou Serv. para Dist. Gratuita.....R$ 50.000,00
Fonte de Recursos: 1.600 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos
Detalhamento da Fonte: 4506 – Custeio – Emenda Custeio Saúde Deputado Afonso Hamm
Código de Acompanhamento: 3110 – Emenda Parlamentares Individuais - União

Art. 2º Servirá de Recurso para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no Artigo anterior, à provável maior arrecadação no exercício, no valor de R$ 100.000,00, da Fonte de Recursos: 1.600 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO LUÍS NEUBERGER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 29 DE SETEMBRO DE 2026

CLÓVIS ROBERTO CONRAD
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Larissa Holderbaum
Código Identificador:A71CB444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4119/2026

LEI MUNICIPAL Nº 4119/2026

Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre o pagamento em pecúnia do vale-alimentação instituído pela Lei Municipal nº 1.921, de 07 de abril de 2017, e dá outras providências.

SERGIO LUÍS NEUBERGER, PREFEITO MUNICIPAL DE AUGUSTO PESTANA/RS, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º O vale-alimentação instituído pela Lei Municipal nº 1.921, de 07 de abril de 2017, será pago, em caráter excepcional e temporário, em pecúnia, mediante processamento em rubrica própria na folha mensal de pagamento dos respectivos beneficiários, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias.
§ 1º Durante o período estabelecido no caput, não se aplica o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 1.921, de 07 de abril de 2017, exclusivamente quanto à forma de fornecimento do vale-alimentação por intermédio de empresa especializada e cartão-alimentação.
§ 2º A alteração temporária da forma de pagamento não modifica o valor do vale-alimentação nem o percentual de participação do beneficiário em seu custeio, permanecendo aplicáveis as disposições da Lei Municipal nº 1.921, de 07 de abril de 2017.
§ 3º Permanecem aplicáveis, durante o período previsto no caput, as demais condições e requisitos para concessão do vale-alimentação estabelecidos na Lei Municipal nº 1.921, de 07 de abril de 2017, no que não forem incompatíveis com esta Lei.
Art. 2º O pagamento em pecúnia previsto nesta Lei não altera a finalidade alimentar do benefício nem as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.921, de 07 de abril de 2017, ressalvada exclusivamente a forma temporária de pagamento prevista nesta Lei.
Art. 3º A participação do beneficiário no custeio do vale-alimentação permanecerá no percentual estabelecido na Lei Municipal nº 1.921, de 07 de abril de 2017, devendo o respectivo desconto ser processado em rubrica própria na folha de pagamento.
Art. 4º A adoção do pagamento em pecúnia prevista nesta Lei possui caráter excepcional e temporário e não implica alteração definitiva da forma de concessão do vale-alimentação estabelecida na Lei Municipal nº 1.921, de 07 de abril de 2017.
Art. 5º Durante o período de vigência desta Lei, o Poder Executivo adotará as providências necessárias à avaliação e definição da modalidade de concessão do vale-alimentação a ser adotada após o término do regime temporário.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.
Art. 7º O pagamento da parcela do vale alimentação não se incorpora a remuneração, aos proventos, aos subsídios ou a vantagens funcionais, não gera reflexo em gratificações ou em bases instituídas pela legislação municipal e permanece subordinada as regras de efetivo exercício e proporcionalidade prevista na Lei Municipal nº 1921 de 2017.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO LUÍS NEUBERGER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 29 DE SETEMBRO DE 2026

CLÓVIS ROBERTO CONRAD
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Larissa Holderbaum
Código Identificador:420AB10F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-
PROCURADORIA JURIDICA
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Analisando o presente Processo Administrativo n.º 1108/2026, com base no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 1038/2026**, para contratação da empresa CONSULTORIA EDUCAÇÃO E AÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 28.114.183/0001-95, para realização de palestras de formação continuada para assessores e professores da educação infantil da rede municipal de ensino deste Município, em um total de 14 (quatorze) horas de formação, pelo valor total de R$10.000,00 (dez mil reais).

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se.

Augusto Pestana/RS, 29 de setembro de 2026.

SERGIO LUÍS NEUBERGER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Patricia Talita Steirnagel Wunder
Código Identificador:BEAD34D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 72/2026
Contratante: Município de Augusto Pestana – RS.
Contratada: CONSULTORIA EDUCAÇÃO E AÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 28.114.183/0001-95.
Objeto: Contratação de palestras de formação continuada para assessores e professores da educação infantil da rede municipal de ensino deste Município, em um total de 14 (quatorze) horas de formação.
Valor: R$10.000,00.
Vigência do Contrato: 29/09/2026 a 15/10/2026.
Dotação Orçamentária: 8702.
Processo Administrativo n.º 1108/2026.
Dispensa de Licitação por Limite n.º 1038/2026.
Augusto Pestana/RS, 29 de setembro de 2026.

SERGIO LUÍS NEUBERGER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Patricia Talita Steirnagel Wunder
Código Identificador:1408B52A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COTEGIPE
RETIFICAÇÃO EDITAL CONCURSO PÚBLICO 001/2026

O Município de Barão de Cotegipe, Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito em Exercício, Lauri Sperotto, no uso de suas atribuições legais, em obediência a Constituição Federal e em consonância com a Lei Orgânica do Município, torna público que o edital para o CONCURSO PÚBLICO No. 001/2026 FOI RETIFICADO. As referidas alterações estão disponíveis no site www.institutodom.com. Igualmente, as inscrições continuam abertas até a data de 30/10/2026. Mais informações no e-mail contato@institutodom.com.

Publicado por:
Fabricio Roberto Martins
Código Identificador:05180499

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 058/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 058/2026. Protocolo nº 1525/2026. O Município de Barão do Triunfo – RS torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia 13/10/2026, às 08h31min, será realizado Pregão Eletrônico, com participação exclusiva para ME e EPP, pelo critério de julgamento menor preço por item, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais para uso no setor veterinário da Secretaria Municipal de Agricultura de Barão do Triunfo/RS, conforme especificações constantes no edital e seus anexos. Maiores informações e cópias do edital poderão ser obtidas através do site pmbaraodotriunfo.com.br e www.portaldecompraspublicas.com.br no sítio Barão do Triunfo, 29 de setembro de 2026.

ODONE KLOPPEMBURG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alice Lupa da Silva
Código Identificador:31DB14A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DOBRÁVEIS PERSONALIZADAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, CONFORME LEI AUTORIZATIVA 2125/2026

PROCESSO DE DISPENSA 1247/2026

Contratada: KATIVA INDÚSTRIA DE MÓVEIS TUBOLARES LTDA - CNPJ: 06.342.167/0001-17

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DOBRÁVEIS PERSONALIZADAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, CONFORME LEI AUTORIZATIVA 2125/2026.

Autorização da Autoridade Competente: 28/09/2026

Prazo: Imediato

Valor: R$ 21.200,00

Dotação Orçamentária: 26

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:2D4DCD0B

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
AQUISIÇÃO DE ITENS PARA MANUTENÇÃO DA PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN M75HD. SECRETARIA DE OBRAS.

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADO 208/2026

Contratada: METAL MAX CNPJ:30.184.183/0001-03

Objeto: Aquisição de itens para manutenção da Pá Carregadeira Michigan M75HD. Secretaria de Obras.

Autorização da Autoridade Competente: 25/09/2026

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 614

Valor: R$ 2.024,00

Barra do Guarita, 25/09/2026

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:E9966C82

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
AQUISIÇÃO DE PEÇA E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA HB20 - JCU4F15. SECRETARIA DE SAÚDE.

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADO 185/2026

Contratada: OESTE PNEUS LTDA CNPJ:24.052.363/0004-81

Objeto: Aquisição de peça e serviços de mão de obra HB20 - JCU4F15. Secretaria de Saúde.

Autorização da Autoridade Competente: 28/09/2026

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 244 e 248

Valor: R$ 520,00

Barra do Guarita, 28/09/2026

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:3BDCD231

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO AQUISIÇÃO DE PNEUS E SERVIÇO DE GEOMETRIA CHEVROLET SPIN - JCP8B19. SECRETARIA DE SAÚDE.

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADO 187/2026

Contratada: OESTE PNEUS LTDA CNPJ:24.052.363/0004-81

Objeto: Aquisição de pneus e serviço de geometria Chevrolet Spin - JCP8B19. Secretaria de Saúde.
Autorização da Autoridade Competente: 28/09/2026

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 244 e 248

Valor: R$ 1.040,00

Barra do Guarita, 28/09/2026

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:72522706

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO SERVIÇOS DE MECÂNICA ONIX - JCO2G97. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADO 161/2026

Contratada: OESTE PNEUS LTDA CNPJ: 24.052.363/0004-81

Objeto: Serviços de Mecânica Onix - JCO2G97. Departamento de Assistência Social.

Autorização da Autoridade Competente: 28/09/2026

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 214

Valor: R$ 210,00

Barra do Guarita, 28/09/2026

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:8C4541F2

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO SERVIÇOS DE MECÂNICA SPRINTER - JCX9G63. SECRETARIA DE SAÚDE.

PROCESSO DE DISPENSA SIMPLIFICADO 189/2026

Contratada: MECASUL AUTO MECÂNICA S.A CNPJ:88.616.776/0007-77

Objeto: Serviços de mecânica Sprinter - JCX9G63. Secretaria de Saúde.

Autorização da Autoridade Competente: 28/09/2026

Prazo: Imediato

Dotação Orçamentária: 248

Valor: R$ 320,00

Barra do Guarita, 28/09/2026

Publicado por:
Felipe Luis Portolan
Código Identificador:021E3D77

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 058/2026

O Município de Boa Vista do Sul/RS torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, cujo objeto é a aquisição de uma mini escavadeira. A data de encerramento das propostas e início dos lances será 14 de outubro de 2026, às 09h, exclusivamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br, em que se encontra disponível o edital. Informações na Prefeitura Municipal, sita à Rua Emancipação, nº 2.470, Centro, Boa Vista do Sul/RS, no site www.boavistadosul.rs.gov.br ou pelo telefone (54) 9 9968-7458.

Boa Vista do Sul, 28 de setembro de 2026.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Taline Rex Zuchi
Código Identificador:2079AA9E

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 324, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI, Prefeita Municipal de Boa Vista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA, a contar desta data, **ALCEU DOS SANTOS,** no cargo de provimento efetivo de **ATENDENTE**, em caráter efetivo, Regime Estatutário instituído pela Lei Municipal n.º 625, de 18 de maio de 2011 e suas alterações, por ter sido aprovado em Concurso Público, Edital de Abertura n.º 001/2026, classificando-se em 4° lugar, Edital de Homologação n.º 028/2026, devendo perceber vencimento correspondente ao Padrão 01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, estando vinculado à Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, Leis Municipais n.º 1.148 e n.º 1.149, ambas de 1º de março de 2023, Regime de Previdência Complementar – RPC instituído pela Lei Municipal n.º 1.055, de 13 de setembro de 2021 e Plano de Carreira dos Servidores instituído pela Lei Municipal n.º 626, de 18 de maio de 2011 e suas alterações, estando sujeito ao controle do ponto e ao cumprimento de estágio probatório de 03 (três) anos, de acordo com a Lei Municipal n.º 625/2011.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI,
Prefeita Municipal.

Registre-se. Publique-se.

Em 29/09/2026.

JEAN CARLOS DOS SANTOS,
Respondendo pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Port. N.º 312/2026.

Publicado por:
Taline Rex Zuchi
Código Identificador:EB96BAC8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 325, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI, Prefeita Municipal de Boa Vista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA, a contar desta data, **JULIANE GEDOZ TAVARES,** no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO**, em caráter efetivo, Regime Estatutário instituído pela Lei Municipal n.º 625, de 18 de maio de 2011 e suas alterações, por ter sido aprovada em Concurso Público, Edital de Abertura n.º 001/2026, classificando-se em 9° lugar, Edital de Homologação n.º 028/2026, devendo perceber vencimento correspondente ao Padrão 02, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, estando vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, Leis Municipais n.º 1.148 e n.º 1.149, ambas de 1º de março de 2023, Regime de Previdência Complementar – RPC instituído pela Lei Municipal n.º 1.055, de 13 de setembro de 2021 e Plano de Carreira dos Servidores instituído pela Lei Municipal n.º 626, de 18 de maio de 2011 e suas alterações, estando sujeita ao controle do ponto e ao cumprimento de estágio probatório de 03 (três) anos, de acordo com a Lei Municipal n.º 625/2011.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI,
Prefeita Municipal.

Registre-se. Publique-se.
Em 29/09/2026.

JEAN CARLOS DOS SANTOS,
Respondendo Pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Port. N.º 312/2026.

Publicado por:
Taline Rex Zuchi
Código Identificador:9A554700

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 326, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI, Prefeita Municipal de Boa Vista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA, a contar desta data, **LUANA RODIGUEIRO,** no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO**, em caráter efetivo, Regime Estatutário instituído pela Lei Municipal n.º 625, de 18 de maio de 2011 e suas alterações, por ter sido aprovada em Concurso Público, Edital de Abertura n.º 001/2026, classificando-se em 10° lugar, Edital de Homologação n.º 028/2026, devendo perceber vencimento correspondente ao Padrão 02, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, estando vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, Leis Municipais n.º 1.148 e n.º 1.149, ambas de 1º de março de 2023, Regime de Previdência Complementar – RPC instituído pela Lei Municipal n.º 1.055, de 13 de setembro de 2021 e Plano de Carreira dos Servidores instituído pela Lei Municipal n.º 626, de 18 de maio de 2011 e suas alterações, estando sujeita ao controle do ponto e ao cumprimento de estágio probatório de 03 (três) anos, de acordo com a Lei Municipal n.º 625/2011.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI,
Prefeita Municipal.

Registre-se. Publique-se.
Em 29/09/2026.

JEAN CARLOS DOS SANTOS,
Respondendo Pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Port. N.º 312/2026.

Publicado por:
Taline Rex Zuchi
Código Identificador:3F545CBC

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 327, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI, Prefeita Municipal de Boa Vista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA, a contar desta data, **CAROLINA CARNIEL,** no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO**, em caráter efetivo, Regime Estatutário instituído pela Lei Municipal n.º 625, de 18 de maio de 2011 e suas alterações, por ter sido aprovada em Concurso Público, Edital de Abertura n.º 001/2026, classificando-se em 11° lugar, Edital de Homologação n.º 028/2026, devendo perceber vencimento correspondente ao Padrão 02, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, estando vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, Leis Municipais n.º 1.148 e n.º 1.149, ambas de 1º de março de 2023, Regime de Previdência Complementar – RPC instituído pela Lei Municipal n.º 1.055, de 13 de setembro de 2021 e Plano de Carreira dos Servidores instituído pela Lei Municipal n.º 626, de 18 de maio de 2011 e suas alterações, estando sujeita ao controle do ponto e ao cumprimento de estágio probatório de 03 (três) anos, de acordo com a Lei Municipal n.º 625/2011.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI,
Prefeita Municipal.

Registre-se. Publique-se.
Em 29/09/2026.

JEAN CARLOS DOS SANTOS,
Respondendo Pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Port. N.º 312/2026.

Publicado por:
Taline Rex Zuchi
Código Identificador:65C21A33

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 328, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI, Prefeita Municipal de Boa Vista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA, a contar desta data, **MARCIO THEWES GROSZ,** no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO**, em caráter efetivo, Regime Estatutário instituído pela Lei Municipal n.º 625, de 18 de maio de 2011 e suas alterações, por ter sido aprovado em Concurso Público, Edital de Abertura n.º 001/2026, classificando-se em 12° lugar, Edital de Homologação n.º 028/2026, devendo perceber vencimento correspondente ao Padrão 02, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, estando vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, Leis Municipais n.º 1.148 e n.º 1.149, ambas de 1º de março de 2023, Regime de Previdência Complementar – RPC instituído pela Lei Municipal n.º 1.055, de 13 de setembro de 2021 e Plano de Carreira dos Servidores instituído pela Lei Municipal n.º 626, de 18 de maio de 2011 e suas alterações, estando sujeito ao controle do ponto e ao cumprimento de estágio probatório de 03 (três) anos, de acordo com a Lei Municipal n.º 625/2011.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI,
Prefeita Municipal.

Registre-se. Publique-se.
Em 29/09/2026.

JEAN CARLOS DOS SANTOS,
Respondendo pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Port. N.º 312/2026.

Publicado por:
Taline Rex Zuchi
Código Identificador:797D23FC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Bom Jesus/RS torna público, a quem possa interessar, que encontra-se aberta a licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 –** CESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO FÍSICO DESTINADO À COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PUBLICAÇÕES, MATERIAIS DIDÁTICOS, EDUCACIONAIS E CULTURAIS durante a 28ª Feira do Livro de Bom Jesus/RS, que se realizará de 21 a 23 de outubro de 2026. Propostas: até às 09:00h do dia 14/10/2026. Edital: site www.bll.org. O edital encontra-se publicado no site https://www.bomjesus.rs.gov.br/licitacoes, maiores informações no Setor de Licitações da Prefeitura, (54) 3084-0005.

Bom Jesus, 30 de setembro de 2026.

FREDERICO ARCARI BECKER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Meire Tramontin da Silva
Código Identificador:02FCABB1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE TERMO DE ALTERAÇÃO - CONTRATO 070 2025

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO, CNPJ 90.873.787/0001-99
LOCADOR: LORENO SCHNEIDER, CPF ***.083.870-**

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, CONSTITUÍDO DE UM PAVIMENTO TÉRREO COM 136,00M², LOCALIZADO NA RUA PARAÍSO, N° 70, BAIRRO BELA VISTA, MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO/RS PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS, REUNIÕES COMUNITÁRIAS, OFICINAS VINCULADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSUBSTANCIADO EM UM CONJUNTO DE AÇÕES E ATIVIDADES INTEGRADAS DE FORMA MULTISSETORIAL E METODOLÓGICA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE “PARAÍSO” E ENTORNO, QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CONFORME E DE ACORDO COM AS ESPECIFICIDADES DO DECRETO MUNICIPAL N° 96/2025.O IMÓVEL ENCONTRA-SE MATRICULADO NO REGISTRO DE IMÓVEIS ° 24.139 DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE FELIZ/RS.
- RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

VALOR MENSAL: R$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DE 01° DE OUTUBRO DE 2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E FORMA DE CONTRATAÇÃO: LEI 14.133, ART. 74, V

BOM PRINCÍPIO, 30 DE SETEMBRO DE 2026

VASCO ALEXANDRE BRANDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilmara Rodrigues da Fonseca
Código Identificador:E39C9019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE TERMO DE ALTERAÇÃO - CONTRATO 72 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO, CNPJ 90.873.787/0001-99
CONTRATADO: 57.186.813 JEFERSON LUIS DE OLIVEIRA SPERAFICO, CNPJ 57.186.813/0001-35

ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO DE ALTERAÇÃO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM COMPREENDENDO A ROÇADA E RECOLHIMENTO DE GRAMA, O CULTIVO E MANUTENÇÃO DE PLANTAS, LIMPEZA, ADUBAÇÃO, PLANTIO, REGA E PODA DE FLORES E ÁRVORES
- RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES
- REAJUSTE PELO ÍNDICE IPCA ACUMULADO DO PERÍODO

VALOR GLOBAL: R$ 74.919,00 (SETENTE E QUATRO MIL, NOVECENTOS E DEZENOVE REAIS)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/10/2026 A 01/10/2027

FISCAL DA EXECUÇÃO: MILTON LUIZ ANDRIOLI

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E FORMA DE CONTRATAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 001/2025

BOM PRINCÍPIO, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

VASCO ALEXANDRE BRANDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilmara Rodrigues da Fonseca
Código Identificador:7D7D7A5F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 607/2026 E INEXIGIBILIDADE 106/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 607/2026
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Cultura
Fiscal Rita
Modalidade
Inexigibilidade nº 106/2026
Objeto do contrato
Contratação de show musical da cantora Janna Martins, para apresentação no Projeto Elas Podem , a
ser realizado no dia 29 de setembro de 2026, no espaço da Feira do Produtor, no Município de Butiá/RS,
com recursos provenientes de emenda impositiva destinada pelos Vereadores Fernando Lopes e Israel
Felício.
Dados financeiros
Valor total: R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: 68.174.612 JANAINA MARTINS ROSA, inscrita no CNPJ sob o nº 68.174.612/0001-34, com
sede à R AIRTON FERRAZ VIEIRA, 75 - CHARRUA - BUTIA/RS, Cep. 96750-000
Informações adicionais
Data da assinatura: 28/09/2026
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 28 de setembro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:B7532FB7

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 617/2026 E DISPENSA195/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 617/2026
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria de Obras e Saneamento
Fiscal Tiago
Modalidade
Dispensa por Justificativa nº 195/2026
Objeto do contrato
Contratação de empresa especializada para a execução de reforma completa de ponte de madeira,
localizada na rua Anita Garibaldi, no município de Butiá/RS, incluindo o fornecimento de materiais, mão
de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à execução dos serviços, conforme
projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes do
processo.
Dados financeiros
Valor total: R$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: JSR Serviços, inscrita no CNPJ sob o nº 13.688.735/0001-00, com sede à Rua Leonardo
Carlos Serba, 200 - Charrua - Butia/RS, Cep. 96750-000
Informações adicionais
Data da assinatura: 28/09/2026
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 28 de setembro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:694184D7

PREGÃO
EXTRATO CONTRATO 618/2026 E INEXIGIBILIDADE 107/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 618/2026
Lei de referência: Lei 14.133/2021 – Licitações e contratos administrativos
Secretaria requisitante
Secretaria Municipal de Educação
Fiscal Thais
Modalidade
Inexigibilidade nº 107/2026
Objeto do contrato
Contratação de serviço para participação do escritor Athos Beuren para participação em 02 (dois)
encontros/bate-papos com o público, com atividade interativa, como parte da programação da Feira
Literária de Butiá/RS, sendo um no turno da manhã e o outro no turno da tarde do dia 08/10/2026,
através da empresa Viver Bem Publicidade e Propaganda Ltda, na programação da Feira Literária de
Butiá/RS
Dados financeiros
Valor total: R$ 3.980,00 (três mil novecentos e oitenta reais)
Partes envolvidas
Contratante: Município de Butiá, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03
Contratada: VIVER BEM PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº
10.703.592/0001-61, com sede à R JOAQUIM PEDRO SOARES, 560 - CENTRO - NOVO
HAMBURGO/RS, Cep. 93510-320
Informações adicionais
Data da assinatura: 29/09/2026
Demais informações acesse o site www.butia.rs.gov.br
Butiá, 29 de setembro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Christiane Andrade Viana
Código Identificador:B7C3AF24

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 020/2026.

A Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS torna público aos interessados que às**09h30min do dia 09 de novembro de 2026**, realizará o processo licitatório na modalidade Concorrência para **Contratação de empresa, com fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica para execução da obra de construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).** O edital estará disponível em nossa página na Internet, no endereço eletrônico www.campobom.rs.gov.br, na Aba

COMPRAS E LICITAÇÕES, e diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações na Divisão de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Independência, 800, 1° andar, Centro, Campo Bom/RS.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:E39C3F9A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2026.

A Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS torna público aos interessados que às**13h30min do dia 13 de outubro de 2026,** estará aberta a disputa de preços através do SITE, www.portaldecompraspublicas.com.br, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELEVISORES DO TIPO SMART TV.** O edital estará disponível em nossa página na Internet, no endereço eletrônico www.campobom.rs.gov.br, na Aba PORTAL LICITAÇÕES, e diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações na Divisão de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Independência, 800, 1° andar, Centro, Campo Bom/RS.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal**.**

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:C3EB1741

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
DECRETO MUNICIPAL Nº 8.009, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

ALTERA MEMBROS DO COMITÊ DE MORTALIDADE MATERNO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM.

GIOVANI BATISTA FELTES,Prefeito Municipal, no exercício de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º. São designados para comporem o Comitê de Mortalidade Materno Infantil do Município de Campo Bom os seguintes membros:

VIII- REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA
SONIA LAMB – Suplente – em substituição a MARIA ELISETE DE OLIVEIRA DE LIMAS

X- REPRESENTANTES DO SAE/CTA/AMBULATÓRIO DE INFECTOLOGIA
CRISTOFER SCHNEIDER – Suplente - em substituição a MARLENE LOIDE ARAIS

Art. 2º. Os demais membros indicados através do Decreto nº 7.912, de 21 de maio de 2026, permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 25 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:ED3E40B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
EDITAL Nº 159/2026

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais**,** pelo presente Edital, NOTIFICA que serão convocadas, a partir de 30 de setembro de 2026, as pessoas abaixo relacionadas, conforme Processo Seletivo Público nº 008/2026, de 02.07.2026.

DANIELI CRISTIANI ROSA STUMPF para o cargo de Professor de Anos Iniciais - 9ª classificação;
KEILA FRANCIELI LIMA DAS CHAGAS para o cargo de Serviços de Cozinha - 14ª classificação.

Ficam os convocados ciente de que têm o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da data da publicação deste Edital, para a assinatura do Contrato, sob pena de cancelamento da convocação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 28 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:A71B7F5D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
EDITAL Nº 160/2026.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA que será convocada, a partir de 30 de setembro de 2026, a pessoa abaixo relacionada, conforme Processo Seletivo Público nº 21/2025, de 13.11.2025.

• **BRUNO EVANGELISTA OLIVEIRA** para o cargo de Técnico em Enfermagem - 6ª classificação.

Fica o convocado ciente de que tem o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da data da publicação deste Edital, para a assinatura do Contrato, sob pena de cancelamento da convocação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 29 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:88FEBB58

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 67.857, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS.

GIOVANI BATISTA FELTES, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Portaria nº 67.856, de 17 de setembro de 2026, que suspendeu o gozo de férias do servidor ROSENEI GONÇALVES,

R E S O L V E:

Conceder o gozo de 10 dias de férias ao servidor **ROSENEI GONÇALVES**, matrícula nº 8774, titular do cargo de Fiscal de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, a partir de 17 de setembro de 2026, nos termos da Lei Municipal nº 4.125/2014 e suas alterações subsequentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 17 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:722C0678

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 67.916, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026.

APLICA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA ESCRITA.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o parecer conclusivo da Comissão Permanente de Capacitação, Controle, Avaliação de Desempenho e Qualidade do Servidor e do Serviço Público Municipal – COMPAQ, referente a Sindicância Disciplinar nº 350/2026, no qual foi assegurado o contraditório e a ampla defesa;
RESOLVE:
Aplicar a sindicada **TATIANA DA SILVA REIS**, matrícula nº 14010, titular do cargo de Serviços de Cozinha, a penalidade de **Advertência Escrita** nos termos do artigo 97, inciso I, da Lei Municipal nº 4.125/2014 e do contido no Parecer Conclusivo da Comissão Permanente de Capacitação, Controle e Avaliação de Desempenho e Qualidade do Servidor e do Serviço Público Municipal – COMPAQ, o qual conclui pela imperiosidade desta providência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 23 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:B73475A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 67.947, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PARA DESEMPENHO DE FUNÇÃO.

GIOVANI BATISTA FELTES, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

I - Conceder ao servidor **GUILHERME AGUIAR DIAS**, matrícula nº 16361, titular do cargo de Médico Geral Comunitário/Médico de Família e Comunidade, Gratificação para o Desempenho de Função de Médico da Estratégia Saúde daFamília-ESF, a partir de 21 de setembro de 2026, conforme os termos da Lei Municipal nº 3.843, de 03.04.2012.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a 21 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 25 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Danuse Gabriele Ganzer Duarte
Código Identificador:7472E00F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
PORTARIA Nº 67.949, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Organização, Elaboração e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação emergencial e temporária de Assistente Administrativo de Saúde, para o ano de 2026.

ANA CLARISSA NERLING - matrícula6493
ANDREIA DE AZEVEDO - matrícula15787
CAROLINI HOFSTATTER KORB - matrícula14496
GIOVANA LUCCA - matrícula 15289
TATIANI MACIEL - matrícula 9284

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 29 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal da Administração.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:390ADD54

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº60/2026 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO.

Modalidade: Pregão Eletrônico n°60/2026. Tipo: Menor preço por TEM Objeto: Contratação, de empresa especializada para fornecimento de equipamentos para secretaria de saúde, contados da data da publicação do contrato no site oficial do Município www.camponovo.rs.gov.br, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital (ANEXO I). disponível a partir do dia 29/09/2026, no Setor de Compras e Licitações, situado junto ao Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Bento Gonçalves, n°555, Campo Novo/RS e no site https://camponovo.atende.net/. Sessão de Abertura: dia 14/10/2026, às 08:30hs, no sait **www.comprasnet.gov.br**. Informações: Setor de Compras e

Licitações, Fone (55) 2023-0080. Campo Novo/RS, 29 de Maio de 2026**.**

PEDRO DOS SANTOS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jussara de Fatima Zancanaro Machado Sell
Código Identificador:CF376AD5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO GODÓI

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2023

Objeto: atualização do valor e prorrogação do prazo da prestação de serviços atinentes a segurança do trabalho para a Câmara Municipal de Vereadores de Cândido Godói/RS.
Valor: R$ 27,23 (vinte e sete reais e vinte e três centavos) por funcionário/mês, totalizando R$ 136,15 (cento e trinta e seis reais e quinze centavos) mensais.
Dotação Orçamentária:
01 – Câmara Municipal de Vereadores
01.031 – Ação Legislativa
010310100.2.078.000 – Manutenção das atividades do Poder Legislativo
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Cândido Godói, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 03.017.098/0001-88, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. Abel Hartmann.
Contratado: Unimed Fronteira Noroeste/RS, situada na Rua Dr. Francisco Timm, nº 673, centro, na cidade de Santa Rosa, RS, inscrita no CNPJ sob nº 87.689.527/0001-53, representado pelo Presidente Dr. Nerci Roque Forigo.
Fundamento: Art. 57, II, e Art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93.
Vigência: 01 de outubro de 2026 à 01 de outubro de 2027.

Cândido Godói/RS, 29 de setembro de 2026.

ABEL HARTMANN
Presidente do Legislativo de Cândido Godói/RS.

Publicado por:
Patricia Braun
Código Identificador:188E4EA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 535/2026

PORTARIA Nº 535/2026

GUERINO BACKES, Prefeito de PM DE CÂNDIDO GODÓI, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019 e Lei Municipal nº 2968 de 2023, art. 12, CONCEDE PENSÃO aos dependentes da servidora ANISIA KAPRON, matrícula 992/0, identidade funcional 992/0, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, padrão 6-A, classe A, regime jurídico estatutário, 40 horas semanais, falecida em 30/08/2026, sendo a pensão composta por 100% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado, totalizando R$ 1.621,00, distribuídos da seguinte forma: AISA VALENTINE BOURSCHEID, filho(a), a contar de 30/08/2026 conforme requerimento, até a data-limite de 21 anos, completados em 28/01/2031, à razão de 16,67%, no valor de R$ 270,17; AISE EMANUELI BOURSCHEID, filho(a), a contar de 30/08/2026 conforme requerimento, até a data-limite de 21 anos, completados em 24/09/2042, à razão de 16,67%, no valor de R$ 270,17; AISI GABRIELI BOURSCHEID, filho(a), a contar de 30/08/2026 conforme requerimento, até a data-limite de 21 anos, completados em 19/08/2046, à razão de 16,67%, no valor de R$ 270,17; ALINGTON EMANUEL BOURSCHEID, filho(a), a contar de 30/08/2026 conforme requerimento, até a data-limite de 21 anos, completados em 07/06/2034, à razão de 16,67%, no valor de R$ 270,17; ANDREI JOSE BOURSCHEID, filho(a), a contar de 30/08/2026 conforme requerimento, até a data-limite de 21 anos, completados em 21/09/2029, à razão de 16,66%, no valor de R$ 270,17; VALDEMAR BOURSCHEID, companheiro(a), a contar de 30/08/2026 conforme requerimento, à razão de 16,66%, no valor de R$ 270,15.
A pensão será custeada por FUNDO APOSENTADORIA PENSÕES E DEMAIS BENEFICIOS SERVIDORES, e seu reajuste será efetivado pela manutenção do valor real. R$ 982,40, é o valor a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, equivale a 60% de R$ 1.637,34 (100% da média) referente a 5.779 dias (15 anos e 304 dias). Valor este complementado até o valor do salário mínimo.
O Valor da Pensão por Morte, será composta da Cota Familiar 70% R$ 1.134,70 e da Cota Familiar Cota Dependente 10% R$ 162,10 até o limite de 100% - Totalizando o benefício de R$ 1.621,00.
A Cota Familiar corresponde a 70% equivalente a R$ 1.134,70 acrescida das cotas por dependente 10% equivalente a R$ 162,10 até o limite de 100%. Cota Dependente 10% R$ 162,10, Cota Dependente 10% R$ 162,10 Cota Dependente 10% R$ 162,10 Total R$ 1.621,00, dividido entre as partes equivalente a R$ 270,17 para cada dependente filho e R$ 270,15 para o dependente companheiro devido aos arredondamentos. Completado o tempo de duração do benefício aos dependentes, ou por algum motivo ocorrer sua extinção, será recalculado auferindo novo rateio aos dependentes.

CÂNDIDO GODÓI, 24/09/2026.

GUERINO BACKES
Prefeito de PM De Cândido Godói

Publicado por:
Eduarda Deon Frosi
Código Identificador:84AFB2CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 536/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 536/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

HOMOLOGA A CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

GUERINO BACKES, Prefeito do Município de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando a conclusão da Avaliação pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, **HOMOLOGA**, a conclusão de Estágio Probatório do Servidor abaixo, a teor do artigo 24 da nº 1.120/95 e suas alterações posteriores:

NOME	CARGO	PERÍODO	CONCLUSÃO
REJANE SCHULZ DRESCH	PROFESSOR II – ANOS INICIAIS	21/09/2023 a 04/09/2026	APROVADA

O Servidor, que obteve a aprovação, fica por este ato declarado **ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO**, nos termos do Art. 41, § 4º, da Constituição Federal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Cândido Godói, RS, em 29 de setembro de 2026.

Registre-se e publique-se.

GUERINO BACKES
Prefeito

ELTON LUIS PERIUS
Secretário da Administração

Publicado por:
Sara Isabel Ostapiuk
Código Identificador:81E8D7E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
EXTRATO DE ADENDO N° 001 AO CONTRATO 530/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA.
CONTRATADA: **MUNDO PARALELO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA**.
OBJETIVO: O presente Aditivo tem por objetivo a alteração das CLÁUSULAS PRIMEIRA, SEGUNDA, QUARTA, SEXTA E OITAVA do Contrato n° 530/2026, nos termos do Processo Administrativo n° 11.716/2026.
VIGÊNCIA: 13/12/2026;
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993.
Capão da Canoa, 29 de setembro de 2026.

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:6E56944C

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO 705/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA.
CONTRATADA: **GRIGORIEFF ADVOCACIA.**
OBJETIVO: Considerando a Notificação encaminhada pela CONTRATADA em 09 de julho de 2026, manifestando seu interesse na rescisão amigável do referido Contrato, com fundamento na Cláusula Décima Primeira do instrumento contratual, por razões estritamente operacionais de sua parte.
FUNDAMENTO LEGAL:Art. 78, VII da Lei nº 8.666/1993.
Capão da Canoa, 29 de setembro de 2026.

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:A04B6376

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11.327/2026

Número do Termo de Fomento: 022/2026.
Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto a Aquisição e instalação de bombas de calor de alta eficiência energética destinadas à modernização do sistema de aquecimento da piscina térmica do Capão da Canoa Futebol Clube, incluindo os serviços técnicos necessários à sua implementação, testes operacionais e pleno funcionamento, bem como a contratação de empresa especializada para elaboração e acompanhamento técnico do Plano de Trabalho, destinado da Secretaria de Cultura, Desporto e Lazer.
Contratada: **CAPÃO DA CANOA FUTEBOL CLUBE.**
CNPJ: 90.256.348/0001-37.
Valor: R$ 276.150,00 (duzentos e setenta e seis mil, cento e cinquenta reais)).
Capão da Canoa, 29 de setembro de 2026

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:9C9BECB7

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 12.632/2026

Número do contrato: 564/2026.
Objeto: Aquisição de telhas, para a Secretaria de Segurança, Mobilidade e Defesa Civil.
Contratada: **G3 COMERCIAL LTDA.**
CNPJ: 01.952.684/0001-94.
Valor: R$ 49.010,00 (quarenta e nove mil e dez reais).
Capão da Canoa, 28 de setembro de 2026

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:92DE2E8F

SECRETARIA DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 089/2026

Fica dispensada de licitação a despesa cujo objeto é: **Manutenção preventiva frota SMS /AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SERVIÇO DE REVISÃO MECÂNICA dos 80.000KM do veículo marca CITROEN, modelo C3, ano 2024/24, com placa JCX 6C81, a GASOLINA.**
Dispensa no inciso IV do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme Processo Administrativo nº 823/2026.
CONTRATADA: PEGASUS VEICULOS LTDA;
CNPJ N°: 94.989.027/0001-00;
VALOR: R$ 2.373,00
Capão da Canoa, 29 de setembro de 2026.

VALDOMIRO DE MATOS NOVASKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro José Brito Dalsotto
Código Identificador:C70ECA6B

SECRETARIA DE SEGURANÇA, MOBILIDADE E DEFESA CIVIL
VEÍCULO EM ESTADO DE ABANDONO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
NOTIFICAÇÃO nº 199/2026 EDITAL Nº 818/2026
VEÍCULO ABANDONADO EM VIA PÚBLICA

O Município de Capão da Canoa, por meio da Secretaria de Segurança, Mobilidade e Defesa Civil,
NOTIFICA, POR MEIO DE EDITAL, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº 3.578, de 19 de março de 2021, com alterações da Lei nº 3.971/2025, o proprietário ou possuidor do veículo marca - GM/CHEVETTE de placas IHM4696 , de cor vermelha, encontrado em estado de abandono em via pública, na R. Luiz Alves Pereira, 1602 - Quero Quero, Capão da Canoa - RS, 95555-000 — conforme auto de constatação n.º 199, lavrado no dia 29/09/2026.

. Para que promova, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a remoção voluntária do bem sob as penas previstas no artigo 3º, §3º da Lei Municipal 3.578/2021.

Capão da Canoa, 29 de setembro de 2026.

CLODOMIRO MACHADO AFONSO
Autoridade de Trânsito

Publicado por:
Natally Vilalba Nunes
Código Identificador:F3651947

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA DE TERMO ADITIVO

Contratado: Ellen Yasmin Horn 03433913099, CNPJ 45.085.049/0001-22.
Objeto: Renovação contratual do Contrato nº 56/2024, para continuidade na prestação de serviços de aulas de Patinação Artística.
Termo Aditivo: nº 03/2026 de 29/09/2026 ao Contrato nº 56/2024.
Valor Mensal: R$ 5.002,00.
Vigência: 01(um) ano a contar de 01/10/2026.
Base Legal: Processo Administrativo nº 671/2024, Dispensa de Licitação nº 47/2024.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Bruxel Brod
Código Identificador:A89EAB67

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASEIROS

SETOR DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 070/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 070/2026
A Prefeita Municipal de Caseiros, no uso de suas atribuições, e nos termos do Art. 75, VIII da Lei 14.133/21, resolve: Autorizar Dispensa de Licitação nº 070/2026, que consiste na contratação da empresa PIETROBON & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 97.580.260/0001-15, com sede na Rua Osvaldo Cruz, 126, Bairro São Paulo, cidade de Tapejara/RS, CEP: 99.950-000. O objeto do presente Dispensa de Licitação, consiste em Aquisição de forma emergencial de tubos/mangueiras e acessórios para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura, para ligação de poço artesiano e manutenção das atividades. Contrato Válido pelo período de 1 (um) mês. O valor total a ser pago é de R$ 17.260,01 (Dezessete mil duzentos e sessenta reais com um centavo);
Caseiros, 28 de setembro de 2026.

JOELICE BORTOLANZA CANALI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Evelyn Laura Rodrigues
Código Identificador:58EA4521

SETOR DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 071/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 071/2026
A Prefeita Municipal de Caseiros, no uso de suas atribuições, e nos termos do Art. 75, II da Lei 14.133/21, resolve: Autorizar Dispensa de Licitação nº 071/2026, que consiste na contratação da empresa AFETIV – AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO COGNITIVA COMPORTAMENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 42.119.606/0001-90, com sede na Rua Bento Gonçalves, 578, Centro da Cidade de Passo Fundo/RS, CEP: 99.010-010. O objeto do presente Dispensa de Licitação, consiste em Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de formação continuada, destinada aos professores da Rede Municipal de Ensino, com enfoque em inclusão escolar, visando ao aprimoramento das práticas pedagógicas e à qualificação dos profissionais para o atendimento adequado às necessidades educacionais dos estudantes. A formação será realizada de forma presencial, distribuída em 03 (três) encontros, totalizando 24 (vinte e quatro) horas de carga horária. Contrato Válido pelo período de 3 (três) meses. O valor total a ser pago é de R$ 7.884,00 (Sete mil oitocentos e oitenta e quatro reais).
Caseiros, 28 de setembro de 2026.

JOELICE BORTOLANZA CANALI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Evelyn Laura Rodrigues
Código Identificador:50B324A9

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARRUA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°590/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA N° 590/2026

A Prefeitura Municipal de Charrua/RS torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a locação de brinquedos destinados à realização de atividades alusivas ao Dia das Crianças nas escolas municipais, a serem utilizados pelos alunos da Escola Osvaldo Cruz, no dia 06/10/2026, e das Escolas Carmelina Baseggio e Dentinho de Leite, no dia 08/10/2026.
O valor estimado para a contratação será de R$ 2.570,00 (dois mil, quinhentos e setenta reais), até o limite do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.
As propostas serão recebidas pelo e-mail compras@charrua.rs.gov.br do **dia 30 de setembro à 02 de outubro de 2026 até às 17h, horário de Brasília.**
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (54) 3398-1065
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Charrua/RS será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Charrua/RS, 29 de setembro de 2026.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Valéria Smialoski
Código Identificador:CFAC215C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°591/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA N° 591/2026

A Prefeitura Municipal de Charrua/RS torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada para ministrar aulas de banda marcial, com carga horária de 01 (uma) hora semanal, e aulas de escaleta, com carga horária de 02 (duas) horas semanais, destinadas aos alunos do 3º e 5º anos da Escola Carmelina Baseggio.
O valor estimado para a contratação será de R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), até o limite do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.
As propostas serão recebidas pelo e-mail compras@charrua.rs.gov.br do **dia 30 de setembro à 02 de outubro de 2026 até às 17h, horário de Brasília.**
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (54) 3398-1065
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Charrua/RS será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Charrua/RS, 29 de setembro de 2026.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Valéria Smialoski
Código Identificador:BB79E4B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°592/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA N° 592/2026

A Prefeitura Municipal de Charrua/RS, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de materiais e serviços destinados ao conserto do ônibus escolar, de placa IVS2694.
O valor estimado para a contratação será de R$ 5.600,25 (cinco mil e seiscentos reais com vinte e cinco centavos), até o limite do art. 75, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.
As propostas serão recebidas pelo e-mail compras@charrua.rs.gov.br do **dia 30 de setembro à 02 de outubro de 2026 até às 17h, horário de Brasília.**
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (54) 3398-1065
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Charrua/RS será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Charrua/RS, 29 de setembro de 2026.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Valéria Smialoski
Código Identificador:1DE5B13F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°593/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA N° 593/2026

A Prefeitura Municipal de Charrua/RS torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar das escolas da rede municipal de ensino.
O valor estimado para a contratação será de R$ 13.023,07 (treze mil e vinte e três reais com sete centavos), até o limite do art. 75, inciso III, A da Lei Federal nº 14.133/2021.
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.
As propostas serão recebidas pelo e-mail compras@charrua.rs.gov.br do **dia 30 de setembro à 02 de outubro de 2026 até às 17h, horário de Brasília.**
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (54) 3398-1065
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Charrua/RS será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Charrua/RS, 29 de setembro de 2026.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Valéria Smialoski
Código Identificador:94E94765

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°594/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA N° 594/2026

A Prefeitura Municipal de Charrua/RS torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de banner fotográfico confeccionado em lona, medindo 50x70, destinado à participação da Rainha da Terceira Idade do Município de Charrua/RS no 35º Baile Regional de Coroação da Rainha da Terceira Idade, a realizar-se no Município de Erval Grande/RS, no dia 24 de outubro de 2026.
O valor estimado para a contratação será de R$ 110,00 (cento e dez reais), até o limite do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.
As propostas serão recebidas pelo e-mail compras@charrua.rs.gov.br do **dia 30 de setembro à 02 de outubro de 2026 até às 17h, horário de Brasília.**
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (54) 3398-1065
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Charrua/RS será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Charrua/RS, 29 de setembro de 2026.

GERSO JOSÉ RONCAGLIO
Prefeito

Publicado por:
Valéria Smialoski
Código Identificador:69FF781D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE PRONTO PAGAMENTO

EXTRATO DE PRONTO PAGAMENTO – Lei nº 14.133/2021
MODALIDADE: NSA nº 2026/983 – Art. 95, § 2º
Contratante: Município de Charrua, CNPJ nº 92.450.733/0001-46
Empresas contratadas: REFRIGERACAO BILIBIO LTDA, CNPJ nº 91.013.714/0001-90
Objeto: Material e serviço necessários para conserto de ar condicionado, devido a queima do capacitor e destrancar dreno e refrigerador que trancou o motor ventilador da escola dentinho de leite.
Valor total estimado: R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).
Dotação orçamentária:
2026.5.1.12.365.502.2029.1011.3.3.90.39.00.00.00.000 (6051) – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
2026.5.1.12.365.502.2024.20.3.3.90.30.00.00.00.000 (81) – MATERIAL DE CONSUMO
Data: 24 de setembro de 2026.

Publicado por:
Valéria Smialoski
Código Identificador:D855F319

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIAPETTA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 195/2026

CONTRATANTE: Município de Chiapetta/RS
MODALIDADE: Pregão Eletrônico n° 12/2026
OBJETO: Contratação de serviços especializados na área de informática para locação por licença de uso mensal de sistemas de gestão pública em plataforma em ambiente web, com serviços de conversão de dados, implantação, treinamento, manutenção, suporte técnico e provimento de data center (nuvem), para gestão administrativa do Poder Executivo do Município de Chiapetta/RS).
Ficam ajustados os valores com base no IPCA (IBGE), tendo como o percentual a ser aplicado sobre as locações e serviços de 4,22% (quatro inteiros e vinte e dois por cento), estando os novos valores fixados nos itens: Módulo de Contabilidade Pública; Módulo de Tesouraria; Módulo de Tributos; Módulo de Nota Fiscal Eletrônica; Módulo de Compras e Licitações; Módulo Portal da Transparência; Módulo de Patrimônio; Módulo de Folha de Pagamento; Módulo de E-Social; Hospedagem em Data Center; Módulo de Controle de Caixa; Módulo de Planejamento e Orçamento; Módulo de Procuradoria
O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir de 28 de setembro de 2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CONTRATADA: DELTA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 03.703.992/0001-01

OSMAR KUHN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Romildo Jose Feyh
Código Identificador:4CB22C01

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL BICACO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 123/2026

DECRETO N.º 123/2026, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia a Rede de Apoio a Escola - RAE.

ARLEU VALADAR MACHADO, Prefeito Municipal de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 65, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1.º. Nomear os representantes a Rede de Apoio a Escola – RAE, que tem como objetivo discutir alternativas para diminuir a evasão, infrequência e abandono escolar, fomentando uma revitalização da escola e da família, conforme segue:
I – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
Maiara de Fátima Pinheiro
II – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Lucinara Cristina Garcia
III – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Joice Albarello
IV – Representante da Escola Municipal Cívico Militar de Ensino Fundamental Rui Barbosa:
Vilma Cruz Oliveira
V – Representante da Escola Municipal de Ensino Fundamental Rosalina Diniz de Souza:
Ana Paula Moreira
VI – Representante da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Rodrigues de Almeida:
Sônia de Almeida
VII – Representante da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Manoel Diniz:
Marli Terezinha de Lima Almeida
VIII – Representante da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Ferreira Bueno:
Lindamir de Lourdes Barcellos da Rosa Ticher
IX – Representante da Escola Municipal de Educação Infantil Meu Cantinho:
Ana Paula Dressler dos Santos
X – Representante da Escola Estadual de Ensino Médio Cecília Meireles:
Vera Lúcia Vieira Felipin
XI – Representante da Associação de Pais e Alunos dos Excepcionais (APAE Meu nome é vida):
Patrícia Fernanda Ribeiro dos Santos
XII – Representante da Brigada Militar:
Leandro Santos Pinheiro
XIII - Representante da Promotoria de Justiça:
Jaqueline Liz Staub
XIV - Representante do Conselho Tutelar:
Alencar Roberto batista Scopel
XV -Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA):
Fernando Júnior Knop dos Santos
XVI - Representante Do Conselho Municipal de Educação:
Catiane Jhon

Art. 2.º. A Rede de Apoio à Escola está vinculada a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e tem como objetivo principal discutir alternativas para diminuir a evasão, infrequência, abandono escolar, dificuldades de aprendizagem e outros problemas que interfiram na educação e no processo ensino-aprendizagem.

Art. 3.°. São atividades da RAE:
I - Realizar visitas domiciliares, buscando as causas ou motivos que ensejaram o
afastamento escolar;
II – Contatar com o aluno que se encontra em processo de infrequência ou evasão
escolar;
III - Registrar na Ata da Escola a qual o educando encontra-se matriculado, a visita domiciliar realizada;
IV - Buscar alternativas para enfrentar ou superar obstáculos encontrados pela criança ou adolescente ao retorno escolar;
V – Promover palestras nas Escolas, reunindo equipes diretivas, professores, alunos e pais/responsáveis, no intuito de conscientizar quanto à necessidade do combate a infrequência e evasão escolar;
VI – identificar situações de vulnerabilidade social;
VII – combater a violência à criança no âmbito escolar e familiar, promovendo ações de prevenções.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 101/2025
Art. 5.°. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL BICACO/RS, AOS 28 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

CASSIANO DE SOUZA ZANELA
Secretária da Administração

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:1C3F942D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 124/2026

DECRETO Nº 124, de 28 de setembro de 2026

ABRE "CRÉDITO SUPLEMENTAR" POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

O Prefeito Municipal de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o Art. 3º, inciso III, alínea A da Lei 5100/2025, de 16/12/2025, que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2026.

DECRETA:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir **Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação**, até o limite de **R$ 181.362,99 (cento e oitenta e um mil, trezentos e sessenta e dois reais e noventa e nove centavos)** atender a despesa da seguinte classificação orçamentária.

06 - SEC. MUN. EDUC., CULTURA E DESPORTO	
06.001 - Secretaria Municipal de Educação	
1001 - Ampliação de Escolas	
3449051000000000000.628 - Obras e instalações	R$ 54.447,97
2020 - Merenda Escolar	
3339030000000000000.216 - Material de consumo	R$ 2.428,24
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001 - Secretaria Municipal de Saúde	
2060 - Manutenção das Atividades da Atenção Básica	
3319011000000000000.619 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R$ 3.440,85
3339034000000000000.292 - Outras desp. pessoal décor. contr. terceirização	R$ 114.745,40
09 - SEC.MUN.DO TRAB., DA HAB. E DA ASS. SOC.	
09.001 - Sec. Mun. Trab., da Hab. e da Ass. Soc.	
2057 - Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos - SCFV	
3339030000000000000.645 - Material de consumo	R$ 757,36
3339030000000000000.646 – Material de consumo	R$ 180,04
3339030000000000000.647 – Material de consumo	R$ 2.892,14
2058 - PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias	
3319011000000000000.426 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R$ 2.470,99
Total.....	**R$ 181.362,99**

Art. 2º - Para cobertura do **crédito Suplementar** autorizado no artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação da receita vinculada à Fonte de Recursos

15520000 – Transf. Rec. FNDE referentes ao (PNAE).	R$ 2.428,24
16601111 – Transf. Rec.Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (PAIF).	R$ 2.470,99
16601174 - Proteção Social Básica - Repasse Extraordinário.	R$ 757,36
16601175 - Incremento Temporário para Proteção Social Básica.	R$ 180,04
16610001 - Transf. Rec. Fundo Estadual de Ass. Social -Piso Regular Gaúcho.	R$ 2.892,14
16001130 - Emendas de Comissão SUS.	R$ 3.440,85
16004500 – Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Gov. Federal (Atenção Básica).	R$ 114.745,40
17001123 - Outras Transf. de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União.	R$ 54.447,97
Total.....	**R$ 181.362,99**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO-RS, AOS 28 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:E07DC906

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 030/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 030/2026

ARLEU VALADAR MACHADO, Prefeito de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande Sul, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** o candidato abaixo para entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos na Sede da Prefeitura Municipal de Coronel Bicaco-RS, no horário das 07h30minh às 13h30minh, ou pelo telefone 0800-0540058. A fim de assumir contrato temporário, conforme Lei Municipal 5164/2026, considerando classificação no concurso público 001/2023. O não comparecimento no prazo de cinco dias, prorrogável uma única vez (cinco dias), a contar desta data será entendido que o candidato desistiu do contrato. **GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO/RS, AOS 29 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.**

Nome	Cargo	Colocação
ANDRÉ RICARDO SCHULTZ	Professor Educação Física	1º

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:49A9265E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 5163/2026

Lei Municipal nº 5.163/2026, de 29 de setembro de 2026.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2027.

O PREFEITO de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1o - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição Federal e na Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2027 nos termos desta Lei.
Parágrafo único. Faz parte integrante desta Lei os seguintes anexos:
I – previsão e metodologia de cálculo da Receita e previsão da Despesa para 2027, 2028 e 2029;
II - previsão da Receita Corrente Líquida para 2027;
III – anexo de Metas Fiscais que conterá:
a) metas anuais de resultado nominal, primário e dívida pública para os exercícios de 2027 a 2029, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos;
b) avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
c) metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
d) evolução do patrimônio líquido;
e) origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
f) avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos;
g) estimativa e compensação da renúncia da receita;
h) margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
IV - anexo de Riscos Fiscais;
V – relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas pelo Executivo (Lei Complementar no 101, de 2000, art. 45, Parágrafo Único); e
CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS
Art. 2o Os valores constantes no Anexo de Metas e Prioridades que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo.
Parágrafo único. Os valores constantes nos programas no plano plurianual ficam atualizados pelos valores previstos nesta Lei.
Art. 3o Os códigos dos programas de governo deverão ser os mesmos utilizados no Plano Plurianual.
Art. 4º. As despesas para 2027 para efeitos de apresentação nesta Lei, são apresentadas por categoria de programação, considerada esta como a classificação programática até a ação de governo (projeto, atividade ou operação especial).
CAPÍTULO III
A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO
Seção I
Da Apresentação do Orçamento
Art. 5o Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.
Art. 6o O orçamento discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação até o nível de modalidade de aplicação.

§ 1o Os Poderes discriminarão, por atos próprios, através do Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), os elementos e respectivos desdobramentos.
§ 2o O QDD e as vinculações orçamentárias (destinação e fonte de recursos) poderão ser alterados por ato dos Poderes para atendimento das necessidades de execução orçamentária.
§ 3o O Poder Executivo e o Poder Legislativo editarão Decreto e Resolução, respectivamente, em até 30 dias da promulgação da Lei do Orçamento ou antes do início do exercício, estabelecendo o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), que discriminará a classificação da despesa até o nível de elemento ou desdobramento.
Seção II
Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas
Art. 7o A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida prevista para o Município, destinada ao atendimento de passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, nos termos do art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101.
§ 1º. A lei orçamentária conterá também reserva de contingência:
I – para atendimento dos riscos fiscais;
II - a servir de cobertura para créditos adicionais durante o exercício;
II – a equilibrar o orçamento do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social.
§ 2º. A partir do dia 15 do mês de junho de 2027 o saldo da reserva de contingência destinada para o atendimento de passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos poderá ser utilizada livremente como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.
Art. 8º. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000, § 3o, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujos valores não ultrapassarem os limites a que se referem art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021.
Art. 9º. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8o da Lei Complementar no 101, de 2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias, bem como garantir o atingimento das metas de resultado primário e nominal.
§ 1o Para fins de elaboração da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso do Poder Executivo, o Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta, em até 15 dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminharão ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.
§ 2o As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas mensais de arrecadação por destinação de recursos com a especificação e, em separado, as medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.
Seção III
Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo
Art. 10. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo quinze dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas tributárias e transferências arrecadadas com a estimativa de arrecadação até o final do exercício corrente, bem como a previsão da receita corrente líquida prevista para o exercício a que se refere à proposta orçamentária e as respectivas memórias de cálculo.
Art. 11. Os valores correspondentes ao duodécimo do Poder Legislativo serão repassados conforme a programação financeira elaborada por este Poder.
Parágrafo único. Em caso da não-elaboração do cronograma de desembolso, os duodécimos ao Legislativo se darão na forma de parcelas mensais iguais e sucessivas.
Art. 12. No Poder Legislativo os créditos adicionais suplementares com indicação de recursos compensatórios do seu próprio orçamento, nos termos do art. 43, § 1o, inciso III, da Lei no 4.320, de 1964, serão abertos Resolução.
Art. 13. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos em caixa ou equivalente de caixa do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo, podendo, ainda, ser contabilizados como adiantamento de repasses para o próximo exercício.
Parágrafo único. As arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo, serão contabilizadas no Executivo como receita municipal e, concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal no Executivo e no Legislativo.
Seção IV
Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
Art. 14. Nos termos da Constituição Federal, art. 37, § 16, e da LC nº 101, art. 4º, I, "e", o poder Executivo divulgará em seu sítio oficial, no mesmo período de divulgação do RGF – Relatório de Gestão Fiscal a avaliação de suas políticas públicas.
Art. 15. O controle de custos de que trata o art. 4º, I, "e" da LC nº 101/2000 considerará o princípio da competência mensal da despesa e apurará os custos por centro de custos, por ações e programas de governo.
Seção V
Da Disposição Sobre Novos Projetos
Art. 16. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:
I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento com recursos necessários ao término ou a obtenção de uma unidade completa;
II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.
Parágrafo único. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.
Seção VI
Da Transferência de Recursos para outros Entes
Art. 17. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar no 101, de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas ao desenvolvimento local e custeio de despesas correntes e de capital destes entes em caso de interesse local.
Parágrafo único. O orçamento consignará categoria de programação específica para os convênios com o Estado e a União de que trata este artigo.
Seção VII
Das Transferências de Recursos para o Setor Privado
Art. 18. A transferência de recursos a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos ocorrerá de acordo com a Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014.
Art. 19. O auxílio para pessoas físicas poderá ser autorizado, e dependerá de interesse público motivado conforme a solicitação, lei específica e prestação de contas.
Art. 20. A transferência de recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas com a finalidade de conceder benefícios fiscais ou econômicos, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá ser autorizada por lei específica, se dar em conformidade ao plano de incentivos definido em lei local e ser formalizado em contrato.
Art. 21. No que se refere à concessão de empréstimos financeiros destinados a pessoas físicas e jurídicas, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% (doze por cento) ao ano ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei Complementar no 101, de 2000, estes ficam condicionados ainda a:
I- formalização de contrato ou congênere;
II- aprovação de projeto de investimentos pelo Poder Público;
III- acompanhamento da execução; e
IV- prestação de contas.
Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do art. 27 da Lei Complementar no 101, de 2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo.

Art. 22. Fica autorizado ao Poder Executivo a patrocinar atividades culturais e esportivas que justifiquem a associação da imagem do patrocinado a do Município.
Parágrafo único. O patrocínio poderá ser concedido se autorizado por lei específica ou lei geral que estabeleça os critérios de sua utilização.
Seção VIII
Da Transposição, Remanejamento e Transferência
Art. 23. Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.
§ 1o A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir o planejamento.
§ 2o Para efeitos desta Lei entende-se como:
I – transposições: movimentações dentro de um mesmo órgão, podendo ser entre programas diferentes ou não, mediante alteração de prioridades de execução ou transferência de saldos de projetos ou atividades já encerrados ou que não serão mais utilizados;
II – remanejamentos: realocações entre órgão diversos derivados de reformas administrativas ou alterações em lotações de servidores;
III – transferências: alterações entre projetos e atividades dentro de um mesmo órgão e um mesmo programa.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO
Seção I
Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
Art. 24. A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
Seção II
Das Despesas com Pessoal
Art. 25. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, da Constituição Federal, o aumento das despesas com pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o exercício a que se refere esta Lei, são os seguintes:
a) conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores
b) criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
c) prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
d) prover cargos em comissão e funções de confiança;
e) melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;
f) proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
g) proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
h) melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.
§ 1º. Além dos cargos e funções de que trata este artigo, o aumento da despesa com pessoal para o exercício a que se refere esta Lei considerará a concessão da revisão geral anual aos servidores de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal.
§ 2º. Fica o Poder Executivo e Legislativo autorizados a realizar contratação temporária por excepcional interesse público, para atendimento de interesse público motivado, na forma da legislação específica.
Art. 26. Para efeitos da LC nº 101, art. 22, parágrafo único, no exercício de 2026 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal ultrapassar a 95% do limite do Poder Executivo e do Legislativo, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:
I – situações de emergência ou calamidade pública;
II – situações em que possam estar em risco à segurança de pessoas ou bens;
III – quando a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outras alternativas possíveis.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO
Art. 27. Na política de administração tributária do Município ficam definidas as seguintes diretrizes para o exercício a que se refere esta Lei, devendo legislação específica dispor sobre:
I - concessão de anistia parcial ou total aos contribuintes inscritos em dívida ativa do Município;
II - concessão de desconto para pagamento em parcela única do IPTU de até 20% (vinte por cento).
III – renúncia fiscal de tributos como incentivos ao desenvolvimento da economia local, na forma de leis específicas.
Parágrafo único. O Anexo de Renúncia de Receita de que trata o art. 1º, "g" disporá sobre o total das receitas renunciadas por leis já vigentes e as renúncias previstas para o exercício a que se refere esta Lei.
CAPÍTULO VI
DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO
Art. 28. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9o da Lei Complementar no 101, de 2000, será efetivada, separadamente, por cada Poder do Município.
§ 1o Constitui critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, a seguinte ordem de prioridade, em ambos os Poderes:
I - diárias;
II - serviço extraordinário;
III - realização de obras;
IV - aquisição de equipamentos e material permanente.

§ 2o Em não sendo suficiente ou inviável sob o ponto de vista de administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção das despesas relacionas a pessoal, saúde, educação e assistência social.
CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 29. Se o projeto de lei orçamentária não for publicado até 31 de dezembro de 2026, até que este ocorra, a programação dele constante poderá ser executada.
Art. 30. Revogadas as disposições em contrário, especialmente as constantes a Lei Municipal 4262/2017, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO, RS, AOS 29 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Registre-se e Publique-se;

CASSIANO DE SOUZA ZANELA
Secretário da Administração

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:2C57DD3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 5164/2026

Lei Municipal nº 5.164/2026, de 29 de setembro de 2026.

Autoriza a contratação temporária, em caráter emergencial e de excepcional interesse público, de servidores para atuar junto a Secretaria Municipal da Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e **EU** sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º. - Fica autorizada a contratação temporária, em caráter emergencial e de excepcional interesse público, de servidores para atuar junto a Secretaria Municipal da Saúde em quantidade e função a seguir discriminadas:

Quantidade	Função	Carga Horária
01	Assistente Social	40 horas semanais
01	Profissional de Educação Física (Bacharelado ou Licenciatura Plena em Educação Física)	20 horas semanais

Artigo 2º. - O contrato de que se trata o artigo anterior será de natureza administrativa, regido pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, e os servidores contratados ficarão a disposição da Secretaria Municipal da Saúde, percebendo como remuneração os mesmos valores aos fixados para o quadro de servidores permanente do Município, e contribuirá este para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
Artigo 3º - Os contratos autorizados por esta Lei terão vigência até o dia 31 de março de 2027.
§ 1° Excepciona, quanto ao prazo, a regra do artigo 234 da Lei 1543/02, de 24 de setembro de 2002, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais;
§ 2° Para preenchimento das vagas ofertadas, será obedecida a banca existente do concurso público nº 01/2023, caso não haja interesse dos candidatos aprovados ou na inexistência destes, a contratação se dará através processo seletivo simplificado em vigor ou a ser aberto;
§ 3º Os contratos poderão ser rescindidos a qualquer hora, sem a necessidade de aviso prévio, no caso de realização de concurso público, em que haja aprovação de servidores, e estes estejam aptos a assumirem os cargos de provimento efetivo do Município, ou quando cessado a necessidade a critério da Administração.
Artigo 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária existente ou a ser aberta mediante crédito especial para esta finalidade.
Artigo 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO-RS, AOS 29 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Registre-se e Publique-se;

CASSIANO DE SOUZA ZANELA
Secretário da Administração

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:FAE09AE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 5165/2026

Lei Municipal nº 5.165/2026, de 29 de setembro de 2026.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL BICACO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais.
FAZ SABER que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e EU, no uso de atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, até o valor de R$ 1.308.800,40 (um milhão, trezentos e oito mil e oitocentos reais, com quarenta centavos), destinados a compra de veículos para setor de transporte escolar, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe a Resolução 43/2001 de 21/12/2001 do Senado Federal, bem como normas específicas do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.
Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, como forma de pagamento das operações de crédito de que trata esta Lei, os recebíveis que se fizerem necessários, provenientes do produto da arrecadação tributária municipal, inclusive quotas-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Municípios.
Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.
Art. 5º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.
Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.
Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO - RS, AOS 29 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CASSIANO DE SOUZA ZANELA
Secretário da Administração

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:10FEF47D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 5166/2026

Lei Municipal nº 5.166/2026, de 29 de setembro de 2026.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL BICACO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais.
FAZ SABER que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e EU, no uso de atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, até o valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), destinada à execução de obras de calçamento e/ou pavimentação de vias públicas, aquisição de veículos e à realização de outros investimentos de interesse público, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe a Resolução 43/2001 de 21/12/2001 do Senado Federal, bem como normas específicas do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.
Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, como forma de pagamento das operações de crédito de que trata esta Lei, os recebíveis que se fizerem necessários, provenientes do produto da arrecadação tributária municipal, inclusive quotas-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Municípios.
Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 5º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.
Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.
Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO - RS, AOS 29 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CASSIANO DE SOUZA ZANELA
Secretário da Administração

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:5070CB45

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 5167/2026

Lei Municipal n° 5.167/2026, de 29 de setembro de 2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros a Associação Hospitalar Santo Antônio de Pádua para pagamento das despesas do mês de SETEMBRO/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL BICACO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais.
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e **EU**, no uso de atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar a importância de até **R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais),** a título de recursos financeiros, à Associação Hospitalar Santo Antônio de Pádua, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 88.734.785/0001-77, estabelecida na Rua Francisco Gobbi n° 510, nesta cidade de Coronel Bicaco-RS, em razão da intervenção administrativo conforme Decreto n° 042/2018, de 12 de março de 2018, que declarou situação anormal na área de saúde hospitalar do município de Coronel Bicaco-RS, requisitou bens e serviços da Associação Hospitalar Santo Antônio de Pádua, prorrogado pelos Decretos n°s 152/2018, de 29 de junho de 2018 e 049/2019, de 11 de março de 2019, mantido pelo Decreto nº 067/2019, de 02 de abril de 2019 e, prorrogado pelo Decreto 254/2019, de 30 de setembro de 2019, novamente mantido pelos Decretos nºs 291/2019, de 30 de outubro de 2019, 039/2020, de 28 de fevereiro de 2020, 189/2020, de 30 de junho de 2020, 259/2020, de 10 de agosto de 2020, 391/2020, de 19 de outubro de 2020, 001/2021, de 04 de janeiro de 2021, 073/2021, de 15 de março de 2021, 153/2021, de 1º de junho de 2021, 350/2021, de 03 de novembro de 2021, 001/2022, de 05 de janeiro de 2022, 051/2022, de 06 de maio de 2022, 25/2023 de 15 de fevereiro de 2023, 004/2024 de 08 de janeiro de 2024, 040/2024 de 04 de abril de 2024, 107/2024, de 11 de setembro de 2024, 007/2025, de 02 de janeiro de 2025, 123/2025, de 03 de julho de 2025, 004/2026, de 12 de janeiro de 2026, e 063/2026, de 26 de maio de 2026, visando à manutenção da assistência médico hospitalar, nomeou comissão intervencionista.
§1° **-** O valor será pago em até 60 dias, a contar da vigência desta Lei;
§2° **-** O repasse será realizado, mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada.
Art. 2° - Os recursos serão destinados a custear as despesas de manutenção da Associação Hospitalar Santo Antônio de Pádua e serão aplicados conforme abaixo detalhado:
A importância de R$ 95.760,00 (noventa e cinco mil, setecentos e sessenta reais) será utilizada para o pagamento de parte das despesas de custeio (folha de pagamento, encargos e despesas de manutenção em geral) referente ao mês de Setembro/2026;
A importância de R$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais), será utilizada para pagamento de 260 horas de plantão médico realizadas no período de 01 à 30 de setembro de 2026. Os referidos plantões médicos são prestados na Associação Hospitalar em dias úteis, nos horários das 07:00 às 20:00 horas, mais exames de ultrassom realizados durante o mês de setembro de 2026;
A importância de R$ 60.840,00 (sessenta mil, oitocentos e quarenta reais) será utilizada para pagamento de 468 horas de plantão médico realizadas no período de 01 à 30 de setembro de 2026. Os plantões médicos aqui referidos são prestados na Associação Hospitalar fora dos horários de expediente da UBS centro, ou seja, em dias úteis, das 20:00 às 07:00 hrs, bem como 24 horas em feriados e finais de semana.
Art. 3° - A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria.
Art. 4° - O município obriga-se a efetuar o repasse dos recursos financeiros a Associação Hospitalar Santo Antônio de Pádua, prestar orientação técnica e supervisionar a execução dos serviços hospitalares, examinar e deliberar quanto à aprovação dos relatórios dos atendimentos, dos documentos comprobatórios das despesas e da prestação de contas apresentadas.
Art. 5° - As despesas decorrentes desta Lei serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, consignadas na LOA 2026, sendo que a abertura de crédito suplementar, para essa finalidade específica, caso necessário, se dará por meio de Lei ou Decreto, conforme previsão da Lei Orçamentária Anual:
Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Saúde
Ação: 2061 – Média e Alta Complexidade
Vínculo: 15000040
Elemento: 33350430000000000000 – Subvenções sociais
Valor: 95.760,00 (noventa e cinco mil, setecentos e sessenta reais)

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Saúde
Ação: 2061 – Média e Alta Complexidade
Vínculo: 15000040
Elemento: 33390390000000000000 – Outros Serviços de Terceiros
Valor: 94.240,00 (noventa e quatro mil, duzentos e quarenta reais)

Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DE CORONEL BICACO-RS, AOS 29 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

ARLEU VALADAR MACHADO
Prefeito

Registre-se e Publique-se;

CASSIANO DE SOUZA ZANELA
Secretário da Administração

Publicado por:
Elizabete Bombardelli
Código Identificador:A717A83C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 213/2026.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: DENISE DONIN AUTOPEÇAS ME
CNPJ Nº 30.186.289/0001-46
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, § 7°, Lei Federal n° 14.133/21.
OBJETO: Contratação de empresa para conserto do veículo Ford Ka de placas IZHOE33, pertencente à frota da Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio.
VALOR: R$ 2.260,00 (dois mil duzentos e sessenta reais).

Cotiporã/RS, 29 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS BREDA
Prefeito

Publicado por:
Thomas Franco Tres
Código Identificador:ACA27BA3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 214/2026.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: DENISE DONIN AUTOPEÇAS ME
CNPJ Nº 30.186.289/0001-46
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, § 7°, Lei Federal n° 14.133/21.
OBJETO: Contratação de empresa para conserto do veículo Volkswagen Saveiro de placas IUQ3669, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Saneamento.
VALOR: R$ 2.610,00 (dois mil seiscentos e dez reais)

Cotiporã/RS, 29 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS BREDA
Prefeito

Publicado por:
Andrielle Zonta
Código Identificador:F2A5D872

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 317, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: DENISE DONIN AUTOPEÇAS ME
CNPJ Nº 30.186.289/0001-46
OBJETO: Contratação de empresa para conserto do veículo Ford Ka de placas IZHOE33, pertencente à frota da Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio.
VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 213/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, § 7°, Lei Federal n° 14.133/21.
PRAZO/VIGÊNCIA: 15 (quinze) dias
VALOR: R$ 2.260,00 (dois mil duzentos e sessenta reais).

Cotiporã/RS, 29 de setembro de 2026.

ELISANDRA SCUSSEL
Sec. Municipal de Administração

Publicado por:
Thomas Franco Tres
Código Identificador:BAD50A68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 318, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

CONTRATANTE: Município de Cotiporã
CONTRATADA: DENISE DONIN AUTOPEÇAS ME
CNPJ Nº 30.186.289/0001-46
OBJETO: Contratação de empresa para conserto do veículo Volkswagen Saveiro de placas IUQ3669, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Saneamento.
VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 214/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, § 7°, Lei Federal n° 14.133/21.
PRAZO/VIGÊNCIA: 10 (dez) dias
VALOR: R$ 2.610,00 (dois mil seiscentos e dez reais)

Cotiporã/RS, 29 de setembro de 2026.

ELISANDRA SCUSSEL
Sec. Municipal de Administração

Publicado por:
Andrielle Zonta
Código Identificador:7816E663

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 01/2026 AO CONTRATO 108/2026

ESPÉCIE:ADITIVO 01/2026 AO CONTRATO 108/2026
CONTRATADA: SULPASSO CAMINHÕES LTDA
OBJETIVO: ACRÉSCIMO DE VALOR POR INCLUSÃO DE NOVOS ITENS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, DESTINADOS À REVISÃO PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E INSUMOS DOS SEGUINTES VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE COXILHA: CAMINHÃO PLACA JCU2F13, COMBUSTÍVEL A DIESEL, CHASSI 9536B8TD6SR013444, CAMINHÃO PLACA JCU2F39, COMBUSTÍVEL A DIESEL, CHASSI 9536B8TDOSR013326, CAMINHÃO PLACA JCU2F26, COMBUSTÍVEL A DIESEL, CHASSI 9536B8TD6SR012746, VISANDO GARANTIR SUAS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE FUNCIONAMENTO, SEGURANÇA E DESEMPENHO OPERACIONAL
ADITIVO: 29/09/2026
ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL E PELA EMPRESA: GILSEU LUIZ ROSSATTO

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:E17B673D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 01/2026 AO CONTRATO 142/2025

ESPÉCIE:ADITIVO 01/2026 AO CONTRATO 142/2025
CONTRATADA: TRANSPORTE SANTA GEMA LTDA
OBJETIVO: RENOVAÇÃO CONTRATUAL + REAJUSTE DE VALOR
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS, CALÇADAS PARA PRÉDIOS PÚBLICOS E PISOS DE CONCRETO EM GERAL COM COLOCAÇÃO DE PISO TÁTIL DIRECIONAL E ALERTA, MURETA E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIROS, DE PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COXILHA
VALOR: R$ 26,79 (VINTE E SEIS REAIS COM SETENTA E NOVE CENTAVOS) UNIDADE DA PEDRA BASALTO
ADITIVO: 29/09/2026 VIGÊNCIA: 23/09/2027

ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL E PELA EMPRESA: EDOALDO CANTON MOREIRA

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:46EA5802

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 03/2026 AO CONTRATO 118/2023

ESPÉCIE:ADITIVO 03/2026 AO CONTRATO 118/2023
CONTRATADA: LEANDRO SALDANHA ARBITRAGEM
OBJETIVO: RENOVAÇÃO CONTRATUAL + REAJUSTE DE VALOR
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA TORNEIO E/OU CAMPEONATO MUNICIPAL DE SALÃO (FUTSAL) E SETE DE COXILHA, CATEGORIAS LIVRE, FEMININO, VETERANO E
MASTER.
VALOR: R$ 239,85 (DUZENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) POR JOGO
ADITIVO: 26/09/2026 VIGÊNCIA: 26/09/2027

ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL E PELA EMPRESA: LEANDRO SALDANHA

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:E6DC608A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 04/2026 AO CONTRATO 120/2022

ESPÉCIE:ADITIVO 04/2026 AO CONTRATO 120/2022
CONTRATADA: ATITUDE AMBIENTAL LTDA
OBJETIVO: RENOVAÇÃO CONTRATUAL + REAJUSTE DE VALOR
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO/TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES GERADOS PELA UNIDADE BÁSICA DE SÁUDE, OS RESÍDUOS QUE TRATA O OBJETO SÃO A (INFECTANTES); B (CONTENDO SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS) E DO GRUPO E (PERFUROCORTANTE).
VALOR: R$ 2.759,92 (DOIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) PARA O ITEM 01 (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DO LIXO CONTAMINADO DOS GRUPOS "A E E"); E R$ 8,96 (OITO REAIS COM NOVENTA E SEIS CENTAVOS) PARA O ITEM 02 (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO CONTAMINADO DO GRUPO "B")
ADITIVO: 27/09/2026 VIGÊNCIA: 27/09/2027
ASSINAM:PELO MUNICÍPIO DE COXILHA: JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA, PREFEITO MUNICIPAL E PELA EMPRESA: VALDEMAR JOSE SPIELMANN

Publicado por:
Evilin Salinet Nunes
Código Identificador:8F4ECE11

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO Nº 210/2026 - PREGÃO PRESENCIAL RGP N° 137/2026

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO Nº 210/2026 - PREGÃO PRESENCIAL RGP N° 137/2026
O município de Crissiumal torna público aos interessados que o edital de licitação na modalidade *Pregão Presencial*, cujo objeto é o *registro de preços para aquisição de recargas de gás liquefeito de petróleo (glp – gás de cozinha), destinadas ao atendimento das necessidades das diversas secretarias*, **foi alterado**, sendo a nova data da abertura das propostas marcada para o **dia 13 de outubro de 2026 às 08:30 horas**.

Crissiumal, 29 de setembro de 2026.

MARCO AURÉLIO NEDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:507F794F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADESÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO 214/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 214/2026 – ADESÃO ATA Nº 077/2026 - CISA - OBJETO: *registro de preços para aquisição de veículos*. DATA DA FORMALIZAÇÃO: 29 de setembro de 2026.

Crissiumal, 29 de setembro de 2026.

MARCO AURÉLIO NEDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:89B11A82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 142/2026

Contrato N° 142/2026
Licitação: 25/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL
Contratada: SHARK S/A MAQUINAS PARA CONSTRUCAO
Valor: 9.136,17
Vigência: Início:28/09/2026 Término: 28/11/2026
Objeto da Contratação: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO PARA REVISÃO DE 1.00 HORAS - MÁQUINA 71, MOTONIVELADORA
NEW HOLLAND RG170B.
Crissiumal, 28 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:EA3940D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2024

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2024
CONTRATANTE: Município de Crissiumal/RS. CONTRATADA: Associação Missionária de Beneficência das Irmãs Servas do Espírito Santo, CNPJ nº 80.234.826/0005-88. PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 2227/2024. OBJETO: Prorrogação do prazo contratual por 12 (doze) meses e reajuste pelo IPCA, referente à institucionalização da idosa Lourdes Nair Albring, conforme Processo Comum Cível nº 5001833-78.2024.8.21.0094/RS. VIGÊNCIA: 01/10/2026 a 30/09/2027. VALOR: R$ 55.196,16 (cinquenta e cinco mil, cento e noventa e seis reais e dezesseis centavos). DATA: 29 de setembro de 2026.

MARCO AURÉLIO NEDEL –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mateus Guaragni Lobo
Código Identificador:BF69175B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010-02/2026

O Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul/RS torna público que será realizada à licitação abaixo citada, em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações e o Decreto Municipal nº 1723-04/2024 - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010-02/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE "ESCOLINHA DE FUTEBOL DE CAMPO DE BASE – ESPORTE, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL" NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL/RS, conforme Proposta nº 53498/2025 – Contrato de Repasse nº 981217, celebrado junto ao Ministério do Esporte.** Data de Abertura: 14/10/2026 às 10h30min. Edital e anexos podem ser conferidos através do site www.cruzeiro.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br , fone (51) 3764-1144 ou E-mail: licita@cruzeiro.rs.gov.br .

Cruzeiro do Sul, 30 de setembro de 2026.

CESAR LEANDRO MARMITT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamini Dalmoro Azevedo
Código Identificador:5B8DEF81

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DERRUBADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 018/2026
Processo Administrativo nº 078/2026
Fundamento Legal: Art. 75, Inciso III, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021
O Município de Derrubadas/RS, estabelecido na Avenida Pelotas, nº 595, Centro, através do Senhor MIRO MÜLBEIER, Prefeito Municipal de Derrubadas/RS, torna público que tem interesse na aquisição de 02 (dois) acordeons destinados ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social – SMHAS, em razão de o item não ter sido contratado no Pregão Eletrônico nº 26/2026 (Processo Administrativo nº 54/2026), mediante contratação direta por dispensa de licitação, mantidas todas as condições definidas no edital anterior.

Critério de Julgamento -Menor Preço Unitário

Prazo para Propostas -05/10/2026, às 09h00min (Horário de Brasília/DF)

Aviso de intenção – Edital – disponível em - http://186.237.213.75/index.php/licitacoes2a/dispensas/dispensas-2026

Observação: não haverá lances — APENAS O ENVIO DE 01 (UMA) PROPOSTA, DE MODO FECHADO.

Derrubadas/RS, 29 de Setembro de 2026.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Andre Geroldini
Código Identificador:C3EBD928

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 50, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026 - LEI N.1677

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$58.300,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 58.300,00
Anulação

01 05 03 FUNDO DESEN. ENSINO E VAL. MAGISTERIO-FUNDEB
343 12.365.0005.2010.0000 GESTAO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 31.610,00
MANUT. EDUCAÇAO INFANTIL- PRE ESCOLA F.R.: 3111540
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
1 Recursos do Exercício Corrente
001 001 GERAL

01 06 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
458 10.301.0010.2045.0000 SAUDE PARA TODOS 26.690,00
APOIO SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE-CUSTEIO F.R.: 4011500
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
1 Recursos do Exercício Corrente
001 001 GERAL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:

01 06 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
367 10.301.0010.2045.0000 SAUDE PARA TODOS -58.300,00
APOIO SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE-CUSTEIO F.R. Grupo: 4500 11600
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
1 Recursos do Exercício Corrente
001 001 GERAL

Anulação (-) -58.300,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRO MULBEIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helio Lampert
Código Identificador:B4AF5B99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 102/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 102/2026. Chamada Pública nº 02/2026. Contratada: Cooperativa Mista Yucumã Cooperyucumã, CNPJ: 10.696.943/0001-54. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados à alimentação escolar dos estudantes da rede pública municipal de ensino. Valor: R$ 70.125,74 (setenta mil cento e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos). Vigência: 28/09/2026 a 28/03/2027. Assinatura do Contrato: 28/09/2026.

Derrubadas/RS, 28 de setembro de 2026.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ramon Ulisses Agnoletto
Código Identificador:870C2BA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 103/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 103/2026. Chamada Pública nº 02/2026. Contratada: VINÍCOLA PINHAL ALTO LTDA, CNPJ sob n.º 19.111.404/0001-80. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados à alimentação escolar dos estudantes da rede pública municipal de ensino. Valor: R$ 3.410,00 (três mil quatrocentos e dez reais). Vigência: 28/09/2026 a 28/03/2027. Assinatura do Contrato: 28/09/2026.

Derrubadas/RS, 28 de setembro de 2026.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ramon Ulisses Agnoletto
Código Identificador:05998032

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2026. Processo Licitatório nº 67/2026 Pregão Eletrônico nº 30/2026. Contratada: OTTO COMÉRCIO GERAL LTDA., inscrita no CNPJ nº 60.136.295/0001-

50. Objeto: Fornecimento de equipamentos destinados à produção de hambúrgueres e melado, visando ao fortalecimento da agroindústria local e ao desenvolvimento da agricultura familiar, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado no Convênio FPE nº 0863/2026, Processo nº 26/3100-0000431-4, decorrente da Consulta Popular 2025/2026. Valor: R$ 74.271,49 (setenta e quatro mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos). Vigência: 28/09/2026 à 26/12/2026. Assinatura do Contrato: 28/09/2026.

Derrubadas/RS, 28 de setembro de 2026.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ramon Ulisses Agnoletto
Código Identificador:CC267104

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 299, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO – CEMA, INSTITUÍDO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 046, DE 1º DE SETEMBRO DE 2026.

MIRO MÜLBEIER, Prefeito Municipal de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

Considerando o Decreto Municipal nº 046, de 1º de setembro de 2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA como instância permanente de gestão e governança da Política Municipal de Alfabetização;

Considerando a necessidade de designação nominal dos membros do Comitê, nos termos do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 046/2026,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os membros abaixo relacionados para compor o COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO – CEMA, instituído pelo Decreto Municipal nº 046, de 1º de setembro de 2026:
I – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto: Cristiane Führ, CPF nº 750.373.190-72.
II – Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto: Rita de Cássia Dias Verdi Fumagalli, CPF nº 014.253.720-90.
III – Articuladora Municipal de Gestão do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA: Débora Aparecida Togni dos Santos, CPF nº 943.872.730-20.
IV – Formadora Municipal do Programa Alfabetiza Tchê: Raqueline Rigo Janke, CPF nº 001.754.270-70.
V – Representante da Educação Infantil: Mara Cristína Rigo Sorgetz da Rocha, CPF nº 895.778.760-72.
VI – Representante dos professores alfabetizadores do 1º ano: Cecilia Teresinha Olbermann, CPF nº 000.551.650-10.
VII – Representante dos professores alfabetizadores do 2º ano: Lucileia Fuhr Barrof, CPF nº 721.079.520-00.
VIII – Representante das equipes diretivas ou coordenações pedagógicas das escolas municipais: Janice Alf Ruff, CPF nº 903.687.110-72.
Art. 2º – Os membros designados exercerão suas atribuições em conformidade com as competências estabelecidas no Decreto Municipal nº 046/2026 e demais disposições aplicáveis à Política Municipal de Alfabetização.
Art. 3º – A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não ensejará remuneração adicional.
Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas, aos 24 de setembro de 2026.

MIRO MÜLBEIER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se,
aos 24/09/2026.

Publicado por:
Helio Lampert
Código Identificador:9F839217

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 300, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

Concede licença à servidora municipal para tratamento de saúde.

MIRO MULBEIER, Prefeito Municipal de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente, com base no art. 197 do Estatuto do Servidor Público Municipal de Derrubadas (Lei Mun. nº 152/95),

C O N C E D E

À servidora municipal **LUCIANI MORESCO EICKHOFF,** no cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde**,** a contar de 14/09/2026 a 18/09/2026, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas, aos 24 de setembro de 2026.

MIRO MULBEIER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Aos 24/09/2026.

HELIO LAMPERT
Agente de Recursos Humanos.

Publicado por:
Helio Lampert
Código Identificador:316350A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 301, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Concede férias à servidora municipal e dá outras providências.

MIRO MULBEIER, Prefeito Municipal de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial ao art. 88 do Estatuto do Servidor Público do Município de Derrubadas,

C O N C E D E

À servidora municipal, **REGINA GIACOMINI**, Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 12 (doze) dias de férias, a contar de 28/09/2026 a 09/10/2026, sendo 11 (onze) dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2024 a 31/01/2025 e 01 (um) dia referente ao período aquisitivo de 01/02/2025 a 31/01/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas, aos 25 de setembro de 2026.

MIRO MULBEIER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Aos 25/09/2026.

HELIO LAMPERT
Agente de Recursos Humanos.

Publicado por:
Helio Lampert
Código Identificador:C04FD741

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 302, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Designa Fiscal Técnico e Fiscais do Contrato de prestação de serviços nº 100/2026, de execução de obras de construção, ampliação e melhoria de pontes do município de Derrubadas/RS, nos termos do Processo Licitatório nº 69/2026, modalidade Concorrência Eletrônica nº 11/2026.

MIRO MULBEIER, Prefeito Municipal de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente,
R E S O L V E:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil, **ANDRÉ PARIZOTTO**, como fiscal técnico e **JULIANO DAVI HABITZREITER**, como fiscal titular e **YURI LOCATELLI**, como fiscal suplente do Contrato de prestação de serviços nº 100/2026, de execução de obras de construção, ampliação e melhoria de pontes do município de Derrubadas/RS, nos termos do Processo Licitatório nº 69/2026, modalidade Concorrência Eletrônica nº 11/2026.

Art. 2º Designar **JULIANO DAVI HABITZREITER,** responsável pelo termo de recebimento das obras do Contrato de prestação de serviços nº 100/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas, aos 25 de setembro de 2026.

MIRO MULBEIER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Aos 25/09/2026.

HELIO LAMPERT
Agente de Recursos Humanos.

Publicado por:
Helio Lampert
Código Identificador:AA03053F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 303, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Designa servidores municipais para atuarem como Fiscal Titular e Fiscal Suplente do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário firmado com a CORSAN, sob a regulação da AGERGS.

MIRO MULBEIER, Prefeito Municipal de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021,

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR** os servidores abaixo identificados para exercerem as funções de **Fiscal Titular** e **Fiscal Suplente** do Contrato de Concessão nº 206/2011, celebrado entre o Município de Derrubadas e a **Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN**:

• **Fiscal Titular:** JULIANO DAVI HABITZREITER, Operador de Máquinas, matrícula nº 2347;
• **Fiscal Suplente:** PEDRO CORREA DA SILVA, Serviços Gerais, matrícula nº 366.

Art. 2º – Compete aos fiscais designados o acompanhamento técnico, administrativo e operacional da execução dos serviços de água e esgoto no âmbito municipal, devendo:

• Verificar permanentemente a prestação do serviço adequado e o cumprimento das metas contratuais e do Plano Municipal de Saneamento Básico.
• Encaminhar relatórios periódicos, reclamações e inconformidades técnicas diretamente à **Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS**, visando a aplicação das penalidades ou revisões cabíveis.
• Intermediar as demandas locais e as vistorias operacionais integradas com a equipe técnica da AGERGS.
• Atuar em estrita conformidade com o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto (RSAE) unificado pela agência reguladora.

Art. 3º – O Fiscal Suplente atuará nos casos de ausências, impedimentos legais, licenças ou férias do Fiscal Titular.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Derrubadas, aos 25 de setembro de 2026.

MIRO MULBEIER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Aos 25/09/2026

HELIO LAMPERT
Agente de Recursos Humanos.

Publicado por:
Helio Lampert
Código Identificador:75468CDC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
EXTRATO CONTRATUAL

– MR COMERCIO, SERVIÇOS, TRANSPORTE, LOGISTICA LTDA CNPJ nº 19.129.945/0001-36 Termo Aditivo nº 001/2026 Contrato Administrativo nº 385/2026 – Pregão Eletrônico 033/2026 – Prorrogação de Prazo de 30 de setembro de 2026 para 30 de outubro de 2026. Assinatura: 29/09/2026

LAURI JOSÉ ELY
Prefeito

Publicado por:
Marciane Tais Ames
Código Identificador:E20F8963

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
TERMO ADITIVO 01/2026 - CONTRATO ADMINISTRATIVO 04/2026

JOICE HORAZY ZEMOLIN – CPF nº 019.966.020-47 – Termo Aditivo Nº 001/2026 de prorrogação de prazo ao Contrato Administrativo de serviço temporário nº 04/2026 – Com amparo na Lei Municipal número 2.583/2026, as partes em comunhão de vontade

decidem prorrogar o prazo constante na Clausula Segunda do referido contrato, por um período de mais 06 (seis) meses, a contar de 01 de outubro de 2026, tendo seu término em 31 de março de 2027. Assinado: 24/09/2026

Publicado por:
Magali Teresinha Balsan
Código Identificador:26D80DA6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 919, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 919, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA NATHALIA SANTOS DA SILVA"

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul em exercício, no uso de suas atribuições legais e atendendo o que consta no Protocolo Servidor 1Doc nº 3.328/26, na forma do art. 116 da Lei Municipal nº 1.108/99, **CONCEDE LICENÇA PRÊMIO** à servidora **NATHALIA SANTOS DA SILVA,** Técnica em Enfermagem, matrícula 4537-3, referente ao período aquisitivo de 05/08/2016 a 04/08/2021 (1 mês), sendo o período de gozo de 07 de outubro de 2026 a 07 de novembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 28 DE SETEMBRO DE 2026.

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM
Prefeit**o** Municipal Em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DAIANA ELZA STRAPAZZON CURCI
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:32FE0A65

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 920, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 920, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA ALESSANDRA BITTENCOURT DE LEMOS"

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul em exercício, no uso de suas atribuições legais e atendendo o que consta no Protocolo Servidor 1Doc nº 3.488/26, na forma do art. 116 da Lei Municipal nº 1.108/99, **CONCEDE LICENÇA PRÊMIO** à servidora **ALESSANDRA BITTENCOURT DE LEMOS,** Bióloga, matrícula 3608-0, referente ao período aquisitivo de 09/12/2020 a 08/12/2025 (1 mês), sendo o período de gozo de 05 de outubro de 2026 a 05 de novembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 28 DE SETEMBRO DE 2026.

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DAIANA ELZA STRAPAZZON CURCI
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:9E0A740F

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 921, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 921, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA VANESSA VIDALIS"

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul em exercício, no uso de suas atribuições legais e atendendo o que consta no Protocolo Servidor 1Doc nº 3.531/26, na forma do art. 116 da Lei Municipal nº 1.108/99, **CONCEDE LICENÇA PRÊMIO** à servidora **VANESSA VIDALIS,** Auxiliar Administrativo, matrícula 6278-2, referente ao período aquisitivo de 22/02/2019 a 21/02/2024 (1 mês), sendo o período de gozo de 1º de outubro de 2026 a 1º de novembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 28 DE SETEMBRO DE 2026.

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se

DAIANA ELZA STRAPAZZON CURCI
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:942DCE5F

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 922, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 922, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA VITORIA CHAMORRO DE OLIVEIRA MERSONI"

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e atendendo ao que consta no Protocolo Servidor 1Doc nº 3.413/26, na forma do art. 111 da Lei Municipal nº 1.108, de 28 de julho de 1999, **CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** à servidora **VITORIA CHAMORRO DE OLIVEIRA MERSONI,** Atendente de Creche, matrícula 6572-2, no período de 15 de setembro a 29 de setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 28 DE SETEMBRO DE 2026.

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DAIANA ELZA STRAPAZZON CURCI
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:5148DA99

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 923, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 923, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA MICHELE SALABERRY FERREIRA"

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e atendendo ao que consta no Protocolo Servidor 1Doc nº 3.167/26, na forma do art. 111 da Lei Municipal nº 1.108, de 28 de julho de 1999, **CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** à servidora **MICHELE SALABERRY FERREIRA,** Técnica em Enfermagem, matrícula 6879-9, no período de 24 de julho a 26 de agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 28 DE SETEMBRO DE 2026.

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se

DAIANA ELZA STRAPAZZON CURCI
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:C716500C

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº924, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

PORTARIA Nº924, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

"NOMEIA CANDIDATO PARA EXERCER O CARGO ABAIXO RELACIONADO"

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO, Prefeita Municipal de Eldorado do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 11, inciso II da Lei Municipal 1.108, de 28 de julho de 1999, resolve NOMEAR O(A) CANDIDATO(A) ABAIXO RELACIONADO(A) para exercer cargo do quadro permanente, conforme o Edital do respectivo Concursos Públicos, nos termos da Legislação Municipal em vigor, a contar de 29 de setembro de 2026.

Nome	Cargo	Classificação	Concurso Púbico
Debora Yang Villari	Engenheiro Civil	12º Lugar	01/2022

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 28 DE SETEMBRO DE 2026.

JULIANA DIAS FAGUNDES CARVALHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DAIANA ELZA STRAPAZZON CURCI
Secretária de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:32EC2547

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 925, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 925, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA SONIA MARIA SILVEIRA SILVA"

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul em exercício, no uso de suas atribuições legais e atendendo o que consta no Protocolo Servidor 1Doc nº 3.386/26, na forma do art. 116 da Lei Municipal nº 1.108/99, **CONCEDE LICENÇA PRÊMIO** à servidora **SONIA MARIA SILVEIRA SILVA,** Merendeira Servente, matrícula 2375-2, referente ao período aquisitivo de 12/09/2021 a 11/09/2026 (1 mês), sendo o período de gozo de 1º de outubro de 2026 a 1º de novembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, EM 28 DE SETEMBRO DE 2026.

GIOVANI DE ÁVILA MARTIM
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DAIANA ELZA STRAPAZZON CURCI
Secretário de Administração

Publicado por:
Glauco Luciano Soares
Código Identificador:CFC6DAAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA 1206/2026

PROCESSO Nº 1377/2026
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 1206/2026

A Administração Municipal de Encruzilhada do Sul/RS torna público a contratação da empresa **EGLAIR JOSE DUARTE GUTERRES LTDA (CNPJ: 87.020.954/0001-44)** visando fornecimento de **PEÇAS** para **ÔNIBUS VW PLACAS NZO7E25**, através da **SECRETARIA DE SAÚDE**. Fundamentação legal: Artigo 75, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/21. Encruzilhada do Sul, 28-09-2026.

BENITO FONSECA PASCHOAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Maria Ferreira Klafke
Código Identificador:CFD09ADA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 162/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 162/2026 A Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 14.133/2021 e suas alterações, resolve adjudicar e homologar o Pregão Eletrônico nº 162/2026, cujo objeto é a Aquisição de câmaras para conservação de imunobiológicos, através da Secretaria Municipal de Saúde, com Recursos Tranf do SUS - Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede ASPS, cuja empresas vencedora foi TLP MACRO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ: 42.581.113/0001-78, no valor total de R$ 70.200,00. Erechim, 25 de setembro de 2026.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:18F56C23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026. SELEÇÃO DE PROJETO PARA REALIZAR FESTIVAL DE TEATRO ATRAVÉS DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL ATA DA ETAPA DE HABILITAÇÃO Objeto: seleção de 01 (um) projeto cultural para receber apoio financeiro, com o objetivo de realizar o Festival de Teatro do Município de Erechim/RS. A Comissão de Acompanhamento, após recebimento e análise dos documentos exigidos para a fase de habilitação, torna pública a HABILITAÇÃO do inscrito:

PROPONENTE	PROJETO	CNPJ	RESULTADO FINAL
Instituto Erechinense das Artes do Palco – IEAP	FESTErê 2026	65.982.345/0001-33	Habilitado

Conforme Art. 10, § 10 do Marco Regulatório do Fomento à Cultura (Lei Nº 14.903/2024), nos casos de decisão de inabilitação, poderá ser interposto recurso no prazo de 3 dias úteis. Como o proponente restou HABILITADO, este passa agora à ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL. Conforme Edital, o contemplado deverá, no prazo de 5 dias úteis, efetuar a assinatura do Termo por meio de assinador próprio da Prefeitura Municipal de Erechim, no qual, o proponente deverá realizar cadastro próprio protegido por login e senha pessoal e intransferível. O prazo para assinatura inicia-se a partir da notificação recebida por e-mail, informando que o documento está pronto para assinatura. O não-cumprimento do prazo inabilita o proponente. Caso haja dúvidas quanto a presente ata, é possível fazer contato através do e-mail smcet-cultura@erechim.rs.gov.br, telefone (54) 3520-7046 ou WhatsApp (54) 99150-7549. Erechim, 25 de setembro de 2026

Comissão de Acompanhamento

EDSON CASSEMIRO
Secretário Adjunto de Cultura, Esporte e Economia Criativa
.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:6AD986FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE, Nº 3/2026, PROCESSO 29/2026.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS; CONTRATADA: **VANIR DE MATTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS.** Contratação de empresa especializada em Assessoria Jurídica na área de Regulação e demais assuntos técnicos da Agência. Valor total de **R$73.877,64**. Fundamento Art. 74, inc. III, alínea "c" da Lei n° 14.133/21. Ato de Autorização em 28/09/2026.

EDGAR RADESKI,
Diretor Presidente.

Publicado por:
Jenifer Cieslak
Código Identificador:3D7B982B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO DE OUTROS ÓRGÃOS78/2026

EXTRATO DE COMPRA DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026, promovida pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI – CIRAU/RS, referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2026 para registro de preços para aquisição de produtos, materiais e equipamentos hospitalares e ambulatoriais, para os Municípios consorciados e aos que vierem a aderir ao CIRAU. **CONTRATADA: INOVAMED HOAPITALAR LTDA – CNPJ: 12.889.035/0001-02; COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA – CNPJ:67.729.178/0005-72 e PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ:81.706.251/0001-98. VALOR TOTAL: R$9.073,23,** realizada através da Secretaria Municipal de Saúde com recursos não vinculados de Impostos.
Erechim, 28 de Setembro de 2026.

ALINE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração

VIANEI RÓBINSON MUELLER
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Jenifer Cieslak
Código Identificador:549B58B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DE EDITAL .CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 01/2026

RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DE EDITAL .CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 01/2026 A Divisão de Editais informa que o instrumento convocatório referente a concorrência Presencial nº 01/2026 que tem por objeto a alienação de lotes no Novo Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas Giogio Pili, conforme escritura pública nº 97.522 do CRI de Erechim, foi retificado e será republicado em razão das seguintes alterações promovidas no Edital: exclusão da exigência prevista no item 5.5, alínea "e", referente à demonstração dos índices econômico-financeiros ILG, ILC e ISG, exclusão das disposições constantes nos itens 8.3.6 e 8.3.7; e inclusão, no **Anexo II do Edital**, dos critérios de pontuação relativos aos valores de investimento. Em razão das retificações promovidas, o Edital será **republicado**, ficando a sessão de abertura designada para o dia **25/11/2026, às 08h30min**. O Edital está à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.pmerechim.rs.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Erechim, 26 de setembro de 2026.

ALINE DA COSTA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Andressa Carla Camilotto
Código Identificador:F338E6CC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SUMULA DE CONTRATO 109/2026

SÚMULA DE CONTRATO **Nº109/2026**
DISPENSA Nº 87/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE ERNESTINA/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 92.406.180/0001-24, com sede administrativa na Rua Júlio dos Santos, nº 2021, Centro, Ernestina/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal;

Contratada:
RESIDENCIAL GERIÁTRICO NONA AMÁLIA, inscrito no CNPJ sob nº **68.161.080/0001-09 – ERNESTINA/RS**
Responsabilidade do MUNICÍPIO DE ERNESTINA: o valor remanescente da mensalidade, correspondente a **R$ 5.281,10 (cinco mil duzentos e oitenta e um reais e dez centavos)** mensais. PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.

JUSTIFICATIVA
O Município de Ernestina/RS necessita realizar a internação de idosa em um residencial de longa permanência, que apresenta melhores condições de atendimento ao paciente, Sra. ***Rozelane Fátima Lopes da Silva***. A medida visa garantir a continuidade do atendimento em condições adequadas, preservando a dignidade dos idosos, ao mesmo tempo em que busca atender ao planejamento estratégico da Administração Municipal de concentrar futuramente todos os idosos em um único abrigo, reduzindo custos e otimizando os recursos públicos destinados às internações.
Fundamento legal: A**rt. 75, inciso II,** da Lei 14.133/2021.

Ernestina, 25 de setembro 2026.

LEONIR DE SOUZA VARGAS
Prefeito Municipal- em Exercicio

Publicado por:
Leonel da Silva Borba
Código Identificador:AB9EE9D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL SECO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 145/2026 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 60/2026 DO PROCESSO Nº 144/2026.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ERVAL SECO/RS.

CONTRATADA: CLÍNICA VETERINARIA SOARES E FLORES LTDA

OBJETO: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE 152 (CENTO E CINQUENTA E DUAS) CASTRAÇÕES CIRÚRGICAS DE FÊMEAS E MACHOS DAS ESPÉCIES CANINOS E FELINOS NO MUNICÍPIO DE ERVAL SECO RS, EM FORMATO DE MUTIRÃO, COM MICROCHIP DE IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL INCLUSO E IMPLANTADO NO ANIMAL

VALOR TOTAL: R$45.524,00 (QUARENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E VINTE E QUATRO REAIS)

VIGÊNCIA: 31/12/2026

ERVAL SECO-RS, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

EDERSON WINK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Meisner Wegner
Código Identificador:E190D253

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 64/2026 PROCESSO Nº 149/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ERVAL SECO/RS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E COMEMORAÇÕES DA **SEMANA DA CRIANÇA**, PROMOVIDA PELO MUNICÍPIO DE ERVAL SECO/RS, NOS DIAS **07, 08 E 09 DE OUTUBRO DE 2026**, COMPREENDENDO PASTÉIS, REFRIGERANTES, CAIXAS DE BOMBOM E PIPOCAS.

VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA: R$ 8.905,78 (OITO MIL, NOVECENTOSE CINCO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS)
ERVAL SECO-RS, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

EDERSON WINK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Meisner Wegner
Código Identificador:F410232E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO

FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO ADITIVO PRORROGAÇÃO E REAJUSTE CONTRATUAL

A Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio, com base legal na Lei nº 14.133/21, torna público:
29º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO E REAJUSTE
CONTRATO N° N° 50174/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°192/2022
CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO E A EMPRESA INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO CNPJ 07.836.454/0001-46.
29º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO E REAJUSTE
OBJETO:O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO E REAJUSTE do Contrato n° 50174/2022 que tem como objeto: PRESTAÇÃO DE SERVICO DE ASSISTÉNCIA EM SAÚDE COM GESTÃO COMPARTILHADA DE EMERGENCIA ADULTO, conforme justificativa acostado nos autos do processo fica RENOVADO por 12(doze) meses passando a viger a partir de 20/09/2026 até 19/09/2027. Fica reajustado o valor do contrato pelo índice do IPCA-IBGE de 4,223450% passando de R$ 904.459,25 para R$ 942.658,63 passando a vigorar a partir de até 20/09/2026.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
4.1. art. 57,11 ,art. 55 da Lei 8.666/93 e Cláusula Oitava 8.1, §1° do Contrato n° 50174/2022.

DA RATIFICAÇÃO
Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do instrumento, não modificadas por este Termo.

JONATÃ CARVALHO DA SILVA
Diretor Geral
FSPSCE

Publicado por:
Giovana Marcelino Jesus
Código Identificador:64C1462C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE DECRETO Nº 9.080 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre crédito suplementar no Orçamento da Administração Direta do Município de Esteio.

Prefeitura Municipal de Esteio, 29 de setembro de 2026.

RAFAEL SCHMITT FIGLIERO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Raquel Marques Nunes
Código Identificador:03D1507A

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
9º ADITIVO AO CONTRATO 164/2023

ADENDO AO CONTRATO N° 164/2023
9° Adendo
PREGÃO ELETRÔNICO 051/2023
ORDEM DE COMPRA Nº 4614/2026

Credenciante: Prefeitura Municipal de Esteio
Credenciada: JK PROJETOS & EXTINTORES LTDA
CNPJ: 41.053.553/0001-90
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE PPCI DE 10 PRÉDIOS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ESTEIO - SME.
Valor: R$ 83.807,75 (quatrocentos e oitenta e três mil trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).
Assinatura: 25 de setembro de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ildemar Fagundes Alves
Código Identificador:DBCB421F

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PE 135/2026

O Município de Esteio torna público, que será realizado **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujo Edital assim se resume:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 135/2026. Processo SEI nº **43.206009.000005/2026-97.** Processo Administrativo: **N° 4171/2026.** Objeto: **AQUISIÇÃO DE JAQUETAS PERSONALIZADAS - SMCDH.** Exclusividade ME/EPP/Equiparadas: **SIM.** Modo de Disputa: **ABERTO**. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO.** Forma de adjudicação: **ITEM.** Tipo de Objeto: **BEM COMUM.** AMOSTRA PARA CLASSIFICAÇÃO: **SIM.** Data e Hora da Abertura da Sessão Pública: **NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2026, ÀS 10:00 HORAS.** Edital e certame: **http://www.portaldecompraspublicas.com.br (Portal de Compras Públicas).**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Fernandes Rodrigues
Código Identificador:4B8FD0CC

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PE 136/2026

O Município de Esteio torna público, que será realizado **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujo Edital assim se resume:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 136/2026. PROCESSO SEI Nº 43.206009.000030/2026-71. Processo Administrativo: **N° 4173/2026.** Objeto: **CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE KIT CESTA BÁSICA (4.800 KITs COM LEITE EM PÓ E 5.516 KITs SEM LEITE EM PÓ) - SMCDH.** Exclusividade ME/EPP/Equiparadas: **NÃO.** Modo de Disputa: **ABERTO**. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO.** Forma de adjudicação: **ITEM (DO KIT CESTA BÁSICA).** Tipo de Objeto: **BENS COMUNS.** ENTREGAS PARCELADAS: **SIM.** Data e Hora da Abertura da Sessão Pública: **NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2026, ÀS 10:00 HORAS.** Edital e certame: **http://www.portaldecompraspublicas.com.br (Portal de Compras Públicas).**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Fernandes Rodrigues
Código Identificador:BBCE8E64

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PE 137/2026

O Município de Esteio torna público, que será realizado **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujo Edital assim se resume:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 137/2026. PROCESSO SEI Nº 43.206008.000040/2026-16. Processo Administrativo: **N° 4211/2026.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, PARA REFORMA DA QUADRA DE AREIA DA ACADEMIA DE SAÚDE NOVO ESTEIO - SMS.** Exclusividade ME/EPP/Equiparadas: **NÃO.** Modo de Disputa: **ABERTO**. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO.** Forma de adjudicação: **GLOBAL.** Tipo de Objeto: **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**. Forma de Execução: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.** GARANTIA DE EXECUÇÃO: **5% (CINCO POR CENTO). HÁ CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E MINUTA DO CONTRATO.** Data e Hora da Abertura da Sessão Pública: **NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2026, ÀS 10:00 HORAS.** Edital e certame: **http://www.portaldecompraspublicas.com.br (Portal de Compras Públicas).**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Fernandes Rodrigues
Código Identificador:FEAC1C60

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
COMUNICADO

COMUNICADO
CREDENCIAMENTO N. 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 3296/2026

A Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais,torna público aos interessados, a homologação dosproponentes habilitados, classificados e credenciados no processo acima referenciado:

HELIO ESCOTO JUNIOR, pela Inscrição Nº 35 para a oficina de GINÁSTICA /RITMOS – 6H;

LETÍCIA DA ROCHA SOUTO, pelas Inscrições Nº 36 e 37, para a oficina de ESPORTES TRADICIONAIS / NÃO TRADICIONAIS – 20H.

Publicado por:
Isadora Delgado Dos Santos
Código Identificador:8D2C4048

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
ERRATA I - PREGÃO ELETRÔNICO N° 110/2026

ERRATA I - REF. PREGÃO ELETRÔNICO N° 110/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ESTEIO**, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que foi feita a seguinte alteração no edital epigrafado, referente a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE COZINHEIRAS ESCOLARES - CBO 5132 - 110 POSTOS DE TRABALHO - SME"**:

1. Substitui-se, o ANEXO VII – Termo de Referência, passando a vigorar o documento com a seguinte nomenclatura "ANEXO_VII_-_ATUALIZADO_EM_29.09.2026", disponibilizado na plataforma Portal de Compras Públicas.

2. Nos termos do Art. 55, § 1º da Lei 14.133/2021, a data para o recebimento das propostas e lances fica **PRORROGADA** para dia **16**

de outubro de 2026, às **10:00 horas,** através do Portal de Compras Públicas (http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Delgado Dos Santos
Código Identificador:44D52C71

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7307/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Sinara Zolim Silva, Professor Anos Iniciais, Estatutário, matrícula nº 40351, 03 (três) meses da remuneração da servidora de Licença Prêmio, convertida em dinheiro, concedida pela Portaria n° 763/2021, sendo o pagamento na rescisão, por motivo de exoneração, com base no art. 125 da Lei Municipal nº 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:3A748902

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7308/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, Cancelar para Luis Carlos da Silva Belíssimo, Técnico em Informática, matrícula n° 50724, Função Gratificada FG-4, de Assessor Especial II, vinculada à Unidade de Tecnologia da Informação, da Secretaria Municipal de Governança e Gestão, a partir de 21/09/2026, com base na Lei Municipal nº 7.662, de 23 de dezembro de 2020 e no Decreto Municipal nº 6.808, de 31 de dezembro de 2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:E2AC10FC

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7309/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Elisangela do Nascimento, Servente, Estatutário, matrícula n° 50624, licença prêmio referente ao período de 19/04/2019 a 19/04/2024, base no art. 119 da Lei Municipal n° 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:556E0426

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7310/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Ana Maria Silveira Bezerra, Servente, Estatutário, matrícula nº 7404, licença prêmio referente ao período de 06/11/2018 a 06/11/2023, com base no art. 119 da Lei Municipal n° 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:C7F188F2

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7311/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RETIFICAR a portaria n° 3928/2023 para fazer constar: RECONHECER para Ana Luzia Machado da Silveira, Professor Anos Iniciais, Estatutário, matrícula n° 4548, Licença Prêmio, referente ao período de 12/05/2016 a 12/05/2021, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011 e Lei Complementar Federal nº 226/2026, e não como constou.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:8E87BFBF

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7312/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Ana Luzia Machado da Silveira, Professor Anos Iniciais, Estatutário, matrícula n° 4548, Licença Prêmio, referente ao período de 12/05/2021 a 12/05/2026, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:7BF50F60

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7313/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Daniela Cristina Cozer Lutz, Professor Anos Iniciais, Estatutário, matrícula n° 40087, licença prêmio referente ao período de 08/04/2018 a 08/04/2023, com base no art. 119 da Lei Municipal n° 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:8E6E58D0

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7314/2026

Rafael Schmitt Figliero, Prefeito Municipal de Esteio em Exercício, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, RESOLVE, NOMEAR os Gestores titular e substituto da Parceria entre a Prefeitura Municipal de Esteio, a Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos e o Instituto Educacional, Social e Cultural do Estado do Rio Grande do Sul (ISCERGS), bem como indicar os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de acordo com a Lei Federal nº 13019/2014, ficando assim sua representação:

Gestor da Parceria: Guilherme Artioli Alves - Matrícula n° 31869.
Gestor Substituto: João Guilherme Ritter Kupka - Matrículas n° 41345/47731.

Comissão:

LEONICE MARQUES DOMINGUES -
Matrícula n° 3320

MÁRCIA HANNACKER DE OLIVEIRA DESIDÉRIO -
Matrícula n° 31406.

RAFAEL SCHMITT FIGLIERO
Prefeito Municipal em Exercício

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:E5BF53B3

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7315/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Amanda Franciele Garcia, Professor de Educação Infantil 36h, Estatutário, matrícula n° 49070, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 25/09/2026 até 26/09/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:2775C4A3

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7316/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Fernanda Mello Karan, Gestor Pedagógico, matrícula n° 47744, Estatutário, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 25/09/2026, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:1B4DBC23

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7317/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Marlene Fiatte, Professor Anos Iniciais, Estatutário, matrícula nº 31476, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 25/09/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:20A9683B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7318/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Simone Elisa Bender, Assistente Administrativo, Estatutário, matrícula nº 30858, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 25/09/2026, com remuneração, com base no art. 151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:1CD5F835

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7319/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Ana Paula dos Santos, Professor de Inglês, Estatutário, matrícula nº 47786, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no dia 28/09/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:FB133887

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7320/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Gislaine Duarte de Duarte Machado, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula n° 47120, licença prêmio referente ao período de 20/05/2019 a 20/05/2024, com base no art. 119 da Lei Municipal n° 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:42164D4B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7321/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RETIFICAR a portaria n° 1187/2022 para fazer constar: RECONHECER para Elisangela Ferreira Winck, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 41108, Licença Prêmio referente ao período de 02/06/2015 a 02/06/2020, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011 e Lei Complementar Federal nº 226/2026, e não como constou.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:02B12F5E

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7322/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Elisangela Ferreira Winck, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº

41108, Licença Prêmio referente ao período de 02/06/2020 a 02/06/2025, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:BD227451

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7323/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Marilaine Duarte de Duarte, Professor Educação Infantil, Estatutário, matrícula nº 47119, Licença Prêmio referente ao período de 20/05/2019 a 20/05/2024, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:08897015

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7324/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RETIFICAR a portaria n° 3100/2023 para fazer constar: RECONHECER para Camila Franceschi da Silva, Professor de Ciências, Estatutário, matrícula nº 46995, Licença Prêmio, referente ao período de 12/04/2016 a 12/04/2021, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011 e Lei Complementar Federal nº 226/2026, e não como constou.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:A11970C5

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7325/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Camila Franceschi da Silva, Professor de Ciências, Estatutário, matrícula nº 46995, Licença Prêmio, referente ao período de 12/04/2021 a 12/04/2026, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:AAB3504F

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7326/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Fatima da Silva Santos Oliveira, Agente Comunitário PSF - UT 2, Estatutário, matrícula n° 50708, Licença Prêmio, referente ao período de 10/10/2019 a 12/10/2024, com prorrogação, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:B19DB6A4

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7327/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Adriana da Silva Tedesco, Professor de Matemática, Estatutário, matrícula nº 45307, 6° avanço trienal, no percentual de 5%, a partir de 08/05/2026, em conformidade com o artigo 17 da Lei Municipal n° 7013/2018.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:BF4F51B7

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7328/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Ana Luisa Kubbe, Professor de Matemática, Estatutário, matrícula n° 46833, 4° avanço trienal, no percentual de 5%, a partir de 02/04/2026, em conformidade com o artigo 17 da Lei Municipal nº 7013/2018.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:8B8CA87B

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7329/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Angeli Nunes Sodre, Professor de Matemática, Estatutário, matrícula n° 45278, 7° avanço trienal, no percentual de 5%, a partir de 02/05/2026, em conformidade com o artigo 17 da Lei Municipal nº 7013/2018.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:F362EBA9

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7330/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Juliane Oliveira Tubiana, Professor Séries Iniciais, Estatutário, matrícula nº 41218, 5º avanço trienal, no percentual de 5%, a partir de 23/02/2026, em conformidade com o artigo 17 da Lei Municipal nº 7013/2018.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:9E1788BE

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7331/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Natieli Marcelino da Rosa, Professor de Educação Física, Estatutário, matrículas nº 46985/47309, 01 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 15/09/2026, com remuneração, com base no art. 141 da Lei Municipal nº 5231/11.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:765A7983

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7332/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Rosemeri Marques Gomes Cutruneo, Supervisor Escolar 40hs, Estatutário, matrícula nº 46707, Licença Prêmio, referente ao período de 12/05/2016 a 12/05/2021, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:BEA5DC16

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7333/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Isabel Cristina dos Santos Martins, Servente, Estatutário, matrícula n° 7407, Licença Prêmio, referente ao período de 13/04/2019 a 13/04/2024, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:9A5D3F15

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7334/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RETIFICAR a portaria n° 6945/2022 para fazer constar: RECONHECER para Flávio Roberto Faleiro Lara, Assistente Administrativo, Estatutário, matrícula nº 3502, Licença Prêmio, referente ao período de 06/11/2015 a 06/11/2020, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011 e Lei Complementar Federal nº 226/2026, e não como constou.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:A58E6B2F

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7335/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, RECONHECER para Flávio Roberto Faleiro Lara, Assistente Administrativo, Estatutário, matrícula nº 3502, Licença Prêmio, referente ao período de 06/11/2020 a 06/11/2025, com base no art. 119 da Lei Municipal nº 5231/2011.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:2F8417FF

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7336/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Daiane Alegre de Cristo Ribeiro, Agente Comunitário de Saúde, Estatutário, matrícula nº 31520, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 29/06/2026 até 09/07/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:0706E08C

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7337/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Daiane Alegre de Cristo Ribeiro, Agente Comunitário de Saúde, Estatutário, matrícula nº 31520, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 22/07/2026 até 24/07/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:54D769EE

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7338/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Daiane Alegre de Cristo Ribeiro, Agente Comunitário de Saúde, Estatutário, matrícula nº 31520, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 26/08/2026 até 04/09/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:C7E12B4F

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7339/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Daiane Alegre de Cristo Ribeiro, Agente Comunitário de Saúde, Estatutário, matrícula nº 31520, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 09/09/2026 até 11/09/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:CA3A7B69

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7340/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Daiane Alegre de Cristo Ribeiro, Agente Comunitário de Saúde, Estatutário, matrícula nº 31520, licença por incapacidade temporária para o trabalho, no período de 16/09/2026 até 18/09/2026, com remuneração, com base no art.151 - E da Lei Complementar nº 5231/2011 com redação conferida pela Lei Complementar nº 7660/2020.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:A416E8CE

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7341/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Viviane Zanotto Quadros, Professora de Matemática, Estatutário, matrícula n° 45265, 1° avanço trienal, no percentual de 5%, a partir de 04/08/2020, em conformidade com o artigo 17 da Lei Municipal n° 7013/2018 e Lei Complementar Federal nº 226/2026, com efeitos financeiros a partir de 13/01/2026.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:BEF97392

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7342/2026

Gabriela Damé Deeb Uthman, Secretária Municipal de Governança e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.811, de 07 de janeiro de 2021, RESOLVE, CONCEDER para Viviane Zanotto Quadros, Professora de Matemática, Estatutário, matrícula n° 45265, 2° avanço trienal, no percentual de 5%, a partir de 04/09/2023, em conformidade com o artigo 17 da Lei Municipal n° 7013/2018 e Lei Complementar Federal nº 226/2026, com efeitos financeiros a partir de 13/01/2026.

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:470C5756

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
PORTARIA 7343/2026

Rafael Schmitt Figliero, Prefeito Municipal de Esteio em Exercício, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, RESOLVE, DESIGNAR Rafael Schmitt Figliero, Vice-Prefeito, Agente Político, matrícula nº 10006, para substituir, sem prejuízo de suas funções, Felipe Costella, Prefeito Municipal, Agente Político, matrícula n° 10005, durante seu afastamento por motivo de férias, de 28/09/2026 a 02/10/2026, atuando como Prefeito Municipal em exercício.

RAFAEL SCHMITT FIGLIERO
Prefeito Municipal em Exercício

GABRIELA DAMÉ DEEB UTHMAN
Secretária Municipal de Governança e Gestão

Publicado por:
Fabricio Salvagni de Freitas
Código Identificador:498EE741

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
SÚMULA DO CONTRATO 127/2026

Contrato Nº 127/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 199/2026
ORDEM DE COMPRA Nº 4615/2026

Credenciante: Prefeitura Municipal de Esteio
Credenciada: VITHADOC HEALTH TECNOLOGIA EM SAUDE LTDA
CNPJ: 43.069.323/0001-44
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEMEDICINA COM IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE PRONTO ATENDIMENTO VIRTUAL COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE, COM SUPORTE 24/7 - SMS.
Preço: R$ 931.916,88 (novecentos e trinta e um mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos)
Vigência: 12 (doze) meses, iniciando em 26 de setembro de 2026 e encerrando em 25 de setembro de 2027
Assinatura: 25 de setembro de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ildemar Fagundes Alves
Código Identificador:455218C1

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato Nº 207/2023
Processo Nº 2622/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N° 136/2023

O MUNICÍPIO DE ESTEIO, de um lado, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa em Esteio/RS, na Rua Eng. Hener de Souza Nunes, nº 150, inscrito no CNPJ sob nº 88.150.495/0001-86, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. FELIPE COSTELLA, e, de outro, a empresa TOPMED ASSISTENCIA A SAUDE LTDA , com sede na Sebastião Furtado Pereira, n° 60 - andar 10, torre II, Bairro Barreiros, na cidade de São José – SC, CEP 88117-400, inscrita no CNPJ n° 05.791.085/0001-97 neste ato representada pelo seu Representante Legal, senhor JOAQUIM FERNANDO SIMÕES DA COSTA, portador do CPF n° 030.374.449-91, E-mail institucional: 030.374.449-91, telefone: (48) 3951-8161, firmam o presente Termo de Rescisão do Contrato 207/2023, a contar de 25 de setembro de 2026, conforme necessidade e justificativa da Secretaria Municipal de Saúde, formalizada por meio do Memorando nº 2026050570 (pág. 1151-1158) e ciência da empresa (pág. 1166).

Esteio, 25 de setembro de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ildemar Fagundes Alves
Código Identificador:00007E19

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ECRETO Nº 2.659 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 2.659 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

ABRE PRAZO PARA MATRÍCULA E REMATRÍCULA E REGULAMENTA O INGRESSO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA PARA O ANO LETIVO DE 2027.

NELTON CARLOS CONTE, Prefeito Municipal em exercício de Fagundes Varela, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 200 da Constituição Estadual e Lei Federal nº 9.394/96, com a redação dada pela Lei nº 11.114/2005,

DECRETA:

Art. 1º O período para matrícula e rematrícula da Educação Infantil (creche e pré-escola) e do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino de Fagundes Varela, será de 16/10/2026 a 30/10/2026.

Art. 2º Horários de atendimento:
I - As matrículas ou rematrículas deverão ser realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Caminhos do Aprender, localizada na Avenida Antônio Ferronato, 225, nos seguintes dias e horários:
a) Segundas-feiras, terças-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras: das 8h às 11h30min e das 12h40min às 16h e 45min;
b) Quarta-feira: das 8h às 11h30min e das 12h40min às 18h.

Art. 3º Os documentos exigidos são:
I - Para matrículas (alunos que ainda não frequentam a escola):
Xerox da Certidão de Nascimento;
Atestado de vacinação emitido pelo posto de saúde;
Comprovante de endereço;
Documento de Identidade dos pais ou responsáveis.
Para matrícula na creche, além dos documentos citados anteriormente, os pais ou responsáveis devem apresentar a **Carteira de Trabalho ou atestado de trabalho.**
II - Para transferências:
Histórico escolar ou atestado provisório da escola de origem;
III - para rematrículas:
Os pais ou responsáveis deverão comparecer à escola para confirmar a matrícula para 2027;
Preencher a ficha de requisição do transporte escolar para quem fizer uso do mesmo;
Atestado de vacinação emitido pelo posto de saúde;
Trazer o comprovante atualizado de endereço;
Definir se a rematrícula é parcial ou integral.
Para rematrícula na creche, é necessário também que os pais ou responsáveis apresentem a Carteira de Trabalho ou atestado de trabalho**.**
IV – O transporte escolar é oferecido para os alunos a partir da turma do Maternal.

DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Art. 4º Na educação infantil (creche e pré-escola) são ofertados os seguintes níveis:
I - Educação Infantil - Creche em Tempo Integral, na faixa etária de 04 meses a 03 anos - O ingresso será assegurado para crianças que completarão as idades acima especificadas durante o ano de 2027;
II - Educação Infantil Nível A, em Tempo Integral - O ingresso na Educação Infantil Nível A será assegurado para crianças que completarão quatro anos de idade até 31/03/2027, sendo obrigatório o ingresso na escola a partir dos 4 anos, conforme Lei Federal nº 12.796 de 04/04/2013;
III - Educação Infantil Nível B, em Tempo Integral - O ingresso na Educação Infantil Nível B será assegurado para crianças que completarão cinco anos de idade até 31/03/2027, sendo obrigatório o ingresso na escola a partir dos 4 anos, conforme Lei Federal nº 12.796 de 04/04/2013;

Art. 5º Após o período de inscrição de candidatos para atendimento na creche, far-se-á a seleção priorizando:
a) crianças cujos pais trabalham fora do lar. A comprovação é feita mediante apresentação da Carteira Profissional ou Atestado emitido pela empresa.
b) crianças cuja família apresenta maior grau de carência. Considera-se carente a família que apresenta renda per capita de até um salário mínimo vigente.

DO ENSINO FUNDAMENTAL:

Art. 6º O 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental é ofertado em Tempo Integral.

Art. 7º O 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Ano do Ensino Fundamental, poderão ser ofertados em tempo parcial desde que haja um quantitativo mínimo de alunos, salas de aula disponíveis, possibilidade de organização curricular e disponibilidade de recursos humanos.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Fagundes Varela, 29 de setembro de 2026.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Meotti
Código Identificador:543385FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

PARTES: MUNICÍPIO DE FAGUNDES VARELA (CNPJ nº 91.566.893/0001-92) e a COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SERRANA RS/ES (CNPJ nº 90.608.712/0001-80).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Federal nº 8.726/2016.
OBJETO: O presente Acordo tem por objeto a implementação do Programa Finanças na Mochila e Programa A União Faz a Vida, de responsabilidade social do SICREDI, com o objetivo de:
a) Programa Finanças na Mochila: tem por objetivo construir a formação com professores(as) acerca da Educação Financeira, possibilitando que as crianças - estudantes alcancem uma vida financeira sustentável, considerando os contextos brasileiros de forma integral e com olhares para a equida de social. Nesses termos, o Programa está pautado nos princípios de EDUCAÇÃO INTEGRAL, EQUIDADE SOCIAL E CIDADANIA.
b) Programa A União Faz a Vida: tem por objetivo construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional. Nesses termos, o Programa está pautado nos princípios de COOPERAÇÃO e CIDADANIA.
VIGÊNCIA: Do primeiro dia útil após sua publicação até 31/12/2027.
Gabinete do Prefeito Municipal de Fagundes Varela, em 09 de março de 2026.

NELTON CARLOS CONTE,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Meotti
Código Identificador:66874BEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PORTARIA Nº 276/26 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 276/26 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

NELTON CARLOS CONTE, Prefeito Municipal de Fagundes Varela, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com os artigos 86 e 87 da Lei Municipal nº 955/02 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, **CONCEDE**, à servidora abaixo relacionada, **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO** equivalente a 5% (cinco por cento) do vencimento do respectivo cargo.

SERVIDORA	TRIÊNIO	A PARTIR DE
Carine Girotto	3º	05/09/2026

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA,
aos 28 de setembro de 2026.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Meotti
Código Identificador:E686C552

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PORTARIA Nº 277/26 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 277/26 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

CONCEDE FÉRIAS

NELTON CARLOS CONTE, Prefeito Municipal de Fagundes Varela, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e de acordo com o Título V, Capítulo III, artigo 98 a 106, da Lei Municipal n° 955, de 07 de outubro de 2002 - Regime Jurídico Único dos Servidores do Município, **CONCEDE**, aos servidores abaixo relacionados, férias regulares, referente ao respectivo período aquisitivo:

SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
Andreia de Fátima Antunes	07/12/2024 a 06/12/2025	13/10/2026 a 27/10/2026
Dariane Bassani	18/11/2024 a 17/11/2025	05/10/2026 a 19/10/2026
Évelin Cortellini Gasparetto	07/04/2025 a 06/04/2026	13/10/2026 a 27/10/2026
Juliana de Quadros Buonocore	17/09/2025 a 16/09/2026	13/10/2026 a 22/10/2026
Marina Taglian	01/12/2024 a 30/11/2025	05/10/2026 a 19/10/2026
Mikael Bortoncello	10/02/2025 a 09/02/2026	19/10/2026 a 28/10/2026
Paula Meotti	09/02/2025 a 08/02/2026	01/10/2026 a 30/10/2026

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA,
aos 28 de setembro de 2026.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Meotti
Código Identificador:870D8856

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SÚMULA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 683/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 164/2026
ARTIGO 74, INCISO V DA LEI FEDERAL 14.133/2021
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público o pagamento da indenização do imóvel urbano segundo Decreto n.º 2.656/2026 e crédito especial autorizado pela Lei n.º 2.617/2026, objetivando a ligação da mesma com a Rua Visconde de Pelotas e Rua Attilio Bassani, declarado utilidade pública, pagamento em favor dos proprietários Gabriel Testa, José Testa e Leila Brandalise Testa. O imóvel desapropriado possui área total de 800,00 m², registrado sob a Matrícula nº 6.085, do Registro Geral do Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Veranópolis. **Valor:** R$ 159.000,00 **Prazo:** 15 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 682/2026 – DISPENSA POR LIMITE Nº 468/2026
O Prefeito Municipal de Fagundes Varela, torna público a contratação da empresa **AGENCIA NACIONAL DO CINEMA** CNPJ: 04.884.574/0001-20 **Objeto**: pagamento de débitos junto à Agência Nacional do Cinema ANCINE, relativos à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional CONDECINE, referentes aos exercícios de 2022 e 2023, mediante as respectivas Guias de Recolhimento da União GRU. Os débitos foram comunicados pela Gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças da ANCINE ao Município, para fins de regularização. Números Fistel: 03020931258 e 50400305259. **Valor:** R$ 521,66 **Prazo:** 3 dias. O processo encontra-se publicado no site www.fagundesvarelars.gov.br. ou pelo fone (54) 3445 1066.
Fagundes Varela, 29 de setembro de 2026.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cortelini Benetti
Código Identificador:4AB1D093

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa de Licitação nº 1350/2026 – Processo nº 1572/2026.
Contratada: NARESSI DE AZEREDO INFORMATICA E ASSISTENCIA LTDA. CNPJ: 07.093.622/0001-50. Objeto: Aquisição de seis projetores Full HD 3800 Lumens para as Escolas Municipais Paulo Freire, EMEI Beija Flor, Santa Rita de Cássia, Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Secretaria de Educação do Município de Faxinal do Soturno. Valor**: R$ 17.590,00 (dezessete mil, quinhentos e noventa reais).**

Dispensa de Licitação nº 1351/2026 – Processo nº 1573/2026.
Contratada: CHARLENE SILVA DA ROSA. CNPJ: 13.375.651/0001-08. Objeto: Contratação de empresa para manutenção veicular do veículo Volksvagen Gol IYH4054, pertencente a frota da Secretaria de Saúde. Valor**: R$ 554,00 (quinhentos e cinquenta e quatro reais).**

Dispensa de Licitação nº 1352/2026 – Processo nº 1574/2026.
Contratada: L. C. PEREIRA LTDA. CNPJ: 05.477.983/0001-75. Objeto: Contratação de empresa para manutenção do veículo Sprinter placa JAI4D07, pertencente a frota da Secretaria de Saúde. Valor**: R$ 2.456,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais).**

Dispensa de Licitação nº 1359/2026 – Processo nº 1581/2026.
Contratada: AUTOCAR COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA. CNPJ: 90.181.678/0001-00. Objeto: Contratação de empresa para manutenção do veículo Volkswagen Voyage IYR3899 da Secretaria da Saúde, com recursos de emenda parlamentar 570. Valor: **R$ 2.581,70 (dois mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta centavos).** Os editais estão à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos. GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO-RS, 29 de setembro de 2026.

LOURENÇO DOMINGOS MORO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taise Cardoso Dos Santos
Código Identificador:724EA6C0

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 181/2026 – Processo nº 1571/2026. Contratada: MECASUL AUTO MECANICA AS. CNPJ: 88.616.776/0002-62. Objeto: Aquisição de 01 (uma) ambulância tipo A, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 006/2024, item nº 01, decorrente do Pregão Eletrônico nº 006/2024, do Consórcio Intermunicipal do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**.** Valor: **R$ 365.650,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais).** Os editais estão à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos. GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO-RS, 29 de setembro de 2026.

LOURENÇO DOMINGOS MORO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taise Cardoso Dos Santos
Código Identificador:DC0573DC

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa de Licitação nº 1362/2026 – Processo nº 1584/2026
Contratada: V. R. TERRAPLENAGEM LTDA. **CNPJ:** 20.484.125/0001-41. **Objeto:** Futura e eventual aquisição de pedra rachão, mediante Sistema de Registro de Preços, em razão do fracasso do item 01 do Pregão Eletrônico nº 22/2026, incluindo carregamento, transporte e descarga no local indicado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, dentro do território municipal. **Valor:** R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). **Os editais estão à disposição no seguinte endereço eletrônico:** https://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos. **GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO-RS, 29 de setembro de 2026.**

LOURENÇO DOMINGOS MORO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Cerezer
Código Identificador:C3FA8DC4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DA CUNHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
EXTRATO DO DECRETO EXECUTIVO Nº 7.260, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026 - SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

O Prefeito de Flores da Cunha - RS, no uso de suas atribuições, torna público o Extrato do Decreto nº 7.260, de 29/09/2026 que Declara Situação de Anormalidade nas áreas do município de Flores da Cunha, afetadas pelo evento adverso **Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - COBRADE 13214,** conforme Portaria Nº 260/2022 - MDR.

CÉSAR ULIAN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Caroline Zeiser Kovaleski
Código Identificador:6ED600A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1327/2026

O Prefeito Municipal de Flores da Cunha RATIFICA a Dispensa de Licitação em destaque, com base no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21. Objeto: Contratação emergencial de serviço de hospedagem para abrigamento temporário de família em situação de risco e vulnerabilidade, cuja residência foi interditada pela Defesa Civil Municipal em decorrência dos danos e riscos ocasionados pelas fortes chuvas, visando garantir condições adequadas de segurança, proteção e acolhimento, conforme demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CESAR ULIAN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Aline Teixeira Bernardi
Código Identificador:B337F6A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1335/2026

O Prefeito Municipal de Flores da Cunha RATIFICA a Dispensa de Licitação em destaque, com base no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção predial nas instalações do Núcleo Interdisciplinar de Apoio Educacional – NIAE, compreendendo reparos nas instalações sanitárias e em dispositivos de fechamento de portas, com fornecimento dos materiais necessários, visando restabelecer as adequadas condições de segurança, funcionamento e uso do espaço.

CESAR ULIAN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Aline Teixeira Bernardi
Código Identificador:00235415

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGUEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
TERMO DE DISPENSA POR LIMITE Nº 464.2026

TERMO DE DISPENSA POR LIMITE N.º 464/2026
Processo nº 522/2026

O presente procedimento de Dispensa de Licitação - com fulcro no inciso II, do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/21 - destina-se a:

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO
1.1- Contratação de Show Musical destinada à programação de evento promovido pelo Grupo Cabo Enrolado, com apoio da Prefeitura Municipal de Formigueiro, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Promoção da Igualdade Racial – SECULTIR, conforme especificações, quantidade e condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS:
2.1 – Da escolha da Empresa:

Empresa: Guilherme Brum dos Santos (Banda Tchê Sanfona)
CNPJ nº 54.407.340/0001-60
Rua Francisco Antonio de Vargas, nº 164, São Sepé - RS

A opção de escolha recaiu sobre a empresa acima citada, tendo em vista que, a mesma ofertou o menor valor para os serviços, objeto da presente Dispensa.
A contratação tem por finalidade contribuir para a programação cultural e de integração comunitária do evento, proporcionando

apresentação musical ao público participante e apoiando iniciativa cultural promovida pelo Grupo Cabo Enrolado.
A presente contratação justifica-se pela necessidade de disponibilização de apresentação musical da Banda Tchê Sanfona, para compor a programação do evento promovido pelo Grupo Cabo Enrolado, previsto para o dia 10 de outubro de 2026.
O evento será aberto ao público em geral, sendo a apresentação musical destinada a contribuir com a programação cultural, de integração e de entretenimento oferecida à comunidade.
O Grupo Cabo Enrolado possui trajetória junto à comunidade local e participa da realização de atividades que promovem a integração, a convivência e a participação da comunidade. Nesse contexto, o apoio da Prefeitura Municipal de Formigueiro, por meio da SECULTIR, busca contribuir para a realização da atividade cultural.

2.2 – Dos preços

Empresa: Guilherme Brum dos Santos (Banda Tchê Sanfona)
CNPJ nº 54.407.340/0001-60
Valor global R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

Empresa: Banda AESA
CNPJ nº 42.275.752/0001-05
Valor global R$ 18.000 (dezoito mil reais)

Empresa: Carlos Hendges – Banda Milennium Cia Show
CNPJ nº 66.116.729/0001-36
Valor global R$ 28.000 (vinte e oito mil reais)

3. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
3.1- As despesas decorrentes deste processo deverão ser registradas na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Secretaria Municipal da Cultura
Unidade: Departamento de Cultura e Eventos
Ação: 2019
Fonte do Recurso: 1500
Despesa: 2894 (2891)

4. DO PAGAMENTO E DA NOTA FISCAL:
4.1- O pagamento será efetuado contra empenho, em até 15 (quinze) dias, após a liquidação da nota fiscal, por intermédio da tesouraria do Município.
4.2- O pagamento será efetuado através de transferência bancária, para a conta da Contratada citada na proposta da participante.

5. DA FISCALIZAÇÃO:
5.1- Fica responsável pelo recebimento do objeto, como fiscalizadora do contrato, a Servidora Eduarda Canut Soares da Rosa, matricula 1599-7 e como Gestora do contrato a Secretaria de Cultura, Sra. Laís Moreira Figueiredo, matricula 1596-2, nomeadas, através de portaria pelo Sr. Prefeito Municipal.

Dar publicidade a esse processo na forma recomendada.

Formigueiro, 28 de setembro de 2026.

CRISTIANO CEZAR CASSOL RUBERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eleci Campos Ziebell
Código Identificador:4BC8ADEA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.399/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 8.620,00 (Oito mil, seiscentos e vinte reais).

Fonte 2621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, com Superávit Financeiro.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea B da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 8.620,00 (Oito mil, seiscentos e vinte reais), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor	Fonte de Recurso
06.01.10.303.0039.2.334	4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.800,00	2621
06.01.10.303.0039.2.334	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 6.820,00	2621

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado, superávit financeiro verificado no recurso:

Fonte de Recurso:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 28 de Setembro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:0046E8F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.400/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 3.279,29 (Três mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte e nove centavos) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.451 de 05 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 3.279,29 (Três mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte e nove centavos), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
07.02.08.245.0077.2.470	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.678,55
09.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.581,00
09.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 19,74

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
07.02.08.122.0075.2.143	3.3.90.40.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	R$ 970,64
07.02.08.244.0073.1.159	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 707,91
09.01.04.122.0015.2.036	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1,00
09.01.04.122.0015.2.036	3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 1,00
09.01.04.122.0015.2.036	3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R$ 1,00
09.01.04.122.0015.2.036	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1,00
09.01.04.122.0015.2.036	3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 1,00
09.03.13.122.0052.2.157	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 80,00
09.03.13.122.0052.2.157	3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO	R$ 12,79
09.03.13.392.0052.2.150	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 600,00
09.03.13.392.0052.2.153	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1,95
09.03.13.392.0052.2.156	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 901,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 28 de Setembro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:46117C45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.401/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 83,73 (Oitenta e três reais e setenta e três centavos).

Fonte 2665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social, com Superávit Financeiro.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea B da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 83,73 (Oitenta e três reais e setenta e três centavos), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor	Fonte de Recurso
02.05.04.122.0049.2.146	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 83,73	2665

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado, superávit financeiro verificado no recurso:

Fonte de Recurso:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 28 de Setembro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:389F60EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.402/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 7,83 (Sete reais e oitenta e três centavos).

Fonte 1665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social, por Excesso de Arrecadação verificado no recurso.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea C da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 7,83 (Sete reais e oitenta e três centavos), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor	Fonte de Recurso
02.05.04.122.0049.2.146	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7,83	1665

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar autorizado no Artigo anterior, o recurso por Excesso de Arrecadação verificado no recurso:

Fonte de Recurso:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 28 de Setembro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:7BB8DC92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.403/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 7.190,22 (Sete mil, cento e noventa reais e vinte e dois centavos).

Fonte 2706 Transferência Especial da União, com Superávit Financeiro.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea B da Lei Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 7.190,22 (Sete mil, cento e noventa reais e vinte e dois centavos), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor	Fonte de Recurso
12.01.26.451.0025.2.082	4.4.20.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$ 7.190,22	2706

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado, superávit financeiro verificado no recurso:

Fonte de Recurso:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 28 de Setembro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:D739BD78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.407/2026

institui o comitê municipal intersetorial para emergências em saúde pública, no âmbito do município de glorinha e dá outras providências

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando as diretrizes estabelecidas pelo Programa Estadual de Incentivo à Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde - Qualifica Vigilância RS – Ficha 11, Ação 3.2 e do Programa Vigidesastres do Estado do Rio Grande do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituido, no âmbito do Município de Glorinha, o **COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL PARA EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA**, de caráter permanente, com a finalidade de promover a articulação intersetorial para o planejamento e a atuação coordenada dos órgãos municipais envolvidos nas ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação diante de emergências em Saúde Pública.

Art. 2º Compete ao Comitê Municipal Intersetorial para Emergências em Saúde Pública:

I – promover a articulação entre os diferentes setores da Administração Pública Municipal para o planejamento e a atuação integrada em situações de emergência em Saúde Pública;

II –identificar e analisar os principais riscos existentes no território municipal relacionados às Emergências em Saúde Pública;

III – elaborar, revisar e manter atualizada a Matriz de Risco Municipal, contemplando a identificação, análise e priorização dos riscos relevantes para o território;

IV – propor medidas de prevenção, preparação, resposta e recuperação relacionadas aos riscos identificados;

V – acompanhar a execução das ações desenvolvidas pelos órgãos envolvidos, propondo medidas de aperfeiçoamento quando necessário;

VI – apoiar a elaboração e atualização de fluxos, protocolos e procedimentos municipais para atuação em emergências em saúde pública;

VII - emitir recomendações técnicas e promover a articulação institucional para enfrentamento das Emergências em Saúde Pública;

VIII – desenvolver outras ações relacionadas à gestão de riscos e emergências em saúde pública que sejam consideradas necessárias no âmbito municipal.

Art. 3º O Comitê será composto por 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente, observada a seguinte composição:

I – Representante da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde

II - Representante da Secretaria Municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social;

III - Representante da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil;

IV - Representante do Vigidesastres (ponto focal – representante da Assistência à Saúde e da Vigilância em Saúde).

Parágrafo único. Os representantes titulares e suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos e designados por Portaria do Prefeito Municipal.

Art. 4º A coordenação do Comitê ficará a cargo do representante do Vigidesastres

§ 1º Compete à Coordenação organizar as reuniões, promover a articulação entre os membros, acompanhar o desenvolvimento das ações e manter os registros das atividades do Comitê.

§ 2º A Coordenação poderá convocar reuniões extraordinárias sempre que houver situação de risco ou emergência que justifique a atuação do Comitê.

Art. 5º O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 1 vez no semestre sempre que convocado pelo seu Coordenador e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação ou diante de situação que demande atuação intersetorial.

§ 1º As reuniões serão registradas em ata.

§ 2º Poderão ser convidados para participar das reuniões representantes de órgãos públicos, entidades, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e especialistas, sempre que sua participação for considerada pertinente.

Art. 6º A análise de risco municipal deverá ser utilizada como subsídio para o planejamento das ações de prevenção, preparação e resposta às emergências em saúde pública e deverá ser revisada sempre que houver alteração relevante dos riscos, vulnerabilidades ou capacidades identificadas no território.

Art. 7º As atividades desenvolvidas pelo Comitê deverão observar as orientações técnicas do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual da Saúde e do Centro Estadual de Vigilância em Saúde - CEVS/RS, bem como as diretrizes e critérios estabelecidos pelo Programa Qualifica Vigilância RS.

Art. 8º As deliberações do Comitê terão natureza consultiva e orientadora, não afastando as competências legais dos órgãos e entidades que o integram.

Art. 9º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 10º A Secretaria Municipal de Saúde fornecerá o suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glorinha/RS, em 29 de setembro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:7F79AAFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 795/2026

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo nº 110 da Lei nº 1.036, de 28 de fevereiro de 2008 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Glorinha –**,** oficializa a concessão de **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** à servidora **SILVIA MARIA MOLLER** – Agente Administrativo Auxiliar, no período de 21 de setembro a 20 de outubro de 2026, conforme requerido no Memorando nº 4.284/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glorinha/RS, em 24 de setembro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:D8231329

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DE CONTRATO 196

SÚMULA DE CONTRATO
CONTRATO N° 196/2026
PROCESSO N° 1.381/2026
OBJETO:
O objeto do presente Contrato, de Inexigibilidade 186/2026, é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE DUAS APRESENTAÇÕES DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS DA AUTORA ANGELA XAVIER, A SER REALIZADO NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2026, NA 21ª FEIRA DO LIVRO, DO MUNICÍPIO DE GLORINHA.

MODALIDADE:
Inexigibilidade 186/2026

VALOR:
R$ 1.500,00

FIRMADO EM:
29/09/2026
Glorinha, 29 de setembro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:4D0A01CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO 02 112/2025

TERMO ADITIVO Nº 02
AO CONTRATO Nº 112/2025

termo aditivo de prorrogação do contrato nº 112/2025, de prestação de serviço que fazem o município de glorinha e a empresa allged soluções de ti ltda.

Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 91.338.558/0001-37, com sede na Avenida Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, 23.400, Centro de Glorinha, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, a partir de agora denominado simplesmente "CONTRATANTE", e a empresa **ALLGED SOLUÇÕES DE TI LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e domicílio à Rua Augusto Attilio Giordani, 191, Parque São Sebastião, Porto Alegre/RS, CEP: 91060-240, inscrita no CNPJ/MF sob n° 23.226.948/0001-65, representada neste ato pelo Sr. GLAUBER STEDILE DA SILVA, a partir de agora denominada simplesmente "CONTRATADA", ajustam entre si, nos termos do Processo Administrativo n° 1.522/2025, a prorrogação do mesmo, da seguinte forma:
1 – "O presente contrato fica prorrogado por até 12 (doze) meses, a partir do dia 08 de outubro de 2026, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes".
2 - As demais cláusulas permanecem inalteradas.
Por estarem justos e acordados, assinam digitalmente o presente Termo de Aditamento.

Glorinha, 25 de setembro 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

GLAUBER STEDILE DA SILVA
Allged Soluções de TI LTDA EPP

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:EED9673A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO 05 100/2026

TERMO ADITIVO Nº 05
AO CONTRATO Nº 100/2026

termo aditivo de prorrogação do contrato nº 100/2026, de empresa especializada para fornecimento de muro pré - fabricado, que entre si celebram o município de glorinha e a empresa sul brasil construções industrializadas ltda.
Pelo presente instrumento particular, o MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 91.338.558/0001-37, com sede na Avenida Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, 23.400, Centro de Glorinha, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, a partir de agora denominado simplesmente "CONTRATANTE" e a empresa **SUL BRASIL CONSTRUCOES INDUSTRIALIZADAS LTDA**, pessoa jurídica, com sede e domicílio AV. Presidente Getúlio Vargas, Bairro Bela Vista, Cidade Alvorada/RS, CEP: 94.810-000, inscrita no CNPJ/MF sob n° 40.157.310/0001-39, representada neste ato pelo seu representante legal Sr. GUILHERME BRITO WELTER, a partir de agora denominada simplesmente "CONTRATADA", ajustam entre si, nos termos do Processo Administrativo n° 264/2026, a prorrogação do presente contrato da seguinte forma:
1 - "O presente contrato fica prorrogado por até 30 (trinta) dias, a partir de 01 de outubro de 2026, podendo ser prorrogado de comum acordo com ambas as partes".
2 - As demais cláusulas permanecem inalteradas.
Por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo de Aditamento.

Glorinha, 28 de setembro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal
GUILHERME BRITO WELTER
Sul Brasil Construcoes Industrializadas LTDA

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:6A92C2DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 282

TERMO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.094/2026
Dispensa por Limite nº 282

Fica Dispensada de Licitação, nos termos da **Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. II**, cujo objeto é **SMS - AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA CAMPANHA EM SAUDE - REEMPENHO 4634/2026 E 4636/2026**, para a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NOME: ART & PRINT PERSONALIZADOS LTDA
CNPJ: 27.145.293/0001-51
ENDEREÇO: R RIO GUAIBA, 111, GRAVATAI/RS
VALOR R$ R$ 4.360,00

Glorinha, 28 de setembro de 2026

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:95A900C2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7401/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal ALICE SOUZA DE CASTRO ZILIO, matrícula 291750-01, enquadrando-a na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 26 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D6A35B41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7402/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal CASSIA ISABEL FROES MUNHOZ, matrícula 284750-02, enquadrando-a na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 26 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:E1A2A556

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7403/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal ELISANDRA SILVA DE SOUZA, matrícula 263060-01, enquadrando-a na progressão funcional Letra F, período 2020/2026, a partir de 25 de agosto de 2026, tendo como pontuação - segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: CRITÉRIO PONTUAÇÃO: Desempenho 100; Conhecimento 200; Experiência 100; TOTAL 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:C9456B3E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7404/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional ao servidor municipal FERNANDO JARDIM ROSA FILHO, matrícula 292268-01, enquadrando-o na progressão funcional Letra B, período 2021/2026, a partir de 20 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:45F6BEB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7405/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional ao servidor municipal GABRIEL MELERO, matrícula 284807-03, enquadrando-o na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 01 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:5DD9F7C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7406/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal GESIELE SOARES VIEIRA, matrícula 285102-01, enquadrando-a na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 22 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:74594CE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7407/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal JUSSARA DE FATIMA DALL'AGNOL, matrícula 284939-01, enquadrando-a na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 09 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:28200DB9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7408/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011,
R E S O L V E:
Conceder progressão funcional ao servidor municipal LUIZ ANTONIO LIMA CACHOEIRA, matrícula 292264-01, enquadrando-o na progressão funcional Letra B, período 2021/2026, a partir de 13 de agosto de 2026, tendo como pontuação - segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: CRITÉRIO PONTUAÇÃO Desempenho 100;
Conhecimento 200; Experiência 100; TOTAL 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:642012A3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7408/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional ao servidor municipal LUIZ ANTONIO LIMA CACHOEIRA, matrícula 292264-01, enquadrando-o na progressão funcional Letra B, período 2021/2026, a partir de 13 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:D66607D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7409/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal MARA CELMA COSTA BARCELLOS,

matrícula 291964-01, enquadrando-a na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 26 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:1FCB6942

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7410/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal PATRICIA BORBA LOURENÇO, matrícula 284831-02, enquadrando-a na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 01 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:7DE7F641

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7411/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal RAQUEL VIEIRA SALATTI, matrícula 285137-01, enquadrando-a na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 25 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:BC201B77

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7412/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal ROSELE PIRES XAVIER DA SILVA, matrícula 284858-02, enquadrando-a na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 11 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:ECD10F9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7413/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 61, inciso III da Lei Municipal Nº 2.734/2011, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal VANESSA RIBEIRO DE OLIVEIRA, matrícula 284726-02, enquadrando-a na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 26 de agosto de 2026, tendo como pontuação, segundo critério do Plano de Carreira – Lei 2.734/11: Desempenho: 100; Conhecimento: 200; Experiência: 100; TOTAL: 400.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 21 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:F17DA37C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7430/2026 CONCEDE LICENÇA LUTO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso das suas atribuições legais, conforme Art. 92 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder dois (02) dias de licença luto à servidora municipal LETICIA VIEGAS VARGAS, matrícula 292866, a partir de 16 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:5859EC5B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7431/2026 CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e conforme Art. 81 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Licença-prêmio ao servidor municipal LEANDRO DOS SANTOS ALVES, matrícula 285110, referente ao período 2021/2026, tendo como data do direito a contar de 22 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:88118FBC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7432/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 136 da Lei Municipal nº 2.586/2010, Lei Municipal nº 2.866/2012 e Lei Municipal nº 4.258/2022, R E S O L V E: Conceder progressão funcional ao servidor municipal LEANDRO DOS SANTOS ALVES, matrícula 285110, enquadrando-o na progressão funcional Letra D, período 2021/2026, a partir de 22 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:5B28BC82

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7433/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 136 da Lei Municipal nº 2.586/2010, Lei Municipal nº 2.866/2012 e Lei Municipal nº 4.258/2022, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal RENATA CEZAR BAUM, matrícula 292266, enquadrando-a na progressão funcional Letra B, período 2021/2026, a partir de 19 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:974DDFA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7434/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 136 da Lei Municipal nº 2.586/2010, Lei Municipal nº 2.866/2012 e Lei Municipal nº 4.258/2022, R E S O L V E: Conceder progressão funcional ao servidor municipal CELITO LUIZ DIEL, matrícula 291807, enquadrando-o na progressão funcional Letra C, período 2021/2026, a partir de 19 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:E3F7C7A1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7435/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 136 da Lei Municipal nº 2.586/2010, Lei Municipal nº 2.866/2012 e Lei Municipal nº 4.258/2022, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal ANA CAROLINE LEMOS ALLAMA, matrícula 291782, enquadrando-a na progressão funcional Letra C, período 2021/2026, a partir de 10 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:49595F1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7436/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 136 da Lei Municipal nº 2.586/2010, Lei Municipal nº 2.866/2012 e Lei Municipal nº 4.258/2022,
R E S O L V E:
Conceder progressão funcional à servidora municipal ANDREA PRESTES DUARTE, matrícula 264903, enquadrando-a na progressão funcional Letra E, período 2021/2026, a partir de 27 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:C5EBEFFB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7437/2026 CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 136 da Lei Municipal nº 2.586/2010, Lei Municipal nº 2.866/2012 e Lei Municipal nº 4.258/2022, R E S O L V E: Conceder progressão funcional à servidora municipal MELISA DO PRADO AMARAL, matrícula 291805, enquadrando-a na progressão funcional Letra C, período 2021/2026, a partir de 05 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:09EC090B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7441/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal ALICE SOUZA DE CASTRO ZILIO, matrícula 291750-01, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 25 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:F35D11D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7442/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal DAIANE DE LIEMES ROSA, matrícula 285307-02, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 01 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:820D1366

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7443/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço ao servidor municipal LEANDRO DOS SANTOS ALVES, matrícula 285110, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 22 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:2778AB2F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7444/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço ao servidor municipal RAFAEL GOMES CORREA, matrícula 284955-2, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 12 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:BA3015A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7445/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal FABIANE NUNES MADEIRA, matrícula 285030, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 15 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:60D62360

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7446/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal JUSSARA DE FATIMA DALL AGNOL, matrícula 284939, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 09 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:AE59E3CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7447/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal GESIELE SOARES VIEIRA, matrícula 285102-01, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 22 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:563E4173

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7448/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal ROSELE PIRES XAVIER DA SILVA, matrícula 284858-02, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 04 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:83BBE771

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7449/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal THAIS DE OLIVEIRA PLA, matrícula 284696-2, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 02 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:5EF06F4B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7450/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço ao servidor municipal MARCO ANTONIO BRATKOWSKI KOSSMANN, matrícula 284564, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 27 de junho de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:0EC1D0DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7451/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal GISELE ROGELIN PRASS, matrícula 285382-04, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 25 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:5256BC95

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7452/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal ELISANDRA DA SILVA SOUZA, matrícula 263060, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 20 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:2B747B9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7453/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal MARA CELMA COSTA BARCELLOS, matrícula 291964-01, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 08 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:4E419137

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7454/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal REJANE LOPES DA SILVA, matrícula 285170-02, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 01 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:8254D4A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7455/2026 DEMITE SERVIDOR

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 170 da Lei Municipal nº 2.586/2010, CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2025, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, seguindo o despacho final da Prefeita Municipal; CONSIDERANDO o contido no artigo 170 da Lei Municipal nº 2.586/2010, considerando o que dispõe, com fundamento no artigo 165, inciso II e parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.586/2010; R E S O L V E: Art. 1º - Aplicar a pena de demissão ao servidor municipal DIOGO MUSSOI NICHELE, matrícula 291671-02, ocupante do cargo de Professor Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, incurso nas infrações contidas no artigo 165, inciso II e parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.586/2010, aplicar a sanção administrativa de demissão, a partir de 01 de setembro de 2026. Art. 2º - Conforme alínea b do despacho final, fica determinada a realização do acerto de contas rescisório, com a apuração contábil e o desconto integral dos valores remuneratórios pagos indevidamente entre 16/07/2024 e a data da

efetiva demissão em agosto de 2026, tendo em vista a ausência de prestação laboral e a inexistência de licença homologada por junta médica oficial; Art. 3º - Conforme alínea c do despacho final, fica notificado formalmente o ex-servidor para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ciência do demonstrativo discriminado de liquidação, promova o recolhimento voluntário aos cofres municipais ou requeira o parcelamento administrativo do saldo devedor remanescente, na hipótese de os haveres rescisórios não cobrirem a totalidade da dívida; Art. 4º - Conforme alínea d do despacho final, fica determinada a remessa compulsória dos autos à Procuradoria-Geral do Município (PGM), na hipótese de inércia ou ausência de quitação tempestiva, com vistas ao ajuizamento da ação de cobrança.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 22 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:E238051A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7457/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal ANA INES FREITAS DA SILVA, matrícula 291425-2, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 19 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:937343E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7458/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,
R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal CARLA LEÃO RIBEIRO FREITAS, matrícula 290947-3, na proporção de 15% (quinze por cento), adquiriu o direito do referido adicional em 19 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:15DC1C3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7459/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal RAQUEL VIEIRA SALATTI, matrícula 285137, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 25 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:193D90F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7459/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal RAQUEL VIEIRA SALATTI, matrícula 285137, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 25 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:33F8B707

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7460/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal TATIANA LENSKIJ, matrícula 284963-1, na proporção de 15% (quinze por cento), tendo adquirido o direito ao referido adicional em 10 de agosto de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:696297E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7461/2026 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 116 da Lei Municipal Nº 2.586/2010,
R E S O L V E: Conceder Adicional de Tempo de Serviço à servidora municipal TATIANA PINTO GOMES OLIVEIRA, matrícula 285250-2, na proporção de 15% (quinze por cento), adquiriu o direito do referido adicional em 01 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:3E8ECE48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7462/2026 CONCEDE GOZO DA LICENÇA-PRÊMIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e conforme Art. 81 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder o gozo de vinte (20) dias de Licença-Prêmio à servidora CARMEN FABIANA PEREIRA MARQUES, matrícula 282650, referente ao período de 2010/2015, a partir de 04 de janeiro de 2027.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:B8CAF2B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7463/2026 CONCEDE LICENÇA LUTO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso das suas atribuições legais, conforme Art. 92 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder dois (02) dias de licença luto à servidora municipal VERIDIANA ARAUJO DA SILVA, matrícula 292132, a partir de 21 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:96E2D7D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7464/2026 CONCEDE LICENÇA LUTO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso das suas atribuições legais, conforme Art. 92 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder oito (08) dias de licença luto à servidora municipal VANESSA SOUZA DE AVEIRO, matrícula 292241, a partir de 03 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:AA0BB715

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7465/2026 CONCEDE LICENÇA LUTO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso das suas atribuições legais, conforme Art. 92 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder dois (02) dias de licença luto ao servidor municipal ROGER FERREIRA GOMES, matrícula 292789, a partir de 24 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:522D675C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7466/2026 CONCEDE LICENÇA LUTO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso das suas atribuições legais, conforme Art. 92 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Conceder dois (02) dias de licença luto à servidora municipal VIRGINIA FERRAZ DOS SANTOS, matrícula 284149, a partir de 26 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:83C626D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7468/2026 AVERBA TEMPO DE SERVIÇO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os Art. 49 e Art. 50 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Averbar, na ficha funcional da servidora municipal ELIANA SOUZA DE MOURA, matrícula 291432, o tempo de contribuição comprovado junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Protocolo nº 14001020100260262 e NIT 1129675331-4, totalizando 8.040 (oito mil e quarenta) dias, sendo computados os seguintes períodos e empregadores: SEURA TEREZINHA BRBIGER DA SILVA, de 02/05/1990 a 29/02/1996; SEURA TERESINHA BERBIGIER DA SILVA, de 01/05/1996 a 31/08/2003; FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E BENEFICENTE DE GUAÍBA, de 01/03/2005 a 11/05/2010; CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA, de 17/05/2010 a 10/12/2012; MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, de 04/07/2013 a 06/09/2013, posteriormente é concomitante com nomeação no município; PER. CONTRI. CNIS 3, de 01/10/1991 a 30/11/1998; PER. CONTRI. CNIS 14, de 01/04/2004 a 31/12/2004; PER. CONTRI. CNIS 19, de 01/07/2013 a 31/07/2013.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:B53CD3F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
P O R T A R I A Nº 7470/2026 AVERBA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE GUAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os Art. 49 e Art. 50 da Lei Municipal Nº 2.586/2010, R E S O L V E: Averbar, na ficha funcional da servidora municipal CLAUDIA RENATA MAURMANN, matrícula 291667-02, o tempo de contribuição comprovado junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Protocolo nº 20021080100906267 e NIT 1238543205-8, totalizando 3.955 (três mil novecentos e cinquenta e cinco) dias, sendo computado o período de 01/04/2013 a 05/02/2024 do empregador MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, em 28 de setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Ben Hur Borges Viana
Código Identificador:8CE59B12

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaíba/RS comunica a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 003/2026 – Registro de Preços para contratação de serviços terceirizados de Educador Social, cuja sessão pública estava prevista para o dia 30/09/2026, em razão da necessidade de retificação do instrumento convocatório e de seus anexos. Após a realização das adequações o edital será republicado. Maiores informações poderão ser obtidas por meio do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br.

MAGDA CARBONI
Secretária de Licitações e Contratos

Publicado por:
Tiago Dablo Corrêa
Código Identificador:A9871FEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 338/2026

INSTRUMENTO: 1° Termo Aditivo ao CT 338/2026
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 024/2026

CONTRATADA: DISBRAPLAC LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.168.674/0001-13.

OBJETO: **PRORROGAÇÃO** do prazo final de entrega e da vigência do Contrato Administrativo nº 338/2026, cujo objeto consiste no fornecimento de conjuntos de mesas com bancos acoplados em madeira plástica, tratando-se de contrato por escopo/não contínuo.
PRAZO: Fica prorrogado o prazo final de entrega e a vigência contratual pelo período de 19/09/2026a 19/10/2026, para viabilizar a conclusão do escopo contratado, sem alteração do objeto, dos quantitativos ou dos valores contratualmente pactuados.

DATA DE ASSINATURA: 28/09/2026.
PROCESSO DIGITAL: 21723/2026

Publicado por:
Pedro Eduardo Plocharski Calegari
Código Identificador:F6396E0D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HARMONIA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, TRÂNSITO E SERVIÇOS COMUNITÁRIOS
SÚMULA DE ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº 01/2026
CONTRATO 107/2021

CONTRATADO: JULIO CESAR FEIDEN & CIA LTDA
CNPJ: 19.410.286/0001-01
OBJETO: RENOVAÇÃO CONTRATUAL
VALOR: R$ 716,04
DATA DA ASSINATURA: 25/09/2026
VIGÊNCIA T.A.: 01/10/2026 A 29/09/2027
LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 109/2021

Harmonia/RS, 30 de setembro de 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:9DDE31EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026

CONTRATADA: N.S.A. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SANEAMENTO EIRELI
CNPJ: 42.299.386/0001-24
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
VIGÊNCIA T.A.: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

HARMONIA/RS, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:A46F6F54

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026

CONTRATADA: LAJE ÁGUA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 05.372.455/0001-51
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
VIGÊNCIA T.A.: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

HARMONIA/RS, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:79041CD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2026

CONTRATADA: STALTTER INDUSTRIA PLÁSTICA LTDA
CNPJ: 50.939.633/0001-38
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
VIGÊNCIA T.A.: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

HARMONIA/RS, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:334A0561

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026

CONTRATADA: CJC COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS LTDA
CNPJ: 40.044.357/0001-96
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
VIGÊNCIA T.A.: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

HARMONIA/RS, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:6D43890D

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026

CONTRATADA: FERRAGEM ELETROCOR EIRELI
CNPJ: 02.013.755/0001-56
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
VIGÊNCIA T.A.: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

HARMONIA/RS, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:86C5BF7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2026

CONTRATADA: LACSO SOLUÇÕES LTDA
CNPJ: 57.721.126/0001-72
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
VIGÊNCIA T.A.: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

HARMONIA/RS, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:72DD2582

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

CONTRATADA: COMERCIAL FP LTDA
CNPJ: 43.621.372/0001-48
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
VIGÊNCIA T.A.: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

HARMONIA/RS, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:1347B107

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2026

CONTRATADA: KP COMERCIAL LTDA
CNPJ: 67.516.847/0001-02
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
VIGÊNCIA T.A.: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

HARMONIA/RS, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:501AD15C

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026

CONTRATADA: C & X DISTRIBUICAO DE PRODUTOS HIDRAULICOS LTDA
CNPJ: 38.349.410/0001-15
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
VIGÊNCIA T.A.: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

HARMONIA/RS, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Fernanda Jacobi Chassot
Código Identificador:34D72939

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 085/2026
CONTRATADA: MECANICA KAFER LTDA
CNPJ: 04.560.612/0001-90
OBJETO: REFERENTE À MANUTENÇÃO EMERGENCIAL DO CAMINHÃO PRANCHA, PLACAS IPL 1E26, UTILIZADO PELA SMOV NO TRANSPORTE DAS 03 ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS E DO ROLO COMPACTADOR.
VALOR: R$ 92.587,00
DATA DE EMISSÃO: 24/09/2026
EMBASAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021, ART. 75, INCISO VIII

Harmonia/RS, 30 de setembro de 2026.

Nota: processo disponível no Portal da Transparência do Site Municipal para consulta.

ERNANI JOSÉ FORNECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Fink
Código Identificador:514FD88E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ/RS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
OBJETO: Contratação de empresa(s) para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à produção e ao fornecimento de alimentação escolar para as Escolas Municipais e APAE do Município. **ABERTURA:** Dia 30/10/2026 às 9h, realizada através do Sistema Eletrônico PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/. **INFORMAÇÕES E CÓPIAS DO EDITAL:** Na sede da Prefeitura, no endereço Av. João Pessoa, nº 414, no horário expediente (8h às 11h30min e 13h30min às 17h) ou pelo telefone (55) 3525-1166 e no site do município www.humaita.rs.gov.br (licitações).

Humaitá/RS, 29 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS SANDRI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Donato
Código Identificador:C53554C0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAIARAS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 3.536/2026 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETA O REMAPEAMENTO DAS MICROÁREAS DOS ACS, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS DEMOGRÁFICOS, EPIDEMIOLÓGICOS E SOCIOECONÔMICOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que;

CONSIDERANDO a necessidade da integração das ações dos Agentes Comunitários de Saúde às ações básicas de saúde, visando à integralidade da cobertura na área do Município;

CONSIDERANDO que deve ser garantida a priorização da cobertura integral da população municipal com alto grau de vulnerabilidade social e de risco epidemiológico, assegurando-se o número de Agentes Comunitários de Saúde de acordo com a base populacional do Município, observados os critérios demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos, conforme legislação vigente;

CONSIDERANDO que a implantação da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde é necessária para a organização da Atenção Básica;

CONSIDERANDO a criação da terceira equipe de Estratégia Saúde da Família – ESF, já homologada pelo Ministério da Saúde, com vistas à cobertura de 100% (cem por cento) da população residente no Município e, com isso, restar potencializado o recebimento de mais recursos federais para custeio do programa;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do domicílio/residência de cada um dos agentes comunitários de saúde dentro de sua área de atuação, em respeito aos termos da Lei nº 11.350/2006 e suas alterações (Lei nº 12.994/2014; Lei nº 13.342/2016 e Lei nº 13.595/2018);

CONSIDERANDO os termos do § 3º do art. 6º da Lei nº 11.350/2006, que atribui a cada Ente Federativo responsável pela execução dos programas relacionados às atividades do Agente Comunitário de Saúde a definição da área geográfica de atuação dos agentes comunitários de saúde, respeitados os critérios previstos nos incisos aplicáveis do referido diploma legal;

CONSIDERANDO que, para garantir a cobertura integral das ações dos Agentes Comunitários de Saúde, faz-se necessária a delimitação das microáreas, observados os critérios demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos, de forma a otimizar as ações e os serviços dos ACS;

DECRETA:

Art. 1º O estabelecimento das microáreas de atuação dos Agentes Comunitários de Saúde, visando à integralidade da cobertura, no âmbito do Município, observará as seguintes delimitações:

Área 01 – Estratégia de Saúde da Família 01
Microárea 01: Comunidades de Santa Clara, Santo Expedito e São Pio X, parte do Bairro Gentil (sentido interior-cidade, até a casa de Cleomar Luchese), sendo a divisa na entrada/beco, lado direito (sentido interior-cidade) da casa de Cleomar Luchese.
Microárea 02: Parte do Bairro Gentil (do lado esquerdo da entrada/beco da casa de Cleomar Luchese, sentido interior-cidade), seguindo pela Rua Antônio Fabris, vira à direita na Avenida Leda Acorsi Rech (lado direito), vira à direita na Rua São José do Carreiro (lado direito), vira à esquerda na Rua João Domingos Baldasso (lado direito), vira à direita e segue até o fim da Rua João Luiz Canevese (lado direito). Incluindo todas as ruas nesse perímetro.
Microárea 03: Inicia na Rua João Luiz Canevese com a Rua João Domingos Baldasso. Segue pela Rua João Luiz Canevese (lado esquerdo), vira à esquerda na Rua Longino Zacarias Guadagnin (lado esquerdo), vira à esquerda na Rua Antônio Fabris (lado esquerdo), vira à esquerda na Avenida Leda Acorsi Rech (lado esquerdo), vira à direita na Rua São José do Carreiro (lado esquerdo), vira à esquerda na Rua João Domingos Baldasso (lado esquerdo), até o ponto inicial. Incluindo todas as ruas nesse perímetro.
Microárea 04: Inicia na Rua João Luiz Canevese, esquina com a Rua Longino Zacarias Guadagnin. Segue pela Rua João Luiz Canevese até o entroncamento com a RS-126 (lado esquerdo), dobra à esquerda pela Rua Frei Aleixo (lado esquerdo), vira à direita na Rua José Bedin (lado esquerdo), vira à esquerda na Rua Antônio Fabris (lado esquerdo), vira à esquerda na Rua Longino Zacarias Guadagnin (lado esquerdo), até o ponto inicial. Incluindo todas as ruas nesse perímetro.
Microárea 05: Inclui a saída para Santo Antão, Santo Antão, Nossa Senhora Consoladora e Bairro dos Motoristas. Inicia no entroncamento da RS-126 com a Rua Frei Aleixo (lado direito), vira na Rua José Bedin (lado direito), vira à direita na Rua Antônio Fabris (lado direito), pegando a saída para Santo Antão (lado direito). Incluindo todas as ruas nesse perímetro.

Área 02 – Estratégia de Saúde da Família 02
Microárea 06: São Francisco, Nossa Senhora de Lourdes, saída para Santo Antão, saída para Café, saída para Consoladora e Cidade. Inicia no prolongamento da Rua Longino Zacarias Guadagnin, vira à esquerda na Rua Osvaldo Antônio Leite (lado esquerdo), vira à direita na Rua Ângelo Sgarbossa (lado esquerdo), virar à esquerda na Rua 25 de Janeiro (lado esquerdo), vira à direita na Rua Francisco dos Santos (lado esquerdo) até a Rua Antônio Fabris, lado esquerdo, e prossegue em direção à Linha 12 de Outubro.
Microárea 07: Inicia na Rua Osvaldo A. Leite com a Rua João Domingos Baldasso. Segue pela Rua João Domingos Baldasso (lado esquerdo), vira à esquerda na Rua Antônio Fabris (lado esquerdo), vira à esquerda na Rua Antônio Francisco dos Santos (lado esquerdo), vira à esquerda na Rua 25 de Janeiro (lado esquerdo), vira à direita na Rua Ângelo Sgarbossa (lado esquerdo), vira à esquerda na Rua Osvaldo A. Leite (lado esquerdo), até o ponto inicial, incluindo todas as ruas contidas nesse perímetro.
Microárea 08: Cidade. Inicia na Rua Osvaldo A. Leite com a Rua João Domingos Baldasso. Segue pela Rua João Domingos Baldasso (lado direito), vira à direita na Rua Antônio Fabris (lado direito), vai em direção à RS-126 até o Distrito Industrial, contemplando a Vila Roso e o Bairro Bela Vista. Vira à direita na Travessa Maracanã (ambos os lados), vira à esquerda na Rua Cerilo Rossoni (ambos os lados), vira à direita na Rua Vicente Pomatti (ambos os lados), até a Rua João Domingos Baldasso (ambos os lados), vira à direita na Rua Leonildo Luiz Pomatti (ambos os lados), vira à esquerda na Avenida Leda Acorsi Rech (ambos os lados). Prossegue até a Rua Sem Nome (ambos os lados) e posteriormente até o prolongamento da Rua Longino Zacarias Guadagnin (lado direito), dobra à direita na Rua Osvaldo A. Leite (lado direito), até o ponto inicial, incluindo todas as ruas desse perímetro.
Microárea 09: Nossa Senhora da Salete, São Pedro, Santa Lúcia, Bairro Zatti e Pandolfo.
Microárea 10: São Sebastião, São Rafael e Sagrado Coração de Maria.

Área 03 – Estratégia de Saúde da Família 03
Microárea 11: Capela São Luiz, Nossa Senhora Aparecida, São Roque e Santa Terezinha até a residência de Emidio Antônio Grando, fazendo divisa nessa região com a Microárea 12. Na divisa da Capela São Luiz com São Judas, a visita será realizada pela agente até a residência de Vilson Guilhardi.
Microárea 12: Inicia na Rua João Domingos Baldasso com a Rua João Alberto Guerra (lado direito), segue pela Rua João Alberto Guerra (lado direito), vira à direita na Avenida Leda Acorsi Rech (lado direito), vira à esquerda na Rua 19 de Abril (lado direito), vira à direita na Rua Antônio Stella (ambos os lados), Rua Aurelio Barbieiro (ambos os lados), Estrada Velha (ambos os lados) e estrada para Linha Esperança (ambos os lados) até a divisa com a Microárea 11. Incluindo todas as ruas nesse perímetro.
Microárea 13: Inicia na Rua João Luiz Canevese (lado direito), vira à direita na Rua José Bedin (lado direito), vira à direita na Rua Faustino Dal Piva (ambos os lados), vira à esquerda na Rua Antônio Stella (ambos os lados), vira à direita na Rua 19 de Abril (lado direito), vira à direita na Avenida Leda Acorsi Rech (lado direito), vira à esquerda na Rua João Alberto Guerra (lado direito), vira à direita na Rua João Domingos Baldasso (ambos os lados), até o encontro com a Rua João Luiz Canevese. Incluindo todas as ruas nesse perímetro.
Microárea 14: Capela Santa Rita, Divino, Jaboticabal e São Cristóvão. Inicia na Rua Faustino Dal Piva com a Rua José Bedin. Segue pela Rua José Bedin (lado direito), vira à direita na Rua João Luiz Canevese (lado direito), seguindo pelo lado direito da RS-126, sentido Ibiraiaras/Caseiros, até o pórtico do Município. Incluindo todas as ruas nesse perímetro.
Microárea 15: Capela São Brás, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Saúde e Caravaggio, seguindo pelo lado direito da RS-126 em direção à cidade, sentido Caseiros/Ibiraiaras, com extensão até a frente da Garagem do Cassol Caminhões pela RS-126.

Art. 2º Cada microárea, cuja população não poderá ultrapassar 750 pessoas, deverá contar, no mínimo, com um Agente Comunitário de Saúde, cujo trabalho deverá ser supervisionado por um Enfermeiro.

Art. 3º Nos termos da legislação federal, o Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Art. 4º Faz parte deste Decreto, como Anexo I, o mapa com a divisão das áreas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibiraiaras, 29 de setembro de 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Em 29 de setembro de 2026.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária Municipal da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Marcela de Sousa Carvalho
Código Identificador:470D8B6C

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 83/2026

O MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS comunica que, em despacho proferido no Processo Licitatório n.º 150/2026, o Prefeito Municipal, Sr. Joel Isidoro Cristianetti, reconheceu ser dispensável de licitação a contratação da empresa **MARCELO CORREIA MARTINS DA SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º **31.584.578/0001-66**, para contratação de empresa para realizar a sonorização de torneio de laço do **CTG Fogo de Chão**, no Parque de Eventos Prefeito Jacir Marini, pelo valor de **R$ 3.000,00 (três mil reais)**. Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21, Art. 75, inciso II.

Publique-se.

Ibiraiaras/RS, 29 de Setembro de 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa da Luz
Código Identificador:FF1C4676

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 133/2022 - ADITIVO N.º IV

Município de Ibiraiaras, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.584/0001-59, estabelecida na Rua João Stella, n.º 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, informa a celebração do seguinte aditivo ao contrato de credenciamento no mês de setembro de 2026:

Aditivo n.º IV ao Contrato de Credenciamento n.º 133/2022; Chamamento Público n.º 01/2022; Credenciada: **BANCO DO BRASIL S.A.**; objeto: prorrogação do prazo contratual por mais 12 meses, ou seja, de 29/09/2026 até 29/09/2027, com manutenção nos valores originalmente contratados;

Ibiraiaras/RS, em 29 de setembro de 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonilce Audiberte
Código Identificador:48FC6122

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2025 - APOSTILA XII

MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.584/0001-59, com sede física na Rua João Stella, n.º 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado pelo Prefeito Municipal**,** informa a celebração do seguinte apostilamento à ata de registro de preços no mês de setembro de 2026:

Apostila XII à ata de registro de preços n.º 02/2025; Pregão Eletrônico n.º 03/2025; Contratada: empresa **EVANIR POMATTI & FILHOS LTDA**; objeto: Alteração do objeto contratado **- Item 03 - Óleo Diesel S10:** R$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos) por litro, a partir de 30/09/2026;

Ibiraiaras-RS, 29 de setembro de 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leonilce Audiberte
Código Identificador:715C26BA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 151/2026

MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.584/0001-59, com sede física na Rua João Stella, n.º 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado por seu Prefeito Municipal, informa a celebração do seguinte contrato de credenciamento no mês de setembro de 2026:

Contrato de Credenciamento n.º 151/2026; Processo Licitatório n.º 73/2026; Chamamento Público n.º 10/2026;
Credenciada: TERRAPLENAGEM MV LTDA – CNPJ: 67.674.068/0001-27
Objeto: Prestação de serviços de HORAS MÁQUINA.

Vigência: 12 (doze) meses;

Ibiraiaras/RS, em 29 de setembro de 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leonilce Audiberte
Código Identificador:A743ABA6

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 2.847/2026 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

CONCEDE O TÍTULO HONORÍFICO DE "CIDADÃO EMÉRITO DE IBIRAIARAS" AO SENHOR ROBERTO MOREIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Faço Saber, em cumprimento ao disposto no artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É concedido o título honorífico de "CIDADÃO EMÉRITO DE IBIRAIARAS" ao Senhor ROBERTO MOREIRA, em homenagem aos relevantes serviços prestados ao Município quando Comandante da Brigada Militar, bem como pela sua destacada atuação na corporação ao longo de sua carreira.

Art. 2º A honraria será entregue ao homenageado em Sessão Solene a ser designada, de acordo com o Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal Ibiraiaras, 29 de setembro de 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publique-se.
Em 29 de setembro de 2026

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Marcela de Sousa Carvalho
Código Identificador:56F12E74

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº655/2026 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidores Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 112-A da Lei Municipal nº 1.492/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a ser suportada pelo município, conforme avaliação médica/profissional da saúde ou declaração de comparecimento de clínica de saúde/hospital, aos servidores municipais a seguir relacionados:

Mat.	Nome	Início	Dias	Profissional da Saúde/Registro ou Clinica de saúde/Hospital
4276-5	Denise Luciane Menegaz	25/09/2026	01	Renata G. Londero CRM RS 25.689
3401-0	Roseli Elizabete Todeschini	28/09/2026	01	Patrícia R. de Lara CRM RS 33.851
4083-5	Sinval de Oliveira	25/09/2026	01	Rodrigo B. da Costa Silva CRM RS 26.808

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 25/09/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
IBIRAIARAS, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em 29 de setembro de 2026.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária da Administração e Planejamento

Publicado por:
Ivaneza Simioni
Código Identificador:700DC954

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 75/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO N.º 12/2026

MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.584/0001-59, estabelecida na Rua João Stella, n.º 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado por seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, especialmente a Lei Federal n.º 14.133/21 **HOMOLOGA** o credenciamento da empresa constante abaixo para prestação dos serviços estipulados no edital do chamamento público em epígrafe:

a) MASTER OBRAS & SERVIÇOS LTDA – CNPJ 68.882.600/0001-64, devendo ser credenciada para execução dos serviços estipulados do item 01 ao item 07.

Município de Ibiraiaras/RS, 29 de setembro de 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ezequiel Dal Molin Bonatto
Código Identificador:EE6FBAEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

GABINETE DA PREFEITA
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA E ADJUDICA a Dispensa de Licitação 170-2026 – Processo 306-2026, Processo APROVA 5570-26-IBR-CLI, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal, nº 14133/21, para fins de contratação da empresa COMÉRCIO DE CONFECÇÕES ISMADI LTDA – CNPJ 09.035.893/0001-85, para contratação de serviço de transporte terrestre para o deslocamento dos associados da COOPIMA (Cooperativa Escolar) e professoras acompanhantes, com a finalidade de viabilizar sua participação na visita técnica ao Laboratório de Manejo da Vida Silvestre da Universidade de Passo Fundo (UPF) e ao Passo Fundo Shopping, no Município de Passo Fundo/RS, prevista para o dia 09 de outubro de 2026, pelo valor total de R$ 2.066,15 (dois mil, sessenta e seis reais e quinze centavos), conforme documentos e solicitação da Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto e em conformidade com o Parecer Jurídico n.º 367-2026.

Ibirubá - RS, 29 de setembro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues Löser
Código Identificador:1698391E

GABINETE DA PREFEITA
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA E ADJUDICA a Dispensa de Licitação 167-2026 – Processo 305-2026, Processo APROVA 5102-26-IBR-CLI, com fulcro no art. 75, inciso I, da Lei Federal, nº 14133/21, para fins de contratação da empresa CASA DAS RETROS LTDA – CNPJ 05.326.757/0001-93, para execução de serviços de desmontagem, reparo e montagem e testes da transmissão dianteira da pá carregadeira Frota 153, pelo valor total de R$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais), conforme documentos e solicitação da Secretaria de Obras e Viação e em conformidade com o Parecer Jurídico n.º 337-2026.

Ibirubá - RS, 29 de setembro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues Löser
Código Identificador:4FAE75B7

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 18.700/2026

Designar os servidores como fiscais de Convênio com o Estado do Rio Grande do Sul referente a Horas Máquinas.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita Municipal de Ibirubá-RS, no uso de suas atribuições legais contidas no artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e suas alterações,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar os servidores **JEFERSON MULLER matrícula nº 723/01 (titular), e o servidor ELIAS PORTELLA PONSONI matrícula nº 689/01 (suplente),** a contar de 23 de setembro de 2026, como **FISCAIS DE CONVÊNIO** que entre si celebram o Estado do Rio Grande do Sul e Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação-**SEAPI**.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE

IBIRUBÁ-RS, em 29 de setembro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,
Prefeita Municipal.

Registre-se, Publique-se,
Cumpra-se.

EVERTON LAGEMANN,
Secretário da Administração e Planejamento.

Publicado por:
Clarete Soldin Schumann
Código Identificador:B2DB42B1

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH, Prefeita, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de alimentação pronta, compreendendo lanches, coffee break e marmitas, para atender às necessidades da Administração Municipal de Ibirubá, conforme demanda e mediante autorização prévia do setor responsável, conforme Edital de Chamamento Público n° 02-2026 e seus anexos, habilitando a empresa: **VL RESTAURANTE LTDA – CNPJ: 17.893.590/0001-21**, para os itens 3 ao 12, 14 ao 28, 30 ao 36 e 38 ao 40 do edital, tudo em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos da Lei Federal Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Ibirubá-RS, 29 de setembro de 2026.

JAQUELINE BRIGNONI WINSCH
Prefeita

Publicado por:
Daniel Rodrigues da Silva
Código Identificador:27D523AA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO

Torno público abertura do **Processo Licitatório n° 307/2026**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2026**, **Processo APROVA 5786-26-IBR-CLI**, para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento, aplicação de granulado de borracha e escovação de gramados sintéticos, conforme condições, especificações técnicas e quantitativos estabelecidos visando atender às necessidades permanentes de manutenção preventiva e corretiva das quadras esportivas municipais. **Início das Propostas: 14:00h do dia 30/09/2026 até às 07:59h do dia 14/10/2026. Início da sessão Pública: às 08hs do dia 14/10/2026**, todos via portal www.bll.org.br, no horário de Brasília – DF. Os interessados deverão acessar os endereços eletrônicos: www.bll.org.br / www.Ibirubá.rs.gov.br / Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - www.gov.br/pncp/pt-br e baixar de forma gratuita o edital e seus anexos.

Ibirubá - RS, 30 de setembro de 2026.

VANIA TERESINHA RODRIGUES LÖSER
Agente de contratação / Pregoeira

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues Löser
Código Identificador:170EADE8

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE 5º ADITIVO AO CONTRATO 034-2022
DIGIFRED SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: Altera a Cláusula Terceira do contrato de cessão de uso de sistema informatizado integrado de Gestão Pública, datado de 31 de março de 2022, sendo prorrogado o prazo de vigência do mesmo, a contar de 1º de outubro de 2026, pelo prazo de até 180 dias ou até a conclusão e homologação do novo processo licitatório.
Vinculado ao Pregão Presencial PMI009-2022
Contratada: DIGIFRED SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 88.659.974/0001-22
Valor mensal R$ 57.656,94

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:9DA6D7B2

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE DESCREDENCIAMENTO DO TERMO 70-2025
VINCULADO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009-2025

Fica descredenciada, a contar de 22 de julho de 2026, a empresa **EZEQUIEL SCHAEFFER**, inscrito no CNPJ sob nº 15.315.546/0001-09, CREDENCIADA para o fornecimento de vagas em Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT Tipo I, II e III), obedecendo a programação físico financeira, mediante autorização prévia da Secretaria da Saúde, devido a não apresentação da certidão de regularidade fiscal.
Empresa: EZEQUIEL SCHAEFFER
CNPJ 04.952.793/0001-08
Item: 1, 2 e 3

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:1FD539C5

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 1º ADITIVO A ATA Nº 42-2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50-2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: Fica prorrogada a validade da Ata de Registro de Preços nº 42-2025, para futura e eventual contratação de empresa que forneça o trabalho de segurança privada não armada, de forma parcelada, que atue com autorização prévia da Polícia Federal, para atender as necessidades da Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 50/2025.
Vinculado ao Pregão Eletrônico PMI 50-2025
Empresa: TELLES VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
CNPJ: 09.101.989/0001-02
Vigência: 21/10/2026 a 20/10/2027
Valor estimado: R$ 202.170,00

Publicado por:
Franciele Elisa Cornelius
Código Identificador:03BD76AD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0081/2026 – FAMURS

Prefeitura Municipal de Imbé/RS
Pregão Eletrônico nº 0081/2026 – Abertura

Objeto: contratação de empresa especializada visando execução de obra de Iluminação no Campo De Futebol e praça da Harmonia. Convênio FPE nº 878/2026 com o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria do Esporte e Lazer (SEL). Edital SEL n.º 03/2024 - AVANÇAR+ ESPORTE: ILUMINA ESPORTE.

Abertura: 16/10/2026, às 08:31 horas no portal de compras públicas **https://pregaobanrisul.com.br/** plataforma usada pela Prefeitura Municipal de Imbé/RS.

Maiores informações e Edital para retirada no e-mail **licitacao@imbe.rs.gov.br** **(colocar os dados da empresa (razão**

social, nº do cnpj, endereço e telefone), ou nos sites www.imbe.rs.gov.br/ https://pregaobanrisul.com.br/, horário de expediente seg. à sex. das 08hs às 12hs e das13:30hs às 17:30hs, fone (51) 3627-8201 ramais 307 e 308.

Imbé, 29 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal de Imbé

Publicado por:
Tiago Cardoso Marques
Código Identificador:B3DA59F6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0078/2026 – FAMURS

Prefeitura Municipal de Imbé/RS
Suspensão do Edital de Pregão Eletrônico nº 0078/2026

O Município de Imbé, através do Senhor Prefeito Municipal, nos termos da Lei de Licitações nº 14.133/21 e no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO, a partir do dia 29/09/2026, da sessão pública de recebimento e abertura das propostas do Pregão Eletrônico nº 0078/2026, Processo nº 5158/2026, cujo objeto é Registro de Preços, de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de TAG - sistema de etiqueta eletrônica para cobrança automática de pedágios - destinada aos veículos da frota municipal.
A suspensão decorre para que seja analisado e incluído informações devido aos questionamentos. A nova data de abertura da sessão pública será divulgada oportunamente pelos meios oficiais de comunicação da Prefeitura Municipal de Imbé.
Informações no Departamento de Licitações, sito na Av. Osório, 920, Centro, Imbé/RS. De segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30. Telefone: (51) 3627-8201, ramais 307 e 308. E-mail: licitacao@imbe.rs.gov.br.
Imbé, 29 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Silvestri
Código Identificador:BE6083C4

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SETOR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
NOTIFICAÇÕES AMBIENTAIS E AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL.

A Fiscalização Ambiental da Prefeitura Municipal de Imbé, no exercício de suas atribuições e em conformidade com a legislação, informa que emitiu as seguintes Notificações Ambientais e lavrou os seguintes Autos de Infração ambiental, após retorno ao remetente:

1. Notificação Ambiental 68/2026.
Infração Ambiental: Empreendimento sem licença ambiental.
Localização: Setor 40 – Quadra 28 – Lote 5.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 1421/2013, Lei Municipal 1474/2013, Decreto Federal 6514/2008 e atualizações, Decreto Municipal 2479/2013 e Resolução CONSEMA 372/2018 e suas alterações.
PRAZO: 15 dias após esta publicação.
PREVISÃO DE MULTA INICIAL: R$500,00.

2. Notificação Ambiental 69/2026.
Infração Ambiental: descarte de resíduos sólidos em área não licenciada.
Localização: Setor 40 – Quadra 28 – Lote 5.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 1421/2013 – art.79, Inc. VII e XXI, Decreto Municipal 2392/2013 – art. 43 – III e art. 25 § 4, Decreto Municipal 2479/2013, Decreto Municipal 3639/2019 e atualizações e Decreto Federal 6514/2008 e atualizações.
PRAZO: 7 dias após esta publicação.
PREVISÃO DE MULTA INICIAL: R$1.000,00

3. Notificação Ambiental 71/2026.
Infração Ambiental: emissão de resíduos líquidos para área pública.
Localização: Setor 45 – Quadra 344 – Lote 14D.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 1421/2013 – art. 22 § único – art.79, Inc. VII, Decreto Federal 6514/2008 e atualizações, Decreto Municipal 2479/2013 e Sentença Judicial 96.00.03455-9/RS 01/07/2016 – 9 VF – MPF.
PRAZO: 7 dias após esta publicação.
PREVISÃO DE MULTA INICIAL: R$1.000,00.

4. Notificação Ambiental 72/2026.
Infração Ambiental: emissão de resíduos líquidos para área pública.
Localização: Setor 43 – Quadra 377 – Lote 1B.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 1421/2013 – art. 22 § único – art.79, Inc. VII, Decreto Federal 6514/2008 e atualizações, Decreto Municipal 2479/2013 e Sentença Judicial 96.00.03455-9/RS 01/07/2016 – 9 VF – MPF.
PRAZO: 7 dias após esta publicação.
PREVISÃO DE MULTA INICIAL: R$1.000,00.

5. Notificação Ambiental 74/2026.
Infração Ambiental: Empreendimento sem licença ambiental.
Localização: Setor 4 – Quadra 22 – Lote 19.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 1421/2013, Lei Municipal 1474/2013, Decreto Federal 6514/2008 e atualizações, Decreto Municipal 2479/2013 e Resolução CONSEMA 372/2018 e suas alterações.
PRAZO: 15 dias após esta publicação.
PREVISÃO DE MULTA INICIAL: R$500,00.

6. Notificação Ambiental 79/2026.
Infração Ambiental: emissão de resíduos líquidos para área pública.
Localização: Setor 38 – Quadra 28 – Lote 32.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 1421/2013 – art. 22 § único – art.79, Inc. VII, Decreto Federal 6514/2008 e atualizações, Decreto Municipal 2479/2013 e Sentença Judicial 96.00.03455-9/RS 01/07/2016 – 9 VF – MPF.
PRAZO: 7 dias após esta publicação.
PREVISÃO DE MULTA INICIAL: R$1.000,00.

7. Notificação Ambiental 81/2026.
Infração Ambiental: emissão de resíduos líquidos para área pública.
Localização: Setor 45 – Quadra 65 – Lote 6.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 1421/2013 – art. 22 § único – art.79, Inc. VII, Decreto Federal 6514/2008 e atualizações, Decreto Municipal 2479/2013 e Sentença Judicial 96.00.03455-9/RS 01/07/2016 – 9 VF – MPF.
PRAZO: 7 dias após esta publicação.
PREVISÃO DE MULTA INICIAL: R$1.000,00.

8. Notificação Ambiental 82/2026.
Infração Ambiental: emissão de resíduos líquidos para área pública.
Localização: Setor 45 – Quadra 33 – Lote 17.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 1421/2013 – art. 22 § único – art.79, Inc. VII, Decreto Federal 6514/2008 e atualizações, Decreto Municipal 2479/2013 e Sentença Judicial 96.00.03455-9/RS 01/07/2016 – 9 VF – MPF.
PRAZO: 7 dias após esta publicação.
PREVISÃO DE MULTA INICIAL: R$1.000,00.

9. Notificação Ambiental 90/2026.
Infração Ambiental: terreno baldio.
Localização: Setor 45 – Quadra 346 – Lote 5.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 631/2001, Lei Municipal 1421/2013 – art.79, Inc. VII e XXI, Decreto Municipal 2392/2013 – art.43 – III – art. 25 §4, Decreto Federal 6514/2008 e atualizações e Decreto Municipal 3951/2021 e atualizações.
PRAZO: 45 dias após esta publicação.
PREVISÃO DE MULTA INICIAL: R$1.000,00.

10. Auto de Infração Ambiental 25/2026.

Infração Ambiental: não atendimento da Notificação Ambiental 34/2026 – emissão de resíduos líquidos para área pública.
Localização: Setor 45 – Quadra 119 – Lote 4.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 1421/2013 – art. 22 - art. 79 XXI, Decreto Federal 6514/2008 art. 80 e atualizações, Sentença Judicial 96.00.03455-9/RS 01/07/2016 – 9 VF – MPF e Decreto Municipal 2479/2013.
VALOR DA MULTA: 1.015,39.

11. Auto de Infração Ambiental 28/2026.
Infração Ambiental: iniciar obra de construção civil ou demolição sem aprovação de projeto de gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil.
Localização: Setor 45 – Quadra 354 – Lote P3 e P4.
Dispositivos Infringidos: Lei Municipal 1421/2013 – art. 79 I, Decreto Federal 6514/2008 art. 66 e atualizações e Decreto Municipal 2392/2013 art.13 e 43, Decreto Municipal 2479/2013 e Decreto Federal 11080/2022.
VALOR DA MULTA: 1.267,31.

O(a) autuado(a), poderá dentro do prazo de 20 dias após a publicação deste auto de infração solicitar o pagamento da multa com 30% de desconto ou dentro do prazo de 30 dias, a contar desta publicação, apresentar defesa ou impugnação do auto de infração pelo e-mail fiscalizacaoambiental@imbe.rs.gov.br . Informamos que independente de manifestação o processo administrativo ambiental terá continuidade.

REGISTRA-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

DANIEL VOGT SANT' ANNA.
Assistente de Fiscalização Ambiental.
Portaria 1037/2015.

Publicado por:
Daniel Vogt Sant' Anna
Código Identificador:78AF2090

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1227/2026 "REVOGA PORTARIA Nº 1173/2026 QUE NOMEOU CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO EM CONCURSO PÚBLICO"

PORTARIA Nº 1227/2026

"REVOGA PORTARIA Nº 1173/2026 QUE NOMEOU CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO EM CONCURSO PÚBLICO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **REVOGA**, a partir de 26 de setembro de 2026, a **Portaria nº 1173/2026**, que NOMEOU **LEONARDO BISSOLOTTI,** aprovado(a) e classificado(a) em Concurso Público Municipal, realizado no dia 1º de outubro de 2023, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, conforme Edital de Homologação do Resultado Final nº 018/2024, para preencher vaga existente, em decorrência de POSTERGAÇÃO à vaga reservada, conforme Processo Eletrônico nº 28.138/2026.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 28 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:E3567B54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1228/2026 "REVOGA PORTARIA Nº 1175/2026 QUE NOMEOU CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO EM CONCURSO PÚBLICO"

PORTARIA Nº 1228/2026

"REVOGA PORTARIA Nº 1175/2026 QUE NOMEOU CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO EM CONCURSO PÚBLICO"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **REVOGA**, a partir de 28 de setembro de 2026, a **Portaria nº 1175/2026**, que NOMEOU **LUCAS BORTOLI ARAUJO,** aprovado(a) e classificado(a) em Concurso Público Municipal, realizado no dia 1º de outubro de 2023, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, conforme Edital de Homologação do Resultado Final nº 018/2024, para preencher vaga existente, em decorrência de POSTERGAÇÃO à vaga reservada, conforme Processo Eletrônico nº 28.185/2026.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 28 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:B90B3EF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1229/2026 "DESIGNA SERVIDORES"

PORTARIA Nº 1229/2026

"DESIGNA SERVIDORES"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Designar a contar de **24/09/2026**, conforme abaixo, o Gestor de Contrato (Titular e Suplente) e os Fiscais de Contrato da Ata de Registro de Preços 064/2026, PE nº 11853/2026, que tem como objeto, abertura do processo licitatório para Registro de Preços para aquisição de chromebooks destinados a premiação de alunos da Rede Municipal de Ensino.

Secretaria Municipal de Educação			
Designação	**Nome**	**Matrícula**	**Cargo**
Gestor de Contrato Titular	Roselma Costa	72 443	Professor Área I Professor Área I
Gestor de Contrato Suplente	Wilian junior Vieira Adriano	17178	Agente Administrativo
Fiscal de Contrato	Andrius Becker Demianczuk	13457	Assessor V
Fiscal de Contrato	Angelita Simas Valentim Claro	2109	Auxiliar de Educação Infantil Diretor Departamento de Nutrição e Almoxarifado
Fiscal de Contrato	Julio Carlos Rosa da Silva Neto	16782	Assessor II

Art. 2º Compete ao Gestor de Contrato/Fiscais de Contrato designados no Art. 1º a gestão/fiscalização da execução do Contrato da Ata de Registro de Preços nº **064/2026, PE** nº **11853/2026**

conforme o disposto no Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020.

Art. 3º O Gestor de Contrato Suplente atuará nas ausências e impedimentos legais do Titular.

Parágrafo único Cumpre ao Gestor de Contrato Titular informar ao Suplente as suas ausências, a qualquer título, e impedimentos.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 28 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:379EA4FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1230/2026 "CONVOCA SERVIDORA"

PORTARIA Nº 1230/2026

"CONVOCA SERVIDORA"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.438/2013 e, atendendo ao despacho inserto ao Processo Eletrônico nº 27.221/2026, **CONVOCA**, a partir de 1º de outubro de 2026, a servidora **Celina Vargas Meira**, matrícula nº 16.273, admitida por meio de Concurso Público, no cargo de Fisioterapeuta, para cumprir regime suplementar de trabalho de **12 (doze)** horas semanais, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 28 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:B221AA4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1231/2026 "CONVOCA SERVIDOR"

PORTARIA Nº 1231/2026

"CONVOCA SERVIDOR"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.438/2013 e, atendendo ao despacho inserto ao Processo Eletrônico nº 27.228/2026, **CONVOCA**, a partir de 1º de outubro de 2026, o servidor **Guilherme Machado da Silva**, matrícula nº 16.624, admitido por meio de Concurso Público, no cargo de Fisioterapeuta, para cumprir regime suplementar de trabalho de **09 (nove)** horas semanais, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 28 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:764E1799

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1232/2026 "REVOGA A PORTARIA Nº 1819/2025 E CONVOCA SERVIDOR"

PORTARIA Nº 1232/2026

"REVOGA A PORTARIA Nº 1819/2025 E CONVOCA SERVIDOR"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.438/2013 e, atendendo ao despacho inserto ao Processo Eletrônico nº 27.246/2026, REVOGA a Portaria nº 1819/2025 e **CONVOCA**, a partir de 1º de outubro de 2026, o servidor **Paulo Sérgio Furtado Ramos**, matrícula nº 17.164, admitido por meio de Contrato Emergencial na função de Fisioterapeuta, para cumprir regime suplementar de trabalho de **24 (vinte e quatro)** horas semanais, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 28 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:5FE1BE60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1233/2026 "REVOGA A PORTARIA Nº 1056/2026 E DESIGNA SERVIDORES"

PORTARIA Nº 1233/2026

"REVOGA A PORTARIA Nº 1056/2026 E DESIGNA SERVIDORES"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Designar a contar de **24/09/2026**, conforme abaixo, o Gestor de Contrato (Titular e Suplente) e os Fiscais de Contrato da Ata de Registro de Preços nº **059/2026, PE nº 21840/2026,** que tem como objeto, Registro de Preços para aquisição de Gêneros Alimentícios para atender a Secretaria de Educação, Assistência Social e demais Secretarias.

Secretaria Municipal de Educação			
Designação	**Nome**	**Matrícula**	**Cargo**
Gestor de Contrato Titular	Roselma Costa	72 443	Professor Área I Professor Área I
Gestor de Contrato	Wilian Junior Vieira Adriano	17178	Agente Administrativo

Suplente			
Fiscal de Contrato	Mauro Gustavo Martins Pinto	16759	Nutricionista
Fiscal de Contrato	Andreia Borges Libano Ramos	1516	Nutricionista
Fiscal de Contrato	Andressa da Silva Evaldt	16710	Nutricionista
Secretaria Municipal de Saúde			
Fiscal de Contrato	Jailson Rocha	18937	Estoquista
Fiscal de Contrato	Jordana Groth Mingurre	18944	Estoquista
Fiscal de Contrato	Michelle Muller	16259	Agente Administrativo
Secretaria Municipal de Administração – Almoxarifado Geral – Alimentos não Perecíveis			
Fiscal de Contrato	Juliana Da Silva Pereira	17010	Diretor de Departamento de Almoxarifado Geral
Fiscal de Contrato	Fernanda Rodrigues Mota	16963	Oficial Administrativo
Fiscal de Contrato	Ariana Teresinha Schuster Malta	19188	Estoquista
Fiscal de Contrato	Valter Monteiro Pereira	18973	Estoquista

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ
GABINETE DO PREFEITO

Folha nº 02, Portaria nº 1233/2026

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Alimentos Perecíveis			
Fiscal de Contrato	Lucia Rosângela Ramos Alves	18867	Cozinheiro
Fiscal de Contrato	Felipe Pereira de Assis	19121 18157	Psicólogo Coordenador da Casa de Acolhimento
Fiscal de Contrato	Milene Brum dos Santos	17300	Agente Administrativo
Fiscal de Contrato	Patrícia dos Santos	13944	Assessor de Governança
Fiscal de Contrato	Erika Vicente de Jesus	17576	Assessor do Coordenador da Casa de Acolhimento
Fiscal de Contrato	Fernanda dos Santos Silveira	14009	Auxiliar Administrativo

Art. 2º Compete ao Gestor de Contrato/Fiscais de Contrato designados no Art. 1º a gestão/fiscalização da execução do Contrato de Ata de Registro de Preços n° **059/2026, PE nº 21840/2026**, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020.

Art. 3º O Gestor de Contrato Suplente atuará nas ausências e impedimentos legais do Titular.

Parágrafo único Cumpre ao Gestor de Contrato Titular informar ao Suplente as suas ausências, a qualquer título, e impedimentos.

Art. 4º Fica revogada a Portaria n° 1056, de 26/08/2026.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 29 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:D61090F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1234/2026 "NOMEIA CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

PORTARIA Nº 1234/2026

"NOMEIA CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, nos termos do Edital do Concurso nº 001/2023, **NOMEIA,** a partir desta data, **ANTÔNIO CARLOS SOUTO GARCEZ,** aprovado(a) e classificado(a) em Concurso Público Municipal, realizado no dia 1º de outubro de 2023, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, conforme Edital de Homologação do Resultado Final nº 018/2024 e Edital Extraordinário nº 031/2024, para preencher vaga existente.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 29 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

MARIA LUIZA MORETZSOHN GONÇALVES RAMOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Micheli Rosa de Aguiar
Código Identificador:D67AA757

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 744/2026 PROCESSO Nº 920/2026.

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE GRÁFICA,** sendo a empresa contratada ANDRESSA GARCIA PUHL ME, inscrita no CNPJ nº 39.269.843/0001-23, no valor de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).

Independência, 29 de setembro de 2026.

EDUARDO MAAHS MARASCA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:9D45912D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 752/2026 PROCESSO Nº 928/2026.

O Prefeito Municipal de Independência – RS, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, dispensa o processo licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR,** sendo a empresa contratada LAR DA VELHICE ERNANI LUIZ SCHNEIDER, inscrita no CNPJ nº 89.968.929/0001-12, no valor de R$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).

Independência, 29 de setembro de 2026.

EDUARDO MAAHS MARASCA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:F602946D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 89, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026. DESIGNA MOTORISTAS PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES RELATIVAS AO TRANSPORTE ESCOLAR.

EDUARDO MARASCA, Prefeito Municipal de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n° 2.742, de 16 de maio de 2017, § 1º, art. 1º e atendendo à solicitação encaminhada por meio do Ofício Interno Nº

2.348/2026 DESIGNA motoristas para desempenho de atividades relativas ao transporte escolar com gratificação de função, conforme segue:

Nº	Nome servidor	Matrícula
	ACIONIR MARAFIGO SOUZA	3051
	CLAUBER JOSÉ HEINSCH	2689
	ELISANDRO LUIS BUSCOSKY DE OLIVEIRA	2000
	ERNANE RICHTER BORGES	2077
	GILBERTO FELDEN	1057
	LUCAS DIDONE	2634
	MARCOS ANTONIO DO ROSÁRIO BORGES	2997
	OSMAR KRESTA	2076
	SILVANO DO ROSARIO BORGES	2681
	VALMIR RICHTER	2263

Fica revogada a Portaria N.° 53, de 25 de junho de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 29 de setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2026.

EDUARDO MARASCA
Prefeito Municipal

MAURI GUILHERME RICHTER
Secretário de Administração

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Publicado por:
Flavia Borges Bomfim
Código Identificador:66CC971D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. EDITAL N.º 54/2026

EDUARDO MARASCA, Prefeito Municipal de Independência, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital n.º 48/2026, **TORNA PÚBLICO A RETIFICAÇÃO DO EDITAL N.º 52/2026 DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR COM A PONTUAÇÃO**, referente a análise dos currículos apresentados pelas candidatas, conforme item 6. do referido edital ao Processo Seletivo Simplificado, visando à contratação de 02 **Auxiliares em Saúde Bucal, por prazo determinado, com cadastro reserva** (CR), para desempenhar funções, junto à Secretaria de Saúde, conforme segue abaixo:

FUNÇÃO: AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

CANDIDATAS	PONTUAÇÃO
NADIA CRISTINA WEBER	20 PONTOS
IASMIM TAUANA GODOIS	00 PONTO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2026.

EDUARDO MARASCA
Prefeito Municipal

MAURI GUILHERME RICHTER
Secretário de Administração

Registre-se, publique – se e cumpra-se.

Publicado por:
Camila Signorini
Código Identificador:80EC0554

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO TERMO ADITIVO 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 02/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, CNPJ Nº 87.612.826.0001/90.

CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S/A, CNPJ n° 00.000.000/0001-91.

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Município de Independência.

DA ALTERAÇÃO DE FISCAL: Em razão da solicitação encaminhada via Ofício Interno nº 2327/2026, fica alterada a designação do Fiscal do Contrato, passando a fiscalização a ser exercida pelo Servidor Mateus Bordin Pipper.

Data de assinatura: Independência, 29 de setembro de 2026.

EDUARDO MAAHS MARASCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alf Lima
Código Identificador:C979FD2F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO N°85/2026
O Município de IRAI - RS, Estado do Rio Grande do Sul, torna público, para conhecimento dos interessados a abertura do Edital PREGÃO ELETRONICO nº85 -2026 para o dia 14 de outubro de 2026, as 8 horas. AQUISIÇÃO DE LIVROS LITERÁRIOS DESTINADOS À AMPLIAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE IRAÍ, VISANDO AO FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS À PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES E À ESTRUTURAÇÃO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O FOMENTO DA CRIAÇÃO DE MATRICULAS NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC), O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PLANO DE EXPANSÃO DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL. Atráves do portal de compras públicas. Dúvidas pelo telefone: 553745 1288; email: licitacao@irai.rs.gov.br; Irai, 28 de setembro de 2026.

VOLMIR JOSE BIELSKI
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO N°86/2026
O Município de IRAI - RS, Estado do Rio Grande do Sul, torna público, para conhecimento dos interessados a abertura do Edital PREGÃO ELETRONICO nº86 -2026 para o dia 14 de outubro de 2026, as 8 horas. Aquisição de gêneros alimentícios, para comporem a merenda escolar das escolas municipaisAtráves do portal de compras públicas. Dúvidas pelo telefone: 553745 1288; email: licitacao@irai.rs.gov.br; Irai, 28 de setembro de 2026.

VOLMIR JOSE BIELSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Bonatti Stasiak
Código Identificador:AEE9E307

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI

SEC.DA FAZENDA
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº230/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Itacurubi torna pública a homologação do processo de Dispensa de Licitação Nº230/2026, Processo Administrativo N°296/2026, conforme informações abaixo:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO PLACA JAL 2B31 DA FROTA DA SMOTU.

Fundamento: Artigo 75, §7º, da lei 14.133/2021.

Empresa contratada: REGINALDO DORNELLES DA SILVA NETO
CNPJ: 25.242.847/0001-03
Valor contratado: R$ 2.510,00

Homologação: 29/09/2026

GELSO DOS SANTOS SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Prestes Spindola
Código Identificador:8BF4B0C5

SEC.DA FAZENDA
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº242/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Itacurubi torna pública a homologação do processo de Dispensa de Licitação Nº242/2026, Processo Administrativo N°308/2026, conforme informações abaixo:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO, DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO, AO PORTADOR, DENOMINADO "CARTÃO CIDADÃO ITACURUBIENSE" POR MEIO DE CARTÕES MAGNÉTICO/ELETRÔNICO, COM CHIP E/OU TARJA, COM CRÉDITOS ESTABELECIDOS PELO MUNICÍPIO.

Fundamento: Artigo 75, inciso IX, da lei 14.133/2021.

Empresa contratada: BANRISUL SOLUCOES EM PAGAMENTOS S.A. - INSTITUICAO DE PAGAMENTO
CNPJ: 92.934.215/0001-06
Valor contratado: R$ 0,00

Homologação: 29/09/2026

GELSO DOS SANTOS SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Prestes Spindola
Código Identificador:8FA4A737

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 214/2026

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 214/2026

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico a seguinte contratação:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM25892/2026;
OBJETO: Serviço de Seguro Veicular;
CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS;
CNPJ: 61.198.164/0001-60;
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.057,17;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: item;
DATA: 28/09/2026;
FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Através do Contrato nº 1039/2026.
Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br).

Publicado por:
Viviane Bonorino Rampelotto
Código Identificador:CC920FAD

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 215/2026

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico a seguinte contratação:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM27936/2026;
OBJETO: Serviço de Manutenção Elétrica;
CONTRATADA: Lauriane Acosta Resende Ltda.;
CNPJ: 68.527.406/0001-60;
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 213.139,27;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Global;
DATA: 28/09/2026;
FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Através de Nota de Empenho.
Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br).

Publicado por:
Fabiane Mainardi
Código Identificador:1167A4B1

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 216/2026

O Município de Itaqui/RS, no uso das atribuições legais que são conferidas à autoridade competente, torna publico a seguinte contratação:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: MEM23719/2026;
OBJETO: Aquisição de Materiais Diversos;
CONTRATADA: Lojas Becker Ltda.;
CNPJ: 04.415.928/0071-09;
CONTRATADA: CF Home Decor Ltda.;
CNPJ: 19.259.979/0001-45;
CONTRATADA: Sonia de Fátima Cadore Pradebon Ltda.;
CNPJ: 09.496.236/0001-35;
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.010,84;
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Por item;
DATA: 28/09/2026;
FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Através de Nota de Empenho.
Para mais informações acessar o site da Prefeitura de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br).

Publicado por:
Fabiane Mainardi
Código Identificador:1B5AEF70

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1040/2026

Contratado: **ABF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**
CNPJ: **43.463.101/0001-01**
Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Valor: R$ 1.717,64 (Um mil, setecentos e dezessete reais com sessenta e quatro centavos)
Pregão Eletrônico nº 067/2025
Datado de 29.09.2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:3AB18F40

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1041/2026

Contratado: **BRUNO ERTELE FURQUIM-ME**
CNPJ: **40.100.470/001-41**
Objeto: SERVIÇOS DE ARBITRAGEM
Valor: R$ **7.180,00** (Sete mil, cento e oitenta reais)
Pregão Eletrônico nº 003/2026
Datado de 29.09.2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:8CFC1D55

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1042/2026

Contratado: **VANINHA UTILIDADE LTDA**
CNPJ: **58.421.861/0001-23**
Objeto: Aquisição de Materiais de expediente
Valor: R$ 63,99 (Sessenta e três reais com noventa e nove centavos)
Pregão Eletrônico nº 028/2026
Datado de 29.09.2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:D4BCB383

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1043/2026

Contratado: **PORTO ATACADISTA LTDA**
CNPJ: **42.572.060/0001-29**
Objeto: Aquisição de Materiais de expediente
Valor: R$ **142,71**(Cento e quarenta e dois reais com setenta e um centavos)
Pregão Eletrônico nº 028/2026
Datado de 29.09.2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:EBE527F5

SECRETARIA DA FAZENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1044/2026

Contratado: **VANINHA UTILIDADE LTDA**
CNPJ: **58.421.861/0001-23**
Objeto: Aquisição de Materiais de expediente
Valor: R$ **82,30**(Oitenta e dois reais com trinta centavos)
Pregão Eletrônico nº 028/2026
Datado de 29.09.2026

LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Prefeito

Publicado por:
Paraguassú Marengo
Código Identificador:3815664C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE ADESÃO A ATA - OU 03/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇOS - OU 03/2026
A Prefeitura Municipal de Jari- RS torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade acima descrita e com o seguinte objeto**: ADESÃO** ao Processo nº 038/2026, Pregão Eletrônico nº 002/2026 – Ata de Registro de Preços nº 015/2026, do órgão gerenciador **Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS – CI/CENTRO**, para aquisição de uma **RETROESCAVADEIRA 4X4, MARCA JCB, MODELO 3CX, Item 0012**.
Empresa: DISTRIBUIDORA MERIDIONAL DE MOTORES CUMMINS LTDA CNPJ Nº 90.627.332/0001-93, no valor total de **R$ 358.500,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais)**.
Recurso financeiro oriundo do **CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 994256/2026 – TRANSFEREGOV.BR Nº 014230/2026**
Jari, 29 de setembro de 2026.

OSNEI DOS SANTOS AZEREDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristian André Wagner
Código Identificador:C3B73B39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - OU 03/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
ADESÃO Nº OU 03/2026

O **Município de Jari/RS** torna pública a homologação da **Adesão a Ata de Registro de Preços nº OU 03/2026**. **Objeto:** Aquisição de uma **RETROESCAVADEIRA 4X4, MARCA JCB, MODELO 3CX, Item 0012**. Adesão ao Processo nº 038/2026, Pregão Eletrônico nº 002/2026 – Ata de Registro de Preços nº 015/2026, do órgão gerenciador **Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS – CI/CENTRO**.
Vencedor (Item/Valor Total):
DISTRIBUIDORA MERIDIONAL DE MOTORES CUMMINS LTDA CNPJ Nº 90.627.332/0001-93).
Valor Total Homologado: R$ 358.500,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais).
Recurso financeiro oriundo do **CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 994256/2026 – TRANSFEREGOV.BR Nº 014230/2026.**
Jari, 29 de setembro de 2026.

OSNEI DOS SANTOS AZEREDO
Prefeito Municipal de Jari

Publicado por:
Cristian André Wagner
Código Identificador:39A062AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO.
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS/RS
AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Presencial nº 15/2026 – Processo nº 111/2026
Tipo de julgamento: MENOR PREÇO
Regime de execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
Modo de disputa: ABERTO
Objeto: Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global, para execução de obra de infraestrutura urbana destinada à **implantação de sistema de drenagem pluvial em seis trechos do Município de Lagoa dos Três Cantos/RS,** compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, sinalização e demais recursos necessários à completa execução dos serviços previstos nos documentos técnicos, **vinculada ao Convênio FPE nº 2048/2026, celebrado no âmbito do Programa Drenagem RS.**
Abertura: 19 de outubro de 2026 – 8 horas
Local da sessão: Sala de Reuniões do Departamento de Licitações do Prédio do Centro Administrativo, localizado na Rua Ervino Petry, nº 100, Centro, Lagoa dos Três Cantos/RS.
O edital está disponível no site www.lagoa3cantos.rs.gov.br Maiores informações pelo telefone (54) 3392-1082 ou 3392-1083, ou pelo e-mail: licitacao@lagoa3cantos.rs.gov.br.

Lagoa dos Três Cantos/RS, 29 de setembro de 2026.

RÉGIS ANDRÉ SIMON
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Barbara Angélica Hahn
Código Identificador:E99268F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO DO BUGRE

LICITAÇÕES
LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 07/2026

O município de Lajeado do Bugre – RS através de seu prefeito Municipal, torna público que no dia 15/10/2026 as 09:00 horas, procedera com licitação que trata da PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS POLIÉDRICAS, LINHA DESSOTI ZONA RURAL DE LAJEADO DO BUGRE - RS, COM AREA DE 7.200 M² E MEIO - FIO COM 2.400,00 M, conforme projetos técnicos, memoriais descritivos, orçamentos, cronogramas técnicos e demais demonstrativos técnicos.
A cópia do seus anexos estão disponíveis no setor de licitações na sede da Prefeitura Municipal no horário das 07:00 as 13:00 ou no site do Município http://lajeadodobugre.rs.gov.br/prefeitura/licitacoes/licitacoes informações pelo fone 55 – 3798 - 3171.
Lajeado do Bugre – RS 28 de Setembro de 2026.

RONALDO MACHADO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldrin Hert
Código Identificador:5E4AF702

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N° 73/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL LAJEADO DO BUGRE
C.N.P.J.: 92.410.448/0001-00
Município: LAJEADO DO BUGRE

DECRETO Nº 73/2026, de 18 de Setembro de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 12.300,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.003 - CONVENIOS ESTADO
07.003.10.301.13.2042-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$10.000,00
1.621.0000.0621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 10.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.003 - CONVENIOS ESTADO
07.003.10.301.13.2043-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$2.300,00
1.621.0000.0621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 2.300,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.003 - CONVENIOS ESTADO

07.003.10.301.13.2264-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL R$10.000,00
1.621.0000.0621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 10.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.003 - CONVENIOS ESTADO

07.003.10.301.13.2264-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL R$2.300,00
1.621.0000.0621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 2.300,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 18 de Setembro de 2026.

NELSON ALVES CHIUZA
..800-**
Tesoureiro

RONALDO MACHADO DA SILVA
..410-****
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldrin Hert
Código Identificador:ABF70B16

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 155/2026

PORTARIA Nº 155/2026.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Ronaldo Machado da Silva, Prefeito Municipal de Lajeado do Bugre, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE,

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor o Comitê Intersetorial do Programa Bolsa Família do Município de Lajeado do Bugre/RS:
• Cristiane Duarte Christovam – Representante da área da Saúde;
• Marines Silva de Sá – Representante da área da Educação;
• Márcia Alves Vieira – Representante da área da Assistência Social;
• Maiquieli Otero Vieira – Coordenador do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família;

Art. 2º - Compete ao Comitê Intersetorial do Programa Bolsa Família elaborar e acompanhar estratégias destinadas a monitorar o cumprimento e o acesso às condicionalidades nas áreas de saúde e educação, bem como oferecer apoio ao Trabalho Social com Famílias e Territórios no âmbito da assistência social.

Art. 3º - O Comitê deverá contribuir para a articulação das ações intersetoriais, promovendo a integração entre as áreas envolvidas e o fortalecimento das estratégias relacionadas ao Programa Bolsa Família.

Art. 4º - Uma vez instituído e em funcionamento, o Comitê deverá realizar reuniões periódicas, contribuindo para a tomada de decisões estratégicas e para uma gestão intersetorial mais eficaz.

Art. 5º - Os membros designados exercerão suas funções sem prejuízo das atribuições próprias de seus respectivos cargos e funções.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado do Bugre, RS, 09 de setembro de 2026.

RONALDO MACHADO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

DIEGOMAR BUENO
Secretário Municipal

Publicado por:
Aldrin Hert
Código Identificador:EF39A604

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 156/2026

PORTARIA Nº 156/2026.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA MARCIELI STEFFENS.

Ronaldo Machado da Silva, Prefeito Municipal de Lajeado do Bugre, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE,

Art. 1º - EXONERA, A PEDIDO, a servidora **MARCIELI STEFFENS**, matricula funcional n°541, do cargo efetivo de **Professor de Educação Física**, integrante do quadro de servidores do Município de Lajeado do Bugre/RS.
.

Art. 2º -. A exoneração de que trata esta Portaria produz efeitos a contar da data de sua publicação.
.

Art. 3º – O departamento de Recursos Humanos adotará as providencias necessárias ao desligamento da servidora e aos respectivos registros funcionais.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado do Bugre, RS, 11 de setembro de 2026.

RONALDO MACHADO DA SILVA
Prefeito Municipal

DIEGOMAR BUENO
Secretário Municipal

Registre-se e publique-se

Publicado por:
Aldrin Hert
Código Identificador:3C8AE07C

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 157/2026

PORTARIA Nº 157/2026.

CONVOCA SEVIDORES MUNICIPAIS PARA PARTICIPAREM DA FORMAÇÃO DE ATORES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

Ronaldo Machado da Silva, Prefeito Municipal de Lajeado do Bugre, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE,

Art. 1º - CONVOCA os professores, merendeiras e serventes da Rede Municipal de Ensino para participarem da Formação de Ensino para participarem da Formação de Atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a ser realizada no dia 24 de setembro de 2026, das 13h30min as 16h30min
.

Art. 2º -. A participação dos servidores convocados será considerada atividade de serviço, devendo ser observadas as orientações da Secretaria Municipal de Educação quanto á organização e participação na formação.
.

Art. 3º – Está Portaria entra em vigor na data e sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado do Bugre, RS, 23 de setembro de 2026.

RONALDO MACHADO DA SILVA
Prefeito Municipal

DIEGOMAR BUENO
Secretário Municipal

Registre-se e publique-se

Publicado por:
Aldrin Hert
Código Identificador:823E2C85

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA

SECRETARIA DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

O Prefeito Municipal de Manoel Viana-RS, no uso de suas atribuições legais, torna público que no dia **14 de outubro de 2026,** às 09horas, no ***www.portaldecompraspublicas.com.br*** , realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para **Aquisição de instrumentos musicais, de percussão, acessórios e materiais de reposição destinados à estruturação e ao funcionamento de uma Banda Fanfarra na Rede Municipal de Ensino de Manoel Viana/RS.**

Maiores informações pelo telefone 0800 000 4199 ramal 203 Setor de Licitações, ou pelo e-mail licitacoes@manoelviana.rs.gov.br, o Edital e anexos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal e no **Portal de Compras Públicas.**

Manoel Viana-RS, 28 de setembro de 2026.

ANTÔNIO FLÁVIO FERNANDES BUSNELO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula Horn Silva
Código Identificador:A158CE8B

SECRETARIA DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº56/2026
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Manoel Viana-RS, no uso de suas atribuições legais, torna público que no dia **22 de outubro de 2026,** às 09horas, no ***www.portaldecompraspublicas.com.br*** , realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico de Registro de Preços para **Contratação de Empresa para Administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustível, através de utilização de Cartão Magnético ou com chip, para garantir a operacionalização da frota municipal.**

Maiores informações pelo telefone 0800 000 4199 ramal 203 Setor de Licitações, ou pelo e-mail licitacoes@manoelviana.rs.gov.br, o Edital e anexos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal e no **Portal de Compras Públicas.**

Manoel Viana-RS, 28 de setembro de 2026.

ANTÔNIO FLÁVIO FERNANDES BUSNELO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula Horn Silva
Código Identificador:0A02C066

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO EXECUTIVO N0 135, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Declara situação de emergência nas áreas do Município, afetadas pelo evento adverso GRANIZO – COBRADE 1.3.2.1.3, conforme legislação aplicada ao tema.

Antônio Flávio Fernandes Busnelo, Prefeito do Município de Manoel Viana, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 56, inciso IV da Lei Orgânica nº 1, de 01 de dezembro de 1993 e pela lei federal que disciplina a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública no âmbito do SINPDEC, e:
CONSIDERANDO:

I – A intensa precipitação de granizo, acompanhado de um alto volume pluviométrico, no município de Manoel Viana, nos dias 26 e 27 de setembro de 2026, ocasionando danos em imóveis residenciais, coberturas, telhados, veículos, instalações e demais bens;

II – Os danos e prejuízos já constatados e aqueles ainda em levantamento pelas equipes municipais, especialmente os relacionados a população atingida, à habitação e a prestação de serviços essenciais;

III – A necessidade de mobilização coordenada das secretarias municipais, órgãos de proteção e defesa civil, equipes operacionais, assistência social e demais estruturas municipais para a atuação imediata nas áreas afetadas;

IV – Que o município disponibilizou todo o aparato existente para minimizar os efeitos do evento, bem como a assistência aos afetados, conforme relatórios anexos, sendo que a magnitude do evento superou a capacidade local de resposta;
V- Que em consequência, resultaram danos e prejuízos descritos no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e os relatórios, levantamento e laudos que o subsidiaram;
VI – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de anormalidade, atribuindo intensidade Nível II (Situação de Emergência), nos termos do Decreto Estadual nº 58.486/2025 e da Portaria MDR nº 260/2022.

DECRETA:
Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência Nível II nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE, em virtude do desastre classificado como evento adverso – granizo (COBRADE 1.3.2.1.3), em decorrência de chuvas intensas e grande precipitação de granizo que ocasionaram danos em imóveis residenciais, coberturas, telhados, veículos, instalações e demais bens, ocorridos nos dias 26 e 27 de setembro de 2026.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do COMPDEC.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:
I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências.
Art. 6º. Com fundamento na Lei 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontratação de empresas e a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. De acordo com a Lei nº 10.878, de 08.06.2004, regulamentada pelo Decreto Federal no 5.113, 22 de junho de 2004, que beneficia as pessoas em municípios atingidos por desastres e, cumpridos os requisitos legais, autoriza a movimentação da sua conta vinculada ao FGTS. Tal benefício ocorrerá somente se o município decretar situação de emergência e se obtiver o reconhecimento federal daquela situação. E mais: O Ato Federal de Reconhecimento avalia a situação de emergência do município - e não do munícipe - e **visa socorrer o Ente Federado** que teve sua capacidade de resposta comprometida e

somente em casos específicos, e indiretamente, estenderá esse alcance e socorro ao cidadão. Por fim, o que é reconhecido é a situação de emergência do poder público e não a necessidade do cidadão. Afinal, se a situação de emergência do poder público é inexistente, qualquer que seja o motivo do pedido, o seu reconhecimento será ilegal.

Art. 8º. De acordo com o artigo 167, § 3º da CF/88, é admitida ao Poder Público em SE ou ECP a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes;

Art. 9º. De acordo com a Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, permite abrandamento de prazos ou de limites por ela fixados, conforme art. 65, se reconhecida a SE ou o ECP;

Art. 10. De acordo com o art. 4º, § 3º, inciso I, da Resolução 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre os casos excepcionais, tem-se uma exceção para a solicitação de autorização de licenciamento ambiental em áreas de APP, nos casos de atividades de Defesa Civil, de caráter emergencial;

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por 180 dias.

Manoel Viana, RS, 29 de setembro de 2026.

ANTÔNIO FLÁVIO FERNANDES BUSNELO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

VIMAR JORNADA MEDEIROS JUNIOR
Secretário de Governo, Planejamento, Indústria e Comércio.

Publicado por:
Lisônia Liane Marotz Neuenschwander
Código Identificador:F83E1521

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
EDITAL 402 DE NOMEAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

EDITAL Nº 402/2026

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo nº PRO12835/2026, **CONVOCA** o (a) seguinte candidato (a) aprovado (a) no concurso público nº 01/2024:

Cargo	Nome do Candidato	Inscrição	Classificação
Agente Administrativo Auxiliar	Flavia Milchareck Dias	2199103	15° lugar

Para apresentar os documentos e comprovar as situações listadas nos itens 11.7.1. a 11.10 do edital de abertura nº. 01/2024, a fim de tomar posse no prazo de até 10 dias úteis, a contar da publicação de seu ato de nomeação, conforme Portaria nº 580/2026,(em 28/09/2026).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 28 DE SETEMBRO 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Assinado Digitalmente

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES	*LUCIANO DE ALMEIDA ALVES*
Secretário de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança	Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 580, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

NOMEIA FLAVIA MILCHARECK DIAS, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, **PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ**, no uso de suas atribuições legais, **Nomeia FLAVIA MILCHARECK DIAS,** aprovada em 15º(Décimo Quinto) lugar no Concurso Público n° 01/2024, inscrição n° 2199103, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo Auxiliar**,** Classe "A", Padrão 03, Regime Estatutário, com lotação na Secretaria Municipal de Orçamento e Gestão, considerando o conteúdo do processo administrativo n° PRO12835/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 28 DE SETEMBRO DE 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Assinado Digitalmente

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES	*LUCIANO DE ALMEIDA ALVES*
Secretário de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança	Prefeito Municipal

Publicado por:
Edgar Richard Monteiro Alves
Código Identificador:48751FB3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
EDITAL 403 DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PSIQUIATRA

EDITAL N° 403/2026.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo n° PRO12908/2026, **CONVOCA** os (as) seguintes candidatos (as) aprovados (a) no Processo Seletivo Simplificado n° 020/2025, para o preenchimento de vaga temporária (12 meses), através de contrato administrativo, de acordo com a Lei Municipal n° 1986 de 06 de Maio de 2025, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação deste edital:

Função	Candidato	Inscrição	Classificação
Médico Psiquiatra	Vinicius Martins Nedelmann	PRO12838/2025	2º

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 29 DE SETEMBRO DE 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES	*LUCIANO DE ALMEIDA ALVES*
Secretário de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança	Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES, Prefeito Municipal de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o conteúdo do processo administrativo nº PRO12908/2026, **CONVOCA** o candidato VINICIUS MARTINS NUDELMANN aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado n° 020/2025, inscrição n° PRO12838/2025 para a função de Médico Psiquiatra, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, através de contrato administrativo, conforme disposição da Lei Municipal n° 1986 de 06 de Maio de 2025 **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da publicação do edital.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINÉ, EM 29 DE SETEMBRO DE 2026.

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal de Maquiné

Recebi em ……/……/……..

_____
Assinatura do convocado

Publicado por:
Edgar Richard Monteiro Alves
Código Identificador:D716417C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A **Gerenciadora do Sistema de Registro de Preços,** no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que está disponível no mural da Prefeitura, Rua Bento Gonçalves nº 1020, em Mostardas/RS e no Site Oficial do Município (www.mostardas.rs.gov.br) a ata com preços registrados, saldos e fornecedor referente ao Pregão Eletrônico 57/2026, Processo nº 278/2026, **Aquisição de materiais de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).**

Mais informações pelo telefone (51) 3673-1166 (ramal: 239) www.mostardas.rs.gov.br ou via correio eletrônico: licitacoes@mostardas.rs.gov.br.

Mostardas, 30 de setembro de 2026.

GILNEI JOSÉ NAZARETH DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucier Lopes Paiva
Código Identificador:49E50A66

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NICOLAU VERGUEIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO/ CREDENCIAMENTO 009/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NICOLAU VERGUEIRO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO / CREDENCIAMENTO Nº 09/2026

O Prefeito Municipal de Nicolau Vergueiro-RS, no uso de suas atribuições legais, torna público que se encontra aberto o Edital de Chamamento Público / Credenciamento nº 09/2026, que tem por objeto o credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de pintor e calceteiro sob demanda e em caráter temporário, em atendimento as demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Nicolau Vergueiro/RS. O credenciamento poderá ser realizado a partir do dia 30 de setembro de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Nicolau Vergueiro. Informações pelos fones (54)99714-8060 ou (54)2024-0116, pelo e-mail contratos@nicolauvergueiro.rs.gov.br ou no site oficial www.nicolauvergueiro.rs.gov.br .

Nicolau Vergueiro, 30 de setembro de 2026.

MARCELO FELINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvani Neiss
Código Identificador:485203D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO / CREDENCIAMENTO Nº 010/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NICOLAU VERGUEIRO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO / CREDENCIAMENTO
Nº 010/2026

O Prefeito Municipal de Nicolau Vergueiro-RS, no uso de suas atribuições legais, torna público que se encontra aberto o Edital de Chamamento Público / Credenciamento nº 010/2026, que tem por objeto o credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de cargas, com caminhão/carreta basculante, contemplando o operador, a fim de atender as demandas das Secretarias de Obras e Agricultura do Município de Nicolau Vergueiro/RS. O credenciamento poderá ser realizado a partir do dia 01 de outubro de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Nicolau Vergueiro. Informações pelos fones (54)99714-8060 ou (54)2024-0116, pelo e-mail contratos@nicolauvergueiro.rs.gov.br ou no site oficial www.nicolauvergueiro.rs.gov.br .

Nicolau Vergueiro, 30 de setembro de 2026.

MARCELO FELINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvani Neiss
Código Identificador:A9B89ED1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA HARTZ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SÚMULA DISPENSÁVEL N.º 148/2026

O Município de Nova Hartz, através do Prefeito Municipal, acolhendo parecer exarado no processo n° 4495/2026 e no parecer jurídico n.º 455/2026, reconhece ser dispensa, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n° 14.133/2021, ratifica a dispensa para a contratação da empresa **ELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, para a aquisição de medicamento destinados ao abastecimento da Farmácia Municipal e da Unidade Básica de Saúde Central.
O valor total da contratação é de R$24.745,20 (vinte e quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).
Nova Hartz, 29 de setembro de 2026.

NERI CARLOS BUENO CHICATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandra Morandi Dos Santos
Código Identificador:6BA4D63C

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SÚMULA DISPENSÁVEL N.º 149/2026

O Município de Nova Hartz, através do Prefeito Municipal, acolhendo parecer exarado no processo n° 4663/2026 e no parecer jurídico n.º 459/2026, reconhece ser dispensa, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n° 14.133/2021, ratifica a dispensa para a contratação da empresa **BEM HUR J OLIVEIRA & CIA LTDA, ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO E NEURAL SERVIÇOS MEDICOS LTDA,** para a aquisição de exames clínicos e insumos variados, oriundo de parecer social, para garantir a integralidade nos cuidados de saúde e qualidade de vida do usuário da rede de saúde pública municipal.
A empresa **BEM HUR J OLIVEIRA & CIA LTDA,** o valor de R$4.124,90 (Quatro mil, cento e vinte e quatro reais, noventa centavos).

A empresa **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO,** o valor de R$3.114,00 (Três mil, cento e quatorze reais).
A empresa **NEURAL SERVIÇOS MEDICOS LTDA,** o valor de R$490,00 (Quatrocentos e noventa reais).
O valor total da contratação é de R$7.728,90 (sete mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa centavos).
Nova Hartz, 29 de setembro de 2026.

NERI CARLOS BUENO CHICATTO
Prefeito Municipa

Publicado por:
Leandra Morandi Dos Santos
Código Identificador:EC5E39A5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 108/2026

De 28 de setembro de 2026

DECRETA PASSE LIVRE NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL NO DIA DO PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso IV e IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1.013/DF que autorizou o Poder Público municipal a disponibilizar de forma gratuita do serviço de transporte público urbano coletivo de passageiros em dias de realização de eleições.
Considerando que a Lei nº 6.091/74, ao disciplinar o fornecimento gratuito de transporte de eleitores residentes em zonas rurais - embora não seja esse, exclusivamente, o caso em apreço - corrobora a necessidade de que sejampromovidas, pelo Poder Público, iniciativaspara que os eleitores possam comparecer às urnas.
Considerando que o voto, mais do que um direito, constituium dever (art. 14, §1º, I, da Constituição Federal), é de ser franqueado à população o acesso aos meios para que possam exercer e cumprir seus direitos/deveres.
Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 9265/1996, que regulamenta o inciso LXXXVII do art. 5º da Constituição Federal dispõe sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

DECRETA:

Art. 1º Concede passe livre no sistema coletivo de Transporte Público Municipal, no dia do primeiro turno das eleições, 04 de outubro de 2026.

Art. 2º Fica vedada a permanência de pessoas no interior veículo de Transporte Público Municipal em prazo superior à sua necessidade de deslocamento.

Art. 3º O passe livre será das 7h às 19h no dia das eleições do dia 04 de outubro de 2026.

Art. 4º Fica autorizada a disponibilização de linhas especiais para regiões mais distantes dos locais de votação, esta autorização inclui a possibilidade de utilização, para os mesmos fins, de ônibus escolares e outros veículos públicos.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução deste decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois (28.09.2026).

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO IVANOVSKI
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Marcela Soares
Código Identificador:39287B65

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2206/26

De 23 de setembro de 2026.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R$ 68.952,44 (SESSENTA E OITO MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), NA LEI Nº 2.152/2025 – LOA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Especial no valor de R$ 68.952,44 (Sessenta e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) no orçamento municipal, conforme dotação abaixo especificada:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação 2179 - Funcional 0010.0301.0701 - Manutenção da Rede de Atenção Primária à Saúde - ASPS
Elemento 333.20.93 - Indenizações e Restituições
Valor R$ 2.339,99

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação 2179 - Funcional 0010.0301.0701 - Manutenção da Rede de Atenção Primária à Saúde - ASPS
Elemento 333.20.93 - Indenizações e Restituições
Valor R$ 66.612,45

TOTAL .....R$ 68.952,44

Art. 2º Servirá o recurso para a cobertura do Crédito Especial autorizado no art. 1º no valor de R$ 68.952,44 (Sessenta e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), o superávit financeiro, conforme repasse realizado em 28/12/2023, no valor de R$ 50.000,00; com a finalidade de aquisição de equipamentos destinados ao cuidado materno, paterno e infantil, conforme Portaria SES nº 1.098/2023 e conforme repasse realizado em 19/07/2024, no valor de R$ 50.000,00; com a finalidade: enfrentamento das enchentes de 2024, destinado à realização de pequenas reformas para a retomada dos serviços pelos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), em parcela única, conforme Portaria SES nº 449/2024.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. (23/09/2026)

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO IVANOWSKI DA SILVA
Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Marcela Soares
Código Identificador:5AD9040A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2207/26.

De 25 de setembro de 2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PAGAR AUXÍLIO LOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS QUE TIVERAM SUAS RESIDÊNCIAS DESTRUÍDAS E INTERDITADAS PELA DEFESA CIVIL NO EVENTO CLIMÁTICO DE SETEMBRO 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a pagar auxílio locação extraordinário, no valor mensal de até R$ 900,00 (novecentos reais), pelo período de até 12 (doze) meses.

§ 1º Durante o período de concessão do auxílio locação extraordinário as famílias deverão ser monitoradas e, na medida do possível encaminhadas à obtenção de financiamentos e localização de outra moradia, ainda que às expensas do beneficiário, no caso de impossibilidade de retorno aos imóveis em que viviam.

§ 2º O pagamento do auxílio locação extraordinário poderá ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses por Decreto Municipal, desde que:
I – haja comprovação da permanência da situação de risco ou impossibilidade de retorno ao imóvel, mediante laudo atualizado da Defesa Civil;
II – seja realizada avaliação social periódica pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
III – permaneçam atendidos os critérios de elegibilidade previstos nesta Lei;
IV – haja disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º A prorrogação do benefício dependerá de reavaliação obrigatória a cada 12 (doze) meses, mediante decisão fundamentada da autoridade competente.

Art. 2º O auxílio locação extraordinário autorizado por esta lei deverá ser concedido somente às famílias que tiveram suas casas destruídas e interditadas pela Defesa Civil no evento climático de setembro 2025 e que apresentarem renda familiar até o limite máximo de 4 (quatro) salários mínimos.

Art. 3º As famílias que necessitarem do auxílio locação extraordinário deverão solicitar o benefício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social realizará a avaliação social da família para a concessão do benefício estabelecido nesta Lei.

Art. 4º O benefício do auxílio locação extraordinário será destinado exclusivamente para o pagamento de locação residencial.

§ 1º O benefício do auxílio locação extraordinário será efetivado mediante apresentação do contrato de locação original;

§ 2º O contrato deverá ser assinado pelas partes contratantes, sem rasuras e com firma reconhecida;

§ 3º A localização do imóvel, a negociação de valores e a contratação da locação serão de responsabilidade do titular do benefício;

§ 4° O benefício será concedido em prestações mensais e sucessivas.

Art. 5º Os imóveis objeto do auxílio locação extraordinário deverão estar localizados no município de Nova Santa Rita e possuir as seguintes condições:

I- não possuir débitos fiscais com a Fazenda Pública Municipal;
II - possuir condições de moradia e/ou salubridade;
III- não estar localizado em área de preservação ambiental, área pública, área de risco, projeto de rua, área invadida e/ou outra área que se caracterize irregular perante a legislação correspondente.

Art. 6º É vedada a concessão do benefício a mais de um membro da mesma família cadastrada que residam na mesma unidade habitacional, sob pena de cancelamento do benefício.

Art. 7º Por se tratar de auxílio locação extraordinário os encargos decorrentes da propriedade, tais como, condomínio, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, taxa de lixo, dentre outras, é de obrigação do proprietário do imóvel.

Parágrafo Único. A administração pública municipal não será responsável pelo pagamento das despesas da locação, bem como das descritas no *caput* deste artigo, nem mesmo de quaisquer ônus financeiro decorrente do mau uso ou falta de conservação do imóvel e/ou inadimplência ou descumprimento de cláusula contratual por parte do beneficiário.

Art. 8º A primeira parcela será paga no décimo dia útil subsequente ao mês em que foi assinado o contrato.

§ 1º O pagamento será efetuado ao locatário, mediante apresentação de recibo;

§ 2º O contrato terá vigência de 12 (doze) meses e a prorrogação isenta o Município do pagamento de novas mensalidades;

§ 3° O valor do auxílio locação extraordinário, não inclui os impostos, taxas, condomínio, água, luz ou outros custos.

Art. 9º O Município não se responsabiliza pela relação contratual estabelecida entre as partes contratantes.

Art. 10 O benefício do auxílio locação extraordinário será extinto:
I- por solicitação do beneficiário a qualquer tempo;
II- pelo escoamento do prazo que dispõe esta lei;
III- pela extinção das condições que determinaram sua concessão;
IV- por alterações de dados cadastrais que impliquem perda das condições de habilitação ao benefício, mediante ato justificado;
V- pela constatação de tentativa de fraude ou fraude aos objetivos da presente lei;
VI- pelo não cumprimento das obrigações impostas por esta lei;
VII- pelo não atendimento, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos na presente lei;
VIII – pela sublocação do imóvel objeto da concessão do benefício.

Parágrafo Único.A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social poderá fiscalizar a ocupação do imóvel declarado pelo beneficiário como objeto do auxílio locação extraordinário, e em caso de desocupação do mesmo ou utilização diversa, o benefício será suspenso.

Art. 11 O benefício do auxílio locação extraordinário poderá ser cancelado ou suspenso de ofício, em razão da inobservância pelo disposto nesta lei.

§ 1º- Da suspensão do benefício, caberá ao beneficiário a regularização da situação que deu ensejo à suspensão no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante ato motivado;

§ 2º- O não atendimento as regras contidas no § 1º deste artigo, ensejará o cancelamento do benefício.

Art. 12 Constitui obrigação do beneficiário arcar com as despesas de água e energia elétrica, primando pelos cuidados do imóvel objeto do auxílio locação extraordinário.

Art. 13 As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
08 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Unidade: 002 - FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
Ação: 2201(Manutenção de Programas de Ações Emergenciais)
Funcional: 0008.0244.0801
3.3.90.48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Vínculo: 05000001 - Recurso Livre - Dotação: 823XXXXX – SMDS

Art. 14 O Poder Executivo poderá emitir Decreto para regulamentar a concessão do benefício autorizado por esta lei.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA, aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. (25/09/2026)

RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO IVANOWSKI DA SILVA
Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Marcela Soares
Código Identificador:91D311C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO 71/2026

O Município de Nova Santa Rita**, Torna Público** que encontra-se aberta a licitação pública, Modalidade Pregão na forma Eletrônica, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EPIs E EQUIPAMENTOS**. A data de abertura da presente será dia **14/10/2026 a partir das 09:01hs.** O edital e seus anexos estão disponíveis no sítio: www.pregaoonlinebanrisul.com.br e www.novasantarita.rs.gov.br.

Nova Santa Rita/RS, 30 de setembro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Publicado por:
Luciana Pizzolotto Gasperini
Código Identificador:88A18FCE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PE SRP 037 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO
EXTRATO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 037/2026

O MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO/RS, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO SRP, na forma ELETRÔNICA, com Modo de disputa Aberto, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é o Registro de Preço para a futura e eventual contratação de empresa(s) para a prestação PARCELADA de serviços corretivos de funilaria e pintura, reparos na parte elétrica, manutenção do sistema de ar-condicionado e serviços de torno, incluindo o fornecimento de peças novas, sem uso, genuínas, originais de primeira linha ou peça de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original (ABNT NBR 15296), via tabela de preços do Sistema TRAZ VALOR, para a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de veículos (linhas leve, média, pesada e máquinas pesadas) de propriedade do Município de Novo Barreiro/RS, caracterizada e especificada no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, na forma da lei. Edital disponível no site http://www.novobarreiro.rs.gov.br, no portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Informações pelo tel. XX (55) 3757.1100, das 8h às 12h e das 13h às 17 ou pelo e-mail: prefeituranovobarreiro@hotmail.com. A sessão pública será realizada observando-se os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos: **Data do Certame: 21 de outubro de 2026 às 09h00min. Recebimento das Propostas: Início: 09h00min do dia 01/10/2026 e Fim: 08h59min do dia 21/10/2026. Início da Sessão de Disputa de Preços 09h01min do dia 21/10/2026.**

Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, em 29 de setembro de 2026.

DIEGO CORLASSOLI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Trânsito

Publicado por:
Marcia Raquel Rodrigues Presotto
Código Identificador:A121DB24

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PE SRP 038 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO BARREIRO
EXTRATO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 038/2026

O MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO/RS, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO SRP, na forma ELETRÔNICA, com Modo de disputa Aberto, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, máquinas e utensílios destinados à manutenção, limpeza, conservação e manejo de áreas públicas e rurais; equipamentos e materiais de apoio às atividades das Secretarias Municipais; materiais elétricos; itens de proteção e uso funcional; e materiais, acessórios e artigos destinados à decoração e ornamentação de espaços públicos, inclusive decoração natalina, para atendimento das demandas das diversas Secretarias do Município de Novo Barreiro/RS, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições constantes no Termo de Referência e anexos do Edital. Edital disponível no site http://www.novobarreiro.rs.gov.br, no portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Informações pelo tel. XX (55) 3757.1100, das 8h às 12h e das 13h às 17 ou pelo e-mail: prefeituranovobarreiro@hotmail.com. A sessão pública será realizada observando-se os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos: **Data do Certame: 19 de outubro de 2026 às 09h00min. Recebimento das Propostas: Início: 09h00min do dia 01/10/2026 e Fim: 08h59min do dia 19/10/2026. Início da Sessão de Disputa de Preços 09h01min do dia 19/10/2026.**

Prefeitura Municipal de Novo Barreiro/RS, em 29 de setembro de 2026.

DIEGO CORLASSOLI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Trânsito

Publicado por:
Marcia Raquel Rodrigues Presotto
Código Identificador:7E5EA064

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2938/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza abertura de crédito suplementar por superávit financeiro, por redução, por excesso de arrecadação e especial por redução.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, inciso IV, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara de Vereadores de Novo Cabrais aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar por superávit financeiro no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2026 nas seguintes classificações orçamentárias:
Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO
Classif: 04.122.0110.2.006000 Manut. das Atividades do Gabinete do Prefeito
Fonte: 2500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 2393
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 15.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
Unidade Orçament.: 02 – FMMA – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Classif: 18.541.0350.2.21500 Assistência Veterinária
Fonte....: 2500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento
Cód. da despesa: 2036
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 20.000,00

Art. 2º - Servirá de suporte para abertura do Crédito suplementar autorizado no Artigo anterior o superávit financeiro verificado no exercício findo de 2025 na seguinte Fonte de Recurso:

Fonte	Detalhamento da fonte de recursos	Valor:
1500 – Recursos não vinculados de Impostos	0000 - sem detalhamento	R$ 35.000,00
TOTAL =		R$ 35.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2026 na seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Classif: 08.122.0420.2.141 – Manutenção das Atividades da Secretaria do Trabalho e Assistência Social
Fonte: 1660 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Desdobramento: 1311 – Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da gestão do SUAS
Cód. da despesa: 2586
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 90.000,00

Art. 4º - Servirá de suporte para abertura do crédito suplementar autorizado no Artigo anterior, o Excesso de Arrecadação a ser apurado no exercício, na seguinte Fonte de Recurso:

Fonte	**Detalhamento DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSOS**	**Valor**
1660 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1311 – Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da gestão do SUAS	R$ 90.000,00
TOTAL		R$ 90.000,00

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar por redução no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2026, na seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANS. E SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 05.01 – SECRET. DE OBRAS, TRÂNSITO E SERV. PÚB.
Classif: 15.452.0140.2.045000 Manutenção, Conservação de Praças, parques e Jardins Público
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 257
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 10.000,00

Art. 6º - Servirá de suporte para abertura do crédito suplementar autorizado no Artigo anterior, a redução em igual montante da seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANS. E SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 05.01 – SECRET. DE OBRAS, TRÂNSITO E SERV. PÚB.
Classif: 15.452.0120.2.047000 Manutenção, Conservação e Ampliação do Sistema de Iluminação Pública
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 251
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 10.000,00

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial por redução no valor de R$ 278,40 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta centavos) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2026, na seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - ASPS
Classif: 10.303.0300.2.137 Manutenção da Farmácia Municipal
Fonte: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos
Desdobramento: 0040 - ASPS
Cód. da despesa: 2585
Elem. Desp: 3.3.90.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....R$ 278,40

Art. 8º - Servirá de suporte para abertura do crédito especial autorizado no Artigo anterior, a redução em igual montante da seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - ASPS
Classif: 10.303.0300.2.137 Manutenção da Farmácia Municipal
Fonte: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos
Desdobramento: 0040 - ASPS
Cód. da despesa: 640
Elem. Desp: 3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....R$ 278,40

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Novo Cabrais, 29 de setembro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:25753FCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR EFETIVO - CEDÊNCIA

PORTARIA N.º 717/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE AFASTAMENTO A PROFESSORA EFETIVA, CONFORME ART. 113, INCISO I, DA LEI MUNICIPAL Nº 335/2001, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Munici-pal de Novo Cabrais, no uso de suas atribuições le-gais, e de acordo com Protocolo nº 2.814/2026 (1Doc),
RESOLVE:
Art. 1º Concede-se a Professora efetiva **MIRANE DA SILVA ROSA**, matrícula nº 738-2, afastamento previsto no art. 113, Inciso I, da Lei Municipal nº 335/2001 de 28 de dezembro de 2001.
Parágrafo único. O afastamento ora concedido é para o exercício da Função Gratificada de Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil Pró Infância Patrona Marisa Timm Sari, junto ao Poder Executivo do Município de Cachoeira do Sul, conforme Termo de Ajuste para Cedência de Servidor nº 01/2026, onde a presente Portaria é parte integrante do mesmo.
Art. 2º O afastamento terá duração máxima conforme expresso no Termo de Ajuste para Cedência de Servidor nº 01/2026, até a data de 31 de dezembro de 2028 devendo ser renovado anualmente.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 24 de setembro de 2026.
Novo Cabrais, 29 de setembro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Edson Joel Lawall
Código Identificador:ED169791

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FOLGA NA DATA DO ANIVERSÁRIO

PORTARIA N.º 715/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FOLGA NA DATA DE ANIVERSÁRIO A SERVIDORA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS, no Estado do Rio Grande do Sul, fazendo uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 2.892/2026, de 05 de maio de 2026:

Resolve:

Art. 1º - Conceder um dia de folga remunerada na data de seu respectivo aniversário, ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Servidor	Data da folga
1601-2	Tamires Tainara Borstmann	13/10/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Cabrais, 29 de setembro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Keila Évlin Borges Pereira Alves
Código Identificador:0605D61F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE LICENÇA SAÚDE

PORTARIA N.º 716/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO CABRAIS, no Estado do Rio Grande do Sul, fazendo uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o artigo 206 da Lei Municipal n.º 335/2001 de 28 de dezembro de 2001, resolve:

Art. 1º - **Conceder licença para tratamento de saúde**, pelo período de 03 dias, a contar de 28 de setembro de 2026, a servidora do Município, Sra. **Vanessa Silva Santos**, ocupante da função de **Psicólogo**, matrícula n.º 1632-2, conforme atestado médico apresentado no Protocolo n° 2844/2026.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de setembro de 2026.

Novo Cabrais, 29 de setembro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Keila Évlin Borges Pereira Alves
Código Identificador:29CE7EA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATA MÉDICO CLÍNICO GERAL

PORTARIA N.º 711/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

CONTRATA MÉDICO CLÍNICO GERAL, CONFORME A LEI MUNICIPAL N.º 2.848/2026, DE 22 DE JANEIRO DE 2026.

Leodegar Rodrigues, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º Contrata-se, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88), e o teor do disposto na Lei Municipal n.º 2.848/2026, de 22 de janeiro de 2026, para exercer a função de Médico Clínico Geral, a Sra. Mary Anne Andrade Lafeta Rabelo - classificada em 20º lugar, no Processo Seletivo Simplificado Edital n.º 14/2025, de 04 de abril de 2025, homologado através do Edital de Homologação de Resultado Final n.º 27/2025, de 20 de maio de 2025 – o prazo de contratação é até 11 de fevereiro de 2027, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo a remuneração mensal por esse período, no valor de R$ 15.841,62 (quinze mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos), pago em moeda corrente nacional, de acordo com o estipulado pela Lei Municipal n.º 2.848/2026, de 22 de janeiro de 2026, tendo sido designada para exercer suas atribuições na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Cabrais, 29 de setembro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Edson Joel Lawall
Código Identificador:E3F089DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5404/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito suplementar por redução no orçamento vigente, autorizado pela Lei Nº 2845/2025, de 18 de dezembro de 2025.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com **a Lei Municipal nº 2845/2025, de 18 de dezembro de 2025.**

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar por redução no valor de R$ 8.931,32 (oito mil novecentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2026, na seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - ASPS
Classif: 10.122.0110.2.033 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento da Fonte: 0040 – ASPS
Conta: 518
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 931,32
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.306.0220.2.093 Manutenção da Merenda Escolar do Ed. Infantil – Pré - Escola
Conta: 489
Fonte: 1550 - Transferência do Salário Educação
Detalhamento da Fonte: 0000 – sem detalhamento
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 8.000,00

Art. 2º - Servirá de suporte para abertura do crédito suplementar do Artigo anterior, a redução em igual montante da seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Unidade Orçamentária: 02 – ENCARGOS GERAIS, DESPESAS N INTEGRANTES PPA
Classif: 99.999.0099.9.999 Reserva de Contingencia
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento da Fonte: 0040 - ASPS
Conta: 185
Elem. Desp: 9.9.99.99.99.03.00 Reserva de Contingencia para Emendas Individuais – Rec. ASPS.....R$ 931,32
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO
Classif: 12.306.0220.2.092 Manutenção do Programa de Merenda Escolar do Ensino Infantil - Creche
Conta: 487
Fonte: 1550 - Transferência do Salário Educação
Detalhamento da Fonte: 0000 – sem detalhamento
Elem. Desp: 3.3.30.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 8.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Novo Cabrais, 29 de setembro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:CAE9D207

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5405/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito suplementar e especial, autorizado pela Lei Municipal nº 2938/2026, de 29 de setembro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, no uso das atribuições legais e de conformidade com a **Lei Municipal nº 2938/2026, de 29 de setembro de 2026**,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar por superávit financeiro no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2026 nas seguintes classificações orçamentárias:
Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO
Classif: 04.122.0110.2.006000 Manut. das Atividades do Gabinete do Prefeito
Fonte: 2500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 2393
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 15.000,00
Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
Unidade Orçament.: 02 – FMMA – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Classif: 18.541.0350.2.21500 Assistência Veterinária
Fonte....: 2500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento
Cód. da despesa: 2036
Elem. Desp: 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 20.000,00

Art. 2º - Servirá de suporte para abertura do Crédito suplementar do Artigo anterior o superávit financeiro verificado no exercício findo de 2025 na seguinte Fonte de Recurso:

Fonte	Detalhamento da fonte de recursos	Valor:
1500 – Recursos não vinculados de Impostos	0000 - sem detalhamento	R$ 35.000,00
TOTAL =		R$ 35.000,00

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2026 na seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Classif: 08.122.0420.2.141 – Manutenção das Atividades da Secretaria do Trabalho e Assistência Social
Fonte: 1660 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Desdobramento: 1311 – Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da gestão do SUAS
Cód. da despesa: 2586
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 90.000,00

Art. 4º - Servirá de suporte para abertura do crédito suplementar do Artigo anterior, o Excesso de Arrecadação a ser apurado no exercício, na seguinte Fonte de Recurso:

Fonte	**Detalhamento DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSOS**	**Valor**
1660 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1311 – Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da gestão do SUAS	R$ 90.000,00
TOTAL		R$ 90.000,00

Art. 5º - Fica aberto crédito suplementar por redução no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2026, na seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANS. E SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 05.01 – SECRET. DE OBRAS, TRÂNSITO E SERV. PÚB.
Classif: 15.452.0140.2.045000 Manutenção, Conservação de Praças, parques e Jardins Público

Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 257
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 10.000,00

Art. 6º - Servirá de suporte para abertura do crédito suplementar do Artigo anterior, a redução em igual montante da seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANS. E SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 05.01 – SECRET. DE OBRAS, TRÂNSITO E SERV. PÚB.
Classif: 15.452.0120.2.047000 Manutenção, Conservação e Ampliação do Sistema de Iluminação Pública
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos
Detalhamento: 0000 – sem detalhamento
Cód. da despesa: 251
Elem. Desp: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 10.000,00
Art. 7º - Fica aberto crédito especial por redução no valor de R$ 278,40 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta centavos) na Lei Orçamentária Anual Exercício de 2026, na seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - ASPS
Classif: 10.303.0300.2.137 Manutenção da Farmácia Municipal
Fonte: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos
Desdobramento: 0040 - ASPS
Cód. da despesa: 2585
Elem. Desp: 3.3.90.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....R$ 278,40
Art. 8º - Servirá de suporte para abertura do crédito especial do Artigo anterior, a redução em igual montante da seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – SMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - ASPS
Classif: 10.303.0300.2.137 Manutenção da Farmácia Municipal
Fonte: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos
Desdobramento: 0040 - ASPS
Cód. da despesa: 640
Elem. Desp: 3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.....R$ 278,40
Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Novo Cabrais, 29 de setembro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:5C8263E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DESIGNA GESTOR E FISCAL DE CONVÊNIO

PORTARIA Nº 712/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

"Designa servidores para Gestor e Fiscal do Convênio que abaixo especifica e dá outras providências."

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e;
CONSIDERANDO o projeto apresentado na Secretaria Estadual de Habitação e Regularização Fundiária – SEHAB/RS a fim de formalização do processo referente à celebração de convênio, **objetivando a aquisição de um veículo, visando aumentar a eficiência operacional e garantir a agilidade no atendimento das demandas de infraestrutura e habitação**;
RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR, a partir desta data, que a Sra. Cleila Maria de Carvalho, cargo de Agente Administrativo, Matrícula 607-6 (fiscal titular), e a Sra. Luciane Menezes de Moraes, cargo de Agente Administrativo, Matrícula 941-5 (fiscal suplente), lotadas no Gabinete do Prefeito, fiquem responsáveis pela gestão de acompanhamento, registro e fiscalização dos contratos com terceiros para execução do objeto do Convênio, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos.
Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Novo Cabrais,
aos 29 dias do mês de setembro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Edson Joel Lawall
Código Identificador:A77E00FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 43/2026

ESPÉCIE: CONTRATO Nº43/2026. FIRMADO EM 28/09/2026. CONTRATANTE: Município De Novo Cabrais. CONTRATADA: A4MG CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 50.634.066/0001-01**; OBJETO:** contratação de empresa para execução das obras de Construção de cobertura da arquibancada existente no Centro Desportivo Municipal em regime de empreitada por preço global, conforme especificações técnicas detalhadas no projeto executivo e demais anexos do edital de licitação da Concorrência Eletrônica nº 03/2026 e a proposta vencedora.; **VALOR CONTRATADO:** R$ 124.200,00 (cento e vinte e quatro mil e duzentos reais), conforme valores e quantitativos constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA. **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em três parcelas conforme cronograma de medições e disposições da cláusula quarta do contrato. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do presente contrato será até 180 (cento e oitenta dias), contados a partir do recebimento da ordem de execução; **ELEMENTO DE DESPESA:** 4.4.90.51.00.00.00; **PROJETO / ATIVIDADE:** 1.019**; FONTE DE RECURSO:** 1701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados. **AMPARO LEGAL:** Lei 14.133/2021, Concorrência Eletrônica nº 03/2026, Processo Administrativo nº 2.100/2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:926DF206

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 45/2026

ESPÉCIE: CONTRATO Nº45/2026. FIRMADO EM 28/09/2026. CONTRATANTE: Município De Novo Cabrais. CONTRATADA: AMBIOS LABORATÓRIO AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 17.717.342/0001-20**; OBJETO:** Contratação de empresa especializada, devidamente habilitada e credenciada junto ao órgão competente, para a prestação de serviços de coleta, transporte e realização de análises físico-químicas e bacteriológicas de amostras de

efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e de águas subterrâneas provenientes de poços tubulares, destinadas ao monitoramento da qualidade dos efluentes da ETE, ao acompanhamento periódico da qualidade da água dos poços destinados ao abastecimento público e à realização de análises necessárias aos processos de desativação e tamponamento de poços tubulares em desuso, conforme especificações, quantitativos, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do edital de licitação Pregão Eletrônico nº 33/2026 e a proposta vencedora.; **VALOR CONTRATADO ANUAL:** R$ 31.971,68 (trinta e um mil novecentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos), conforme valores e quantitativos constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA. **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado mensalmente conforme disposições da cláusula quarta do contrato. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do presente contrato será até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021; **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39.00.00.00; **PROJETO / ATIVIDADE:** 2.060/2.062**; FONTE DE RECURSO:** 1500 Recursos não vinculados de impostos. **AMPARO LEGAL:** Lei 14.133/2021, Pregão Eletrônico nº 33/2026, Processo Administrativo nº 2.288/2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:1F31C460

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 39/2026, TIPO ELETRÔNICO - RP

PREGÃO Nº 39/2026 – TIPO ELETRÔNICO - RP
O Município de Novo Cabrais, Torna Público, que realizará a seguinte licitação:
Modalidade: Pregão nº 39/2026 – Tipo Eletrônico.
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de material ambulatorial destinado a suprir as necessidades da Secretaria de Saúde vinculada a prefeitura municipal de Novo Cabrais-RS, sob o sistema de registro de preços.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08 horas e 30 minutos do dia 15/10/2026.
Plataforma: www.bnc.org.br.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jarbas Ivanês Deicke
Código Identificador:7C0BBC3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRORROGA CEDÊNCIA

PORTARIA Nº 714/2026, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

PRORROGA CEDÊNCIA DE SERVIDOR AO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL.

LEODEGAR RODRIGUES, Prefeito Municipal de Novo Cabrais, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, e com base no Termo Aditivo de Ajuste para Cedência de Servidor nº 003/2025,
RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01 (um) ano, o afastamento concedido ao servidor **LISANDRO SANTOS MACHADO,** matrícula nº 1001-4, ocupante do cargo efetivo de Procurador Jurídico, cedido ao Município de Cachoeira do Sul.

Art. 2º Esta prorrogação terá vigência a contar de 01 de outubro de 2026 a 30 de setembro de 2027, respeitando o limite de renovações estipulado na Portaria nº 771/2025.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de outubro de 2026.
Novo Cabrais, 29 de setembro de 2026.

LEODEGAR RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EDSON JOEL LAWALL
Secretário de Administração

Publicado por:
Edson Joel Lawall
Código Identificador:E329F512

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MACHADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2026

O MUNICÍPIO DE NOVO MACHADO RS, sediado na Rua Tuparendi n° 111, Centro, comunica a RETIFICAÇÃO DO EDITAL E ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA do PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2026 para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MECÂNICA, ELÉTRICA, CHAPEAMENTO, GEOMETRIA E INSTALAÇÃO DE PELÍCULAS. A abertura da licitação será às 08:00hs do dia 15 de OUTUBRO de 2026. O edital e maiores informações poderão ser obtidos através do telefone 55-2211-0042 e no site www.novomachado.rs.gov.br. Novo Machado RS, 30 de setembro de 2026.

VALDECI NATALINO DALLENOGARE –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Anderson Kittlaus
Código Identificador:C32B9516

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

Valdeci Natalino Dallenogare, reconhece ser Inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea c, da Lei n° 14.133/21, para a contratação da empresa LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ n°18.934.959/0001-60, Serviço de Avaliação Atuarial de Encerramento de Exercício, no valor de R$ 12.034,46, em 24/09/2026.

Publicado por:
Debora Lilian Sipert Fiedler
Código Identificador:16DDC0FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OSÓRIO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL DE OSÓRIO - RS		
Relatório de Gestão Fiscal		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Quadrimestre Maio-Agosto		
LRF, art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ 2º QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	308.491.655,87	
Receita Corrente Líquida Ajustada	304.913.115,87	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**

		AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.192.279,63	1,37
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	18.294.786,95	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	17.380.047,60	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.465.308,26	5,40
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE OSÓRIO. Emissão: 28/09/2026, às 10:27:38.		
NOTA:		

Publicado por:
Leticia Saltiel Webber
Código Identificador:681350D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO

1º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N.º 062/2026
OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em serviços de higienização, limpeza, asseio e conservação de bens móveis e imóveis, de caráter diário e contínuo, com fornecimento de todos os materiais de consumo necessários.
CONTRATADA: JCI SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração quantitativa do Contrato n.º 062/2026, referente ao Item 4, mediante o acréscimo de 04 (quatro) postos de trabalho, conforme o expediente n.º 25404/2026 e art. 125 da Lei n.º 14.133/2021. O acréscimo quantitativo visa atender ao aumento das demandas operacionais e assegurar a manutenção da higiene das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.
DA DO DETALHAMENTO DO ITEM ADITADO E IMPACTO QUANTITATIVO: Fica pactuado o acréscimo de quantitativos aos serviços contratados, na ordem de 04 (quatro) novos postos de trabalho referentes ao Item 04 , correspondendo ao valor mensal de R$ 18.617,16 (dezoito mil, seiscentos e dezessete reais e dezesseis centavos) e ao valor total de R$ 223.405,92 (duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinco reais e noventa e dois centavos), o que representa um aumento de 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao quantitativo do respectivo item. **Item 04 após o presente aditivo:** Quantitativos de postos: 20 postos, Valor unitário mensal do posto: R$ 4.654,29. Valor mensal total do item R$ 93.085,80.
DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO: Em virtude do acréscimo financeiro mensal de R$ 18.617,16 (dezoito mil, seiscentos e dezessete reais e dezesseis centavos), o valor total mensal do Contrato n.º 062/2026 passa a perfazer R$ 216.985,20 (duzentos e dezesseis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos). O valor global do Contrato n.º 062/2026 passa a perfazer R$ 2.603.822,40 (dois milhões, seiscentos e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).
DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo de Credenciamento Original.
EXPEDIENTE: 25404/2026

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Duarte Vargas
Código Identificador:C73790E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

1º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 108/2025
CREDENCIADA: LUANA NUNES DOS SANTOS
CPF: 017.006.370-45
DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento n.º 108/2025, cujo objeto é a prestação de serviços de apoiador de processos inclusivos.
DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 10 de setembro de 2026, conforme cláusula segunda, item 2.1 do Termo Original, e art. 107 da Lei 14.133/2021.
DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo de Credenciamento Original.
EXPEDIENTE: 25779/2026

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Duarte Vargas
Código Identificador:6A4406F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.º 041/2025
OBJETO: Prestação de serviços de lavagem e lubrificação dos veículos da frota municipal.
CREDENCIADO: CUNHA & PUGENS LTDA
DO OBJETO: O presente Apostilamento tem por objeto a formalização da alteração do Nome Empresarial da empresa Credenciada junto ao Município de Osório/RS, inscrita sob o CNPJ de n.º 09.143.889/0001-30, em virtude da 3ª Alteração e Consolidação Contratual firmada em 14 de agosto de 2026.
DA ALTERAÇÃO: Fica alterado o Nome Empresarial da empresa credenciada, inscrita sob o CNPJ de n.º 09.143.889/0001- 30, em conformidade com o expediente n.º 32377/2026, para que passe a constar como "AUTO POSTO LAVAGEM RENASCENCA LTDA". Nome empresarial anterior CUNHA & PUGENS LTDA. Novo nome AUTO POSTO LAVAGEM RENASCENCA LTDA.
DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, as quais ficam ratificadas em todos os seus termos.
EXPEDIENTE: 32377/2026

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Duarte Vargas
Código Identificador:D70D4A51

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 485/2026

Retificação do Edital nº 485/2026

REGULAMENTO DO ART IN VENTO - 2026: FESTIVAL DE TEATRO ESTUDANTIL E AMADOR DE OSÓRIO

Fica retificado o art. 5º do Edital nº 485/2026, que passa a conter a seguinte redação:

"Art. 5º As inscrições serão gratuitas e realizadas no período de 14 de setembro de 2026 a 12 de outubro de 2026, mediante encaminhamento da documentação para o endereço eletrônico: osoriofestivaldeteatro@gmail.com"

Osório/RS, 29 de setembro de 2026.

ROMILDO BOLZAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Victoria Lima Dos Santos
Código Identificador:388F7F68

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMARES DO SUL

CÂMARA DE VEREADORES DE PALMARES DO SUL
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2117/2026
O Presidente da Câmara Municipal de Palmares do Sul/RS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no art. 71, incisos IV e V, e art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que:
Objeto: Aquisição de materiais de higiene e copa (papel higiênico, papel-toalha e copos descartáveis).
Empresa Adjudicatária: HELPFIX ATACADO DE PAPELARIA LTDA.
CNPJ: 20.992.564/0001-65.
Valor Global: R$ 2.492,50 (dois mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).
Decisão: ADJUDICADO o objeto e HOMOLOGADO o procedimento licitatório.
Palmares do Sul/RS, 25 de setembro de 2026.

ALEXANDRE MANGOLD
Presidente da Câmara Municipal de Palmares do Sul

Publicado por:
Cristiana Damke
Código Identificador:0AF92543

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVOS

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 73/2022. Contratada: JN ESTRUTURA EIRELI. Do objeto: prorrogação de vigência do contrato. FUND. LEGAL: artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atendendo o que consta no Processo Eletrônico nº 1.080/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Mattos Andrade di Luca
Código Identificador:F876A363

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVOS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2023. Contratada: MAUSS CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA - EPP. Do objeto: prorrogação de vigência do contrato. FUND. LEGAL: artigo 57, II, § 1º da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atendendo o que consta no Processo Administrativo 1.062/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Mattos Andrade di Luca
Código Identificador:0B04E623

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 15/2026 – PLANO DE AÇÃO Nº09032026-091458
Objeto: Reforma do Telhado Ginásio da Sede. Abertura que será às 09h30min do dia 21/10/2026 (horário de Brasília).
No portal: www.pregaoonlinebanrisul.com.br O edital está à disposição dos interessados no portal de realização e no site www.palmaresdosul.rs.gov.br.

REGIS BAUERMANN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristine Stroher
Código Identificador:750BA976

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA

Nº 25.067 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026. Objeto: Substitui a servidora VANESSA SILVA MORAES DE ARAÚJO pelo servidor efetivo JOÃO BATISTA BUENO FERREIRA para atuar como fiscal do contrato N.º 134/2025 de prestação de serviços de locação de equipamentos, firmado entre o MUNICÍPIO DE PALMARES DO SUL e a empresa AALLFAX TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Mattos Andrade di Luca
Código Identificador:1D3B9E97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo nº 295/2025
Chamamento Público nº 02/2026 – Edital nº 8.247/2026.
Credenciamento nº 07/2026
Credenciante: Município de Palmares do Sul, inscrito no CNPJ: 90836701/0001-01.
Credenciada: Residencial Terapêutico Benevolência LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.685.390-/0001-11.
Objeto: Prestação de serviços de disponibilização de vaga de acolhimento em Residencial Terapêutico.
Vigência: 12 (doze) meses, a contar da assinatura.
Fundamento Legal: Lei Federal n° 14.133/2021 e disposições previstas no Decreto Municipal nº 7.746 de 18 de julho de 2024.
Data de Assinatura: 28/09/2026.

REGIS BAUERMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Mattos Andrade di Luca
Código Identificador:D3B21442

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITINHO

SECRETARIA DA FAZENDA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026.

O Município de Palmitinho/RS torna público que firmou contrato com GRU LICITA LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.754.268/0001-12, referente ao item 1 do Processo de Licitação nº 107/2026, Pregão Eletrônico nº 19/2026. Objeto: fornecimento de 500 garrafas térmicas personalizadas, com capacidade nominal de 1 litro, destinadas à campanha Outubro Rosa. Valor: R$ 22.750,00. Vigência: 90 dias, contados da assinatura. Palmitinho/RS, 24 de setembro de 2026.

BENHUR DAILOR BARTH —
Prefeito Municipal**.**

Publicado por:
Danilo Francisco Pedon
Código Identificador:82B30224

SECRETARIA DA FAZENDA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2026

O Município de Palmitinho/RS torna público que firmou contrato com RHEINHEIMER & LUZA LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.423.594/0001-08, referente aos itens 2 e 3 do Processo de Licitação nº 107/2026, Pregão Eletrônico nº 19/2026. Objeto: fornecimento de

400 copos térmicos personalizados de 473 ml e 600 copos térmicos personalizados de 300 ml, destinados às campanhas Novembro Azul e Outubro Rosa. Valor: R$ 18.500,00. Vigência: 90 dias, contados da assinatura. Palmitinho/RS, 24 de setembro de 2026.

BENHUR DAILOR BARTH —
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Francisco Pedon
Código Identificador:338B0301

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 006/2026

Homologo o resultado da Dispensa de Licitação nº 005/2026, que visa a aquisição de Utensílios e Eletrodomésticos Novos para a Câmara Municipal de Parobé, conforme documentação constante no processo nº 007/2026, e adjudico os objeto descritos no Termo de Referência às empresas **DREBES & CIA LTDA, CNPJ Nº 96.662.168/0083-88,** no valor de R$4.999,70 (Quatro mil novecentos e noventa e nove centavos) e a empresa **LOJAS COLOMBO S.A. COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS, CNPJ Nº 89.848.543/0001-77** no valor de R$24.318,80 (Vinte e quatro mil trezentos e dezoito reais e oitenta centavos)**.** A decisão está fundamentada no Parecer Jurídico nº23/2026 e embasada no Artigo 75, Inciso II, da Lei 14.133/2021.

Parobé, RS, 24 de setembro de 2026.

HENRIQUE RAFAEL DOS SANTOS
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Daniela Colioni Dos Santos
Código Identificador:3599C0D2

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXERCICIO DE 2026 CÂMARA MUNICIPAL DE PAROBÉ 2º QUADRIMESTRE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF SANDS
LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXERCICIO DE 2026CÂMARA MUNICIPAL DE PAROBÉ
2º Quadrimestre
Nome da Entidade: CM DE PAROBÉ
CNPJ: 07531328000183
ORGÃO Nº: 63601
MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
"Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso 1 do art. 53 Valores expressos em reais"
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL VALOR AJUSTADO
"Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) R$ 244.112.559,54
MODELO 10 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
"Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea """"a"""" do Inciso I do art. 55 Valores expressos em reais
DESPESA COM PESSOAL VALOR AJUSTADO % S/RCL
"Total da Despesa Líquida c/Pessoal nos 12 últimos meses R$4.463.747,49 1,83%
"Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1° do art. 59 5,40%
"Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22 5,70%
"Limite Legal - LRF, alínea "a"" do Inciso III do art. 20 6,00%

PAROBÉ, 24 de Setembro de 2026 .

HENRIQUE RAFAEL DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

HENRIQUE RAFAEL DOS SANTOS
Responsável pela Administração Financeira

KARIN DAIANA ROST
Responsável pelo Controle Interno

Publicado por:
Daniela Colioni Dos Santos
Código Identificador:EE6980BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PDE 009-2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026
Processo nº 6045/2026
O Município de Parobé/RS torna pública a realização de dispensa eletrônica para **aquisição de materiais de higiene e limpeza**, destinados às secretarias municipais, com julgamento pelo **menor preço por item**.
Prazo para apresentação das propostas: até 05/10/2026, às 07h59min.
Fase de lances: 05/10/2026, das 08h às 14h.
Participação: www.portaldecompraspublicas.com.br.
As condições e exigências constam no Aviso e seus anexos.
Parobé, 28 de setembro de 2026.

TAIRONE DAL CASTEL
Agente de Contratação
Portaria nº 241/2026

Publicado por:
Tairone Dal Castel
Código Identificador:23B7552B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DJ 346-2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
Contratante: Município de Pedras Altas- RS
Contratado: Policlinica Medvida LTDA
Objeto: Exames especiais que excedem a cota sus, aquisição utilizando recursos das emendas impositivas individuais do ano de 2026
dos vereadores, de números 23, 55 e 73.
Valor: R$ 200,00 (duzentos reais)
Modalidade: Dispensa por Justificativa 346/2026
Amparo Legal: Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. VIII
Pedras Altas, 29 de setembro de 2026

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Goulart Oliveira
Código Identificador:8649A0EE

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DJ 347/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
Contratante: Município de Pedras Altas- RS
Contratado: Cent.de Tomografia Comput. da Região Sul
Objeto: Exames especiais que excedem a cota sus.,aquisição utilizando recursos das emendas impositivas individuais do ano de 2026
dos vereadores, de números 23, 55 e 73.
Valor: R$ 302,00 (trezentos e dois reais)
Modalidade: Dispensa por Justificativa 347/2026
Amparo Legal: Lei n° 14.133/2021, Art. 75, inc. VIII
Pedras Altas, 29 de setembro de 2026

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Daniele Goulart Oliveira
Código Identificador:FF9063AA

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO TERMO DE COLABORAÇÃO 06/2025

Ente da Administração Pública: Município de Pedras Altas
Organização da Sociedade Civil: AMPLEPA- – ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS PRODUTORES DE LEITE DE PEDRAS ALTAS, CNPJ 05.434.711/0001-98
Modalidade Inexigibilidade de Chamamento Público nº 06/2025
Objeto: Inclui o item "2.6.3 –1 (uma) carreta basculante, patrimônio nº 9278 ao Termo de Colaboração nº 06/2025
Vigência: 29/09/2026 a 26/08/2027

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosiane da Rosa Caetano
Código Identificador:A75380CE

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 TERMO DE COLABORAÇÃO 01/2026

Ente da Administração Pública: Município de Pedras Altas.
Organização da Sociedade Civil: Associação dos produtores rurais e moradores do Cerro do Baú e Passo Da Areia - APRMCBPA, CNPJ 58.373.533/0001-07.
Modalidade: Inexigibilidade de Chamamento Público nº 01/2026.
Objeto: inclusão dos itens 2.6.3. 1 (uma) roçadeira agrícola dupla, patrimônio nº 9284, 2.6.4. 1 (uma) grade aradora de 16 (dezesseis) discos, patrimônio nº 9273 e 2.6.5. 1 (um) distribuidor de adubo e sementes com capacidade para 600 kg (seiscentos quilogramas), patrimônio nº 9281 ao Termo de Colaboração 01/2026.
Vigência: 29/09/2026 a 12/05/2028.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosiane da Rosa Caetano
Código Identificador:FB743309

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 TERMO DE COLABORAÇÃO 02/2026

Ente da Administração Pública: Município de Pedras Altas.
Organização da Sociedade Civil: Associação dos produtores do Assentamento Regina, CNPJ 97.527.337/0001-93.
Modalidade: Inexigibilidade de Chamamento Público nº 02/2026.
Objeto: inclusão do item 2.6.15. 1 (uma) plantadeira de soja e milho de 4 (quatro) linhas, patrimônio nº 9296 ao Termo de Colaboração 02/2026.
Vigência: 29/09/2026 a 14/06/2028.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosiane da Rosa Caetano
Código Identificador:DD6C3ABA

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03 TERMO DE COLABORAÇÃO 03/2025

Ente da Administração Pública: Município de Pedras Altas.
Organização da Sociedade Civil: Associação Terra Viva, CNPJ 17.212.997/0001-46.
Modalidade: Inexigibilidade de Chamamento Público nº 03/2025.
Objeto: inclusão dos itens 2.6.13. 1 (uma) plantadeira semeadeira para plantio direto de trigo e aveia com 17 linhas, patrimônio nº 9277 e 2.6.14. 1 (uma) grade niveladora de 32 discos, patrimônio 9274 ao Termo de Colaboração 03/2025.
Vigência: 29/09/2026 a 22/06/2027.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosiane da Rosa Caetano
Código Identificador:0D439230

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03 TERMO DE COLABORAÇÃO 04/2025

Ente da Administração Pública: Município de Pedras Altas.
Organização da Sociedade Civil: ACAM - Associação Comunitária do Arroio Mau, CNPJ 01.941.123/0001-90.
Modalidade: Inexigibilidade de Chamamento Público nº 04/2025.
Objeto: inclusão dos itens 2.6.9. 1 (uma) carreta de madeira com capacidade de 5 (cinco) toneladas, patrimônio nº 9280 e 2.6.10. 1 (uma) roçadeira agrícola dupla, patrimônio nº 9282 ao Termo de Colaboração 04/2025.
Vigência: 29/09/2026 a 22/06/2027

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosiane da Rosa Caetano
Código Identificador:6814FE82

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03 TERMO DE COLABORAÇÃO 05/2025

Ente da Administração Pública: Município de Pedras Altas
Organização da Sociedade Civil: Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de São Diogo e Lagões, CNPJ 18.510.291/0001-23.
Modalidade: Inexigibilidade de Chamamento Público nº 05/2025.
Objeto: inclusão do item 2.6.8. 1 (uma) roçadeira agrícola dupla, patrimônio nº 9285, ao Termo de Colaboração 05/2025.
Vigência: 29/09/2026 a 30/07/2027.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosiane da Rosa Caetano
Código Identificador:9A1A331C

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.953 DE 17 DE SETEMBRO DE 2026.

Suspende férias de servidores lotados na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art. 92 e seguintes da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Processo Digital nº 10487/2025, despachos nºs 27, 28 e 29, e Protocolo nº 734/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Suspender as férias concedidas no Art. 1º da Portaria nº 9.891 de 06 de agosto de 2026, da servidora **Ana Alice Costa**, Agente Administrativo, matrícula n° 1827-9, **a contar de 15/09/2026, restando um saldo de 15 (quinze) dias de férias.**
Art. 2º Suspender as férias concedidas no Art. 2º da Portaria nº 9.891 de 06 de agosto de 2026, da servidora **Karen de Oliveira Sória**, Tesoureiro, matrícula n° 1997-6, **a contar de 24/09/2026, restando um saldo de 20 (vinte) dias de férias.**

Art. 3º Suspender as férias concedidas no Art. 1º da Portaria nº 9.829 de 26 de junho de 2026, da servidora **Lenir Witter Azambuja**, Agente Administrativo, matrícula nº 1877-5, **a contar de 13/08/2026, restando um saldo de 13 (treze) dias de férias.**
Art. 4º Suspender as férias concedidas no Art. 1º da Portaria nº 9.862 de 22 de julho de 2026, do servidor **Luiz Carlos Machado Nunes**, Agente Administrativo, matrícula n° 1824-4, **a contar de 11/09/2026, restando um saldo de 12 (doze) dias de férias.**
Art. 5° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos,
Em 17 de setembro de 2026.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Franciele de Souza Ribeiro
Código Identificador:4B643A01

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.972 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede férias regulamentares e converte 1/3 em abono pecuniário a servidora lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art. 92 e seguintes da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Lei Municipal nº 1.379/2017;
Considerando, Processo Digital nº 10487/2025, e Protocolo nº 920/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **20 (vinte)** dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo **2025/2026**, a servidora **Suelem Medeiros,** Contadora, matrícula nº 993-8, **no período de 16/10/2026 a 04/11/2026**.
Art. 2° Converter 1/3 de férias do período aquisitivo de que trata o Artigo 1º em **abono pecuniário**.
Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos,
Em 24 de setembro de 2026.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Franciele de Souza Ribeiro
Código Identificador:8A1C3153

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.976 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede adicional por tempo de serviço a servidores.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art. 84 da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Memorando nº 1726/2026;
RESOLVE:
Art. 1° Conceder **1º (Primeiro)** Adicional por Tempo de Serviço, **referente ao período aquisitivo 15/09/2021 a 14/09/2026**, a servidora **Clair Goulart Oliveira,** Serviços Gerais, matrícula nº 1782-5.
Art. 2º Conceder **3º (Terceiro)** Adicional por Tempo de Serviço, **referente ao período aquisitivo 12/09/2021 a 11/09/2026,** ao servidor **Eder Nunes Bicca**, Motorista, matrícula nº 1300-5.
Art. 3° Conceder **4º (Quarto)** Adicional por Tempo de Serviço, **referente ao período aquisitivo 12/09/2021 a 11/09/2026**, ao servidor **Lauro Sória Silva**, Operário, matrícula nº 983-0.
Art. 4° Conceder **3º (Terceiro)** Adicional por Tempo de Serviço, **referente ao período aquisitivo 05/09/2021 a 04/09/2026**, ao servidor **Max Eduardo Garcia Azambuja**, Motorista, matrícula nº 1287-4.
Art. 5° Conceder **1º (Primeiro)** Adicional por Tempo de Serviço, **referente ao período aquisitivo 10/09/2021 a 09/09/2026**, a servidora **Sabrina Godinho Ximendes**, Enfermeiro, matrícula nº 1781-7.
Art. 6° Conceder **1º (Primeiro)** Adicional por Tempo de Serviço, **referente ao período aquisitivo 15/09/2021 a 14/09/2026**, a servidora **Vania Elizabeti Souza Costa,** Serviços Gerais, matrícula nº 1783-3.
Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de setembro de 2026.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos,
Em 25 de setembro de 2026.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Franciele de Souza Ribeiro
Código Identificador:0AE3F151

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.978 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Exonera servidora de cargo em comissão.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Memorando nº 1739/2026;
RESOLVE:
Art. 1° Exonerar de ofício a servidora **Ana Claudia Soares Pereira**, matrícula nº 1969-0, do cargo em comissão de **Coordenador de Cultura,** nomeada pela Portaria n° 7.978 de 07 de janeiro de 2025, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2026.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos,
Em 29 de setembro de 2026.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Franciele de Souza Ribeiro
Código Identificador:AF90BDD4

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.° 9.979 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede prorrogação da licença para tratamento de saúde a servidora e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando, Art.108 e seguintes da Lei Municipal nº 161/2002;
Considerando, Portaria nº 9.933/2026;
Considerando, Memorando nº 1568/2026, despacho nº 3;
RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde a servidora **Luciane Rosa Furtado Lucas,** Enfermeiro, matrícula nº 1100-2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **no período de 26/09/2026 a 21/10/2026.**
Art. 2º Suspender a gratificação por função por atuar no Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, da servidora **Luciane Rosa Furtado Lucas,** Enfermeiro, matrícula nº 1100-2, designada pela Portaria nº 9.858 de 17 de julho de 2026, **no período de 26/08/2026 a 21/10/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos,
Em 29 de setembro de 2026.

VIVIANE MARIA ÁVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Franciele de Souza Ribeiro
Código Identificador:29338887

SEC.ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
PORTARIA N.º 9977 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Retifica a Portaria nº 9895
A Prefeita Municipal de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e considerando, a Solicitação de contratação – Processo Digital 3257/2026, via sistema Cidade 360,

RESOLVE:
Art. 1º Retificar o Art. 1º da Portaria nº 9895 de 06 de agosto de 2026, que passa a ter a seguinte redação:
"Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para fiscalizar o contrato administrativo nº 106/2026, decorrentes da Pregão 14/2026, cujo objeto é CAMINHÃO CAMINHÃO MERCEDES ATRON CHASSI 9BM693388DB944973.
Titular: Heraldo Silva Machado, matrícula – 1960-7;
Suplente: Cleimar Peraça Oliveira, matrícula nº 583-5;"

Art.2º Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 29 de setembro de 2026

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Jane Centena Pereira
Código Identificador:815A7DF5

SEC.FINANÇAS E ORÇAMENTO
DECRETO 3130/2026

Abre Crédito Suplementar – Anulação de Dotação e Excesso de Arrecadação.

A Prefeita Municipal de Pedras Altas, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei nº 1.887/2025;

DECRETO:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar por redução no orçamento em vigor no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), e por excesso de arrecadação no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição Categoria	Valor
03.04.28.846.1030.0.986	3.3.90.47.00.00.00	1720	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 800,00
08.01.10.302.1019.2.189	3.3.90.14.00.00.00	1600	DIÁRIAS - CIVIL	R$ 10.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar por redução autorizado no artigo anterior, será custeado pela anulação das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme segue:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição Categoria	Valor
08.01.10.302.1019.2.193	3.3.90.39.00.00.00	1600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita,
Em 29 de setembro de 2026.

VIVIANE MARIA AVILA DE ALBUQUERQUE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Crislene Gomes Ribeiro de Carvalho
Código Identificador:7F2B448C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 069/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 069/2026

Processo Seletivo: 009/2025

MARCIO MANETTI PORTO, Prefeito Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o candidato abaixo relacionados para entrar em contato com a Secretaria Municipal de Administração de Piratini, situada na Rua Comendador Freitas nº 255, a fim de assumir contrato temporário, conforme Lei nº 2.575/2025.

O não comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste edital, será entendido como desistência da vaga.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL
5°- VIVIAN LUÇARDO BARROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PIRATINI, EM 29 DE SETEMBRO DE 2026.

MARCIO MANETTI PORTO
Prefeito Municipal

MÁRCIO DE FARIAS LUÇARDO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Tâmazi Hellwig Voss
Código Identificador:3ADFAB5F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO 65/2026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO 65/2026

O Município de Porto Mauá – RS, torna público que está disponível o edital de Pregão Eletrônico nº 65/2026 objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DO CAMINHÃO FORD CARGO 2629, PLACA IVH-3662, ANO/MODELO – 2013/2014, CHASSI 9BFZEAN9EBS60269, DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE, URBANISMO E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ / RS, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A BENEFICIÁRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006,** com 19/10/09/2026 às 09h no site www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital encontra-se disponível no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no site www.portomaua.rs.gov.br.

Porto Mauá, 29 de setembro de 2026

CARLOS CESAR DINON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Gabriela Warmbier
Código Identificador:B9D88381

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SUMULA DO CONTRATO 236/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ
CONTRATADO: FELIPE GONÇALVES MENDES
OBJETO: Contratação do espetáculo de palhaçaria "KATUPIRY" apresentação artística baseada no humor, na criatividade e na interação com o público, a ser realizado pela Secretaria de Educação e Cultura
VIGÊNCIA: 05/11/2026
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021

Porto Mauá – RS, 29 de setembro de 2026.

CARLOS CESAR DINON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Dutra de Campos
Código Identificador:B18D20D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SUMULA DO CONTRATO 237/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ
CONTRATADO: KAMCHEN ELÉTRICA AUTOMOTIVA LTDA
OBJETO: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de manutenção veicular para a frota do Município de Porto Mauá / RS
VIGÊNCIA: 29/09/2027
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021

Porto Mauá – RS, 29 de setembro de 2026

CARLOS CESAR DINON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Dutra de Campos
Código Identificador:BE55D05D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO NOVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
SUMULA DO CONTRATO Nº 106/2026

CONTRATANTE: Município de Pouso Novo/RS
CONTRATADA: Essencial Assessoria Tributária Ltda OBJETO: Locação da licença de uso do sistema GIPM – Gestão do Índice de Participação do Município, incluindo suporte técnico, manutenção, atualizações e treinamento dos servidores municipais;
VALOR MENSAL: R$ 2.800,00
BASE LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 25/2026
CONTRATO: nº 106/2026
VIGÊNCIA: 12 meses;
SÚMULA DO CONTRATO DE N° 107/2026
CONTRATANTE: Município de Pouso Novo/RS
CONTRATADA: Associação Cultural e Comunitária Pousonovense
OBJETO: contratação da Associação Cultural e Comunitária Pousonovense para a prestação de serviços de divulgação de notícias e programas do Município de Pouso Novo/RS;
VALOR MENSAL: R$ 3.000,00
BASE LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 26/2026
CONTRATO: nº 107/2026
VIGÊNCIA: 12 meses;

Pouso Novo, 30 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO BONACINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rita Zago
Código Identificador:73934F07

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO E INCLUSÃO
O Município de Quaraí, através do Setor de Licitações, torna público para amplo conhecimento dos interessados, nos termos do artigo 105 da Lei Federal 14.133/2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis, que ratificou o seguinte aditivo contratual: **Origem:** Pregão Eletrônico nº 052/2024. **Data do Aditivo:** 28/09/2026. **Objeto**: **ADITIVO Nº 02** para PRORROGAÇÃO do contrato que tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de em outsourcing de impressão, digitalização e cópia, com a disponibilização de impressoras multifuncionais monocromáticas equipadas de software de controle, bilhetagem e assistência técnica, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Quaraí/RS. Pelo presente **Termo Aditivo**, ficam incluídas ao contrato original nº 452/2024, oriundo do Pregão Eletrônico nº 052/2024, novas dotações orçamentárias**. Empresa Contratada:** Costa Machado & Rodrigues Ltda. **Valor Unitário:** Item 01-R$ 0,11 por cópia/impressão; Item 02-R$ 0,10 por cópia/impressão. **Valor Unitário com Reajuste:** Item 01-R$ 0,12 por cópia/impressão. **Período de vigência:** 12 (doze meses). **Início:** 15/10/2026. **Término:** 14/10/2027. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
Quaraí, 29 de setembro de 2026.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:24145DAE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO: O MUNICÍPIO DE QUARAÍ torna público que estará realizando nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis a seguinte licitação: **modalidade pregão, na forma eletrônica, pelo sistema de REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026:** Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para fornecimento futuro, eventual e parcelado de **Medicamentos Básicos**, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúdee das Unidades de Saúde do Município, de acordo com as especificações dos medicamentos e condições constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e demais anexos. **INÍCIO DA DISPUTA: às 09h 00min do dia 14/10/2026. LOCAL:** Na internet, no Portal: www.portaldecompraspubicas.com.br.

Informações deverão ser formalmente solicitadas, observando o prazo legal, através do e-mail: licitacoes@quarai.rs.gov.br ou pelo telefone (55) 3423-1001 / Ramal 215.
Quaraí/RS, 29 de setembro de 2026.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:7FA83A4B

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE SETOR DE LICITAÇÕES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO RESULTADO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Eletrônico, pelo Sistema Registro de Preços nº 052/2026. **Data de Abertura:** 10/09/2026. **Tipo**: MENOR PREÇO POR ITEM. **Objeto:** Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para aquisição de pneus novos, destinados à manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quaraí/RS, composta por ambulâncias, micro-ônibus e veículos leves utilizados no transporte de pacientes, Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e demais serviços da saúde pública**,** cujas especificações mínimas estão detalhadas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e demais anexos. **Empresas vencedoras:** 1-GAMA PNEUS LTDA | CNPJ: 55.623.647/0001-61. Itens: 01-R$ 285,00, 02-R$ 226,00, 03-R$ 285,00, 05-R$ 665,00, 06-R$ 551,00; 2-GRUPO JOB COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA-ME | CNPJ: 47.649.153/0001-28. Itens: 04-R$ 335,87, 08-R$ 550,00; 3-ZPNEUS COMÉRCIO DE PNEUS, PEÇAS E ACESSORIOS AUTOMOTIVOS LTDA | CNPJ: 01.820.705/0001-18. Item: 07-R$ 496,00. **Valor Total Estimado:** R$ 256.354,80 (duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).
Data da Homologação: 29/09/2026.
Quaraí, 29 de setembro de 2026.

JEFERSON DA SILVA PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcio de Oliveira Menna Barreto
Código Identificador:FFFD19E7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENTORA

GABINETE
EDITAL Nº 03/2026 – HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

EDITAL Nº 03/2026 – HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

A Prefeitura Municipal de Redentora/RS, por este Edital, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

1. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
1.1. Torna-se pública, para conhecimento dos interessados, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Abertura, a lista de inscrições homologadas, conforme segue:
Anexo I – Lista geral de pessoas candidatas com Inscrições Homologadas;
Anexo II – Lista de pessoas candidatas com pedidos de vagas reservadas às Pessoas com Deficiência INDEFERIDOS;
Anexo III – Lista de pessoas candidatas com pedidos de atendimentos especiais INDEFERIDOS;
Anexo IV - Lista de pessoas candidatas com pedidos de utilização do critério de desempate de jurado em Tribunal do Júri DEFERIDOS.
1.2. A homologação das inscrições não abrange itens que devem ser comprovados por ocasião da posse, tais como escolaridade e outros previstos no Edital de Abertura do Processo Seletivo em epígrafe.

2. DAS PESSOAS CANDIDATAS QUE UTILIZARÃO COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE O EXERCÍCIO DE JURADO EM TRIBUNAL DO JÚRI
2.1. DOS PEDIDOS DEFERIDOS
2.1.1. As pessoas candidatas que tiveram seus pedidos para utilização do critério de desempate de jurado em Tribunal do Júri **deferidos** encontram-se listadas no Anexo IV deste edital.

3. DOS RECURSOS DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
3.1. Da não homologação da inscrição, do não enquadramento à reserva de vagas, do indeferimento dos pedidos de atendimentos especiais e demais especificações contidas neste Edital cabe recurso, previsto para o período de 30/09 a 02/10/2026, que deverá ser realizado através do Formulário Online de Recurso da Homologação Preliminar das Inscrições, conforme disposto no item 9 do Edital de Abertura.
3.1.1. A pessoa candidata que desejar enviar documentos comprobatórios para argumentação do seu recurso deverá encaminhá-los, também, no formulário citado acima.
3.1.2. Somente serão deferidos pedidos de atendimentos especiais que sejam comprovados conforme as especificações do Edital de Abertura.
3.1.3. Os eventuais erros de digitação quanto a nome, número de documento de identificação e data de nascimento, deverão ser corrigidos, primeiramente, através do link "Alteração de Dados Cadastrais", disponível no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br, sob pena de ser impedido de realizar a prova. Além disso, a pessoa candidata deverá sinalizar a solicitação de alteração de dados cadastrais pelo Formulário Online de Recurso da Homologação Preliminar das Inscrições.
3.1.4. Não poderá a pessoa candidata, em sede recursal, complementar os pedidos apresentando documentos ou informações que NÃO foram entregues nos termos e prazos previstos no Edital de Abertura.
3.1.5. Os textos escritos para manifestação dos recursos deverão conter no máximo 7.000 (sete mil) caracteres.

Redentora, 29 de setembro de 2026.

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dyeila Caroline Batista
Código Identificador:821E9EDF

GABINETE
EDITAL Nº 03/2026 – HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

EDITAL Nº 03/2026 – HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

A Câmara Municipal de Vereadores de Redentora/RS, por este Edital, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

1. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
1.1. Torna-se pública, para conhecimento dos interessados, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Abertura, a lista de inscrições homologadas, conforme segue:
Anexo I – Lista geral de pessoas candidatas com Inscrições Homologadas;
Anexo II – Lista de pessoas candidatas com pedidos de vagas reservadas às Pessoas com Deficiência INDEFERIDOS;
Anexo III – Lista de pessoas candidatas com pedidos de atendimentos especiais INDEFERIDOS.
1.2. A homologação das inscrições não abrange itens que devem ser comprovados por ocasião da posse, tais como escolaridade e outros previstos no Edital de Abertura do Concurso Público em epígrafe.

2. DAS INSCRIÇÕES BLOQUEADAS
2.1. As inscrições de nº 1110053149266-6, 1110053164598-0 e 1110053149078-6 não foram homologadas nesse Concurso Público tendo em vista o previsto no subitem 3.1.14.1. do Edital de Abertura.
2.2. As demais inscrições não citadas neste edital e seus anexos não foram homologadas por falta de identificação do pagamento da taxa de inscrição.

3. DOS RECURSOS DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
3.1. Da não homologação da inscrição, do não enquadramento à reserva de vagas, do indeferimento dos pedidos de atendimentos especiais e demais especificações contidas neste Edital cabe recurso, previsto para o período de 30/09 a 02/10/2026, que deverá ser realizado através do Formulário Online de Recurso da Homologação Preliminar das Inscrições, conforme disposto no item 9 do Edital de Abertura.
3.1.1. A pessoa candidata que desejar enviar documentos comprobatórios para argumentação do seu recurso deverá encaminhá-los, também, no formulário citado acima.
3.1.2. Somente serão deferidos pedidos de atendimentos especiais que sejam comprovados conforme as especificações do Edital de Abertura.
3.1.3. Os eventuais erros de digitação quanto a nome, número de documento de identificação e data de nascimento, deverão ser corrigidos, primeiramente, através do link "Alteração de Dados Cadastrais", disponível no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br, sob pena de ser impedido de realizar a prova. Além disso, a pessoa candidata deverá sinalizar a solicitação de alteração de dados cadastrais pelo Formulário Online de Recurso da Homologação Preliminar das Inscrições.
3.1.4. Não poderá a pessoa candidata, em sede recursal, complementar os pedidos apresentando documentos ou informações que NÃO foram entregues nos termos e prazos previstos no Edital de Abertura.
3.1.5. Os textos escritos para manifestação dos recursos deverão conter no máximo 7.000 (sete mil) caracteres.

Redentora, 29 de setembro de 2026.

VANDERLEI DA ROSA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicado por:
Dyeila Caroline Batista
Código Identificador:1296371D

GABINETE
EDITAL Nº 06/2026 – HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

EDITAL Nº 06/2026 – HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

A Prefeitura Municipal de Redentora/RS, por este Edital, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

1. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
1.1. Torna-se pública, para conhecimento dos interessados, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Abertura, a lista de inscrições homologadas, conforme segue:
Anexo I – Lista geral de pessoas candidatas com Inscrições Homologadas, incluindo os pedidos deferidos de concorrer à reserva de vagas;
Anexo II – Lista de pessoas candidatas com pedidos de vagas reservadas às Pessoas com Deficiência INDEFERIDOS;
Anexo III – Lista de pessoas candidatas com pedidos de atendimentos especiais DEFERIDOS;
Anexo IV – Lista de pessoas candidatas com pedidos de atendimentos especiais INDEFERIDOS;
Anexo V - Lista de pessoas candidatas com pedidos de utilização do critério de desempate de jurado em Tribunal do Júri DEFERIDOS.
1.2. A homologação das inscrições não abrange itens que devem ser comprovados por ocasião da posse, tais como escolaridade e outros previstos no Edital de Abertura do Concurso em epígrafe.

2. DA INSCRIÇão BLOQUEADA
2.1. A inscrição de nº 1110002140510-4 não foi homologada nesse Concurso Público tendo em vista o previsto no subitem 3.1.14.1. do Edital de Abertura.
2.2. As demais inscrições não citadas neste edital e seus anexos não foram homologadas por falta de identificação do pagamento da taxa de inscrição.

3. DAS FOTOS cadastradas na FICHA DE INSCRIÇÃO
3.1. As pessoas candidatas que tiveram suas fotos cadastradas na ficha de inscrição como não aceitas constam como "Não" no Anexo I deste edital, e deverão regularizar a sua situação durante o período de recursos, através do Formulário Online de Regularização de Foto.

4. DAS PESSOAS CANDIDATAS QUE UTILIZARÃO COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE O EXERCÍCIO DE JURADO EM TRIBUNAL DO JÚRI
4.1. DOS PEDIDOS DEFERIDOS
4.1.1. As pessoas candidatas que tiveram seus pedidos para utilização do critério de desempate de jurado em Tribunal do Júri **deferidos** encontram-se listadas no Anexo V deste edital.

5. DOS RECURSOS DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
5.1. Da não homologação da inscrição, do não enquadramento à reserva de vagas, do indeferimento dos pedidos de atendimentos especiais e demais especificações contidas neste Edital cabe recurso, previsto para o período de 30/09 a 02/10/2026, que deverá ser realizado através do Formulário Online de Recurso da Homologação Preliminar das Inscrições, conforme disposto no item 11 do Edital de Abertura.
5.1.1. A pessoa candidata que desejar enviar documentos comprobatórios para argumentação do seu recurso deverá encaminhá-los, também, no formulário citado acima.
5.1.2. Somente serão deferidos pedidos de atendimentos especiais que sejam comprovados conforme as especificações do Edital de Abertura.
5.1.3. Os eventuais erros de digitação quanto a nome, número de documento de identificação e data de nascimento, deverão ser corrigidos, primeiramente, através do link "Alteração de Dados Cadastrais", disponível no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br, sob pena de ser impedido de realizar a prova. Além disso, a pessoa candidata deverá sinalizar a solicitação de alteração de dados cadastrais pelo Formulário Online de Recurso da Homologação Preliminar das Inscrições.
5.1.4. Não poderá a pessoa candidata, em sede recursal, complementar os pedidos apresentando documentos ou informações que NÃO foram entregues nos termos e prazos previstos no Edital de Abertura.
5.1.5. Os textos escritos para manifestação dos recursos deverão conter no máximo 7.000 (sete mil) caracteres.

Redentora, 29 de setembro de 2026.

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dyeila Caroline Batista
Código Identificador:6E6FB13A

GABINETE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2026.
Contratante: Município de Redentora/RS, CNPJ nº 87.613.113/0001-40.
Contratada: Empresa **POSTO DO HERMES LTDA**, inscrita com CNPJ nº 61.346.163/0001-15.
Objeto do Contrato: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL S500 E GASOLINA, PARA A FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE REDENTORA**.**
Objeto do Termo Aditivo: **REEQUILIBRIO FINANCEIRO.**
Valor Aditivado: R$ 13.449,07 (treze mil quatrocentos e quarenta e nove reais e sete centavos).

Valor Atualizado do Contrato: R$ 2.492.969,64 (dois milhões quatrocentos e noventa e dois mil novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).
Data da Assinatura: 24 de setembro de 2026.

Publicado por:
Dyeila Caroline Batista
Código Identificador:CC82F063

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E LAZER
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 060,061/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS

ATA Nº 060/2026, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026 Processo de Licitação nº 097/2026, Edital de Pregão Presencial nº 052/2026 – **Objeto: CONTRATAÇÃO, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS DESTINADOS À PREMIAÇÃO DOS PARTICIPANTES E VENCEDORES DE CAMPEONATOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE REDENTORA/RS, INCLUINDO COMPETIÇÕES DE FUTEBOL, FESTIVAL DA CANÇÃO, CORRIDA RÚSTICA E DEMAIS EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO – Valor da Ata de Registro: R$64.999,90 (sessenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos) -** Empresa**: GUGUI CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ:** 04.314.161/0001-00**.**

ATA Nº 060/2026, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026 Processo de Licitação nº 097/2026, Edital de Pregão Presencial nº 052/2026 – **Objeto: CONTRATAÇÃO, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS DESTINADOS À PREMIAÇÃO DOS PARTICIPANTES E VENCEDORES DE CAMPEONATOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE REDENTORA/RS, INCLUINDO COMPETIÇÕES DE FUTEBOL, FESTIVAL DA CANÇÃO, CORRIDA RÚSTICA E DEMAIS EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO – Valor da Ata de Registro: R$29.352,00 (vinte nove mil trezentos e cinquenta e dois reais) - Empresa VALDIR CARLOS PEREIRA – JOALHERIA PEREIRA, inscrita no CNPJ:** 89.976.815/0001-14**.**

Redentora- RS, 28 de setembro de 2026.

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dyeila Caroline Batista
Código Identificador:27876540

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 001/2026

Contrato Prestação de Serviços nº 006/2025
Dispensa nº 004/2025
Processo nº 1186/2025

Pelo presente instrumento particular de contrato as partes de um lado a **CÂMARA DE VEREADORES DE RIOZINHO/RS,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Câmara de Vereadores de Riozinho/RS à Av. André Brambilla, nº 282, inscrita no CNPJ sob o nº 09.191.504/0001-00, neste ato representada pelo Presidente da Câmara de Vereadores o Sr. **SAMUEL FERNANDO DOS SANTOS,** portador do CPF nº 704.***.***-87, brasileiro, residente e domiciliado em Riozinho, RS, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO CALÇADO DE ROLANTE,** inscrito no CNPJ n.º 91.110.569/0001-65, estabelecida na Rua Alfredo Wust, n.º 645, Bairro: Centro, no município de Rolante/RS, CEP: 95.690-000. Neste ato representado por seu representante legal o Sr. **RENATO LUIS HANSEN DA ROSA**, portador do CPF nº 808.***.***-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, certo e ajustado as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O contrato de prestação de serviços nº 006/2026, terá vigência por mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de até 01 de outubro de 2026 até 01 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas permanecem inalteradas.
E por estarem plenamente acordes, as partes firmam este instrumento, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, elegendo o foro da Comarca de Taquara/RS como competente para decidir quaisquer questões dele emergente ou que dele.
Riozinho, 29 de setembro de 2026.

SAMUEL FERNANDO DOS SANTOS
Presidente da Câmara de Vereadores de Riozinho/RS
Contratante

RENATO LUIS HANSEN DA ROSA
Sindicato Dos Trabalhadores no Calçado de Rolante
Contratada

Publicado por:
Letícia Maria Figueira da Silva
Código Identificador:7EB07B6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO DE PRAZO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO N° 001/2026

Contrato n.º 083/2024
Processo nº 747/2024
Dispensa de Licitação nº 251/2024

MUNICÍPIO DE RIOZINHO, com sede na Av. Guerino Pandolfo, nº 580, Centro, inscrito no CPNJ de n° 92.401.553/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Airton Trevizani da Rosa, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado, e a empresa **GESTOR UM CONSULTORIA PREVIDENCIARIA LTDA,** CNPJ n° 43.739.124/0001-04, situada na Av. Protásio Alves, nº 2854, Sala A 502, Bairro Petrópolis, cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 90.410-006, neste ato representada pelo Sr. **JOEL FRAGA DA SILVA**, brasileiro, atuário, MIBA sob nº 1.090, CRC/RS 61.030, inscrito no CPF nº 555.***.***-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,**de outro, ajustam entre si o presente Aditivo de Contrato consoante à legislação em vigor e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 083/2024 pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início em 17 de outubro de 2026 e término em 17 de outubro de 2027, ficando, ainda, aplicado o reajuste contratual, conforme o Índice IPCA, no percentual de 3,725570%, passando o valor atualizado dos serviços para R$ 10.216,97 (dez mil, duzentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos), bem como promovido o reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da inclusão do serviço de atualização da base de dados cadastral do RPPS, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o valor contratual de R$ 11.216,97 (onze mil, duzentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem plenamente acordes, as partes firmam este instrumento, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, elegendo o foro da Comarca de Taquara/RS como competente para decidir quaisquer questões dele emergente ou que dele.
Riozinho, 29 de setembro de 2026.

AIRTON TREVIZANI DA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

JOEL FRAGA DA SILVA
Gestor um Consultoria Previdência LTDA
Contratada

Publicado por:
Letícia Maria Figueira da Silva
Código Identificador:B7053CF0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA

LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE 09/2026

O MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 92.410.422/0001-53, com sede na Rua 20 de Março, nº 99, Centro, Sagrada Família/RS, torna pública a realização de CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme processo administrativo devidamente instruído.
1. OBJETO
Contratação de empresa especializada e devidamente autorizada para realização de manutenção preventiva/revisão de 100 (cem) horas da Motoniveladora XCMG GR1803BR, chassi nº XUG01803ASPB00222, motor nº 36888476, incluindo mão de obra técnica especializada, fornecimento e substituição de filtros, lubrificantes e demais materiais necessários à realização da revisão.
2. FUNDAMENTO LEGAL
A presente contratação direta fundamenta-se no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição decorrente da exclusividade do fornecedor/representante/assistência técnica para o fornecimento dos materiais e/ou execução dos serviços objeto da contratação, conforme documentação comprobatória juntada aos autos.
Nos termos do § 1º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a inviabilidade de competição deverá ser demonstrada mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo.
3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
A contratação tem por finalidade realizar a manutenção preventiva de 100 horas da Motoniveladora XCMG GR1803BR, equipamento pertencente à frota municipal e utilizado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos na manutenção, conservação e recuperação das estradas e vias públicas municipais.
A realização da revisão periódica é necessária para preservar as condições de funcionamento do equipamento, reduzir o risco de falhas mecânicas, aumentar sua vida útil e garantir a continuidade dos serviços públicos.
A escolha da empresa decorre da comprovação documental de sua condição de fornecedor, representante ou assistência técnica exclusiva para o objeto, circunstância que caracteriza a inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
4. EQUIPAMENTO

• **Marca:** XCMG;
• **Modelo:** GR1803BR;
• **Chassi:** XUG01803ASPB00222;
• **Motor:** 36888476;
• **Revisão:** 100 horas;
• **Solicitação:** nº 001444-3;
• **Data da solicitação:** 21/09/2026.

5. SERVIÇOS E MATERIAIS
A contratação compreenderá:

• serviço técnico de revisão de 100 horas;
• filtro de combustível;
• filtro do motor;
• filtro de transmissão;
• filtro de combustível;
• filtro de combustível com sensor;
• lubrificante XCMG Motor 15W40 – 25 litros;
• lubrificante XCMG Transmissão 10W30 – 20 litros;
• lubrificante XCMG 80W90 – 20 litros;
• kit filtro de ar interno/externo.

6. VALOR DA CONTRATAÇÃO
O valor total da contratação será de:
R$ 7.641,22 (sete mil, seiscentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos).
Sendo:
Serviços: R$ 2.965,00
Materiais: R$ 4.676,22
Total: R$ 7.641,22
O valor deverá estar acompanhado da respectiva **justificativa de preço**, mediante documentação apta a demonstrar sua compatibilidade com os preços praticados pela contratada e/ou no mercado, conforme a instrução do processo.
7. PRAZO DE EXECUÇÃO
A manutenção deverá ser executada após a emissão da respectiva ordem de serviço/autorização de execução, observando-se o prazo estabelecido no Termo de Referência.
11. INFORMAÇÕES
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações do Município de Sagrada Família/RS.
Endereço: Rua 20 de Março, nº 99, Centro, Sagrada Família/RS.
E-mail: licitacoes@sagradafamilia.rs.gov.br

Sagrada Família/RS, 29 de setembro de 2026.

MAURO ROGÉRIO FERRARI GALATTO
Prefeito Municipal
Município de Sagrada Família/RS

Publicado por:
Eliane Vargas Ronsani
Código Identificador:046E67A8

LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA/RS EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026

Contratante: Município de Sagrada Família/RS.
Contratada: PLANASUL SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ nº 07.725.421/0001-29.
Objeto: Contratação de empresa especializada para recuperação de estradas vicinais no interior do Município de Sagrada Família/RS, com extensão total de 3,07 km, dividida em 04 trechos, conforme projeto, memorial descritivo e Termo de Referência, em regime de empreitada por preço global, referente ao Convênio/MAPA nº 941840/2023 e contrapartida municipal.
Valor: R$ 85.792,55 (oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura, nos termos do contrato e da Lei Federal nº 14.133/2021.
Dotação Orçamentária: 2069/571.
Data da assinatura: 29 de setembro de 2026.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021.
Sagrada Família/RS, 29 de setembro de 2026.

MAURO ROGERIO FERRARI GALATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Vargas Ronsani
Código Identificador:3DB71D77

LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA/RS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 DECISÃO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

DECISÃO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
OBJETO: Registro de Preços para a contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de mecânica, elétrica, funilaria, lanternagem e pintura, incluindo o fornecimento de peças novas, sem uso, genuínas, originais de primeira linha ou peças de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original, conforme ABNT NBR 15296, mediante utilização de tabela de preços do Sistema Traz Valor, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de veículos e maquinários do Município de Sagrada Família/RS.
O **MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 92.410.422/0001-53, com sede administrativa na Rua 20 de Março, nº 99, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Mauro Rogério Ferrari Galatto**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO
Que foi instaurado o **Processo Licitatório nº 95/2026 – Pregão Eletrônico nº 38/2026**, destinado ao Registro de Preços para contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos e maquinários integrantes da frota municipal;
Que, no curso da análise administrativa do procedimento, verificou-se a necessidade de reavaliar e aperfeiçoar o instrumento convocatório, especialmente quanto à descrição do objeto, às exigências técnicas, aos critérios de execução dos serviços, à comprovação da capacidade técnica das empresas, à definição das condições de atendimento da frota, à disponibilização de estrutura adequada e às demais condições necessárias à adequada execução contratual;
Que a revisão das exigências técnicas se mostra necessária para que o futuro procedimento licitatório apresente condições suficientemente claras, objetivas e compatíveis com as necessidades da Administração, assegurando a adequada manutenção dos veículos e maquinários municipais;
Que a Administração Pública deve buscar, no planejamento e na condução das contratações, a definição precisa do objeto e das condições de execução, de modo a prevenir dúvidas, falhas de execução, dificuldades de fiscalização e eventuais alterações posteriores que possam comprometer o interesse público;
Que, diante da necessidade de revisão e aperfeiçoamento das condições estabelecidas no edital, não se mostra conveniente o prosseguimento do presente certame, sendo necessária a interrupção do procedimento para realização de nova análise técnica e administrativa;
Que a Administração possui o dever de zelar pela eficiência, planejamento, economicidade, segurança jurídica e adequada satisfação do interesse público;
Que a **Lei Federal nº 14.133/2021**, em seu art. 71, permite à autoridade superior determinar o retorno dos autos para saneamento, revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, ou anulá-la quando houver ilegalidade insanável, observados os requisitos legais;
Que, no presente caso, a medida adotada decorre de razões de interesse público e da necessidade de aperfeiçoamento do planejamento e das condições técnicas da contratação, não se tratando de reconhecimento de ilegalidade insanável no procedimento;
DECIDE
Art. 1º. REVOGAR o **Processo Licitatório nº 95/2026 – Pregão Eletrônico nº 38/2026**, cujo objeto consiste no Registro de Preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de mecânica, elétrica, funilaria, lanternagem e pintura, com fornecimento de peças destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de veículos e maquinários.
Art. 2º. A presente revogação fundamenta-se em **razões de interesse público, conveniência e oportunidade administrativa**, decorrentes da necessidade de realização de nova análise e aperfeiçoamento das especificações do objeto, das exigências técnicas e das condições de execução dos serviços, a fim de adequar o futuro procedimento às efetivas necessidades da Administração Municipal.
Art. 3º. Determina-se que, antes da instauração de novo procedimento licitatório, sejam promovidas as análises técnicas necessárias, especialmente quanto:
I – à definição e detalhamento dos serviços de mecânica, elétrica, funilaria, lanternagem e pintura;
II – às condições de fornecimento e aplicação das peças;
III – aos critérios de utilização da tabela de preços do Sistema Traz Valor;
IV – à forma de composição dos preços dos serviços e peças;
V – às condições de atendimento da frota municipal;
VI – à necessidade e à proporcionalidade das exigências de qualificação técnica;
VII – à comprovação de disponibilidade de estrutura física, equipamentos, ferramentas e profissionais necessários à execução dos serviços, quando tecnicamente justificada;
VIII – aos prazos para diagnóstico, orçamento, execução e entrega dos veículos e maquinários;
IX – aos procedimentos de autorização prévia dos serviços pela Administração;
X – aos critérios de fiscalização, recebimento e pagamento;
XI – às condições de garantia dos serviços e das peças fornecidas;
XII – à divisão do objeto em lotes ou itens, quando tecnicamente e economicamente recomendável;
XIII – à definição dos veículos, máquinas e equipamentos abrangidos pela contratação;
XIV – à elaboração ou revisão do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência;
XV – às demais condições necessárias para assegurar a adequada execução da futura contratação.
Art. 4º. A revogação do presente processo não impede a Administração de instaurar novo procedimento licitatório, após concluída a revisão técnica e administrativa do objeto e elaborado novo instrumento convocatório.
Art. 5º. Determina-se ao Setor de Licitações que promova os atos necessários à formalização e divulgação da presente decisão, inclusive a comunicação aos interessados, quando cabível, e o registro da revogação nos sistemas oficiais pertinentes.
Art. 6º. Determina-se, ainda, que o novo procedimento seja instruído com a documentação de planejamento exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo, conforme o caso, Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços, análise de riscos, autorização da autoridade competente e demais documentos necessários.
Art. 7º. Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.
Sagrada Família/RS, **29 de setembro de 2026**.

MAURO ROGÉRIO FERRARI GALATTO
Prefeito Municipal
Município de Sagrada Família/RS

Publicado por:
Eliane Vargas Ronsani
Código Identificador:2EF3128A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 019/2026

Licitação Modalidade Pregão Eletrônico 019/2026 – Processo Administrativo nº 785/2026.
Objeto: Aquisição de Equipamentos Diversos para a Atenção Básica, destinados à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Salto do Jacuí/RS, em favor de:
Valor total: R$ 18.200,00 (Dezoito mil e duzentos reais).
Vencedor: GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA EPP, de CNPJ 62.413.869/0001-15 (Lote 1).
Valor total: R$ 3.248,00 (Três mil, duzentos e quarenta e oito reais).

Vencedor: KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, de CNPJ 21.971.041/0001-03 (Lotes 4, 5 e 14).
Valor total: R$ 2.386,00 (Dois mil, trezentos e oitenta e seis reais).
Vencedor: GUILHERME XAVIER PIVA LTDA, de CNPJ 18.136.904/0001-04 (Lotes 6 e 12).
Valor total: R$ 2.429,00 (Dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais).
Vencedor: CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA, de CNPJ 10.735.873/0001-04 (Lotes 7, 9, 11, 13 e 17).
Valor total: R$ 3.597,90 (Três mil, quinhentos e noventa e sete reais e noventa centavos).
Vencedor: ALCI N. BECKER & CIA LTDA, de CNPJ 07.052.779/0001-38 (Lotes 10, 21, 22 e 25).
Valor total: R$ 530,15 (Quinhentos e trinta reais e quinze centavos).
Vencedor: VECTOR TI - SUPRIMENTOS DE TI E ELETRONICOS LTDA, de CNPJ 36.999.842/0001-46 (Lote 19).

RONALDO OLIMPIO PEREIRA DE MORAES –
Prefeito Municipal.

Salto do Jacuí, 29 de setembro de 2026.

Publicado por:
Douglas Gomes Maciel
Código Identificador:04704189

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 019/2026

O Prefeito Municipal de Salto do Jacuí, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 019/2026 (Processo Administrativo nº 785/2026), cujo objeto é a aquisição de Equipamentos Diversos para a Atenção Básica, destinados à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, em favor das empresas:
GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA EPP, de CNPJ 62.413.869/0001-15, no valor total de R$ 18.200,00 (Dezoito mil e duzentos reais);
KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, de CNPJ 21.971.041/0001-03, no valor total de R$ 3.248,00 (Três mil, duzentos e quarenta e oito reais);
GUILHERME XAVIER PIVA LTDA, de CNPJ 18.136.904/0001-04, no valor total de R$ 2.386,00 (Dois mil, trezentos e oitenta e seis reais);
CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA, de CNPJ 10.735.873/0001-04, no valor total de R$ 2.429,00 (Dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais);
ALCI N. BECKER & CIA LTDA, de CNPJ 07.052.779/0001-38, no valor total de R$ 3.597,90 (Três mil, quinhentos e noventa e sete reais e noventa centavos);
VECTOR TI - SUPRIMENTOS DE TI E ELETRONICOS LTDA, de CNPJ 36.999.842/0001-46, no valor total de R$ 530,15 (Quinhentos e trinta reais e quinze centavos).
Ficam registrados como desertos ou fracassados os itens 02 (Computador Portátil – Notebook), 03 (Biombo Hospitalar), 08 (Mesa Escrivaninha em L), 15 (Cabo de Bisturi nº 03), 16 (Kit de Instrumentos Cirúrgicos), 18 (Dispositivo para Medidas Antropométricas Tipo Histerômetro), 20 (Cuba de Uso Hospitalar Redonda), 23 (Blocos de Encaixe Infantil Educativo) e 24 (Kit de Avaliação Física), os quais não integram a presente homologação.
Valor total do processo: R$ 30.391,05 (Trinta mil, trezentos e noventa e um reais e cinco centavos).
Salto do Jacuí, 29 de setembro de 2026.

RONALDO OLIMPIO PEREIRA DE MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Gomes Maciel
Código Identificador:14D21288

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO SUL

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
CREDENCIAMENTO 08/2026: CABELO E MAQUIAGEM SOBERANAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO SUL
AVISO DE CREDENCIAMENTO

Torno público o CREDENCIAMENTO Nº 08/2026, vinculado à INEXIGIBILIDADE Nº 44/2026 e ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/2026, destinado ao credenciamento de prestadores para SERVIÇOS DE MAQUIAGEM COMPLETA E PENTEADO PARA AS SOBERANAS MUNICIPAIS. O edital permanecerá disponível durante sua vigência, admitindo-se o cadastramento permanente de novos interessados. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no sítio oficial do Município e junto ao Setor de Licitações, Avenida Eduardo de Britto, nº 101, Bairro Cerutti, Santa Bárbara do Sul/RS, no horário de expediente.
Pedidos de esclarecimento ou impugnação deverão observar os prazos e condições previstos no edital e na Lei nº 14.133/2021, a partir do dia 29/09 até 02/10 as 13hs, pelo e-mail licita@santabarbaradosul.rs.gov.br.
Período de cadastro as empresas interessadas:
De 05/10/2026 a 05/10/2027, sendo prorrogado automaticamente a cada 12 meses.

Santa Bárbara do Sul/RS, 24 de setembro de 2026.

LEANDRO CARAFFINI VENERAL
Prefeito

Publicado por:
Vivian Lima Vargas
Código Identificador:9E5AE738

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
DECRETO

DECRETOS

DECRETO N.º 6.075, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.
Define as autoridades sanitárias competentes para o julgamento de processo administrativo sanitário no município de Santa Bárbara do Sul e dá outras providências.

Observação: O inteiro teor das leis e decretos está disponível junto ao site do Município, no link CESPRO. Os contratos e aditivos estão disponíveis no sistema Licitacon/TCE/RS.

Publicado por:
Glênio Rogério Barbosa Júnior
Código Identificador:C2064492

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
DISPENSA 73/2026: AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO SUL
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Torno Público, que foi realizado o processo de dispensa de licitação nº 73/2026, com fulcro no art. 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/21, ***AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS.***
CONTRATADO: **VANESSA TATSCH - CNPJ: 39.661.987/0001-20,** com valor total **R$ 12.376,40 (doze mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta centavos),** para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Santa Bárbara do Sul/RS, 29 de setembro de 2026

LEANDRO CARAFFINI VENERAL
Prefeito

Publicado por:
Vivian Lima Vargas
Código Identificador:5791A761

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO SUL - RS
DISPENSA 74/2026: SEGURANÇAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO SUL
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Torno Público, que foi realizado o processo de dispensa de licitação nº 74/2026, com fulcro no art. 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/21, para ***CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE SEGURANÇA PARA ATUAR NA FINAL DO DIA 02 DE OUTUBRO NO EVENTO ESPORTIVO - CAMPEONATO MUNICIPAL SEMANA DA PÁTRIA 2026***.
CONTRATADO: **ZELADORIA JP LTDA - CNPJ: 40.508.471/0001-20**, com valor total de **R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)**, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Santa Bárbara do Sul/RS, 29 de setembro de 2026

LEANDRO CARAFFINI VENERAL
Prefeito

Publicado por:
Vivian Lima Vargas
Código Identificador:B60D67EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 072/2026

PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE PESSOAL

GARLENO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **HOMOLOGA** o resultado da avaliação curricular do processo seletivo simplificado para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - LEI 3.763 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026 – EDITAL DE ABERTURA 067/2026.

TECNICO EM ENFERMAGEM

Nº INSC.	CANDIDATO (A)	CLASSIFICAÇÃO
02	LUDIMILA BRASIL CONSUL	1º
01	ANA PAULA DOS SANTOS TEIXEIRA	2º

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA
EM 29 DE SETEMBRO DE 2026

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto.

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:D4619F84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 336/2026

Contrato: nº 336/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTANA DA BOA VISTA
Contratada: SOMA/RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 06.294.126/0001-00
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de ARIPIPRAZOL, 10 MG
Valor total do contrato: R$ 300,00
Vinculação: Pregão Eletrônico nº 09/2025
Vigência: O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até 30 (trinta) dias, contado da data de assinatura do mesmo.

Data da Assinatura: 29/09/2026

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista, 29 de setembro de 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:73EE157E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 138/2026

Processo: 138/2026
Dispensa de Licitação: 138/2026
Contratante: Município de Santana da Boa Vista

Contratado: BENOIT ELETRODOMESTICOS LTDA
Valor: R$ 905,00 (novecentos e cinco reais).
Objeto: O objeto do presente termo é a contratação de empresa especializada para a aquisição de um aparelho celular smartphone para o Conselho Tutelar, através da Secretaria Municipal de Administração e Desporto.

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:029E964F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 140/2026

Processo: 140/2026
Dispensa de Licitação: 140/2026
Contratante: Município de Santana da Boa Vista

Contratada: MATTOS & VIEIRA COMERCIO DE PNEUS E PEÇAS LTDA
Valor: R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais).
Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção de veículos automotores, para o veículo I/M. BENZ 417 NVA AMBULÂNCIA, ano 2024, modelo 2025, placa TQT0J03 pertencente à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.
A necessidade foi identificada durante a realização da geometria do veículo conforme processo 089, ocasião em que foi constatado desgaste irregular nos pneus, evidenciando a necessidade de verificar e corrigir os parâmetros relacionados à suspensão e ao sistema de direção.
Durante a avaliação, verificou-se que a realização apenas da geometria não seria suficiente para solucionar a irregularidade, sendo necessário acrescentar os serviços de correção da cambagem dianteira e do caster, com o objetivo de restabelecer os parâmetros adequados do veículo e evitar a continuidade do desgaste irregular dos pneus.

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:1AAF7D8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RETIFICAÇÃO 01 AO CONTRATO 255/2026

Contrato: Nº 255/2026
Contratante: MUNICIPIO DE SANTANA DA BOA VISTA - RS
Contratada: WESLEY DOS SANTOS CARVALHO
CNPJ/CPF: 40.725.036/0001-57

Altera – se a cláusula quarta do referido contrato devido a um erro de digitação no valor do mesmo.

Onde se lê:

CLÁUSULA QUARTA – VALOR
4.1. *O valor a ser pago pelo presente contrato é de* ***R$ 28.786,00*** *(vinte e oito mil com setecentos e oitenta e seis reais), conforme a proposta da* ***CONTRATADA*** *vencedora da licitação.*

Leia - se:

CLÁUSULA QUARTA – VALOR
4.1. O valor a ser pago pelo presente contrato é de **R$ 28.500,00** (vinte e oito mil com quinhentos reais), conforme a proposta da **CONTRATADA** vencedora da licitação.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Data da Assinatura: 25/09/2026

Prefeitura Municipal de Santana da Boa Vista, 29 de setembro de 2026.

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:F924C9F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 687/2026

GARLENO ALVES DA SILVA – Prefeito Municipal de Santana da Boa Vista, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **DESIGNA** os servidores abaixo relacionados, para atuarem como membros da Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos. Tornando sem efeitos, a partir de 01.10.2026, a portaria 223/2023 e **CONCEDE** aos membros titulares Gratificação mensal de 25% do menor padrão de vencimentos dos Servidores do Município de acordo com o artigo 4º da Lei 2.602 de 17 de junho de 2014.

TITULARES:

NOME	CARGO	MATRICULA
Gabriel Melo Forgiarini	Agente Administrativo	4133-5
Natasha Rosa Batista	Agente Administrativo	3701-0
Valéria Barbosa	Agente Administrativo	3643-9

SUPLENTES:

NOME	CARGO	MATRICULA
Sandro Zulmar Camargo Dias	Fiscal de Obras	2854-1
Marionei da Rosa Fagundes	Guarda Municipal	3016-3
Matheus Ferreira de Castro	Topógrafo	2850-9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DA BOA VISTA
EM 29 DE SETEMBRO DE 2026

GARLENO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se
e Publique-se

GUILHERME ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Desporto

Publicado por:
Claiton Oliveira da Silva
Código Identificador:4462F980

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DA CASA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2791/2026
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DA CASA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO

OBJETO: O projeto **"Fortalecimento da Economia Solidária Local"** visa promover o fortalecimento da economia solidária no território santanense, mediante ações destinadas à melhoria das condições de trabalho e geração de renda dos empreendimentos econômicos solidários, especialmente daqueles vinculados à coleta seletiva, bem como ao incentivo à formação continuada, à participação em espaços de comercialização, feiras, seminários e oficinas, ampliando a autonomia econômica, a visibilidade e as possibilidades de atuação dos integrantes da Casa da Economia Solidária e da Associação de Catadores Novos Horizontes.

INÍCIO: A partir da liberação dos recursos.
TÉRMINO: 12 (doze) meses após a liberação dos recursos.
VALOR GLOBAL: O valor total dos recursos públicos destinados à parceria é de **R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).**

A Lei Federal nº 13.019/2014, chamada de "Marco Regulatório das Parcerias com o Terceiro Setor", estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Referida lei passou a ser aplicada aos Municípios, a partir de 1º de janeiro de 2017, e estabelece uma série de critérios para a formalização de ajustes, dentre eles a regra da realização de chamamento público.

Para a realização do Chamamento Público, vários quesitos deverão ser cumpridos pela municipalidade, entretanto, no presente caso, não haverá chamamento público, posto que se tratam de recursos decorrentes de emendas parlamentares à Lei orçamentária anual e o parágrafo único do artigo 13 prevê que não haverá o chamamento na presente situação, vejamos:

Art. 13. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[…]

Parágrafo Único. – Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares à Lei orçamentária anual, bem como os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento observará o disposto na Lei Federal nº 13.019, 2014, e neste Decreto.

Para a consecução desses resultados, a parceria utilizará os recursos provenientes da Emenda Impositiva nº 151, de autoria do Vereador Dagberto Reis, no valor global de R$ 34.000,00, destinados à aquisição de quatro carrinhos para coleta seletiva, à aquisição de materiais e contratação de serviços necessários à reparação do espaço utilizado pela Associação de Catadores Novos Horizontes, especialmente telhado, janelas e luminárias, bem como à viabilização da participação dos empreendimentos econômicos solidários na Feira Internacional de Economia Solidária e Cooperativismo – FEICOOP e em outras feiras, seminários e oficinas de formação e qualificação, conforme previsto no Plano de Trabalho.

Inclusive, a aquisição dos equipamentos, as reparações e as despesas relacionadas à participação em feiras, seminários, oficinas e demais espaços de formação e comercialização constituem meios de execução da parceria, vinculados ao alcance das metas previstas no Plano de Trabalho, especialmente à melhoria das condições de trabalho dos

catadores, ao fortalecimento da coleta seletiva e da geração de renda, à qualificação dos empreendimentos econômicos solidários e à ampliação de seus espaços de comercialização, não se apresentando, portanto, como finalidades autônomas do repasse. O Plano registra, ainda, que as reparações previstas decorrem dos danos ocasionados pelo temporal ocorrido no mês de maio de 2026 no espaço utilizado para a triagem do material reciclável, buscando assegurar condições adequadas para a continuidade das atividades e preservação dos equipamentos ali existentes.

A entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, sendo seus dirigentes não remunerados, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, atendendo aos critérios da Lei 13.019/2014.

Assim, a demanda foi submetida ao crivo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que, em manifestação exarada em 28 de julho de 2026, analisou o Plano de Trabalho ajustado, registrou a presença de metas, objetivos, ações, recursos humanos e materiais necessários à execução do projeto, bem como a apresentação da documentação pertinente pela entidade e a existência de dotação orçamentária, concluindo pela ausência de impedimentos à realização da parceria.

Na sequência, foi solicitada a manifestação desta Procuradoria-Geral do Município, que se pronunciou favoravelmente à formalização do Termo de Fomento, nos termos do Parecer nº 620/2026 – PGM.

Ainda, convém mencionar que foi apresentado pela instituição o plano de trabalho, CNPJ, Certidões Negativas de débitos da União, estadual, municipal, FGTS, qualificação dos dirigentes e comprovante de endereço.

Diante do exposto, entendo haver justificativa válida, idônea e de interesse público para celebração do Termo de Fomento. Portanto, entendo que as justificativas acima mencionadas atendem o interesse público e obedecem aos princípios constitucionais e aos termos legais, de forma que está de acordo a realização do Termo de Fomento. Essa justificativa deverá ser disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, como forma de atender o artigo 32, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014.

O extrato do Termo de Fomento, após o cumprimento dos prazos, deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito

FELIPE VAZ GONÇALVES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:7EA606C9

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0058/2026

O Departamento de Licitações e Contratos, no uso de suas atribuições legais, torna público:

Processo Administrativo nº 7857/2026
Objeto: Aquisição de Materiais Médicos Hospitalares
Secretaria Municipal de Saúde.

Critério de Julgamento: Menor Preço por item.
Modo de Disputa: Aberto.

Sessão Pública: www.pregaobanrisul.com.br
Data: 14/10/2026 – 08h01min

Editais à disposição: www.sdolivramento.com.br
Informações: E-mail: pmllicitacoes@yahoo.com.br.

Sant'Ana do Livramento, 30 de setembro de 2026.

FABRÍCIO RODRIGUES DA ROSA
Pregoeiro - Portaria 117/2026
Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Liane Ferreira Mora
Código Identificador:9BA5183A

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
INSTRUÇÃO NORMATIVA - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026, 14 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova o Manual de Orientação ao Contribuinte para a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil; estabelece parâmetros para validação e críticas de consistências da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DESIF) e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso das suas atribuições legais, conferidas pelos art. 105, inciso II**,** da Lei Orgânica do Município de Sant'Ana do Livramento e art. 8º do Decreto nº 12.392 de 12 de agosto de 2026;
Considerando a necessidade de divulgar a forma de uso do Sistema de Inteligência Fiscal - GIF para as entregas dos módulos da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras, relativos às obrigações acessórias do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN; e
Considerando o disposto no art. 8º do Decreto nº 12.392 de 12 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Orientação ao Contribuinte para a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil, com as características e instruções do uso do Sistema, Anexo I, desta Instrução Normativa e disponível no Portal da DESIF, no endereço eletrônico https://santanadolivramento.infisc.com.br/portal/home.
§1º A SMF publicará o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF) em sua versão mais recente, juntamente com o manual de uso do Sistema.
§2º O Modelo Conceitual conterá as definições e especificações necessárias ao atendimento da obrigação acessória e será disponibilizado para consulta.

Art. 2º Os parâmetros a serem usados na estrutura de dados da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DESIF), por ocasião de sua validação e críticas de consistências definidas no anexo 11 do Modelo Conceitual da DESIF, são os especificados no Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 3º A entrega das informações dos módulos da DESIF de que trata o Decreto nº 12.392 de 12 de agosto de 2026, deverá ser providenciada na forma do manual aprovado por essa Instrução Normativa, respeitando a periodicidade de geração de cada módulo.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANA GISELA MIRAILH ALVAREZ
Secretária Municipal da Fazenda

Anexo I
Manual de Orientação ao Contribuinte para a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições

Manual disponível no endereço eletrônico https://santanadolivramento.infisc.com.br/services/arquivos/download/arquivosportal?id=3&pasta=arquivos&nomeArquivo=Matriz%20-%20DESIF-ManuaDoContribuinte-GIF4(jul2025).pdf.

Anexo II

Parâmetros para validação e críticas de consistências

Descrição:	Parâmetro:
Versão Modelo Conceitual ABRASF aceita	Para as declarações relativas ao ano-calendário 2024 e anteriores deve ser utilizada a estrutura do modelo conceitual nas versões 2.3 e 3.1, já para as informações relativas às competências **a partir do ano-calendário 2025** deve ser utilizada a **versão 3.2.**
Tipo de declaração aceita	1 - Normal 2 - Retificadora
Tipo de consolidação adotado	3 - Dependência e alíquota 4 - Dependência, alíquota e código de tributação
Tipo de arredondamento adotado	1 - Arredondado
Permissão para a IF declarar imposto retido por subtítulo	Sim
Obrigatoriedade (ou vedação) das contas de despesa	Obrigatoriedade
Exigência do detalhamento do rateio de resultados internos	Sim, para as declarações relativas ao ano-calendário 2024 e anteriores
Exigência do detalhamento de estornos	Sim, sempre que utilizada a estrutura do modelo conceitual nas versões 3.1 e 3.2
Exigência da informação do Código do Evento da partida conforme Tabela de Eventos Contábeis em contas de resultado	Sim, sempre que utilizada a estrutura do modelo conceitual nas versões 3.1 e 3.2
Exigência de preenchimento do Histórico das Práticas, apresentação da descrição detalhada da operação que dá origem à partida do lançamento contábil, sem indicação de siglas ou abreviações.	Sim, sempre que utilizada a estrutura do modelo conceitual nas versões 3.1 e 3.2
Permissão às instituições no município para declarar incentivo fiscal por subtítulo e o percentual máximo desse incentivo	Sim (percentual máximo de 20%)
Tabela de períodos permitidos, às instituições no município, para declarar incentivo fiscal por tipo de consolidação e percentual máximo desse incentivo	Sem limites de períodos
Permissão às instituições para declarar valor a compensar, bem como limite máximo (expresso em R$) do valor a compensar por indébito fiscal	Não permitido
Permissão às instituições no município para declarar valor a compensar por indébito fiscal e percentual máximo (0,00 a 100,00) do ISSQN Devido que as instituições podem compensar, por período	Não permitido
Permissão às instituições no município para declarar valor a compensar por indébito fiscal e o percentual máximo (0,00 a 100,00) do montante de ISSQN a pagar (= ISSQN Devido (-) Retenções (-) Incentivos (-) Suspensão) que as instituições podem compensar, por período	Não permitido

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:B7E70884

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.472, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 283.046,16 – SMO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 283.046,16** (Duzentos e Oitenta e Três Mil, Quarenta e Seis Reais e Dezesseis Centavos) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 8° Incisos I e II, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Obras, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
06.01.15.451.0253.3864	3.44.90.51	Obras e Instalações	85.000,00	93261	1704*
06.01.15.451.0253.3864	3.44.90.51	Obras e Instalações	198.046,16	93276	2704*
		T O T A L	**283.046,16**		

(*) Recurso 1704/2704 – Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, o provável excesso de arrecadação do recurso 704, no valor de R$ 85.000,00 (Oitenta e Cinco Mil Reais), e o superávit financeiro do exercício anterior do recurso 704, no valor de R$ 198.046,16 (Cento e Noventa e Oito Mil, Quarenta e Seis Reais e Dezesseis Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Sant'Ana do Livramento, 25 de setembro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:1775BEAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.475, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 450.450,00 – SMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 450.450,00** (Quatrocentos e Cinquenta Mil, Quatrocentos e Cinquenta Reais) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 9° Inciso IV, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Saúde, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
08.02.10.302.0235.4628	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	450.450,00	93142	1600*
		T O T A L	**450.450,00**		

(*) Recurso 1600 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, o excesso de arrecadação do recurso 600, no valor de R$ 300.300,00 (Trezentos Mil e Trezentos Reais), e o provável excesso de arrecadação do recurso 600, no valor de R$ 150.150,00 (Cento e Cinquenta Mil, Cento e Cinquenta Reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Sant'Ana do Livramento, 28 de setembro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:331CFD94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.476, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 300.000,00 – SMO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 300.000,00** (Trezentos Mil Reais) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 8° Inciso III, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Obras, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
06.01.15.451.0253.3026	3.44.90.51	Obras e Instalações	300.000,00	93252	1500*
		T O T A L	**300.000,00**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
03.01.04.126.0003.4029	3.33.90.40	Serviço Tecnologia da Inf. e Com. - PJ	300.000,00	90757	1500*
		TOTAL.....	**300.000,00**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Sant'Ana do Livramento, 28 de setembro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:D1EAED6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.478, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 115.629,16 – SMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 115.629,16** (Cento e Quinze Mil, Seiscentos e Vinte e Nove Reais e Dezesseis Centavos) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 9° Inciso IV, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Saúde, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
08.01.10.303.0233.4022	3.33.90.32	Material, Bem ou Serviço p/Dist. Gratuita	100.000,00	93095	1500*
08.01.10.303.0233.4088	3.33.90.32	Material, Bem ou Serviço p/Dist. Gratuita	15.629,16	89735	1500*
		T O T A L	**115.629,16**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, a redução das seguintes dotações orçamentárias:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
08.01.10.301.0245.3009	3.44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	59.496,84	89900	1500*
08.01.10.301.0008.4017	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	31,27	89497	1500*
08.01.10.301.0008.4017	3.33.90.40	Serviço Tecnologia da Inf. e Com. - PJ	3.592,63	89492	1500*
08.01.10.302.0235.4529	3.33.90.36	Outros Serviços de Terceiros – PF	2.817,59	93124	1500*
08.01.10.302.0235.4529	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	297,03	93123	1500*
08.01.10.302.0235.4628	3.33.90.30	Material de Consumo	10,00	93140	1500*
08.01.10.302.0235.4628	3.33.90.36	Outros Serviços de Terceiros - PF	10,00	93139	1500*
08.01.10.302.0235.4628	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	283,80	93138	1500*
08.01.10.301.0008.4001	3.31.91.92	Despesas de Exercícios Anteriores	49.090,00	90931	1500*
		TOTAL.....	**115.629,16**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Sant'Ana do Livramento, 28 de setembro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:348E4B57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.480, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 250.000,00 – DAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 250.000,00** (Duzentos e Cinquenta Mil Reais) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 8° Inciso III, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto ao Departamento de Água e Esgotos - DAE, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
50.08.28.846.0000.6008	3.33.90.47	Obrigações Patrimoniais e Contributivas	250.000,00	95	1501*
		T O T A L	**250.000,00**		

(*) Recurso 1501 – Outros Recursos Não Vinculados.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
50.02.04.122.0031.6003	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	250.000,00	24	1501*
		TOTAL.....	**250.000,00**		

(*) Recurso 1501 – Outros Recursos Não Vinculados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Sant'Ana do Livramento, 29 de setembro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:227FD616

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE FOMENTO N° 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E A ASSOCIAÇÃO DA CASA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: **2791/2026**

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.124.961/0001-59, estabelecido na Rua Rivadávia Correa, 858, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **EVANDRO GUTEBIER MACHADO**, portador do RG nº 4069585711, CPF nº 734.049.850-87, doravante denominado CONCEDENTE e, de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DA CASA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO**, inscrita no CNPJ nº 34.249.473/0001-49, estabelecida na Rua Rivadávia Corrêa, nº 60, Sant'Ana do Livramento/RS, nesta cidade, neste ato representada por sua Presidente, **IVONNE ALVES**, portadora do RG nº 1027632098, SSP, e CPF nº 314.346.300-72, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações e no Decreto Municipal nº 9.708/2021, bem como nos Princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Este instrumento tem por objeto a execução do Projeto **"FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA LOCAL",** voltado ao fortalecimento da economia solidária no território santanense, mediante a aquisição de equipamentos destinados à coleta seletiva, aquisição de materiais e contratação de serviços para reparação do espaço utilizado pela Associação de Catadores Novos Horizontes, bem como o apoio à participação dos empreendimentos econômicos solidários na Feira Internacional de Economia Solidária e Cooperativismo – FEICOOP e em feiras, seminários e oficinas de formação e qualificação, visando à melhoria das condições de trabalho, à geração de renda, à formação continuada e à ampliação dos espaços de comercialização, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho anexo a este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente Termo, tem a sua fundamentação legal na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 9.708 de 01 de dezembro de 2021, bem como as demais normas regulamentadoras da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO

3.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho;

3.2. O valor total dos recursos públicos destinados à parceria é de **R$ 34.000,00** (trinta e quatro mil reais);

3.3. Os recursos que compõem a presente parceria decorrem da Emenda Impositiva nº 151, de autoria do Vereador Dagberto Reis, destinada à Associação da Casa de Economia Solidária de Santana do Livramento no exercício de 2026, permanecendo sua execução vinculada às finalidades previstas no Plano de Trabalho.

3.4. A despesa correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

RUBRICA: 14.01.11.334.0263.4678
ELEMENTO: 3.44.50.42
AUXÍLIOS
CÓDIGO REDUZIDO: 94379-7
RECURSO: 1500

RUBRICA: 14.01.11.334.0263.4678
ELEMENTO: 3.33.50.41
CONTRIBUIÇÕES
CÓDIGO REDUZIDO: 94380-0
RECURSO: 1500

3.5. Os recursos serão liberados na seguinte conta corrente: **Banrisul 041, Agência 0280, Conta-Corrente nº 06139228.8-6**, sendo que os referidos valores serão liberados quando da entrega e apresentação da íntegra da documentação da Entidade, perante a Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA

4.1. Este instrumento terá vigência a partir da liberação dos recursos, pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme período de execução indicado no Plano de Trabalho aprovado.

4.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes da data final deste instrumento;

4.2.1. O período de prorrogação não deverá ser superior a quarenta e oito meses;

4.3.No caso de prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

4.3.1. A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

4.4. A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 30 (trinta) dias após a assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O repasse de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso, em consonância com o cronograma de execução da parceria;

5.2. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria;

5.3. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas ao término de cada exercício.

5.4. Os rendimentos eventualmente auferidos na conta específica da parceria integrarão o montante da parceria e poderão ser utilizados na execução do objeto, desde que observadas as disposições do Plano de Trabalho, deste instrumento e da legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – CONTRAPARTIDA

6.1. O detalhamento da forma de cumprimento da contrapartida está contido no Plano de Trabalho;

6.1.2. Não haverá exigência de depósito de recursos financeiros para fins de cumprimento da contrapartida.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES

7.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

7.1.1. Acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal 9.708/2021 e nos demais atos normativos aplicáveis;

7.1.2. Transferir à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos financeiros da parceria, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;

7.1.2.1. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, condicionar a liberação das parcelas à apresentação da prestação de contas anual;

7.1.3. Apreciar as solicitações apresentadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no curso da execução da parceria;

7.1.4. orientar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto à prestação de contas; e

7.1.5. analisar e julgar as contas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

7.2. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

7.2.1. executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei Federal n° 13.019/2014, no Decreto Municipal 9.708/2021 e nos demais atos normativos aplicáveis;

7.2.1.1.com exceção dos compromissos assumidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste instrumento, responsabilizar-se por todas as providências necessárias à adequação e execução do objeto da parceria;

7.2.2. cumprir a contrapartida;

7.2.3. apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o comprovante de abertura da conta bancária específica, isenta de tarifa bancária, destinada exclusivamente a receber e movimentar os recursos provenientes deste termo;

7.2.4. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

7.2.5. na realização das compras e contratações de bens e serviços, adotar métodos usualmente utilizados pelo setor privado, zelando pela observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;

7.2.6. realizar a movimentação de recursos da parceria mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e realizar pagamentos por crédito na conta bancária dos fornecedores e prestadores de serviços;

7.2.6.1. demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, desde que devidamente justificado pela organização da sociedade civil no plano de trabalho;

7.2.7. solicitar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, caso seja de seu interesse, remanejamentos de recursos e o uso dos rendimentos de ativos financeiros no objeto da parceria, indicando a consequente alteração no Plano de Trabalho, desde que ainda vigente este instrumento;

7.2.8. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria;

7.2.9. prestar contas;

7.2.10. realizar devolução de recursos quando receber notificação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA com essa determinação;

7.2.11. Devolver à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA os saldos financeiros não utilizados existentes após o término da parceria, inclusive os provenientes de rendimentos obtidos com aplicações financeiras, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.2.11.1. Os rendimentos de aplicações financeiras poderão ser utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na execução das ações previstas no plano de trabalho, desde que a parceria tenha sido regularmente executada e tais valores estejam devidamente registrados e justificados na prestação de contas, em conjunto com os demais recursos transferidos.

7.2.12. permitir o livre acesso dos agentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução desta parceria, bem como aos locais de execução do objeto;

7.2.13. manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

7.2.14. Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como, a relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos do presente Termo;

7.2.15. Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

7.2.16. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos aos recursos recebidos;

7.2.17. Ressarcir à CONCEDENTE os recursos recebidos, através deste termo, quando se comprovar a sua inadequação em relação à utilização;

7.2.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

7.2.19. Submeter-se a supervisão e orientação técnica promovida pelo CONCEDENTE, fornecendo as informações necessárias a sua execução.

7.2.20. Arcar com o pagamento de toda despesa excedente aos recursos transferidos pelo CONCEDENTE;

7.2.21. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, danos causados e terceiros e pagamento de seguro em geral, eximindo o CONCEDENTE de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA OITAVA – DESPESAS

8.1. Poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

8.1.1. remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, alusivas ao

período de vigência da parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho;

8.1.2. diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução da parceria o exija;

8.1.3. custos indiretos necessários à execução do objeto, tais como internet, transporte, aluguel, telefone, taxas e tarifas, consumo de água e energia elétrica;

8.1.4. bens de consumo, tais como alimentos (quando demonstrada a necessidade no Plano de Trabalho, de acordo com a natureza ou o território da atividade ou projeto), material de expediente, material pedagógico, produtos de limpeza, combustível e gás;

8.1.5. aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais, conforme o disposto no Plano de Trabalho aprovado;

8.1.5.1. como serviços de adequação de espaço físico, a execução de obras voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

8.1.6. contratação de serviços de terceiros, tais como limpeza, manutenção, segurança de instalações físicas, capacitação e treinamento, informática, design gráfico, desenvolvimento de softwares, contabilidade, auditoria e assessoria jurídica;

8.1.7. outros tipos de despesa que se mostrarem indispensáveis para a execução do objeto;
8.2. O pagamento de despesas com equipes de trabalho somente poderá ser autorizado quando demonstrado que tais valores:

8.2.1. correspondem às atividades e aos valores constantes do Plano de Trabalho, observada a qualificação técnica adequada à execução da função a ser desempenhada;

8.2.2. são proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado à parceria, devendo haver memória de cálculo do rateio nos casos em que a remuneração for paga parcialmente com recursos da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

8.2.3 não estão sendo utilizados para remunerar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

– administrador, dirigente ou associado com poder de direção da Organização da Sociedade Civil celebrante da parceria ou, nos casos de atuação em rede, executante;

– agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela execução da parceria no órgão ou entidade pública; ou

– agente público cuja posição no órgão ou entidade pública municipal seja hierarquicamente superior à chefia da unidade responsável pela execução da parceria.

8.3. Não poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

8.3.1. despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

8.3.2. pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na lei de diretrizes orçamentárias;

8.3.3. pagamento de juros, multas e correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, salvo quando as despesas tiverem sido causadas por atraso da administração pública na liberação de recursos;

8.3.4. despesas com publicidade, salvo quando previstas no Plano de Trabalho como divulgação ou campanha de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

8.3.5. pagamento de despesa cujo fato gerador tiver ocorrido em data anterior ao início da vigência da parceria;

8.3.6. pagamento de despesa em data posterior ao término da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do termo de fomento ou de colaboração.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

9.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá propor ou autorizar a alteração do Plano de Trabalho, desde que preservado o objeto, mediante justificativa prévia, por meio de termo aditivo ou termo de apostilamento.

9.2. Será celebrado termo aditivo nas hipóteses de alteração do valor global da parceria e em outras situações em que a alteração for indispensável para o atendimento do interesse público.

9.2.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA providenciará a publicação do extrato dos termos no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e Site Oficial da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento.

9.2.2. Caso haja necessidade de termo aditivo com alteração do valor global da parceria, sua proposta deve ser realizada com antecedência mínima de trinta dias do término da vigência deste instrumento.

9.3. Será editado termo de apostilamento pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA quando necessária a indicação de crédito orçamentário de exercícios futuros e quando a Organização da Sociedade Civil solicitar remanejamento de recursos ou alteração de itens do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – GESTOR DA PARCERIA

10.1. Designa-se como o agente público responsável pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, a servidora **Fernanda Monteiro, Matrícula 231361**, designada por ato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

10.1.1 Compete ao Gestor da parceria durante o período de execução deste instrumento:

10.1.2. Acompanhar a execução do Plano de Trabalho da parceria, devendo ser realizada visita no local de execução da parceria, preferencialmente, de acordo com os marcos executores indicados no Plano de Trabalho;

10.1.3. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação e encaminhar à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para homologação.

10.1.3.1. O relatório técnico de Monitoramento e Avaliação deverá conter os requisitos previstos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014:

I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de

contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

10.2. Compete ao Gestor da parceria durante a fase de prestação de contas deste instrumento:

10.2.1. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração a análise dos relatórios previstos no artigo 66 da Lei Federal nº 13.019/2014, contendo:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

III – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

10.2.2. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I. os resultados já alcançados e seus benefícios;

II. os impactos econômicos ou sociais;

III. o grau de satisfação do público-alvo;

IV. a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

11.1. Designa-se como órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil no exercício de 2026, composta pelos servidores José Adroildo Vieira Fagundes – matrícula nº 226791, Ademir Adelino Martins Machado – matrícula nº 226941 e Deisi Gabriele da Rosa Correa – matrícula nº 822211.

11.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

11.3. Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação a homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação elaborado pela gestora da parceria, observadas as disposições constantes no plano de trabalho, o qual deverá conter:

I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III. valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ATUAÇÃO EM REDE

12.1. Não será possível a execução da parceria pela sistemática de atuação em rede prevista na Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. A prestação de contas será um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria, voltado à demonstração e verificação do cumprimento de metas e resultados, que observará o disposto na Lei Federal n° 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 9.708/2021.

13.2. A prestação de contas dos recursos financeiros de que tratam as cláusulas terceira e quinta, deverá ser apresentada ao CONCEDENTE até 30 dias contados do término da vigência, para parcerias com prazo de vigência igual ou inferior a 1 (um) ano, ficando condicionada a aprovação, com a apresentação dos seguintes documentos:

I. relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, conforme modelo anexo a este Instrumento;

II. na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;

III. comprovante ou demonstração de execução financeira, assinada pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;

IV. cópia das notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, todos datados, valorados, específicos à organização da sociedade civil e à parceria a que se referem;

V. extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria, acompanhado de relatório sintético de conciliação bancária com indicação de despesas e receitas;

VI. comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;

VII. material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;

VIII. relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

IX. lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

X. a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

XI. demonstrativo específico dos rendimentos vinculados à parceria, com indicação da forma de utilização desses valores na execução do objeto ou, se for o caso, do saldo devolvido.

13.2.1. O relatório de execução do objeto deverá conter:

I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados;

II – comprovação do cumprimento do objeto, por documentos como listas de presença, fotos, depoimentos, vídeos e outros suportes;

III – comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver essa exigência; e

IV – documentos sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderão consistir em resultado de pesquisa de satisfação realizada no curso da parceria ou outros documentos, tais como declaração de entidade pública ou privada local, ou manifestação do conselho setorial.

13.3. O parecer técnico da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA sobre o relatório de execução do objeto, considerando o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação, consistirá na verificação do cumprimento do objeto, podendo o gestor da parceria:

– concluir que houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial com justificativa suficiente quanto às metas não alcançadas; ou

– concluir que o objeto não foi cumprido e que não há justificativa suficiente para que as metas não tenham sido alcançadas, o que implicará emissão de parecer técnico preliminar indicando glosa dos valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

13.3.1. Caso haja a conclusão de que o objeto não foi cumprido ou caso haja indícios de irregularidades que possam ter gerado dano ao erário, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada para apresentar, em até 90 (noventa) dias, relatório de execução financeira, que conterá:

– relação das despesas e receitas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do Plano de Trabalho;

– relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

– comprovante de devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;

– extrato da conta bancária específica, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;

– cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do fornecedor, além da indicação do produto ou serviço;e

– memória de cálculo do rateio das despesas, nos casos em que algum item do Plano de Trabalho for pago proporcionalmente com recursos da parceria, para demonstrar que não houve duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item.

13.3.2. Com fins de diagnóstico, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA conheça a realidade contemplada pela parceria, o parecer técnico abordará o cumprimento das metas, os impactos econômicos ou sociais das ações, o grau de satisfação do público - alvo e a possibilidade de sustentabilidade das ações.

13.4. Caso tenha havido notificação para apresentação de relatório de execução financeira, sua análise será realizada mediante parecer técnico que examinará a conformidade das despesas constantes na relação de pagamentos com as previstas no Plano de Trabalho, considerando a análise da execução do objeto; e verificará a conciliação bancária, por meio da correlação entre as despesas da relação de pagamentos e os débitos na conta.

13.5. A análise da prestação de contas final ocorrerá no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de apresentação:

– do relatório de execução do objeto, quando não for necessária a apresentação de relatório de execução financeira; ou

– do relatório de execução financeira, quando houver.

13.5.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão motivada.

13.6. O julgamento final das contas, realizado pela autoridade que celebrou a parceria ou agente público a ela diretamente subordinado, considerará o conjunto de documentos sobre a execução e o monitoramento da parceria, bem como o parecer técnico conclusivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO E DENÚNCIA

14.1. O presente termo poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante comunicado formal com 30 (trinta) dias de prazo e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer umas de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou fortemente inexequível.

14.2. Constituem particularmente motivos de rescisão a constatação de descumprimento de quaisquer exigências fixadas nas normas técnicas e diretrizes, constante deste termo e seus anexos, bem como a legislação que rege o presente ajuste.

14.3. Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigora este instrumento, creditando-lhes, igualmente os benefícios adquiridos nos mesmos períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO

15. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a PROPONENTE compromete-se a restituir os valores transferidos pelo CONCEDENTE, podendo ser por meio de ações compensatórias de interesse público, ou quando for o caso pela restituição integral dos recursos, conforme dispõe o parágrafo 5º do Artigo 51 do Decreto Municipal nº 9.708/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

16. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas do Decreto Municipal nº 9.708/2021 e o art. 73 da Lei Federal nº 13.019/14, o CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao PROPONENTE as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a PROPONENTE ressarcir o órgão pelos prejuízos resultantes.

16.1. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

17.1. Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na cláusula primeira deste termo, bem como a confecção de *folders*, cartazes, faixas e *banners*, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Sant´Ana do Livramento, com os respectivos logos e marcas de governo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

18.1. Para a realização do Chamamento Público, vários quesitos deverão ser cumpridos pela municipalidade, entretanto, no presente caso, não haverá chamamento público, posto que se trata de **recursos decorrentes de emendas parlamentares** à Lei orçamentária anual e o parágrafo único do artigo 13 do Decreto Municipal nº 9.708/2021 prevê que não haverá o chamamento na presente situação.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Fomento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, elegendo-se o Foro desta Comarca para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes a execução do presente termo.

Sant'Ana do Livramento-RS, 29 de setembro de 2026.

ANEXO I DO INSTRUMENTO – Plano de Trabalho da Organização da Sociedade Civil;

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito

Associação da Casa de Economia Solidária de Santana do Livramento
IVONNE ALVES

MARIA UMBELINA DREKENER
Secretária Municipal de Administração

RAFAEL DAMASCENO DE CAMARGO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:5D1A3324

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO

GESTÃO - CELIC
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026

MUNICÍPIO DE SANTIAGO
O Município de Santiago torna público o seguinte processo:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026. Processo Administrativo nº 266/2026.
O MUNICÍPIO DE SANTIAGO/RS, em conformidade com o art. 75, §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021, torna público que a Administração pretende realizar a contratação direta para "AQUISIÇÃO DE FANTASIAS PARA SEREM USADAS EM CAMPANHAS/EVENTOS PROMOVIDOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR.". Eventuais interessados poderão apresentar Proposta de Preço através do e-mail: licitacaostg@gmail.com, até as 10:00 horas do dia 09/10/2026, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Maiores informações no site www.santiago.rs.gov.br, no Quadro de Publicações Oficiais do Município e pelo fone (55)3249-7500.
MUNICÍPIO DE SANTIAGO, 29/09/2026.

MARCELO GÖRSKI DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Andres
Código Identificador:D52847BC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2° ATUALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 035/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 037/2026 VALIDADE: 15/04/2026 a 15/04/2027. 1. O Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, expressa a publicação da Ata de Registro de Preços do Processo na Modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº. 037/2026, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de persianas Rolo do tipo Rolo com fator de abertura de 1% (um por cento), na cor branca, confeccionadas em tecido translúcido e produzidas sob medida, incluindo instalação das novas persianas, com fornecimento de todos os materiais, acessórios, e equipamentos e mão de obra necessário para execução, conforme especificados abaixo: 1.1. REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de persianas Rolo do tipo Rolo com fator de abertura de 1% (um por cento), na cor branca, confeccionadas em tecido translúcido e produzidas sob medida, incluindo instalação das novas persianas, com fornecimento de todos os materiais, acessórios, e equipamentos e mão de obra necessário para execução, conforme ata de registro de preço disponibilizada no sítio oficial da Prefeitura Municipal (link abaixo). 1.2 O relatório de Cadastro Reserva e Ranking do processo estão disponíveis para downloads no Portal de Compras públicas no site www.portaldecompraspublicas.com.br, através de consulta pelo número do respectivo processo licitatório. OBSERVAÇÃO: * A ata na íntegra estará disponível sítio oficial da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, acessível no link: https://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/atas-de-registro-arp/registro-de-precos-paraaquisicao-de-persianas-para-a-semsa/
Santo Antônio da Patrulha, 29 de Setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA,
Prefeito Municipal, em Exercício.

Publicado por:
Jerônimo da Silveira Borba
Código Identificador:EF7236D0

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.° 031/2026

Comunicamos aos interessados que está aberta a Concorrência eletrônica n.° 031/2026 do tipo menor preço, exclusiva às beneficiárias da lei complementar nº 123/2006, destinada à contratação de empresa para fornecimento de materiais e prestação de serviços para pavimentação em bloco de concreto intertravado em trecho da Rua Maria Rosa Freiberger de Souza, localidade de Evaristo, no município de Santo Antônio da Patrulha/RS, em atendimento à Emenda Impositiva nº 065/2025, conforme Projeto Básico em anexo. O credenciamento e a sessão pública serão realizados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, com abertura no dia 10 de novembro de 2026 às 09hs e 01min, devendo as propostas serem apresentadas no referido site até às 09h do mesmo dia.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal, em Exercício.

Publicado por:
Luiza de Freitas Muller
Código Identificador:FE3819A4

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 118/2026

Comunicamos aos interessados que está aberto o Pregão Eletrônico nº. 118/2026, do tipo menor preço por item, para contratação de serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado para atendimento da demanda das Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito. O credenciamento e a sessão pública serão realizados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, com abertura no dia

19/10/2026 às 09hs e 01min, devendo as propostas serem apresentadas no referido site até às 09hs do mesmo dia.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Edna Muniz Dos Santos
Código Identificador:297D25A9

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 120/2026

Comunicamos aos interessados que está aberto o Pregão Eletrônico nº.120/2026 que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização e iluminação, incluindo equipamentos, instalação e operação, para realização de eventos, atividades e programações da Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes do Município e Secretaria Municipal da Educação. O credenciamento e a sessão pública serão realizados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, com abertura no dia 16/10/2026 às 09:01hs, devendo as propostas serem apresentadas no referido site até às 9hs do mesmo dia.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariana Castilhos de Souza
Código Identificador:8BD90614

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 329, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Especial por Redução, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 10.622/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2026 a 2029, Lei Municipal nº 10.737/2025 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 e Lei Municipal n° 10.811/2025 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
Art. 1.° Fica aberto Crédito Especial por Redução, no valor de R$ 220.000,00, na forma da Lei n.° 11.243/2026, conforme descrição:
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
03 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
18 - GESTÃO AMBIENTAL
542 - CONTROLE AMBIENTAL
0002 - Gestão do Poder Executivo
1135 - Infraestrutura para usina fotovoltaica
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALACOES, rec. 1500, dest. 0000000 - R$ 220.000,00
TOTAL R$ 220.000,00
Art. 2.° Servirá de recurso para cobrir a abertura do Crédito Especial previsto no artigo anterior, a redução do seguinte crédito orçamentário conforme descrição:
11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9999 - Reserva de Contingência
9999 - Reserva de Contingência
9.9.99.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA E RESERVA DO RPPS, dot. 1673, rec. 1500, dest. 0000000 - R$ 220.000,00
TOTAL R$ 220.000,00
Art. 3.°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Cristina Salazar
Código Identificador:774C4304

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 330, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Especial por Redução, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 10.622/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2026 a 2029, Lei Municipal nº 10.737/2025 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 e Lei Municipal n° 10.811/2025 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
Art. 1.° Fica aberto Crédito Especial por Redução, no valor de R$ 9.554,28, na forma da Lei n.° 11.244/2026, conforme descrição:
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
01 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - SAÚDE
301 - ATENÇÃO BÁSICA
0002 - Gestão do Poder Executivo
1021 - UBS Amiga do Idoso cta 3110
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, rec. 2621, dest. 0000011- R$ 9.554,28
TOTAL R$ 9.554,28
Art. 2.° Servirá de recurso para cobrir a abertura do Crédito Especial previsto no artigo anterior, a redução do seguinte crédito orçamentário conforme descrição:
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
01 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - SAÚDE
301 - ATENÇÃO BÁSICA
0002 - Gestão do Poder Executivo
1021 - UBS Amiga do Idoso cta 3110
3.3.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA, dot. 886, rec. 2621, dest. 0000011 - R$ 9.554,28
TOTAL R$ 9.554,28
Art. 3.°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Cristina Salazar
Código Identificador:15B56D95

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 331, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 10.622/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2026 a 2029, Lei Municipal nº 10.737/2025 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 e Lei Municipal n° 10.811/2025 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.° Fica aberto Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 697,04, na forma da Lei n° 11.245/2026, conforme descrição:
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
01 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - SAÚDE
301 - ATENÇÃO BÁSICA
0002 - Gestão do Poder Executivo
1021 - UBS Amiga do Idoso cta 3110
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, rec. 1621, dest. 0000011 - R$ 697,04
TOTAL R$ 697,04

Art. 2.° Servirá de recurso para cobrir a abertura do Crédito Especial previsto no artigo anterior, o Excesso de Arrecadação da Receita 1.3.2.1.01.1.1.01.26.00 -Remuneração Dep Banc Cta 3113 UBS Amiga do Idoso-621(4011), no valor de R$ 697,04.

Art. 3.° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Cristina Salazar
Código Identificador:FA638B84

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 332, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Realiza a Transferência de dotações entre créditos orçamentários no valor de R$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais) no orçamento corrente da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1° Fica transferida dotações orçamentárias, com base no art. 24 da Lei Municipal n° 10.737/2025, no valor total de R$ 10.700,00, conforme as seguintes descrições:

I - Do crédito orçamentário 08.04.04.122.0002.2136-3.3.90.30-MATERIAL DE CONSUMO, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 1350 no valor de R$ 1.700,00 para o crédito 08.04.04.122.0002.2136-3.3.90.14-DIARIAS - PESSOAL CIVIL, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 1349;
II - Do crédito orçamentário 03.05.04.129.0002.1003-3.3.90.30-MATERIAL DE CONSUMO, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 180 no valor de R$ 500,00 para o crédito 03.05.04.129.0002.2014-3.3.90.14-DIARIAS - PESSOAL CIVIL, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 191;
III - Do crédito orçamentário 03.05.04.129.0002.1003-3.3.90.39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 182 no valor de R$ 500,00 para o crédito 03.05.04.129.0002.2014-3.3.90.14-DIARIAS - PESSOAL CIVIL, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 191;
IV - Do crédito orçamentário 03.02.04.122.0002.2011-3.3.91.97-APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 139 no valor de R$ 5.000,00 para o crédito 03.02.04.122.0002.2011-3.1.90.16-OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 117;
V - Do crédito orçamentário 03.02.04.122.0002.2011-3.3.91.97-APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 139 no valor de R$ 3.000,00 para o crédito 03.04.04.123.0002.2013-3.1.90.16-OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL, rec. 1500, dest. 0000000, dot. 165.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Diego Dias Dos Santos
Código Identificador:EE000259

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO ATUALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 088/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 095/2025 VALIDADE: 13/11/2025 A 13/11/2026 (12 MESES)

O Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, neste ato representado por seu Prefeito em exercício Marcelo Santos da Silva, expressa a publicação da Ata de Registro de Preços do Processo na Modalidade de Pregão Eletrônico nº 095/2025, destinada a aquisição de equipamentos de informática,para atendimento da demanda das Secretarias Municipais, e Gabinete do Prefeito Municipal.

Ficam atualizadas as quantidades registradas conforme segue:

JVP INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA.

Item	Quant.	Un.	Especificação do Objeto	Valor Unitário
01	12	Un	GPS portátil, aparelho portátil de alta sensibilidade para posicionamento preciso em locais de difícil localização; visor monocromático; tela mínimo 2,2"; bateria 2 pilhas aa; receptor de alta sensibilidade; interface mini usb; mapa base; registro de trajetos; rotas; gps; glonass; bússola gps; navegação ponto a ponto; cálculo de áreas. garantia mínima de 12 meses. Marca: GARMIN/ETREX SE	R$ 1.430,00
03	58	Un	Roteador dual band 2.4ghz (até 300mbps) e 5ghz (até 867mbps), 4x antenas fixas 5dbi, mínimo 3 portas lan(10/100/1000) e 1 porta wan (10/100/1000). modelo referência intelbras rg 1200. garantia mínima de 12 meses. Marca: KNUP/KP-RW406G	R$ 165,00

PPL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA

Item	Quant.	Un.	Especificação do Objeto	Valor Unitário
02	30	Un	Monitor de led, área mínima de 21,5"(polegadas) ou superior, resolução mínima 1920x1080, deverá possuir entrada de vídeo VGA e HDMI com adaptador para displayport; tempo de resposta igual ou inferior a 08 milissegundos, fonte de alimentação automática 110/220VAC, o monitor deverá ser fornecido com cabo de energia e garantia mínima de 12 meses. Marca: MNBOX/D-MN003	R$ 355,00

O relatório de Cadastro Reserva, e Ranking do processo estão disponíveis para downloads no Portal de Compras públicas no site

www.portaldecompraspublicas.com.br, através de consulta pelo número do respectivo processo licitatório.

OBSERVAÇÃO: * A ata na íntegra estará disponível no site http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br.

Santo Antônio da Patrulha, 29 setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Edna Muniz Dos Santos
Código Identificador:188D4611

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE 1.ª ATUALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 042/2026

1. O Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, expressa a publicação da Ata de Registro de Preços do Processo na Modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº. 040/2026, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem completa e higienização de veículos automotores, abrangendo veículos leves, caminhonetes, vans, micro-ônibus e ambulâncias pertencentes à frota da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificados abaixo: 1.1. REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem completa e higienização de veículos automotores, abrangendo veículos leves, caminhonetes, vans, micro-ônibus e ambulâncias pertencentes à frota da Secretaria Municipal da Saúde, conforme ata de registro de preço disponibilizada no sítio oficial da Prefeitura Municipal (link abaixo). 1.1.1. Ficam atualizadas as quantidades registradas aos itens, conforme relatório anexo. 1.2 O relatório de Cadastro Reserva e Ranking do processo estão disponíveis para downloads no Portal de Compras públicas no site www.portaldecompraspublicas.com.br, através de consulta pelo número do respectivo processo licitatório. OBSERVAÇÃO: * A ata na íntegra estará disponível sítio oficial da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, acessível no link: https://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/atas-de-registro-arp/registro-de-precos-para-contratacao-de-empresa-especializada-na-prestacao-de-servicos-de-lavagem-completa-e-higienizacao-de-veiculos-automotores-abrangendo-veiculos-leves-caminhonetes-vans-micro-o/.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Gustavo Alves Dos Reis
Código Identificador:30DEDFC0

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE 4.ª ATUALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 084/2025

1. O Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, expressa a publicação da Ata de Registro de Preços do Processo na Modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº. 110/2025, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para o fornecimento de premiação para atender as demandas de atividades esportivas e homenagens realizadas pela Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes – SECTE, conforme especificados abaixo: CLÁUSULA I – DO OBJETO: 1.1- Através da presente ata ficam registrados os valores para Registro de Preços visando o fornecimento de premiação para atender as demandas de atividades esportivas e homenagens realizadas pela Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes - SECTE, para as respectivas empresas conforme descrito no Relatório Final da Licitação – RP – PMSAP, em anexo. 1.1.1. Ficam atualizadas as quantidades registradas para os itens, conforme relatório. 1.2 O relatório de Cadastro Reserva e Ranking do processo estão disponíveis para downloads no Portal de Compras públicas no site www.portaldecompraspublicas.com.br, através de consulta pelo número do respectivo processo licitatório. OBSERVAÇÃO: * A ata na íntegra estará disponível sítio oficial da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, acessível no link: https://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/atas-de-registro-arp/registro-de-precos-visando-o-fornecimento-de-premiacao-para-atender-as-demandas-de-atividades-esportivas-e-homenagens-realizadas-pela-secretaria-municipal-da-cultura-turismo-e-esportes-secte/.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Gustavo Alves Dos Reis
Código Identificador:3C3D7653

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE 4.ª ATUALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 094/2025

1. O Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, expressa a publicação da Ata de Registro de Preços do Processo na Modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº. 107/2025, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e insumos médicohospitalares para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificados abaixo: 1.1. REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e insumos médico-hospitalares para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme ata de registro de preço disponibilizada no sítio oficial da Prefeitura Municipal (link abaixo). 1.1.1. Ficam atualizadas as quantidades registradas para os itens, conforme relatório anexo. 1.2 O relatório de Cadastro Reserva e Ranking do processo estão disponíveis para downloads no Portal de Compras públicas no site www.portaldecompraspublicas.com.br, através de consulta pelo número do respectivo processo licitatório. OBSERVAÇÃO: * A ata na íntegra estará disponível sítio oficial da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, acessível no link https://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/atas-de-registro-arp/rp-para-aquisicao-demedicamentos-e-insumos-medico-hospitalares-para-atender-demandas-da-semsa/. Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Gustavo Alves Dos Reis
Código Identificador:93F3543C

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081/2026

1. O Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, expressa a publicação da Ata de Registro de Preços do Processo na Modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº. 112/2026, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de tubos de concreto DN 300 PS1 MF JR para rede pluvial conforme ABNT NBR 8890, destinados à implantação, ampliação, manutenção e recuperação das redes de drenagem pluvial do Município, conforme especificados abaixo: 1.1. REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de tubos de concreto DN 300 PS1 MF JR para rede pluvial conforme ABNT NBR 8890, destinados à implantação, ampliação, manutenção e recuperação das redes de drenagem pluvial do Município, conforme ata de registro de preço disponibilizada no sítio oficial da Prefeitura Municipal (link abaixo).

1.2 O relatório de Cadastro Reserva e Ranking do processo estão disponíveis para downloads no Portal de Compras públicas no site www.portaldecompraspublicas.com.br, através de consulta pelo número do respectivo processo licitatório. OBSERVAÇÃO: * A ata na íntegra estará disponível sítio oficial da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, acessível no link: https://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/atas-de-registro-arp/registro-de-precos-para-aquisicao-de-tubos-de-concreto-dn-300-ps1-mf-jr-para-rede-pluvial-conforme-a-abnt-nbr-8890-destinados-a-implantacaoampliacao-manutencao-e-recuperacao-das-redes-de-drenagem/.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de agosto de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA,
Prefeito Municipal, em Exercício.

Publicado por:
Gustavo Alves Dos Reis
Código Identificador:85DE3289

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO

Homologo o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 237/2026 na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº. 069/2026, destinado à aquisição de licença de uso software OrçaFascio, solução voltada para a elaboração, gestão e automação de orçamento de obras e serviços de engenharia, em conformidade com o Mem. n.º 850/2026 e pedido de compra n.º 2026/3018 da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPDE, bem como Memorando n.º 3.232/2026- PGM, o qual orienta a modalidade para referida contratação com base no inciso I do art. 74, da Lei Federal n.º 14.133/2021, através da empresa 3F LTDA CNPJ nº 23.484.444/0001-45, para aquisição de licenças de software OrçaFascio com os seguintes módulos: 1) Módulo Orçamento ao valor de R$ 1.099,00; 2) Módulo bases adicionais ao valor
de R$ 1.099,00; 3) Módulo gestão de base própria - 3 bases ao valor de R$ 599,00; 4) Módulo OF medição ao valor de R$ 2.198,00; 5) Módulo diário de obra R$ 1.099,00, totalizando R$ 6.094,00 (seis mil e noventa e quatro reais) . O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado. Desta forma, adjudico o objeto deste processo a empresa retro citada. Nada mais a constar.
Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Luiza da Silva Vargas
Código Identificador:B2CC05DD

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI N° 11.243, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Especial por Redução, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 10.622/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2026 a 2029, Lei Municipal nº 10.737/2025 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 e Lei Municipal n° 10.811/2025 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1°Fica autorizada a abertura de Crédito Especial por Redução, no valor de R$ 220.000,00, conforme descrição:
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
03 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
18 - GESTÃO AMBIENTAL
542 - CONTROLE AMBIENTAL
0002 - Gestão do Poder Executivo
1135 - Infraestrutura para usina fotovoltaica
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS - R$ 220.000,00
TOTAL R$ 220.000,00

Art. 2°Servirá de recurso para cobrir a abertura do Crédito Especial previsto no artigo anterior, a redução do seguinte crédito orçamentário conforme descrição:
11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9999 - Reserva de Contingência
9999 - Reserva de Contingência
9.9.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS - R$ 220.000,00
TOTAL R$ 220.000,00

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Cristina Salazar
Código Identificador:2F24ABF3

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI N° 11.244, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Especial por Redução, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 10.622/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2026 a 2029, Lei Municipal nº 10.737/2025 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 e Lei Municipal n° 10.811/2025 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1°Fica autorizada a abertura de Crédito Especial por Redução, no valor de R$ 9.554,28, conforme descrição:
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
01 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - SAÚDE
301 - ATENÇÃO BÁSICA
0002 - Gestão do Poder Executivo
1021 - UBS Amiga do Idoso cta 3110
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS - R$ 9.554,28
TOTAL R$ 9.554,28

Art. 2°Servirá de recurso para cobrir a abertura do Crédito Especial previsto no artigo anterior, a redução do seguinte crédito orçamentário conforme descrição:
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
01 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 - SAÚDE
301 - ATENÇÃO BÁSICA
0002 - Gestão do Poder Executivo
1021 - UBS Amiga do Idoso cta 3110
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS - R$ 9.554,28
TOTAL R$ 9.554,28

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Cristina Salazar
Código Identificador:269CDF78

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI N° 11.245, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 10.622/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2026 a 2029, Lei Municipal nº 10.737/2025 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 e Lei Municipal n° 10.811/2025 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1°Fica autorizada a abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 697,04, conforme descrição:
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
01 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - SAÚDE
301 - ATENÇÃO BÁSICA
0002 - Gestão do Poder Executivo
1021 - UBS Amiga do Idoso cta 3110
4.4.90-APLICAÇÕES DIRETAS – R$ 697,04
TOTAL – R$ 697,04
Art. 2°Servirá de recurso para cobrir a abertura do Crédito Especial previsto no artigo anterior, o Excesso de Arrecadação da Receita 1.3.2.1.01.1.1.01.26.00 -Remuneração Dep Banc Cta 3113 UBS Amiga do Idoso-621(4011), no valor de R$ 697,04.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Cristina Salazar
Código Identificador:07B63094

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI N° 11.246, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Altera dispositivos da Lei n.º 8.567, de 24 de setembro de 2020, que Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), institui a Gestão e a Unidade do PROCON municipal (PROCON/ Santo Antônio da Patrulha), o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (CODECON) e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (FMPDC).

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os incisos do art. 9º, da Lei n.º 8.567, de 24 de setembro de 2020, que Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), institui a Gestão e a Unidade do PROCON municipal (PROCON/ Santo Antônio da Patrulha), o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (CODECON) e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (FMPDC), passam a vigorar com as seguintes redações:

“I - o Gestor do PROCON Municipal, representante do referido órgão;
II - um (1) representante da Secretaria Municipal da Administração e Finanças (SEMAF);
III - um (1) representante da Procuradoria Geral do Município (PGM);
IV - um (1) representante da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Econômico
(SEPDE);
V - um (1) representante da Promotoria de Justiça do Município;
VI - um (1) representante do Sindicato dos Empregados no Comércio de Santo Antônio da Patrulha;
VII - um (1) representante da Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Município (ACISAP);
VIII - um (1) representante de subseção da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil sediada no neste Município; e
IX - dois (2) representantes das Associações de Moradores do Município.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Cristina Salazar
Código Identificador:55B2E432

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.° 2.745, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026
PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CONSTANTE NO EDITAL N.° 35/2024, HOMOLOGADO PELA PORTARIA N.° 3.089/2024, PARA O CARGO DE PROFESSOR ÁREA I - EDUCAÇÃO INFANTIL - 24H, E DÁ OUTRAS P

PORTARIA N.° 2.745, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Prorroga prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado constante no Edital n.° 35/2024, homologado pela Portaria n.° 3.089/2024, para o cargo de Professor Área I - Educação Infantil - 24h, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1.° Prorrogar o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado previsto no Edital n.º 35/2024, homologado pela Portaria n.° 3.089/2024, para o cargo de **Professor Área I - Educação Infantil - 24h**, em conformidade com o art. 7.º, do Decreto Municipal n.° 328, de 20 de outubro de 2025, por um período de 2 (dois) anos, a contar de 10 de dezembro 2026.

Art. 2.° Torna sem efeito a Portaria n.° 2.725, de 28 de setembro de 2026.

Art. 3.° Esta Portaria entra em vigor a contar de 10 de dezembro de 2026.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de setembro de 2026.

MARCELO SANTOS DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Giovana Dos Santos
Código Identificador:1DF320D1

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA CONTRATO

CONTRATO: Contrato de Prestação de Serviços nº. 139/2026.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 064/2026.
CONTRATADO: SALTO EDITORA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 45.407.581/0001-19
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação e supervisão técnica presencial às equipes da Gestão, da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Santo Antônio da Patrulha/RS
VALOR TOTAL: R$ 27.934,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses, podendo ser prorrogado

Publicado por:
Luiza da Silva Vargas
Código Identificador:221A2ADE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA DE 1.º ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 088/2025

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE N.º 029/2025. CONTRATO: PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. º 088/2025. OBJETO: Locação de imóvel (sala) destinada à Unidade de Dispensação de Medicamentos da Secretaria Municipal da Saúde. CONTRATADA: IMOBILIÁRIA SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA LTDA - ME CNPJ 10.672.865/0001-58. ADITIVO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato para prorrogar a sua vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 30/09/2026, conforme solicitação contida no Memorando 1418/2026-SEMSA, de 24/09/2026. CLÁUSULA SEGUNDA – Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato para incluir a importância de R$ 8.880,00 (Oito mil, oitocentos e oitenta reais), equivalente a R$ 740,00 (setecentos e quarenta reais) mensais, atualizados pelo IPCA/IBGE, com alíquota de 2,0689%, conforme orientação contida no Memorando 161/2026-DEF, de 23/09/2026 e Termo Pedido de Compra nº 2026/3541, de 24/09/2026. CLÁUSULA TERCEIRA – As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: As demais cláusulas não atingidas pelo presente instrumento permanecem em vigor.

Publicado por:
Gustavo Alves Dos Reis
Código Identificador:4FD74ACD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO REABERTURA DE PRAZO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico n° 050/2026 (Processo Administrativo nº 220/2026). **Tipo:** Menor Preço Por Item. **Objeto:** Registro de Preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos de informática e outros em atendimento às demandas das diversas secretarias do Município, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital **(ANEXO I). Da alteração:** Em face da anulação dos itens: 19, 26, 30, 42, 50, 54 e 55ficam alteradas as seguintes datas constantes do preâmbulo do Edital: **Data/hora limite para recebimento de propostas:** 21/10/2026, às 09h, **Data/hora da abertura das propostas:** 21/10/2026, às 09h01min., **Data/hora início da disputa:** 21/10/2026, às 09h02min. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Edital e seus anexos. **Informações: compras@santoaugusto.rs.gov.br.** Santo Augusto-RS, 29 de setembro de 2026.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Adriane Nogueira de Oliveira
Código Identificador:AC8DD371

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

A Prefeita de Santo Augusto/RS, torna pública a convocação para a Contratação Temporária para provimento do cargo abaixo, conforme Lei Municipal nº 3.629 de 16 de junho de 2026:

CONVOCA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, CRISTIANE DOS SANTOS, classificado em 10° lugar, para o cargo de ENCARREGADO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS;

O (a) candidato (a) convocado (a) deverá comparecer à Divisão de Recursos Humanos no prazo de 10 dias a contar da data de publicação da convocação, para apresentação dos documentos. Findo o prazo, será convocado(a) o(a) próximo(a) candidato(a) de acordo com a ordem de classificação.

A seleção obedece à ordem de classificação no Processo Seletivo Público Simplificado regido pelo Edital nº 01/2025 de 12 de fevereiro de 2025, e resultado final homologado pelo Edital de Classificação Final 01/2025, publicado em 28 de março de 2025.

GABINETE DA PREFEITA DE SANTO AUGUSTO, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

LILIAN FONTOURA DEPIERE
Prefeita Municipal
Matrícula 2285-2

Publicado por:
Priscila Schüler Mosmann Cavalheiro
Código Identificador:30A3E599

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 10º ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2025

Extrato Aditivo 010 – Prorrogação de Vigência - Contrato Nº: 019/2025. Contratante..: MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO - RS. Contratada...: ESTRUTURAR CONSTRUÇÕES LTDA. Vigência.....: Início: 19/10/2026. Término: 15/02/2027. Licitação.....: Concorrência n° 001/2025 (Processo Licitatório nº

011/2025). Objeto.....: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, visando a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Tipo I, junto ao Bairro Petrópolis no município de Santo Augusto-RS, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), proposta nº 12740.3340001/24-005, conforme especificações constantes do Projeto Técnico, Termo de Referência, Edital da Licitação, proposta vencedora e demais anexos aos documentos citados. **Do Aditivo:** Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, de 19/10/2026 até 15/02/2027, conforme previsão contratual constante no subitem 4.1 (quatro ponto um), com fundamento no art. 6º, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/21, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde através do Memorando nº 520/2026/SMS, Parecer da Advogada do Município e despacho da Sra. Prefeita Municipal, que passam a fazer parte do presente aditivo para todos os efeitos legais.

Santo Augusto – RS, 29 de setembro de 2026.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Fabio Skalski do Amaral
Código Identificador:1FF239D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa de Licitação Presencial n° 49/2026 (Processo Administrativo nº 226/2026). **Objeto:** Contratação de empresa para aquisição de peças e realização de serviço de mão de obra complementares para conserto do veículo de placas JAQ-2B84 - Ônibus Marcopolo Volare V8L ON ano/modelo: 2020/2021, lotado na Secretaria Municipal de Educação. **EMPRESA:** AUTO PECAS E TRANSPORTES GOTTERT LTDA ME, (CNPJ nº 88.515.028/0001-02): Item: 1, 2, 3, 4, 5. **Valor Total:** R$ 2.515,00. **Base Legal:** Artigo 75; Dispositivo VIII; nos casos de emergência ou calamidade, caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade de serviços ou segurança de pessoas/obras/serviços.

Santo Augusto-RS, 29 de setembro de 2026.

LILIAN FONTOURA DEPIERE,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Stéfani Carine Bender
Código Identificador:D62642F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOMEAÇÃO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO

A Prefeita de Santo Augusto/RS, torna pública a nomeação do (a) aprovado (a) abaixo para o provimento de cargo público efetivo, referente ao Concurso Público instaurado pelo Edital nº 01/2023 de 19 de dezembro de 2023, homologado pelo Edital nº 10/2024, publicado em 26 de março de 2024:

NOMEIA ELIZIANE DE ASSUNCAO PAZ, para exercer o cargo de Recepcionista, classificado em 21º lugar;

A Portaria de Nomeação será publicada no mural de Publicações Oficiais do Poder Executivo, junto ao hall de entrada do Centro Administrativo, a partir de 30 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

LILIAN FONTOURA DEPIERE
Prefeita Municipal
Matrícula 2285-2

Publicado por:
Priscila Schüler Mosmann Cavalheiro
Código Identificador:9E9620DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOMEAÇÃO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO

A Prefeita de Santo Augusto/RS, torna pública a nomeação do (a) aprovado (a) abaixo para o provimento de cargo público efetivo, referente ao Concurso Público instaurado pelo Edital nº 01/2023 de 19 de dezembro de 2023, homologado pelo Edital nº 10/2024, publicado em 26 de março de 2024:

NOMEIA LUANA BARTSCH, para exercer o cargo de Enfermeiro, classificado em 5º lugar;

A Portaria de Nomeação será publicada no mural de Publicações Oficiais do Poder Executivo, junto ao hall de entrada do Centro Administrativo, a partir de 30 de setembro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

LILIAN FONTOURA DEPIERE
Prefeita Municipal
Matrícula 2285-2

Publicado por:
Priscila Schüler Mosmann Cavalheiro
Código Identificador:9EF71716

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO 01 AO CONTRATO Nº 78/2025

Contratante: Município de São João do Polêsine/RS.
Contratada: FERNANDO GUEDES REGINATO LTDA., inscrita no CNPJ nº 07.548.854/0001-56, com sede na Rua Tuiuti, nº 1093, Fundos, Bairro Centro, Santa Maria/RS, CEP 97.015-660.
Processo Administrativo nº 448/2025 – Dispensa de Licitação nº 371/2025. Objeto: prestação de serviços de instalação no modelo de comodato, configuração e documentação do sistema de telefonia VoIP, a ser implementado na central de tecnologia híbrida. **Aditivo:** reajuste de 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento), com base no IPCA, passando o valor mensal do Item 1 – Locação/Comodato do Equipamento Central Telefônica e Componentes para R$ 1.646,73 (um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos), e do Item 2 – Prestação de Serviços e Suporte Técnico de Manutenção da Central Telefônica para R$ 541,96 (quinhentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos), totalizando R$ 2.188,69 (dois mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos) mensais e R$ 26.264,28 (vinte e seis mil, duzentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos) para o período de 12 (doze) meses. **Vigência:** prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 30 de setembro de 2026.

São João do Polêsine, RS, 29 de setembro de 2026.

JAQUELINE MARIA SCHMITZ MILANESI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Julia Dalllanora
Código Identificador:7950F7D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DO ADITIVO 03 AO CONTRATO Nº 58/2023

SÚMULA DO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 58/2023
Contratante: Município de São João do Polêsine/RS.
Contratada: GESSICA WEBER CASADO, CNPJ nº 48.907.342/0001-16, com sede na Rodovia RST-287 (da Est. Arroio

do Só até RS-509), nº 7030, sala 01, Bairro Camobi, Santa Maria/RS, CEP 97.105-030.
Processo nº 90/2023 – Dispensa por Limite nº 44/2023. Objeto: prestação de serviços para ministrar oficinas terapêuticas através de Yogaterapia.
Aditivo: reajuste de 4,22%, conforme IPCA previsto na Cláusula Quinta do Contrato nº 58/2023, passando o valor mensal para **R$ 855,98**. **Vigência:** prorrogada por mais 12 (doze) meses, a contar de **05 de outubro de 2026**.

São João do Polêsine, RS, 29 de setembro de 2026.

JAQUELINE MARIA SCHMITZ MILANESI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Julia Dalllanora
Código Identificador:7F89D913

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO OURO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 122/2025 – TERMO ADITIVO 5

Contratante: Município de São José do Ouro
Contratada: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA S.A
CNPJ n° 07.551.295/0009-90

Objeto: Fornecimento de Óleo Diesel Comum para abastecimento da frota, conforme a demanda

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica reajustado o valor do litro do ÓLEO DIESEL COMUM, de R$ 5,76 para R$ 6,16 em conformidade com a cláusula sétima do referido instrumento contratual, com base nas disposições constantes no Artigo 124, II, letra d, da Lei Federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os novos preços entram em vigor no dia 30 de setembro de 2026.

São José do Ouro, RS, 29 de setembro de 2026.

VILMAR DE BIASI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maikel Kunzler
Código Identificador:1BB0A341

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

O Prefeito do Município de São José do Ouro - RS, no uso das suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026: Dia 16 de outubro de 2026, às 9h, acontecerá o Pregão no site https://bllcompras.com/, visando à contratação dos serviços de coleta de resíduos sólidos orgânicos e seletivos domiciliares, urbanos, rurais e comerciais, com transporte até o centro de triagem, com disponibilização, higienização e manutenção de contentores, fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, nos termos do Projeto Básico e anexos do edital.

Edital no site: http://www.saojosedoouro.rs.gov.br/
Informações: (54) 3352-4516. Em 29 de setembro de 2026.

VILMAR DE BIASI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cinara Ribeiro Gelain
Código Identificador:6463ABDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2026

Contrato nº 066/2026 – Pregão Eletrônico nº 18/2026: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos do grupo A (infectantes), do grupo B (contendo substâncias químicas) e grupo E (perfurocortantes) gerados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, denominadas UBS Valmir Mendes Antunes - Dr Pica e UBS Dr. José Olívio Vicari.

Contratante: Município de São José do Ouro/RS
Contratada: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ Nº 03.392.348/0001-60
Valor mensal: R$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais)
Vigência: 12 (doze) meses, com início em 01 de outubro de 2026
Contrato Assinado em: 28 de setembro de 2026
Fiscal do contrato: Elizandréia de Fátima Raimundo Kunzler

VILMAR DE BIASI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maikel Kunzler
Código Identificador:41E66ACB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 40017/2026

FUNDAÇÃO HOSPITAL CENTENÁRIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 40017/2026
METADADOS ASSESSORIAS E SISTEMAS LTDA

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação n° 04/2025;
PROCESSO n° 671/2025;
CNPJ: 90.719.238/0001-64;
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva, evolutiva e adptativa de software, incluindo Garantia Legal e Tecnológica (GLT), suporte técnico, migração e integridade de dados, e fornecimento de licenças de uso do **Sistema de Gestão de Recurso Humanos** da Fundação Hospital Centenário;
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Permanece o mesmo, inalterado;
DA ALTERAÇÃO: Para atendimento a migração "SaaS", fica acrescido o valor de R$ 5.250,00 no praticado mensalmente, passando o **valor mensal para R$ 14.775,07,** e o valor unitário desta migração "SaaS" será de R$ 5.574,10, pagos em única parcela para a total execução do presente objeto;
GESTOR E FISCAL: Permanecem os mesmos, inalterados;
LEGISLAÇÃO: O presente contrato tem como base legal os termos da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

LEONARDO GONÇALVES DA CÂMARA
Vice-*P*resident*e* Administrativo

São Leopoldo, Berço da colonização Alemã no Brasil.
Publicado por:
Marcelo Antunes Schmitt
Código Identificador:D3C5E958

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECISÃO FINAL - PROCESSO Nº: 17825/2026

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECISÃO FINAL

Em cumprimento ao disposto no Art. 37 da Lei Federal n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, a Coordenação da Vigilância Sanitária do Centro de Vigilância em Saúde da Secretaria da Saúde do Município de São Leopoldo, torna pública as seguintes DECISÕES FINAIS em Processo Administrativo Sanitário:

DECISÃO

PROCESSO Nº: 17825/2026
AUTUADO: ANA CAROLINE STEIGLEDER MARTINS
ENDEREÇO: RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 1000 CENTRO - SÃO LEOPOLDO
CNPJ OU CPF: 62.300.978/0001-26
DATA DA AUTUAÇÃO: 16/07/2026
DISPOSITIVOS LEGAIS TRANSGREDIDOS: Portaria Estadual SES 940/2022, itens 3.1.2; 3.1.3, letra "f"; e Art. 842, do Decreto Estadual 23.430/74..
TIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: Artigo 10, inciso XXIX, da Lei Federal nº 6437/77.
DECISÃO FINAL: não interposto recurso à autoridade sanitária fica mantida a penalidade aplicada pela Diretoria de Vigilância em Saúde.
PENALIDADE IMPOSTA: ADVERTÊNCIA

Publicado por:
Cármen Lúcia Freitas da Silva
Código Identificador:6CAD13F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 144.981

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 10.554, de 10 de julho de 2026 e em face do que consta do protocolo sob nº 23243, de 11 de setembro de 2026,

C O N C E D E

A servidora **THAIS SALOMON FALCETTA** matricula n° 84465**,** ocupante de cargo de Professora de Matemática, Nível **"V"**, Padrão **"D"**, nomeada através da Portaria nº 60.172, de 03 de junho de 2009, **a redução de 50% carga horária (10 horas semanais) para acompanhamento de dependente legal (filho) conforme atestado médico apresentado,** com início em **11 de setembro de 2026 a 10 de dezembro de 2026**, ou até o término do tratamento, na forma em que dispõe a Lei Municipal **nº 7.249, de 16 de agosto de 2010**.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 25 de setembro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:0C2FC1EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 144.982

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei
nº 10.554, de 10 de julho de 2026 e em face do que consta do protocolo sob nº 23.418, de 15 de setembro de 2026,

C O N C E D E

A servidora **TATIANA OLIVEIRA GROFF,** matricula n° 80729**,** ocupante de cargo de Professor, Nível **"IV"**, Padrão **"K"**, nomeada através da Portaria nº 26.176, de 10 de abril de 1995, **a redução de 50% da carga horária (10 horas semanais) para acompanhamento de dependente legal (filho) conforme atestado médico apresentado,** com início em **28 de setembro de 2026 a 27 de setembro de 2027** ou ate o término do tratamento, na forma em que dispõe a Lei Municipal nº 7.249, de 16 de agosto de 2010.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 25 de setembro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:6135A526

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 144.983

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 10.554, de 10 de julho de 2026 e em face do que consta no memorando nº 63, de 12 de março de 2026 da SEDETEC, consulta jurídica datada de 13 de março de 2026 e Protocolo nº 24061/2026,

A U T O R I Z A

A servidora **CAROLINA SPECHT JANSEN** matricula n° 84622**,** ocupante de cargo de Engenheira Ambiental, Nível **"XI"**, Padrão **"F"**, nomeada através da Portaria nº 62.895, de 26 de fevereiro de 2010, a possibilidade de se exercer as atividades e funções fora de suas dependências físicas da Secretaria, de forma remota, sob a modalidade denominada teletrabalho com início em **30 de setembro de 2026 a 29 de março de 2027** na forma em que dispõe a Lei Municipal nº 7.249, de 16 de agosto de 2010 e Decreto nº 11.176, de 10 de outubro de 2025.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 25 de setembro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:65B495F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 144.984

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por delegação atribuída pela Lei nº 10.554, de 10 de julho de 2026 e em face do que consta do protocolo sob nº 19.963, de 06 de agosto de 2026,

C O N C E D E

Ao servidor **ALEX SANDRO AGNE DE MORAIS** matricula n° 87543**,** ocupante de cargo de Professor de Educação Infantil 25hs, Nível **"II"**, Padrão **"B"**, nomeado através da Portaria nº 124.503, de 10 de fevereiro de 2023, **a redução de 8% carga horária (02 horas semanais) para acompanhamento de dependente legal (filha) conforme atestado médico apresentado,** com início em **15 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2027** ou até o término do tratamento, na forma em que dispõe a Lei Municipal **nº 7.249, de 16 de agosto de 2010**.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 25 de setembro de 2026.

ÉVERTON FRAGA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:0920D153

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
PE 30/2026 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO PICK-UP E EQUIPAMENTOS NÁUTICOS DE SALVAMENTO NOVOS

O MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO - RS, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, torna público que está instaurada a Licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico, tombada sob o nº 30/2026, tipo Menor Preço por Lote, Modo de Disputa: aberto, em regime de empreitada por preço unitário, com recursos financeiros próprios e a devida liberação orçamentária, tendo por finalidade a qualificação e seleção de propostas para a Aquisição de veículo utilitário do tipo Pick-up e equipamentos náuticos de salvamento (composto por**

embarcação do tipo bote inflável semirrígido, reboque rodoviário e motor de popa de 30 HP), novos e de primeiro uso, destinados ao fortalecimento da capacidade de resposta e mobilidade tática operacional da Superintendência de Defesa Civil do Município de São Leopoldo/RS, nas ações de resgate, prevenção e socorro público decorrentes de desastres naturais. **DATA DE ABERTURA:** 16 de outubro de 2026, às 09h01min. O edital está disponível no endereço *www.portaldecompraspublicas.com.br*.

CAROLINA SEBASTIANY KAMINSKI
Secretária Municipal de Compras e Licitações em Substituição

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil
Publicado por:
Luis Claudio Chaves Madruga
Código Identificador:33FCB757

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
PE 49/2026 FHC - AQUISIÇÃO DE DIETAS INFANTIS

O MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO - RS, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES** torna público que está instaurada a Licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico, tombada sob o nº 49/2026, tipo Menor Preço por Item, Modo de Disputa: aberto, com recursos financeiros próprios e a devida liberação orçamentária, para Registro de Preços para aquisição de Dietas infantis, destinadas ao atendimento das necessidades do Serviço de Nutrição e Dietética (SND) da Fundação Hospital Centenário (FHC), para utilização na alimentação infantil dos pacientes, a presente licitação está em conformidade com as estipulações deste Edital, das disposições da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 2023, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. DATA DE ABERTURA:** 13 de outubro de 2026, às 09:01min. O edital está disponível no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

CAROLINA SEBASTIANY KAMINSKI
Secretário Municipal de Compras e Licitações

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil
Publicado por:
Luis Claudio Chaves Madruga
Código Identificador:40102F26

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 177/2026

PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 177/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede nesta cidade, na Av. Dom João Becker, nº. 754, CEP. 93010-010, inscrita no CNPJ 89.814.693/0001-60, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Compras e Licitações – Em substituição, **Srª. CAROLINA SEBASTIANY KAMINSKI,** pessoa jurídica de Direito Público, designados **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **BIOMOVEMENT AMBIENTAL LTDA**, com sede na cidade de Capital do Estado de São Paulo/SP, na Borges de Barros, nº 90, Sumarezinho, CEP. 05441-050, inscrita no CNPJ sob o nº 05.573.061/0001-61, neste ato representada por seu representante legal **Sr. (a) SARITA TOLEDANO**, inscrita no CPF sob o nº 338.233.098-97, doravante designada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Instrumento Contratual proveniente do **Processo eletrônico nº 5237/2026** na qual originou da **Inexigibilidade de Licitação nº 38/2026,** com amparo no artigo 124, II, Lei nº 14.133/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições que ao final assinam.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FISCAL
Altera-se o item 10.1 da Cláusula décima do contrato supra, para fazer constar que em substituição do fiscal **Lisandro da Silveira Gonçalves**, matrícula nº **055710** passa a ser fiscal o servidor **Éverson Gardel de Melo**, matrícula n° **87004**, para fiscalizar e prestar as informações cabíveis, a partir de 10 de setembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO GESTOR
Altera-se o item 11.1 da Cláusula décima primeira do contrato supra, para fazer constar que em substituição do gestor **Éverson Gardel de Melo**, matrícula n° **87004** passa a ser gestor o servidor **Lisandro da Silveira Gonçalves**, matrícula nº **055710**, para gerenciar e prestar as informações cabíveis, a partir de 10 de setembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas, não alteradas por este instrumento, ficam ratificadas.

São Leopoldo, 25 de setembro de 2026.

CAROLINA SEBASTIANY KAMINSKI
Secretária Municipal de Compras e Licitações – em Substituição
Contratante

Publicado por:
Jonatas Bueno Martins
Código Identificador:87609678

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO APOSTILAMENTO N° 05 AO CONTRATO N° 85/2026

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 03/2026,
CONTRATADA: GERACAO SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA, CNPJ o 07.982.372/0001-00,
EXCLUSÃO DE FISCAL DO CONTRATO – SEMOB: Exclui-se da Cláusula Nona, item 9.3, do Contrato, a indicação da servidora Pamela Melo da Luz, matrícula nº 55874, da função de FISCAL do contrato, ficando, a partir de 24 de julho de 2026, sem efeito sua designação para a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual.

CAROLINA SEBASTIANY KAMINSKI
Secretário Municipal de Compras e Licitações Em Exercício

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil
Publicado por:
Gislaine Guadagnin Dorneles
Código Identificador:C734D239

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO CONTRATO Nº 165/2026

MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 04/2026,
CONTRATADA: M7 CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.277.915/0001-28.
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a execução de obra de implantação do Centro de Esporte e Lazer da Criança Atípica - CELCA, situada na Avenida Dom João Becker, 313, Centro, São Leopoldo/RS, em conformidade com as especificações técnicas estipuladas no Anexo III do edital, Termo de Referência.
VALOR: R$ 374.000,00
PRAZO: O prazo de vigência dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, conforme legislação vigente.
DATA DE ASSINATURA: 24/09/2026.
RUBRICA: Os recursos orçamentários estão previstos na: 17.02 DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER 27 DESPORTO E LAZER 812 DESPORTO comunitário 0025 QUALIDADE DE VIDA 44905100 OBRAS E INSTALAÇÕES

CAROLINA SEBASTIANY KAMINSKI
Secretário Municipal de Compras e Licitações em Substituição

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil
Publicado por:
Gislaine Guadagnin Dorneles
Código Identificador:8C899AA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 102/2025

MODALIDADE: Concorrência Eletrônica n.º 004/2025
CONTRATADA: ANIMO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.° 48.885.582/0001-67.
SUPRESSÃO: Suprime-se do valor do contrato o montante de R$ 7.246,41 (sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos), correspondente ao percentual de redução de 17,892370%, em decorrência da supressão de itens da Planilha Orçamentária que não serão executados, como consequência de adequações técnicas e constatações feitas durante a execução da obra, como, por exemplo, o telhamento com telha termoacústica que foi substituído por telhas simples para manter o padrão já existente no local, bem como serviços de escavação manual, viga baldrame e viga de concreto armado que foram reduzidos porque foram encontradas tubulações subterrâneas que impediram a instalação dos pilares nas posições originais, exigindo um reposicionamento estrutural que atendia perfeitamente às necessidades, entre outros, conforme memorando eletrônico 6790/2026/SEMAD e anexos, passando o valor global contratado de R$ 50.171,33 (cinquenta mil cento e setenta e um reais e trinta e três centavos) para R$ 42.424,92 (quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos), sendo R$ 30.047,44 (trinta mil quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) referentes aos materiais e R$ 12.877,48 (doze mil oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) referentes à mão de obra, conforme Informação Contábil n.º 200/2026.

CAROLINA SEBASTIANY KAMINSKI
Secretária Municipal de Compras e Licitações – em Substituição

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Eduardo Tramontina
Código Identificador:914A540A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 1070/2025

MODALIDADE: Concorrência Pública nº 10003/2025
CONTRATADA: RIBEIRO E ANJOS EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA LTDA, CNPJ o 21.763.372/0001-40,
PRAZO DE VIGÊNCIA - Prorroga-se o prazo de elencado na cláusula segunda do contrato supra, item 2.2, por mais 6 meses, contado do término contratual, qual seja, 28 de setembro de 2026
PRAZO DE EXECUÇÃO - Prorroga-se o prazo de elencado na cláusula segunda do contrato supra, item 2.2.2, por mais 6 meses, contado do término contratual, qual seja, 7 de agosto de 2026.

CAROLINA SEBASTIANY KAMINSKI
Secretário Municipal de Compras e Licitações Em Exercício

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil

Publicado por:
Gislaine Guadagnin Dorneles
Código Identificador:B21B8737

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO TERMO DE CONTRATO Nº 194/2026

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 42/2026 - tem sua origem vinculada ao Edital de Chamamento Público nº 07/2025 e ao Termo de Credenciamento nº 24/2025, realizado pela GRANPAL – Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre
CONTRATADA: RAC RS AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.478.884/0001-86.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos provenientes das ações emergenciais de limpeza urbana decorrentes da enchente ocorrida no Município de São Leopoldo em maio de 2024 (Resíduos Sólidos de Desastres Naturais - RSDN), mediante recebimento, pesagem, disposição final em aterro sanitário devidamente licenciado e emissão da documentação comprobatória de rastreabilidade dos resíduos
VALOR: O para execução do serviço referente a estimativa de 78.368 toneladas R$ 9.850.073,92 (nove milhões, oitocentos e cinquenta mil, setenta e três reais e noventa e dois centavos), a ser pago pela CONTRATANTE de acordo com a previsão da cláusula quarta infra.
PRAZO: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a partir da assinatura, conforme preconiza a Lei de Licitação nº 14.133/2021, podendo ser renovado conforme a lei.
RUBRICA: Os recursos para o pagamento dos serviços solicitados estão previstos na seguinte dotação orçamentária Dotação: 2026/2188 - Prefeitura Municipal de São Leopoldo - Programa de Trabalho: 33.07.15.452.0010.1201 - Resposta e Reconstrução das Áreas Afetadas por Desastres - Recursos da União Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA Fonte de Recurso: 1747 - Outras vinculações de transferências da União Destinação: 0000089 - RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS ATINGIDAS-SEI Nº 59052.039426/2026-38 Rubrica Item: 3.3.90.39.78.00.00.00 - LIMPEZA E CONSERVACAO.
DATA DA ASSINATURA: 24/09/2026

CAROLINA SEBASTIANY KAMINSKI
Secretária Municipal de Compras e Licitações em Substituição

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil
Publicado por:
Rochele Steffen
Código Identificador:DC43B9C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SÚMULA DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 42/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8196/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos provenientes das ações emergenciais de limpeza urbana decorrentes da enchente ocorrida no Município de São Leopoldo em maio de 2024 (Resíduos Sólidos de Desastres Naturais - RSDN), mediante recebimento, pesagem, disposição final em aterro sanitário devidamente licenciado e emissão da documentação comprobatória de rastreabilidade dos resíduos, conforme especificações constantes neste instrumento contratual e no seu anexo.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A presente contratação tem origem na necessidade de eliminação do passivo ambiental gerado em razão da enchente ocorrida em maio de 2024, evento que ocasionou grande volume de resíduos sólidos urbanos e resíduos provenientes da limpeza das áreas atingidas. Apesar das ações emergenciais já realizadas pelo Município, com remoção e destinação aproximada de 190.000 m³ de resíduos, permanece armazenado temporariamente volume estimado de 107.059,81 m³, correspondente a aproximadamente 78.368 toneladas, considerando fator de conversão de densidade de 0,732 t/m³. Os resíduos encontram-se atualmente depositados no Entreposto Tancredo Neves e na Central de Recebimento de Resíduos de Poda e Supressão Vegetal – CRRPS, locais destinados exclusivamente ao armazenamento temporário, não possuindo características técnicas para disposição definitiva. A permanência prolongada desses materiais representa risco ambiental e sanitário, com possibilidade de:
· proliferação de vetores e animais sinantrópicos;
· geração de odores;
· contaminação do solo e recursos hídricos;
· agravamento do passivo ambiental municipal;
· impedimento da recuperação e utilização futura das áreas públicas ocupadas.
A contratação por meio do credenciamento da GRANPAL proporciona maior celeridade, segurança jurídica e compatibilidade econômica, considerando que os valores foram previamente estabelecidos no procedimento realizado pelo Consórcio.
DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:
A contratação, com base no artigo 74, inciso IV, da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, se dá por contratação por meio de credenciamento, uma vez que a empresa **RAC RS AMBIENTAL LTDA** - CNPJ: 55.478.884/0001-86 está credenciada no Credenciamento Nº 16/2026 do Consórcio Público da

Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, e apresenta compatibilidade do valor adotado com outras contratações públicas similares e pesquisas de mercado disponíveis, constatando que os preços encontram-se dentro da faixa praticada para serviços equivalentes de carregamento mecanizado e transporte rodoviário de resíduos sólidos, não havendo indícios de sobrepreço ou inexequibilidade.

DO FUNDAMENTO LEGAL DA INEXIGIBILIDADE: A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública como a regra. Admitindo, ressalvados os casos especificados na legislação. A Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, traz um rol de casos de contratação direta por meio de dispensa e de inexigibilidade de licitação, no case em epígrafe, expomos adiante:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

IV – objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação: 2026/2188 - Prefeitura Municipal de São Leopoldo - Valor Utilizado :9.850.073,92 Programa de Trabalho: 33.07.15.452.0010.1201 - Resposta e Reconstrução das Áreas Afetadas por Desastres - Recursos da União Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA Fonte de Recurso: 1747 - Outras vinculações de transferências da União Destinação: 0000089 - RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS ATINGIDAS-SEI Nº 59052.039426/2026-38 Rubrica Item: 3.3.90.39.78.00.00.00 - LIMPEZA E CONSERVACAO.

VALOR: O valor total estimado para a contratação é de R$ 9.850.073,92 (nove milhões, oitocentos e cinquenta mil, setenta e três reais e noventa e dois centavos).

CAROLINA SEBASTIANY KAMINSKI
Secretária Municipal de Compras e Licitações em Substituição

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil
Publicado por:
Rochele Steffen
Código Identificador:3A08940C

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026

O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS - SEMAE, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SECOL,** torna público que está **INSTAURADA** a Licitação, **Pregão Eletrônico nº 34/2026**, Registro de Preços, Menor Preço por Item, Modo de Disputa: aberto, OBJETO: **Aquisição FUTURA de Materiais Hidráulicos de esgoto branco e Ocre para atendimento dos serviços prestados pelo SEMAE à comunidade de São Leopoldo, através do Sistema de Registro de Preços – SRP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. DATA DE ABERTURA: 15 de outubro de 2026, às 09h00min**. O edital está disponível no endereço http://www.portaldecompraspublicas.com.br.

CLADIS MAGNANI
Presidente - SEMAE

São Leopoldo, Berço da Colonização Alemã no Brasil
Publicado por:
Gabriel Pacheco Stertz
Código Identificador:0D6A6F7D

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 3040/2026.

Retificação da SÚMULA DO CONTRATO Nº 3040/2026 publicada em 29/09/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026(ATA-SRP)

CONTRATADO: NTI BRASIL SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA - CNPJ Nº: **01.484.706/0001-39**

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de 02(duas) assinaturas, pelo período de 12(doze) meses, do sofware Autodesk AutoCAD – including specialized toolsets Single-user ELD, incluindo suporte técnico na modalidade 8 x 5(oito horas por dia, cinco dias por semana), garantia de instalação, utilização e atualização(upgrade), ao valor de unitário de R$9.216,00) totalizando R$18.432,00, correspondente ao item 03 da Ata de Registro de Preços nº 05/2025.

Onde se lê: "CONTRATO nº 3048/2026"
Leia-se: "CONTRATO nº **3040/2026**"

CLADIS MAGNANI
Presidente do SEMAE

São Leopoldo, berço da colonização alemã no Brasil.

Publicado por:
Márcia Simone Guimarães Machado
Código Identificador:75E57A3F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2026 SÃO MARTINHO/RS, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2026 SÃO MARTINHO/RS, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO, SIMPLIFICADO E FAVORECIDO, ATRAVÉS DA DESBUROCRATIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE ABERTURA, ALTERAÇÃO E BAIXA PARA AS MICROEMPRESAS E PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NA FORMA QUE DISPÕE A LEI MUNICIPAL Nº 3234/2021, DE 20 DE ABRIL DE 2021 E NA LEI FEDERAL 11.598/2007, QUE DISPÕE SOBRE A REDESIM – REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEANCARLO HUNHOFF, Prefeito Municipal de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, através da desburocratização dos procedimentos de abertura, para as microempresas (ME) e para as empresas de pequeno porte (EPP), na forma que dispõe a Lei Municipal 3234/2021, de 20 de abril de 2021 e na Lei Federal 11.598/2007, que dispõe sobre a REDESIM–Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

CAPÍTULO I
DA CLASSIFICAÇÃO DE GRAU DE RISCO

Art. 2º Para fins de padronização de redação, passam a ser denominados como:

I – **Grau de risco I, baixo risco ou "baixo risco A":** a classificação de atividades, cujo efeito específico e exclusivo é dispensar a necessidade de todos os atos públicos de liberação da atividade econômica para plena e contínua operação e funcionamento do estabelecimento, não estando sujeitos à vistorias prévias, somente à fiscalizações posteriores;

II – **Baixo risco condicionado:** são consideradas como atividades de Baixo Risco condicionado aquelas em que o usuário de serviços públicos (empreendedor) deverá responder questões relacionadas à atividade que pretende exercer para garantir que os critérios de enquadramento na categoria de Baixo Risco ou Não Aplicável de um ou mais órgãos estejam atendidos.
III – **Não-Aplicáveis (NA):** São consideradas atividades de "Não-Aplicáveis (NA)" aquelas em que não há previsão legal de avaliação de determinado órgão, devendo a mesma estar alinhada com classificações de Baixo Risco, Baixo Risco condicionado ou não interesse de outros órgãos para estar liberada de qualquer procedimento para o seu exercício.
IV - **Grau de risco II, médio risco ou "baixo risco B":** a classificação de atividades cujo grau de risco não seja considerado alto e que não se enquadrem no conceito de baixo risco ou "baixo risco A" do inciso I deste artigo, cujo efeito é permitir, automaticamente após o ato do registro, a emissão de licenças, alvarás e similares de caráter provisório para início da operação do estabelecimento, conforme previsto no art. 7º, caput, da Lei Complementar nº 123, de 14 de novembro de 2006, e no art. 6º, caput, da Lei nº 11.598, de 3 dezembro de 2007, não estando sujeitos à vistorias prévias, somente à fiscalizações posteriores; e
V - **Grau de risco III, alto risco:** aquelas assim definidas por outras resoluções do CGSIM e pelos respectivos entes competentes, ou por regulamento municipal, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, sujeitos à vistorias prévias ao exercício da atividade e fiscalizações posteriores.
IV - **Alvará de Funcionamento Provisório:** documento emitido pelos Municípios para atividades de médio risco ou "baixo risco B" que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro empresarial, sem a necessidade de vistorias prévias por parte dos órgãos e entidades licenciadores, mediante assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, ressalvadas aquelas que dispensam o referido licenciamento por serem consideradas como de baixo risco ou "baixo risco A";
V - **Licenciamento:** o procedimento administrativo em que o órgão regulador avalia e verifica o preenchimento de requisitos de segurança sanitária, controle ambiental, prevenção contra incêndios e demais requisitos previstos na legislação para autorizar o funcionamento de empresário individual, de SLU (Sociedade Limitada Unipessoal), de sociedade empresária ou de sociedade simples, excepcionado o procedimento vinculado à concessão de uso de espaço público. O licenciamento é posterior à emissão do parecer de viabilidade, registro empresarial e inscrições tributárias. Nos casos de atividades de médio risco ou "baixo risco B", o licenciamento dar-se-á após o início de funcionamento da empresa.
§ 1º A atividade considerada como Baixo Risco ou não interesse em apenas um ou dois órgãos não dispensa a atividade do licenciamento do órgão em que for considerada como de médio ou alto risco.
§ 2º Em havendo necessidade de alteração da classificação dos órgãos de licenciamento ambiental, de vigilância sanitária quanto às classificações constantes desta resolução, deverão os órgãos provocar a alteração deste instrumento através do comitê municipal da RedeSim. (Comitê Gestor Local)

CAPÍTULO II
DA CONSULTA DE VIABILIDADE LOCACIONAL

Art.3º - Fica instituída a Consulta de Viabilidade Locacional no município de São Martinho/RS que se regerá pelas seguintes disposições:
I – A Consulta de Viabilidade Locacional será realizada, exclusivamente, via rede mundial de computadores (internet), em sistema próprio disponibilizado pela Junta Comercial do Rio Grande do Sul, sistema esse denominado de "Sistema Integrar";
II – Através de um cadastro prévio gratuito, que deverá ser realizado no sitio da Junta Comercial do Rio Grande do Sul (www.jucisrs.rs.gov.br), o contribuinte deverá, em seu formulário eletrônico específico, cadastrar um pedido de Viabilidade Locacional, informando os dados da futura empresa, tais como endereço e atividades pretendidas;
III – A partir do envio do formulário via Sistema Integrar, a Prefeitura Municipal de São Martinho, fará a análise do pedido, dando conhecimento prévio ao empreendedor, ou a seu contabilista, sobre a possibilidade, ou não, de exercício de determinada atividade econômica, no local indicado, bem como das licenças necessárias para exercer a atividade pretendida naquele endereço;
IV – Se a Viabilidade Locacional for deferida pela Prefeitura de São Martinho o empreendedor, ou seu contabilista, deverá iniciar, caso necessário, no sitio da Junta Comercial do Rio Grande do Sul (www.jucisrs.rs.gov.br) o seu licenciamento.
V – Caso a Prefeitura de São Martinho indefira a Viabilidade Locacional, a mesma deverá ser adequada, conforme orientações, e deverá ser encaminhado, novamente via Sistema Integrar, um novo pedido de Viabilidade Locacional;

CAPÍTULO III
DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Subseção I
Do procedimento em geral
Art. 4º - O empreendedor, ou seu contabilista, que obtiver o deferimento de sua Consulta de Viabilidade Locacional, bem como, obtiver o deferimento do "nome empresarial" pela JUCIS/RS, poderá dar início ao processo de registro de sua pessoa jurídica.
Art. 5º - O empreendedor, ou seu contabilista, deverá, primeiramente, encaminhar o seu registro digital da empresa junto à Junta Comercial e Industrial do Rio Grande do Sul, através do "Sistema Integrar". Após o deferimento do registro pela JUCIS/RS, o mesmo deverá reunir a documentação informada na resposta da Consulta de Viabilidade e se dirigir ao endereço indicado na viabilidade, ou encaminhar a documentação via sistema, caso assim o município solicite.
§ 1º – A exigência de apresentação de documentos prevista no caput não se aplica para os casos das atividades consideradas de baixo risco ou "baixo risco A".
§ 2º - As demais solicitações de licenciamento e exigências por parte dos órgãos públicos deverão ser acompanhadas diretamente pelo solicitante no Sistema Integrar.
§ 3 – Em todos os casos, o empreendedor ou seu contabilista, deverá observar e solicitar seu licenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Estadual, conforme Lei Complementar Estadual nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013 e alterações posteriores, sendo que este decreto regulamenta somente os licenciamentos municipais de competência desta prefeitura.

Subseção II
Do licenciamento de atividades de grau de risco I, baixo risco ou baixo risco "A"
Art. 6º - No caso dos empreendimentos classificados como de grau de risco I, baixo risco ou baixo risco "A", a Prefeitura Municipal irá somente realizar um cadastro municipal para fins de controle e a empresa estará dispensada dos demais atos de licenciamento municipal.
§ 1º - A Prefeitura Municipal não concederá documentos de isenção de licenciamento ou similares;
§ 2 – A listagem de atividades de grau de risco I baixo risco ou baixo risco "A" está disponível no anexo I do da Resolução nº 04/2023, do Subcomitê Estadual da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Redesim do Estado do Rio Grande do Sul – Subcomitê Estadual da RedeSim, que regulamenta a Lei da Liberdade Econômica no Estado.

Subseção III
Do licenciamento de atividades de grau de risco II, médio risco ou baixo risco "B"
Art. 7º - A Prefeitura Municipal poderá conceder Alvará de Funcionamento Provisório, logo após o ato de registro na JUCIS, sem vistoria prévia, para as atividades enquadradas como de grau de risco II, médio risco ou "baixo risco B".
§ 1º - A concessão do Alvará Provisório deverá levar em consideração ainda, as hipóteses previstas na Lei Complementar Estadual n° 14.376, de 26 de dezembro de 2013, e suas alterações, especialmente o que dispões o art. 5º, § 2º desta Lei.
§ 2º - O procedimento para a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório obedecerá ao disposto neste Decreto e, ainda, observará as disposições da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e

alterações posteriores, a Resolução CGSIM nº 22 de 22 de junho de 2010 e alterações posteriores, Lei Complementar Estadual nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013 e alterações posteriores.
§ 3º - O Alvará de que trata este artigo terá prazo de acordo com a singularidade do tipo de atividade exercida pelo contribuinte, sendo tal prazo limitado a, no máximo, um ano.
Art. 8º - O Alvará de Funcionamento Provisório só será concedido mediante a assinatura, pelo responsável, do "Termo de Ciência e Responsabilidade", conforme modelo do anexo I do presente Decreto.

CAPÍTULO III
DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA E DO CANCELAMENTO DO ALVARÁ PROVISÓRIO

Art. 9º - A fiscalização municipal, nos aspectos de postura, uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às ME e EPP, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.
Art. 10 - Nos moldes do artigo anterior quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita, para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço a fiscalização.
Parágrafo único. Considera-se reincidência para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.
Art. 11 - O Alvará de Funcionamento Provisório será revogado, se após a notificação da fiscalização orientadora, não forem cumpridas as exigências e os prazos estabelecidos pelo poder público municipal.
Art. 12 - O descumprimento do TCAM, por meio de ação ou omissão por parte do contribuinte, ensejará, além da possibilidade da revogação do Alvará de Funcionamento Provisório, a aplicação de multas em graduação proporcional à ação ou omissão do mesmo, e se comprovado o dolo ou culpa por parte do contribuinte, ensejar ainda, a sua responsabilização civil e criminal, principalmente naquelas tocantes à veracidade das informações fornecidas ao poder público municipal.

CAPÍTULOVI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 -Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de licenciamento de empresas, em âmbito municipal, deverão olvidar esforços conjuntos para observar os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal nº. 123/06, na Lei nº. 11.598/07 e nas Resoluções do Comitê Estadual e Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).
Art.14 - Este Decreto entra em vigorna data de sua publicação.
Art. 15- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO, AOS 29 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

Registre-se e Publique-se:

JEANCARLO HUNHOFF
Prefeito Municipal

DANIELE CARINE TRAESEL
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Bruna Katiane Boeno
Código Identificador:95890CA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 102/2026 SÃO MARTINHO/RS, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 102/2026 SÃO MARTINHO/RS, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

RECEPCIONA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO, PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE BAIXO RISCO, DISPENSADAS DE LICENCIAMENTO, A LEI ESTADUAL Nº 15.431/2019 E A RESOLUÇÃO DO SUBCOMITÊ ESTADUAL DA REDESIM Nº 04/2023

JEANCARLO HUNHOFF, Prefeito Municipal de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 15.431, de 27 de dezembro de 2019, que "Institui a Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório e dá outras providências",

CONSIDERANDO o disposto na Resolução do Subcomitê Estadual da REDESIM – nº 04, de 15 de março de 2023,

CONSIDERANDO que as atividades de baixo risco dispostas no Anexo Único da Resolução do Subcomitê Estadual da REDESIM nº 04/2023 refletem de maneira mais adequada a realidade dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Ficam recepcionadas, no âmbito do Município de São Martinho, para fins de classificação de atividades de baixo risco, dispensadas de licenciamento, a íntegra do disposto na Lei Estadual nº 15.431, de 27 de dezembro de 2019 e na Resolução do Subcomitê Estadual da REDESIM nº 04, de 15 de março de 2023.

Art. 2º As atividades consideradas de baixo risco são as que constam no Anexo Único da Resolução do Subcomitê Estadual da REDESIM nº 04, de 15 de março de 2023, que faz parte integrante deste Decreto Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO, AOS 29 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

Registre-se e Publique-se:

JEANCARLO HUNHOFF
Prefeito Municipal

DANIELE CARINE TRAESEL
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Bruna Katiane Boeno
Código Identificador:2C5C6E00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DAS MISSÕES

SECRETARIA-GERAL DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL

Município de São Paulo das Missões- concorrencia presencial Nº 008/2026
AVISO DE LICITAÇÃO – O Município de São Paulo das Missões, RS, torna público, a realização de Licitação modalidade **CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 008/2026,** para execução do projeto que visa a construção do Complexo Histórico e Cultural da Memória Missioneira, conforme Processo 26/1100-0000466-4, FPE 2105/2026 Missões Grupo II. Sessão às 09 horas, do dia 12/11/2026. **Informações:** com o Comissão Permanente de Licitações, pelo fone 55-3563-1122 e no site www.saopaulodasmissoes.rs.gov.br. Em, 29 de setembro de 2026.

OBERDAN LUIS RHODEN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriano Stein da Silva
Código Identificador:84D02713

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PORTARIA MUNICIPAL Nº 5.001 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

A **Instauração de Processo de Sindicância Investigatória** para apuração de eventuais fatos ocorridos, descumprimentos de deveres, proibições e responsabilidades possivelmente cometidos por servidores. Portanto, diante dos fatos mencionados, entende-se necessária a oitiva de todos os envolvidos na situação e de demais pessoas que tenham algum conhecimento ou presenciado o fato em tela, sem prejuízo de outras diligências necessárias para verificar a existência, em tese, de irregularidade passível de ensejar responsabilidade e que, se confirmadas, poderão ensejar a penalização em processo próprio, devendo a Comissão Sindicante sugerir, em caso de comprovada responsabilidade do servidor as providências cabíveis.

Considera-se publicada a Portaria Administrativa nº 5.001 de 25 de setembro de 2026, de que trata este Extrato.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

FREDERICO REZER BAYER
Secretário da Administração

MARIANE BRAIBANTE PEREIRA
Procuradora Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:8C46C1D0

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4.114 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR, EMERGENCIALMENTE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL, 03 (TRÊS) MONITORES (AS) E 01 (UM) AGENTE DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, **BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO,** Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a contratar 03 (três) monitores (as), e 01 (um) Agente de Serviços Complementares II, por tempo determinado e a título emergencial, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, com amparo no Art. 259, III da Lei 313, de 17 de outubro de 1990.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos cuja contratação é objeto da presente Lei obedecem às descrições constantes do Anexo da Lei nº 314, de 17 de outubro 1990, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A remuneração a ser paga aos contratados corresponde ao vencimento mensal de R$ 905,23 (novecentos e cinco reais com vinte e três centavos), com os devidos acréscimos legais, se justificados, inclusive adicional de insalubridade previsto na legislação municipal aplicável e, excepcionalmente, eventuais horas extras, quando prévia e devidamente autorizadas.

Parágrafo único. Asseguram-se aos contratados os mesmos percentuais de reajustes e/ou aumentos que venham a ser concedidos durante o período contratual pela Administração Municipal aos demais servidores municipais, bem como demais direitos na forma expressa na Lei nº 313, de 17 de outubro de 1990, por ocasião da rescisão contratual.

Art. 3º Os contratados serão regidos pelo regime estatutário inserto na Lei nº 313, de 17 de outubro de 1990, submetendo-se ao cumprimento dos deveres e proibições constantes do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais durante todo prazo contratual.

Art. 4º As contratações objeto desta Lei poderão ser rescindidas a qualquer tempo pela Administração Municipal, de acordo com o interesse público.

Parágrafo único. Havendo rescisão antecipada caberá ao contratado o recebimento da remuneração e verbas rescisórias de forma proporcional ao período trabalhado, em conformidade com a Lei nº 313, de 17 de outubro de 1990.

Art. 5º Os contratados contribuirão compulsoriamente para o Regime Geral de Previdência Social, em conformidade com a legislação federal vigente.

Art. 6º O recrutamento previsto nesta Lei dar-se-á mediante contratação da banca de concursados aprovados no Concurso Público, com estrita observância da ordem de classificação, ou, quando não houver candidatos aprovados, ou, quando entre os aprovados não houver aquiescência em relação à contratação temporária de caráter emergencial, subsidiariamente, através de Processo Seletivo Simplificado.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por dotação orçamentária própria.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO PINHEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

MARIANE BRAIBANTE PEREIRA
Procuradora Jurídica

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal de Administração

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:25FEB0FB

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1323/2026, 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº 1323/2026, 25 DE SETEMBRO DE 2026

REVOGA PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 1206/2026 de 11.09.2026

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO, Vice – Prefeito Municipal no cargo de Prefeito Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

REVOGA a Portaria de nomeação de nº **1206/2026 de 11.09.2026** de **CAROLINE LOBELL** que nomeia para exercer o cargo efetiva de **PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO ESPECIAL**, classificado em 20º lugar no Concurso Público nº 001/2023, com pedido expresso para que seu nome seja incluído no **FINAL DA LISTA** de candidatos.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:3C55C002

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1324/2026, 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº 1324/2026, 25 DE SETEMBRO DE 2026

EXTINGUE PENSÃO POR MORTE

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO, Vice – Prefeito Municipal no cargo de Prefeito Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

EXTINGUE, a Pensão por Morte do pensionista **LEONARDO VARGAS DA SILVA**, matrícula 202477-1, pensionista da servidora falecida LIZIANE VARGAS DA SILVA, falecida em 05.07.2025, Pensão concedida pela Portaria nº 0124/2026 de 14.01.2026, por ter completado 21 (vinte e um) anos de idade em 20.08.2026, nos termos do art. 41, inciso II da Lei Municipal nº 1582 de 18.01.2006.

Revogadas as disposições em contrário, a presente retroage seus efeitos à contar 20.08.2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:B08043D8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1325/2026, 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº 1325/2026, 25 DE SETEMBRO DE 2026

EXTINGUE PENSÃO POR MORTE

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO, Vice – Prefeito Municipal no cargo de Prefeito Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

EXTINGUE, a Pensão por Morte do pensionista **LEONARDO VARGAS DA SILVA**, matrícula 202477-2, pensionista da servidora falecida LIZIANE VARGAS DA SILVA, falecida em 05.07.2025, Pensão concedida pela Portaria nº 0124/2026 de 14.01.2026, por ter completado 21 (vinte e um) anos de idade em 20.08.2026, nos termos do art. 41, inciso II da Lei Municipal nº 1582 de 18.01.2006.

Revogadas as disposições em contrário, a presente retroage seus efeitos à contar 20.08.2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:1D66DB03

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1326/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº 1326/2026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE REVISÃO DE PROVENTOS.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO, Vice – Prefeito Municipal no cargo de Prefeito Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município. **REVISA OS PROVENTOS** dos servidores**, de** Cargo efetivo, que já se encontravam inativados à epoca da lei Complementar 173 de 27.05.2026, durante a PANDEMIA COVID-19, Em cumprimento a Lei municipal Nº 4085 de 03.06.2026, revogando a Portaria D.P nº 0611 de 02.07.2022. **PARA DECLARAR REVISÃO DO PROVENTO, à contar de ABRIL/2026.**

NOME	CARGO	MATRÍCULA
NEUSA SUZANA NOTZOLD DOTTO	PROFESSOR	551076
CARMEN REGINA DINIZ ABBAD	AGENTE DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES	551061
MARIA GORETE MACHADO OLIVEIRA	RECEPCIONISTA	51995
CLÁUDIA BEATRIZ DOESEL	PROFESSOR	55126
CIROMAR FLORES ZIEGLER	VIGILANTE	55532
ELIZABETE CAMPOS DA SILVA	PROFESSOR	55904
LOECI NEUZA WEBLER ROCHA	PROFESSOR	51118
GILBERTO MENDES JAQUES	MOTORISTA	55594
CLAÚDIO ALAOR FLORES BAYER	PROFESSOR	55127
ALBERTO ROGÉRIO ALVES DE MOURA	LOCUTOR	55302
MARA CACILDA CAETANO TEIXEIRA	PROFESSOR	51199
MIRIAN SALETE LENHARD COMPASSI	AGENTE DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES	55760
MICHELINE BOLSON MUNARI	PROFESSOR	55897
LAERCIO DALLAPORTA	OPERADOR DE MESA	55309
JANE ELIZABETH FORTES DE VARGAS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	55966
MARCIA DA COSTA VIEIRA	FONOAUDIÓLOGA	55538
JUSSARA MARILY CARLOSSO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	55523
NEUSA TEREZINHA ROSA DE OLIVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES	55796
LEONIR FRANSCISO DE MENEZES DA ROSA	MOTORISTA	55627

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria retroage seus efeitos **à contar de ABRIL/2026.**

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte seis.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal de Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:FB48FFE1

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1327/2026, 30 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº 1327/2026, 30 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA SERVIDORa APROVADa EM CONCURSO PÚBLICO

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO, Vice – Prefeito Municipal no cargo de Prefeito Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município. **NOMEIA EVELYN ROZALINO DE FREITAS**, nos termos do Artº 15, Inciso II e Artº 16 da Lei Municipal Estatutária n.º 313-89/92, para exercer o cargo efetivo de **PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO ESPECIAL** , criado pela Lei 3610 de 08 de Novembro de 2022, com carga horária de 24 horas semanais, Nivel 1 em virtude de sua aprovação em **21º Lugar**, no Concurso Público realizado nos termos do Edital n.º 001/2023, homologado conforme Edital n.º 26/2023 de 05.06.2023, devendo tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias a contar da presente data junto ao Departamento de Pessoal desta Prefeitura apresentando a documentação necessária, conforme relação em anexo. Ficando ciente que, por ocasião do Exercício estará submisso ao Estágio Probatório durante 36 meses, conforme Artigo 26 da Lei Municipal 313-89/92, alterada pela LM 1249 de 05.04.2000**.**

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:89DD2F67

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DP Nº 1328/2026, 30 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DP Nº 1328/2026, 30 DE SETEMBRO DE 2026

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO, Vice – Prefeito Municipal no cargo de Prefeito Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONCEDE, à servidora **SOELI MACIEL SOMACAL**, detentora do cargo efetivo de Agente de Serviços Complementares II, matrícula 3653, o gozo de 18 (dezoito) dias de férias, 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de **23.08.2023 a 22.08.2024** e 03 (três) dias referente ao período aquisitivo de **23.08.2024 a 22.08.2025,** nos termos do Artigo n.º 102 da Lei Municipal n.º 313-89/92, a contar de **13.10.2026 a 30.10.2026**.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal da Administração

DAIANE CAVALHEIRO DA SILVA
Chefe do Dpto. Pessoal

Publicado por:
Paulo Petrônio Peres de Peres
Código Identificador:E080BA93

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 5.002 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2026-FOMENTO/PNAB DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DÁ PROVIDÊNCIAS.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

DESIGNA

Art. 1º Os servidores abaixo relacionados para constituírem a Comissão de Avaliação do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 - Fomento/PNAB da Secretaria de Cultura, Turismo, Esportes e Desenvolvimento Econômico:

I – Luiz Feliz Flôres Bassaco, Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Desenvolvimento Econômico, matrícula nº 4885;

II – Mariana Binato de Souza, Diretora de Cultura, Turismo e Eventos, matrícula nº 2829;

III – Elifrancis Brito Nascimento, Diretora da Biblioteca Municipal Rui Barbosa, Matrícula nº 4919.

Art. 2º Ficam ratificados todos os atos da comissão acima designada desde a data de publicação do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – Fomento/PNAB.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

BRUNO PINHEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

MARIANE BRAIBANTE PEREIRA
Procuradora Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário de Administração

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:A4DB7450

SETOR DE LICITAÇÕES
SÚMULA DE PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 019.2026

Bruno Altamir Ortiz Pinheiro, Vice-Prefeito, no exercício de Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, RS, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** que ratifica a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com base no Artigo 74, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capacitação pós-implantação e/ou atendimento técnico local e remoto, bem como serviços de customização de softwares e consultoria em informática, para atender às necessidades do Sistema Integrado de Gestão deste Município. Tendo como contratada a empresa **IPM SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41**, com sede à Rua Cristóvão Nunes Pires, nº 86, sala 01 a 07, Centro, CEP: 88.010-120, na cidade de Florianópolis, SC. Pela prestação dos serviços, a contratada receberá o valor de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) pelos serviços de capacitação e/ou atendimentos técnicos locais, R$ 180,00 (cento e oitenta reais) pelos serviços de capacitação e/ou atendimentos técnicos remotos e R$ 300,00 (trezentos reais) pelos serviços de customização de softwares e consultorias em informática, totalizando um montante estimado de R$ 303.000,00 (trezentos e três mil reais) para o período da contratação. O prazo de contratação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei.

São Pedro do Sul, RS, 29 de setembro de 2026.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO
Vice- Prefeito, no Exercício de Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Essy Brutti
Código Identificador:7CC5E5FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Eletrônico nº 51/2026

O Prefeito Municipal de São Sepé comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto **é** aquisição de veículo 0 km. Menor preço, sendo a data de abertura das propostas no dia 14/10/2026, às 9 horas. O Edital se encontra à disposição no endereço eletrônico www.saosepe.atende.net e www.bllcompras.org.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sepé, em 29 de setembro de 2026.

MARCELO FARIA ELLWANGER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elias Jacob Haddad
Código Identificador:21540C8F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
SÚMULA DO CONTRATO N.º 229/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 24/2026

Objeto: Registro de preços, com cotas para microempresa e empresa de pequeno porte, para o fornecimento de cestas básicas mensais destinadas à distribuição para os servidores públicos municipais do Executivo.

Base Legal: Art. 28, I, Lei 14.133/2021.

Valor: R$ 49.569,15 (quarenta e nove mil quinhentos e sessenta e nove reis e quinze centavos).

Vigência: 29/09/2027.

Partes: Município de São Valério do Sul, L. J. BREDOW REPRESENTAÇÕES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ n° 23.969.712/0001-19.

São Valério do Sul – RS, 29 de setembro de 2026.

CLÓVIS TABORDA PADILHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Mateus Ribeiro
Código Identificador:30EF6A75

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA Nº 55/2026

O município de Sapucaia do Sul/RS **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados a **DISPENSA nº. 55/2026 - Processo Adm: 30479/2026 Objeto:** Locação de ônibus em condições adequadas de uso, segurança, higiene e conservação, destinado ao transporte de estudantes da Rede Municipal de Ensino de Sapucaia do Sul/RS, com fornecimento de motorista devidamente habilitado, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros e demais encargos operacionais para atendimento pelo período de 120 (cento e vinte) dias. **Empresa:** TRANSBUS TRANSPORTES LTDA CNPJ: 31.511.797/0001-15 **Valor Mensal: R$ 125.570,12 (Cento e vinte e cinco mil, quinhentos e setenta reais e doze centavos)**

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Gabriel Petry de Brito
Código Identificador:7CA10AB8

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA Nº 56/2026

O município de Sapucaia do Sul/RS **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados a **DISPENSA nº. 56/2026 - Processo Adm: 34259/2026 Objeto:** Contratação emergencial de empresa especializada para a prestação de serviço de transporte de alunos, mediante disponibilização de 01 (um) micro- ônibus adaptado para o transporte de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, com motorista devidamente habilitado e qualificado, destinado ao atendimento de alunos usuários da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no município de Sapucaia do Sul/RS. **Empresa:** TRANSBUS TRANSPORTES LTDA CNPJ: 31.511.797/0001-15 **Valor Mensal:** R$ 31.392,53 (Trinta e um mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e três centavos)

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Gabriel Petry de Brito
Código Identificador:796DC2E5

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 38/2026

O município de Sapucaia do Sul/RS **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados a INEXIGIBILIDADE nº. 038/2026 -

Processo Adm: 34747/2026 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria visando ao diagnóstico inicial das oportunidades de melhorias na Administração Tributária do Município, com foco no incremento da receita e mitigação dos impactos da Reforma Tributária. Empresa: INOVESSE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ 59.271.878/0001-04. Valor mensal: R$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais).

JOÃO GABRIEL PETRY DE BRITO
Diretor de Compras e Licitações

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Gabriel Petry de Brito
Código Identificador:F632888F

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 31/2026
O Município de Sapucaia do Sul TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que realizará o Pregão Eletrônico na data e horário que seguem: Dia **14/10/2026 às 14h00min - Pregão Eletrônico n.º 31/2026**, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e materiais para o Laboratório de Vigilância Ambiental em Saúde para captura, controle e monitoramento do escorpião amarelo, através de Sistema de Registro de Preços. O Edital de Licitação estará à disposição dos interessados, nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.sapucaiadosul.rs.gov.br/categoria/pregao-eletronico/ e www.portaldecompraspublicas.com.br.

JOÃO GABRIEL PETRY DE BRITO
Diretor de Compras e Licitações

JOSE NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Manfredi Medeiros
Código Identificador:66AF8166

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 050/2026

O Município de Sapucaia do Sul TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que realizará a seguinte Licitação na data e horário que segue: Dia 14/10/2026 às 14h PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº. 050/2026, cujo objeto aquisição de uniformes e equipamento de proteção individual para guarda municipal. O Edital de Licitação estará à disposição dos interessados, nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.sapucaiadosul.rs.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br.

JOÃO GABRIEL PETRY
Diretor de Compras e Licitações

JOSE NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda de Freitas Magalhães Rodrigues
Código Identificador:38A90BE6

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE REAGENDAMENTO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 032/2026
Referência: Processo: 22706/2026 - A prefeitura de Sapucaia do Sul/RS **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados que realizará DISPENSA ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por lote na hipótese do art. 75, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável para **"AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO, ITENS NÃO ADJUDICADOS NO PE 18/2026, com recursos oriundos da Emenda Parlamentar Individual nº 202519830007 – Convênio Nr 981346/2025 com Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – TRANSFEREGOV".** Data da sessão: **07/10/2026.** Horário da Fase de Lances: **12h30min às 17h30min.** O Edital da Dispensa Eletrônica e seus anexos poderão ser visualizados no site oficial da Prefeitura https://www.sapucaiadosul.rs.gov.br/categoria/editais/dispensas-eletronicas e no Portal de Compras Públicas. Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail licitações.compras@sapucaiadosul.rs.gov.br ou pelo telefone (051) 3451-8075.

JOÃO GABRIEL PETRY DE BRITO
Diretor de Compras e Licitações

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Manfredi Medeiros
Código Identificador:C273EBC9

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA 46/2026

O Município de Sapucaia do Sul/RS torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do processo de **Dispensa Eletrônica**, autuado sob o Expediente Administrativo nº 27369/2026 e referente ao **Edital nº 046/2026**. Objeto: **"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA DE REFORMA ESTRUTURAL E ADEQUAÇÃO DE LAYOUT DA FARMÁCIA DO ESTADO".
Resultado: FRACASSADO

SIMONE DE ALMEIDA
Agente de Contratação

JOÃO GABRIEL PETRY DE BRITO
Diretor de Compras e Licitações

Publicado por:
Simone de Almeida
Código Identificador:4276874E

FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS
PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Comissão de Licitação da Fundação Hospitalar Getúlio Vargas indica:

PROCESSO 328463 – DL 87/2026 – Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA ATENDER A FARMÁCIA CENTRAL DO HMGV. Fornecedor: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA (44734671002286) R$ 214.104,00; Fornecedor: SOMA/RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (06294126000100) R$ 1.036.775,16.
PROCESSO 282462 – PERP 78/2025 – Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 286343.
Fornecedor: PORTOMED COMERCIO DE MATERIAIS ORTOPEDICOS LTDA (03992299000104) R$ 90.000,00.

Sapucaia do Sul, 30 de setembro de 2026.

JORGE WILSON MENDES RIBEIRO BOPP
Diretor Administrativo e Financeiro

Publicado por:
Guilherme Furtado Pereira
Código Identificador:ED9C52BB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 4.603, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza abertura de crédito especial de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) criando rubrica no Orçamento de 2026 na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no art. 82, inciso IV da Lei Orgânica do Município, art. 41 incisos II, art. 42, e art. 43 *caput* da Lei Federal 4.320/64, sanciono a seguinte:
LEI:
Art. 1º Autoriza abertura de crédito especial no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, criando rubrica no orçamento de 2026:

08 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
02 Manutenção da Atividade dos Convênios e Repasses
27.812.0003.1017 Criação e Ampliação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer
4.4.90.52 Equipamento e Material Permanente.....R$ 25.000,00

08 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
02 Manutenção da Atividade dos Convênios e Repasses
27.812.0003.2056 Promoção de esporte na comunidade
3.3.90.30 Material de Consumo.....R$ 25.000,00

Art. 2º Servirá de cobertura para o crédito especial de que trata o artigo anterior o Convênio FPE 1840/2026, oriundo da emenda parlamentar nº 111/2025 de autoria do Deputado Estadual Aloísio Classmann.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Sapucaia do Sul, 24 de setembro de 2026.

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
LEI Nº 4.603, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026.
Autoriza abertura de crédito especial de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) criando rubrica no Orçamento de 2026 na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no art. 82, inciso IV da Lei Orgânica do Município, art. 41 incisos II, art. 42, e art. 43 *caput* da Lei Federal 4.320/64, sanciono a seguinte:
LEI:
Art. 1º Autoriza abertura de crédito especial no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, criando rubrica no orçamento de 2026:

08 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
02 Manutenção da Atividade dos Convênios e Repasses
27.812.0003.1017 Criação e Ampliação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer
4.4.90.52 Equipamento e Material Permanente.....R$ 25.000,00

08 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
02 Manutenção da Atividade dos Convênios e Repasses
27.812.0003.2056 Promoção de esporte na comunidade
3.3.90.30 Material de Consumo.....R$ 25.000,00

Art. 2º Servirá de cobertura para o crédito especial de que trata o artigo anterior o Convênio FPE 1840/2026, oriundo da emenda parlamentar nº 111/2025 de autoria do Deputado Estadual Aloísio Classmann.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Sapucaia do Sul, 24 de setembro de 2026.

JOSÉ NESTOR DE OLIVEIRA BERNARDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Tisciana Francis Pereira Medeiros
Código Identificador:A3A83B63

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA DA AMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO – N° 165/2026 PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇO – Nº 079/2026

O Município de Sarandi – RS através de seu **Prefeito Municipal**, torna público Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO –** Nº 079/2026 do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** cujo objeto é a ***Aquisição de equipamentos para o fomento da agricultura familiar, com a utilização de recursos remanescentes provenientes das Emendas Parlamentares Impositivas nº 202428670004 de autoria do Deputado Dionilso Mateus Marcon, a de nº 202443530003 de autoria da Deputada Denise Pessoa, a de nº 202443320020 de autoria da Deputada Daiana Santos, e a de n° 202328670003 de autoria do Deputado Dionilso Mateus Marcon, destinados à promoção da produção agropecuária no Município de Sarandi/RS*.** Data da abertura será no dia ***16 de outubro de 2026 às 08h30min*.** A cópia do Edital e seus anexos estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Sarandi - RS, sito na Praça Presidente Vargas, S/N, Centro, Sarandi – RS, CEP: 99560 – Telefone: (54).3361.5600, no site **Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br, e no site do Município de Sarandi/RS www.sarandi.rs.gov.br.** Sarandi, 30 de setembro de 2026.

PABLO LUIZ ALIEVI MARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Pricila Anhaia de Oliveira
Código Identificador:28EABD34

SECRETARIA DA AMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI DECRETO N° 4982/2026, 28 DE SETEMBRO DE 2026

O Senhor Pablo Luiz Alievi Mari, Prefeito Municipal de Sarandi, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VI do artigo 8° da Lei Federal n° 12.608, de 10 de abril de 2012, **DECLARA** Situação de Anormalidade nas áreas do município, afetadas pelos eventos adversos simultâneos Tempestades Local/Convectiva Granizo **– COBRADE 1.3.2.1.3** e VENDAVAL – **COBRADE 1.3.2.1.4**, conforme Portaria n° 260/2022 – MDR**.** A cópia do Decreto n° 4798 está disponível na sede da Prefeitura Municipal de Sarandi - RS, sito na Praça Presidente Vargas, S/N, Centro, Sarandi – RS, CEP: 99560 – Telefone: (54).3361.5600 e **no site do Município de Sarandi/RS www.sarandi.rs.gov.br.** Sarandi, 30 de setembro de 2026.

PABLO LUIZ ALIEVI MARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Pricila Anhaia de Oliveira
Código Identificador:47633A75

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPERA

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **OSVALDO HENRICH FILHO**, Prefeito Municipal, torna pública a Dispensa de Licitação nº 4037/2026 com base nos termos do artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21, referente a reforma da residência de Noely Vargas, conforme parecer social, com a empresa **RAFAEL ALVES DOS SANTOS.**
Tapera, em 29 de Setembro de 2026.

OSVALDO HENRICH FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Meda Maria Marx Kuhn
Código Identificador:866FC5D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESUMO DE CONTRATO 140/2026

RESUMO DE CONTRATO 140/2026
CONTRATO N°: 140/2026
PROCESSO N°: 5436/2026
Procedimento Auxiliar: Credenciamento/Chamamento Público 008/2026
CREDENCIANTE: Município de Taquara/RS
CREDENCIADA:LABORATÓRIO LEUCKERT LTDA,CNPJ/MF nº 89.667.885/0001-90
OBJETO: Prestação de serviço de DIAGNÓSTICO por LABORATÓRIO CLÍNICO, para exames de Pré-Natal, para as gestantes do Município de Taquara, conforme Termo de referência em anexo e de acordo com valores praticados na tabela SUS, de acordo com o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 008/2026, pelo CREDENCIADO conforme Processo Administrativo nº 5436/2026.
VALOR:Valores praticados na tabela SUS.
ASSINATURAS:SIRLEI T. BERNARDES DA SILVEIRA e ILZA SCHAEFER
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026

Publicado por:
Alessandra de Paula Machado
Código Identificador:88C7784E

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO E REMARCAÇÃO DE EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 015/2026

RETIFICAÇÃO E REMARCAÇÃO DE EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 015/2026
Através do presente instrumento retifica-se o Edital supramencionado e a Minuta de Contrato, Anexo I do Edital:
ALTERA-SE a data e hora da sessão pública, constante no Edital, passando a ser:
Nova data: 08h30min do dia 15 de outubro de 2026, com limite para envio das propostas até às 08h29min do mesmo dia.
Altera-se o Termo de Referência, passando a valer o arquivo denominado "TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO".
ALTERA-SE o regime de execução, passando a ser EMPREITADA por PREÇO UNITÁRIO. Em consequência, a cláusula 1.1. do Edital passa a conter a seguinte redação:
A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a **PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO NA ESTRADA ZEFERINO VICENTE NEVES FILHO**, com recursos oriundos de Emenda Parlamentar de Transferência Especial, de acordo com o Plano de Ação: 09032026-095455/2026 Emenda Parlamentar nº 202636660011, em regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de material, mão de obra e todos os equipamentos/materiais necessários para a perfeita execução do objeto, conforme Projeto Executivo, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico- financeiro, RRT/ART e Declaração de BDI e Encargos Sociais, fornecidos pela Secretaria de Planejamento, que seguem em anexo a este instrumento convocatório.
SUPRIME-SE, do edital, a cláusula a 1.10.2., a seguir elencada:
1.10.2. Ressalta-se que, em nenhuma hipótese, serão aceitos documentos novos ou emitidos posteriormente à data de abertura da sessão com a finalidade de suprir ausência documental, sanar irregularidades ou constituir condição de habilitação inexistente à época da realização do certame.
ALTERA-SE INTEGRALMENTE a cláusula 7.10.4., do Edital, passando a ser:
DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
Certificado vigente de Inscrição e Regularidade da PESSOA JURÍDICA junto à entidade profissional competente (CREA ou CAU);
Certificado vigente de Inscrição e Regularidade do PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, junto à entidade profissional competente (CREA ou CAU).
Atestado da capacitação técnico-profissional, registrado no CREA ou CAU, em nome do responsável técnico da empresa fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou satisfatoriamente, contrato de objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos, acompanhado da respectiva CAT com registro de atestado.
Atestado de capacitação técnico-operacional, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos.
a. Para requisito mínimo, a empresa deverá ter nos atestados:
a) Execução de pavimentação em bloco de concreto: área de 930,00m²;
Atestado de Vistoria fornecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA/RS, conforme modelo "TERMO DE VISTORIA" demonstrado no Anexo II deste Edital, devidamente assinado por quem de direito da empresa licitante e pelo responsável do setor competente da PREFEITURA, devendo a vistoria ser previamente agendada através do telefone (51)3541-9200, ramal 281, ou e-mail planej12@taquara.rs.gov.br, sendo feita até a data fixada para o cadastramento das empresas, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços. Não haverá vistoria sem prévio agendamento; OU Apresentar DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA conforme modelo em Anexo III;
ACRESCENTA-SE, ao Edital, as cláusulas 10.4., 10.5., 10.6., 10.7. e 10.8.:
10.4. Nos termos do art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Agente de Contratação poderá convocar os licitantes remanescentes, observada rigorosamente a ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.
10.5. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, o Agente de Contratação poderá proceder à negociação com os demais licitantes, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, ainda que o preço negociado seja superior ao valor ofertado pelo licitante vencedor.
10.6. Frustrada a negociação para obtenção de condições mais vantajosas, o Agente de Contratação poderá celebrar o contrato nas condições originalmente ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
10.7. A negociação será conduzida pelo Agente de Contratação, exclusivamente por meio do Portal de Compras Públicas, na sessão pública do certame, devendo todos os atos e manifestações dela decorrentes ser formalmente registrados no sistema eletrônico, para fins de publicidade, transparência e rastreabilidade do procedimento.
10.8. Para a execução do procedimento previsto no art. 90, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Agente de Contratação designará, por meio do Portal de Compras Públicas, data e horário específicos para a convocação dos licitantes remanescentes, observada, rigorosamente, a ordem de classificação. A cada licitante será assegurado o prazo de 1 (uma) hora, de forma sucessiva e individualizada, para apresentação e eventual discussão de proposta de negociação, nos termos do art. 90, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, respeitada a sequência estabelecida no ranking de classificação.

ALTERA-SE a cláusula 1.1. da Minuta de Contrato, passando a viger com a seguinte redação:
O objeto do presente instrumento contratual consiste na contratação de empresa especializada para a **PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO NA ESTRADA ZEFERINO VICENTE NEVES FILHO**, com recursos oriundos de Emenda Parlamentar de Transferência Especial, de acordo com o Plano de Ação: 09032026-095455/2026 Emenda Parlamentar nº 202636660011, em regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de material, mão de obra e todos os equipamentos/materiais necessários para a perfeita execução do objeto, conforme Edital, Memorial Descritivo, Termo de Referência, Projetos, Planilha Orçamentária, Cronograma e demais documentos elaborados pelo Dpto. de Engenharia do Município, bem como na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.
ALTERA-SE INTEGRALMENTE a cláusula 3 da Minuta de Contrato, passando a conter a seguinte redação:
3. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO E DA APRESENTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL:
Após a homologação do certame, a licitante vencedora será convocada pelo Agente de Contratação para apresentar, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, os seguintes documentos:
Licença de Operação (LO), dos materiais utilizados no atendimento do objeto da licitação (bloco de concreto), expedida por Órgão Ambiental responsável, comprovando desta forma o atendimento e o respeito às normas ambientais, conforme determinado na LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, que "Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências." Caso a licitante conte com materiais de terceiros, deverá apresentar declaração emitida pelo representante legal do fornecedor dos materiais, informando que o licitante está autorizado e qualificado pela fábrica a fornecer os materiais, objeto desta licitação, tratando-se do proponente ser o próprio fornecedor, deverá apresentar declaração comprobatória do fato, não eximindo, em caso de terceiros, da apresentação da documentação do item anterior.
Caso a licitante vencedora apresente o Certificado de Inscrição e Regularidade da empresa e do responsável técnico junto ao CREA que não seja da circunscrição do Estado do Rio Grande do Sul, deverá este receber o visto do CREA/RS conforme Resolução nº. 1.121/2019, artigo 14º., CONFEA (SE FOR O CASO).
Certificado de Inscrição e Regularidade da PESSOA JURÍDICA na qual conste o nome do profissional apresentado como responsável técnico da empresa ou comprovação de vínculo por meio de contrato de prestação de serviços.
Garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, além de, caso aplicável, a garantia adicional prevista no item 6.12. do edital, cabendo ao adjudicatário optar por uma das modalidades de garantias:
caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
seguro-garantia;
fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
A não apresentação de Garantia de Execução de Contrato pressupõe desistência da contratação, sujeitando a licitante à penalidade prevista na legislação vigente e à perda da garantia de manutenção da proposta.
O valor de Garantia de Execução de Contrato deverá ser passível de execução como compensação, por perdas resultantes do não cumprimento, pela licitante adjudicada, de suas obrigações contratuais.
A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
Os demais itens do Edital permanecem inalterados.
Taquara, 24 de setembro de 2026.

SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alessandra de Paula Machado
Código Identificador:7A94C1A9

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 117/2025

1º TERMO ADITIVO CONTRATO N°: 117/2025
PROCESSO N°: 9611/2025
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade 021/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS
CONTRATADA: BARBARA ELISABETH NEUBARTH; FERNANDO NEUBARTH; RICARDO NEUBARTH; ROBERTO NEUBARTH; SUZANA CAROLINA NEUBARTH TRINDADE
OBJETO: Locação de Imóvel, situado na Rua Nelson Renck, 2957, para o Departamento de Cultura, atualmente, utilizado como sede do Setor de Compras e Licitações.
OBJETO DO ADITIVO: Alterada a Cláusula Terceira – Da Vigência – prorrogando o prazo desta contratação por 12 (doze) meses, a contar de 1º de outubro de 2026; Alterada a Cláusula Segunda – Do Preço e Da Forma de Pagamento – reajustando o valor mensal deste Contrato, com base no cálculo da correção pelo IPCA (IBGE), referente ao último período contratual, o qual passa a ser de **R$ 5.808,63 (cinco mil e oitocentos e oito reais e sessenta e três centavos).**
ASSINATURAS:
SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
BARBARA ELISABETH NEUBARTH; FERNANDO NEUBARTH; RICARDO NEUBARTH; ROBERTO NEUBARTH; SUZANA CAROLINA NEUBARTH TRINDADE - p/p ALICE IMÓVEIS LTDA.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 29/09/2026

Seção de Licitações

Publicado por:
Diovana Gerhard
Código Identificador:773AB68F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONCURSO CP Nº 010/2026 - CONVOCA CANDIDATO PARA FINS DE NOMEAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO.

EDITAL DE CONCURSO CP Nº 010/2026

CONVOCA CANDIDATO PARA FINS DE NOMEAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO.

GILMAR FERREIRA DE LEMOS, Prefeito Municipal de Tavares, no uso de suas atribuições legais,

Tendo sido utilizado os critérios previstos no Edital de Abertura CP nº 001/2024 do Concurso Público para o cargo de **FISCAL, CONVOCA** o candidato abaixo para comparecer na Prefeitura Municipal de Tavares, para fins de nomeação no prazo máximo de 10(dez) dias a contar da data de publicação do presente edital e ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período.

CARGO: FISCAL CLASSIFICAÇÃO
Eder Sandro Lima Schaefer 1º lugar

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, 28 DE SETEMBRO DE 2026.

GILMAR FERREIRA DE LEMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria de Fatima da Silva
Código Identificador:591A6BAE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N° 03/2025

Administração Pública: Prefeitura Municipal de Terra de Areia
Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
CNPJ/CPF: 07.383.677/0001-03
Objeto: O presente Termo de Fomento é celebrado em conformidade com a Portaria nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024, e com a Emenda Parlamentar nº 202428580007, de autoria do Deputado Federal Alceu Moreira, tendo por objetivo a realização dos seguintes projetos: Projeto Organização Institucional: Receitas, Prontuários e Fachada; Projeto Educar com Qualidade; e Projeto de Gestão dos Materiais de Limpeza da Instituição, proporcionando, assim, condições dignas para o fortalecimento e a qualificação dos serviços de proteção social especial prestados, assegurando atendimento adequado, humanizado e contínuo às pessoas.
Valor: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Prazo: 29/09/2026 até 30/06/2026, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

DIOGO FRANCO DE SOUZA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Pedro Henrique Titoni Reis
Código Identificador:E69C24DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 77/2025

Administração Pública: Prefeitura Municipal de Terra de Areia
Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
CNPJ/CPF: 07.383.677/0001-03
Objeto: O presente Termo de Fomento é celebrado em conformidade com a Portaria nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024, e com a Emenda Parlamentar nº 202428580007, de autoria do Deputado Federal Alceu Moreira, tendo por objetivo a realização dos seguintes projetos: Projeto Organização Institucional: Receitas, Prontuários e Fachada; Projeto Educar com Qualidade; e Projeto de Gestão dos Materiais de Limpeza da Instituição, proporcionando, assim, condições dignas para o fortalecimento e a qualificação dos serviços de proteção social especial prestados, assegurando atendimento adequado, humanizado e contínuo às pessoas.
Valor: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Fundamento: Art. 31, da Lei nº 13.019/2014.

DIOGO FRANCO DE SOUZA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Pedro Henrique Titoni Reis
Código Identificador:99511D4D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2026

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2026.
JUAREZ MARQUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Tramandaí, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a publicação do Edital do Pregão Eletrônico n° 126/2026, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de segurança e vigilância patrimonial armada destinada à Unidade de Pronto Atendimento-UPA Do Município de Tramandaí e CAPS**. Toda documentação deverá ser incluída junto ao sistema até as 13h do dia 16/10/2026 (para verificação de conformidade com o Edital). O edital encontra-se disponível nos sites: www.banrisul.com.br, ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul. Maiores informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Avenida da Igreja, 346, 3° andar, Centro, Tramandaí/RS e cópia do Edital em nossa página na Internet, no endereço eletrônico www.tramandai.rs.gov.br, opção licitações, Edital de Pregão Eletrônico nº 126/2026.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:CC205F7C

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 157/2026

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
DISPENSA N° 157/2026
PROCESSO Nº 48428/2026
JUAREZ MARQUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Tramandaí/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da Dispensa de Licitação Nº 157/2026, com critério de julgamento pelo menor preço global, na hipótese do art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 5.157/2023, para prestação de serviços, em regime de empreitada global, de adequação e reestruturação do layout do CRAS São Francisco II – Casa da Cidadania, conforme Anexo I – Memorial Descritivo, disponível no site www.tramandai.rs.gov.br, opção "Licitações". É de interesse da Administração obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a mais vantajosa para a Administração. As propostas deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico dispensalicitacao@tramandai.rs.gov.br **com cópia para o e-mail** dispensalicitacaotramandai@gmail.com.
Prazo para recebimento das propostas: de 30/09/2026 até as 23h59min de 02/10/2026.
Data da abertura das propostas: 05/10/2026, às 10 h.
Critério de Julgamento: Menor Preço Global.
Valor Estimado: **R$39.610,82 (trinta e nove mil, seiscentos e dez reais e oitenta e dois centavos).**
Contato para esclarecimentos: dispensalicitacaotramandai@gmail.com Telefone: (51) 99157 8092.
**Para esclarecimentos/dúvidas por e-mail, deverá o interessado fazer referência, no campo assunto, à Dispensa de que se trata, exemplo "Dúvidas Dispensa nº 157/2026".*
*Para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília (DF).

Publicado por:
Cindi Garcia Amaral
Código Identificador:354F8BDD

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2026

EXTRATO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2026 (aquisição de material de expediente para uso no Prédio da Prefeitura e demais Secretarias). Contratante: Prefeitura Municipal de Tramandaí. Contratada: *** E.TECH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME**: – Lote 01, quantidade: 1.030 cx, valor unitário: R$ 4,91, – Lote 42, quantidade: 120 pa, valor unitário: R$ 56,00; *** PORTO ATACADISTA EIRELI:** – Lote 02, quantidade: 670 un, valor unitário: R$ 2,54, – Lote 07, quantidade: 1.250 pa, valor unitário: R$ 1,47, – Lote 08, quantidade: 890 cx, valor unitário: R$ 8,19, – Lote 09, quantidade: 1.133 un, valor unitário: R$ 15,37, – Lote 10, quantidade: 1.283 cx, valor unitário: R$ 22,84, – Lote 11, quantidade: 1.080 un, valor unitário: R$ 22,99, – Lote 12, quantidade: 720 cx, valor unitário: R$ 22,99, – Lote 13, quantidade: 1.750 un, valor unitário: R$ 0,42, – Lote 14, quantidade: 1.450 un, valor unitário: R$ 0,42, – Lote 15, quantidade: 1.450 un, valor unitário: R$ 0,42, – Lote 16, quantidade: 1.450 un, valor unitário: R$ 0,42, – Lote 26, quantidade: 5.200 cx, valor unitário: R$ 1,59, – Lote 28, quantidade: 3.840 un, valor unitário: R$ 8,64, – Lote 35, quantidade: 43.000 un, valor unitário: R$

0,10, – Lote 37, quantidade: 48 cx, valor unitário: R$ 78,99, – Lote 38, quantidade: 53 cx, valor unitário: R$ 52,25, – Lote 39, quantidade: 43 cx, valor unitário: R$ 58,99, – Lote 47, quantidade: 1.180 un, valor unitário: R$ 4,53, – Lote 48, quantidade: 3.030 un, valor unitário: R$ 2,89, – Lote 51, quantidade: 900 rl, valor unitário: R$ 3,47, – Lote 52, quantidade: 900 rl, valor unitário: R$ 8,22, – Lote 54, quantidade: 2.320 cx, valor unitário: R$ 11,60; *** HELPFIX ATACADO DE PAPELARIA LTDA:** – Lote 03, quantidade: 10.250 un, valor unitário: R$ 0,15, – Lote 21, quantidade: 3.000 un, valor unitário: R$ 0,35, – Lote 22, quantidade: 3.000 un, valor unitário: R$ 0,23, – Lote 29, quantidade: 1.550 un, valor unitário: R$ 0,85, – Lote 33, quantidade: 8.740 un, valor unitário: R$ 3,50, – Lote 41, quantidade: 120 pa, valor unitário: R$ 27,70, – Lote 45, quantidade: 850 un, valor unitário: R$ 1,00; ***DARÓS – SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA:** – Lote 04, quantidade: 9.330 un, valor unitário: R$ 4,79, – Lote 05, quantidade: 1.672 pa, valor unitário: R$ 11,00, – Lote 17, quantidade: 1.730 un, valor unitário: R$ 0,94, – Lote 18, quantidade: 1.730 un, valor unitário: R$ 0,94, – Lote 19, quantidade: 1.730 un, valor unitário: R$ 0,94, – Lote 20, quantidade: 1.730 un, valor unitário: R$ 0,94, – Lote 36, quantidade: 35 cx, valor unitário: R$ 99,90, – Lote 43, quantidade: 300 un, valor unitário: R$ 0,86, – Lote 44, quantidade: 33 pa, valor unitário: R$ 39,00; *** MICHELI BARBIERI DA SILVA:** – Lote 06, quantidade: 810 pa, valor unitário: R$ 2,49, – Lote 23, quantidade: 5.580 cx, valor unitário: R$ 1,67, – Lote 24, quantidade: 5.080 cx, valor unitário: R$ 2,04, – Lote 34, quantidade: 1.300 un, valor unitário: R$ 1,22; ***M.F. MACHADO SOARES:** – Lote 25, quantidade: 4+850 cx, valor unitário: R$ 2,20; *** LAGUNA ESPORTES LTDA:** – Lote 27, quantidade: 4.550 cx, valor unitário: R$ 3,00, – Lote 30, quantidade: 350 cx, valor unitário: R$ 5,95, – Lote 40, quantidade: 5120 pa, valor unitário: R$ 20,40, – Lote 49, quantidade: 1.500 un, valor unitário: R$ 1,20, – Lote 50, quantidade: 2.500 un, valor unitário: R$ 1,50; *** JM SOLUÇÕES E SUPRIMENTOS LTDA:** – Lote 31, quantidade: 450 cx, valor unitário: R$ 8,35, – Lote 32, quantidade: 450 cx, valor unitário: R$ 4,74; *** SAMUEL DE MELLO RODRIGUES:** – Lote 46, quantidade: 70 un, valor unitário: R$ 52,70, – Lote 53, quantidade: 300 pa, valor unitário: R$ 7,60.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:760A854B

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ. **CONTRATADA: BIRNFELD ATIVIDADES MÉDICAS LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o n° 14.918.984/0001-07. **Objeto:** CREDENCIAMENTO e, possível contratação, de todos os interessados na prestação de serviços de consultas médicas especializadas; atendimentos terapêuticos nas áreas de Psicologia, Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Fonoaudiologia, Quiropraxia, Nutricionista e Terapia ocupacional; serviços odontológicos, realização de exames odontológicos, destinados aos beneficiários do Fundo Municipal de Assistência Médica – FUMAM. **Valor da consulta:** R$ 90,00 (noventa reais) pelo serviço de Psicologia e R$ 171,67 (cento e setenta e um reais) pela consulta de Otorinolaringologia. **Prazo:** O prazo do Contrato será 12 (doze) meses, tendo início a partir da sua assinatura podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo previsto por lei.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 118/2026.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:13153166

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 250/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 250/2026. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ. **CONTRATADA: HAYAH SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no **CNPJ** sob o n° 50.608.535/0001-18. **Objeto:** Aquisição de trator agrícola para suporte às atividades da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura. **Valor:** R$ 154.600,00 (cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos reais). **Prazo:** O prazo do Contrato será de 01 (um) ano, a contar da assinatura do contrato, e podendo ser prorrogado até o prazo máximo permitido por Lei.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2026.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:E8EA5479

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2021 Nº 06

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2021 nº 06 – CONTRATADO: SUL DIESEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Fica alterada a Cláusula Quinta do Contrato Original no tocante ao prazo para renová-lo por mais 06 (seis) meses. Solicitação contida no memorando nº 463/2026 da Secretaria Municipal de Segurança, Transporte e Trânsito. PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador:340E8F53

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1.486/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1.486/2026
O Município de Travesseiro/RS comunica que, em despacho proferido no Processo de Dispensa de Licitação nº 1.486/2026, o Prefeito Municipal, reconheceu ser dispensável a licitação para a Contratação, em caráter emergencial, de Terapeuta Ocupacional, que visa cumprir a decisão liminar expedida nos autos do processo nº 5003457-10.2024.8.21.0080/RS, que prevê a realização de 01 (uma) consulta em terapia ocupacional por semana.

FAVORECIDO: GIRASSOL ESPAÇO INTEGRADO LTDA.
CNPJ Nº 49.738.497/0001-39.
VALOR: R$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) por sessão.
Fundamento Legal: art. 75, inc. VIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

Travesseiro, 29 de setembro de 2026.

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Both
Código Identificador:27EEABAA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026
CONTRATANTE: Município de Travesseiro.
CREDENCIADA: ASSOCIAÇÃO ARROIOMEENSE DE AMPARO AO IDOSO – AMAI.
CNPJ Nº 92.893.221/0001-54.
OBJETO: Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), Residências Inclusivas, Residências Assistidas, Residenciais Terapêuticos e demais instituições legalmente habilitadas para prestação de serviços de acolhimento institucional destinados a pessoas idosas e pessoas com deficiência residentes no Município de Travesseiro/RS.
VINCULAÇÃO: Chamamento Público nº 003/2026.
PRAZO/VALIDADE: 21 de setembro de 2027.

VALOR:

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
01	12	Meses	Grau de dependência I: 25 URM's	R$ 48,00	R$ 1.200,00
02	12	Meses	Grau de dependência II: 30 URM's	R$ 48,00	R$ 1.440,00
03	12	Meses	Grau de dependência III: 35 URM's	R$ 48,00	R$ 1.680,00

Travesseiro, 29 de setembro de 2026.

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Both
Código Identificador:49EB04A7

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 015/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 015/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026
CONTRATANTE: Município de Travesseiro.
CREDENCIADA: CASA DE REPOUSO ACONCHEGO LTDA.
CNPJ Nº 21.970.137/0001-49.
OBJETO: Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), Residências Inclusivas, Residências Assistidas, Residenciais Terapêuticos e demais instituições legalmente habilitadas para prestação de serviços de acolhimento institucional destinados a pessoas idosas e pessoas com deficiência residentes no Município de Travesseiro/RS.
VINCULAÇÃO: Chamamento Público nº 003/2026.
PRAZO/VALIDADE: 21 de setembro de 2027.
VALOR:

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
01	12	Meses	Grau de dependência I: 25 URM's	R$ 48,00	R$ 1.200,00
02	12	Meses	Grau de dependência II: 30 URM's	R$ 48,00	R$ 1.440,00
03	12	Meses	Grau de dependência III: 35 URM's	R$ 48,00	R$ 1.680,00

Travesseiro, 29 de setembro de 2026.

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Both
Código Identificador:3ED3E540

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026
CONTRATANTE: Município de Travesseiro.
CREDENCIADA: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAÇOS DE AMOR.
CNPJ Nº 51.144.024/0001-55.
OBJETO: Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), Residências Inclusivas, Residências Assistidas, Residenciais Terapêuticos e demais instituições legalmente habilitadas para prestação de serviços de acolhimento institucional destinados a pessoas idosas e pessoas com deficiência residentes no Município de Travesseiro/RS.
VINCULAÇÃO: Chamamento Público nº 003/2026.
PRAZO/VALIDADE: 21 de setembro de 2027.
VALOR:

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
01	12	Meses	Grau de dependência I: 25 URM's	R$ 48,00	R$ 1.200,00
02	12	Meses	Grau de dependência II: 30 URM's	R$ 48,00	R$ 1.440,00
03	12	Meses	Grau de dependência III: 35 URM's	R$ 48,00	R$ 1.680,00

Travesseiro, 29 de setembro de 2026.

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Both
Código Identificador:AC5F8011

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 341/2026

CONCEDE dez (10) dias de férias regulamentares ao servidor LEONARDO MACIEL HUF, ENFERMEIRO, Padrão "6".

GILMAR LUIZ SOUTHIER, PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o processo protocolado sob o nº 974/2026, de 03 de agosto de 2026, **CONCEDE** dez (10) dias de férias regulamentares ao servidor **LEONARDO MACIEL HUF, ENFERMEIRO,** Padrão "6", referente ao período aquisitivo de 23/09/2025 a 22/09/2026, a partir do dia 30 de setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS, em 29 de setembro de 2026.

Registre-se e
Publique-se
Data Supra

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

MAICON WILAND THEISEN
Secretário da Administração e Finanças

Publicado por:
Daniela Both Scheid
Código Identificador:85E586A6

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 342/2026

CONCEDE dez (10) dias de férias regulamentares ao servidor DIOGO AULER DE ALMEIDA, CHEFE DE TURMA, Padrão "CC2".

GILMAR LUIZ SOUTHIER, PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o processo protocolado sob o nº 1.130/2026, de 14 de setembro de 2026, **CONCEDE** dez (10) dias de férias regulamentares ao servidor **DIOGO AULER DE ALMEIDA, CHEFE DE TURMA, Padrão "CC2"**, referente ao período aquisitivo de 01/10/2025 a 30/09/2026, a partir do dia 30 de setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS, em 29 de setembro de 2026.

Registre-se e
Publique-se
Data Supra

GILMAR LUIZ SOUTHIER
Prefeito Municipal

MAICON WILAND THEISEN
Secretário da Administração e Finanças

Publicado por:
Daniela Both Scheid
Código Identificador:1EEF1622

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS COROAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 710 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

RETIFICA A PORTARIA Nº 696, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026, QUE DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL.

FABIEL CRISTÓVÃO PORT, Prefeito Municipal de Três Coroas, no uso de suas atribuições legais
RESOLVE:
Art. 1º Retificar o art. 1º da Portaria nº 696, de 18 de setembro de 2026, quanto à identificação do procedimento licitatório, conforme segue:
Onde se lê:

"Pregão nº 31/2026 – Ata de Registro de Preços nº 145/2025"

Leia-se:

"Pregão nº 31/2025 – Ata de Registro de Preços nº 145/2025"

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 696, de 18 de setembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Coroas, em 25 de setembro de 2026.

FABIEL CRISTÓVÃO PORT
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

MARA ALEXANDRA DE SOUZA LIMA
Secretária de Administração

Publicado por:
Keli Faccio Cardoso
Código Identificador:93A5A472

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 711 DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

DESIGNA A GESTORA E NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA CELEBRADA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

FABIEL CRISTÓVÃO PORT, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS COROAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e no Decreto Executivo nº 2.784, de 30 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **MARA ALEXANDRA DE SOUZA LIMA**, Secretária Municipal de Administração, para exercer a função de Gestora da parceria celebrada com a entidade da sociedade civil **GRÊMIO ESPORTIVO SANDENSE**, formalizada por meio do **Termo de Fomento nº 183/2026**, cujo objeto consiste na realização de melhorias nos vestiários, na iluminação e na cobertura do ginásio esportivo, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Art. 2º Nomear os seguintes servidores para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria:

I – Romário Ribeiro da SIlva;
II – Keli Faccio Cardoso;
III – Norton Samuel Matte.

Art. 3º Compete ao Gestor da parceria:

I – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II – promover o acompanhamento da execução da parceria, utilizando os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação elaborados pela Comissão;
III – emitir parecer técnico conclusivo acerca da análise das prestações de contas parciais e final;
IV – comunicar à autoridade competente quaisquer fatos que comprometam ou possam comprometer a execução da parceria, bem como indícios de irregularidades na aplicação dos recursos;
V – exercer as demais atribuições previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Executivo nº 2.784/2017.

Art. 4º Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I – acompanhar e avaliar a execução da parceria;
II – elaborar, por meio de um de seus integrantes, o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, submetendo-o à homologação da Comissão;
III – encaminhar o relatório homologado à organização da sociedade civil, para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.
IV - exercer as demais atribuições previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Executivo nº 2.784/2017

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TRÊS COROAS, 25 de setembro de 2026.

FABIEL CRISTÓVÃO PORT
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

MARA ALEXANDRA DE SOUZA LIMA
Secretária de Administração

Publicado por:
Keli Faccio Cardoso
Código Identificador:0516261B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.982/2026

DECRETO Nº 3.982, de 28 de setembro de 2026.

SUBSTITUI MEMBROS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMPDEC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal art. 143, inciso VI, conforme Lei nº 2.837, de 03 de abril de 2017 e de acordo com o Memorando nº 8.141/2026, datado de 24 de setembro de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam substituídos os membros junto ao **CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMPDEC,** nomeados através do Decreto nº 2.463/2017, de 19 de outubro de 2017, conforme segue:

Fábio Mendonça dos Santos – Secretário Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social – Presidente
Vagner Pires Pinheiro – Coordenador de Defesa Civil – Secretário Executivo

Representantes das Secretarias Municipais:

Ana Regina Bortoli - Secretaria Municipal de Saúde
Adriana Almeida Belaguarda - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Geraldo Cantarelli Vaz - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Ivone Sandrine Foschieira da Silva - Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento

Representantes das Entidades Comunitárias:

Antônio Della-libera Gravina - Grupo Escoteiro Chama Farroupilha
Sidnei Alves dos Anjos - Comitê de Fomento Industrial do Polo do Rio Grande do Sul - COFIP
Ricardo Boesch - Emater/ASCAR
Luiz Carlos Castro Franco - Loja Maçonica Triunpho do Direito nº 12

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 28 de setembro de 2026.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

DARVIN PERIN CASSEPP
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Viviane de Souza Maia
Código Identificador:120F3FA3

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.983/2026

DECRETO Nº 3.983, de 29 de setembro de 2026.

Regulamenta a Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-Triunfo, criada pela Lei Municipal nº 3.320, de 23 de dezembro de 2025, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, e dá outras providências**.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 143, inciso VI da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO o art. 13 da Lei Municipal nº 3.320, de 23 de dezembro de 2025, que prevê a regulamentação da CAISAN-Triunfo por Decreto, respeitada a legislação aplicável e observado o disposto no artigo 9º desta Lei.

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 3.320, de 23 de dezembro de 2025, que estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e no Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada a Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-Triunfo, criada pelo art. 8º da Lei Municipal nº 3.320, de 23 de dezembro de 2025, como instância governamental de articulação e gestão intersetorial das políticas, programas e ações de segurança alimentar e nutricional no Município, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional.
Parágrafo único. A CAISAN-Triunfo possui, dentre outras afins, as seguintes atribuições:
I– elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-Triunfo:
a) a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando suas diretrizes e os instrumentos para sua execução;
b) o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando metas, recursos disponíveis e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação;
II– coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante:
a) interlocução permanente entre o COMSEA-Triunfo e os órgãos de execução;
b) acompanhamento das propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento anual;
III– monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e a aplicação de recursos em ações e programas de interesse da Segurança Alimentar e Nutricional previstos no Plano Plurianual e nos orçamentos anuais;
IV– monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
V– articular e estimular a integração da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
VI– assegurar o acompanhamento da análise e do encaminhamento das recomendações do COMSEA-Triunfo pelos órgãos do Governo Municipal, apresentando relatórios periódicos;
VII– definir, ouvindo o COMSEA-Triunfo, os critérios e procedimentos de participação para a implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional;
VIII– elaborar e aprovar seu regimento interno, em consonância com a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, com a legislação municipal aplicável e com as normas vigentes do SISAN.
Art. 2º. A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído de forma intersecretarial pela CAISAN-Triunfo, com base nas prioridades estabelecidas pelo COMSEA-Triunfo e nas deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
§ 1º. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá:
I– conter diagnóstico da situação de Segurança Alimentar e Nutricional no Município, com base em indicadores oficiais disponíveis, informações produzidas pelas políticas públicas municipais e demandas apresentadas pela população a partir da leitura de suas vivências cotidianas, dos processos participativos e das instâncias de controle social;
II– observar as diretrizes da Política Nacional, da Política Estadual e da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, quando aplicável;
III– ser quadrienal e ter vigência correspondente à do Plano Plurianual – PPA;
IV– dispor sobre os temas previstos no Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, além de outros temas apontados pelo COMSEA-Triunfo, pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e pelos processos participativos reconhecidos pelo Município;
V– explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades públicas municipais afetos à Segurança Alimentar e Nutricional;
VI– incorporar estratégias territoriais, intersetoriais e participativas, considerando as necessidades identificadas por meios técnicos, a partir dos indicadores disponíveis, e as demandas apresentadas pela população, com atenção às especificidades culturais, sociais, ambientais, territoriais, étnico-raciais, geracionais, de gênero, de trabalho, de renda, de saúde, de acesso à terra, ao território, à água e aos alimentos adequados e saudáveis;
VII– definir seus mecanismos de monitoramento, avaliação, revisão e publicidade;
VIII– ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da CAISAN Nacional, da CAISAN Estadual e da CAISAN-Triunfo, nas propostas do COMSEA-Triunfo e no monitoramento de sua execução.
§ 2º. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como os relatórios parciais de monitoramento de sua execução,

deverão ser analisados e aprovados, antes de sua disponibilização para consulta pública, por Comitê *ad hoc* de convocação periódica, convocado pelo Presidente da CAISAN-Triunfo e composto pelos titulares dos órgãos integrantes da Câmara ou por representantes formalmente designados para essa finalidade pela direção desses órgãos.
§ 3º. A consulta pública do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de seus relatórios parciais de monitoramento deverá ser amplamente divulgada, em linguagem acessível e por meios adequados à realidade municipal, de modo a favorecer a participação de conselhos, entidades, organizações, coletivos, grupos comunitários, povos e comunidades tradicionais, territórios, segmentos populacionais, trabalhadores, agricultores familiares, iniciativas populares e demais sujeitos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional.
Art. 3º. A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas, ações, serviços e políticas públicas que integram a Política Municipal e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional são de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes, conforme a natureza temática a que se referem, observadas as disposições da legislação aplicável.

Art. 4º. A CAISAN-Triunfo será integrada, necessariamente, pelos órgãos governamentais com representação no COMSEA-Triunfo, podendo também ser composta por outras pastas e órgãos municipais afetos à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional.
§ 1º. A CAISAN-Triunfo será composta pelos titulares das seguintes pastas:
I– Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social;
II– Secretaria Municipal de Educação;
III– Secretaria Municipal de Agricultura;
IV– Secretaria Municipal de Saúde.
§ 2º. A CAISAN-Triunfo poderá contar, quando necessário, com a participação de titulares de outras Secretarias, órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal cujas competências estejam relacionadas à segurança alimentar e nutricional.
§ 3º. A CAISAN-Triunfo será presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, que será designado por ato do Chefe do Poder Executivo.
§ 4º. Os titulares dos órgãos integrantes da CAISAN-Triunfo indicarão representantes para participar de suas atividades técnicas, executivas ou de monitoramento, sem prejuízo da participação dos próprios titulares nas reuniões da CAISAN-Triunfo e do Comitê *ad hoc* previsto no art. 2º, § 2º, deste Decreto.
Art. 5º. A Secretaria-Executiva da CAISAN-Triunfo funcionará com o apoio técnico, administrativo e operacional do Setor dos Conselhos da Assistência Social do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.
§ 1º. O Secretário-Executivo deverá ser servidor público estatutário, preferencialmente técnico familiarizado com a pauta de Segurança Alimentar e Nutricional ou com o alcance administrativo do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, tal como definido pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, pelo Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, pela legislação municipal aplicável e pelas demais normas vigentes do SISAN.
§ 2º. Compete à Secretaria-Executiva da CAISAN-Triunfo apoiar a convocação e a organização das reuniões, elaborar minutas, atas, relatórios, documentos técnicos e expedientes administrativos, sistematizar informações, acompanhar encaminhamentos e subsidiar o diálogo da CAISAN-Triunfo com o COMSEA-Triunfo e com as demais instâncias do SISAN.
Art. 6º. A CAISAN-Triunfo poderá instituir comitês técnicos para proceder à análise prévia de temas, ações, relatórios, indicadores, programas, propostas orçamentárias, minutas normativas e demais matérias relacionadas à Política Municipal e ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
Parágrafo único. Os comitês técnicos poderão contar com a participação de representantes de órgãos públicos, conselhos, universidades, instituições de pesquisa, organizações e movimentos sociais, pesquisadores independentes, pessoas dotadas de notório saber e outros atores que possam contribuir para as questões desenvolvidas e para as entregas almejadas.
Art. 7º. A CAISAN-Triunfo deverá manter articulação permanente com o COMSEA, assegurando fluxo regular de informações, apresentação de relatórios, encaminhamento de recomendações, acompanhamento das deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e participação do controle social no ciclo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 29 de setembro de 2026.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

DARVIN PERIN CASSEPP
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Viviane de Souza Maia
Código Identificador:0E56A2DC

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.984/2026

DECRETO Nº 3.984, de 29 de setembro de 2026.

Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-Triunfo, criado pela Lei Municipal nº 3.320, de 23 de dezembro de 2025, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 143, inciso VI da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO o art. 13 da Lei Municipal nº 3.320, de 23 de dezembro de 2025, que prevê a regulamentação do COMSEA-Triunfo por Decreto, respeitada a legislação aplicável e observado o disposto no artigo 6º desta Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 3.320, de 23 de dezembro de 2025, que estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DAS COMPETÊNCIAS
Art. 1º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-Triunfo, órgão de assessoramento imediato ao chefe do Poder Executivo Municipal, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e atua como instância municipal de participação e controle social da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
Art. 2º. Compete ao COMSEA-Triunfo:
I – convocar as Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir, mediante regulamento próprio, seus parâmetros de composição, organização e funcionamento;
II – propor, considerando as deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo as propostas orçamentárias para sua consecução;
III – articular, acompanhar, monitorar e fiscalizar, em colaboração com os demais componentes municipais do SISAN, a implementação e a convergência de projetos e ações prioritárias inerentes à Política e ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
IV – instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional dos

Municípios, do Estado e do Governo Federal, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;
V – mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações de segurança alimentar e nutricional;
VI – realizar estudos que fundamentem as propostas relacionadas à segurança alimentar e nutricional;
VII – estabelecer relações de cooperação com Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional de outros Municípios da região, com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio Grande do Sul e com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
VIII – elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;
IX – exercer outras competências que lhe forem atribuídas pela legislação municipal, estadual ou federal aplicável.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. O COMSEA-Triunfo será composto por membros titulares e respectivos suplentes, observada a proporção de 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil e 1/3 (um terço) de representantes governamentais, cabendo aos representantes da sociedade civil exercer a Presidência e a Vice-Presidência do Conselho.
§ 1º. Os representantes titulares e suplentes do Poder Executivo Municipal serão indicados pelos seguintes órgãos:
I – Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social;
II – Secretaria Municipal de Agricultura;
III – Secretaria Municipal de Educação; e
IV – Secretaria Municipal de Saúde.
§ 2º. Para fins de composição do COMSEA-Triunfo, poderão participar da representação da sociedade civil, observados os critérios e o processo de escolha definidos na Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou em outra instância participativa regularmente convocada para essa finalidade, representantes dos seguintes segmentos e organizações:
I – representantes dos produtores rurais;
II – Sindicato Rural;
III – EMATER/ASCAR;
IV – Academia Triunfense de Letras;
V – Rotary International;
VI – Lions Clubs International;
VII – Associação dos Agroecologistas;
VIII – Associação Ecológica dos Recicladores da Ponte Seca – AECO.
§ 3º. A indicação ou eleição das representações da sociedade civil ocorrerá preferencialmente na Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou em outra instância participativa convocada pelo COMSEA-Triunfo para essa finalidade, com ampla divulgação pública, critérios transparentes de participação e registro formal do processo de escolha.
§ 4º. O mandato dos representantes da sociedade civil no COMSEA-Triunfo será de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução por igual período, bem como a substituição, a qualquer tempo, para complementação do mandato vigente.
§ 5º. Poderão também participar do COMSEA-Triunfo, na qualidade de observadores, representantes de conselhos afins com atuação no Município, bem como de órgãos e conselhos do Estado do Rio Grande do Sul e da União afetos à segurança alimentar e nutricional, indicados pelos titulares das respectivas instituições, mediante convite formulado pelo Presidente do colegiado.
Art. 4º. Previamente ao término do mandato dos conselheiros, ou sempre que necessária a recomposição do COMSEA-Triunfo, o Plenário do Conselho elegerá comissão responsável por organizar o processo de renovação ou recomposição das representações.
§ 1º. A comissão será eleita pelo Plenário do COMSEA-Triunfo.
§ 2º. A comissão solicitará, por ofício, aos órgãos governamentais, entidades, organizações, coletivos, grupos comunitários, povos e comunidades tradicionais, territórios, grupos profissionais e demais representações com assento no Conselho a indicação de seus representantes titulares e suplentes.
§ 3º. Quando as representações da sociedade civil forem constituídas mediante eleição em Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, conferência ou outra instância participativa convocada para essa finalidade, a comissão deverá considerar o resultado do respectivo processo de escolha.
§ 4º. Finalizado o processo de indicação ou eleição, a comissão organizará a lista de representantes titulares e suplentes e a encaminhará ao órgão municipal competente, para publicação de ato do Chefe do Poder Executivo designando formalmente os componentes do COMSEA-Triunfo.
§ 5º. O processo de renovação ou recomposição deverá observar ampla divulgação, publicidade dos critérios de participação e registro formal das indicações, eleições e deliberações realizadas.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º. O COMSEA-Triunfo terá a seguinte organização:
I – Plenário;
II – Presidência;
III – Vice-Presidência;
IV – Secretaria-Executiva; e
V – Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho, quando instituídos.

Seção I
Da Presidência e da Vice-Presidência

Art. 6º. O COMSEA-Triunfo será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, eleito pelo Plenário do colegiado e designado pelo Prefeito.
§ 1º. No prazo de até 30 (trinta) dias após a designação formal dos conselheiros, a comissão responsável pelo processo de composição ou renovação convocará reunião do Plenário para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.
§ 2º. Para fins do disposto no caput, os conselheiros suplentes votarão somente quando estiverem formalmente no exercício da titularidade.
§ 3º. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente observará os procedimentos definidos no Regimento Interno ou, na ausência deste, em deliberação específica aprovada pelo Plenário.
Art. 7º. Ao Presidente incumbe:
I – zelar pelo cumprimento das deliberações do COMSEA-Triunfo;
II – representar o COMSEA-Triunfo perante órgãos públicos, entidades privadas e a sociedade em geral;
III – convocar, presidir e coordenar as reuniões do COMSEA-Triunfo;
IV – manter interlocução permanente com a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-Triunfo;
V – convocar reuniões extraordinárias, conforme previsto no Regimento Interno ou mediante deliberação do Plenário;
VI – propor ao Plenário a criação de Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho, indicando seus objetivos, composição e prazo para apresentação de resultados;
VII – encaminhar aos órgãos competentes as recomendações, propostas, manifestações e demais deliberações aprovadas pelo Plenário do COMSEA-Triunfo.
Art. 8º. Ao Vice-Presidente incumbe:
I – substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;
II – auxiliar o Presidente na condução dos trabalhos do COMSEA-Triunfo;
III – acompanhar, em articulação com a Secretaria-Executiva, o encaminhamento das deliberações do Plenário;
IV – exercer outras atribuições definidas no Regimento Interno ou em deliberação do Plenário.

Seção II
Da Secretaria-Executiva

Art. 9º. Para o cumprimento de suas funções, o COMSEA-Triunfo contará com Secretaria-Executiva, responsável por prestar apoio técnico e administrativo ao funcionamento do Conselho, sem prejuízo de sua autonomia enquanto instância de participação e controle social.
§ 1º. A Secretaria-Executiva funcionará com apoio técnico e administrativo do Setor de Conselhos da Assistência Social, vinculado à Secretaria Municipal que preside a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-Triunfo, observada a estrutura administrativa do Município.
§ 2º. O Secretário-Executivo do COMSEA-Triunfo será designado dentre os servidores públicos efetivos do Município, preferencialmente com familiaridade com a pauta de segurança alimentar e nutricional, com a dinâmica do SISAN ou com o conceito de segurança alimentar e nutricional em sua abrangência, conforme definido pela Lei Federal nº 11.346, de 2006, pelo Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, e pela legislação e normativa vigente.
§ 3º. Para fins do disposto no § 2º, considera-se desejável a familiaridade com temas como direito humano à alimentação

adequada, produção e abastecimento de alimentos, acesso à alimentação, consumo alimentar, saúde e nutrição, diversidade cultural, sustentabilidade, participação social, povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar, agroecologia e políticas públicas intersetoriais.

§ 4º. Os recursos humanos, materiais, orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento da Secretaria-Executiva serão assegurados pelo Poder Executivo Municipal, preferencialmente por meio do órgão municipal referido no § 1º.

Art. 10. Compete à Secretaria-Executiva:

I – assistir o Presidente, o Vice-Presidente, o Plenário, as Comissões Temáticas e os Grupos de Trabalho do COMSEA-Triunfo no âmbito de suas atribuições;

II – preparar pautas, convocações, atas, listas de presença, expedientes, relatórios e demais documentos necessários ao funcionamento do Conselho;

III – manter comunicação permanente com a CAISAN-Triunfo, os órgãos da Administração Pública, as organizações da sociedade civil, os conselhos afins e demais instâncias relacionadas à segurança alimentar e nutricional;

IV – subsidiar conselheiros, Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho com informações, estudos, indicadores e documentos que auxiliem a formulação, análise e monitoramento das propostas apreciadas pelo COMSEA-Triunfo;

V – acompanhar a tramitação das recomendações, propostas, manifestações e deliberações aprovadas pelo Plenário, mantendo o Conselho informado sobre seus encaminhamentos;

VI – organizar e manter arquivo físico ou digital dos atos, atas, deliberações, resoluções, correspondências, relatórios e documentos do Conselho;

VII – apoiar a publicidade dos atos do COMSEA-Triunfo, observadas as normas de transparência pública, proteção de dados pessoais e sigilo das informações legalmente protegidas.

Art. 11. Incumbe ao Secretário-Executivo dirigir, coordenar e orientar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades da Secretaria-Executiva, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, pelo Plenário ou pelo Regimento Interno do Conselho.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 12. O COMSEA-Triunfo reunir-se-á ordinariamente conforme periodicidade definida em seu Regimento Interno e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, por deliberação do Plenário ou por requerimento de conselheiros, na forma regimental.

Parágrafo único. As reuniões do COMSEA-Triunfo deverão observar os princípios da publicidade e da participação social, com registro em ata e garantia de participação dos conselheiros titulares e, na ausência destes, de seus respectivos suplentes.

Art. 13. O COMSEA-Triunfo poderá instituir Comissões Temáticas, permanentes ou temporárias, e Grupos de Trabalho para preparar propostas, estudar matérias específicas, acompanhar políticas públicas, subsidiar deliberações do Plenário e apoiar o exercício de suas competências.

Parágrafo único. O ato de instituição das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho definirá seus objetivos, composição, coordenação, prazo de funcionamento, quando cabível, e forma de apresentação dos resultados ao Plenário.

Art. 14. O COMSEA-Triunfo deverá assegurar transparência ativa de sua composição, calendário de reuniões, pautas, atas, deliberações, recomendações, atos de convocação de conferências e demais documentos de interesse público.

Parágrafo único. A publicidade dos documentos referidos no caput será realizada preferencialmente em meio eletrônico oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação acessíveis à população.

Art. 15. O desempenho das funções de conselheiro do COMSEA-Triunfo será considerado serviço público relevante e não remunerado, sem prejuízo das atribuições funcionais ordinárias dos servidores públicos eventualmente designados.

Parágrafo único. A participação de representantes da sociedade civil no COMSEA-Triunfo não caracterizará vínculo funcional, empregatício ou remuneratório com o Município.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 29 de setembro de 2026.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

DARVIN PERIN CASSEPP
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Viviane de Souza Maia
Código Identificador:42A488F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO- REPUBLICAÇÃO DE EDITAL AJUSTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2026 PROC 315/2026 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE RÉGUAS LINIMÉTRICAS PARA A COORDENADORIA DA DEFESA CIVIL DE TRIUNFO

O Município de Triunfo comunica que receberá no dia 14 de outubro de 2026, às 11 horas, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br a proposta e habilitação para o edital acima citado. Informações na Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h36min ou no site www.triunfo.rs.gov.br.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, EM 29 DE SETEMBRO DE 2026.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cláudio Roberto Ehlers
Código Identificador:D1BB1673

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO
Processo 1Doc nº 3.972/2026
Processo Administrativo nº 262/2026
Pregão Eletrônico nº 94/2026
Contrato nº 201/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE TRIUNFO
Contratada: JOSÉ RAMOS DE SOUZA – TRANSPORTE
Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA SECRETARIA DE SAÚDE.
Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 1 (um) ano
Valor: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento do objeto, mediante apresentação de notas fiscais e contra empenho, os valores unitários abaixo especificados:

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário
1	2	Locação de Micro-ônibus com motorista, conforme Termo de Referência.	150.000	KM	R$487,50

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, EM 29 DE SETEMBRO DE 2026.

MARCELO ESSVEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mickaely Vasco Alves
Código Identificador:29109EA5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 19/2026

O PREFEITO DE TUPANCIRETÃ torna público, que no dia **16 de outubro de 2026, às 8h30min,** procederá a abertura da licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 19/2026**, tipo Menor Preço Global, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA COBERTURA DO PRÉDIO DO ARQUIVO MUNICIPAL**, localizado no Complexo Tupanciretã, em regime de empreitada por preço global, com recursos próprios do município. O Edital completo está disponível nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br / www.tupancireta.rs.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (55) 99706 5486 ou pelo e-mail: licitacao@tupancireta.rs.gov.br

Tupanciretã, 28 de setembro de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:D12C61BA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20/2026

O PREFEITO DE TUPANCIRETÃ torna público, que no dia **19 de outubro de 2026, às 8h30min,** procederá a abertura da licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 20/2026**, tipo Menor Preço Global, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COBERTURA DO PRÉDIO DO COMPLEXO TUPANCIRETÃ - ALMOXARIFADO MUNICIPAL**, localizado na Av. Serafim Bravo, nº 1.000, no Município de Tupanciretã, em regime de empreitada por preço global, com recursos próprios do município. O Edital completo está disponível nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br / www.tupancireta.rs.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (55) 99706 5486 ou pelo e-mail: licitacao@tupancireta.rs.gov.br

Tupanciretã, 29 de setembro de 2026.

GUSTAVO HERTER TERRA
Prefeito de Tupanciretã

Publicado por:
Henrique da Silva Veron
Código Identificador:BEF39D57

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 181/2026

EDITAL N.º 181/2026

CONVOCAÇÃO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUPARENDI**, no uso de suas atribuições legais, torna público a CONVOCAÇÃO dos (as) candidatos (as) abaixo nominados (as), para assumir **CONTRATO TEMPORÁRIO** com o Município de Tuparendi - RS, em atendimento ao **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 088/2026**, para a função de **ENFERMEIRO**, nos seguintes termos:

DOS PRAZOS:

Os CONVOCADOS ficam cientificados para comparecerem no Departamento de Pessoal do Município de Tuparendi, situado na Avenida Tucunduva, 2.617 – Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Tuparendi-RS, no prazo de 02 (dois) dias, contados da publicação deste Edital, seja **30 de setembro e 1º de outubro**, podendo a pedido ser prorrogado por igual período.
O(a) candidato(a) convocado(a) que não comparecer no prazo determinado acima será considerado(a) desistente da vaga.

DOS DOCUMENTOS:

No ato da apresentação, o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos, juntamente com o documento original, para conferência:
a) Carteira de Identidade (RG);
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c) Título de Eleitor e Certidão de quitação eleitoral;
d) Quitação das obrigações militares (se do sexo masculino);
e) PIS ou PASEP;
f) Comprovante de Residência;
g) Documento que comprove seu estado civil (Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento);
h) Certidão de Nascimento acompanhada do Cartão de Vacina no caso de filhos menores de 14 anos;
i) Certidão Judicial Cível Negativa de 1° Grau e Certidão Judicial Criminal Negativa emitidas no endereço:<https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/>;
j) 01 (uma) foto 3x4 atual e colorida;
k) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda com o recibo de entrega;
l) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
m) Declaração que não exerce outro cargo público, nos termos do art. 37, inciso XVI da CF/88, com firma reconhecida em cartório;
n) Número de conta salário junto ao Sicredi – agência Tuparendi.

DOS CONVOCADOS:

I- ENFERMEIRO:

Nome do Candidato(a)	*Classificação*
FERNANDO WEGMANN	5º

Tuparendi-RS, 29 de setembro de 2026.

JULIO CESAR MATTIAZZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Gervásio da Silva
Código Identificador:52D79111

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUPARENDI, no uso das atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar a seguinte licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026, às 8h e 30min do dia 14 de outubro de 2026**, que visa a contratação de empresa especializada para o fornecimento por lote de peças originais para manutenção caminhão VOLVO VM, ano 2014, através do site: **http://www.portaldecompraspublicas.com.br/ .**Tudo em conformidade com o que dispõe Lei Federal nº 14.133/2021. Informa ainda, que o edital com inteiro teor encontram-se a disposição dos

interessados no site da Prefeitura Municipal de Tuparendi site: https://www.tuparendi.rs.gov.br/site/licitacoes/53518-preg

Tuparendi, 29 de setembro de 2026

JULIO CESAR MATTIAZZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Perin
Código Identificador:D9D697DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE VERDE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO Nº 0128/2026 DISPENSA Nº 093/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO Nº 0128/2026
DISPENSA Nº 093/2026
RICARDO FROEMMING Prefeito Municipal de Vale Verde, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pela lei:
Considerando a necessidade de contratação de empresa para aquisição de troféus e medalhas do Campeonato Municipal de Futsal do município de Vale Verde/RS.
Considerando a escolha da escolhida que foi a empresa **F ALLGAYER, CNPJ N° 18.589.181/0001-07,** porque apresentou o menor preço para contratação no valor total de R$ 13.716,00 (treze mil e setecentos e dezesseis reais), preço compatível com o de mercado.
Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Vale Verde, 29 de setembro de 2026.

RICARDO FROEMMING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Wodarski
Código Identificador:FBD425E1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE ALTERAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, que houve alteração do edital em epígrafe, que tem por objeto registro de preços de serviços de desinsetização, desratização, expurgo de morcegos e limpeza com desinfecção de caixa d'água, conforme especificado no Edital. Assim sendo a sessão de abertura das propostas fica agendada para as 09 horas do dia 20/10/2026. Cópia da reabertura e maiores informações poderão ser obtidas através da Internet, no sítio www.venancioaires.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br, ou pelo fone (51) 2183-0299. Gabinete do Prefeito Municipal, em 29/09/2026.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatris Regina Vogel
Código Identificador:64826251

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES/RS, com base no artigos 155 a 168 da Lei 14.133/2021, NOTIFICA a empresa **ALTAIR LUIZ HERMES & CIA LTDA (CNPJ 05.954.481/0001-98)** que abriu prazo de 15 (QUINZE) dias úteis para apresentação de defesa em virtude da abertura do processo de RESPONSABILIZAÇÃO 2026/12.277 para aplicação de sanção administrativa referente ao Pregão Eletrônico nº 028/2025-Contrato Administrativo 058-2025, o processo poderá ser consultado na integra no site do município, portal de serviços, portal do cidadão, processo eletrônico e a defesa deverá ser enviada por email para sancaocontratual@venancioaires.r.sgov.br conforme Ofício nº 019/2026. Secretaria Municipal de Saúde de Venâncio Aires em 29/09/2026.

JANICE R S ANTONI
Comissão de Sanção Contratual

Publicado por:
Janice Rosangela Siebeneichler Antoni
Código Identificador:8BF803DA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES/RS, com base no artigos 155 a 168 da Lei 14.133/2021, NOTIFICA a empresa **VERNIZE COMERCIAL LTDA (CNPJ 60.503.550/0001-55)** que abriu prazo de 15 (QUINZE) dias úteis para apresentação de defesa em virtude da abertura do processo de RESPONSABILIZAÇÃO 2026/12.208 para aplicação de sanção administrativa referente ao Pregão Eletrônico nº 033/2026, o processo poderá ser consultado na integra no site do município, portal de serviços, portal do cidadão, processo eletrônico e a defesa deverá ser enviada por email para sancaocontratual@venancioaires.r.sgov.br conforme Ofício nº 017/2026. Secretaria Municipal de Governança e Gestão de Venâncio Aires em 29/09/2026.

JANICE R S ANTONI
Comissão de Sanção Contratual

Publicado por:
Janice Rosangela Siebeneichler Antoni
Código Identificador:98F8D6FB

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES/RS, com base no artigos 155 a 168 da Lei 14.133/2021, NOTIFICA a empresa **SIMONE KACIANO DE ARAUJO (CNPJ 11.234.029/0001-54)** que abriu prazo de 15 (QUINZE) dias úteis para apresentação de defesa em virtude da abertura do processo de RESPONSABILIZAÇÃO 2026/12.209 para aplicação de sanção administrativa referente ao Pregão Eletrônico nº 033/2026, o processo poderá ser consultado na integra no site do município, portal de serviços, portal do cidadão, processo eletrônico e a defesa deverá ser enviada por email para sancaocontratual@venancioaires.r.sgov.br conforme Ofício nº 018/2026. Secretaria Municipal de Governança e Gestão de Venâncio Aires em 29/09/2026

JANICE R S ANTONI
Comissão de Sanção Contratual

Publicado por:
Janice Rosangela Siebeneichler Antoni
Código Identificador:34FCEA2E

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2025

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, a republicação do Edital em epígrafe, que tem por objeto credenciamento de pessoas jurídicas para a

concessão onerosa do canal de consignações em folha de pagamento dos servidores públicos municipais. Os valores não serão reajustados. Cópia da republicação e maiores informações poderão ser obtidas no site www.venancioaires.rs.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br, ou pelo telefone (51) 2183-0299. Gabinete do Prefeito Municipal, em 29/09/2026.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatris Regina Vogel
Código Identificador:46523688

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE REABERUTA – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, que houve a reabertura do edital em epígrafe, que tem por objeto contratação de empresa para execução de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde (Grupo A, B e E)., conforme especificado no Edital. Assim sendo a sessão de abertura das propostas fica agendada para as 09 horas do dia 19/10/2026. Cópia da reabertura e maiores informações poderão ser obtidas através da Internet, no sítio www.venancioaires.rs.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br, ou pelo fone (51) 2183-0299. Gabinete do Prefeito Municipal, em 29/09/2026.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatris Regina Vogel
Código Identificador:7D487665

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRIMEIRO ADITAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES/RS e MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. Adita-se a Ata de Registro de Preços, oriunda do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2026, que Registrou os Preços de Material Ambulatorial para uso nas Unidades de Saúde do Município de Venâncio Aires/RS; concedendo reequilíbrio financeiro para os itens 08, 21, 64, 65 e 66. Data da assinatura: 29/09/2026. Validade: 10/03/2027.

Setor de Licitações
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES

Publicado por:
Maiquel Henn
Código Identificador:8FE14F02

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2024. Contratante: MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS. Contratada: INOVAGOV SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA. Oriundo do Edital de Pregão Eletrônico nº 58/2024. Adita-se o Contrato em epígrafe, prorrogando o prazo de vigência do instrumento pelo prazo de 12 (doze) meses, passando a vigorar até 01/12/2027. Ao mesmo tempo é concedido o reajuste do IPCA, assim, o valor mensal passa a viger ao preço de R$ 2.794,04 (dois mil setecentos e noventa e quatro reais e quatro centavos) para o item 05 e R$ 2.755,69 (dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) para o item 06, ordenado de acordo com o disposto na Cláusula Oitava, §1º do instrumento contratual bem como em conformidade com o disposto no art. 107 da Lei 14.133/2.021. Venâncio Aires, 29/09/2026.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiquel Henn
Código Identificador:1EC34AD2

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2024. Contratante: MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS. Contratada: BIENERT TRANSPORTES LTDA. Oriundo do Edital de Pregão Eletrônico nº 101/2023. Adita-se o Contrato em epígrafe, em razão de alteração de descritivo do item 01 do Lote 12 (Trajeto 12); acréscimo de 3.045 quilômetros ao trajeto. Sendo assim, o valor do quilômetro rodado no item 01 do Lote 12 (Trajeto 12), passa a viger ao valor de R$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos), havendo a supressão de R$ 0,05 (cinco centavos) nos 3.045 quilômetros restantes. As alterações para o item 01 do Lote 12 (Trajeto 12) representam o acréscimo de R$ 12.332,25 (doze mil trezentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos); e supressão de R$ 1.730,57 (mil setecentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos), ordenado com base no disposto no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Venâncio Aires, 29/09/2026.

JARBAS DANIEL DA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiquel Henn
Código Identificador:8402967B

SETOR DE LICITAÇÕES
SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE MULTA E IMPEDIMENTO DE LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, torna público, para os fins de intimação e conhecimento dos interessados, a aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE MULTA DE R$ 5.626.50(cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos) E IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO pelo prazo de 1(HUM) ano para a empresa P & G ALIMENTOS LTDA - CNPJ 32.532.318/0001-00; com base no artigo 155 e 156 da Lei 14.133/2021 e pelo processo eletrônico nº 2026/10.880- Decisão Administrativa 27-2026.Fica aberto o prazo de recurso em segunda instância, de 15(quinze) dias uteis, devendo o recurso ser enviado para email sancaocontratual@venancioaires.rs.gov.br Venâncio Aires, em 29/09/2026.

JANICE R S ANTONI
Comissão de Sanção Contratual

Publicado por:
Janice Rosangela Siebeneichler Antoni
Código Identificador:1C8FED44

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, ratificou a Dispensa de Licitação nº 70/2026, com base no Artigo 75, inciso IV, alínea “a” da Lei 14.133/2021 e suas alterações, que tem por objeto Contratação de empresa para realização de décima primeira revisão do veículo Automóvel Spin 1.8 PREMIER, Placa JDB5E56, Frota 421, chassi 9BGJP7520SB136453, pertencente à Secretaria de Saúde. Credor: J.A. SPOHR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. Valor: R$ 1.835,72 (um mil oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos). Gabinete do Prefeito Municipal, em 29/09/2026.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires/RS

CARTA CONTRATO Nº 12580/2026
CARTA CONTRATO Nº 12580/2026 – Partes: O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS e a Contratada J.A. SPOHR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, oriundo do Processo de Dispensa de Licitação nº 70/2026. Objeto: Contratação de empresa para realização

de décima primeira revisão do veículo Automóvel Spin 1.8 PREMIER, Placa JDB5E56, Frota 421, chassi 9BGJP7520SB136453, pertencente à Secretaria de Saúde. Dotação Orçamentária: 2026/446 e 2026/449 – 08.01.10.302.0011.2051 – Manutenção Serviços Especializados de Saúde. Valor: R$ 1.835,72 (um mil oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos). Data: 29/09/2026.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires/RS

Publicado por:
Maiquel Henn
Código Identificador:46CA8B4E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICTOR GRAEFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Retificação da Publicação datada de 24 de setembro de 2026 referente ao Edital de Abertura Nº 132/2026 do Processo Seletivo Simplificado para contrato de Estágio remunerado- Nível Superior na área de Educação (Licenciamento) e em outras graduações.
Onde se lê: Processo Seletivo Simplificado para contrato de Estágio remunerado- Nível Superior na área de educação (Licenciamento) e em outras graduações.
Leia-se: Processo Seletivo Simplificado para contrato de Estágio remunerado- Nível Superior na área de educação (Licenciamento) .

LAIRTON ANDRÉ KOECHE –
Prefeito Municipal.

Victor Graeff/RS, 29 de setembro de 2026.

Publicado por:
Patricia Dos Santos
Código Identificador:671FB094

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, tipo **minibus**, com capacidade mínima para **18 (dezoito) ocupantes**, sendo **17 (dezessete) passageiros e 1 (um) motorista**, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município**. Abertura das Propostas: 13/10/2026**, às **09h01.** Local: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS: www.portaldecompraspublicas.com.br. **Maiores Informações** pelo telefone (54) 3338.1242 e no site www.victorgraeff.rs.gov.br.

Victor Graeff/RS: 29/09/2026.

LAIRTON ANDRÉ KOECHE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Martins de Mello
Código Identificador:E6AF16CB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ
EXTRATO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 02/2026

A Câmara Municipal de Vereadores de Xangri-Lá/RS torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 02/2026 tendo como objeto a contratação de empresa editora de jornal impresso, com circulação efetiva no Município de Xangri-Lá, para veiculação sob demanda, de conteúdo institucional previamente produzido, encaminhado e aprovado pela Câmara Municipal, medido em centímetro por coluna, conforme especificação e quantitativos no Termo de Referência.

A sessão pública será realizada no dia **19 de outubro de 2026, às 10h**, por meio do **Portal de Compras Públicas**, onde estarão disponíveis o edital e as demais informações e comunicações referentes à contratação:

https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/RS/Camara-Municipal-de-Vereadores-de-Xangri-La-979/PE-2-2026-2026-515025

Xangri-Lá/RS, 29 de setembro de 2026.

CRISTOVÃO WOLFF RIBEIRO
Presidente

Publicado por:
Hélio de Souza Bogado Neto
Código Identificador:9C539025

CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA 22.2026

Considerando a instrução constante do Processo Administrativo nº 528/2026, conduzido pelo Agente de Contratação da Câmara Municipal de Xangri-Lá, bem como o parecer da Assessoria Jurídica da Presidência, AUTORIZO a contratação direta, mediante Dispensa não Eletrônica nº 22/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do art. 72, inciso VIII, da mesma Lei, conforme as seguintes condições:

Objeto: Criação de layout, fornecimento, instalação de adesivo perfurado, com impressão digital e remoção do adesivo anterior no local, conforme Termo de Referência (Anexo I).

Quantidade: 4 unidades
Valor unitário: R$ 400,00
Valor total: R$ 1.600,00

Vencedor: TRIANGULLO COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA (CNPJ 28.976.615/0001-77)

Registra-se que o processo foi submetido à instrução administrativa e à análise da Assessoria Jurídica da Presidência, que opinou pela viabilidade jurídica da contratação, conforme parecer constante dos autos.

Diante disso, AUTORIZO a contratação direta acima identificada, devendo ser adotadas as providências subsequentes necessárias à formalização da contratação e à publicidade legalmente exigida.

Subelemento de despesa: 3.3.90.39.63.00.00.00

Xangri-Lá/RS, 29 de setembro de 2026;

CRISTÓVÃO WOLFF RIBEIRO
Presidente

Publicado por:
Hélio de Souza Bogado Neto
Código Identificador:EE41FB4F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 01 AO CONTRATO Nº 275/2026

APOSTILAMENTO Nº 01 AO CONTRATO 275/2026	CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO CRIANÇA SEGURA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.771.291/0001-33.
OBJETO	Alteração dos fiscais e do Secretário responsável do Contrato, passando a ser as Servidoras Milene Bassani (titular) e Clarisse Martins (suplente), ambas lotadas na Secretaria de Educação e Secretário de Educação Frederico Freire Figueiró.
AMPARO LEGAL	Processo Administrativo nº 214473/2026
DATA ASSINATURA	23/09/2026
CELSO BASSANI BARBOSA	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Rafael Serrer Ferreira
Código Identificador:90F63492

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 370/2026

Nº 370/2026	**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ E A COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITATI, TERRA DE AREIA E TRÊS FORQUILHAS.**
OBJETO	Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, produzidos por Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural Organizados em Grupo Formal ou Informal destinada ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
VALOR	**R$ 5.681,80 (cinco mil seiscentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).**
PRAZO VIGÊNCIA	O CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**01 04 01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** **3.3.90.30.07 GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO** **12.361.0030.2019.0000 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – FUNDAMENTAL** **1552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Exerc. Corrente)** **0000 Não se aplica**
AMPARO LEGAL	Processo Administrativo nº 223452/2026.
DATA ASSINATURA	29/09/2026
CELSO BASSANI BARBOSA	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Rafael Serrer Ferreira
Código Identificador:8C138845

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 372/2026

Nº 372/2026	**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ E A COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITATI, TERRA DE AREIA E TRÊS FORQUILHAS.**
OBJETO	Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, produzidos por Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural Organizados em Grupo Formal ou Informal destinada ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
VALOR	R$ 5.620,00 (cinco mil seiscentos e vinte reais).
PRAZO VIGÊNCIA	O CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01 04 01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 3.3.90.30.07 GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO 12.365.0030.2011.0000 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA 1552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Exerc. Corrente) 0000 Não se aplica
AMPARO LEGAL	Processo Administrativo nº 224222/2026.
DATA ASSINATURA	29/09/2026
	CELSO BASSANI BARBOSA
	Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Serrer Ferreira
Código Identificador:4091FDE9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 179, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Altera e acresce e revoga dispositivos a Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 que "INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE OSÓRIO", adotado pelo Município de Xangri-lá pela Lei 001, de 04 de janeiro de 1993.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao art. 61, IV da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do Art. 5º e acrescido o Parágrafo único ao Art. 5º da Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Fica estabelecido o Padrão Tributário Municipal (PTM) como indexador de todos os tributos municipais, bem como dos valores relativos a juros, multas e penalidades tributárias e administrativas, constituídos ou não, inscritos em dívida ou não.

Parágrafo único. O valor do Padrão Tributário Municipal (PTM), é de R$ 157,88 (cento e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos)."

Art. 2º Fica alterado o *caput* do Art. 6º e acrescido o Parágrafo único ao Art. 6º da Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O PTM será atualizado anualmente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que venha a substituí-lo.

Parágrafo único. A atualização de que trata o *caput* será publicada anualmente por Decreto do Poder Executivo, que fixará o valor do PTM com base na variação acumulada do IPCA nos 12 (doze) meses anteriores, produzindo efeitos para o exercício seguinte."

Art. 3º Fica alterado o §3º do Art. 48 da Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§3º Não se inclui na base de cálculo do ISS o valor dos materiais fornecidos pelo prestador nos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa, quando se tratar de mercadorias produzidas pelo próprio prestador, fora do local da prestação dos serviços, destacadamente comercializadas em operação com incidência do ICMS, desde que devidamente comprovadas por documentação fiscal idônea."

Art. 4º Ficam alterados o *caput*, os incisos I, II e III e os §1º e §2º do Art. 215 da Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215. A cobrança dos tributos municipais será procedida:

I – mediante pagamento efetuado na forma e nos canais autorizados pela Administração Tributária Municipal, inclusive por meios eletrônicos;

II – mediante cobrança administrativa;

III – mediante ação de execução fiscal.

§1º A arrecadação poderá ser realizada pela Tesouraria Municipal, por instituições financeiras credenciadas ou por meios eletrônicos definidos em regulamento.

§2º Os procedimentos de arrecadação, inscrição na dívida ativa e parcelamento de tributos municipais poderão também ser regulamentados por decreto, obedecidas às diretrizes deste Código."

Art. 5º Fica acrescido o Art. 215-A a Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215-A Os créditos da Fazenda Municipal, vencidos e não pagos no prazo regulamentar, inscritos ou não em dívida ativa, ficam sujeitos aos seguintes acréscimos:

I – multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor do tributo, limitada ao máximo de 10% (dez por cento).

II – juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC –, acumulada mensalmente, acrescida de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§1º Os juros de mora serão calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento até o último dia do mês anterior ao do pagamento.

§2º Os juros incidirão sobre o valor integral do crédito tributário, assim considerado o imposto devido acrescido de eventual multa lançada de ofício.

§3º Os valores depositados administrativamente serão atualizados pelos mesmos critérios previstos neste artigo.

§4º Inscrita ou ajuizada a dívida serão devidos custas, honorários e demais despesas, na forma regulamentar e da legislação."

Art. 6º Fica acrescido o Art. 215-B a Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215-B Na constituição de créditos de exercícios anteriores, relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ou à Taxa de Coleta de Lixo ou ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, modalidade trabalho pessoal, os valores do tributo e de eventual multa por descumprimento de obrigação acessória serão atualizados nos mesmos índices da variação do PTM entre a data da ocorrência do fato gerador e a data em que se der o lançamento."

Art. 7º Fica acrescido o Art. 215-C a Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215-C Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto de até 15% (quinze por cento) para pagamento em parcela única do IPTU, da Taxa de Coleta de Lixo (TCL) e do ISSQN devido por trabalho pessoal, observado o Calendário Fiscal de Arrecadação, nos seguintes termos e limites:

I – desconto de até 15% (quinze por cento), para pagamento efetuado até o último dia útil de janeiro do exercício de competência;

II – desconto de até 10% (dez por cento), para pagamento efetuado até o último dia útil de fevereiro do exercício de competência.

§1º O Decreto que instituir o Calendário Fiscal de Arrecadação poderá estender a aplicação dos descontos previstos neste artigo:

I – aos lançamentos realizados no curso do exercício, inclusive os decorrentes de lançamentos complementares ou de novas inscrições;

II – aos créditos tributários objeto de reclamação ou recurso administrativo, nos termos do art. 290 desta Lei Complementar, desde que haja decisão total ou parcialmente favorável ao contribuinte.

§2º Optando o contribuinte pelo pagamento parcelado, aplicar-se-á o Calendário Fiscal de Arrecadação.

§3º O atraso em qualquer parcela sujeitará o contribuinte aos encargos legais previstos no art. 215-A."

Art. 8º Fica acrescido o Art. 215-D a Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215-D Os critérios para concessão total ou parcial das reduções previstas no art. 215-C poderão contemplar requisitos a serem atendidos total ou parcialmente pelos sujeitos passivos, como forma de incentivo à:

I – práticas ambientalmente corretas ou premissas de sustentabilidade nas edificações, observados os requisitos a serem definidos em legislação municipal específica;

II – adimplência fiscal;

III – exigência de NFS-e como tomador de serviços;

IV – adesão a programas de cidadania fiscal desenvolvidos pela Fazenda Municipal."

Art. 9º Fica acrescido o Art. 215-E a Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215-E O calendário de arrecadação dos tributos municipais poderá ser alterado por decreto, no interesse da Administração Tributária e da conveniência dos contribuintes."

Art. 10 Fica acrescido o Art. 215-F a Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215-F O Poder Executivo poderá disciplinar por decreto o parcelamento ordinário dos créditos tributários municipais, inscritos ou não em dívida ativa, observados os seguintes parâmetros:

I – suspensão da exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151, VI, do CTN;

II – previsão, em decreto, do número de parcelas, forma de cálculo, valor mínimo das parcelas, necessidade de entrada e hipóteses de rescisão;

III – aplicação dos juros previstos no §2º do art. 215-A;

IV- parcela com valor mínimo limitado a 01 (um) PTM – Padrão Tributário Municipal.

§1º Para efeitos do inciso II do *caput*, o decreto deverá observar os seguintes limites quanto ao número de parcelas:

I – até 48 (quarenta e oito) parcelas, em regra;

II – até 60 (sessenta) parcelas, para débitos superiores a 120 (cento e vinte) PTM.

§2º O parcelamento de créditos ajuizados dependerá de anuência da Procuradoria Fiscal."

Art. 11 Fica acrescido o Art. 215-G a Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"215-G O Município poderá instituir, mediante lei específica, programas de recuperação fiscal (REFIS) destinados à regularização de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados, observado o disposto neste artigo.

§1º A lei que instituir o programa poderá prever:

I – concessão de anistia de multas e redução de juros de mora;

II – parcelamento em condições especiais.

§2º Os programas de recuperação fiscal deverão observar as seguintes diretrizes:

I – para pagamento à vista, poderá ser concedida redução de até 90% (noventa por cento) dos juros de mora e da multa;

II – nos casos de pagamento parcelado, a redução será progressivamente inferior à prevista para pagamento à vista, conforme critérios definidos na lei específica;

III – a lei instituidora deverá estabelecer os critérios de escalonamento dos descontos conforme o número de parcelas.

§3º A concessão dos benefícios observará o art. 150, §6º da Constituição Federal, os arts. 172, 180 e 181 do CTN e o art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).”
Art. 12 Os encargos moratórios incidentes sobre créditos constituídos até a data de vigência desta Lei serão calculados:

I – até a data de sua vigência, conforme a legislação então aplicável;

II – a partir de sua vigência, nos termos desta Lei.

Art. 13 Ficam revogados:

I – os incisos I, II e III do §2º do Art. 215 da Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993;

II - os §§ 3º e 4º do Art. 215 da Lei nº 1.505, de 31 de dezembro de 1975 (Código Tributário Municipal), adotado pelo Município de Xangri-lá através da Lei 001, de 04 de janeiro de 1993;

III – todas as disposições em contrário.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos créditos cujo vencimento ocorra após sua vigência.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 25 de setembro de 2026.

CELSO BASSANI BARBOSA
Prefeito Municipal

ERALDO VIEIRA BREHM
Secretário de Gestão e Administração

Publicado por:
Fernanda Barbosa Jardim
Código Identificador:669204F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2026

O Município de Xangri-Lá torna público aos interessados que no dia **14 de outubro de 2026 às 13hs30min** ocorrerá pregão eletrônico para AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL GRÁFICO PARA O PRONTO ATENDIMENTO 24H, conforme Edital de nº 165/2026. Maiores informações poderão ser obtidas pelos sítios www.xangrila.rs.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br.
Xangri-Lá, 29 de setembro de 2026.

CELSO BASSANI BARBOSA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carina Rute Scotti
Código Identificador:DA64CE31

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CACEQUI

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RREO - JANEIRO A AGOSTO/2026 - JULHO - AGOSTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2026/BIMESTRE - JULHO - AGOSTO		
LRF, Art. 48 - Anexo XVII		RS Milhares
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	R$ 95.235.432,65	R$ 95.235.432,65
Previsão Atualizada da Receita	R$ 111.474.313,71	R$ 111.474.313,71
Receitas Realizadas	R$ 17.640.050,57	R$ 64.548.675,06
Déficit Orçamentário	R$ -	R$ -
Saldos de Exercícios Anteriores	R$ 59.532,78	R$ 2.764.427,83
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	R$ 95.235.432,65	R$ 95.235.432,65
Créditos Adicionais	R$ 19.003.308,89	R$ 19.003.308,89
Dotação Atualizada	R$ 114.238.741,54	R$ 114.238.741,54
Despesas Empenhadas	R$ 16.781.808,82	R$ 77.027.904,26
Despesas Liquidadas	R$ 16.032.768,04	R$ 57.642.373,09
Superavit/Déficit Orçamentário	R$ 1.607.282,53	R$ 6.906.301,97
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	R$ 16.781.808,82	R$ 77.027.904,26
Despesas Liquidadas	R$ 16.032.768,04	R$ 57.642.373,09
EDSON LUIZ LIMA FRAGOSO	***ALESSANDRO DE SOUZA RODRIGUES***	
Prefeito Municipal Em Exercício	Téc.Contabil-CRC- 069245-O5	

Publicado por:
Carlos Vinicio Porto Gonçalves
Código Identificador:04E85C6D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DE RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - JANEIRO A AGOSTO/2026 - 4° BIMESTRE

MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

MARCO ANTONIO MONTEIRO CARDOSO, *Prefeito Muncipal de Capivari do Sul, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C.101/00), apresenta a quem interessar possa, os resultados do 4º BIMESTRE/2026, no modelo padrão editado pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, no qual comprova a anutenção do Poder Executivo nos limites estabelecidos pela Lei, conforme abaixo demonstra.*

ANEXO XIV - TABELA 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
PODER EXECUTIVO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
4º BIMESTRE - JANEIRO a AGOSTO/2026				
LRF, Art. 48 - Anexo XVII	R$ Milhares			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	No bimestre		Até o bimestre	
Previsão Inicial da Receita	7.608.375,49			45.650.252,91
Previsão Atualizada da Receita				48.335.908,44
Receitas Realizadas				32.331.979,47
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para Creditos Adicionais)				10.908.524,32
Deficit Orçamentário	-		-	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	No bimestre		Até o bimestre	
Dotação Inicial		7.608.375,49		45.650.252,91
Créditos adicionais		14.215.489,28		14.215.489,28
Dotação Atualizada				59.865.742,19
Despesas Empenhadas				37.067.276,83
Despesas Liquidadas				29.675.379,48
Despesas Pagas				29.080.166,29
Superavit Orçamentário			2.656.599,99	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	No bimestre		Até o bimestre	
Despesas Empenhadas		-		37.067.276,83
Despesas Liquidadas		-		29.675.379,48
Receita Corrente Líquida (últimos 12 meses)				47.091.872,75
Despesas com Pessoal: Total geral				23.028.150,40
(-) Despesas não computadas (§1º, 19 LRF) Indenizações Trabalhistas				213.753,21
(-) DEDUÇÕES POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (604)				330.760,59
Despesas com Pessoal para fins de cálculo de limites da LC 101/00 STN - Despesa Bruta c/Pessoal (-) Despesas não computadas				22.483.636,60
Percentual das Despesas com Pessoal em cotejo com a Receita Corrente Líquida desconsiderada a Revisão Salarial obrigatória				47,74%
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no AMF da LDO (a)	Resultado apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à meta (b/a)	
Resultado Nominal	-	605.401,64	-	
Resultado Primário	-	1.392.348,31	-	
RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	898.604,07	638,00	895.531,08	2.434,99
Poder Executivo	898.604,07	638,00	895.531,08	2.434,99
Poder Legislativo	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.102.651,55	378.067,14	2.944.592,60	779.991,81
Poder Executivo	4.097.912,67	378.067,14	2.943.508,60	776.336,93
Poder Legislativo	4.738,88	-	1.084,00	3.654,88
TOTAL	5.001.255,62	378.705,14	3.840.123,68	782.426,80
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DO MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais % mínima à aplicar	aplicado no semestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	9.205.527,77	25%		35,49%
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remun. do Magistério com Educação	4.549.920,65	70%		96,37%
Percentual 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	-	50%		0,00%
Pminimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesa Capital	-	15%		0,00%
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais % mínimo a aplicar no Exercício	aplicado até o Bimestre	%
Despesas com ações e serviços Públicos de Saúde	5.877.977,85	15%	23,37%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE			
Total das Despesas/ RCL (%)	-			
OBS: O Município não concedeu garantias mas contraiu Operação de Crédito conforme Contrato nº 0522297, firmado em 29/08/2019.				
OBS2: O calculo dos pertecentuais ASPS e MDE divergem do STN para o TCE-RS por usarem metodologias diferentes. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º Bimestre do ano de 2026, encontra-se também afixado no átrio da Prefeitura na Av. Adrião Monteiro, 2330, no horário das 8:00 às 12,00 e das 13,30 às 17,30 horas, no site próprio do Município - http:**www.capivaridosul.rs.gov.br/portal da transparência** a contar do dia 30/09/2026 bem como publicado no http://www.diariomunicipal.com.br/famurs, oficial do Município. Marco Antonio Monteiro Cardoso Aida Graziela Peixoto dos Santos Prefeito Municipal Secretário da fazenda e Planejamento				

Publicado por:
Náthaly Marques da Costa
Código Identificador:A1B9FFC9

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 7.241, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Município, e dá outras providências.

A Prefeita em exercício de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista as disposições do artigo 4º, incisos I, III e IV da Lei Municipal n.º 7.502, de 15 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, conforme os seguintes programas de trabalho e respectivas categorias econômicas:

200 - PODER EXECUTIVO

206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA			
15.122.0002.2019 - Gestão, Manutenção e Serviços de Serviços Urbanos e Infraestrutura		**R$**	**10.000,00**
3390470000	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS - 1500	R$	10.000,00
15.452.0120.2311 - Limpeza Urbana		**R$**	**5.705.615,16**
3390340000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO - 1500	R$	5.705.615,16
208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0105.2167 - Atenção Primária em Saúde		**R$**	**254,10**
3390490000	AUXÍLIO TRANSPORTE - 1500-1002	R$	254,10
10.301.0105.2175 - Rede de Atenção à Saúde Bucal		**R$**	**60.000,00**
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 1500-1002	R$	60.000,00
10.302.0105.1009 - Construção de Policlínica de Referência Regional de Pelota		**R$**	**1.135.183,40**
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES - 1500-1002	R$	1.135.183,40
10.302.0105.2171 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		**R$**	**14.450,00**
3390490000	AUXÍLIO TRANSPORTE - 1500-1002	R$	14.450,00
10.302.0105.2173 - Rede de Atenção Psicossocial		**R$**	**7.612,50**
3390490000	AUXÍLIO TRANSPORTE - 1500-1002	R$	7.612,50
10.302.0105.2180 - Ações Judiciais em Saúde		**R$**	**500.000,00**
3390910000	SENTENÇAS JUDÍCIAIS - 1500-1002	R$	500.000,00
10.303.0105.2182 - Hemocentro		**R$**	**105.000,00**
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS P/ CIVIL - 1621	R$	60.000,00
3390140000	DIARIAS - PESSOAL CIVIL - 1621	R$	45.000,00
10.304.0105.2178 - Vigilância Sanitária		**R$**	**17.500,00**
3390490000	AUXÍLIO TRANSPORTE - 1500-1002	R$	17.500,00
10.305.0105.2179 - Vigilância em Saúde		**R$**	**25.000,00**
3390490000	AUXÍLIO TRANSPORTE - 1500-1002	R$	25.000,00
214 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			
13.392.0107.2212 - Theatro Sete de Abril		**R$**	**500.000,00**
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - 1500	R$	500.000,00
217 - SECRETARIA MUNICIPAL DE QUALIDADE AMBIENTAL			
18.542.0122.2342 - Controle Ambiental		**R$**	**590,00**
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - 1500	R$	590,00
228 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA			
16.122.0002.2025 - Gestão, Manutenção e Serviços da Habitação e Regularização Fundiária		**R$**	**3.000,00**
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO - 1500	R$	1.240,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - 1500	R$	1.760,00
233 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.122.0002.2005 - Gestão, Manutenção e Serviços da Educação		**R$**	**320.000,00**
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 1500-1001	R$	320.000,00
12.361.0106.2199 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - EMEF		**R$**	**880.814,18**
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO - 2552	R$	430.814,18
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - 1500-1001	R$	450.000,00
12.361.0106.2205 - Qualificação da Educação em Tempo Integral - EMEF		**R$**	**120.000,00**
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 1500-1001	R$	120.000,00
12.365.0106.2204 - Qualificação da Educação de Tempo Integral - EMEI		**R$**	**300.000,00**
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 1500-1001	R$	300.000,00
242 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
242.1 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - ADMINISTRATIVO			
08.122.0002.2030 - Gestão, Manutenção e Serviços de Gestão da Assistência Social		**R$**	**26.422,52**
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 1660	R$	26.422,52
244 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO			
15.451.0121.1055 - Obras Estruturantes de Mobilidade Urbana		**R$**	**7.351,11**
4430930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - 1701	R$	387,11
4430930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - 2701	R$	6.964,00
248 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE			
27.812.0108.2227 - Vida Ativa		**R$**	**1.000,00**
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - 1500	R$	1.000,00
27.812.0117.1034 - Infraestrutura Digital - SELJ		**R$**	**37.400,00**
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 2755	R$	37.400,00
249 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL			
04.122.0002.2035 - Gestão, Manutenção e Serviços da Defesa Civil		**R$**	**720.000,00**
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO - 1500	R$	720.000,00
251 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO			
23.695.0108.2217 - Divulgação e Promoção de Pelotas		**R$**	**75.000,00**
3350430000	SUBVENÇÕES SOCIAIS - 1501	R$	75.000,00
401 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS			

401.4 - SANEP - SUPERINTENDÊNCIA INDUSTRIAL			
17.512.0003.2065 - Manutenção do Núcleo de Educação Ambiental em Saneamento		**R$**	**12.500,00**
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO - 1501	R$	4.300,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - 1501	R$	8.200,00
	TOTAL	**R$**	**10.584.692,97**

Art. 2º São reduzidos os valores abaixo indicados nos seguintes programas de trabalho e categorias econômicas:

200 - PODER EXECUTIVO			
204 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA			
28.843.0005.0001 - Encargos Dívida Interna		**R$**	**500.000,00**
3290210000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO - 1500	R$	500.000,00
99.999.9999.9999 - Reserva de Contingência		**R$**	**732.500,00**
9999990000	RESERVA DE CONTINGENCIA E RESERVA DO RPPS - 1500	R$	720.000,00
9999990000	RESERVA DE CONTINGENCIA E RESERVA DO RPPS - 1501	R$	12.500,00
206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA			
15.122.0002.2019 - Gestão, Manutenção e Serviços de Serviços Urbanos e Infraestrutura		**R$**	**10.000,00**
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO - 1500	R$	10.000,00
15.452.0120.2311 - Limpeza Urbana		**R$**	**5.705.615,16**
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - 1500	R$	5.705.615,16
208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0101.2114 - Gestão Participativa no Âmbito do SUS		**R$**	**60.000,00**
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 1500-1002	R$	60.000,00
10.301.0105.2167 - Atenção Primária em Saúde		**R$**	**1.200.000,00**
3390460000	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - 1500-1002	R$	1.200.000,00
214 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			
13.392.0107.2211 - Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural		**R$**	**500.000,00**
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - 1500	R$	500.000,00
217 - SECRETARIA MUNICIPAL DE QUALIDADE AMBIENTAL			
18.542.0122.2342 - Controle Ambiental		**R$**	**590,00**
4490390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - 1500	R$	590,00
228 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA			
16.482.0105.2161 - Meu Lote Legal		**R$**	**3.000,00**
4490360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA - 1500	R$	3.000,00
233 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.0106.1016 - Ampliação da Rede Escolar - EMEF		**R$**	**730.000,00**
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES - 1500-1001	R$	730.000,00
12.365.0106.2200 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Pré-Escola		**R$**	**460.000,00**
3350430000	SUBVENÇÕES SOCIAIS - 1500-1001	R$	460.000,00
248 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE			
27.812.0108.2227 - Vida Ativa		**R$**	**1.000,00**
3190040000	SALARIO CONTRATO TEMPORÁRIO - 1500	R$	1.000,00
251 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO			
23.695.0108.2217 - Divulgação e Promoção de Pelotas		**R$**	**75.000,00**
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - 1501	R$	75.000,00
	TOTAL	**R$**	**9.977.705,16**

Art. 3º Servirá de recurso para a cobertura de que trata o art. 1º, a redução constante no art. 2º, bem como, Superávit Financeiro do exercício anterior nas Fontes: 2552 no valor de R$ 430.814,18, 2701 no valor de R$ 6.964,00 e 2755 no valor de R$ 37.400,00 e Excesso de Arrecadação, no exercício, nas Fontes: 1621 no valor de R$ 105.000,00, 1660 no valor de R$ 26.422,52 e 1701 no valor de R$ 387,11.

Art. 4º No art. 1º, foi inserido o recurso referente à Emenda Impositiva elencada na tabela abaixo, sendo que a redução do valor ocorreu na Reserva de Contingência, Projeto/Atividade 99.999.9999.9999, classificação 9.9.99.99:

NÚMERO	UNIDADE GESTORA	PROJETO/ ATIVIDADE	CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	VALOR
207/2025	401	17.512.0003.2065	3.3.90.30	R$ 4.300,00
			3.3.90.39	R$ 8.200,00

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 14 de setembro de 2026.

DANIELA BRIZOLARA
Prefeita em exercício

Registre-se. Publique-se.

PEDRO JAIME BITTENCOURT JÚNIOR
Secretário de Governo

Publicado por:
Priscila Rossales Vasconcelos
Código Identificador:1710F440

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RGF 2° QUADRIMESTRE 2026

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.146.161.969,53	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	8.766.634,46	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	1.137.395.335,07	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	22.814.343,21	2,01
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	68.243.720,11	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	64.831.534,10	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	61.419.348,10	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Bruno Cotta de Mello Canary
Código Identificador:505F4AF2

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA FAZENDA
RGF 2º QUADRIMESTRE 2026 - SIMPLIFICADO

MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2º QUADRIMESTRE/2026 – JANEIRO A AGOSTO		
LRF, art. 58 - Anexo VIII	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**Valor até o Quadrimestre**	
Receita Corrente Líquida	R$ 1.146.161.969,53	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R$ 1.137.395.335,07	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	R$ 1.137.395.335,07	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
1 Despesa Total com Pessoal – DTP	R$ 619.559.145,60	54,47%
2 Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	R$ 614.193.480,94	54,00%
3 Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	R$ 583.483.806,89	51,30%
4 Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	R$ 552.774.132,84	48,60%
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
5 Dívida Consolidada Líquida	-R$ 22.737.357,85	-2,00%
6 Limite Definido por Resolução do Senado Federal	R$ 1.364.874.402,08	120,00%
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
7 Total das Garantias de Valores	R$ 0,00 -	
8 Limite Definido por Resolução do Senado Federal	R$ 250.226.973,72	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
9 Operações de Crédito Externas e Internas	R$ 0,00	0,00%
10 Operações de Crédito por Antecipação da Receita	R$ 0,00	0,00%
11 Limite Definido p/ Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	R$ 181.983.253,61	16,00%
12 Limite Definido p/ Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	R$ 79.617.673,45	7,00%
ATO DECLARATÓRIO	**Data da Publicação**	**Meio da Publicação**
Os abaixo assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. Nº 101/00, na data e meio indicados a seguir FONTE: RGF - Relatório de Gestão Fiscal – 2° Quadrimestre 2026	30/09/2026	https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/
	30/09/2026	https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/

Rio Grande, 30 de setembro de 2026.

CHANA LEMOS DA COSTA
Téc. Contábil Responsável
CRS RS 082605/O-1

TACIANA DE FÁTIMA GARCIA
Controle Interno
CPF:933.041.530-04

ALEXANDRE REINALDO PROTÁSIO
Secretário De Município Da Fazenda
CPF: 973.472.720-68

DARLENE TORRADA PEREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 356.555.500-91

Publicado por:
Fabiane Dias Oliveira Pinto
Código Identificador:F7A6954C

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA FAZENDA
RREO 4º BIMESTRE 2026 - SIMPLIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE/RS				
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO/2026 - BIMESTRE JULHO E AGOSTO/2026				
LRF, Art. 48 - Anexo XVII				R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				**Até o Bimestre**
RECEITAS				
Previsão Inicial				1.392.962.233,36
Previsão Atualizada				1.423.562.233,36
Receitas Realizadas				898.411.119,61
Déficit Orçamentário				
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				101.380.548,48
DESPESAS				
Dotação Inicial				1.379.396.744,45
Dotação Atualizada				1.631.074.090,75
Despesas Empenhadas				781.383.775,22
Despesas Liquidadas				703.647.880,41
Despesas Pagas				673.098.419,44
Superavit Orçamentário				194.763.239,20
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas				781.383.775,22
Despesas Liquidadas				703.647.880,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida				1.146.161.969,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento				1.137.395.335,07
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal				1.137.395.335,07
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas				102.052.291,35
Despesas Previdenciárias Empenhadas				38.486.425,54
Despesas Previdenciárias Liquidadas				38.485.425,54
Despesas Previdenciárias Pagas				38.485.425,54
Resultado Previdenciário				63.565.865,81
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas				28.736.078,44
Despesas Previdenciárias Empenhadas				28.606.626,95
Despesas Previdenciárias Liquidadas				28.606.626,95
Despesas Previdenciárias Pagas				28.606.626,95
Resultado Previdenciário				129.451,49
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado até Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta**	
Resultado Primário	(126.668.086,54)	87.018.363,70	-68,70	
Resultado Nominal	(147.240.470,95)	178.904.799,32	-121,51	
RESTOS A PAGAR POR PODER	**Inscrição**	**Cancelamento até o Bimestre**	**Pagamento até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**43.842.753,24**	**43.813,48**	**40.812.581,14**	**2.986.358,62**
Poder Executivo	43.004.976,39	43.813,48	40.039.602,05	2.921.560,86
Poder Legislativo	837.776,85	-	772.979,09	64.797,76
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	**59.852.101,11**	**6.643.564,71**	**33.885.113,60**	**19.323.422,80**
Poder Executivo	58.999.028,63	6.643.564,71	33.530.051,74	18.825.412,18
Poder Legislativo	853.072,48	-	355.061,86	498.010,62
TOTAL	**103.694.854,35**	**6.687.378,19**	**74.697.694,74**	**22.309.781,42**
Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**Valor apurado até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado até o Bimestre**	
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	99.668.083,15	25%	20,26%	
Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**Valor apurado até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado até o Bimestre**	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	92.577.543,50	15%	19,08%	
ATO DECLARATÓRIO	**Data da Publicação**		**Meio da Publicação**	
Os abaixo assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. Nº 101/00, na data e meio indicados a seguir.	30/9/2026		https://grp.riogrande.rs.gov.br/transparencia/prefeitura/#/	
	30/9/2026		https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/	
FONTE: RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 4° Bimestre 2026				
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as desp. Não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.				
Dessa forma, para maior transparência, as desp. Executadas estão segregadas em: a) Desp. Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da lei 4.320/64; b) Desp.				
Empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/1964.				
Metas de Resultado Primário e Nominal conforme Lei Orçamentaria Anual n° 9.330/2025.				
Rio Grande, 30 de setembro de 2026.				

CHANA LEMOS DA COSTA	***ALEXANDRE REINALDO PROTÁSIO***	***TACIANA DE FÁTIMA GARCIA***	***DARLENE TORRADA PEREIRA***

Téc. Contábil Responsável	Secretário De Município Da Fazenda	Controle Interno	Prefeita Municipal
CRC RS 08.2605/O-1	CPF: 973.472.720-68	CPF: 933.041.530-04	CPF: 356.555.500-91

Publicado por:
Fabiane Dias Oliveira Pinto
Código Identificador:919257D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2026		
LRF, Art. 48 – Anexo VI	**R$ 1,00**	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	**898.585.602,62**	
Receita Corrente Líquida Ajustada p/ Cálculo dos Limites de Endividamento	**881.649.592,62**	
Receita Corrente Líquida Ajustada p/Cálculo Limites da Despesa com Pessoa	**876.108.864,62**	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total de Despesas com Pessoal - DTP	**419.295.604,76**	**47,86%**
Limite Máximo (incisos I, II, e III, art. 20 da LRF)	**473.098.786,89**	**54,00%**
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	**449.443.847,55**	**51,30%**
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**425.788.908,20**	**48,60%**
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	**109.446.207,31**	**12,41%**
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	**1.057.979.511,14**	**120,00%**
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	**0,00**	**0,00%**
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	**193.962.910,38**	**22,00%**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	**12.000.000,00**	**1,36%**
Limite definido p/Senado Federal para Op.de Crédito Externas e Internas	**141.063.934,82**	**16,00%**
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	**0,00**	**0,00%**
Limite definido p/Senado Federal para Op.de Crédito por Antec.da Receit	**61.715.471,48**	**7,00%**
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a inscrição em restos a pagar não proc.do exerc.)**
Valor Total	-	-
Fonte: Balancetes do Município		
Nota: O Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2026, encontra-se afixado no átrio da Prefeitura Municipal , na rua Coronel Oscar Jost, 1551,no horário das 08:00 às 15:00 horas, a contar do dia 29/09/2026, bem como disponibilizados no site www.santacruz.rs.gov.br/secretarias/contabilidade.		

SÉRGIO IVAN MORAES	*BRUNO CESAR FALLER*	*ANDRÉ WEIGEL*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Fazenda	Contador CRCRS 65.772

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:64B5140A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO DE 2026 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	**Em Reais**
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	**958.090.972,90**
Previsão Atualizada	**1.013.079.734,81**
Receitas Realizadas	**602.184.492,34**
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizado para créditos adicionais)	**90.745.835,32**
DESPESAS	
Dotação Inicial	**958.090.972,90**
Dotação Atualizada	**1.113.199.163,97**
Despesas Empenhadas	**692.997.783,21**
Despesas Liquidadas	**599.836.526,21**
Despesas Pagas	**557.822.754,99**
Superavit Orçamentário	**2.347.966,13**
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	**692.997.783,21**
Despesas Liquidadas	**599.836.526,21**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	**898.585.602,62**
Receita Corrente Líquida Ajustada p/ Cálculo dos Limites de Endividamento	**881.649.592,62**
Receita Corrente Líquida Ajustada p/Cálculo Limites da Despesa com Pessoa	**876.108.864,62**
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA DOS SERVIDOR	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	-

Despesas Previdenciárias Empenhadas	-
Despesas Previdenciárias Liquidadas	-
Resultado Previdenciário	-
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	-
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	-
Resultado Previdenciário	-

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no AMF da LDO (a)**	**Resultado Apurado até o bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**23.814.623,72**	**-15.967.270,92**	**-249,15%**	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**-49.950.000,00**	**30.568.107,07**	**263,41%**	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento até o Bimestre**	**Pagamento até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**76.198.614,34**	**4.218.785,67**	**67.887.885,75**	**4.091.942,92**
Poder Executivo	**76.198.614,34**	**4.218.785,67**	**67.887.885,75**	**4.091.942,92**
Poder Legislativo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Poder Judiciário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Ministério Público	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**28.388.509,76**	**3.300.474,86**	**17.428.716,20**	**7.659.318,70**
Poder Executivo	**28.388.509,76**	**3.300.474,86**	**17.428.716,20**	**7.659.318,70**
Poder Legislativo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Poder Judiciário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Ministério Público	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**104.587.124,10**	**7.519.260,53**	**85.316.601,95**	**11.751.261,62**
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado até o bimestre**	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na MDE	**88.709.864,49**	**25%**	**23,61%**	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB dos Profissionais da Educação Básica	**63.642.762,79**	**70%**	**81,39%**	
Percentual de 50% da Compl.da União ao FUNDEB(VAAT)na Educação Infantil	-	**50%**	-	
Mínimo 15% da Compl.da União ao FUNDEB(VAAT)em Despesas Capital	-	**15%**	-	

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado até o Bimestre**		**Saldo Não Realizado**	
Receita de Operação de Crédito	**12.000.000,00**		**38.081.897,20**	
Despesa de Capital Líquida	**45.654.554,16**		**141.621.080,56**	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias	-	-	-	-
Resultado Previdenciário	-	-	-	-
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias	-	-	-	-
Resultado Previdenciário	-	-	-	-
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	**772.228,02**		**-518.240,17**	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**13.182,03**		**811.500,30**	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado até o bimestre**	**Limite Constitucional Anual**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado até o bimestre**	
Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas c/recursos de Impostos	**82.444.381,95**	**15,00%**	**22,22%**	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADO DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	-			
Fonte: Balancetes do Município				

Nota: O Relatório Resumido da Execução Orçamentária do bimestre de julho/agosto de 2026, encontra-se afixado no átrio da Prefeitura Municipal, na rua Coronel Oscar Jost,1551, no horário das 08:00 às 15:00 horas, a contar do dia 29/09/2026, bem como no site www.santacruz.rs.gov.br/secretarias/contabilidade

SÉRGIO IVAN MORAES	***BRUNO CESAR FALLER***	***ANDRÉ WEIGEL***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Fazenda	Contador CRCRS 65.772

Publicado por:
Rodrigo Beling
Código Identificador:8D69E70A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 4º BIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA,							
MUNICÍPIO DE ALVORADA							
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No 4º Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até 4º Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	761.893.910,00	782.056.495,00	140.413.232,93	17,95	563.602.134,79	72,07	218.454.360,21
RECEITAS CORRENTES	702.043.338,00	712.700.358,00	126.273.661,55	17,72	540.623.283,91	75,86	172.077.074,09
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	134.577.391,00	134.997.391,00	20.932.743,83	15,51	95.693.630,43	70,89	39.303.760,57
Impostos	112.427.941,00	112.427.941,00	17.716.446,24	15,76	76.746.912,60	68,26	35.681.028,40
Taxas	22.146.050,00	22.566.050,00	3.216.156,81	14,25	18.945.330,66	83,96	3.620.719,34

Contribuição de Melhoria	3.400,00	3.400,00	140,78	4,14	1.387,17	40,80	2.012,83
CONTRIBUIÇÕES	30.221.378,00	30.221.378,00	6.624.748,40	21,92	23.910.411,25	79,12	6.310.966,75
Contribuições Sociais	23.222.378,00	23.222.378,00	4.203.389,47	18,10	18.548.064,19	79,87	4.674.313,81
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.999.000,00	6.999.000,00	2.421.358,93	34,60	5.362.347,06	76,62	1.636.652,94
RECEITA PATRIMONIAL	69.959.218,00	72.815.252,74	22.054.096,40	30,29	92.829.589,28	127,49	(20.014.336,54)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	589.764,00	589.764,00	180.264,41	30,57	714.564,07	121,16	(124.800,07)
Valores Mobiliários	69.369.454,00	72.225.488,74	21.873.831,99	30,29	92.115.025,21	127,54	(19.889.536,47)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	70.500,00	70.500,00	26.076,00	36,99	89.730,90	127,28	(19.230,90)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.100,00	11.100,00	17.248,76	155,39	49.992,10	450,38	(38.892,10)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	59.400,00	59.400,00	8.827,24	14,86	39.738,80	66,90	19.661,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	459.750.489,00	466.907.557,76	73.726.414,47	15,79	317.034.379,66	67,90	149.873.178,10
Transferências da União e de suas Entidades	179.001.997,00	183.037.496,54	33.621.307,84	18,37	127.177.139,77	69,48	55.860.356,77
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	84.814.492,00	87.601.693,30	12.287.505,26	14,03	59.418.637,22	67,83	28.183.056,08
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	3.000,00	3.000,00	100.000,00	3.333,33	100.000,00	3.333,33	(97.000,00)
Transferências de Outras Instituições Públicas	195.931.000,00	196.265.367,92	27.717.601,37	14,12	130.338.602,67	66,41	65.926.765,25
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.464.362,00	7.688.278,50	2.909.582,45	37,84	11.065.542,39	143,93	(3.377.263,89)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.462.442,00	2.686.358,50	278.027,50	10,35	1.340.724,82	49,91	1.345.633,68
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.951.100,00	1.951.100,00	469.768,96	24,08	3.697.557,75	189,51	(1.746.457,75)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	3.050.820,00	3.050.820,00	2.161.785,99	70,86	6.027.259,82	197,56	(2.976.439,82)
RECEITAS DE CAPITAL	59.850.572,00	69.356.137,00	14.139.571,38	20,39	22.978.850,88	33,13	46.377.286,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	45.000.000,00	45.000.000,00	13.000.000,00	28,89	18.000.000,00	40,00	27.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	45.000.000,00	45.000.000,00	13.000.000,00	28,89	18.000.000,00	40,00	27.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.200,00	1.200,00	1.104.610,00	92.050,83	1.104.610,00	92.050,83	(1.103.410,00)
Alienação de Bens Móveis	1.200,00	1.200,00	104.610,00	8.717,50	104.610,00	8.717,50	(103.410,00)
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	(1.000.000,00)
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.849.372,00	24.354.937,00	34.961,38	0,14	3.874.240,88	15,91	20.480.696,12
Transferências da União e de suas Entidades	14.783.417,00	23.488.982,00	34.961,38	0,15	3.374.240,88	14,37	20.114.741,12
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	64.955,00	864.955,00	0,00	0,00	500.000,00	57,81	364.955,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	63.402.746,00	63.402.746,00	10.801.898,55	17,04	48.181.015,87	75,99	15.221.730,13
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	825.296.656,00	845.459.241,00	151.215.131,48	17,89	611.783.150,66	72,36	233.676.090,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	825.296.656,00	845.459.241,00	151.215.131,48	17,89	611.783.150,66	72,36	233.676.090,34
DÉFICIT (VI)[1]	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**825.296.656,00**	**845.459.241,00**	**151.215.131,48**	**17,89**	**611.783.150,66**	**72,36**	**233.676.090,34**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	67.429.397,20	-	-	67.429.397,20	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	67.429.397,20	-	-	67.429.397,20	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 4º Bimestre (j)
			No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (f)		No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	677.645.182,00	763.617.866,53	94.587.642,82	503.079.630,62	260.538.235,91	107.366.420,64	385.406.855,32	378.211.011,21	379.149.295,84

DESPESAS CORRENTES	604.475.838,00	671.615.915,15	86.878.539,10	440.992.984,86	230.622.930,29	100.438.102,23	373.345.153,92	298.270.761,23	367.835.063,87
Pessoal e Encargos Sociais	338.984.942,00	347.935.895,58	57.404.331,59	232.209.546,40	115.726.349,18	57.422.250,49	232.147.617,50	115.788.278,08	230.243.039,04
Juros e Encargos da Dívida	6.262.000,00	6.327.119,43	0,00	6.325.119,43	2.000,00	1.058.685,21	4.090.348,87	2.236.770,56	4.090.348,87
Outras Despesas Correntes	259.228.896,00	317.352.900,14	29.474.207,51	202.458.319,03	114.894.581,11	41.957.166,53	137.107.187,55	180.245.712,59	133.501.675,96
DESPESAS DE CAPITAL	72.879.887,00	91.822.546,73	7.709.103,72	62.086.645,76	29.735.900,97	6.928.318,41	12.061.701,40	79.760.845,33	11.314.231,97
Investimentos	67.613.887,00	86.506.970,41	7.709.103,72	56.772.069,44	29.734.900,97	6.038.172,60	8.527.416,77	77.979.553,64	7.779.947,34
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	5.266.000,00	5.315.576,32	0,00	5.314.576,32	1.000,00	890.145,81	3.534.284,63	1.781.291,69	3.534.284,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	289.457,00	179.404,65	0,00	0,00	179.404,65	0,00	0,00	179.404,65	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	72.241.595,00	74.180.892,67	10.760.487,69	40.903.558,50	33.277.334,17	10.794.822,07	40.794.904,44	33.385.988,23	35.290.369,49
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	749.886.777,00	837.798.759,20	105.348.130,51	543.983.189,12	293.815.570,08	118.161.242,71	426.201.759,76	411.596.999,44	414.439.665,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (X + XI)	749.886.777,00	837.798.759,20	105.348.130,51	543.983.189,12	293.815.570,08	118.161.242,71	426.201.759,76	411.596.999,44	414.439.665,33
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	67.799.961,54	-	-	185.581.390,90	-	197.343.485,33
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**749.886.777,00**	**837.798.759,20**	**105.348.130,51**	**611.783.150,66**	-	**118.161.242,71**	**611.783.150,66**	-	**611.783.150,66**
RESERVA DO RPPS	75.409.879,00	75.289.879,00	0,00	0,00	75.289.879,00	0,00	0,00	75.289.879,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 25/09/2026, às 09:34:32.									
[1] O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.									
NOTA:									

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No 4º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 4º Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	63.402.746,00	63.402.746,00	10.801.898,55	17,04	48.181.015,87	75,99	15.221.730,13
RECEITAS CORRENTES	63.402.746,00	63.402.746,00	10.801.898,55	17,04	48.181.015,87	75,99	15.221.730,13
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	63.402.746,00	63.402.746,00	10.801.898,55	17,04	48.181.015,87	75,99	15.221.730,13
Contribuições Sociais	63.402.746,00	63.402.746,00	10.801.898,55	17,04	48.181.015,87	75,99	15.221.730,13
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ 4º Bimestre (j)**
			No 4º Bimestre	**Até 4º Bimestre (f)**		**No 4º Bimestre**	**Até 4º Bimestre (h)**		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	72.241.595,00	74.180.892,67	10.760.487,69	40.903.558,50	33.277.334,17	10.794.822,07	40.794.904,44	33.385.988,23	35.290.369,49
DESPESAS CORRENTES	72.240.595,00	74.179.892,67	10.760.487,69	40.903.558,50	33.276.334,17	10.794.822,07	40.794.904,44	33.384.988,23	35.290.369,49
PESSOAL E ENGARGOS SOCIAIS	72.239.595,00	74.178.892,67	10.760.487,69	40.903.558,50	33.275.334,17	10.794.822,07	40.794.904,44	33.383.988,23	35.290.369,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANDRA BIEDZICKI DE MARQUES									
Contador									
CRC/RS 089625-O									

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:2298882B

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 2º QUADRIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS		
Relatório de Gestão Fiscal		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE		
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA, MUNICÍPIO DE ALVORADA		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Quadrimestre Maio-Agosto		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	R$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No 2º Quadrimestre	**Até 2º Quadrimestre (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	13.000.000,00	18.000.000,00
Interna	13.000.000,00	18.000.000,00
Empréstimos	13.000.000,00	18.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**13.000.000,00**	**18.000.000,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	666.542.215,15	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	6.663.190,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	659.879.025,15	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	18.000.000,00	2,73
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	105.580.644,02	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	95.022.579,62	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	46.191.531,76	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No 2º Quadrimestre	**Até 2º Quadrimestre (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00

Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 29/09/2026, às 08:46:10.		
[1] Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		
NOTA:		

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:7A8872AB

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL - 4º BIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA		
Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA, MUNICÍPIO DE ALVORADA		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		Em reais
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 4º Bimestre/2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	626.521.039,00	443.607.697,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	134.997.391,00	95.693.630,43
IPTU	42.557.640,00	30.373.373,69
ISS	30.296.000,00	20.381.664,57
ITBI	7.260.600,00	6.423.398,84
IRRF	32.313.701,00	19.568.475,50
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.569.450,00	18.946.717,83
Contribuições	6.999.000,00	5.362.347,06
Receita Patrimonial	11.231.195,74	17.144.143,97
Aplicações Financeiras (II)	10.640.431,74	16.429.579,90
Outras Receitas Patrimoniais	590.764,00	714.564,07
Transferências Correntes	466.907.557,76	317.034.379,66
Cota-Parte do FPM	136.515.600,00	90.606.547,85
Cota-Parte do ICMS	56.093.600,00	35.235.662,42
Cota-Parte do IPVA	20.080.000,00	17.806.910,11
Cota-Parte do ITR	800,00	2.050,90
Transferências da LC 61/1989	660.000,00	469.661,51
Transferências do FUNDEB	196.265.367,92	130.338.602,67
Outras Transferências Correntes	57.292.189,84	42.574.944,20
Demais Receitas Correntes	6.385.894,50	8.373.196,69
Outras Receitas Financeiras (III)	6.000,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	6.379.894,50	8.373.196,69
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	615.874.607,26	427.178.117,91
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	87.998.008,00	69.511.156,66
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	61.584.057,00	75.685.445,31
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	69.356.137,00	22.978.850,88
Operações de Crédito (VIII)	45.000.000,00	18.000.000,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	1.200,00	1.104.610,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	1.200,00	1.104.610,00
Transferências de Capital	24.354.937,00	3.874.240,88
Convênios	15.621.417,00	3.590.876,72
Outras Transferências de Capital	8.733.520,00	283.364,16
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	24.356.137,00	4.978.850,88
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	728.228.752,26	501.668.125,45
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	640.230.744,26	432.156.968,79

DESPESAS PRIMÁRIAS	Até 4º Bimestre/2026						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	671.528.621,82	432.244.548,60	365.419.398,38	354.494.213,72	19.269.717,78	22.495.239,37	22.431.750,72
Pessoal e Encargos Sociais	351.457.602,25	225.042.659,56	224.872.076,60	217.486.570,56	13.849.177,87	200.186,53	200.186,53
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	6.328.119,43	6.325.119,43	4.090.348,87	4.090.348,87	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	313.742.900,14	200.876.769,61	136.456.972,91	132.917.294,29	5.420.539,91	22.295.052,84	22.231.564,19
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	313.742.900,14	200.876.769,61	136.456.972,91	132.917.294,29	5.420.539,91	22.295.052,84	22.231.564,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	665.200.502,39	425.919.429,17	361.329.049,51	350.403.864,85	19.269.717,78	22.495.239,37	22.431.750,72
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	74.267.186,00	49.651.994,76	48.720.659,98	48.631.219,64	25.972,86	37.605,16	37.605,16
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	91.798.546,73	62.086.645,76	12.061.701,40	11.314.231,97	1.480.408,17	6.439.959,48	6.411.286,58
Investimentos	86.481.970,41	56.772.069,44	8.527.416,77	7.779.947,34	1.480.408,17	6.439.959,48	6.411.286,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	5.316.576,32	5.314.576,32	3.534.284,63	3.534.284,63	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	86.481.970,41	56.772.069,44	8.527.416,77	7.779.947,34	1.480.408,17	6.439.959,48	6.411.286,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	179.404,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	826.154.063,45	532.343.493,37	418.577.126,26	406.815.031,83	20.776.098,81	28.972.804,01	28.880.642,46
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	751.861.877,45	482.691.498,61	369.856.466,28	358.183.812,19	20.750.125,95	28.935.198,85	28.843.037,30
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							45.196.352,35
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							24.379.993,35

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(42.449.876,00)	
JUROS NOMINAIS	Até 4º Bimestre/2026	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	16.429.579,90	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	3.467.287,58	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	37.342.285,67	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	528.938,67	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Até 4º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	121.946.047,14	134.544.702,25
DEDUÇÕES (XL)	159.081.125,59	226.733.782,14
Disponibilidade de Caixa [1]	146.206.425,84	211.871.244,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	183.539.438,82	225.151.819,39
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	22.579.451,73	1.908.540,89
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	14.753.561,25	11.372.034,17

Demais Haveres Financeiros	12.874.699,75	14.862.537,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(37.135.078,45)	(92.189.079,89)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	55.054.001,44	
AJUSTE METODOLÓGICO	Até 4º Bimestre/2026	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(20.670.910,84)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	(3.593.919,91)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	30.789.170,69	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	17.826.878,37	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	67.429.397,20	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	67.429.397,20	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	75.289.879,00	
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 28/09/2026, às 11:11:55.		
[1] Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero"		
NOTA:		
SANDRA BIEDZICKI DE MARQUES		
Contador		
CRC 089625		

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:8E619FBB

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF - 2º QUADRIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS		
Relatório de Gestão Fiscal		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Entidade: MUNICÍPIO DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		
MUNICPIPodAeISr: DEExeAcuLtVivOoRADA		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Quadrimestre Maio-Agosto		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ 2º QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	666.542.215,15	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	659.879.025,15	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	653.217.283,15	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA

Despesa Total com Pessoal - DTP	348.262.970,85	53,32
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	352.737.332,90	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	335.100.466,26	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	317.463.599,61	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	(92.189.079,89)	(13,97)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	791.854.830,18	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	145.173.385,53	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	18.000.000,00	2,73
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	105.580.644,02	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	46.191.531,76	7,00
NOTA:		
SANDRA BIEDZICKI DE MARQUES		
Contador		
CRC 089625		

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:B7E694CF

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO - 4º BIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA, MUNICÍPIO DE ALVORADA	
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até 4º Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	825.296.656,00
Previsão Atualizada	845.459.241,00
Receitas Realizadas	611.783.150,66
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	67.429.397,20
DESPESAS	
Dotação Inicial	749.886.777,00
Dotação Atualizada	837.798.759,20
Despesas Empenhadas	543.983.189,12
Despesas Liquidadas	426.201.759,76
Despesas Pagas	414.439.665,33
Superávit Orçamentário	185.581.390,90
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até 4º Bimestre
Despesas Empenhadas	543.983.189,12
Despesas Liquidadas	426.201.759,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até 4º Bimestre
Receita Corrente Líquida	666.542.215,15
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	659.879.025,15
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	653.217.283,15
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Até 4º Bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	97.152.461,61
Receitas Previdenciárias Realizadas	145.196.601,97
Despesas Previdenciárias Empenhadas	48.743.771,92
Despesas Previdenciárias Liquidadas	48.044.140,36
Despesas Previdenciárias Pagas	47.995.732,45
Resultado Previdenciário	97.152.461,61
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	0,00
Receitas Realizadas	0,00
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidadas	0,00
Despesas Pagas	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)		Resultado apurado Até 4º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	(42.449.876,00)		24.379.993,35	(57,43)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	528.938,67		55.054.001,44	10.408,39
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até 4º Bimestre	Pag. Até 4º Bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	22.643.478,57	17.317,12	20.776.098,81	1.850.062,64
Poder Executivo	22.639.107,89	17.317,12	20.774.061,74	1.847.729,03
Poder Legislativo	4.370,68	0,00	2.037,07	2.333,61
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	48.481.556,19	2.127.674,88	28.880.642,46	17.473.238,85
Poder Executivo	46.483.687,25	1.466.693,27	27.874.212,35	17.142.781,63
Poder Legislativo	1.997.868,94	660.981,61	1.006.430,11	330.457,22
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Publico	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	71.125.034,76	2.144.992,00	49.656.741,27	19.323.301,49

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 4º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até 4º Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	40.213.602,02	25,00	15,76
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	84.772.494,03	70,00	63,25
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até 4º Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar no Exer.	%Aplicado Até 4º Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	59.525.840,10	15,00	23,95

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 25/09/2026, às 16:49:04.	
NOTA:	
SANDRA BIEDZICKI DE MARQUES	
Contador	
CRC 089625	

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:05FDF4FA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS 4º BIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA		
Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
Entidade: FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	149.582.065,00	145.196.601,97
Receita de Contribuições dos Segurados	23.222.378,00	18.548.064,19
Ativo	23.222.378,00	18.147.203,94
Inativo	0,00	382.196,24
Pensionista	0,00	18.664,01
Receita de Contribuições Patronais	63.402.746,00	48.181.015,87
Ativo	62.707.746,00	47.030.428,43
Inativo	695.000,00	1.150.587,44
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	61.584.057,00	75.685.445,31
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	61.584.057,00	75.685.445,31
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.372.884,00	2.782.076,60
Compensação Financeira entre os Regimes	1.027.884,00	2.782.076,60
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) [1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	345.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	**149.582.065,00**	**145.196.601,97**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)**
Benefícios	70.217.881,00	47.899.271,92	47.899.271,92	47.880.953,70
Aposentadorias	63.055.473,00	43.061.209,35	43.061.209,35	43.043.351,03
Pensões por Morte	7.162.408,00	4.838.062,57	4.838.062,57	4.837.602,67
Outras Despesas Previdenciárias	2.420.000,00	844.500,00	144.868,44	114.778,75
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	2.420.000,00	844.500,00	144.868,44	114.778,75
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**72.637.881,00**	**48.743.771,92**	**48.044.140,36**	**47.995.732,45**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) [2]	**76.944.184,00**	**96.452.830,05**	**97.152.461,61**	**97.200.869,52**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	75.409.879,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1,00

Investimentos e Aplicações	929.747.792,18
Outro Bens e Direitos	537.151.502,75

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)**
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	1.631.305,00	908.222,84	676.519,62	635.487,19
Pessoal e Encargos Sociais	441.305,00	171.173,42	171.173,42	165.884,27
Demais Despesas Correntes	1.190.000,00	737.049,42	505.346,20	469.602,92
Despesas de Capital (XIV)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**1.656.305,00**	**908.222,84**	**676.519,62**	**635.487,19**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) [2]	**(1.656.305,00)**	**(908.222,84)**	**(676.519,62)**	**(635.487,19)**
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	2.671.431,79			
Outro Bens e Direitos	26.210,04			

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII) [2]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA. Emissão: 25/09/2026, às 09:37:35.

[1] Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

[2] O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa empenhada e as despesa liquidada.

NOTA:

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:C7F331CE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
RREO - RECEITAS E DESPESAS COM MDE - 4º BIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA		
Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
Entidade: MUNICÍPIO DE ALVORADA		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	112.427.941,00	76.746.912,60
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	42.557.640,00	30.373.373,69
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	7.260.600,00	6.423.398,84
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	30.296.000,00	20.381.664,57
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	32.313.701,00	19.568.475,50
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	264.070.200,00	178.487.854,07
2.1- Cota-Parte FPM	166.916.800,00	111.594.998,74
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea	152.006.000,00	104.942.257,62
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e	14.910.800,00	6.652.741,12
2.2- Cota-Parte ICMS	70.117.000,00	44.044.577,90
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	825.000,00	587.076,80
2.4- Cota-Parte ITR	1.000,00	2.563,61
2.5- Cota-Parte IPVA	25.100.000,00	22.258.637,02
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.110.400,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	376.498.141,00	255.234.766,67
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) 1	49.887.400,00	34.367.022,59
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)+ (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	44.292.655,25	29.441.669,08
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	199.532.398,79	134.038.046,19
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	199.532.398,79	134.038.046,19
6.1.1- Principal	196.265.367,92	130.338.602,67
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	3.267.030,87	3.633.063,57
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	66.379,95
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00

6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	146.377.967,92	95.971.580,08
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	12.720.356,60	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	12.720.356,60	

8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS				0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)				146.758.402,79
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	209.937.530,44	112.675.536,36	109.228.077,15	106.052.094,94
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	149.712.155,50	90.195.496,17	90.195.496,17	87.073.020,36
10.1.1 - Educação Infantil	14.602.963,25	6.844.541,63	6.844.541,63	6.589.615,92
10.1.2- Ensino Fundamental	114.333.744,06	74.248.431,15	74.248.431,15	71.618.906,53
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	9.680.823,00	3.404.121,65	3.404.121,65	3.275.352,43
10.1.4- Educação Especial	2.758.019,99	1.239.813,47	1.239.813,47	1.135.954,27
10.1.5- Administração Geral	8.336.605,20	4.458.588,27	4.458.588,27	4.453.191,21
10.2- OUTRAS DESPESAS	60.225.374,94	22.480.040,19	19.032.580,98	18.979.074,58
10.2.1- Educação Infantil	5.731.358,57	3.388.202,94	2.425.536,81	2.423.104,41
10.2.2- Ensino Fundamental	48.776.988,45	15.888.178,11	13.477.754,93	13.434.161,74
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	2.186.394,35	1.075.456,44	1.058.509,44	1.058.509,44
10.2.4- Educação Especial	1.161.598,74	671.678,49	671.678,49	671.678,49
10.2.5- Administração Geral	2.267.034,83	1.417.359,40	1.359.936,50	1.359.936,50
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	102.000,00	39.164,81	39.164,81	31.684,00
INDICADORES DO FUNDEB DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO Até 4º Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADA SEM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	101.158.356,28	97.710.897,07	94.269.883,36	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	101.158.356,28	97.710.897,07	94.269.883,36	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12- OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES	84.772.494,03	84.772.494,03	81.384.986,31	0,00
12.1 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	84.772.494,03	84.772.494,03	81.384.986,31	0,00
12.2 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	0,00	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal 2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- INDICADORES FUNDEB (70% E 4%)	99.188.154,18	84.772.494,03	84.772.494,03	63,25
15.1 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	93.826.632,33	84.772.494,03	84.772.494,03	63,25
15.2 - Mínimo de 4% do FUNDEB na criação de matrículas em ETI[11]	5.361.521,85	0,00	0,00	0,00
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) 3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	13.403.804,62	36.327.149,12	36.327.149,12	22.923.344,50	27,10

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) 3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	19.579.734,50	12.720.356,60	12.720.356,60	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	44.048.301,94	37.655.577,84	28.832.121,98	28.767.073,08
20.1- Educação Infantil	15.311.779,08	13.675.927,15	13.405.954,30	13.405.954,30
20.2- Ensino Fundamental	16.810.000,00	14.896.986,53	6.677.818,99	6.677.818,99

20.3- Educação de Jovens e Adultos	876.000,00	688.398,69	688.398,69	688.398,69
20.4- Educação Especial	4.882.522,86	4.690.948,24	4.604.110,00	4.604.090,00
20.5- Administração Geral	5.238.000,00	3.249.188,85	3.001.711,62	2.992.602,36
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	930.000,00	454.128,38	454.128,38	398.208,74
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB(Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	256.301.057,33	151.534.290,72	139.263.375,65	135.757.313,04
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	35.646.100,90	23.908.671,72	22.676.032,74	22.418.674,63
21.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	220.654.956,43	127.625.619,00	116.587.342,91	113.338.638,41

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	28.832.121,98
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	34.367.022,59
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	22.923.344,50
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS 4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af)	62.198,05
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	40.213.602,02

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	63.808.691,67	40.213.602,02	15,76

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUNPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	27.898.422,79	10.859.567,33	19.596.507,19	349.287,56	7.952.628,04
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	3.625.990,83	1.694.327,07	2.319.869,51	62.198,05	1.243.923,27
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	24.272.431,96	9.165.240,26	17.276.637,68	287.089,51	6.708.704,77
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	29.579.171,43	13.366.427,74

31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	29.579.171,43	13.365.829,46
31.1.1- Salário-Educação	13.586.808,43	9.339.486,39
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	2.510.000,00	1.803.743,54
31.1.4 - PNATE	2.000,00	2.003,62
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	13.480.363,00	2.220.595,91
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	598,28

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	36.640.923,49	19.805.468,71	6.303.969,36	6.039.418,42
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.573.969,56	5.541.531,77	1.869.425,10	1.834.429,45
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	23.618.139,38	12.907.431,47	3.852.153,10	3.631.121,71
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	584.000,00	92.378,64	63.144,62	63.144,62
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	512.603,72	173.252,10	95.195,04	95.195,04
32.8- OUTRAS	1.352.210,83	1.090.874,73	424.051,50	415.527,60
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	292.951.980,82	171.339.759,43	145.567.345,01	141.796.731,46
33.1- Despesas Correntes	272.085.429,37	156.663.363,94	142.138.233,79	138.367.620,24
33.1.1- Pessoal Ativo	159.014.275,46	95.533.323,69	95.533.323,69	92.033.269,56
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	15.727.809,14	15.384.410,48	15.113.283,68	15.113.283,68
33.1.4- Outras Despesas Correntes	97.343.344,77	45.745.629,77	31.491.626,42	31.221.067,00
33.2- Despesas de Capital	20.866.551,45	14.676.395,49	3.429.111,22	3.429.111,22
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	1.126.788,80	499.938,80	383.741,60	383.741,60
33.2.2- Outras Despesas de Capital	19.739.762,65	14.176.456,69	3.045.369,62	3.045.369,62
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	36.992.788,56		10.705.738,17	
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	134.038.046,19		9.339.486,39	
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	124.266.877,64		7.048.007,40	
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	46.763.957,11		12.997.217,16	
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00		0,00	
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00		0,00	
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	46.763.957,11		12.997.217,16	
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 25/09/2026, às 16:45:40.				

1
SE RESULTADO LÝQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) > 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB,
SE RESULTADO LÝQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) < 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.
2
Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3
Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.". Utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

4
Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5
Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6
As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7
Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.
8
Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9
Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10
Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para
Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas as diretrizes estabelecidas pelo
Ministério da Educação.
NOTA:
SANDRA BIEDZICKI DE MARQUES
Contador
CRC 089625

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:E2258D44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº052/2025

Objeto: Registro de Preços visando a aquisição de móveis hospitalares. Empresa arrematante e seus preços unitários propostos, resultando adjudicado e homologado:

ALCI N BECKER & CIA LTDA – CNPJ 07.052.779/0001-38				
Item	Especificação	Un	Quant	Valor Unit.
13	Mesa para exame clínico infantil pediátrica. Marca: CQ	Un	30	R$ 440,00
16	Mocho ginecológico. Marca: CQ	Un	50	R$ 278,00
17	Perneira para mesa ginecológica. Marca: CQ	Kit	50	R$ 561,00

INDSETE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 65.285.483/0001-63				
Item	Especificação	Un	Quant	Valor Unit.
03	Biombo. Marca: Própria	Un	100	R$ 315,00
07	Escada 2 degraus Antiderrapante. Marca: Própria	Un	50	R$ 117,90
11	Mesa auxiliar aço inox com rodízio. Marca: Própria	Un	30	R$ 298,00

J BORELLA & BORELLA LTDA - CNPJ 33.393.503/0001-23				
Item	Especificação	Un	Quant	Valor Unit.
01	Armário de vitrine. Marca: Própria	Un	45	R$ 950,00
02	Armário de vitrine. Marca: Própria (Cota do item 01)	Un	15	R$ 950,00

JUANA ESTER MARCELINO VARGAS – CNPJ 34.579.064/0001-00				
Item	Especificação	Un	Quant	Valor Unit.
08	Escada 3 degraus antiderrapante. Marca: Master Hospitalar	Un	10	R$ 157,99
10	Mesa auxiliar. Marca: Master Hospitalar	Un	50	R$ 450,00

LICITAMED PRIME COMERCIAL LTDA – CNPJ 45.203.145/0001-28				
Item	Especificação	Un	Quant	Valor Unit.
18	Poltrona Hospitalar. Marca: Levita	Un	60	R$ 900,00

MAYCON FRAPORTI MELO LTDA – CNPJ 58.278.546/0001-99				
Item	Especificação	Un	Quant	Valor Unit.
05	Carro Maca (Padiola). Marca: ALFRS	Un	20	R$ 1.100,00

S & K INFORMÁTICA LTDA – CNPJ 03.655.629/0001-68				
Item	Especificação	Un	Quant	Valor Unit.
19	Colchão Hospitalar. Marca: Sr Life	Un	20	R$ 279,00

STARMEDICALIMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 57.498.660/0001-61				
Item	Especificação	Un	Quant	Valor Unit.
12	Mesa Mayo aço inox regulável. Marca: Lefenox	Un	30	R$ 188,00
14	Mesa/ Diva ginecológico. Marca: Salutem	Un	50	R$ 900,00
15	Mesa/ Diva para exames clínicos. Marca: Salutem	Un	50	R$ 800,00

Item	Especificação	
04	Cadeira de evacuação e resgate	Fracassado
06	Cortina para biombo	Deserto

09	Maca retrátil – 300 kg	Fracassado

Conforme Propostas Financeiras e documentos de habilitação anexados aos autos referentes ao Processo Licitatório em questão, ADJUDICO e HOMOLOGO a licitação em referência, na forma da Lei Federal nº14.133/2021, em 29 de setembro de 2026.

Registre-se e publique-se.

Alvorada, 30 de setembro de 2026.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Jonko Carrazzoni Tamiozzo
Código Identificador:BB2F7DBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2026

Objeto: Registro de Preços visando à prestação de serviços de estofaria, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços de 1 (um) ano, contado da data deassinatura da mesma, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Justificativa:
Os serviços de estofaria de móveis deve ser fundamentada na economicidade, sustentabilidade e na necessidade de manutenção da infraestrutura pública. Geralmente, busca-se a reforma de SOFÁS, POLTRONAS, CADEIRAS e BANCOS que, apesar de desgastados pelo uso contínuo, ainda possuem estrutura resistente e condições de reaproveitamento, evitando gastos maiores com novas aquisições.
Conservação do Patrimônio: recuperar o mobiliário existente (SOFÁS, POLTRONAS, CADEIRAS DE ESCRITÓRIO, MACAS) desgastado pelo uso diário, prolongando sua Vida Útil.
Continuidade dos Serviços: Garantir que as atividades administrativas ou de atendimento ao público não sejam interrompidas por falta de mobiliário adequado e confortável.
Conforto e Ergonomia: Proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e atendimento aos cidadãos, restabelecendo o conforto dos estofados.
Evita o descarte desnecessário de materiais (espuma, madeira, metal), alinhando a Administração Pública a práticas ecológicas (Agenda Ambiental na Administração Pública).

Critério de Julgamento pelo Tipo Menor Preço Por Item

Site de realização da Sessão de Disputa de Preços: Portal de Compras Públicas - https://www.portaldecompraspublicas.com.br

Data de abertura e início da sessão de Disputa de Preços: 26/08/2026, às 10:00 horas

Após analisados todos os atos e adjudicado e homologado o objeto referente ao Pregão Eletrônico nº 61/2026, informamos abaixo as empresas vencedoras em relação ao mesmo, bem como, seus preços finais adjudicados e homologados:

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS COSTA (NOME FANTASIA: ARTÍFICE MANUTENÇÃO EMPRESARIAL) - CNPJ Nº 01.774.004/0001-90					
Item	**Produto/Complemento**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	**SERVIÇO DE ESTOFARIA - BANCOS E BANQUETAS** Especificações: - BANCOS/BANQUETAS/MOCHOS ODONTOLÓGICOS e GINECOLÓGICOS - Troca de Tecido (REVESTIMENTO): substituição de tecidos velhos ou danificados por novos (LINHO, VELUDO, COURO, SUEDE, etc); - Troca de Espuma: substituição de espumas deformadas por novas, com diferentes densidades (mais macias para encostos, mais firmes para assentos); - Conserto da Estrutura: reparo na madeira da estrutura (madeira de reflorestamento é comum), cintas elásticas, percintas e molas; - Reaproveitamento: renovar móveis antigos, mantendo a estrutura original, mas atualizando o design.	UNIDADE	100	R$ 90,00	R$ 9.000,00
7	**SERVIÇO DE ESTOFARIA - POLTRONAS HOSPITALARES** Especificações: - Troca de Tecido (REVESTIMENTO): substituição de tecidos velhos ou danificados por novos (LINHO, VELUDO, COURO, SUEDE, etc); - Troca de Espuma: substituição de espumas deformadas por novas, com diferentes densidades (mais macias para encostos, mais firmes para assentos); - Conserto da Estrutura: reparo na madeira da estrutura (madeira de reflorestamento é comum), cintas elásticas, percintas e molas; - Reaproveitamento: renovar móveis antigos, mantendo a estrutura original, mas atualizando o design.	UNIDADE	100	R$ 547,00	R$ 54.700,00
VALOR TOTAL DA EMPRESA					**R$ 63.700,00**

ESTOFARIA TRÍPLICE LTDA - CNPJ Nº 66.805.928/0001-51					
Item	**Produto/Complemento**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
2	**SERVIÇO DE ESTOFARIA - CADEIRAS DE ESCRITÓRIO** Especificações: - Troca de Tecido (REVESTIMENTO): substituição de tecidos velhos ou danificados por novos (LINHO, VELUDO, COURO, SUEDE, etc);	UNIDADE	1.000	R$ 97,15	R$ 97.150,00

	- Troca de Espuma: substituição de espumas deformadas por novas, com diferentes densidades (mais macias para encostos, mais firmes para assentos); - Conserto da Estrutura: reparo na madeira da estrutura (madeira de reflorestamento é comum), cintas elásticas, percintas e molas; - Reaproveitamento: renovar móveis antigos, mantendo a estrutura original, mas atualizando o design.				
3	**SERVIÇO DE ESTOFARIA – LONGARINAS** Especificações: - Troca de Tecido (REVESTIMENTO): substituição de tecidos velhos ou danificados por novos (LINHO, VELUDO, COURO, SUEDE, etc); - Troca de Espuma: substituição de espumas deformadas por novas, com diferentes densidades (mais macias para encostos, mais firmes para assentos); - Conserto da Estrutura: reparo na madeira da estrutura (madeira de reflorestamento é comum), cintas elásticas, percintas e molas; - Reaproveitamento: renovar móveis antigos, mantendo a estrutura original, mas atualizando o design.	UNIDADE	100	R$ 415,00	R$ 41.500,00
4	**SERVIÇO DE ESTOFARIA - MACAS CLÍNICAS** Especificações: - Troca de Tecido (REVESTIMENTO): substituição de tecidos velhos ou danificados por novos (LINHO, VELUDO, COURO, SUEDE, etc); - Troca de Espuma: substituição de espumas deformadas por novas, com diferentes densidades (mais macias para encostos, mais firmes para assentos); - Conserto da Estrutura: reparo na madeira da estrutura (madeira de reflorestamento é comum), cintas elásticas, percintas e molas; - Reaproveitamento: renovar móveis antigos, mantendo a estrutura original, mas atualizando o design.	UNIDADE	500	R$ 220,00	R$ 110.000,00
5	**SERVIÇO DE ESTOFARIA - MACAS GINECOLÓGICAS** Especificações: - Troca de Tecido (REVESTIMENTO): substituição de tecidos velhos ou danificados por novos (LINHO, VELUDO, COURO, SUEDE, etc); - Troca de Espuma: substituição de espumas deformadas por novas, com diferentes densidades (mais macias para encostos, mais firmes para assentos); - Conserto da Estrutura: reparo na madeira da estrutura (madeira de reflorestamento é comum), cintas elásticas, percintas e molas; - Reaproveitamento: renovar móveis antigos, mantendo a estrutura original, mas atualizando o design.	UNIDADE	150	R$ 223,00	R$ 33.450,00
6	**SERVIÇO DE ESTOFARIA - MACAS PEDIÁTRICAS** Especificações: - Troca de Tecido (REVESTIMENTO): substituição de tecidos velhos ou danificados por novos (LINHO, VELUDO, COURO, SUEDE, etc); - Troca de Espuma: substituição de espumas deformadas por novas, com diferentes densidades (mais macias para encostos, mais firmes para assentos); - Conserto da Estrutura: reparo na madeira da estrutura (madeira de reflorestamento é comum), cintas elásticas, percintas e molas; - Reaproveitamento: renovar móveis antigos, mantendo a estrutura original, mas atualizando o design.	UNIDADE	100	R$ 221,11	R$ 22.111,00
8	**SERVIÇO DE ESTOFARIA - POLTRONAS RECLINÁVEIS** Especificações: - Troca de Tecido (REVESTIMENTO): substituição de tecidos velhos ou danificados por novos (LINHO, VELUDO, COURO, SUEDE, etc); - Troca de Espuma: substituição de espumas deformadas por novas, com diferentes densidades (mais macias para encostos, mais firmes para assentos); - Conserto da Estrutura: reparo na madeira da estrutura (madeira de reflorestamento é comum), cintas elásticas, percintas e molas; - Reaproveitamento: renovar móveis antigos, mantendo a estrutura original, mas atualizando o design.	UNIDADE	100	R$ 479,00	R$ 47.900,00
9	**SERVIÇO DE ESTOFARIA – SOFÁS** Especificações: - Todos os tipos: fixos, retráteis, reclináveis, de canto. - Troca de Tecido (REVESTIMENTO): substituição de tecidos velhos ou danificados por novos (LINHO, VELUDO, COURO, SUEDE, etc); - Troca de Espuma: substituição de espumas deformadas por novas, com diferentes densidades (mais macias para encostos, mais firmes para assentos); - Conserto da Estrutura: reparo na madeira da estrutura (madeira de reflorestamento é comum), cintas elásticas, percintas e molas; - Reaproveitamento: renovar móveis antigos, mantendo a estrutura original, mas atualizando o design.	UNIDADE	100	R$ 1.548,00	R$ 154.800,00
VALOR TOTAL DA EMPRESA					**R$ 506.911,00**

Valor Total Homologado do Processo Licitatório: R$ 570.611,00 (quinhentos e setenta mil, seiscentos e onze reais).

Desconto relativo ao valor total homologado, em comparação ao valor total estimado em edital para o objeto: 54,30% (cinqüenta e quatro, vírgula, trinta por cento).

Conforme Propostas Financeiras, AMOSTRAS apresentadas em relação aos TECIDOS propostos relativos aos revestimentos que serão realizados, documentos de habilitação e declarações apresentados pelas empresas declaradas vencedoras em relação ao objeto, anexados aos autos referentes ao Processo Administrativo nº 22568/2026, HOMOLOGO o presente Pregão Eletrônico nº 61/2026, obedecendo as disposições e normas contidas e estipuladas na Lei Federal nº 14.133/2021, em 28 de setembro, do ano de 2026.

Registre-se e publique-se.

Alvorada/RS, 28 de setembro de 2026.

DOUGLAS MARTELLO DE SOUZA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Vanessa Lamb Finger
Código Identificador:52A6DBEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
LEI MUNICIPAL Nº 5.702, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES PARA A FUNÇÃO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE, VISANDO ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores, aprovado, sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar temporariamente, por tempo determinado e com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e nos artigos 131 e 131-A da Lei Municipal nº 4.125, de 18 de março de 2014, profissionais para o exercício da seguinte função pública junto à Secretaria Municipal de Saúde:

Item	Especificação	Detalhamento
I	Função	Assistente Administrativo de Saúde
II	Quantidade	até 37 (trinta e sete) profissionais
III	Carga horária semanal	40 (quarenta) horas
IV	Vencimento básico mensal	R$ 2.770,19 (dois mil, setecentos e setenta reais e dezenove centavos)
V	Habilitação e grau de instrução mínimo	Ensino Médio Completo

§ 1º. A contratação autorizada por este artigo se destina exclusivamente ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, consubstanciada na garantia de continuidade e regular funcionamento dos serviços administrativos operacionais nas unidades de saúde, até a realização do concurso público definitivo.

§ 2º. O prazo de vigência das contratações temporárias será de até 6 (seis) meses, admitida prorrogação por uma única vez, por igual ou inferior período, desde que demonstrada a necessidade pública e a manutenção das condições que ensejaram o ajuste emergencial.

§ 3º. A remuneração será proporcional à jornada normal trabalhada e obedecerá às prescrições legais vigentes para o cargo referido no art. 1º desta Lei.

§ 4º. As atribuições e os requisitos específicos da função de Assistente Administrativo de Saúde são aqueles fixados no Anexo I desta Lei, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.678, de 23 de junho de 2026.

Art. 2º. O preenchimento dos cargos que possuam candidatos aprovados em concurso público vigente será realizado mediante observância rigorosa da ordem de classificação, conforme previsão contida na Lei Municipal nº 4.125, de 18 de março de 2014.

Art. 3º. Na inexistência de candidatos aprovados em concurso público vigente que atendam aos requisitos e à jornada de trabalho exigida, o recrutamento far-se-á por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS) público, amplamente divulgado pelos meios oficiais de comunicação do Município.

§ 1º. O Processo Seletivo Simplificado consistirá na avaliação objetiva de títulos e na comprovação de experiência profissional prévia nas áreas de rotinas administrativas, preferencialmente vinculadas a serviços de saúde.

§ 2º. Em caso de empate na classificação final entre dois ou mais candidatos, a preferência será concedida sucessivamente:
I - ao candidato com maior tempo de experiência profissional comprovada nas áreas de rotinas administrativas vinculadas a serviços de saúde;
II - ao candidato com maior tempo de experiência em atividades administrativas gerais; e
III - ao candidato de maior idade.

§ 3º. A aprovação e classificação no Processo Seletivo Simplificado constituem mera expectativa de direito, não gerando direito subjetivo à imediata contratação temporária.

Art. 4º. O candidato convocado para contratação temporária deverá comparecer ao Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada no Centro Administrativo Municipal de Campo Bom, Avenida Independência, nº 800, no prazo improrrogável de dois dias úteis, contado da formal convocação, munido dos seguintes documentos:

I - declaração formal de inexistência de impedimento para assumir a função temporária, consubstanciada no não exercício de outro cargo, emprego ou função pública constitucionalmente inacumulável;
II - declaração de bens e valores atualizada que compõem o seu patrimônio privado;
III - atestado oficial de aptidão médica e mental fornecido pelo serviço pericial competente designado pelo Município;
IV - certidão de quitação das obrigações eleitorais;
V - certidão de quitação das obrigações militares, quando aplicável;
VI - documento oficial comprobatório de nacionalidade brasileira originária ou equiparada;
VII - comprovante de idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data do comparecimento;
VIII - comprovante de conclusão do Ensino Médio perante instituição de ensino reconhecida pelo órgão competente; e
IX - laudo médico pericial acompanhado de indicação do respectivo código de Classificação Internacional de Doenças, na hipótese de candidato inscrito para vagas destinadas a pessoas com deficiência.

§ 1º. O não comparecimento no prazo legal fixado ou a apresentação incompleta dos documentos exigidos implicará a perda sumária do direito à contratação, convocando-se imediatamente o candidato subsequente da lista classificatória.

§ 2º. O candidato que não tiver interesse na contratação poderá firmar termo expresso de renúncia dentro do prazo de apresentação documental, autorizando a imediata convocação do candidato classificado na sequência.

§ 3º. Após a assinatura do instrumento contratual, o contratado terá o prazo improrrogável de até 2 (dois) dias para entrar em efetivo exercício, tornando-se sem efeito a admissão caso descumprido esse prazo.

Art. 5º. As contratações autorizadas por esta Lei serão formalizadas mediante contrato administrativo, observadas as disposições da legislação municipal pertinente.

§ 1º É vedado atribuir ao contratado temporário encargos, funções ou atribuições diversas daquelas formalmente descritas para a função de Assistente Administrativo de Saúde.

§ 2º O servidor contratado temporariamente nos termos desta Lei responderá funcionalmente pelos deveres e proibições aplicáveis aos servidores públicos municipais de Campo Bom, submetendo-se a procedimento sumário em caso de apuração de falta disciplinar.

Art. 6º. O contrato administrativo extinguir-se-á, sem direito a qualquer indenização financeira:

I - pelo término do prazo contratual avençado;
II - pela homologação de concurso público definitivo e provimento efetivo dos cargos criados pela Lei Municipal nº 5.678/2026;
III - por iniciativa motivada do Poder Executivo, decorrente de conveniência administrativa, cessação da necessidade emergencial, insuficiência de desempenho profissional ou cometimento de falta disciplinar, mediante comunicação escrita;
IV - a pedido do servidor contratado, formalizado por escrito com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução e aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, ficando o Poder Executivo autorizado a promover os remanejamentos, transposições e suplementações que se fizerem necessários no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes, nos termos do respectivo impacto financeiro constante no Anexo II.

Art. 8º. O Poder Executivo Municipal regulamentará por Decreto as normas procedimentais complementares e o edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado no que couber.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 29 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 5.702, de 29 de setembro de 2026.
ANEXO I - Requisitos, Escolaridade e Descrição de Atribuições.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA:

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE
NÍVEL DE ESCOLARIDADE: Ensino Médio Completo
REGIME DE TRABALHO: Carga horária de 40 horas semanais
DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Executar serviços de apoio administrativo, logístico e operacional nas dependências das unidades de saúde e órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.
DESCRIÇÃO ANALÍTICA: Interpretar e aplicar normas administrativas vigentes e legislação do Sistema Único de Saúde (SUS) para fundamentar informações e orientar usuários; Executar o controle físico e eletrônico do almoxarifado de saúde, procedendo ao recebimento, conferência, estocagem e distribuição de medicamentos, materiais de consumo clínico, insumos odontológicos e equipamentos; Monitorar rigorosamente os prazos de validade e as condições de armazenamento (temperatura e umidade) de insumos e fármacos, reportando irregularidades; Proceder, de forma inexcusável, à abertura e ao fechamento das instalações físicas das Unidades Básicas de Saúde, Estratégias de Saúde da Família e Prontos Atendimentos nos horários regulamentares; Zelar pela segurança patrimonial e conservação dos equipamentos da unidade de saúde onde estiver lotado; Realizar o controle diário de assiduidade e pontualidade dos servidores da unidade de saúde, elaborando mapas de frequência e escalas de serviço conforme orientação da coordenação; Auxiliar no agendamento de consultas, exames e transportes eletivos de pacientes através dos sistemas informatizados de regulação; Redigir ofícios, memorandos, editais e relatórios de produtividade administrativa e técnica da unidade; Atender ao público externo e interno com urbanidade, realizando a recepção, o cadastro de usuários e a organização de prontuários médicos; Participar ativamente de comissões internas e reuniões de equipe para o planejamento das atividades da Secretaria de Saúde; Executar outras tarefas correlatas e afins, conforme a necessidade do serviço público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 29 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

LEI MUNICIPAL Nº 5.702, de 29 de setembro de 2026.
ANEXO II.
A - Impacto Orçamentário-Financeiro.

Demonstrativo dos valores referentes a contratação temporária de servidores para a função de Assistente Administrativo da Saúde.						
Cálculo referente ao Exercício de 2026						
CARGOS	**Quantidade de cargos Novos**	**Valor do Salário atual R$**	**ENCARGOS SOCIAIS MENSAIS igual a 16,4% - INSS e 8% FGTS =24,40%**	**TOTAL INDIVIDUAL MENSAL**	**Total Individualao ano c/ gratificação Natalina, e férias com o terço constitucional [= 13,33 vencimentos]**	**Despesa anual estimada em razão do número de cargos a serem criados**
Assistente Administrativo de Saúde - 40 hs.	**37**	R$ 2.770,19	R$ 675,93	R$ 3.446,12	R$ 45.936,73	R$ 1.699.659,05
TOTAL	**37**	**R$ 2.770,19**	**R$ 675,93**	**R$ 3.446,12**	**R$ 45.936,73**	**R$ 1.699.659,05**
Calculo referente ao exercício de 2027						
CARGOS	**Quantidade de cargos Novos**	**Valor do Salário atual R$**	**ENCARGOS SOCIAIS MENSAIS igual a 20,00% - INSS e 8,00% FGTS =28,00%**	**TOTAL INDIVIDUAL MENSAL**	**Total Individualao ano c/ gratificação Natalina, e férias com o terço constitucional [= 13,33 vencimentos]**	**Despesa anual estimada em razão do número de cargos a serem criados**
Assistente Administrativo de Saúde - 40 hs.	**37**	R$ 2.770,19	R$ 775,65	R$ 3.545,84	R$ 47.266,09	R$ 1.748.845,32
TOTAL	**37**	**R$ 2.770,19**	**R$ 775,65**	**R$ 3.545,84**	**R$ 47.266,09**	**R$ 1.748.845,32**
DESPESA TOTAL REFERENTE A 3 MESES DE 2026					**R$ 552.102,30**	
DESPESA TOTAL REFERENTE A 9 MESES DE 2027					**R$ 1.355.256,73**	
TOTAL					**R$ 1.907.359,03**	

Cabe a este Órgão o exame da Lei quanto à sua compatibilização e adequação com as Leis Orçamentárias relativas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária anual; bem assim, a análise da proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, na medida em que os gastos que advirão da implementação da Lei em pauta, enquadrar-se-ão na condição de despesa obrigatória de caráter continuado, sujeita, portanto, à observância do disposto no art. 17 §§ 1° e 2° do referido Diploma.

Pelo que dispõe o mencionado § 1°, do art. 17, da Lei Complementar n° 101/2000, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no Exercício em que entrar em vigor, e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio.

Por sua vez, o mencionado § 2°, do mesmo referido dispositivo legal, determina que tal ato deve ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

De outra banda, tratando-se de proposição de aumento de despesa com pessoal, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, especialmente no que refere as restrições e exceções contidas no respectivo § 1º, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional n° 19/98 (prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Mesmo que todos os cargos sejam efetivados podemos afirmar que o aumento máximo da Despesa proposta na Lei nº 5.622, de 09 de dezembro de 2025, Lei Orçamento-2026, não ultrapassará a importância de R$ 552.102,30 devido ao fato que neste exercício somente será possível a contratação temporária no mês de outubro. O cálculo apresentado para 2027, não ultrapassará o valor de R$ 1.355.256,73. Como está prevista no projeto de lei a contratação será por 6 meses, podendo ser prorrogado por mais 6 meses, portanto não teremos despesas para o exercício de 2028.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026 contempla o demonstrativo da margem de expansão das despesas de caráter continuado, e nos dá conta de que há margem líquida de expansão suficiente para absorver o Impacto Orçamentário-Financeiro decorrente do provimento dos cargos cuja criação é ora proposta.

Assim sendo, podemos afirmar que o Projeto de Lei se mostra compatível e adequado com o art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar n° 101/2000, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e de Orçamento para os Exercícios de 2026, e, notadamente, não prejudicará as metas de resultados fiscais previstos.

Consequentemente, entendemos que se trata de Projeto de Lei, orçamentária e financeiramente adequado, não oportunizando o extrapolamento do limite geral de despesas com pessoal.

Por conseguinte, podemos afirmar que a Lei em questão se mostra compatível e adequada com o disposto no art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar n° 101/2000, e com a Lei de Orçamento - LO para este Exercício de 2026.

Campo Bom, 29 de setembro de 2026.

NILSON PARNOW,
Secretário Municipal de Finanças.

LEI MUNICIPAL Nº 5.702, de 29 de setembro de 2026.
ANEXO II.
B) Declaração do Ordenador da Despesa.

Na qualidade de Ordenador da Despesa, declaro para os devidos fins, especialmente os constantes do art. 169 § 1º, da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026 e, da Lei Orçamentária para 2026, que a contratação emergencial objeto deste Projeto de Lei, assim como o aumento da despesa de tal medida decorrente - conforme impacto orçamentário, financeiro

constante do item "A" deste Anexo II, não provoca Impacto orçamentário e financeiro e portanto não causa nenhum prejuízo às metas e resultados previstos.

Campo Bom, 29 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:89A390E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
LEI MUNICIPAL Nº 5.703, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL PARA A FUNÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

GIOVANI BATISTA FELTES, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores, aprovado, sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar temporariamente, por tempo determinado e com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e nos arts. 131 e 131-A, inciso I, da Lei Municipal nº 4.125, de 18 de março de 2014, profissionais para o exercício da seguinte função pública junto à Secretaria Municipal de Obras:

Item	Especificação	Detalhamento
I	Função	Serviços Gerais de Construção Civil
II	Quantidade	até 15 (quinze) profissionais
III	Carga horária semanal	44 (quarenta e quatro) horas
IV	Vencimento básico mensal	1.682,76 (mil seiscentos e oitenta e dois reis e setenta e seis centavos)
V	Habilitação e grau de instrução mínimo	Nível Básico

§ 1º. A contratação autorizada por este artigo destina-se exclusivamente ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, diante da insuficiência temporária de pessoal para o desempenho das atividades inerentes à função de Serviços Gerais de Construção Civil no âmbito da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos, até que seja viabilizado o provimento efetivo das respectivas vagas.

§ 2º. O prazo de vigência das contratações temporárias será de até 1 (um) ano, admitida prorrogação por uma única vez, por igual ou inferior período, desde que demonstrada a necessidade pública e a manutenção das condições que ensejaram a contratação.

§ 3º. A remuneração será proporcional à jornada normal trabalhada e observará as disposições legais aplicáveis à função e à contratação temporária.

§ 4º. Aos contratados será devido adicional de insalubridade em grau máximo, correspondente a 24% (vinte e quatro por cento) do menor vencimento pago pelo Município, nos termos dos arts. 52 e 53 da Lei Municipal nº 4.125, de 18 de março de 2014, conforme caracterização constante do laudo técnico aplicável à função.

§ 5º. Aos contratados será assegurado vale-alimentação, no valor mensal de R$ 622,86 (seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), observadas as condições estabelecidas na legislação municipal aplicável.

§ 6º. As atribuições e os requisitos específicos da função de Serviços Gerais de Construção Civil são aqueles fixados no Anexo I desta Lei, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.145, de 2014.

Art. 2º. Em razão do esgotamento da lista de candidatos aprovados no concurso público para a função de Serviços Gerais de Construção Civil, sem o preenchimento integral das vagas existentes, o recrutamento dos profissionais de que trata esta Lei será realizado por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS) público, amplamente divulgado pelos meios oficiais de comunicação do Município.

§ 1º. O Processo Seletivo Simplificado consistirá na avaliação objetiva da experiência profissional comprovada em atividades compatíveis com as atribuições da função de Serviços Gerais de Construção Civil e prova de títulos, observados os critérios de pontuação estabelecidos no respectivo edital.

§ 2º. Em caso de empate na classificação final entre dois ou mais candidatos, a preferência será concedida sucessivamente:

I – ao candidato com maior tempo de experiência profissional comprovada em atividades de inerentes às atribuições do cargo de Serviços Gerais de Construção Civil, conforme descrição que consta na Lei Municipal nº 4.145/2014, de 08 de abril de 2014;

II – ao candidato com maior tempo de experiência profissional comprovada em atividades inerentes ao serviço de capina, poda de árvores, limpeza e embelezamento de vias públicas, praças, parques e jardins; e

III – ao candidato de maior idade.

§ 3º. A aprovação e a classificação no Processo Seletivo Simplificado constituem mera expectativa de direito, não gerando direito subjetivo à imediata contratação temporária.

Art. 3º. O candidato convocado para contratação temporária deverá comparecer ao Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situado no Centro Administrativo Municipal de Campo Bom, Avenida Independência, nº 800, no prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis, contado da formal convocação, munido dos seguintes documentos:

I – declaração formal de inexistência de impedimento para assumir a função temporária, consubstanciada no não exercício de outro cargo, emprego ou função pública constitucionalmente inacumulável;

II – declaração de bens e valores atualizada que compõem o seu patrimônio privado;

III – atestado oficial de aptidão para o exercício da função, fornecido pelo serviço competente designado pelo Município;

IV – certidão de quitação das obrigações eleitorais;

V – comprovação de quitação das obrigações militares, quando aplicável;

VI – documento oficial comprobatório de nacionalidade brasileira, na forma da legislação aplicável;

VII – comprovante de idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data do comparecimento; e

VIII – comprovante do atendimento ao requisito de escolaridade mínima exigido para a função.

§ 1º. O não comparecimento no prazo fixado ou a apresentação incompleta dos documentos exigidos implicará a perda do direito à contratação, convocando-se o candidato subsequente da lista classificatória.

§ 2º. O candidato que não tiver interesse na contratação poderá apresentar manifestação expressa de desistência dentro do prazo de apresentação documental, autorizando a convocação do candidato classificado na sequência.

§ 3º. Após a assinatura do instrumento contratual, o contratado terá o prazo improrrogável de até 2 (dois) dias para entrar em efetivo exercício, tornando-se sem efeito a contratação caso descumprido esse prazo.

Art. 4º. As contratações autorizadas por esta Lei serão formalizadas mediante contrato administrativo, observadas as disposições da legislação municipal pertinente.

§ 1º. É vedado atribuir ao contratado temporário encargos, funções ou atribuições diversas daquelas formalmente descritas para a função de Serviços Gerais de Construção Civil.

§ 2º. O contratado temporariamente nos termos desta Lei responderá funcionalmente pelos deveres e proibições aplicáveis aos servidores públicos municipais de Campo Bom, observada a legislação municipal pertinente.

Art. 5º. O contrato administrativo extinguir-se-á, sem direito a indenização:

I – pelo término do prazo contratual;

II – pelo provimento efetivo da respectiva vaga;

III – por iniciativa motivada do Poder Executivo, em decorrência da cessação da necessidade temporária, insuficiência de desempenho profissional ou cometimento de falta disciplinar, observada a legislação municipal aplicável; ou

IV – a pedido do contratado, formalizado por escrito.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução e aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos, ficando o Poder Executivo autorizado a promover os remanejamentos, transposições e suplementações que se fizerem necessários no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes, nos termos do respectivo impacto financeiro constante no Anexo II.

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar, por Decreto, as normas procedimentais complementares e o edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado, no que couber.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2027, vedada a celebração de novas contratações após essa data, sem prejuízo da continuidade dos contratos celebrados durante a sua vigência, observado o prazo estabelecido no § 2º do art. 1º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 29 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,
Secretária Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 5.703, de 29 de setembro de 2026.
ANEXO I.

REQUISITOS, ESCOLARIDADE E DESCRIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES

FUNÇÃO: SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL
FORMA DE CONTRATAÇÃO: Contratação temporária, mediante Processo Seletivo Simplificado
NÍVEL: Básico
NÍVEL DE ESCOLARIDADE: Ensino Fundamental Incompleto (50%)
REGIME DE TRABALHO: Carga horária semanal de 44 horas
ATRIBUIÇÕES: Empreender serviços de construção civil, abrangendo pavimentação de leitos de ruas e estradas, abertura de bueiros e valas, edificação de pontes e pontilhões; auxiliar na realização de trabalhos elétricos e hidráulicos de pouca complexidade; realizar serviços de pintura; carregar e descarregar materiais de construção civil em geral, e organizá-los; preparar argamassa; auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais; auxiliar em serviços de abastecimentos de veículos; quebrar britar pedras; operar máquinas e equipamentos de pequeno porte, serras, máquinas de fabricar tela de arame e similares; desobstruir bueiros; recolher entulhos; empreender todas as atividades afetas à respectiva função, e realizar, como zelo, as tarefas que lhe forem atribuídas por seus superiores hierárquicos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 29 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

LEI MUNICIPAL Nº 5.703, de 29 de setembro de 2026.
ANEXO II.
A - Impacto Orçamentário-Financeiro.

Demonstrativo do valor referente a contratação temporária de servidores para a função de Serviços Gerais de Construção Civil para a Secretaria de Obras.

CÁLCULO REFERENTE AO EXERCICIO DE 2026

CARGOS	Quantidade de cargos Novos	Valor do Salário atual R$	Valor Insalubridade 24% s/menor vencmento – R$	TOTAL R$	ENCARGOS SOCIAIS MENSAIS igual a 16,4% - INSS e 8% FGTS =24,40%	TOTAL INDIVIDUAL MENSAL – R$	Total Individualao ano c/ gratificação Natalina, e férias com o terço constitucional [= 13,33 vencimentos]-R$	Despesa anual estimada em razão do número de cargos a serem criados - R$
Serviços Gerais de Construção Civil-44hs	**15**	1.682,76	403,86	2.086,62	509,14	2.595,76	34.601,42	519.021,27
TOTAL	**15**	**1.682,76**	**403,86**	**2.086,62**	**509,14**	**2.595,76**	**34.601,42**	**519.021,27**

CÁLCULO REFERENTE AO EXERCICIO DE 2027

CARGOS	Quantidade de cargos Novos	Valor do Salário atual R$	Valor Insalubridade 24% s/menor vencimento – R$	TOTAL R$	ENCARGOS SOCIAIS MENSAIS igual a 20,00% - INSS e 8% FGTS =24,40%	TOTAL INDIVIDUAL MENSAL – R$	Total Individualao ano c/ gratificação Natalina, e férias com o terço constitucional [= 13,33 vencimentos]-R$	Despesa anual estimada em razão do número de cargos a serem criados - R$
Serviços Gerais de Construção Civil-44hs	**15**	1.682,76	403,86	2.086,62	584,25	2.670,87	35.602,75	534.041,18
TOTAL	**15**	**1.682,76**	**403,86**	**2.086,62**	**584,25**	**2.670,87**	**35.602,75**	**534.041,18**

DESPESA TOTAL REFERENTE 3 MESES DE 2026	**R$ 168.594,31**
DESPESA TOTAL REFERENTE 12 MESES DE 2027	**R$ 534.041,18**
DESPESA TOTAL REFERENTE 9 MESES DE 2028	**R$ 413.851,86**
TOTAL	**R$ 1.116.487,35**

Cabe a este Órgão o exame da Lei quanto à sua compatibilização e adequação com as Leis Orçamentárias relativas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária anual; bem assim, a análise da proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, na medida em que os gastos que advirão da implementação da Lei em pauta, enquadrar-se-ão na condição de despesa obrigatória de caráter continuado, sujeita, portanto, à observância do disposto no art. 17 §§ 1° e 2° do referido Diploma.

Pelo que dispõe o mencionado § 1°, do art. 17, da Lei Complementar n° 101/2000, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no Exercício em que entrar em vigor, e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio.

Por sua vez, o mencionado § 2°, do mesmo referido dispositivo legal, determina que tal ato deve ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

De outra banda, tratando-se de proposição de aumento de despesa com pessoal, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, especialmente no que refere as restrições e exceções contidas no respectivo § 1º, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional n° 19/98 (prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Mesmo que todos os cargos sejam efetivados podemos afirmar que o aumento máximo da Despesa proposta na Lei nº 5.622, de 09 de dezembro de 2025, Lei Orçamento-2026, não ultrapassará a importância de R$ 168.594,31 devido ao fato que neste exercício somente será possível a contratação temporária no mês de outubro. O cálculo apresentado para 2027, não ultrapassará o valor de R$ 534.041,18. Como está prevista no projeto de lei a contratação será por 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses portanto, para 2028 teremos somente 9 meses que representam o valor de R$ 413.851,86, caso todas a vagas sejam preenchidas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026 contempla o demonstrativo da margem de expansão das despesas de caráter continuado, e nos dá conta de que há margem líquida de expansão suficiente para absorver o Impacto Orçamentário-Financeiro decorrente do provimento dos cargos cuja criação é ora proposta.

Assim sendo, podemos afirmar que o Projeto de Lei se mostra compatível e adequado com o art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar n° 101/2000, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e de Orçamento para os Exercícios de 2026, e, notadamente, não prejudicará as metas de resultados fiscais previstos.

Consequentemente, entendemos que se trata de Projeto de Lei, orçamentária e financeiramente adequado, não oportunizando o extrapolamento do limite geral de despesas com pessoal.

Por conseguinte, podemos afirmar que a Lei em questão se mostra compatível e adequado com o disposto no art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar n° 101/2000, e com a Lei de Orçamento - LO para este Exercício de 2026.

Campo Bom, 29 de setembro de 2026.

NILSON PARNOW,
Secretário Municipal de Finanças.

LEI MUNICIPAL Nº 5.703, de 29 de setembro de 2026.
ANEXO II.
B) Declaração do Ordenador da Despesa.

Na qualidade de Ordenador da Despesa, declaro para os devidos fins, especialmente os constantes do art. 169 § 1º, da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026 e, da Lei Orçamentária para 2026, que a contratação emergencial objeto deste Projeto de Lei, assim como o aumento da despesa de tal medida decorrente - conforme impacto orçamentário, financeiro constante do item "A" deste Anexo II, não provoca Impacto orçamentário e financeiro e portanto não causa nenhum prejuízo às metas e resultados previstos.

Campo Bom, 29 de setembro de 2026.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:AD47BB43

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICIPIO DE CAMPO NOVO - RS	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Entidade: Consolidado	
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até 4º Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	39.359.470,56
Previsão Atualizada	39.359.485,38
Receitas Realizadas	29.418.598,52
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	8.859.793,62
DESPESAS	
Dotação Inicial	39.359.470,56
Dotação Atualizada	55.105.600,77
Despesas Empenhadas	30.756.999,76
Despesas Liquidadas	26.687.818,95
Despesas Pagas	25.908.561,26
Superávit Orçamentário	2.730.779,57
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até 4º Bimestre**
Despesas Empenhadas	30.756.999,76
Despesas Liquidadas	26.687.818,95
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até 4º Bimestre**
Receita Corrente Líquida	42.674.098,49
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	41.205.747,49
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	41.069.995,49

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	**Até 4º Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	0,00
Receitas Realizadas	0,00
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidadas	0,00
Despesas Pagas	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 4º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	1.149.631,08	4.409.139,87	383,53
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	3.276.481,94	2.720.631,07	83,04

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até 4º Bimestre	Pag. Até 4º Bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	191.803,41	0,00	182.846,05	8.957,36
Poder Executivo	184.577,78	0,00	175.620,42	8.957,36
Poder Legislativo	7.225,63	0,00	7.225,63	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.775.626,55	498.086,00	886.338,86	391.201,69
Poder Executivo	1.771.073,26	498.086,00	882.405,57	390.581,69
Poder Legislativo	4.553,29	0,00	3.933,29	620,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Publico	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.967.429,96	498.086,00	1.069.184,91	400.159,05

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 4º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 4º Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.817.023,46	25,00	25,46
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.814.183,77	70,00	79,54
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até 4º Bimestre		Saldo Não Realizado	
Receita de Operação de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	3.947.013,64		6.752.887,39	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até 4º Bimestre		Saldo a Realizar
Receitas de Alienação de Ativos	6.298,90		112.877,25
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	102.000,00		119.176,15
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até 4º Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
		%Mínimo a Aplicar no Exer.	**% Aplicado Até 4º Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.505.635,34	15,00	20,41
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CAMPO NOVO. Emissão: 28/09/2026, às 08:51:40.			
NOTA:			

Publicado por:
Fernanda Bresolin Vieira
Código Identificador:7E17FBF7

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SÚMULA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Termo de Credenciamento nº: 44/2026 de 29/09/2026.
Credenciado: Ismael Ruben Ianke LTDA, CNPJ 15.736.146/0001-77.
Objeto: Execução de serviços laboratoriais de confecção de Próteses Odontológicas, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Programa Brasil Sorridente conforme segue:

Item	Código Interno Serviço	Descrição do Objeto	Unidade de Apresentação	Quantidade Anual	Valor Unitário

01	9980	Prótese Total (Mandibular e/ou Maxilar).	Unidade	200	R$ 460,33
02	9981	Prótese Total com Tela Fundida (Mandibular).	Unidade	20	R$ 582,22
03	9982	Prótese Parcial Removível com Estrutura Metálica (Mandibular e/ou Maxilar).	Unidade	250	R$ 603,27
04	9983	Prótese Parcial Removível Provisória (Mandibular e/ou Maxilar).	Unidade	30	R$ 349,33
05	9984	Reembasamento de Próteses Dentárias.	Unidade	50	R$ 144,00
06	9985	Conserto de Próteses Dentárias (Parcial ou Total).	Unidade	100	R$ 133,02

Vigência: 12 (doze) meses a contar de 29/09/2026.
Base Legal: Processo Administrativo nº 266/2026, Chamamento Público / Credenciamento nº 03/2026.

MÁRCIO ANDRÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo da Silva
Código Identificador:5FD896E4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGUEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
TERMO ADITIVO Nº 41.2026

TERMO ADITIVO nº 41/2026
Vinculado ao Pregão Eletrônico nº57.2025
Contrato nº34.2025
Processo nº548.2025
Termo Aditivo para inclusão de um veículo, com percentual de 0,24%(zero virgula vinte sete por cento),somando um percentual de 5,64%(cinco virgula sessenta e quatro)por cento, no total do contrato, celebrado entre o **Município de Formigueiro**, CNPJ sob nº 97.228.126/0001-50, neste ato representado pelo Senhor Cristiano Cezar Cassol Rubert, Prefeito Municipal do município de Formigueiro, doravante denominado "CONTRATANTE", e a empresa, **PORTO SEGURO E CIA DE SEGUROS GERAIS,** inscrita no CNPJ sob **nº61.198.164/0001-60**, com sede à Avenida Rio Branco, nº 1489, Rua Guaianases nº238, Bairro: Campos Eliseos, CEP 01.2025-001, na cidade de São Paulo, - SP, Telefone:(011)3366 3258, email:contratos.autofrota@portoseguro.com.br, neste ato representada pelos senhores Marcelo Augusto Ferreira, inscrito no CPF sob nº247.859.438-23 e RG nº25.070.875-9, SSP/SP, brasileiro residente e domiciliado na Rua Avenida Rio Branco, nº 1489, Rua Guaianases nº238, Bairro: Campos Eliseos, CEP 01.2025-001, na cidade de São Paulo, - SP e Lauro Cesar Gastaldi, inscrito no CPF sob nº089.792.108-92 e RG nº16447032, SSP/SP, brasileiro residente e domiciliado na Rua Avenida Rio Branco, nº 1489, Rua Guaianases nº238, Bairro: Campos Eliseos, CEP 01.2025-001, na cidade de São Paulo, - SP, doravante denominada "CONTRATADA", ajustam e acordam o presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, que será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, bem como, com o que dispõe a Lei nº 14.133/21, com suas devidas alterações e supletivamente, com as normas legais de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DOS SERVIÇOS:
I- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros veicular, conforme Termo de referência em anexo.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO:
II- O valor a ser pago pela execução dos serviços de seguros veicular será de R$**152,31**(cento e cinquenta e dois reais com trinta e um centavos), para o período de 20(vinte) dias, ou seja do dia 26 de setembro de 2026 até a data de 14 de outubro de 2026.
III- Todas as despesas com os custos para execução do contrato, como tributos e legislação trabalhista, incidentes sobre o objeto contratado, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada.
IV.Os veículos segurados possuem as seguintes características:

Item	Apres.	Qtde.	Descrição (Seguro Total Anual)	VALOR DA FRANQUIA R$	VALOR DO PRÊMIO R$
01	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: Sandero SZE10MT Placa: JBV9E12 Chassi: 93Y5SRT5GRJ541674 Renavan: Ano/Modelo: 2023 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 05	R$2.090,00	R$836,55
02	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: Chevrolet Onix 10MT/LT2/LT1/LT4/LT3 Placa: JBJ2B43 Chassi: 9BGEB69AONG204702 -Renavan: 104734 Ano/Modelo: 2022 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 05	R$1.974,00	R$933,47
03	Serviço	01	Veículo Automóvel Marca/Modelo: Fiat Cronos 1.3 Flex 4P Placa: JBK5D90 Chassi: 8AP359ACDNU21872 -Renavan: 1177804 Ano/Modelo: 2022 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 05	R$1.994,00	R$912,80
04	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: Fiat Cronos 1.3 Flex 4P Placa: JBK5D93 Chassi: 8AP359ACDNU220427 Renavan: 177804 Ano/Modelo: 2022 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 05	R$1.994,00	R$912,80
05	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: Chevrolet / Cruze Placa: JBL9F05 Chassi: 8AGBY69S0PR10961 -Renavan:	EXCLUSÃO POR MOTIVO DE SINISTRO	EXCLUSÃO POR MOTIVO DE SINISTRO

			Ano/Modelo: 2022 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 05		
06	Serviço	01	Veículo: Picape Marca/Modelo: Fiat / Toro Volcano Placa: IXK6834 - Chassi:988226175HKA59269 -Renavan:010962278100 Ano/Modelo: 2016 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 05	R$2.866,00	R$1.261,98
07	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: Citroen / Aicross Start Placa: PBN8B57 Chassi: 935SUNFN1KB513039 -Renavan: 01173696846 Ano/Modelo: 2019 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 05	R$1.544,00	R$817,25
08	Serviço	01	Veículo: Utilitário Marca/Modelo: Renault kangoo Placa: IVT1205 Chassi: 8ª1FC1415FL406919 Renavan: 01075102186 Ano/Modelo: 2017/2018 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 02	R$1.235,00	R$869,26
09	Serviço	01	Veículo: Utilitário Marca/Modelo: Fiat Strada Working Placa: IWN7469 Chassi: 9BD57824UF966376 Renavan: 01048995671 Ano/Modelo:2015 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 02	R$1.467,00	R$952,25
10	Serviço	01	Veículo: Utilitário Marca/Modelo: Fiat / Strada Hard Working Cabine Simples CC E Placa: JAB3C60 Chassi: 9BD5781FFLY417375 - Renavan: 01230070521 Ano/Modelo: 2020 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 02	R$1.749,00	R$1.010,59
11	Serviço	01	Veículo: Utilitário Marca/Modelo: Fiat / Strada Hard Working Cabine Simples CC E Placa: JAB3J26 Chassi: 9BD5781FFLY41737 - Renavan: 01230190705 Ano/Modelo: 2020 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 02	R$1.749,00	R$1.010,59
12	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: Chevrolet SPIN 18L AT Placa: IZS4G98 Chassi: 9BGJP7520LB106470 Renavan: 01075102186 Ano/Modelo: 2019/2020 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 07	R$2.202,00	R$1.056,99
13	Serviço	01	Veículo: Utilitário Marca/Modelo: Renault Kangoo Express Placa: DDC8C14 Chassi: 8A1FC271151438814 Renavan: 01179374271 Ano/Modelo:2017 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 02	R$1.700,00	R$975,98
14	Serviço	01	Veículo: Ambulância Marca/Modelo: Mercedes Bens Sprinter Placa:JBH9904 - Chassi:8AC907843NE123744 Renavan: Ano/Modelo: 2022 Classe: Ambulâncias Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$7.321,00	R$1.927,17
15	Serviço	01	Veículo: Ambulância Marca/Modelo: Renault Master Raytec Placa: IYY3965 Chassi: 93YMAFEXCKJ600928 Renavan: 01173955418 Ano/Modelo: 2018/2019 Classe: Ambulâncias Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$5.540,00	R$1.893,64
16	Serviço	01	Veículo: Unidade Móvel Volkswagem Marca/Modelo: Eurobeu Especial Placa: IWQ0588 - Chassi: 9532M52PXFR519786 Ano/Modelo: 2015 Classe: Ambulâncias Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$7.463,00	R$1.270,38
17	Serviço	01	Veículo: Micro Ônibus Marca/Modelo: Volare w8 Placa: INN4384 Chassi: 93PB12E3P7C020367 Renavan: 00904796027 Ano/Modelo: 2006 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$2.244,00	R$920,51

18	Serviço	01	Veículo: Micro Ônibus Marca/Modelo: VW / Neobus Mini Esc. Placa: IZK8G49 Chassi:9532M52PXLR014164 Renavan: 01198747770 Ano/Modelo: 2019/2020 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$11.810,00	R$1.181,54
19	Serviço	01	Veículo: Micro Ônibus Marca/Modelo: Volare V6 Placa: IST4229 Chassi: 93PB36K2MCC038886 Renavan: 450036898 Ano/Modelo: 2011/2012 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$2.577,00	R$991,05
20	Serviço	01	Veículo: Ônibus Marca/Modelo: Volks 15190 Placa: IPM7679 Chassi: 9BWR882W79R921047 Renavan: 123048540 Ano/Modelo: 2008/2009 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$4.387,00	R$1.774,94
21		01	Veículo: Ônibus Marca/Modelo: Volks / 15190 Placa: IPM7681 Chassi: 9BWR882W59R921113 Renavan: 123048290 Ano/Modelo: 2008/2009 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$4.387,00	R$1.774,94
22	Serviço	01	Veículo: Ônibus Marca/Modelo: Volks 15190 Placa: ipm7682 Chassi: 9BWR882W49R920941 Renavan: 123048435 Ano/Modelo: 2008/2009 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$4.387,00	R$1.774,94
23	Serviço	01	Veículo: Ônibus Marca/Modelo: Mercedes 1519 Placa: IVR6874 Chassi: 9BM384069EB952073 Renavan: 01013615244 Ano/Modelo: 2014 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$7.354,00	R$1.871,27
24	Serviço	01	Veículo: Micro Ônibus Marca/Modelo: Volare Placa: IRF6026 Chassi: 9BYC36X129C000210 Renavan: 253490332 Ano/Modelo: 2009 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$1.571,00	R$964,06
25	Serviço	01	Veículo: Caminhão Marca/Modelo: Agrale Placa: ISD9824 Chassi: 9BYC48A2ABC000688 - Renavan: 340266163 Ano/Modelo: 2011 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$2.381,00	R$1.296,84
26	Serviço	01	Veículo: Caminhão Marca/Modelo: 13.000 TCA Placa: IQU8745 Chassi: 9BYC48A2AAC000454 - Renavan: 21208656561 Ano/Modelo: 2010 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$2.323,00	R$1.255,47
27	Serviço	01	Veículo: Caminhão Marca/Modelo: 13.000 TCA Placa: IQU8735 Chassi: 9BYC48A2AAC006471 - Renavan: 00212086561 Ano/Modelo: 2010 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$2.323,00	R$1.255,47
28	Serviço	01	Veículo: Caminhão Marca/Modelo: Mercedes Benz Placa: IVP8198 Chassi: 9BM693388EB959044 Renavan: 011010365085 Ano/Modelo: 2014 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$9.878,00	R$2.385,24
29	Serviço	01	Veículo: Caminhão Marca/Modelo: Agrale 6000D Placa: IPM3048 Chassi: 9BYC2462X7C30902 Renavan: 00121643921 Ano/Modelo: 2007 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$1.320,00	R$967,93
30	Serviço	01	Veículo: Caminhão Marca/Modelo: Volkswagem/ Placa: ILR7735 Chassi: 9BW1K82774R413951 Renavan: 00822800748 Ano/Modelo: 2004 Classe: Pesados	**R$**4.097,00	R$1.327,88

			Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):		
31	Serviço	01	Veículo: Caminhão Marca/Modelo: Agrale Placa: INB5896 Chassi: 9BYC24L3V6C00765 Renavan: 882040340 Ano/Modelo: 2005/2006 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$1.270,00	R$963,32
32	Serviço	01	Veículo: Caminhão Marca/Modelo: Daily 55-170CS Placa: JAC9E73 Chassi: 93Z053CZL8491415 Renavan: 01233320049 Ano/Modelo: 2020 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$3.486,00	R$1.391,88
33	Serviço	01	-Veículo Caminhão, zero km, trucado equipado com caçamba basculante Marca/Modelo: Placa: JCK0B58 Chassi: 93ZE62LMZP8702029 Renavan: 01372356450 Ano/Modelo: 2023 Classe: Pesados	R$11.004,00	R$2.552,54
34	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: Fiat CRONOS DRIVE Placa: JCW8G59 -Chassi: 8AP359AFRSU402152 - Renavan: -Ano/Modelo: 2024/2025 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 04	R$2.545,00	R$916,33
35	Serviço	01	-Veículo Caminhão Marca/Modelo: Placa: JDB8C56 - Chassi: 93ZE62LMZS8706393 - Renavan: Ano/Modelo: 2024/2025 - Classe: Pesados	R$14.096,00	R$2.587,78
36	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: CHEVROLET SPIN Placa: JDF4i57 -Chassi: 9BGJP7520SB123579 - Renavan: -Ano/Modelo: 2024/2025 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 04	R$3.928,00	R$1.228,28
37	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: RENALT/ KWID INTENSE 1.0 FLEX Placa: JDF8A49 -Chassi: 93YRBB007SJ110134 - Renavan: -Ano/Modelo: 2024/2025 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 04	R$1.893,00	R$862,90
38	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: RENALT/OROCH INTENSE 1.6 FLEX Placa: JDF8A57 -Chassi: 93Y9SR8V6SJ121479 - Renavan: -Ano/Modelo: 2024/2025 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 04	R$3.248,00	R$1.022,38
39	Serviço	01	Veículo: VAN Marca/Modelo: TRANSIT MINIBUS VIDRADA Placa: JDE6i38 Chassi: WF0JTTBF7SU017448 Renavan: XXXXXXX Ano/Modelo: 2024/2025 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 17	R$9.370,00	R$1.931,39
40	Serviço	01	Veículo: VAN Marca/Modelo:FORD TRANSIT MINIBUS VIDRADA Placa: JDG2E04 Chassi: WF0JTTBF5SU017769 Renavan: Pesados Ano/Modelo: 2024/2025 Classe: XXXX Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$9.370,00	R$1.931,39
41	Serviço	01	Veículo: VAN Marca/Modelo:FORD TRANSIT MINIBUS VIDRADA Placa: JDG2E03 -Chassi: WF0JTTBF5SU017775 - Renavan: -Ano/Modelo: 2024/2025 Classe:Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):17	R$9.370,00	R$1.931,39
42	Serviço	01	Veículo: Micro Ônibus Marca/Modelo: Volare w8 Placa: INN4384 Chassi: 93PB12E3P7C020367 Renavan: 00904796027 Ano/Modelo: 2006 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): - Transporte coletivo exigido pelo DAER (Cadastro no DAER ou METROPLAN) Marcopolo Minibus, Volare W8 (escolar) ano 2006/2007, Placas INN 4384, Chassi 93PB12E3P7C020367, local de risco Formigueiro– RS, Cobertura C.I.R.	R$2.244,00	R$955,46

43	Serviço	01	Veículo: Micro Ônibus Marca/Modelo: Volare Placa: IRF6026 Chassi: 9BYC36X129C000210 Renavan: 253490332 Ano/Modelo: 2009 Classe: Pesados Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): Transporte coletivo exigido pelo DAER (Cadastro no DAER ou METROPLAN) Agrale MA (ônibus) 12.0 E Tronic, ano 2009/2009, Placas IRF 6026, Chassi 9BYC36X129C000210, local de risco Formigueiro – RS, Cobertura C.I.R.	R$1.571,00	R$955,46
44	Serviço	01	-VEICULO:ônibus IVECO -MARCA/MODELO IVECO/BUS 15-210E-C -Placa JDL0J63. -CHASSI:93ZK61LFZS8710238 -RENAVAN:416087 -ANO/MODELO:2024/2025 Classe:Pesados -Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):60	R$11.532,00	R$1.715,41
45	Serviço	01	Veículo: Ambulância Marca/Modelo: Renault Master JI MO AMB Placa: TQP0J91 Chassi: 93YF62SO5TJ211310 Renavan: 01442515861 Ano/Modelo: 2025/2026 Classe: Ambulâncias - Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):	R$7.235,00	R$1.934,85
INCLUSÃO DE VEICULOS EM 2025					
46	Serviço	01	Veiculo SPIN 18L AT PREMIER Marca /Modelo: CHEVROLET SPIN Placa:TQX 4H81 Chassi:9BGJP7520TB117139 Renavan:01466488872 Ano/Modelo: 2025/2026 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 04		R$1.390,01
INCLUSÃO DE VEICULOS EM 2026					
47	Serviço	01	Veiculo MICRO ONIBUS VW/ NEOBUS8.180 E VW/NEOBUS 8.180E Marca /Modelo: VOLKSWAGEN Placa: TRB6E12 Chassi: 953AD5TF0TR031816 Renavan:400376 Ano/Modelo: 2025/2026 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 30	R$ 10.604,00	R$1.283,47
48	Serviço	01	Veículo: Automóvel Marca/Modelo: CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ Placa: IVR0G99 Chassi: 9BGJC75Z0FB113272 Renavan: 01012694787 Ano/Modelo: 2014/2015 Classe: Leves Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros): 07	R$2.314,00	R$367,46
49	Serviço	01	-VEICULO:AGRALE/ITALBUS NASCERE E - ONIBUS MA 10.0 - E a Diesel -Placa TRN0J77 -CHASSI: 9BYCATAKAVC000106 -RENAVAN: 01512347768 -ANO/MODELO:2026/2027 Classe:Pesados -Capacidade de Ocupantes (Motorista + passageiros):45	R$17.000,00	R$169,18
50	Serviço	01	VEÍCULO: CHERY - TIGGO 8 PRO 1.6 16V TGDI ANO/MODELO: 2026/2027 CÓDIGO FIPE: 930180 0Km: Sim PLACA: TRO0F49 QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 7 COMBUSTÍVEL: Gasolina	R$5.500,00	R$61,17
51	Serviço	01	VEÍCULO: RENAULT - KWID ZEN 1.0 12V FLEX ANO/MODELO: 2026/2026 CÓDIGO FIPE: 252662 0Km: Sim PLACA: TRN8I69 CHASSI: 93YRBB006TJ713397 QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 5 COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	R$2.100,00	R$45,57
52	Serviço	01	EÍCULO: RENAULT - KWID ZEN 1.0 12V FLEX ANO/MODELO: 2026/2026 CÓDIGO FIPE: 252662 0Km: Sim PLACA: TRN8I68 CHASSI: 93YRBB007TJ638502 QUANTIDADE DE PASSAGEIROS: 5 COMBUSTÍVEL: Gasolina	R$2.100,00	R$45,57
Valor do Termo Aditivo:R$152,31(cento e cinquenta e dois reais com trinta e um centavos). **VALOR TOTAL CONTRATO: R$62.626,97** (sessenta e dois mil seiscentos e vinte seis reais com noventa e sete centavos).					

II-Todos os veículos cobertos pela apólice de seguro deverão ter, no mínimo, as seguintes coberturas:
a)Veículos (Casco-Compreensivo) - Danos ao veículo, Roubo e Furto, Incêndio e Fenômenos da Natureza, entre outros: 100% da Tabela Fipe;
b)Danos Materiais a terceiros: R$ 200.000,00;
c)Danos Corporais por ocupante ou por terceiro: R$ 100.000,00;
d)Danos Morais por ocupante ou por terceiro: R$ 30.000,00;
e)Morte por ocupante ou por terceiro: R$ 50.000,00;
f)Invalidez Permanente por ocupante ou por terceiro: R$ 50.000,00;
g)Despesas Médico-Hospitalares por ocupante ou por terceiro: R$ 30.000,00.
h)Carro reserva - **Apenas para as categorias Leves e utilitários**;
i)Cobertura de Periféricos: Vidros laterais, para-brisa dianteiro e traseiro, faróis, retrovisores e lanternas;
j)Assistência 24 horas: Incluindo serviços como reboque, troca de pneu, carga de bateria, chaveiro, assistência em caso de pane e transporte emergencial.
VII.O valor máximo das franquias (Casco) não poderá exceder 3% (três por cento) do **Valor de Mercado Referenciado – Tabela FIPE (100%)** do veículo, devendo o valor da franquia de periféricos (mínimo: Vidros/faróis/lanternas/retrovisores/para-brisa) ser fixada em patamar não superior a 30% (trinta por cento) da franquia do casco.
VIII-Todos os custos com a contratação das apólices de seguros deverão estar contemplados dentro da proposta financeira no valor do Seguro, não sendo admitidos quaisquer acréscimos aos valores da proposta.

IX-Todos os veículos segurados terão assistência de remoção (guincho) de até 400 (quatrocentos) quilômetros, quando do acionamento por sinistros (acidentes ou problemas insanáveis de forma rápida).
X-Quando o acionamento por pane seca ou problemas elétricos e/ou mecânicos, a remoção do veículo segurado poderá se dar até o posto de abastecimento mais próximo (pane seca) ou até a concessionária mais próxima (problema mecânico ou elétrico).
XI- Para os **veículos da categoria leve e utilitários**, deve ser disponibilizado carro reserva com características semelhantes ao veículo segurado, pelo prazo de até 15 (quinze) dias corridos, com quilometragem livre, disponibilizado em no máximo o próximo dia útil seguinte ao acionamento do seguro, a ser entregue em Formigueiro/RS.
XII- Indicar antes da assinatura do contrato**,** o representante legal gestor do contrato perante a Contratada, bem como, o corretor de seguro, que será responsável por toda e qualquer comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, para fins de acionamento de sinistros, bem como, de acompanhamento até a solução final, inclusive, por e-mail e telefone celular; eventual substituição do representante legal e corretor de seguros responsáveis deverá ser comunicada a CONTRATANTE, com antecedência de 5 (cinco) dias úteis;
XIII. Após o acionamento do sinistro, a CONTRATADA tem o prazo de até 30 (trinta)
dias úteis para realizar todo o trâmite, incluindo reparo completo do veículo e/ou com
encerramento e pagamento das coberturas, quando for o caso.
XV. Emissão da Apólice de seguro individualizada por cada veículo, com resumo da contratação e números de contato e resgate, quando for o caso;
XVI. Todos os acionamentos deverão ter início imediatamente após o acionamento e o resgate/recurso deverá chegar em no máximo 01 (uma) hora a cada 70 (setenta) quilômetros de distância da cidade mais próxima.
XVII.A CONTRATADA deverá dispor de uma **rede credenciada de oficinas** que atenda a **raio máximo de 70 (setenta) quilômetros** a partir da localização da **CONTRATANTE** (Município de Formigueiro). Essa rede deverá contar com, no mínimo, **5 (cinco) oficinas credenciadas**, devidamente qualificadas e aptas a realizar os reparos necessários nos veículos cobertos pelo seguro.
XVIII. Na eventualidade de a CONTRATADA não conseguir garantir o atendimento dentro desse raio, ou em casos em que a **CONTRATANTE** apresente **justificativa plausível** relacionada a:
a)Prazo inadequado para a realização dos serviços, excedendo o tempo aceitável para o conserto dos veículos,
b)Qualidade insatisfatória nos reparos realizados por oficinas da rede credenciada, Ou **eventual problema anterior** com o atendimento ou serviço prestado por alguma das oficinas da rede, a CONTRATANTE poderá optar pela **escolha livre da oficina**, fora da rede credenciada da CONTRATADA. Nesse caso, a oficina escolhida deverá ser previamente aprovada pela CONTRATADA, respeitando as condições contratuais, como validação de orçamento e prazos de reparo.
XIX. Obrigatória a substituição de peças por peças originais ou similares da mesma qualidade, quando evidenciada a não produção de peças originais. Fica vedada a recuperação, salvo justificativa e comprovação de impossibilidade de qualquer outra forma de atendimento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO CONTRATO:
I - O presente contrato terá vigência por 20(vinte) dias, ou seja do dia 26 de setembro de 2026 até a data de 14 de outubro de 2026, podendo ser prorrogado conforme solicitação da contratada e conveniência da administração.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
I- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária especificada abaixo, sem prejuízo da possibilidade da emissão de reforços ou anulações, em razão da disponibilidade orçamentária, ou ainda, nova determinação legal:
Órgão: 02 Gabinete do prefeito
Unidade: 01 Gabinete
Ação: 2005 manutenção das atividades da secretaria/unidade
Natureza despesa: 3.3.90.39.69 Seguros em geral
Fonte de Recurso: 1500
Detalhamento:0

Órgão: 03 Secretaria de Agricultura
Unidade: 01 Agricultura
Ação: 2005 manutenção das atividades da secretaria/unidade
Natureza despesa: 3.3.90.39.69 Seguros em geral
Fonte de Recurso: 1500
Detalhamento:0

Demais clausulas seguem Inalteradas

Formigueiro- RS, 25 de setembro de 2026.

CRISTIANO CEZAR CASSOL RUBERT
Prefeito Municipal – Contratante

PORTO SEGURO E CIA DE SEGUROS GERAIS,
CNPJ nº 61.198.164/0001-60 - Contratada

JOÃO LAERTE MELEU FERREIRA
Gestor do Contrato

DOUGLAS WOLENHAUPT DA SILVA
Fiscalizador do Contrato

Testemunhas:

_____
CPF nº

_____
CPF nº

Publicado por:
Eleci Campos Ziebell
Código Identificador:3EA6B010

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
TERMO DE DISPENSA POR LIMITE N° 463-2026

TERMO DE DISPENSA POR LIMITE N.º 463/2026
Processo nº 521/2026

O presente procedimento de Dispensa de Licitação - com fulcro no inciso lI, do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/21 - destina-se a:

1.DESCRIÇÃO DO OBJETO
1.1- Contratação de empresa especializada para fornecimento de BARRA DE DIREÇÃO para manutenção do veículo MICRO ÔNIBUS VW/NEOBUS MINI ESC. PLACA IZK8G49, visando atender a demanda do Setor de Transporte Escolar, conforme termo de referência:

ITEM	QT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	BARRA DE DIRECAO LATERAL 819MM N792	R$ 660,00	R$ 660,00
02	01	MANGUEIRA INTERCOOLER MM3295	R$ 326,00	R$ 326,00
Material:				**R$ 986,00**
VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL DA CONTRATAÇÃO				**R$ 986,00**

2. DAS JUSTIFICATIVAS:
2.1– Da escolha da Empresa:

Empresa: **AGROPEÇAS**
CNPJ 08.309.860/0001-13
R 9 DE OUTUBRO, N°579, BAIRRO CENTRO, FORMIGUEIRO - RS

A opção de escolha recaiu sobre a empresa acima citada, tendo em vista que, a mesma ofertou o material por menor preço, sendo objeto da presente Dispensa.
Justifica-se a necessidade de fornecimento de barra de direção e mangueira intercooler, tendo em vista a importância desta peça, pois sem a troca o veículo ficará sem uso, afetando as atividades do setor, pois o mesmo precisa cumprir o calendário escolar, pois a que está em uso apresenta falhas e problemas de funcionamento.

2.2– Dos preços
Empresa: **AGROPEÇAS**
CNPJ 08.309.860/0001-13
Valor global R$ 986,00 (**Novecentos e oitenta e seis reais.**).

Empresa: **MAUS E CIA LTDA**
CNPJ nº **88.990.213/0001-59**
Valor global R$ 1.127,00 (**mil cento e vinte e sete reais.**);

Empresa: **PAMPEIRO CAMINHOES E PECAS LTDA**
CNPJ nº **97.228.126/0001-50**
Valor global R$ 1.989,59 (**mil novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos.**);

3.DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
3.1- As despesas decorrentes deste processo deverão ser registradas nas seguintes
dotações orçamentárias:

Órgão: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Unidade: DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Ação: 2015
Fonte: 1500/20
Despesa Principal: 1719
Despesa: 1729

4.DO PAGAMENTO E DA NOTA FISCAL:
4.1- O pagamento será efetuado contra empenho, em até 15 (quinze) dias, após a liquidação da nota fiscal, por intermédio da tesouraria do Município.
4.2- O pagamento será efetuado através de transferência para o Banco, Agência, conta citada na Proposta da participante.

5.DA FISCALIZAÇÃO:
5.1- Fica responsável como gestor da dispensa a servidora Bianca Correa Rodrigues, Cargo: Chefe Setor de Transporte Escolar, Matrícula: 1522-9 e fiscalizador o servidor Marcio Antonio Muller Becker, Cargo: Mecânico, Matrícula: 406-3.

Dar publicidade a esse processo na forma recomendada.

Formigueiro, 25 de setembro de 2026.

CRISTIANO CEZAR CASSOL RUBERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eleci Campos Ziebell
Código Identificador:95A01B44

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.398/2026

Abre crédito suplementar no valor de R$ 125.341,22 (Cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos) por Recursos de Anulação de Dotação.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho, Prefeito Municipal de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 6º, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Artigo 7º, Inciso I, alínea A da Lei Nº 2.451 de 05 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no montante de R$ 125.341,22 (Cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos), no orçamento vigente, nas seguintes classificações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
05.04.12.361.0023.2.055	3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 2.216,60
06.01.10.301.0034.2.109	3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 760,00
06.01.10.301.0034.2.109	3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 3.600,00
06.01.10.301.0034.2.109	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 113.256,21
06.01.10.301.0041.2.123	3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 330,60
06.01.10.306.0034.2.109	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 174,81
09.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 3,00
10.01.20.608.0029.2.091	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00

Art. 2º Servirá de recurso para cobertura do Crédito Suplementar solicitado a redução das seguintes dotações:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Valor
05.04.12.361.0023.2.055	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.216,60
06.01.10.301.0034.2.109	3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 760,00
06.01.10.301.0034.2.109	3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 3.600,00
06.01.10.301.0034.2.109	3.3.90.40.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	R$ 174,81
06.01.10.301.0034.2.109	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 113.256,21
06.01.10.301.0041.2.123	3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECO. CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	R$ 330,60
09.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 1,00
09.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 1,00
09.01.04.122.0004.2.006	3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$ 1,00
10.01.20.608.0029.2.091	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, 28 de Setembro de 2026.

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROBINSON BARTH LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Caroline Soares Collares
Código Identificador:04D519C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 189

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
1.505/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ESCO) PARA EXECUÇÃO INTEGRAL PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (PEE) APROVADO POR MEIO DA CHAMADA PÚBLICA PROCEL RELUZ Nº 01/2025. TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2025.
Processo : 562/**2026**
Modalidade: Inexigibilidade N° **189/2026**
Forma de Julgamento:
Forma Pgto Reajuste: **Em até 30 dias após a conclusão dos serviços**
Prazo Entrega Exec. :
Local de Entrega :
Fundamento Legal…: Lei n° 14.133/2021, Art. 74, inc. IV

Fornecedor	CNPJ/CPF	Endereço	N°	Telefone
VITÁLIS ENERGIA LTDA	14.283.859/0001-60	Rua José Gallo	128	1938362806

Despesa	Descrição	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Valor Previsto
36655	Ampliação e manutenção da iluminação púb	1703 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU IN	449051910000	937.254,53

Lote	Item	Descrição	Un.	Qtd.	Vl. Unit.	Vl. Total.
1	1	Contratação de empresa de engenharia especializada em serviços de conservação de energia (ESCO) para execução integral Projeto de Eficiência Energética (PEE) aprovado por meio da Chamada Pública PROCEL RELUZ nº 01/2025. Termo de Credenciamento nº 001/2025.	SVÇ	1,0	937.254,53	937.254,53

Glorinha, 28 de setembro de 2026

CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Silva Medeiros
Código Identificador:134B94B0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 334/2026

DECRETO Nº 334/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 245.834,00 (DUZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de GUAÍBA, RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 4869, art. 3º, inciso III, alínea "a", de 26 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	006 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0012.0367.0228.2133	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	34490520000000000000	15002007	3182	25.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 25.000,00

Art. 2º - O crédito aberto de acordo com o art 1º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999040000000000000	15000001	92	25.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 25.000,00

Art. 3º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2122	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMAS	34490510000000000000	15002001	3189	30.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 30.000,00

Art. 4º - O crédito aberto de acordo com o art 3º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999040000000000000	15000001	92	30.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 30.000,00

Art. 5º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
17 - SEC MUNIC DE ESPORTES E JUVENTUDE	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0027.0812.0231.2139	Esporte em Ação	33350410000000000000	15001002	2852	10.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 10.000,00

Art. 6º - O crédito aberto de acordo com o art 5º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999020000000000000	15000001	90	10.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 10.000,00

Art. 7º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
17 - SEC MUNIC DE ESPORTES E JUVENTUDE	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0027.0812.0231.2139	Esporte em Ação	33350410000000000000	15001002	2852	10.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 10.000,00

Art. 8º - O crédito aberto de acordo com o art 7º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999020000000000000	15000001	90	10.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 10.000,00

Art. 9º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	34490520000000000000	15001015	3183	20.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 20.000,00

Art. 10º - O crédito aberto de acordo com o art 9º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999020000000000000	15000001	90	20.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 20.000,00

Art. 11º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	34490520000000000000	15001001	3184	40.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 40.000,00

Art. 12º - O crédito aberto de acordo com o art 11º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999020000000000000	15000001	90	40.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 40.000,00

Art. 13º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	34490520000000000000	15001005	3185	30.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 30.000,00

Art. 14º - O crédito aberto de acordo com o art 13º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999020000000000000	15000001	90	30.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 30.000,00

Art. 15º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2122	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMAS	34490510000000000000	15002003	3186	25.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 25.000,00

Art. 16º - O crédito aberto de acordo com o art 15º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999040000000000000	15000001	92	25.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 25.000,00

Art. 17º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 10.834,00 (DEZ MIL E OITOCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2122	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMAS	34490510000000000000	15002009	3187	10.834,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 10.834,00

Art. 18º - O crédito aberto de acordo com o art 17º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999040000000000000	15000001	92	10.834,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 10.834,00

Art. 19º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2122	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMAS	34490510000000000000	15002008	3188	10.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 10.000,00

Art. 20º - O crédito aberto de acordo com o art 19º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				

02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999040000000000000	15000001	92	10.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 10.000,00

Art. 21º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2122	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMAS	34490510000000000000	15002003	3186	15.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 15.000,00

Art. 22º - O crédito aberto de acordo com o art 21º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999040000000000000	15000001	92	15.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 15.000,00

Art. 23º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2122	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMAS	34490510000000000000	15002009	3187	20.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 20.000,00

Art. 24º - O crédito aberto de acordo com o art 23º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
02 - GABINETE DA PREFEITA	008 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0099.0999.0103.2029	Reserva de Contingência	39999040000000000000	15000001	92	20.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 20.000,00

Art. 25º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, 30 de Setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária de Administração
CPF: 007.731.860-93

Publicado por:
Lauren Oliveira Bastos
Código Identificador:0976CB02

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 335/2026

DECRETO Nº 335/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 8.404.760,82 (OITO MILHÕES, QUATROCENTOS E QUATRO MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de GUAÍBA, RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 4869, art. 3º, inciso III, alínea "a", de 26 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 23.440,33 (VINTE E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				

02 - GABINETE DA PREFEITA	003 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0004.0122.0103.2020	Funcionamento da Procuradoria	33390360000000000000	15000001	40	13.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	005 - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO	0004.0122.0103.2027	Funcionamento da Diretoria de Comunicação	33390360000000000000	15000001	68	10.000,00
18 - SEC MUN DE POLÍTICAS PARA MULHERES, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0004.0122.0115.2237	Manutenção e Gestão da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Direitos Humanos e Cidadania	33191130000000000000	15000001	2274	440,33
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 23.440,33

Art. 2º - O crédito aberto de acordo com o art 1º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2017	Funcionamento do Gabinete da Vice Prefeita	33190130000000000000	15000001	14	23.440,33
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 23.440,33

Art. 3º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 28.649,93 (VINTE E OITO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0122.0258.2250	Funcionamento SMS	33190130000000000000	15000040	1088	28.649,93
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 28.649,93

Art. 4º - O crédito aberto de acordo com o art 3º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0263.2273	Pronto Atendimento	33190110000000000000	15000040	1374	151,11
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0262.2270	Saúde Mental	34490520000000000000	15000040	2432	16.424,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0262.2270	Saúde Mental	33393300000000000000	15000040	1362	6.200,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2283	Centro de Especialidades	33393300000000000000	15000040	1298	5.874,82
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 28.649,93

Art. 5º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 249.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190130000000000000	15400031	747	47.000,00
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33191130000000000000	15400031	753	202.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 249.000,00

Art. 6º - O crédito aberto de acordo com o art 5º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15400031	745	249.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 249.000,00

Art. 7º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 4.833,67 (QUATRO MIL, OITOCENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E SETE
CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0262.2270	Saúde Mental	33190160000000000000	16004501	1335	4.833,67
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 4.833,67

Art. 8º - O crédito aberto de acordo com o art 7º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0261.2267	SAMU/SALVAR	33390360000000000000	16004501	1317	2.833,67
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0261.2266	Manutenção do Programa Melhor em Casa	33390300000000000000	16004501	1304	1.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0261.2266	Manutenção do Programa Melhor em Casa	33190110000000000000	16004501	1302	1.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 4.833,67

Art. 9º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 36.048,42 (TRINTA E SEIS MIL, QUARENTA E OITO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33190110000000000000	16044500	1138	36.048,42
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 36.048,42

Art. 10º - O crédito aberto de acordo com o art 9º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33190040000000000000	16044500	1131	36.048,42
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 36.048,42

Art. 11º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0305.0264.2276	Vigilância em Saúde	33190110000000000000	16044502	1450	6.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 6.000,00

Art. 12º - O crédito aberto de acordo com o art 11º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0305.0264.2276	Vigilância em Saúde	33190040000000000000	16044502	1446	6.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 6.000,00

Art. 13º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 649,55 (SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33190110000000000000	16054504	1139	649,55
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 649,55

Art. 14º - O crédito aberto de acordo com o art 13º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2256	Estratégia e Saúde da Família	33190110000000000000	16054504	1211	649,55
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 649,55

Art. 15º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 938.604,96 (NOVECENTOS E TRINTA E OITO MIL, SEISCENTOS E QUATRO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0122.0258.2250	Funcionamento SMS	33190110000000000000	15000040	1087	253.163,48
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0122.0258.2250	Funcionamento SMS	33190160000000000000	15000040	1089	6.585,93
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0122.0258.2250	Funcionamento SMS	33190940000000000000	15000040	1091	324,20
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0122.0258.2250	Funcionamento SMS	33191130000000000000	15000040	1092	37.911,17
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33190110000000000000	15000040	1136	591.099,86
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33190130000000000000	15000040	1141	49.520,32
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 938.604,96

Art. 16º - O crédito aberto de acordo com o art 15º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0262.2270	Saúde Mental	33190110000000000000	15000040	1330	938.604,96
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 938.604,96

Art. 17º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 138.109,66 (CENTO E TRINTA E OITO MIL, CENTO E NOVE REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33190160000000000000	15000040	1142	138.109,66
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 138.109,66

Art. 18º - O crédito aberto de acordo com o art 17º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0262.2270	Saúde Mental	33190110000000000000	15000040	1330	138.109,66
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 138.109,66

Art. 19º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 437.841,07 (QUATROCENTOS E TRINTA E SETE MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SETE CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	003 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0004.0122.0103.2020	Funcionamento da Procuradoria	33190110000000000000	15000001	34	167.224,24
02 - GABINETE DA PREFEITA	010 - CONTROLADORI GERAL DO MUNICÍPIO	0004.0125.0103.2025	Funcionamento da Controladoria	33190110000000000000	15000001	211	173.578,30
04 - SEC MUNIC DE ADM E GESTÃO DE PESSOAS	002 - COORDENADORI DE RECURSOS HUMANOS	0004.0122.0107.2071	Funcionamento do Recursos Humanos	33390360000000000000	15000001	303	2.656,00
04 - SEC MUNIC DE ADM E GESTÃO DE PESSOAS	003 - COORDENADORI DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0004.0126.0107.2283	Funcionamento da Coordenadoria de Tecnologia e Informação	33390360000000000000	15000001	328	6.787,54
05 - SEC MUNIC DA FAZENDA	002 - GESTÃO FINANCEIRA	0004.0123.0105.2052	Tesouraria	33390360000000000000	15000001	428	1.770,66
06 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIME ECONÔMICO E SOCIAL - DESENVOLVE GUAÍBA	001 - ADMINISTRAÇÃ	0004.0122.0112.2176	Funcionamento da Agência de Desenvolvimento	33390360000000000000	15000001	503	1.475,55
10 - SEC MUNIC DE INFRAESTRUTUR E SERVIÇOS PÚBLICOS	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0004.0122.0111.2141	Funcionamento Infraestrutura	33390360000000000000	15000001	1489	1.220,32

11 - SEC MUNIC DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILID	001 - FUNCIONAMENT DA SEMAUS	0004.0122.0108.2086	Funcionamento, Manutenção e Gestão da SEMAUS	33390360000000000000	15000001	1565	19.157,57
13 - SEC MUNIC DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	001 - DEPARTAMENTO SUBORDINADOS	0004.0122.0113.2177	Funcionamento Licitações e Contratos	33390360000000000000	15000001	1764	2.065,78
14 - SEC MUNIC DE BEM ESTAR ANIMAL	001 - DEPARTAMENTO SUBORDINADOS	0004.0122.0101.2001	Funcionamento da Sec Mun. de Bem-Estar Animal	33390360000000000000	15000001	1783	10.033,77
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0008.0122.0114.2181	Funcionamento do Conselho Tutelar	33390360000000000000	15000001	1806	13.525,67
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0122.0249.2183	Funcionamento da SMAS	33390360000000000000	15000001	1837	20.934,15
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0245.0250.2221	Manutenção do CREAS	33390360000000000000	15000001	2051	7.377,76
17 - SEC MUNIC DE ESPORTES E JUVENTUDE	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0004.0122.0110.2136	Funcionamento da Secretaria de Esportes	33390360000000000000	15000001	2239	8.263,10
18 - SEC MUN DE POLÍTICAS PARA MULHERES, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0004.0122.0115.2237	Manutenção e Gestão da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Direitos Humanos e Cidadania	33390360000000000000	15000001	2278	1.770,66
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 437.841,07

Art. 20º - O crédito aberto de acordo com o art 19º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2017	Funcionamento do Gabinete da Vice Prefeita	33190110000000000000	15000001	13	437.841,07
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 437.841,07

Art. 21º - Abre no orçamento vigente o crédito adicional de caráter especial no valor global de R$ 37.456,3,00 (TRINTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS), sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
02 - GABINETE DA PREFEITA	007 - FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL	0004.0122.0103.2040	Fundo Municipal da Defesa Civil	33190940000000000000	15000001	3231	37.456,30
TOTAL DOS CRÉDITOS ESPECIAIS							R$ 37.456,30

Art. 22º - O crédito aberto de acordo com o art 21º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
02 - GABINETE DA PREFEITA	010 - CONTROLADORI GERAL DO MUNICÍPIO	0004.0122.0103.2035	Coordenadoria de Captação de Recursos e Acervos de Projetos Elegíveis	33390390000000000000	15000001	184	30.200,10
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2017	Funcionamento do Gabinete da Vice Prefeita	33190110000000000000	15000001	13	7.256,20
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 37.456,30

Art. 23º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 94.840,00 (NOVENTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS E QUARENTA REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2015	Funcionamento do Gabinete do Prefeito	33190110000000000000	15000001	2	70.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	010 - CONTROLADORI GERAL DO MUNICÍPIO	0004.0125.0103.2025	Funcionamento da Controladoria	33390360000000000000	15000001	216	10.600,00
03 - SEC GERAL DE GOVERNO	001 - DEPTO DE APOIO LEGISLATIVO	0004.0122.0104.2042	Gabinete do Secretário	33190940000000000000	15000001	227	10.000,00
03 - SEC GERAL DE GOVERNO	001 - DEPTO DE APOIO LEGISLATIVO	0004.0122.0104.2042	Gabinete do Secretário	33390360000000000000	15000001	231	2.440,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	007 - FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL	0004.0122.0103.2040	Fundo Municipal da Defesa Civil	33390360000000000000	15000001	2550	1.800,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 94.840,00

Art. 24º - O crédito aberto de acordo com o art 23º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2015	Funcionamento do Gabinete do Prefeito	33190940000000000000	15000001	5	94.840,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 94.840,00

Art. 25º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 3.142,47 (TRÊS MIL, CENTO E QUARENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33390360000000000000	16602087	3226	2.207,14
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0245.0249.2193	Manutenção do CRAS Zona Sul	33390360000000000000	16602087	3229	935,33
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 3.142,47

Art. 26º - O crédito aberto de acordo com o art 25º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0243.0249.2192	Manutenção Programa Criança Feliz	33390300000000000000	16602087	1857	3.142,47
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 3.142,47

Art. 27º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 4.322,67 (QUATRO MIL, TREZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33190940000000000000	16044500	1151	4.322,67
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 4.322,67

Art. 28º - O crédito aberto de acordo com o art 27º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33190940000000000000	16044500	1131	4.322,67
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 4.322,67

Art. 29º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 42.703,3 (QUARENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2283	Centro de Especialidades	33190110000000000000	16000010	3166	42.054,90
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2283	Centro de Especialidades	33190940000000000000	16000010	3225	648,40
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 42.703,30

Art. 30º - O crédito aberto de acordo com o art 29º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0262.2270	Saúde Mental	33190340000000000000	16000010	3164	17.703,30
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2283	Centro de Especialidades	33190340000000000000	16000010	3165	15.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2283	Centro de Especialidades	33190160000000000000	16000010	3167	10.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 42.703,30

Art. 31º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 2.678.906,89 (DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E SETENTA E OITO MIL, NOVECENTOS E SEIS REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				

07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	005 - CRECHE	0012.0365.0225.2115	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190130000000000000	15401072	3213	46.033,91
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190160000000000000	15401072	3220	1.190,94
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	006 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0012.0367.0228.2133	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33191130000000000000	15401072	3232	690,85
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190160000000000000	15401072	3230	464,00
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	004 - PRÉ-ESCOLA	0012.0365.0226.2121	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33191130000000000000	15401072	3228	43.422,20
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33191130000000000000	15401072	3227	1.491,37
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	005 - CRECHE	0012.0365.0225.2115	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33191130000000000000	15401072	3224	205.919,48
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33191130000000000000	15401072	3223	78.978,80
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	006 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0012.0367.0228.2133	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15401072	3222	3.248,02
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	005 - CRECHE	0012.0365.0225.2115	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190160000000000000	15401072	3221	24.305,99
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	004 - PRÉ-ESCOLA	0012.0365.0226.2121	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15401072	3219	261.023,99
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	004 - PRÉ-ESCOLA	0012.0365.0226.2121	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190130000000000000	15401072	3218	1.110,78
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15401072	3217	576.423,94
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190130000000000000	15401072	3216	1.928,78
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	005 - CRECHE	0012.0365.0225.2115	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15401072	3215	1.398.697,41
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190130000000000000	15401072	3214	15.879,84
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15401072	3233	18.096,59
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 2.678.906,89

Art. 32º - O crédito aberto de acordo com o art 31º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	006 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0012.0367.0228.2133	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15400031	948	1.000.000,00
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	005 - CRECHE	0012.0365.0225.2115	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15400031	906	500.000,00
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15400031	700	978.906,89
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	004 - PRÉ-ESCOLA	0012.0365.0226.2121	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15400031	856	200.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 2.678.906,89

Art. 33º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0305.0264.2276	Vigilância em Saúde	33190110000000000000	16044502	1450	6.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 6.000,00

Art. 34º - O crédito aberto de acordo com o art 33º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0305.0264.2276	Vigilância em Saúde	33190040000000000000	16044502	1446	6.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 6.000,00

Art. 35º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 71.494,27 (SETENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	699	71.494,27
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 71.494,27

Art. 36º - O crédito aberto de acordo com o art 35º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				

07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190160000000000000	15000020	748	211,20
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2123	BENEFICIO AO SERVIDOR	33390390000000000000	15000020	732	0,10
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2122	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMAS	33390390000000000000	15000020	726	0,40
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.1003	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	33390330000000000000	15000020	722	100,00
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	34490520000000000000	15000020	719	80,00
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33390930000000000000	15000020	717	1.000,00
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33390400000000000000	15000020	716	2.033,10
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33390390000000000000	15000020	715	54.188,69
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33390370000000000000	15000020	714	12.170,78
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33390300000000000000	15000020	710	1.710,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 71.494,27

Art. 37º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 169.297,33 (CENTO E SESSENTA E NOVE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	699	169.297,33
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 169.297,33

Art. 38º - O crédito aberto de acordo com o art 37º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190130000000000000	15000020	746	169.297,33
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 169.297,33

Art. 39º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 40.321,27 (QUARENTA MIL, TREZENTOS E VINTE E UM REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	699	40.321,27
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 40.321,27

Art. 40º - O crédito aberto de acordo com o art 39º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190940000000000000	15000020	750	40.321,27
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 40.321,27

Art. 41º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	699	500,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 500,00

Art. 42º - O crédito aberto de acordo com o art 41º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33390140000000000000	15000020	754	500,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 500,00

Art. 43º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 184.083,46 (CENTO E OITENTA E QUATRO MIL, OITENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	699	184.083,46
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 184.083,46

Art. 44º - O crédito aberto de acordo com o art 43º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0366.0227.2126	TRANSPORTE ESCOLAR	33390390000000000000	15000020	787	36.066,40
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0366.0227.2125	REPASSE AS ESCOLAS	33350430000000000000	15000020	782	836,59
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33393390000000000000	15000020	772	6.210,00
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33390920000000000000	15000020	771	2.931,34
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33390390000000000000	15000020	766	106.976,31
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33390370000000000000	15000020	764	30.962,82
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33390330000000000000	15000020	762	100,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 184.083,46

Art. 45º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 184.000,00 (CENTO E OITENTA E QUATRO MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	003 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0004.0122.0103.2020	Funcionamento da Procuradoria	33190110000000000000	15000001	34	108.800,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	010 - CONTROLADORI GERAL DO MUNICÍPIO	0004.0125.0103.2025	Funcionamento da Controladoria	33190110000000000000	15000001	211	75.200,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 184.000,00

Art. 46º - O crédito aberto de acordo com o art 45º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	007 - FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL	0004.0122.0103.2040	Fundo Municipal da Defesa Civil	33191130000000000000	15000001	83	19.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	007 - FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL	0004.0122.0103.2040	Fundo Municipal da Defesa Civil	33190130000000000000	15000001	82	40.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	007 - FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL	0004.0122.0103.2040	Fundo Municipal da Defesa Civil	33190110000000000000	15000001	81	80.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	006 - SUBPREFEITURA DISTRITAL - PEDRAS BRANCAS	0004.0122.0103.2028	Funcionamento da Subprefeitura Distrital-Pedras Brancas	33190130000000000000	15000001	74	10.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	006 - SUBPREFEITURA DISTRITAL - PEDRAS BRANCAS	0004.0122.0103.2028	Funcionamento da Subprefeitura Distrital-Pedras Brancas	33190110000000000000	15000001	73	20.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2017	Funcionamento do Gabinete da Vice Prefeita	33190160000000000000	15000001	15	10.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2015	Funcionamento do Gabinete do Prefeito	33191130000000000000	15000001	6	5.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 184.000,00

Art. 47º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 126.663,01 (CENTO E VINTE E SEIS MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E UM CENTAVO), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	699	126.663,01
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 126.663,01

Art. 48º - O crédito aberto de acordo com o art 47º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de	Código	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				

					Recurso	Reduzido	
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	003 - EJA-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	804	126.663,01
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 126.663,01

Art. 49º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 3.462,00 (TRÊS MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0305.0264.2276	Vigilância em Saúde	33190110000000000000	16044502	1450	3.462,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 3.462,00

Art. 50º - O crédito aberto de acordo com o art 49º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0305.0264.2276	Vigilância em Saúde	33190040000000000000	16044502	1446	3.462,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 3.462,00

Art. 51º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 1.946.025,64 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, VINTE E CINCO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	699	184.868,28
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33191130000000000000	15000020	752	76.638,58
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	006 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0012.0367.0228.2133	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33191130000000000000	15000020	954	39.525,96
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	006 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0012.0367.0228.2133	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190940000000000000	15000020	952	916,55
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	006 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0012.0367.0228.2133	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190130000000000000	15000020	949	753,62
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	006 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0012.0367.0228.2133	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	947	229.707,88
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	005 - CRECHE	0012.0365.0225.2115	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190940000000000000	15000020	911	8.455,90
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	005 - CRECHE	0012.0365.0225.2115	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190160000000000000	15000020	909	1.435,32
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	004 - PRÉ-ESCOLA	0012.0365.0226.2121	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33191130000000000000	15000020	860	88.400,78
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	004 - PRÉ-ESCOLA	0012.0365.0226.2121	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	855	400.690,87
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	005 - CRECHE	0012.0365.0225.2115	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	905	48.965,55
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33191130000000000000	15000020	707	79.231,29
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33390360000000000000	15000020	713	33.339,99
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190940000000000000	15000020	705	235.483,76
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	002 - ENSINO FUNDAMENTAL	0012.0361.0227.2127	FUNCIONAMENTO EDUCAÇÃO	33190110000000000000	15000020	744	503.406,90
07 - SEC MUNIC DE EDUCAÇÃO	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0012.0122.0109.2110	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	33190130000000000000	15000020	701	14.204,41
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 1.946.025,64

Art. 52º - O crédito aberto de acordo com o art 51º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
02 - GABINETE DA PREFEITA	010 - CONTROLADORI GERAL DO MUNICÍPIO	0004.0125.0103.2025	Funcionamento da Controladoria	33190130000000000000	15000001	212	55.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	005 - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO	0004.0122.0103.2027	Funcionamento da Diretoria de Comunicação	33190130000000000000	15000001	63	46.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	010 - CONTROLADORI GERAL DO MUNICÍPIO	0004.0122.0103.2030	Diretoria de planejamento estratégico e Monitoramento de Resultados	33190110000000000000	15000001	167	65.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	003 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0004.0122.0103.2020	Funcionamento da Procuradoria	33191130000000000000	15000001	37	50.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	010 - CONTROLADORI GERAL DO MUNICÍPIO	0004.0122.0103.2030	Diretoria de planejamento estratégico e Monitoramento de Resultados	33190130000000000000	15000001	168	13.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	003 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0004.0122.0103.2020	Funcionamento da Procuradoria	33190130000000000000	15000001	35	14.000,00
	003 - COORDENADORI						

04 - SEC MUNIC DE ADM E GESTÃO DE PESSOAS	DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0004.0126.0107.2283	Funcionamento da Coordenadoria de Tecnologia e Informação	33190110000000000000	15000001	321	600.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2017	Funcionamento do Gabinete da Vice Prefeita	33190940000000000000	15000001	16	34.000,00
03 - SEC GERAL DE GOVERNO	001 - DEPTO DE APOIO LEGISLATIVO	0004.0122.0104.2042	Gabinete do Secretário	33190130000000000000	15000001	225	25.000,00
04 - SEC MUNIC DE ADM E GESTÃO DE PESSOAS	001 - DEPTO DE ADMINISTRACA GERAL	0004.0122.0107.2066	Funcionamento da Administração	33191130000000000000	15000001	268	11.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2015	Funcionamento do Gabinete do Prefeito	33191130000000000000	15000001	6	42.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	005 - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO	0004.0122.0103.2027	Funcionamento da Diretoria de Comunicação	33190110000000000000	15000001	62	155.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2015	Funcionamento do Gabinete do Prefeito	33190130000000000000	15000001	3	90.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	004 - CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	0004.0124.0103.2022	Funcionamento da CCI	33191130000000000000	15000001	52	10.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	003 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0004.0122.0103.2020	Funcionamento da Procuradoria	33190160000000000000	15000001	36	6.000,00
03 - SEC GERAL DE GOVERNO	001 - DEPTO DE APOIO LEGISLATIVO	0004.0122.0104.2042	Gabinete do Secretário	33190110000000000000	15000001	224	150.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	006 - SUBPREFEITURA DISTRITAL - PEDRAS BRANCAS	0004.0122.0103.2028	Funcionamento da Subprefeitura Distrital-Pedras Brancas	33190110000000000000	15000001	73	52.000,00
04 - SEC MUNIC DE ADM E GESTÃO DE PESSOAS	001 - DEPTO DE ADMINISTRACA GERAL	0004.0122.0107.2066	Funcionamento da Administração	33190920000000000000	15000001	2683	2.300,39
02 - GABINETE DA PREFEITA	005 - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO	0004.0122.0103.2027	Funcionamento da Diretoria de Comunicação	33190110000000000000	15000001	62	100.000,00
08 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0004.0122.0106.2061	Funcionamento da Secretaria de Mobilidade Urbana	33190110000000000000	15000001	999	335.725,25
02 - GABINETE DA PREFEITA	004 - CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	0004.0124.0103.2022	Funcionamento da CCI	33190110000000000000	15000001	49	90.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 1.946.025,64

Art. 53º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 21.000,00 (VINTE E UM MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
04 - SEC MUNIC DE ADM E GESTÃO DE PESSOAS	001 - DEPTO DE ADMINISTRACA GERAL	0004.0122.0107.2066	Funcionamento da Administração	33390360000000000000	15000001	271	21.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 21.000,00

Art. 54º - O crédito aberto de acordo com o art 53º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
10 - SEC MUNIC DE INFRAESTRUTUR E SERVIÇOS PÚBLICOS	005 - FUMDER	0020.0606.0233.2149	Apoio Rural/ FUNDER	33390360000000000000	15000001	1538	1.000,00
10 - SEC MUNIC DE INFRAESTRUTUR E SERVIÇOS PÚBLICOS	002 - DIRETORIA DE INSUMOS	0015.0452.0233.2151	Pavimentação	33390360000000000000	15000001	1496	1.000,00
06 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIME ECONÔMICO E SOCIAL - DESENVOLVE GUAÍBA	009 - FUNDO MUNICIPAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	0019.0572.0240.2287	FUNDO MUNICIPAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	33390360000000000000	15000001	683	1.000,00
06 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIME ECONÔMICO E SOCIAL - DESENVOLVE GUAÍBA	007 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	0019.0572.0244.2286	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	33390360000000000000	15000001	666	1.000,00
08 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA	002 - DEPTO DE TRANSPORTE	0026.0453.0203.2063	Trânsito Consciente	33390360000000000000	15000001	1023	10.000,00
08 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA	003 - DEPTO DE SEGURANÇA	0006.0422.0204.2064	EducaTrânsito	33390360000000000000	15000001	1036	7.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 21.000,00

Art. 55º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 3.200,00 (TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
04 - SEC MUNIC DE ADM E GESTÃO DE PESSOAS	002 - COORDENADORI DE RECURSOS HUMANOS	0004.0122.0107.2071	Funcionamento do Recursos Humanos	33390360000000000000	15000001	303	3.200,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 3.200,00

Art. 56º - O crédito aberto de acordo com o art 55º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0245.0249.2202	Manutenção e Ampliação do Setor de Vigilância Socioassistencial	33390360000000000000	15000001	1989	1.000,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0245.0249.2195	Manutenção da Equipe Volante CRAS	33390360000000000000	15000001	1978	200,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0245.0249.2193	Manutenção do CRAS Zona Sul	33390360000000000000	15000001	1966	1.000,00
10 - SEC MUNIC DE INFRAESTRUTUR E SERVIÇOS PÚBLICOS	006 - ARQUITETURA E PAISAGISMO	0004.0122.0111.2135	Funcionamento Diretoria de Arquitetura e Paisagismo	33390360000000000000	15000001	2463	1.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 3.200,00

Art. 57º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 9.500,00 (NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	005 - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO	0004.0122.0103.2027	Funcionamento da Diretoria de Comunicação	33390360000000000000	15000001	68	2.400,00
04 - SEC MUNIC DE ADM E GESTÃO DE PESSOAS	003 - COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0004.0126.0107.2283	Funcionamento da Coordenadoria de Tecnologia e Informação	33390360000000000000	15000001	328	7.100,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 9.500,00

Art. 58º - O crédito aberto de acordo com o art 57º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	005 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	0008.0241.0249.2203	Apoio Conselho Municipal do Idoso	33390360000000000000	15000001	2153	1.000,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	005 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	0008.0241.0114.2299	Apoio Conselho Municipal do Idoso	33390360000000000000	15000001	2141	1.000,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	003 - FUMDICA-FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	0008.0243.0249.2295	Apoio ao CEIAG	33390360000000000000	15000001	2127	1.000,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0245.0250.2220	Serviço de Família Acolhedora	33390360000000000000	15000001	2035	500,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0245.0250.2219	Manutenção da Casa de Acolhimento Noturno para Adultos	33390360000000000000	15000001	2024	1.000,00
15 - SEC MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008.0245.0250.1033	Implantação do Centro Dia	33390360000000000000	15000001	1997	5.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 9.500,00

Art. 59º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
05 - SEC MUNIC DA FAZENDA	002 - GESTÃO FINANCEIRA	0004.0123.0105.2051	Administração Financeira	33390360000000000000	15000001	418	3.000,00
05 - SEC MUNIC DA FAZENDA	002 - GESTÃO FINANCEIRA	0004.0123.0105.2052	Tesouraria	33390360000000000000	15000001	428	1.100,00
06 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIME ECONÔMICO E SOCIAL - DESENVOLVE GUAÍBA	001 - ADMINISTRAÇÃ	0004.0122.0112.2176	Funcionamento da Agência de Desenvolvimento	33390360000000000000	15000001	503	1.200,00
10 - SEC MUNIC DE INFRAESTRUTUR E SERVIÇOS PÚBLICOS	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0004.0122.0111.2141	Funcionamento Infraestrutura	33390360000000000000	15000001	1489	1.200,00
13 - SEC MUNIC DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	001 - DEPARTAMENTO SUBORDINADOS	0004.0122.0113.2177	Funcionamento Licitações e Contratos	33390360000000000000	15000001	1764	2.500,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 9.000,00

Art. 60º - O crédito aberto de acordo com o art 59º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				

05 - SEC MUNIC DA FAZENDA	004 - GERÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	0004.0125.0105.2058	Ações Educativas - Programa Municipal de Ed. Fiscal	33390300000000000000	15000001	450	2.000,00
03 - SEC GERAL DE GOVERNO	001 - DEPTO DE APOIO LEGISLATIVO	0004.0122.0104.2042	Gabinete do Secretário	33330410000000000000	15000001	3119	1.000,00
03 - SEC GERAL DE GOVERNO	001 - DEPTO DE APOIO LEGISLATIVO	0004.0122.0104.2042	Gabinete do Secretário	33350410000000000000	15000001	2725	1.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	010 - CONTROLADORI GERAL DO MUNICÍPIO	0004.0125.0103.2038	Complice e LGPD	33390300000000000000	15000001	222	500,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	003 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0028.0846.0103.2021	Exigências Legais	33390360000000000000	15000001	45	1.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	003 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0004.0122.0103.2020	Funcionamento da Procuradoria	33393390000000000000	15000001	42	1.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	003 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0004.0122.0103.2020	Funcionamento da Procuradoria	33390390000000000000	15000001	41	1.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	003 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0004.0122.0103.2020	Funcionamento da Procuradoria	33390140000000000000	15000001	38	500,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2017	Funcionamento do Gabinete da Vice Prefeita	33390390000000000000	15000001	21	1.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 9.000,00

Art. 61º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 82.608,24 (OITENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E OITO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0303.0259.2257	Farmácia Básica	33390360000000000000	15000040	2545	3.876,32
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0262.2270	Saúde Mental	33190130000000000000	15000040	2544	18.805,15
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0262.2270	Saúde Mental	33390360000000000000	15000040	1351	8.990,93
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2263	Manutenção da Tisiologia	33191130000000000000	15000040	1267	7.603,54
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2263	Manutenção da Tisiologia	33190160000000000000	15000040	1266	4.872,58
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2263	Manutenção da Tisiologia	33190110000000000000	15000040	1264	38.459,72
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 82.608,24

Art. 62º - O crédito aberto de acordo com o art 61º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.1025	Investimentos Infraestrutura na RAS - Rede de Atenção à Saúde	34490510000000000000	15000040	1120	17.608,24
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0263.2273	Pronto Atendimento	33190940000000000000	15000040	1377	1.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0263.2273	Pronto Atendimento	33191130000000000000	15000040	1378	1.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0263.2273	Pronto Atendimento	34490520000000000000	15000040	1383	1.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0303.0259.2257	Farmácia Básica	33390920000000000000	15000040	1406	1.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0303.0259.2257	Farmácia Básica	34490520000000000000	15000040	1413	1.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0305.0260.2261	Manutenção SAE/ DST-Serviços e Atendimentos	33191130000000000000	15000040	1424	20.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0305.0260.2261	Manutenção SAE/ DST-Serviços e Atendimentos	33390390000000000000	15000040	1435	20.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0305.0264.2276	Vigilância em Saúde	33390360000000000000	15000040	1464	20.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 82.608,24

Art. 63º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 823.056,38 (OITOCENTOS E VINTE E TRÊS MIL, CINQUENTA E SEIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				

09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2256	Estratégia e Saúde da Família	33190940000000000000	15000040	1218	117.451,94
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2256	Estratégia e Saúde da Família	33190130000000000000	15000040	1212	53.165,91
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2256	Estratégia e Saúde da Família	33190110000000000000	15000040	1208	377.248,88
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33191130000000000000	15000040	1152	231.957,36
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33190940000000000000	15000040	1149	43.232,29
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 823.056,38

Art. 64º - O crédito aberto de acordo com o art 63º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2283	Centro de Especialidades	33393300000000000000	15000040	1298	2.125,18
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2283	Centro de Especialidades	33390400000000000000	15000040	1294	66.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0302.0260.2283	Centro de Especialidades	33390390000000000000	15000040	1292	600.000,00
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.2255	Unidade Básica de Saúde	33390390000000000000	15000040	1175	91.764,01
09 - SEC MUNIC DA SAÚDE	002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0010.0301.0259.1025	Investimentos Infraestrutura na RAS - Rede de Atenção à Saúde	34490510000000000000	15000040	1120	63.167,19
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 823.056,38

Art. 65º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, 29 de Setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária de Administração
CPF: 007.731.860-93

Publicado por:
Lauren Oliveira Bastos
Código Identificador:BD806772

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 336/2026

DECRETO Nº 336/2026

Autoriza Transferência de Dotações Orçamentárias no valor de R$ 44.438,20 (QUARENTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de GUAÍBA, RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 4843, art. 27, §2°, inciso III, de 07 de novembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado no orçamento vigente a transferência de dotações orçamentárias no valor global de R$ 44.438,2 (QUARENTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
05 - SEC MUNIC DA FAZENDA	002 - GESTÃO FINANCEIRA	0004.0123.0105.1	PASEP, AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS E GUAIBAPREV	34690710000000000000	25000001	3078	44.438,20
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 44.438,20

Art. 2º - O crédito aberto de acordo com o art 1º, será compensado através do produto da transferência de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**		**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recurso**	**Código Reduzido**	**Valor Suplementado**
Órgão	**Unidade**	**Código**	**Projeto/Atividade**				
05 - SEC MUNIC DA	002 - GESTÃO	0004.0123.0105.1	PASEP, AMORTIZAÇÃO	33290210000000000000	25000001	3077	44.438,20

FAZENDA	FINANCEIRA		DE DÍVIDAS E GUAIBAPREV				
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 44.438,20

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, 29 de Setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária de Administração
CPF: 007.731.860-93

Publicado por:
Lauren Oliveira Bastos
Código Identificador:AE86BA86

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 337/2026

DECRETO Nº 337/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 33.473,62 (TRINTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de GUAÍBA, RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 4869, art. 3º, inciso III, alínea "a", de 26 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente o crédito adicional de caráter suplementar no valor global de R$ 33.473,62 (TRINTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
14 - SEC MUNIC DE BEM ESTAR ANIMAL	001 - DEPARTAMENTO SUBORDINADOS	0018.0541.0201.2002	Gestão de Políticas Públicas para animais domésticos	33390300000000000000	15000001	1788	33.473,62
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES							R$ 33.473,62

Art. 2º - O crédito aberto de acordo com o art 1º, será compensado através do produto da redução orçamentária, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
02 - GABINETE DA PREFEITA	001 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0004.0122.0103.2017	Funcionamento do Gabinete da Vice Prefeita	33190160000000000000	15000001	15	3.458,62
02 - GABINETE DA PREFEITA	005 - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO	0004.0122.0103.2027	Funcionamento da Diretoria de Comunicação	34490520000000000000	15000001	72	9.455,48
02 - GABINETE DA PREFEITA	009 - GABINETE DE PROJETOS ESPECIAIS	0015.0451.0212.1022	Contrapartida do programa Guaíba + Resiliente	33390300000000000000	15000001	158	6.579,62
02 - GABINETE DA PREFEITA	009 - GABINETE DE PROJETOS ESPECIAIS	0015.0451.0212.1022	Contrapartida do programa Guaíba + Resiliente	34590610000000000000	15000001	2467	1.000,00
02 - GABINETE DA PREFEITA	010 - CONTROLADORI GERAL DO MUNICÍPIO	0004.0122.0103.2035	Coordenadoria de Captação de Recursos e Acervos de Projetos Elegíveis	33390390000000000000	15000001	184	12.979,90
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 33.473,62

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, 30 de Setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária de Administração
CPF: 007.731.860-93

Publicado por:
Lauren Oliveira Bastos
Código Identificador:20991CAE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 338/2026

DECRETO Nº 338/2026

Autoriza Transferência de Dotações Orçamentárias no valor de R$ 41.781,74 (QUARENTA E UM MIL, SETECENTOS E OITENTA E UM REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de GUAÍBA, RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 4843, art. 27, §2°, inciso III, de 07 de novembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado no orçamento vigente a transferência de dotações orçamentárias no valor global de R$ 28.700,00 (VINTE E OITO MIL E SETECENTOS REAIS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
17 - SEC MUNIC DE ESPORTES E JUVENTUDE	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0004.0122.0110.2136	Funcionamento da Secretaria de Esportes	33393390000000000000	15000001	2241	28.700,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 28.700,00

Art. 2º - O crédito aberto de acordo com o art 1º, será compensado através do produto da transferência de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
17 - SEC MUNIC DE ESPORTES E JUVENTUDE	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0004.0122.0110.2136	Funcionamento da Secretaria de Esportes	33393390000000000000	15000001	2240	28.700,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 28.700,00

Art. 3º - Fica autorizado no orçamento vigente a transferência de dotações orçamentárias no valor global de R$ 8.400,00 (OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
11 - SEC MUNIC DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILID	001 - FUNCIONAMENT DA SEMAUS	0015.0451.0218.2101	Projeto Engenharia	33393390000000000000	15000001	1622	8.400,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 8.400,00

Art. 4º - O crédito aberto de acordo com o art 3º, será compensado através do produto da transferência de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				

11 - SEC MUNIC DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILID	001 - FUNCIONAMENT DA SEMAUS	0015.0451.0218.2101	Projeto Engenharia	33393390000000000000	15000001	1621	8.400,00
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 8.400,00

Art. 5º - Fica autorizado no orçamento vigente a transferência de dotações orçamentárias no valor global de R$ 4.681,74 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E OITENTA E UM REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), para créditos orçamentários de um mesmo programa de governo, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
12 - SEC MUNIC DE CULTURA	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0004.0122.0102.2004	Funcionamento da Secult	33393390000000000000	15000001	1690	4.681,74
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 4.681,74

Art. 6º - O crédito aberto de acordo com o art 5º, será compensado através do produto da transferência de dotações orçamentárias, sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Projeto/Atividade				
12 - SEC MUNIC DE CULTURA	001 - DEPTOS SUBORDINADOS	0004.0122.0102.2004	Funcionamento da Secult	33393390000000000000	15000001	1685	4.681,74
TOTAL DOS CRÉDITOS							R$ 4.681,74

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, 30 de Setembro de 2026.

CLAUDIA PELEGRINO JARDIM PEREIRA
Prefeita Municipal

FABIANE TOMAZI BORBA
Secretária de Administração
CPF: 007.731.860-93

Publicado por:
Lauren Oliveira Bastos
Código Identificador:529EA30B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAIARAS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 3.537/2026 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

ESTABELECE OS CRITÉRIOS E OS REQUISITOS PARA A AVALIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS COM DEFICIÊNCIA E PARA O RECONHECIMENTO E CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO, EXERCIDO SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS EM ATIVIDADES COM EFETIVA EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E BIOLÓGICOS PREJUDICIAIS À SAÚDE DOS SEGURADOS, DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAIARAS, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e nos termos de que dispõe o art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Seção I
Disposições preliminares

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos necessários à avaliação dos beneficiários com deficiência, e o reconhecimento e conversão do tempo de exercício de atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde dos segurados, do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ibiraiaras, para fins do disposto na Lei Complementar nº 03/2025.

Seção II
Da caracterização da deficiência dos beneficiários do Regime Próprio de Previdência

Subseção I
Disposições gerais

Art. 2º Considera-se beneficiário com deficiência aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
Parágrafo único. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
III - a limitação no desempenho de atividades; e
IV - a restrição de participação.

Subseção II
Da aposentadoria do segurado com deficiência

Art. 3º A concessão da aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade, de que tratam, respectivamente, os arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 03/2025, ao segurado que tenha reconhecido, após ter sido submetido à avaliação biopsicossocial, grau de deficiência leve, moderada ou grave, na forma deste Decreto, está condicionada à comprovação da condição de segurado com deficiência, na data da entrada do requerimento ou na data da implementação dos requisitos para o benefício.
Art. 4º É facultado ao segurado com deficiência optar pela percepção de qualquer outra espécie de aposentadoria do Regime Próprio de Previdência que lhe seja mais vantajosa.

Subseção III
Do reconhecimento da condição de dependente
que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave

Art. 5º O reconhecimento da condição de dependente com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, se dará por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica dessa condição a cada 02 (dois) anos, na forma deste Decreto, para fins do disposto no § 5º do art. 7º da Lei Complementar nº 03/2025.
Parágrafo único. A condição do dependente com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave poderá ser reconhecida previamente ao óbito do segurado e, quando necessário, ser reavaliada quando da concessão do benefício.

Subseção IV
Da avaliação e comprovação da deficiência

Art. 6º A Avaliação Biopsicossocial da Deficiência é a forma de identificar os beneficiários do Regime Próprio de Previdência que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial, considerando os fatores contextuais que interagem com tais impedimentos obstruindo a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
§ 1º A Avaliação Biopsicossocial da Deficiência, para fins deste Decreto, será multiprofissional e interdisciplinar, competindo à perícia, realizada pela Junta Médica Oficial e pelo Serviço Social do Município, reconhecer o grau de deficiência, que pode ser leve, moderado ou grave, bem como fixar a data provável do início da deficiência e identificar a ocorrência de variação no seu grau, indicando os respectivos períodos em cada grau.
§ 2º A avaliação multiprofissional e interdisciplinar de que trata o **caput** e § 1º, para fins de integração normativa, utilizará, no âmbito do Município, a disciplina própria que a esse respeito for editada para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
§ 3º A avaliação será efetuada com base no conceito de funcionalidade disposto na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), da Organização Mundial de Saúde, e mediante a aplicação do Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para Fins de Aposentadoria (IFBrA), observado o instrumento anexo a este Decreto, que poderá ser objeto de revalidação periódica.
§ 4º A comprovação da deficiência somente se dará depois de finalizadas as avaliações médica e do serviço social, sendo seu grau definido pelo somatório das duas avaliações e sua temporalidade subsidiada pela data do início da deficiência e alterações fixadas pela perícia médica.
§ 5º Com a finalidade de estabelecer a data da deficiência, inclusive quanto ao seu grau e suas possíveis alterações ao longo do tempo, será obrigatório à perícia indicada no § 1º fixar a data provável do início da deficiência e as datas de suas alterações, caso existam, por ocasião da primeira avaliação.
§ 6º A comprovação da deficiência, bem como das datas de seu início e de suas alterações, será instruída por meio de documentos, sendo vedada a prova exclusivamente testemunhal.
§ 7º Serão considerados documentos válidos para embasamento das datas citadas no § 5º todo e qualquer elemento técnico disponível que permita à perícia formar sua convicção.
§ 8º A avaliação do beneficiário com deficiência será realizada para fazer prova dessa condição exclusivamente para fins previdenciários.

Subseção V
Do tempo de contribuição do segurado com deficiência em outro regime de previdência

Art. 7º Aplica-se ao segurado com deficiência a contagem recíproca do tempo de contribuição, nessa condição, relativo à filiação ao RGPS, a outro Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), devendo os regimes compensarem-se financeiramente, na forma de regulamentação específica.
Parágrafo único. Para aplicação do disposto no **caput**, o tempo de contribuição com deficiência em outro regime de previdência deverá ser comprovado, respectivamente, mediante Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) emitida pelo regime previdenciário de origem ou Certidão de Tempo de Serviço Militar, devendo estar identificados os períodos com deficiência e seus graus.

Seção III
Do reconhecimento do tempo de serviço público exercido sob condições especiais em atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos
prejudiciais à saúde

Subseção I
Da avaliação e comprovação do tempo especial com efetiva exposição

Art. 8º Para o reconhecimento do direito à aposentadoria de que trata os arts. 23 e 42 da Lei Complementar nº 03/2025, aplicam-se os requisitos e critérios definidos, neste Decreto, ao segurado do Regime Próprio de Previdência cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes.

Art. 9º A caracterização e a comprovação do exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, obedecerão ao disposto na legislação em vigor na época do exercício das atribuições do segurado.
§ 1º O reconhecimento de tempo de serviço público exercido com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, pelo Regime Próprio de Previdência, dependerá de comprovação do exercício de atribuições do cargo público de modo permanente, não ocasional nem intermitente, nessas condições, inclusive no período em que o segurado estiver afastado ou licenciado do cargo efetivo.
§ 2º A efetiva exposição a agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
§ 3º Para fins do disposto no § 2º, considera-se:
I - eliminação: a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
II - neutralização: a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto no Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.
§ 4º Para fins do disposto no **caput**, a exposição aos agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, deverá superar os limites de tolerância estabelecidos segundo critérios quantitativos ou estar caracterizada de acordo com os critérios da avaliação qualitativa de riscos comprovada pela descrição:
I - das circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
II - de todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes mencionados no inciso I deste parágrafo; e
III - dos meios de contato ou exposição dos servidores efetivos do Município, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.
§ 5º A caracterização de tempo especial não ocorre quando o Equipamento de Proteção Individual (EPI) tiver a capacidade real de neutralizar a exposição do trabalhador, salvo na hipótese de exposição a ruído acima dos limites de tolerância a que se refere o art. 18, ainda que haja declaração da eficácia do EPI quanto a este agente prejudicial à saúde, emitida pelo órgão responsável do Município e constante do documento de comprovação de que trata o art. 14.
§ 6º Os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pelo Ministério da Previdência Social (MPS), serão avaliados em conformidade com os critérios da avaliação qualitativa dispostos nos incisos I a III do § 4º e na forma do art. 17 e, caso sejam adotadas as medidas de controle previstas na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.
§ 7º É vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação para concessão de aposentadoria especial.

§ 8º Não será admitida a comprovação de tempo de serviço público de que trata o § 1º por meio de prova exclusivamente testemunhal ou com base no mero recebimento de adicional de insalubridade ou equivalente.

Art. 10. Até 28 de abril de 1995, data anterior à vigência da Lei Federal nº 9.032, bem como no período de 29 de abril de 1995 até 5 de março de 1997, o enquadramento de atividade especial somente admitirá o critério de efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, no exercício de atribuições do cargo público, em condições análogas às que permitem enquadrar as atividades profissionais como perigosas, insalubres ou penosas, conforme a classificação em função da efetiva exposição aos referidos agentes, agrupados sob o código 1.0.0 do Quadro anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964, e sob o código 1.0.0 do Anexo I do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 1979.

Art. 11. De 6 de março de 1997 até 6 de maio de 1999, o enquadramento de atividade especial observará a efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, conforme a classificação que consta do Anexo IV do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 2.172, de 5 de março de 1997.

Art. 12. A partir de 7 de maio de 1999, o enquadramento de atividade especial observará a efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, conforme a classificação que consta do Anexo IV do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999.

Art. 13. O procedimento de reconhecimento de tempo de atividade especial no âmbito do Regime Próprio de Previdência, incluídas as suas autarquias e fundações, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
I - documento de comprovação de efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde, em meio físico, ou documento eletrônico que venha a substituí-lo;
II - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), observado o disposto no art. 15, ou os documentos aceitos em substituição àquele, consoante o art. 16; e
III - parecer da perícia médica, em relação ao enquadramento por efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde, na forma do art. 17.

Art. 14. O documento de comprovação de efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde de que trata o inciso I do **caput** do art. 13 é o modelo de documento instituído para o RGPS, segundo seu período de vigência, sob as siglas SB-40, DISESBE 5235, DSS-8030 ou DIRBEN 8030, que serão aceitos, quando emitidos até 31 de dezembro de 2003, e o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que é o formulário exigido a partir de 1º de janeiro de 2004.
Parágrafo único. O documento de comprovação de efetiva exposição será emitido pelo setor, órgão ou entidade do Município, responsável pelos assentamentos funcionais do segurado no correspondente período de exercício das atribuições do cargo, observado o disposto no art. 9º.

Art. 15. O LTCAT será expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho que integre, de preferência, o quadro funcional do Município responsável pelo levantamento ambiental, podendo esse encargo ser atribuído a terceiro que comprove o mesmo requisito de habilitação técnica.
§ 1º O enquadramento de atividade especial por exposição ao agente físico ruído, em qualquer época da prestação do labor, exige laudo técnico pericial.
§ 2º Em relação aos demais agentes nocivos, o laudo técnico pericial será obrigatório para os períodos laborados a partir de 14 de outubro de 1996, data de publicação da Medida Provisória nº 1.523, posteriormente convertida na Lei Federal nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997.
§ 3º É admitido o laudo técnico emitido em data anterior ou posterior ao exercício da atividade pelo segurado, se não houve alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização, desde que haja ratificação, nesse sentido, pelo responsável técnico a que se refere o **caput**.
§ 4º Não serão aceitos:
I - laudo relativo a atividade diversa, salvo quando efetuada no mesmo órgão público;
II - laudo relativo a órgão público ou equipamento diversos, ainda que as funções sejam similares; e
III - laudo realizado em localidade diversa daquela em que houve o exercício da atividade.
§ 5º Nas avaliações ambientais deverão ser considerados, além do disposto nos arts. 10 a 12, a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).
§ 6º Na hipótese de não terem sido estabelecidos pela Fundacentro a metodologia e os procedimentos de avaliação, será considerado o que for estabelecido por outras instituições indicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
§ 7º O laudo técnico a que se refere este artigo conterá informações sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual e sobre a sua eficácia e será elaborado com observância às normas editadas pelo MTE e aos procedimentos adotados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Art. 16. Poderão ser aceitos em substituição ao LTCAT, ou ainda de forma complementar a este, os seguintes documentos:
I - laudos técnico-periciais emitidos por determinação da Justiça do Trabalho, em ações trabalhistas, acordos ou dissídios coletivos;
II - laudos emitidos pela Fundacentro;
III - laudos emitidos pelo MTE, ou, ainda, pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT);
IV - laudos individuais acompanhados de:
a) autorização escrita do órgão administrativo competente, se o levantamento ambiental ficar a cargo de responsável técnico não integrante do quadro funcional do Município;
b) cópia do documento de habilitação profissional do engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho, indicando sua especialidade;
c) nome e identificação do servidor do Município responsável pelo acompanhamento do levantamento ambiental, quando a emissão do laudo ficar a cargo de profissional não pertencente ao quadro efetivo dos funcionários; e
d) data e local da realização da perícia; e
V - demonstrações ambientais constantes dos seguintes documentos:
a) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
b) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
c) Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT); e
d) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Art. 17. A análise para a caracterização e o enquadramento do exercício de atribuições com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, será de responsabilidade de perito médico que integre, de preferência, o quadro funcional do Município, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

I - análise do documento de comprovação de efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde e laudo técnico ou demais demonstrações ambientais referidas no inciso V do **caput** do art. 16;
II - a seu critério, inspeção de ambientes de trabalho com vistas à rerratificação das informações contidas nas demonstrações ambientais; e
III - emissão de parecer médico-pericial conclusivo, descrevendo o enquadramento por efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde, indicando a codificação contida na legislação específica e o correspondente período de atividade.

Art. 18. Considera-se especial a atividade exercida com efetiva exposição a ruído quando a exposição ao ruído tiver sido superior a:
I - 80 (oitenta) decibéis (dB), até 5 de março de 1997;
II - 90 (noventa) dB, a partir de 6 março de 1997 até 18 de novembro de 2003; e
III - 85 (oitenta e cinco) dB, a partir de 19 de novembro de 2003.
Parágrafo único. O enquadramento a que se refere o inciso III do **caput**, será efetuado quando o Nível de Exposição Normalizado (NEN) se situar acima de 85 (oitenta e cinco) decibéis ou for ultrapassada a dose unitária, observados:
I - os limites de tolerância definidos no Quadro Anexo I da Norma Regulamentadora - NR-15, aprovado pela Portaria MTb nº 3.214, 8 de junho de 1978, observadas as alterações posteriores; e
II - as metodologias e os procedimentos definidos na Norma de Higiene Ocupacional - NHO-01 da Fundacentro.

Art. 19. Consideram-se tempo de serviço sob condições especiais, para os fins deste Decreto, desde que o segurado estivesse exercendo atividade considerada especial ao tempo das seguintes ocorrências:
I - períodos de descanso determinados pela legislação do regime estatutário do Município, inclusive férias;
II - licença gestante, adotante e paternidade; e
III - ausência por motivo de doação de sangue, alistamento como eleitor, participação em júri, casamento e óbito de pessoa da família.

Art. 20. O responsável por informações falsas, no todo ou em parte, inserida nos documentos a que se referem os arts. 13 e 14, responderá pela prática dos crimes previstos nos arts. 297 e 299 do Código Penal.

Art. 21. Salvo decisão judicial expressa em contrário, este Decreto não será aplicado para conversão do tempo de exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, a partir de 13 de novembro de 2019, em tempo de contribuição comum, inclusive para fins de contagem recíproca de tempo de contribuição.

Art. 22. O reconhecimento do tempo de exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, observará, adicionalmente, as condições e os requisitos estabelecidos para o RGPS, naquilo em que não conflitarem com as regras específicas estabelecidas pela Lei Complementar nº 03/2025 e por este Decreto.

Subseção II
Do tempo de contribuição do segurado com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde em outro regime de previdência

Art. 23. Aplica-se ao segurado com tempo de contribuição exercido sob condições especiais em atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, a contagem recíproca do tempo de contribuição, nessa condição, relativo à filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a outro Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), devendo os regimes compensarem-se financeiramente, na forma de regulamentação específica.
Parágrafo único. Para aplicação do disposto no **caput**, os períodos reconhecidos como tempo de contribuição em atividade exercida sob condições especiais deverão ser comprovados, respectivamente, mediante Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) emitida pelo regime previdenciário de origem ou Certidão de Tempo de Serviço Militar, e discriminados de data a data, sem conversão em tempo comum.

Subseção III
Da conversão de tempo especial com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, exercido até de 12 de novembro de 2019, em tempo comum

Art. 24. Na conversão de tempo exercido até 12 de novembro de 2019, sob condições especiais, com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, em tempo comum, devem ser aplicados os seguintes fatores previstos no Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999:

TEMPO A CONVERTER	MULTIPLICADORES	
	MULHER (PARA 30)	HOMEM (PARA 35)
DE 15 ANOS	2,00	2,33
DE 20 ANOS	1,50	1,75
DE 25 ANOS	1,20	1,40

§ 1º A caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais, de que trata o **caput**, obedecerão ao disposto na legislação em vigor do RGPS na época da prestação do serviço.
§ 2º As regras de conversão de tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum constantes, deste artigo, aplicam-se ao trabalho prestado em qualquer período até 12 de novembro de 2019.
§ 3º Ao servidor titular de cargo efetivo aplica-se o multiplicador da faixa de tempo a converter de 25 anos do quadro constante do **caput**, ou, excepcionalmente, aplicam-se os multiplicadores das faixas de tempo a converter de 15 (quinze) ou 20 (vinte) anos, se as atividades forem prestadas nas condições especiais relativas a essas faixas.
§ 4º Após a conversão de tempo especial em tempo comum, o período de tempo acrescido em decorrência da conversão não será considerado para verificação do cumprimento dos requisitos de tempo de efetivo exercício no serviço público e de tempo na carreira ou no cargo efetivo para fins de elegibilidade à aposentadoria voluntaria comum, sendo vedada a soma do tempo comum resultante da conversão a qualquer tempo especial não convertido, bem como a conversão inversa de tempo comum em tempo especial com vistas, em ambos estes casos, à concessão de aposentadoria voluntária especial.

Art. 25. O tempo especial, exercido até 12 de novembro de 2019, com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, certificado pelo regime previdenciário de origem, poderá ser convertido em tempo comum para efeitos da contagem recíproca no regime instituidor a qualquer tempo, observado o disposto no art. 24.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibiraiaras, 29 de setembro de 2026.

JOEL ISIDORO CRISTIANETTI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Em 29 de setembro de 2026.

MARCELA DE SOUSA CARVALHO
Secretária Municipal da Administração e Planejamento.

ANEXO

ÍNDICE DE FUNCIONALIDADE BRASILEIRO APLICADO PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO E CONCESSÃO DA APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (IF-BrA)

Sumário
Preâmbulo: Aspectos Metodológicos do IF-BrA
1. Identificação da Avaliação
1.a - Data da avaliação
1.b - Nome completo do avaliador
1.c - Local da avaliação
1.d - Quem prestou as informações
2. Identificação e Caracterização do Avaliado
2.a - Nome completo
2.b - Sexo
2.c - Idade
2.d - Cor ou Raça
2.e - Diagnóstico médico
2.f - Tipo de deficiência
2.g - Funções Corporais Acometidas
3. História Clínica e Social
3.a - História Clínica
3.b - História Social
4. Aplicação do Instrumento (Matriz)
4.a - Pontuação dos níveis de independência
4.b - Identificação das Barreiras Externas
4.c - Aplicação do modelo linguístico Fuzzy
4.d - Cálculo do Escore dos Domínios e da Pontuação Total
4.e - Classificação da Deficiência em Leve, Moderada e Grave
5. Formulários
5.a - Formulário 1: Identificação do Avaliado e da Avaliação (a ser preenchido pela perícia médica e pelo serviço social)
5.b - Formulário 2: Funções corporais acometidas (a ser preenchido pelo perito médico)
5.c - Formulário 3: Aplicação do Instrumento (Matriz) - (a ser preenchido pela perícia médica e pelo serviço social)
5.d - Formulário 4: Aplicação do Modelo Linguístico Fuzzy (a ser preenchido pela perícia médica e pelo serviço social)

Preâmbulo: Aspectos Metodológicos do IF-BrA
Seleção de itens de Atividades e Participações da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), que resulta em 41 Atividades divididas em sete Domínios (Sensorial, Comunicação, Mobilidade, Cuidados Pessoais, Vida Doméstica, Educação, Trabalho e Vida Econômica, Socialização e Vida Comunitária).
Determinação de pontuação do nível de independência para cada Atividade, baseada no modelo da Medida de Independência Funcional - MIF, com os níveis de dependência de terceiros agrupados em quatro níveis de pontuação (25, 50, 75 e 100 pontos), visando à facilitação do emprego do instrumento.
Identificação das Barreiras Externas, a partir de fatores externos definidos pela CIF: Produtos e Tecnologia; Ambiente Natural e Mudanças Ambientais feitas pelo ser humano; Apoio e Relacionamentos; Atitudes; Serviços, Sistemas e Políticas.
Elaboração da Folha de Identificação, por meio de um formulário que contempla, a partir das necessidades formais do instrumento e levando em consideração as possibilidades de análise de identificação, com informações sobre Identificação da avaliação; Identificação do avaliado; Identificações da deficiência; Modelo da deficiência.
Elaboração da História Clínica e História Social, a ser preenchida pela perícia médica e a História Social a ser preenchida pelo serviço social têm o objetivo de produzir, de forma consubstanciada, um parecer resumido dos principais elementos relevantes de cada uma das pessoas com deficiência avaliadas. O objetivo é deixar espaço para os profissionais se posicionarem diante da avaliação realizada, utilizando-se de análise técnica dos elementos mais relevantes do ponto de vista da perícia médica e do serviço social.
Elaboração da Matriz do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBrA), composta por uma planilha que associa a pontuação para cada atividade à identificação das barreiras externas, e registra a soma dessa pontuação.
Classificação do Grau de Deficiência em Leve, Moderado e Grave, a partir da definição da escala determinada pelo intervalo entre as pontuações mínima e máxima, estipuladas pela aplicação da matriz.

1. Identificação da Avaliação

1.a. Data da avaliação:
- dia, mês e ano.
1.b. Nome completo do avaliador
1.c. Local da avaliação:
- nome do local ou instituição (por exemplo: hospital, posto de saúde, residência, escola, consultório).
- município
- estado
1. d. Assinalar quem prestou as informações
- a própria pessoa: quando é o próprio indivíduo que fornece as informações.
- pessoa de convívio próximo: quando é alguém que, de alguma forma, convive e participa da vida desse indivíduo. Neste caso identificar o informante (exemplo: mãe, irmão, cuidador, amigo). - ambos: quando tanto o próprio como alguém de convívio próximo trazem informações de uma forma equitativa. Quando a maioria das informações é dada por um deles assinalar esta pessoa como o informante.
- outros: quando não ocorrer nenhuma das situações descritas acima. Neste caso também identificar o informante.

2. Identificação e Caracterização do Avaliado
2.a. Nome completo
2.b. Assinalar o sexo
2.c. Idade - Idade em anos completos.
2.d. Cor ou Raça
Leia as opções de cor ou raça para a pessoa e considere aquela que for declarada pelo informante. Caso a declaração não corresponda a uma das alternativas enunciadas, esclareça as opções para que a pessoa se classifique na que julgar mais adequada.
Branca: pessoa que se declarar branca;
Preta: pessoa que se declarar preta;
Amarela: pessoa de origem japonesa, chinesa, coreana, etc.;
Parda: pessoa que se declarar como mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça;
Indígena - pessoa que se declarar indígena ou índia.
Atenção: Quando a pessoa é incapaz de autodeclarar a sua cor ou raça, o informante deve fazê-lo.
2.e. Diagnóstico Médico (a ser preenchido pelo perito médico)
CID - etiologia: código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10) da causa principal que acarreta as alterações das funções e estruturas corporais.
Quando não houver diagnóstico etiológico, assinalar o campo: sem diagnóstico etiológico.
CID - sequela: código correspondente da CID 10 que descreve a(s) sequela(s) ou impedimento(s).
2.f. Tipo de Deficiência (a ser preenchido pelo perito médico)
Assinalar o tipo de deficiência pertinente (lista abaixo). Em caso de associações de deficiências poderão ser assinalados mais de um tipo.
- Deficiência (sensorial) Auditiva
- Deficiência Intelectual/Cognitiva
- Deficiência Física/Motora
- Deficiência (sensorial) Visual
- Deficiência Mental
2.g. Alterações das Funções Corporais (a ser preenchido pelo perito medico)
Assinalar na lista fornecida a função ou funções corporais acometidas no quadro.

3. História clínica e social
3.a. História Clínica
3.b. História Social

4. Aplicação do Instrumento (Matriz)
4.a. Pontuação do nível de independência das atividades funcionais
As atividades são descritas da seguinte forma:
- Título da Atividade.
- Descrição da Atividade e dos 4 níveis de independência com exemplos.
- O avaliador deverá ler a descrição e os exemplos das atividades e das opções de respostas. Essa descrição foi feita para o examinador compreender todo o escopo da atividade com todas as suas etapas.
- A partir da descrição e dos exemplos o avaliador deverá investigar, com suas próprias palavras, o nível de independência do indivíduo naquela atividade.
- Ele poderá utilizar exemplos para explicar a atividade ao avaliado.
- A pontuação deverá se basear na informação disponível mais confiável (do avaliado, de uma pessoa de convívio próximo, de um profissional de saúde, do prontuário).
- A pontuação dos níveis de independência de cada atividade deverá refletir o desempenho do indivíduo e não a sua capacidade.
O desempenho é o que ele faz em seu ambiente habitual, e não o que ele é capaz de fazer em uma situação ideal ou eventual.
- Se o nível de independência varia em função do ambiente, da hora do dia, pontue o escore mais baixo (o nível de maior dependência).
- A única exceção a essa regra é se a pessoa responder que não realiza a atividade por um motivo pessoal.
Atenção: Todas as atividades deverão ser pontuadas.

Quadro 1: Escala de Pontuação do IF-Br

Escala de Pontuação para o IF-Br:
25: Não realiza a atividade ou é totalmente dependente de terceiros para realizá-la. Não participa de nenhuma etapa da atividade. Se é necessário o auxílio de duas ou mais pessoas o escore deve ser 25: totalmente dependente.
50: Realiza a atividade com o auxílio de terceiros. O indivíduo participa de alguma etapa da atividade. Inclui preparo e supervisão. Nesta pontuação sempre há necessidade do auxílio de outra pessoa para a atividade ser realizada: quando alguém participa em alguma etapa da atividade, ou realiza algum preparo necessário para a realização da atividade ou supervisiona a atividade. Nessa pontuação o indivíduo que está sendo avaliado deve participar de alguma etapa da atividade. Supervisão: quando há necessidade da presença de terceiros sem a necessidade de um contato físico. Por exemplo: a pessoa necessita de incentivo, de pistas para completar uma atividade, ou a presença de outra pessoa é necessária como medida de

segurança. Preparo: quando há necessidade de um preparo prévio para a atividade ser realizada. Por exemplo, a colocação de uma adaptação para alimentação, colocar pasta na escova de dente.
75: Realiza a atividade de forma adaptada, sendo necessário algum tipo de modificação ou realiza a atividade de forma diferente da habitual ou mais lentamente. Para realizar a atividade necessita de algum tipo de modificação do ambiente ou do mobiliário ou da forma de execução como por exemplo, passar a fazer uma atividade sentado que antes realizava em pé; ou de alguma adaptação que permita a execução da atividade por exemplo uma lupa para leitura ou um aparelho auditivo. Com as adaptações e modificações não depende de terceiros para realizar a atividade: tem uma independência modificada. Nessa pontuação o indivíduo deve ser independente para colocar a adaptação necessária para a atividade, não dependendo de terceiros para tal.
100: Realiza a atividade de forma independente, sem nenhum tipo de adaptação ou modificação, na velocidade habitual e em segurança. Não tem nenhuma restrição ou limitação para realizar a atividade da maneira considerada normal para uma pessoa da mesma idade, cultura e educação. Realiza a atividade sem nenhuma modificação, realizando-a da forma e velocidade habitual.

4.b. Identificação de Barreiras Externas: Fatores Ambientais
A funcionalidade humana não depende apenas de aspectos diretamente ligados às funções e estruturas do corpo. O contexto tem um papel fundamental sobre a forma como as pessoas desempenham suas atividades habituais.
Os Fatores Ambientais constituem o ambiente físico, social e de atitudes em que as pessoas vivem e conduzem suas vidas, o seu contexto. Esses fatores são externos aos indivíduos e tem um impacto sobre a sua funcionalidade. Os fatores externos podem aumentar a funcionalidade atuando como facilitadores, ou podem ser limitantes, agindo como barreiras.
Importante: Esse questionário pretende indicar quais fatores agem como barreira impedindo a execução de uma atividade ou participação. Os fatores ambientais são divididos em 5 categorias:
Produtos e Tecnologia
Ambiente
Apoio e Relacionamentos
Atitudes
Serviços, Sistemas e Políticas
Atenção: Se alguma Atividade pontuar 25 (quer dizer, quando o indivíduo não realiza a atividade ou terceiros realizam por ele), deve-se investigar se alguma barreira externa é a causa dessa pontuação. Se o que impede o indivíduo de pontuar acima de 25 é uma ou mais barreiras externas deve-se assinalar ao lado dessa atividade quais são essas barreiras. A pontuação é mantida (25).
Categorias de Fatores Ambientais:
Categoria 1 - Produtos e Tecnologia
Qualquer produto, instrumento, equipamento ou tecnologia adaptado ou especialmente projetado para melhorar a funcionalidade de uma pessoa com deficiência. Exclui cuidadores e assistentes pessoais.
Categoria 2 - Ambiente
Refere-se ao ambiente natural ou físico. Aspectos geográficos, populacionais, da flora, da fauna, do clima, guerras e conflitos.
Categoria 3 - Apoio e Relacionamentos
Pessoas ou animais que fornecem apoio físico ou emocional prático, educação, proteção e assistência, e de relacionamento com outras pessoas em todos os aspectos da vida diária. Exclui as atitudes das pessoas que fornecem o apoio.
Categoria 4 - Atitudes
São as consequências observáveis dos costumes, práticas, ideologias, valores, normas, crenças. Exclui as atitudes da própria pessoa.
Categoria 5 - Serviços, Sistemas e Políticas
Rede de serviços, sistemas e políticas que garantem proteção social.

4.c. Aplicação do Método Linguístico Fuzzy
Utiliza-se três condições que descrevem o grupo de indivíduos, em situações de maior risco funcional para cada tipo de deficiência (Auditiva; Intelectual - Cognitiva e/ou Mental; Motora e; Visual):
1. Determinação dos Domínios que terão mais peso para cada grupo de funcionalidade;
2. Definição de questões emblemáticas;
3. Disponibilidade do auxílio de terceiros.
O Quadro 2 aponta as distinções feitas entre os Domínios e as Perguntas Emblemáticas para cada tipo de deficiência.
Havendo resposta afirmativa para a questão emblemática relacionada às situações de maior risco funcional para cada tipo de deficiência, será automaticamente atribuída a todas as atividades que compõe o domínio a menor nota de atividade atribuída dentro do domínio sensível pelo avaliador, corrigindo, assim, a nota final.

Quadro 2: Condições do modelo linguístico Fuzzy

	Auditiva	**Intelectual -Cognitiva/Mental**	**Motora**	**Visual**
Domínios	Comunicação/Socialização	Vida Doméstica/Socialização	Mobilidade/Cuidados Pessoais	Mobilidade/Vida Doméstica
Questão Emblemática	A surdez ocorreu antes dos 6 anos	Não pode ficar sozinho em segurança	Desloca-se exclusivamente em cadeira de rodas	A pessoa já não enxerga ao nascer

4.d. Cálculo do Escore dos Domínios e Pontuação Total:
As atividades estão divididas em sete domínios. Cada domínio tem um número variável de atividades, que totalizam 41. A Pontuação Total é soma da pontuação dos domínios que, por sua vez, é a soma da pontuação das atividades. A pontuação final será a soma das pontuações de cada domínio aplicada pela medicina pericial e serviço social, observada a aplicação do modelo Fuzzy
Dessa forma conforme demonstra o quadro 2:
A Pontuação Total mínima é de 2.050: 25 (pontuação mínima) multiplicado por 41 (número total de atividades em todos os domínios) vezes 2 (número de aplicadores).
A Pontuação Total máxima é de 8.200: 100 (pontuação mínima) multiplicado por 41 (número total de atividades em todos os domínios) vezes 2 (número de aplicadores).

4.e. Classificação da Deficiência em Grave, Moderada e Leve
Para a aferição dos graus de deficiência previstos pela Lei Complementar nº 142, de 08 de maio de 2.013, o critério é:
Deficiência Grave quando a pontuação for menor ou igual a 5.739;
Deficiência Moderada quando a pontuação total for maior ou igual a 5.740 e menor ou igual a 6.354;
Deficiência Leve quando a pontuação total for maior ou igual a 6.355 e menor ou igual a 7.584;

Pontuação Insuficiente para Concessão do Benefício quando a pontuação for maior ou igual a 7.585.

5. Formulários
5.a. Formulário 1: Identificação do Avaliado e da Avaliação (a ser preenchido pela perícia médica e pelo serviço social)

Dados Pessoais do Avaliado:
Nome: _____ NIS/NIT _____
Sexo: F ( ) M ( ) Idade: _____
Cor/Raça: Branca ( ) Preta ( ) Amarela ( ) Parda ( ) Indígena ( )
Diagnóstico Médico: CID Causa: _____ Sem diagnóstico etiológico
CID Sequela: _____
Tipo de Deficiência: Auditiva( ) Intelectual/Cognitiva( ) Física/Motora( ) Visual( ) Mental( )
Data do Início do Impedimento: _____/_____/_____.
Data da avaliação:____/_____/_____
Nome do avaliador (SERVIÇO SOCIAL): _____ SIAPE: _____
Local da avaliação (Código da APS): _____
Quem prestou as informações:
( ) própria pessoa ( ) pessoa de convívio próximo ( ) ambos ( ) outros: _____
Data da avaliação:____/_____/_____
Nome do avaliador (MEDICINA PERICIAL): _____ SIAPE: _____
Local da avaliação (Código da APS):_____
Quem prestou as informações:
( ) própria pessoa ( ) pessoa de convívio próximo ( ) ambos ( ) outros: _____

5.b. Formulário 2: Funções corporais acometidas (a ser preenchido pelo perito médico)

1. Funções Mentais:
( ) **Funções Mentais Globais:** consciência, orientação (tempo, lugar, pessoa), intelectuais (inclui desenvolvimento cognitivo e intelectual), psicossociais globais(inclui autismo), temperamento e personalidade, energia e impulsos, sono
( ) **Funções Mentais Específicas:** atenção, memória, psicomotoras, emocionais, percepção, pensamento, funções executivas, linguagem, cálculo, sequenciamento de movimentos complexos (inclui apraxia), experiência pessoal e do tempo
2. Funções Sensoriais e Dor
( ) **Visão e Funções Relacionadas:** acuidade visual, campo visual, funções dos músculos internos e externos do olho, da pálpebra, glândulas lacrimais
( ) **Funções Auditivas:** detecção, descriminação, localização do som e da fala
( ) **Funções Vestibulares:** relacionadas à posição, equilíbrio e movimento
( ) Dor: sensação desagradável que indica lesão potencial ou real em alguma parte do corpo. Generalizada ou localizada.
( ) **Funções Sensoriais adicionais:** gustativa, olfativa, proprioceptiva, tátil, à dor, temperatura
3. Funções da Voz e da Fala
( ) **Voz, articulação, fluência, ritmo da fala**
4. Funções dos Sistemas Cardiovascular, Hematológico, Imunológico e Respiratório
( ) **Funções do Sistema Cardiovascular:** funções do coração, vasos sanguíneos, pressão arterial
( ) **Funções do Sistema Hematológico:** produção de sangue, transporte de oxigênio e metabólitos e de coagulação
( ) **Funções do Sistema Imunológico:** resposta imunológica, reações de hipersensibilidade, funções do sistema linfático
( ) **Funções do Sistema Respiratório:** respiratórias, dos músculos respiratórios, de tolerância aos exercícios
5. Funções dos Sistemas Digestivo, Metabólico e Endócrino
( ) **Funções do Sistema Digestivo:** ingestão, deglutição, digestivas, assimilação, defecação, manutenção de peso
( ) **Funções do Metabolismo e Sistema Endócrino:** funções metabólicas gerais, equilíbrio hídrico, mineral e eletrolítico, termorreguladoras, das glândulas endócrinas
6. Funções Genitourinárias e Reprodutivas
( ) **Funções Urinárias:** funções de filtragem, coleta e excreção de urina
( ) **Funções Genitais e Reprodutivas:** funções mentais e físicas/motoras relacionadas ao ato sexual, da menstruação, procriação
7. Funções Neuromusculoesqueléticas e relacionadas ao movimento
( ) **Funções das Articulações e dos Ossos:** mobilidade, estabilidade das articulações e ossos
( ) **Funções Musculares:** força, tônus e resistência muscular
( ) **Funções dos Movimentos:** reflexo motor, movimentos involuntários, controle dos movimentos voluntários, padrão de marcha, sensações relacionadas aos músculos e funções do movimento
8. Funções da Pele e Estruturas Relacionadas
( ) **Funções da Pele, pelos e unhas:** protetora, reparadora, sensação relacionada à pele, pelos e unhas

5.c. Formulário 3: Aplicação do Instrumento (Matriz) - (a ser preenchido pela perícia médica e pelo serviço social)

IF-Br: Domínios e Atividades	**Pontuação (INSS)**		**Barreira Ambiental***				
	Serviço Social	Medicina Pericial	P e T	Amb	A e R	At	S S e P
1. Domínio Sensorial							
1.1 Observar							
1.2 Ouvir							
2. Domínio Comunicação							
2.1 Comunicar-se/Recepção de mensagens							
2.2 Comunicar-se/Produção de mensagens							
2.3 Conversar							
2.4 Discutir							
2.5 Utilização de dispositivos de comunicação à distância							
3. Domínio Mobilidade							
3.1 Mudar e manter a posição do corpo							
3.2 Alcançar, transportar e mover objetos							

3.3 Movimentos finos da mão							
3.4 Deslocar-se dentro de casa							
3.5 Deslocar-se dentro de edifícios que não a própria casa							
3.6 Deslocar-se fora de sua casa e de outros edifícios							
3.7 Utilizar transporte coletivo							
3.8 Utilizar transporte individual como passageiro							
4. Domínio Cuidados Pessoais							
4.1 Lavar-se							
4.2 Cuidar de partes do corpo							
4.3 Regulação da micção							
4.4 Regulação da defecação							
4.5 Vestir-se							
4.6 Comer							
4.7 Beber							
4.8 Capacidade de identificar agravos à saúde							
5. Domínio Vida Doméstica							
5.1 Preparar refeições tipo lanches							
5.2 Cozinhar							
5.3 Realizar tarefas domésticas							
5.4 Manutenção e uso apropriado de objetos pessoais e utensílios da casa							
5.5 Cuidar dos outros							
6. Domínio Educação, Trabalho e Vida Econômica							
6.1 Educação							
6.2 Qualificação profissional							
6.3 Trabalho remunerado							
6.4 Fazer compras e contratar serviços							
6.5 Administração de recursos econômicos pessoais							
7. Domínio Socialização e Vida Comunitária							
7.1 Regular o comportamento nas interações							
7.2 Interagir de acordo com as regras sociais							
7.3 Relacionamentos com estranhos							
7.4 Relacionamentos familiares e com pessoas familiares							
7.5 Relacionamentos íntimos							
7.6 Socialização							
7.7 Fazer as próprias escolhas							
7.8 Vida Política e Cidadania							
Total da Pontuação dos Aplicadores							
Pontuação Total							

(*) Legenda:
P e T - Produtos e Tecnologia
Amb - Ambiente
A e R - Apoio e Relacionamentos
At - Atitudes
S S e P -Serviços, Sistemas e Políticas

Instruções básicas:
O IF-BrA gradua a funcionalidade do indivíduo, sinalizando a possível influência de barreiras externas nas incapacidades identificadas. Pontue o nível de independência das atividades e participações listadas, nos sete Domínios.

Níveis de Independência e Pontuação das Atividades:
Cada atividade deve ser pontuada levando em consideração o nível de independência na sua realização.
A pontuação deve refletir o desempenho do indivíduo e não a sua capacidade.
O desempenho é o que ele faz em seu ambiente habitual.
A única exceção será quando o indivíduo não realizar a atividade por uma opção pessoal (e não por incapacidade ou barreira externa). Neste caso pontua-se pela capacidade.

Atenção:
Se alguma atividade pontuar 25 por causa de uma barreira externa, a(s) barreira (s) deverá(ao) ser assinalada(s)
A pontuação do domínio é a soma da pontuação das atividades deste domínio, atribuídas pelo perito médico e pelo profissional do serviço social do INSS.
A Pontuação Total é a soma dos 7 domínios

Formulário 4: Aplicação do Modelo Linguístico Fuzzy (a ser preenchido pela perícia médica e pelo serviço social)
Assinale ao lado da afirmativa quando a condição for preenchida:

Deficiência Auditiva
( ) Houve pontuação 25 ou 50 em alguma atividade do Domínio Comunicação ou Socialização; OU
Houve pontuação 75 em todas as atividades dos Domínios Comunicação ou Socialização
( ) A surdez ocorreu antes dos 6 anos.
( ) Não dispõe do auxílio de terceiros sempre que necessário.
Deficiência Intelectual- Cognitiva e Mental
( ) Houve pontuação 25 ou 50 em alguma atividade do Domínio Vida Doméstica ou Socialização; OU
Houve pontuação 75 em todas as atividades dos Domínios Vida Doméstica ou Socialização
( ) Não pode ficar sozinho em segurança.
( ) Não dispõe do auxílio de terceiros sempre que necessário.

Deficiência Motora
( ) Houve pontuação 25 ou 50 em alguma atividade do Domínio Mobilidade ou Cuidados Pessoais; OU
Houve pontuação 75 em todas as atividades dos Domínios Mobilidade ou Cuidados Pessoais; OU
( ) Desloca-se exclusivamente em cadeira de rodas.
( ) Não dispõe do auxílio de terceiros sempre que necessário.
Deficiência Visual
( ) Houve pontuação 25 ou 50 em alguma atividade do Domínio Mobilidade ou Vida Doméstica; OU
Houve pontuação 75 em todas as atividades dos Domínios Mobilidade ou Vida Doméstica
( ) A pessoa já não enxergava ao nascer.
( ) Não dispõe do auxílio de terceiros sempre que necessário.

Publicado por:
Marcela de Sousa Carvalho
Código Identificador:F6C4D1F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

INST. MUN. PREV. E ASSIST.-IMPASI
ANEXO 14 RREO SIMPLIFICADO DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RREO DO 4A BIMESTRE 2026

MUN. DE IBIRUBARS- INST MUN PREV ASSIST - IMPASI	
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
4º Bimestre/2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art 48)	R$
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	28.200.000,00
Previsão Inicial	28.200.000,00
Previsão Atualizada	28.200.000,00
Receitas Realizadas	17.570.956,47
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	28.200.000,00
Dotação Inicial	28.200.000,00
Dotação Atualizada	28.200.000,00
Despesas Empenhadas	4.986.591,12
Despesas Liquidadas	4.962.037,72
Despesas Pagas	4.948.462,97
Superávit Orçamentário	12.608.918,75
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	4.986.591,12
Despesas Liquidadas	4.962.037,72
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	0,00
RECEITAS E DESPESAS DO RPPS E DO SIS. DE PROT. SOCIAL DOS MILITARES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	11.924.646,12
Receitas Previdenciárias Realizadas	16.676.507,98
Despesas Previdenciárias Empenhadas	4.751.861,86
Despesas Previdenciárias Liquidadas	4.751.861,86
Despesas Previdenciárias Pagas	4.750.554,31
Resultado Previdenciário	11.924.646,12
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	0,00
Receitas Realizadas	0,00
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidadas	0,00
Despesas Pagas	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da linha	0,00	2.217.818,57	0,00
Resultado Nominal - Abaixo da linha	0,00	3.200,38	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.024,38	0,00	3.024,38	0,00
Poder Executivo	3.024,38	0,00	3.024,38	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00

Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**3.024,38**	**0,00**	**3.024,38**	**0,00**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos no MDE	0,00	<18% / 25%>	0,00 %
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Ed. Básica	0,00	70%	0,00 %
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Ed. Infantil	0,00	50%	0,00 %
Mínimo de 15% da Compl. da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Saldo Não Realizado**
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	30.000,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREV. E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	16.561.742,05	8.581.784,96	4.001.265,12	-3.364.307,69
Receitas Previdenciárias	25.541.059,27	23.119.437,91	26.600.134,62	14.847.986,99
Despesas Previdenciárias	8.979.317,22	14.537.652,95	22.598.869,50	18.212.294,68
Resultado Previdenciário	16.561.742,05	8.581.784,96	4.001.265,12	-3.364.307,69
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado as Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Saldo a Realizar**
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com ASPS executadas com recursos de impostos	0,00	15,00 %	%
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS	**DE PPP Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
FONTE: Sistema Digifred, Unidade Responsável MUN. DE IBIRUBARS- INST MUN PREV ASSIST - IMPASI, Data de emissão 21 de setembro de 2026 e hora de emissão 14h e 12m			
Referências Complementares:			

FONTE: Sistema Digifred, Unidade Responsável MUN. DE IBIRUBARS- INST MUN PREV ASSIST - IMPASI, Data de emissão 21 de setembro de 2026 e hora de emissão 14h e 12m		
Referências Complementares:		
O Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º Bimestre do ano de 2026, encontra-se afixado no átrio do(a) MUN. DE IBIRUBARS- INST MUN PREV ASSIST - IMPASI, no horário das 07:30 às 17:30, a contar do dia 30 de setembro de 2026, bem como disponibilizados no site https://ibiruba.digifred.com.br		
IBIRUBÁ - RS, 21 de setembro de 2026		
ADRIANA HUTHER	***RICARDO FORGERINI***	***ADENOR ANTONIO SPIES***
Presidente	Chefe Da Centr. Sist.Cont. Interno	Técnico em Contabilidade CRCRS 051.026O-9

Publicado por:
Adenor Antônio Spies
Código Identificador:1B15094F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.577, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ
GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.577, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REDUÇÃO DE CRÉDITOS NO MONTANTE DE R$ 443.696,00."

LUIS HENRIQUE VEDOVATO, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as Alíneas a, b, c do Inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.578, de 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no montante de R$ 443.696,00 (quatrocentos e quarenta e três mil seiscentos e noventa e seis reais), nos seguintes elementos de despesa:

SUPLEMENTAÇÃO DE CRÉDITOS	
02 GABINETE DO PREFEITO - GAB	
2052 REMUNERAÇÃO DE SERV. AGENTES POLÍ. DO GAB.PREF. E SUB-PREF.	
3.1.90.04.00.00.00.00 1500 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 60.000,00
Total do GABINETE DO PREFEITO - GAB	**R$ 60.000,00**
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED	
2252 REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.1.90.13.00.00.00.00 1540 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 100.000,00

Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED	**R$ 100.000,00**
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - SESP	
2452 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - SESP	
3.3.50.43.00.00.00.00 1500 SUBVENCOES SOCIAIS	R$ 200.000,00
2460 REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E AGENTES POLITICOS DA SECRETARIA	
MUNICIPAL DE ESPORTE - SESP	
3.3.90.14.00.00.00.00 1500 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.000,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - SESP	**R$ 202.000,00**
10 SECRETARIA MUNICIPAL TURISMO - SETUR	
2454 REMUNERAÇÃO SERV. AGENTE POLÍ. DA SEC. DE TURISMO - SETUR	
3.3.90.14.00.00.00.00 1500 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL TURISMO - SETUR	
Total da SECRETARIA MUNICIPAL TURISMO - SETUR	**R$ 5.000,00**
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS	
2512 MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
3.3.90.32.00.00.00.00 1500 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	R$ 25.696,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS	**R$ 25.696,00**
15 SEC. MUNIC. MEIO AMB. PROTEÇÃO ANIMAL E AGRIC.- SEMMAPA	
2702 REMUNER.SERV. AGENTE POLÍ. DA SEC. MUNIC. MEIO AMB., PROTEÇÃO	
ANIMAL E AGRICULTURA	
3.1.90.16.00.00.00.00 1500 OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00
Total Sec. Munic. Meio Amb. Proteção Animal E Agric.- Semmapa	**R$ 5.000,00**
16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	
2456 REMUNER.SERV. AGENTE POLÍ. DA SEC. MUNIC. DA SECRETARIA MUNICIPAL	
DE CULTURA - SECULT	
3.1.90.11.00.00.00.00 1759 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 35.000,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	**R$ 35.000,00**
17 SECRETARIA MUNIC. MULHER E DIREITOS HUMANOS - SEMDH	
2801 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC. DA MULHER E DOS DIR. HUM.	
3.3.90.32.00.00.00.00 1500 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	R$ 6.000,00
Total da SECRETARIA MUNIC. MULHER E DIREITOS HUMANOS -	**R$ 6.000,00**
SEMDH	
20 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA - SEMP	
2721 REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E AGENTES POLITICOS DA SECRETARIA	
MUNICIPAL DE PESCA - SEMP	
3.3.90.14.00.00.00.00 1500 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA - SEMP	**R$ 5.000,00**
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO DE CRÉDITOS	**R$ 443.696,00**

Art. 2º Servirão de recursos as Reduções das Dotações no montante de R$ 443.696,00 (quatrocentos e quarenta e três mil seiscentos e noventa e seis reais), nos seguintes elementos de despesa:

REDUÇÃO DE CRÉDITOS	
02 GABINETE DO PREFEITO - GAB	
2052 REMUNERAÇÃO DE SERV. AGENTES POLÍ. DO GAB.PREF. E SUB-PREF.	
3.1.90.11.00.00.00.00 1500 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 60.000,00
Total do GABINETE DO PREFEITO - GAB	**R$ 60.000,00**
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED	
2261 REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED	
2261 REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00.00.00 1540 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 100.000,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED	**R$ 100.000,00**
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - SESP	
2452 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - SESP	
3.3.90.31.00.00.00.00 1500 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS,	R$ 571,74
DESPORTIVAS E OUTRAS	
3.3.90.39.00.00.00.00 1500 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	R$ 199.428,26
2460 REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E AGENTES POLITICOS DA SECRETARIA	
MUNICIPAL DE ESPORTE - SESP	
3.1.90.11.00.00.00.00 1500 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.000,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - SESP	**R$ 202.000,00**
10 SECRETARIA MUNICIPAL TURISMO - SETUR	
2454 REMUNERAÇÃO SERV. AGENTE POLÍ. DA SEC. DE TURISMO - SETUR	
3.1.90.11.00.00.00.00 1500 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL TURISMO - SETUR	**R$ 5.000,00**
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS	
2502 MANUTENÇÃO E CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
3.3.90.30.00.00.00.00 1500 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 25.696,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS	**R$ 25.696,00**
15 SEC. MUNIC. MEIO AMB. PROTEÇÃO ANIMAL E AGRIC.- SEMMAPA	
2704 MANUTENÇÃO ATIV. DE POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL	
3.3.90.30.00.00.00.00 1500 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
Total Sec. Munic. Meio Amb. Proteção Animal E Agric.- Semmapa	**R$ 5.000,00**
16 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	
1450 AQUISIÇÃO DE EQUIP. PARA SEC.MUNIC. DE CULTURA - SECULT	
4.4.90.52.00.00.00.00 1759 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 15.000,00
2456 REMUNER.SERV. AGENTE POLÍ. DA SEC. MUNIC. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	
CULTURA - SECULT	
3.3.90.93.00.00.00.00 1759 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 10.000,00
2457 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	
3.3.90.39.00.00.00.00 1759 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	**R$ 35.000,00**
17 SECRETARIA MUNIC. MULHER E DIREITOS HUMANOS - SEMDH	
2801 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNIC. DA MULHER E DOS DIR. HUM.	

3.3.90.39.00.00.00.00 1500 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	R$ 6.000,00
Total da SECRETARIA MUNIC. MULHER E DIREITOS HUMANOS - SEMDH	**R$ 6.000,00**

20 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA - SEMP	
2721 REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E AGENTES POLITICOS DA SECRETARIA	
MUNICIPAL DE PESCA - SEMP	
3.1.90.13.00.00.00.00 1500 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.000,00
Total da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA - SEMP	**R$ 5.000,00**
TOTAL REDUÇÃO DE CRÉDITOS	**R$ 443.696,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, em 28 de setembro de 2026.

LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Mafasiolli Zwan
Código Identificador:EB56DD67

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
EDITAL DE ABERTURA DE PSS DE VISITADOR PIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 398/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 029/2026

Edital de Processo Seletivo Simplificado para formação de cadastro reserva (CR) de Visitadores do Programa Primeira Infância Melhor - PIM.

O MUNICÍPIO DE MAQUINÉ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Osvaldo Bastos, 622, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luciano de Almeida Alves, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 37, IX da Constituição da República, amparado em excepcional interesse público e considerando o conteúdo do processo administrativo n°PRO12753/2026, **TORNA PÚBLICO** a realização de Processo Seletivo Simplificado para formação de cadastro reserva CR(cadastro de reserva) de Visitadores do Programa Primeira Infância Melhor - PIM, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão composta por três servidores, designados através da Portaria nº 638, de 11 de Julho de 2022. Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado, serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37,da Constituição da República.
O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, sendo o seu extrato veiculado, ao menos uma vez, no site da FAMURS, no mínimo cinco dias antes do encerramento das inscrições.
Os demais atos e decisões inerentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão publicados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e na página oficial da Prefeitura Municipal de Maquiné, disponível no endereço Eletrônico: *http://maquine.rs.gov.br/maquine/processos-seletivos*
Os prazos constantes neste Edital serão contados em dias úteis, desconsiderando-se o do início e incluindo-se o do final e observarão os dispositivos do Decreto nº 2862/2018.
O Processo Seletivo Simplificado consistirá em Prova de títulos(caráter classificatório) e Prova Objetiva (caráter eliminatório e classificatório) e que será analisada pela Comissão, a qual poderá contar com a colaboração de servidor especializado ou de terceiros contratados para este fim.
As reuniões e deliberações da comissão serão objeto de registro em atas.

DOS CARGOS E ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA
O Processo Seletivo Simplificado destina-se a formação de cadastro reserva (CR) de Visitadores do Programa Primeira Infância Melhor – PIM, para uma futura contratação por 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.
Conforme o quadro abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR

Função	Vagas	Escolaridade e Exigências Mínimas	Carga Horária	Vencimento
Visitador – Primeira Infância Melhor - PIM	**C R(cadastro de reserva**	**Idade mínima de 18 anos + Ensino Médio Completo**	**40 h**	**R$2.100,00**

Além do vencimento o contratado fará jus às seguintes vantagens funcionais: horas extras na eventual extrapolação da carga horária diária e semanal, desde que previamente convocado pelo superior hierárquico; adicional noturno; gratificação natalina proporcional ao período trabalhado; férias proporcionais acrescidas de um terço, indenizadas ao final do contrato, conforme disposto no art. 218 da Lei Municipal nº 654/2005, cesta básica e vale – alimentação, conforme Lei Municipal n° 1.674 de 07 de junho de 2022 e inscrição no Regime Geral de Previdência.
Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.

Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários pelos arts. 133 a 135 da Lei Municipal nº 654/2005, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo Diploma, no que couber.

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão recebidas exclusivamente pelo site https://atendimento.maquine.rs.gov.br, onde o candidato deverá realizar o primeiro acesso cadastrando-se no site, após isso estará apto a realizar a inscrição no link "INSCRIÇÕES PROCESSOS SELETIVOS", o link estará disponível para inscrições no período de
05,06,07,08,09 de Outubro de 2026, será disponibilizado junto ao saguão da Prefeitura Municipal de Maquiné, um computador para que as inscrições sejam realizadas caso o candidato não tenha computador disponível.
Não serão aceitas inscrições fora de prazo e de forma física.
A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.
As inscrições serão gratuitas.

CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO PARA OS CARGOS

Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá realizar o cadastro no site, nos prazos indicados no item 3.1.
A ficha de inscrição disponibilizada no ato da inscrição, deve ser devidamente preenchida. (*manter a atualização dos dados ali fornecidos perante a Prefeitura Municipal de Maquiné será de responsabilidade do candidato, pois número de* ***telefone, whatsapp e e-mail*** *serão utilizados para avisar o candidato caso selecionado.)*
Original ou cópia autenticada de documento de identidade oficial com foto, quais sejam: carteiras ou cédulas de identidades expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM,CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97, artigo 15).***lembrando que caso o candidato seja chamado , todos os documentos inseridos no ato da inscrição deverão ser apresentados em forma física e original para a conferência do setor de RH).***
Para a prova de títulos, no ato da inscrição, o candidato deverá apresentar comprovantes que comprovem as exigências conforme item 6.1.1. quadro.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Encerrado o prazo fixado pelo item 3.1, a Comissão publicará, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e em meio eletrônico, no prazo de um dia, edital contendo a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.
5.2**.**Os candidatos que não tiveram as suas inscrições homologadas poderão interpor recursos **(ANEXO II)** escritos perante a Comissão, no prazo de um dia, mediante a apresentação das razões que ampararem a sua irresignação, dos quais deverão ser protocolados junto ao setorde Recursos Humanos na Secretaria de Administração e Recursos Humanos localizado na sede da Prefeitura Municipal, rua Osvaldo Bastos, nº 622, centro, em horário de expediente.
No prazo de um dia, a Comissão, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscrições homologadas.
Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de um dia, cuja decisão deverá ser motivada.
A lista final de inscrições homologadas será publicada na forma do item 5.1, no prazo de um dia, após a decisão dos recursos.
Os candidatos que tiveram suas inscrições homologadas estarão automaticamente aptos a participar da Seleção de Títulos, definidas no presente edital.

DAS PROVAS
PROVA DE TÍTULOS

A classificação dos candidatos será efetuada por meio da pontuação dos títulos apresentados na ato da inscrição, em uma escala de **zero a quarenta**, conforme critérios relacionados a seguir.

VISITADOR – PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR - PIM			
ESPECIFICAÇÃO	**PONTUAÇÃO UNITÁRIA**	**N° DE TÍTULOS APRESENTADOS**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Ensino Superior incompleto	**5**	**1**	**5**
Ensino Superior Completo nas áreas da saúde educação e assistência social	**10**	**1**	**10**
Experiência profissional na função pretendida(mês completo). atividades profissionais comprovadas por meio de carteira de trabalho e previdência social – ctps ou declaração/certidão em papel timbrado emitida unicamente pela unidade de recursos humanos da intituição em que trabalha ou que trabalhou, na qual conste expressamente o cargo e função desempenhada, as atividades desenvolvidas e período trabalhado, constando a competente assinatura do expedidor.	**5(para cada 12 meses de experiência comprovada).**	**3**	**15**
Participação em cursos de qualificação, seminários, treinamentos, conferências, fóruns e workshop na área da função pretendida nesse edital, com carga horária mínima de 4 horas, realizadas nos últimos 5 anos e finalizados até um dia antes da publicação deste edital.	**2**	**5**	**10**

Não serão pontuados os títulos que não se enquadrem nas seguintes situações:
Cursos não relacionados à área de atuação da função pretendida;
Seminários, treinamentos, conferências, fórum e workshop não relacionadas á área de atuação da função prentedida; e
Cursos que não tenham carimbo e assinatura, ou atenticação da instituição.

PROVA OBJETIVA
Será realizada uma prova objetiva de caráter classificatório/eliminatório, a qual será composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A, B, C, D, E), sendo uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão, envolvendo matéria ligada à função temporária a ser desempenhada e/ou relacionada ao serviço público, cujo grau de complexidade será diretamente proporcional à escolaridade exigida para o seu exercício, distribuídas da seguinte forma:

CARGO	ÁREA DE CONHECIMENT O/ CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL	PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA

					APROVAÇÃO
Visitador – Primeira Infância Melhor	Português	10	3	60	30 pontos
	Legislação e Conhecimentos específicos	10	3		

A prova objetiva terá o tempo de duração de até 03 (três) horas.
A.s provas terão conteúdos conforme o conteúdo programático constante do **(ANEXO III) deste** edital.
A nota final de cada candidato corresponderá a soma da pontuação obtida na prova objetiva limitando-se a 60 (sessenta) pontos, com a pontuação obtida na prova de titúlos, limitando-se a 40(quarenta) pontos, totalizando o máximo de 100(cem) pontos observado o mínimo de 30(trinta) pontos na prova objetiva para aprovação será computada conforme a tabela constante no item
6.2.1. deste edital.
A prova objetiva conterá cinco opções de resposta e somente uma será considerada correta.
A prova objetiva será reproduzida em número igual ao dos candidatos que tiverem as inscrições homologadas definitivamente, o que se dará em sessão sigilosa realizada pela Comissão.
Ultimadas as cópias, juntamente com a via original que conterá o gabarito a ser utilizadona correção, serão as provas acondicionadas em envelopes lacrados e rubricados pelos integrantes da Comissão, os quais permanecerão guardados em local seguro até o dia da aplicação das provas.
As provas conterão parte destacável, numerada sequencialmente, iniciando-se em 01 (um) e se destinará à identificação dos candidatos.
O candidato só poderá devolver a prova após sessenta minutos da entrega.

DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

As provas objetivas serão realizadas na data de 17 de Outubro de 2026, com início às 09:00h e término às 12:00h.
Havendo necessidade, poderá ser transferida a data da aplicação das provas, o que será informado aos candidatos por meio eletrônico e mediante publicação no mural da Prefeitura Municipal.
Os candidatos deverão comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência mínima de trinta minutos, munidos de comprovante de inscrição, de documento oficial com foto, caneta esferográfica azul ou preta em material transparente.
Os candidatos que não estiverem presentes no interior da sala de aplicação da prova no horário definido no item 7.1. serão excluídos do certame.
O candidato que deixar de exibir o documento oficial com foto antes da prova será excluído do certame.
Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, o documento oficial com foto, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.
No horário definido para o início da prova, a Comissão ou os fiscais convidarão dois candidatos para conferirem o lacre do envelope, removendo-o à vista de todos os presentes.
Distribuídas as provas, inicialmente os candidatos deverão conferir a quantidade de questões, passando ao preenchimento do nome completo, exclusivamente no canhoto destacável, o qual será imediatamente recolhido pela Comissão ou pelos fiscais.

A grade de resposta deverá ser preenchida pelos candidatos mediante a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, em material transparente, devendo-se assinalar apenas uma alternativa para cada questão.
Não serão consideradas válidas, atribuindo-se pontuação zero, as questões que forem respondidas à lápis, sem posterior confirmação à caneta.
Também não serão consideradas as questões que apresentarem mais de uma alternativa assinalada pelo candidato, ou que contiver rasuras ou borrões.
Será anulada integralmente a prova que contiver assinaturas ou sinais que permitam a identificação do candidato, ressalvado o numeral impresso pela Comissão.
Será permitido acesso ao local de prova apenas aos candidatos que forem efetuá-la, ficando expressamente proibido o ingresso de familiares, pessoas estranhas e/ou curiosos.
O candidato que se retirar do local de provas não poderá retornar, ressalvados os casos de afastamento da sala com acompanhamento de um membro da Comissão ou de um fiscal.
Não será permitido ao candidato retirar o caderno de questões da prova.
Será retirado do local das provas e desclassificado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que:
apresentar atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com as pessoas encarregadas pela realização da prova ou com outros candidatos;
durante a realização da prova, for flagrado comunicando-se com outros candidatos ou pessoas estranhas, demonstrar comportamento inconveniente ou for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes, por meio de gestos, palavras, uso de livros, notas, impressos, ou tentando usar de meios fraudulentos e/ou ilegais;
durante a realização da prova, estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone, celular, relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
retirar-se do recinto da prova durante sua realização sem a devida autorização ou que não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada;
não apresentar documentação exigida.
Na ocorrência das hipóteses previstas no item anterior, será lavrado auto de apreensão de prova e exclusão de candidato, fazendo-se constar os fatos pormenorizadamente, o qual será assinado por, no mínimo, dois membros da Comissão ou fiscais e pelo candidato eliminado.
Em caso de recusa do candidato eliminado a assinar o auto de apreensão de prova e exclusão de candidato, o fato será certificado à vista da assinatura de duas testemunhas.
No horário previsto para o encerramento, serão recolhidas as provas,independentemente de terem ou não sido concluídas pelos candidatos.
Durante a realização das provas, quaisquer ocorrências serão objeto de registro em ata.

DA CORREÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

No prazo de 1(um) dia, a Comissão deverá proceder à correção das provas.
A correção da prova objetiva se dará mediante comparação das alternativas assinaladas pelos candidatos na grade de resposta com o gabarito oficial, registrando-se a pontuação de cada questão e o total da nota atribuída à prova.
A questão que for anulada será considerada certa para todos os candidatos que tiverem realizado a prova.

DOS RECURSOS

É cabível recurso da classificação preliminar dos candidatos e do gabarito oficial, endereçado à Comissão, uma única vez, no prazo comum de um dia. (ANEXO II)
O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido

recursal.
Será possibilitada a vista da prova objetiva na presença da Comissão, permitindo-se anotações.
Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, no prazo de um dia o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados.
Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de um dia, cuja decisão deverá ser motivada.

CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou maiscandidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:
Apresentar idade mais avançada, dentre aqueles com idade igual ou superior asessenta anos;
Sorteio em ato público;
O sorteio ocorrerá em local e horário previamente definido pela Comissão, na presença doscandidatos interessados, os quais serão convocados por telefone, correio eletrônico ou qualqueroutro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.
Homologado o resultado final, será lançado edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, que será de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Prefeito, será convocado o primeiro colocado, para, no prazo de 2 (dois) dias, prorrogável uma única vez, à critério da Administração, comprovar o atendimento das seguintes condições:
Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei e no caso do sexo masculino, estar em dia com o serviço militar;
Ter idade mínima de 18 anos, ou conforme exigida pelo cargo;
Apresentar atestado médico exarado pelo serviço oficial do Município, no sentido de gozar de boa saúde física;
Ter nível de escolaridade mínima exigido para o cargo;
Comprovante de residência;
Declaração negativa de acumulação ilegal de cargo, emprego ou função pública;
Apresentar foto 3x4 colorida;
CPF;
Alvará de Folha Corrida;
Certidão Negativa de Débitos Municipais;
Certidão de nascimento ou casamento;
Título eleitoral;
Certidão de quitação eleitoral;
Certidão de reservista (quitação com as obrigações militares, se candidato masculino e

menor de 45 anos);
Poderá ainda ser solicitada renovação dos documentos apresentados no ato da inscrição;
A convocação do candidato classificado será realizada por meio de Edital publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e por meio eletrônico.
Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação, serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem classificatória crescente.
O candidato que não tiver interesse na contratação poderá requerer, uma única vez, sua alocação no final da lista de aprovados.
O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de dois anos, prorrogável, uma única vez, por igual período.
No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.
Após todos os candidatos aprovados terem sido chamados, incluindo aqueles que optaram por passar para o final da lista, havendo ainda necessidade de contratações para as mesmas funções, novo processo seletivo deverá ser realizado.

DOS ANEXOS
Compõe esse edital os seguintes anexos

ANEXO I - DAS ATRIBUIÇÕES
ANEXO II - RECURSO
ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
ANEXO IV - CRONOGRAMA

DISPOSIÇÕES GERAIS

.Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.
Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados os seus endereços.

Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.
Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada.

Maquiné, 25 de Setembro de 2026.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

LUCIANO DE ALMEIDA ALVES
Prefeito Municipal

EDGAR RICHARD MONTEIRO ALVES
Secretário Municipal de Administração, Modernização, Planejamento e Segurança.

DAS ATRIBUIÇÕES PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA:
CATEGORIA FUNCIONAL: VISITADOR – PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR - PIM ATRIBUIÇÕES:

Descrição Sintética: Realizar visitas domiciliares semanais para monitoramento à crianças de 0 à 06 anos e gestantes, orientando às famílias para realizarem as atividades de estimulação do desenvolvimento das crianças; estimular a participação dos mesmos nas políticas públicas como: estratégias da conquista de qualidade de vida; participar e promover ações que fortaleçam o elo entre o setor de saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida; controlar a qualidade das realizações das ações educativas e os resultados alcançados pelas crianças; preenchimento de formulários; receber e acatar orientações e serviços indicados pelo monitor; fazer o planejamento mensal das suas atividades e executar outras atividades correlatas e afins dafunção.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
GERAL: CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 40 HORAS REQUISITOS PARA PROVIMENTO:ENSINO MÉDIO COMPLETO
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR.

RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
029/2026, realizado para o provimento de função temporária à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar da Prefeitura Municipal de Maquiné, RS.
Eu,_, portador(a) do documentode identidade nº_, portador do CPF sob o nº
, com endereço na
,telefoneparacontato
,concorrente a cargo
apresento recurso junto a Comissão designada coordenadora do Certame.

A decisão objeto de contestação é:

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

Maquiné,_de_de 2026.

Assinatura do candidato

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PORTUGUÊS
Interpretação de texto; ortografia; acentuação; crase; fonética;Termos da oração (sujeito, predicado, etc); concordância; pontuação.

LEGISLAÇÃO
Lei Organica – https://leismunicipais.com.br/lei-organica-maquine-rs
Lei Municipal n° 654/2005 - Regime Jurídico Municipal - https://leismunicipais.com.br/regime-juridico-maquine-rs

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Lei nº 12.544, de 03 de julho de 2006, institui o Programa Primeira Infância Melhor - PIM - e dá outras providencias - https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.544.pdf
Lei nº 14.594, de 28 de agosto de 2014 - Introduz modificações na Lei nº 12.544, de 03 de julho de 2006 - https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.594.pdf
Lei 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Descrição	Prazo	Data
Abertura das Inscrições	5 dias	05,06,07,08 e 09 de Outubro de 2026
Publicação da relação preliminar das inscrições homologadas	1 dia	
Recurso da não homologação das inscrições	1 dia	
Manifestação da Comissão na reconsideração e Julgamento do Recurso pelo Prefeito.	1 dia	
Publicação da relação final das inscrições homologadas	1 dia	
Aplicação da Prova Objetiva e análise de títulos	1 dia	17 de Outubro de 2026
Publicação do gabarito e resultado preliminar	1 dia	
Recurso	1 dia	
Manifestação da Comissão na reconsideração,Julgamento do Recurso pelo Prefeito e Aplicação do critério de desempate.	1 dia	
Publicação do resultado final e homologação	1 dia	
TOTAL	**14 dias**	

Publicado por:
Edgar Richard Monteiro Alves
Código Identificador:83150A25

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2º QUADRIMESTRE 2026

Receita Corrente Líquida	**Valor Até o Quadrimestre**
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	440.541.223,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	435.391.223,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	431.403.149,02

Despesa com Pessoal	**Valor Realizado no Período**	
	VALOR	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	210.528.499,50	48,80
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	232.957.700,47	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	221.309.815,45	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	209.661.930,42	48,60

Dívida Consolidada	**Comparativo do Saldo da Dívida**	
	VALOR	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada		
Dívida Consolidada Líquida	232.308.345,64	53,36
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	33.452.401,77	7,68

Garantias de Valores	**Comparativo do Saldo de Garantia**	
	VALOR	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Garantias de Valores		
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

Operações de Crédito	**Valor Realizado no Período**	
	VALOR	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito		
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	

Restos a Pagar	**Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa**	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Restos a Pagar		
Valor Total	78.475.121,14	31.729.694,14

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2026
Notas Explicativas	Os dados consolidados apresentados neste RGF têm como base as informações encaminhadas pelos contadores de cada instituição integrante da administração municipal. As informações são relativas ao SISPREM, DAE e PM e são consolidadas por planilhas na Prefeitura Municipal e com a utilização de sistemas estes distintos entre si. Ressalta-se que a consolidação desses dados não se dá por meio de arquivo MSC, mas sim por planilhas encaminhadas pelas unidades, de modo que a consistência dos valores demonstrados depende diretamente da fidedignidade e da tempestividade das informações prestadas pelos responsáveis contábeis de cada instituição. Os dados de RCL, despesas com pessoal e dívida consolidada líquida foram conferidos junto aos dados validados no TCE RS.

Publicado por:
Emanuelle Dos Santos Barcellos
Código Identificador:1CBA1999

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 4º BIMESTRE 2026

Balanço Orçamentário	**Valores**
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	
RECEITAS	
Previsão Inicial	567.914.710,00
Previsão Atualizada	615.460.964,68
Receitas Realizadas	376.162.691,69
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	35.639.116,43
DESPESAS	
Dotação Inicial	567.907.906,00
Dotação Atualizada	651.214.010,20
Despesas Empenhadas	414.439.510,81

Despesas Liquidadas	335.964.389,67
Despesas Pagas	332.102.689,61
Superávit Orçamentário	**40.198.302,02**

Despesas por Função/Subfunção	**Valores**
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	
Despesas Empenhadas	337.344.888,53
Despesas Liquidadas	246.062.747,89

Receita Corrente Líquida - RCL	**Valores**
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	440.541.223,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	435.391.223,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	**431.403.149,02**

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	**Valores**
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	31.332.030,49
Despesas Previdenciárias Empenhadas	12.734.212,90
Despesas Previdenciárias Liquidadas	12.389.783,40
Despesas Previdenciárias Pagas	12.372.043,79
Resultado Previdenciário	18.942.247,09
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	27.097.275,36
Despesas Previdenciárias Empenhadas	29.470.476,34
Despesas Previdenciárias Liquidadas	29.193.017,55
Despesas Previdenciárias Pagas	28.999.124,64
Resultado Previdenciário	- 2.095.742,19

Resultados Primário e Nominal	**Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário**		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	**Resultado Apurado até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultado Primário - Acima da Linha	- 2.177.981,00	- 8.754.411,29	401,95
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	19.431.440,91	9.135.154,79	47,01

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	**Estágios dos Restos a Pagar**			
	Inscrição	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.464.924,30	15.265,53	4.848.221,85	1.601.436,92
Poder Executivo	6.464.924,30	15.265,53	4.848.221,85	1.601.436,92
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	64.356.353,00	2.362.133,55	37.064.225,97	24.929.993,48
Poder Executivo	64.356.353,00	2.362.133,55	37.064.225,97	24.929.993,48
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**70.821.277,30**	**2.377.399,08**	**41.912.447,82**	**26.531.430,40**

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	**Apuração das Despesas com Ensino**		
	Valor Apurado Até o Bimestre	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	36.108.350,37	25,00	21,98
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	37.615.938,77	70,00	100,45
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil			
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital			

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	**Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**	
	Valor Apurado no Exercício	**Saldo Não Realizado**
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	-	-

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	**Exercício de Apuração**					
	Exercício	**10º Exercício**	**20º Exercício**		**35º Exercício**	
Plano Previdenciário						
Receitas Previdenciárias	24.783.178,11	14.285.725,77	1.448.867,79		900.186,30	
Despesas Previdenciárias	39.241.497,77	35.926.421,63	23.629.933,13		15.803.097,83	
Resultado Previdenciário	- 14.458.319,66	- 21.640.695,86	-	22.181.065,34	-	14.902.911,53
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias	22.532.024,52	16.454.861,03	7.791.607,88		7.144.533,84	
Despesas Previdenciárias	15.785.601,41	7.375.672,61	10.186.067,75		12.919.121,07	
Resultado Previdenciário	6.746.423,11	9.079.188,42	-	2.394.459,87	-	5.774.587,23

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	**Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	35.522.600,77	15,00	22,12

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	Os dados consolidados apresentados neste RREO têm como base as informações encaminhadas pelos contadores de cada instituição integrante da administração municipal. As informações são relativas ao SISPREM, DAE, CÂMARA e PM e são consolidadas por planilhas na Prefeitura Municipal e com a utilização de sistemas estes distintos entre si. Ressalta-se que a consolidação desses dados não se dá por meio de arquivo MSC, mas sim por planilhas encaminhadas pelas unidades, de modo que a consistência dos valores demonstrados depende diretamente da fidedignidade e da tempestividade das informações prestadas pelos responsáveis contábeis de cada instituição. Os dados de RCL, despesas com pessoal e dívida consolidada líquida foram conferidos junto aos dados validados no TCE RS.

Publicado por:
Emanuelle Dos Santos Barcellos
Código Identificador:FCC32B6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.477, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 – Chefia do Executivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 10.000,00** (Dez Mil Reais) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 8° Inciso III, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Chefia do Executivo, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
02.01.04.122.0002.4003	3.33.90.14	Diárias – Pessoal Civil	10.000,00	90690	1500*
		T O T A L.....	**10.000,00**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
02.01.04.122.0002.4665	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	10.000,00	90711	1500*
		TOTAL.....	**10.000,00**		

(*) Recurso 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Sant'Ana do Livramento, 28 de setembro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:811E9705

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 12.479, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre um Crédito Suplementar no valor de R$ 2.618.263,42 – SMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a abrir um crédito suplementar no valor de **R$ 2.618.263,42** (Dois Milhões, Seiscentos e Dezoito Mil, Duzentos e Sessenta e Três Reais e Quarenta e Dois Centavos) de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 9° Inciso

IV, da Lei 8.507 de 19 de dezembro de 2025, correspondente a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026, para reforço de dotações orçamentárias, com aplicação junto á Secretaria Municipal de Saúde, como segue:

Suplementação:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
08.02.10.302.0235.4556	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.618.263,42	94351	2600*
		T O T A L	**2.618.263,42**		

(*) Recurso 2600 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 2º - Servirá de cobertura para o crédito suplementar indicado no artigo anterior, a redução das seguintes dotações orçamentárias:

Redução:

RUBRICA	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR	Cód. Red.	Recurso
08.02.10.301.0255.3939	3.33.90.30	Material de Consumo	300.000,00	94342	2600*
08.02.10.301.0255.4001	3.31.90.04	Contratação por Tempo Determinado	301.676,98	94311	2600*
08.02.10.301.0255.4001	3.31.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	497,97	94313	2600*
08.02.10.301.0255.4001	3.31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	65.871,15	94314	2600*
08.02.10.301.0255.4001	3.31.90.13	Obrigações Patronais	10,00	94316	2600*
08.02.10.301.0255.4001	3.31.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	127.122,93	94317	2600*
08.02.10.301.0255.4447	3.33.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	10,00	94329	2600*
08.02.10.301.0255.4447	3.33.90.14	Diárias – Pessoal Civil	1.000,00	94331	2600*
08.02.10.301.0255.4447	3.33.90.30	Material de Consumo	10,00	94332	2600*
08.02.10.301.0255.4447	3.33.90.32	Material, Bem ou Serviço P/Dist. Gratuita	500,00	94334	2600*
08.02.10.301.0255.4447	3.33.90.36	Outros Serviços de Terceiros - PF	10.000,00	94336	2600*
08.02.10.301.0255.4447	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	485,28	94338	2600*
08.02.10.301.0255.4447	3.33.90.40	Serviço Tecnologia da Inf. E Com. - PJ	10.000,00	94339	2600*
08.02.10.301.0255.4447	3.33.90.46	Auxílio - Alimentação	750.000,00	94340	2600*
08.02.10.302.0235.3940	3.33.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	391,17	94347	2600*
08.02.10.302.0235.3940	3.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	200,00	94346	2600*
08.02.10.302.0235.4001	3.31.90.04	Contratação por Tempo Determinado	642.084,31	94319	2600*
08.02.10.302.0235.4001	3.31.90.11	Vencimentos Vantagens Fixas – Pessoal Civil	34.878,85	94321	2600*
08.02.10.302.0235.4001	3.31.90.13	Obrigações Patronais	10,00	94322	2600*
08.02.10.302.0235.4556	3.33.50.43	Subvenções Sociais	100,00	94353	2600*
08.02.10.302.0235.4556	3.33.90.14	Diárias – Pessoal Civil	499,31	94348	2600*
08.02.10.302.0235.4556	3.33.90.30	Material de Consumo	100,00	94349	2600*
08.02.10.302.0235.4556	3.33.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	100,00	94352	2600*
08.02.10.302.0235.4556	3.33.90.36	Outros Serviços de Terceiros - PF	100,00	94350	2600*
08.02.10.302.0235.4556	3.44.50.42	Auxílios	100,00	94354	2600*
08.02.10.305.0236.4001	3.31.90.04	Contratação por Tempo Determinado	50.000,00	94326	2600*
08.02.10.305.0236.4001	3.31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	322.515,47	94328	2600*
		T O T A L	**2.618.263,42**		

(*) Recurso 2600 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Sant'Ana do Livramento, 28 de setembro de 2026.

EVANDRO GUTEBIER MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MARIA UMBELINA DREKENER DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:CF648827

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 29/2026- DE 29 DE SETEMBRO DE 2026 - RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2025

A Comissão designada pela Portaria nº 1.207/2025 de 30 de junho de 2025, por meio deste edital, torna pública a presente RETIFICAÇÃO da homologação final do processo seletivo simplificado nº 04/2025, conforme cumprimento de decisão judicial, segue:

1 – **Retificação da Homologação final**

CARGO MÉDICO		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
DORALÍCIO MACEDO LOPES	5,50	1
ALGENOR CUÑA FROS	5,50	2
JULIO COELHO SANTARCIERI	4,80	3
PAULO HENRIQUE RODRIGUES FILHO	4,00	4
LUCIANE MARIA BARBOSA PEIXOTO	1,90	5

CARGO MÉDICO CARDIOLOGISTA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
MARCIO PEREIRA CANCELA	5,50	1

CARGO MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
FERNANDO HAMILTON VIEIRA	5,50	1

CARGO MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA			
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**	
JULIANA LEMOS FONTOURA	5,50	1	
FELICIANO BERNARDES DE FREITAS NETO	4,00	2	
DANIÉ BASALDÚA MACHADO FERREIRA	4,00	3	

CARGO MÉDICO ONCOLOGISTA			
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**	
LUCIANE MARIA BARBOSA PEIXOTO	1,90	1	

CARGO MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
JUSSARA FUENTES LINDOTE	4,00	1

CARGO MÉDICO PEDIATRA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
ADALBERTO ROSSÉS	5,60	1
LUIZ ANTONIO COSTAGUTA ARRUDA	1,50	2

CARGO MÉDICO PROCTOLOGISTA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
DORALÍCIO MACEDO LOPES	5,50	1
CARGO FISIOTERAPEUTA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
MARILIA PRATES DA COSTA	7,50	1
BRUNA DUTRA FERNANDES	5,90	2
LEONARDO FAGUNDES BISSO	5,50	3
FLADIMIR DE OLIVEIRA	5,00	4

CARGO FISIOTERAPEUTA – VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PRETAS E PARDAS		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
LAILA GIOVANA RIBEIRO RODRIGUES *PPP	0,10	1
EDUARDO RODRIGUES LAUZ *PPP	0,00	2

*PPP – CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADA A PESSOAS PRETAS E PARDAS

CARGO TERAPEUTA OCUPACIONAL		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
AMANDA AZAR CORREA	1,60	1

CARGO ODONTÓLOGO		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
HELENILDA BALTAZAR DA NOBREGA	7,10	1
LEONARDO JORGE MATTOS	6,50	2
DAVID JOSE BARCELO MARTINS	6,50	3
FRANCESCA MORO LEONARDI	6,50	4
JORGE LUIS GISLER PUHL	5,75	5
BIANCA GRANDEAUX PISIANI	5,75	6
ERIKA ZANINI DE ANDRADE	5,70	7
PRISCILA ECOTEN MATTOS	5,65	8
LETICIA UCHA FEIPPE	5,15	9
THAIS ZANETT CHEROBIN	5,05	10
MARCELO PEREIRA REMEDI	4,95	11
RODRIGO ARCE SILVEIRA	4,95	12
AMAL HWAS BAJA	4,85	13
CANDICE DA ROSA CREMONINE	4,75	14
ALINE GENRO PARODES	4,75	15
MARCOS MACHADO MARACCI	4,75	16
JONI CESAR GISLER PUHL	4,20	17
CAROLINA SILVA FERRAZ DA CRUZ	4,20	18
LUCAS MACHADO MARACCI	4,00	19
JULIO CÁ	2,25	20

CARGO ODONTÓLOGO – VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PRETAS E PARDAS		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
GABRIELE SOARES MAYDANA *PPP	0	1

*PPP – CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADA A PESSOAS PRETAS E PARDAS

CARGO DE PSICÓLOGO		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
NAGILA DINIZ RIOS SANTOS DA SILVA	5,65	1
ANA PAULA SAFONS SCHARDOSIM	5,60	2

CARGO ENFERMEIRO		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
JULIA TORRES CAVALHEIRO	8,55	1

VANESSA BRAZ SILVA	7,25	2
PAMELA MARTINS DE VARGAS	6,50	3
MARISA BERENICE BARRETO SILVA	6,50	4
CAMILA ISQUIERDO SEHNEM	6,50	5
KARINA DIAS HUSEIN ABDULLAH	6,50	6

CLAUDIA MONTANHA DO ESPIRITO SANTO	5,75	7
RENATA UCHA TEIXEIRA	5,50	8
LARISSA KELBOUSCAS NOYA	5,35	9
ANA EMILIA BICCA CORREA MARQUES	5,05	10
ANDERSON GEOVANI ZIMMER	5,00	11
ADILCE MARIA GINDRI REGHELIN	4,85	12

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

CARGO ENFERMEIRO – VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PRETAS E PARDAS		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
REBECA OLIVEIRA DA COSTA *PPP	4,00	1
DIONARA PEREIRA CARDOZO *PPP	3,60	2
LUANA CARDOSO ACOSTA PEREIRA *PPP	0,75	3

*PPP – CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADA A PESSOAS PRETAS E PARDAS

CARGO ENFERMEIRO – VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
FELIPE DAVID GÓMEZ BITENCOURT *PCD	1,75	1

* PCD- CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CARGO TÉCNICO DE ENFERMAGEM		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
PRISCILA SILVANA DA ROSA VIEIRA	9,10	1
CARLA TAIANE LOUREIRO BARBOSA	8,40	2
DANIELE DE OLIVEIRA ARROJO	7,40	3
NUBIA CRISTINA DE FREITAS PIRES	7,00	4
GABRIELA RIVEIRO GERBATIN	6,90	5
FERNANDA ILHA HARDEN CAETANO	6,40	6
SILVIA ELAINE GONÇALVES FARIAS	6,00	7

LUANA CARDOSO ACOSTA PEREIRA *PPP	6,00	8
ALINE DAIANE DA SILVA GULARTE	6,00	9
CLARISSA GONÇALVES MACHADO	5,90	10
FERNANDA DA SILVA SILVEIRA	5,60	11
GABRIELLE SIMÕES PIRES DA ROSA	4,50	12

*PPP – CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PRETAS E PARDAS

CARGO TÉCNICO DE ENFERMAGEM – VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PRETAS E PARDAS		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
LUANA CARDOSO ACOSTA PEREIRA *PPP	6,00	1
AMANDA TORRES CARDONA GULARTE *PPP	3,90	2
JOSIANE MARQUES GOMES *PPP	3,30	3

*PPP – CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PRETAS E PARDAS

CARGO NUTRICIONISTA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
MARCELO DOS SANTOS MACEDO *PPP	5,50	1
LUANA OLIVEIRA SEVERO	5,50	2
VANESSA DA SILVA DO NASCIMENTO	4,00	3
PRISCILA OLIVEIRA RIBEIRO	4,00	4

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

CARGO NUTRICIONISTA – VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PRETAS E PARDAS		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
MARCELO DOS SANTOS MACEDO *PPP	5,50	1

CARGO PREPARADOR FÍSICO		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
RONALDO PACHECO BRAS	2,00	1

CARGO FARMACÊUTICO		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
ADRIANA ANDRADE DE SOUZA	5,80	1
LUCILA MARIA VASQUEZ	4,85	2

CARGO AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL				
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**		
SAMANTHA SOLTAU CARNEIRO	6,80	1		
LIGIA MOREIRA MARQUES	6,40	2		
LILIANA PINTO MACHADO	6,40	3		

MARIA GORETI FUHR	6,40	4		
ADRIANA GONÇALVES AGEITOS	6,20	5		
KATIA SIMONE GUTIERRES FRIOLIN	6,00	6		
PRISCILA CUNA LEMOS	5,40	7		
RAQUEL RODRIGUES DE ALMEIDA	4,50	8		
DANIELI FARIAS MARTINS	4,00	9		
LAURA PATRÍCIA FERRÃO FERREIRA	3,90	10		
CARLA TATIANA XAVIER PINTO	3,80	11		
QUELI RODRIGUES DE ALMEIDA GONÇALVES	3,30	12		
FRANCINI MACHADO OLIVEIRA *PPP	1,50	13		
JANINE FLORES VIEIRA	1,50	14		
TAYANA CAMILE GONÇALVES COSTA	1,20	15		
DARIANE ELIZABETH COELHO OLIVEIRA *PPP	1,00	16		
ANA VALERIA IGLESIAS SGHAIAR	0,30	17		
MICHELE FERNANDES ALVES	0,30	18		
ALINE DE MORAES LUCAS	0,30	19		
CRISTIANE DE MACIEL IRIGARAY *PPP	0,10	20		
GABRIELLE DE CARVALHO BASILEWICZ	0,10	21		
JAÍNE PINTO FALLERO	0,00	22		
KETLYN AMANDA LOMBARDY ESCAÑUELA	0,00	23		

NICOLE RODRIGUES SCASSO *PPP	0,00	24

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS.

CARGO AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS:		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
FRANCINI MACHADO OLIVEIRA *PPP	1,50	1
DARIANE ELIZABETH COELHO OLIVEIRA *PPP	1,00	2
CRISTIANE DE MACIEL IRIGARAY *PPP	0,10	3
NICOLE RODRIGUES SCASSO *PPP	0,00	4

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS.

CARGO TÉCNICO EM CONTABILIDADE		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
GRACIELA SILVEIRA BRASIL	10,00	1
HELENA NUNES DE OLIVEIRA VARGAS	9,50	2
GUSTAVO DA SILVA PINTO	0,00	3

CARGO AGENTE REDUTOR DE DANOS		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
FELIPE DAVID GOMES BITTENCOURT *PCD	9,50	1
KATIA PIMENTEL DE OLIVEIRA	8,50	2
ANA PAULA VIERA SILVEIRA	8,00	3
KELI SILVANA DA CRUZ	7,50	4
WAINER DARCY RIBEIRO ROSA	6,80	5
ARLETE SILVEIRA VASQUES *PPP	6,00	6
MAYARA DOS SANTOS GENRO	5,50	7
ANA PRISCILA DOS SANTOS CABREIRA *PPP	5,00	8
LEONARDO INDA DA ROCHA	5,00	9
GISELE DE ARAÚJO CASTRO	4,70	10
FABIANA MARTINS DE CASTRO	4,50	11
MARIANE ANDRADE DE OLIVEIRA	4,40	12
MARIELLI WANDERLEIA PEREIRA MOTTA	4,30	13
MARIO CEZAR SOARES PEDROSO	4,00	14
JOVANA RODRIGUES CARDOZO	3,80	15
TUANY IBALDO MADRUGA *PPP	3,70	16

*PPP – CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS.
*PCD – CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.

CARGO AGENTE REDUTOR DE DANOS – VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS:		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
ARLETE SILVEIRA VASQUES *PPP	6,00	1
ANA PRISCILA DOS SANTOS CABREIRA *PPP	5,00	2
TUANY IBALDO MADRUGA *PPP	3,70	3

*PPP – CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS.

CARGO AGENTE REDUTOR DE DANOS – VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
FELIPE DAVID GOMES BITTENCOURT *PCD	9,50	1

*PCD – CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.

CARGO AGENTE DE SAÚDE		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
MAIARA MULLER MONTIEL	8,00	1
AMANDA DA MAIA ALVES CUSTODIO	8,00	2

CARMEN BEATRIZ SEVERO DE MORAES	7,50	3
EDIO WILSON PEREIRA RUIDIAS	7,50	4
TOMAZ EDSON PEREIRA FURTADO	7,50	5
LEONARDO INDA DA ROCHA	7,50	6
ALEX FERNANDO FERRÃO DA SILVA *PCD	7,50	7
CLAUDIO DUTRA ROCHA	7,30	8
ELIZIANE DIOGO DO ESPIRITO SANTO	7,30	9
SIRLEI SOUSA DUTRA	7,00	10
MARIANE ANDRADE DE OLIVEIRA	7,00	11
DAIANE LOPES PEREIRA	6,80	12
MARILIA SILVA DE OLIVEIRA *PPP	6,60	13
FERNANDA ILHA HARDEM CAETANO	6,50	14
DEBORA CIBELE DOS SANTOS MACHADO	6,50	15
MARCIO RODRIGUES MACIEL	6,20	16
MARLIZE DOS SANTOS SEVERO	6,00	17
LUCIELI BARONE MENDES	6,00	18
RICARDO SAMPAIO AGUIAR	6,00	19
ANGELICA CAROLINE DOS SANTOS FAJARDO	5,80	20
ANA CLARICE DA COSTA MACIEL	5,50	21
MIRIAM ROSELE MUNIZ MORALLES MARQUES	5,00	22
AMANDA TORRES CARDONA GULARTE *PPP	5,00	23
JAMILLE DOS SANTOS DE MELLO RODRIGUES	5,00	24
NATALIA DE BRITO CAMPONOGARA	5,00	25
ANA MARI DE OLIVEIRA MACHADO *PPP	5,00	26
GRACIELA LARA DIAS	4,70	27
GISELI DE ARAUJO CASTRO	4,70	28
JULIANA BAUTISTA GUEDES	4,50	29
ARLETE SILVEIRA VASQUES *PPP	4,50	30
REBECA OLIVEIRA DA COSTA *PCD	4,50	31
MARIO CEZAR TORRES PEDROSO	4,40	32
ALIANE TEREZINHA DE LIMA MARTINS	4,20	33
ADRIANA CANABARRO PEREIRA	4,10	34
BRAIAN NICOLÁS CORTEZ ALVEZ (SOB LIMINAR)	4,00	35
THAISA SILVEIRA SALENAVE *PPP	3,80	36
VINICIUS DIAS VIEIRA	3,60	37
LORIANE RIBEIRO XIMENES	3,50	38

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS
*PCD - CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

CARGO AGENTE DE SAÚDE – VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PRETAS E PARDAS		
NOME DO CANDIDATO	**SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO**	**OBSERVAÇÃO**
MARILIA SILVA DE OLIVEIRA *PPP	6,60	1
AMANDA TORRES CARDONA GULARTE *PPP	5,00	2
ANA MARI DE OLIVEIRA MACHADO *PPP	5,00	3
ARLETE SILVEIRA VASQUES *PPP	4,50	4
THAISA SILVEIRA SALENAVE *PPP	3,80	5
NATALIA SANTANA *PPP	2,80	6

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

CARGO AGENTE DE SAÚDE - VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
ALEX FERNANDO FERRÃO DA SILVA *PCD	7,5	1
REBECA OLIVEIRA DA COSTA *PCD	4,5	2

*PCD - CONCORRE TAMBÉM AS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

CARGO FISCAL SANITÁRIO		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
RODRIGO FERNANDES SOUZA	8,00	1
JONATAS MACIEL CASTRO	7,00	2
ANDRESSA DUTRA NEVES	5,00	3
VERA CRISTINA SAUCEDO SABATINI	4,50	4
IÁCHINY VELOZO SIQUEIRA (SOB LIMINAR)	2,50	5
ANA MARI DE OLIVEIRA MACHADO *PPP	2,30	6
LARISSA CORDEIRO CHAVES	1,90	7
MAYARA DOS SANTOS GENRO	1,50	8
NICOLE MACIEL PEREZ	1,50	9
LEANDRO MARTINS PEREIRA	1,50	10

CARGO FISCAL SANITÁRIO- VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
ANA MARI DE OLIVEIRA MACHADO *PPP	2,30	1
BARBARA LARISSA LARRUSCAIN RETEGUY*PPP	1,50	2

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

CARGO MOTORISTA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
LEANDRO ARANDA DOS SANTOS	10,00	1
DANIEL IDIARTE MARTINS	10,00	2
CARLOS EDUARDO MACHADO CARDOSO	8,00	3

PAULO RICARDO SILVA OLIVEIRA *PPP	8,00	4
CESAR HIPÓLITO FERRON MELO	7,50	5
GUIDO PRINZO DOS SANTOS	7,50	6
LUIS WANDERLEI GIUDICE DE OLIVEIRA	6,50	7
THIAGO SOUZA PEREIRA	6,50	8

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS.

CARGO MOTORISTA – VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS:		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
PAULO RICARDO SILVA OLIVEIRA *PPP	8,00	1
CLAUDOIR GOMES TORRES *PPP	5,00	2

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS.

CARGO OPERÁRIO		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
MARCELO MACHADO LEITE	7,50	1
SANDRO ADRIANO FARIAS MENDES	7,00	2
LUIZ EDUARDO OLIVEIRA MACHADO *PPP	6,50	3
EDSOM RODRIGO DIAZ PADILHA *PPP	5,50	4
MARIA DE FÁTIMA VIANA DA SILVEIRA	4,00	5

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

CARGO OPERÁRIO – VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
LUIZ EDUARDO OLIVEIRA MACHADO *PPP	6,50	1
EDSOM RODRIGO DIAZ PADILHA *PPP	5,50	2

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

CARGO: RONDA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
BRUCELI COSTA DA SILVA	8,00	1
BRUNO MARTINS DOS SANTOS *PPP	8,00	2
CRISTIANO GONÇALVES DE SOUZA	7,50	3
LUIS EDUARDO LANDSKRON GONÇALVES	7,00	4
MARCELO PONS MACHADO	7,00	5
JOÃO PEDRO COSTA MELO	6,50	6
WILLIAM MARCELO MARQUES JUDES MACHADO	6,00	7
CARLOS UBIRAJARA DOMINGUES ROMES	6,00	8
CLAUDIOMIRO HAR MAGALHÃES	6,00	9
LUCAS DOS SANTOS DUARTE	6,00	10
GEISON CRISTIANO VARGAS *PPP	5,50	11
LUIS CARLOS PEREIRA LOPES	5,50	12
DENIS BETANCUR LEITE	5,50	13
JOSÉ CÉLIO DE OLIVEIRA LINHARES	5,00	14
DENILSON MARTINS SOUZA	5,00	15
ROSIMAR PEREIRA RODRIGUES	5,00	16
LUIZ EDUARDO OLIVEIRA MACHADO *PPP	5,00	17
BRUNO DOS SANTOS LEAL	5,00	18
CELESTINO NUNES DE NUNES	4,00	19
HENRIQUE LEAL BUENAVISTA	4,00	20
IVAN CLEBER VELASQUES RIBEIRO	4,00	21
DIEGO ROSA DOS SANTOS	4,00	22
MARTA REJANE RIBEIRO	4,00	23
PAMELA JAQUELINE LEMOS PACHECO	4,00	24
RAFAELA SCHMITZ DE SOUZA	4,00	25
ALYSON CESAR PEREIRA DA SILVA	4,00	26
ROGÉRIO RIBEIRO DOS SANTOS	3,50	27
DANIEL RAK DA ROSA	3,50	28
JULIANO RODRIGUES DE ALMEIDA	3,50	29
VALMIR GOMES SOARES *PPP	3,50	30
CLAUDEMIR MACHADO	3,00	31
CLEITON FIGURÔA DA TRINDADE	3,00	32
VLADEMIR MACHADO DA SILVA	3,00	33
ELIAS PIRES FERNANDES	3,00	34
MAURÍCIO RODRIGUEZ BRAGANÇA	3,00	35
BRUNO BRANDÃO DA SILVA	3,00	36
EDSOM RODRIGO DIAZ PADILHA *PPP	3,00	37
SANDRO ADRIANO FARIAS MENDES	3,00	38
JOSÉ AUGUSTO PECHE NEIRA	3,00	39
GEAN GABRIEL TRINDADE CARVALHO	3,00	40

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

CARGO RONDA – VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS (PPP)				
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**		
BRUNO MARTINS DOS SANTOS *PPP	7,00	1		
GEISON CRISTIANO VARGAS *PPP	5,50	2		
LUIZ EDUARDO OLIVEIRA MACHADO *PPP	5,00	3		
VALMIR GOMES SOARES *PPP	3,50	4		

EDSOM RODRIGO DIAZ PADILHA *PPP	3,00	5		
JEFERSON SILVEIRA TEIXEIRA *PPP	3,00	6		
ISAIAS JUNIOR COUTO DOS SANTOS *PPP	1,00	7		
PAULO ROGÉRIO PIRES PIRES *PPP	0,00	8		

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

CARGO ELETRICISTA		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
BRUCELI COSTA DA SILVA	4,25	1
PAULO ROGÉRIO PIRES PIRES *PPP	1,00	2

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

CARGO ELETRICISTA - VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
PAULO ROGÉRIO PIRES PIRES *PPP	1,00	1

*PPP – CONCORRE TAMBÉM ÀS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PRETOS E PARDOS

CARGO PINTOR		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
JOAO PEDRO COSTA MELO	5,00	1
AQUILES MUNHOZ UMPIERRE	2,50	2
WELLINGTON MAZONI ARNEZ	1,50	3
ANTONIO JOÃO PINTO DA SILVA	1,00	4

CARGO PEDREIRO		
NOME DO CANDIDATO	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
AQUILES MUNHOZ UMPIERRE	6,00	1
UBIRAJARA BASTOS KAUBE	4,50	2
JORGE ALBERTO RODRIGUES ROCHA	2,00	3

OBS.: O candidato Braian Nicolás Cortez Alvez não consta na lista do cargo de Agente Redutor de Danos em razão de sua pontuação final ser 3,0, permanecendo abaixo da classificação que se enquadraria no dobro do número de vagas a serem chamadas para a entrevista, conforme item 8.2 do Edital de Abertura do PSS nº. 04/2025.

COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº1207 DE 30 DE JUNHO DE 2025.

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:E7560A25

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ANEXO I – TERMO DE FOMENTO N° 01/2026

Trata-se de anexo referente ao "TERMO DE FOMENTO 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E A ASSOCIAÇÃO DA CASA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, conforme o Processo Administrativo nº 2791/2026

PLANO DE TRABALHO

PARTE 1: DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC

DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC	
Nome da parceria: Casa da Economia Solidária de Santana do Livramento	
Nome da OSC: Associação da Casa de Economia Solidaria de Santana do Livramento	
Endereço completo Rua Rivadavia Correa 60	
CNPJ: 34.249.473/0001-49	
Site, Rede Social, outros:	
Telefone fixo:	Telefone celular: (55)991265935
E-mail da OSC: ecosollvto@gmail.com	
DADOS DA CONTA BANCÁRIA DA OSC	
Titular da conta: Associação da Casa de Economia Solidária de Santana do Livramento-RS	
Banco: BANRISUL	
Agência: 0280	
Conta-Corrente: 061392288-6	

REPRESENTANTE LEGAL DA PARCERIA		
Nome do(a) representante legal: Ivonne Alves		
Cargo: presidente		
RG: 1027632098	Órgão expedidor: SSP	CPF: 314346300-72
Telefone fixo:	Telefone celular: (55) 98412 5136	
E-mail do(a) responsável: iv.antunes60@gmail.com		

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO PROJETO	
TÍTULO DO PROJETO: Fortalecimento da Economia Solidaria Local	
PERÍODO DE EXECUÇÃO:12 MESES	
INÍCIO: a partir do recebimento do recurso	TÉRMINO: 360 dias após o recebimento do recurso
JUSTIFICATIVA: Segundo IBGE em 2022, a população de Santana do Livramento era de 84.421 habitantes, sendo o pessoal ocupado em postos de trabalho formais 19.297 pessoas com salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,0 salários mínimos, apresentando um percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo de um 33,9 % , em 2023, o PIB per capita era de R$ 37.237,35. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 696 de 497 entre os municípios do estado e na 3191 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2024 era de 62,83%, o que o colocava na posição 466	

de 497 entre os municípios do estado e na 5154 de 5570. Em 2024, o total de receitas realizadas foi de R$ 470.675.762,84 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R$ 483.698.952,79 (x1000). Isso deixa o município nas posições 32 e 27 de 497 entre os municípios do estado e na 440 e 410 de 5570 entre todos os municípios.

Segundo Paul Singer a Economia Solidária definida como o "conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, serviços e créditos – organizados sob a forma de autogestão." Sendo considerada uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que integra quem produz quem vende quem troca e quem compra. Seus princípios são autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário e consciente." A economia solidária preconiza o entendimento do trabalho como um meio de emancipação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações de trabalho capitalistas.
Além disso, a economia solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. Vale ressaltar que a economia solidária não se confunde com o chamado "terceiro setor", que substitui o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadores, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A economia solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadores como sujeitos de sua história.
Projeto de Lei 6606/19 que cria a Política Nacional de Economia Solidária foi aprovado e sancionado no mês de dezembro de 2024, onde menciona nos respetivos artigos:
• Art. 1º Esta Lei qualifica os empreendimentos de economia solidária, dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes) com vistas a fomentar a economia solidária e o trabalho associado e cooperativado.
• Art. 2º A economia solidária compreende as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, observados os princípios da autogestão, do comércio justo e solidário, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente e a valorização do ser humano, do trabalho e da cultura.
• Art. 3º A Política Nacional de Economia Solidária constitui o instrumento pelo qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará planos e ações com vistas ao fomento da economia solidária.
A Casa da Economia Solidária vem se apresentando desde o ano 2013 como um espaço de fortalecimento comunitário, promovendo formações e qualificações profissionais para a comunidade menos favorecida, aumentando a geração de renda e trabalho associado e colaborativo, alinhando sempre aos princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, cabe destacar que a Casa de Ecosol que foi a primeira a ser fundada no estado do RS e não sou ampliou seu espaço físico desde aquele momento assim como formou parcerias com a UNIPAMPA, SANTA CASA, ACESUAS e SMAIS sendo promotora do projeto ‘ Mulheres que cuidam e limpam’ aonde foram formadas mas de 50 mulheres na área de cuidados ao idosos, trabalhos de limpeza doméstica assim como de condomínios, hotéis e restaurantes, também durante a pandemia em parceria com IFSUL Polo Livramento as costureiras que fazem parte desta Casa produziram mas de 800 mascaras para alunos e professores desta instituição assim como também foram parceiras do projeto ‘Dignidade Menstrual’ aonde desenvolveram diferentes protocolos de absorventes ecológicos reutilizáveis para uso das alunas deste instituto aonde finalmente foram entregues mas de 1000 unidades produzidas na sua totalidades em algodão orgânico proveniente de empreendimentos econômicos solidarias e costuradas por mulheres da nossa cidade, desta forma demostrasse a importância econômica gerada a nível local. Durante o ano 2023,2024 e 2025 esta Associação vem executando Termos de Fomento em parceria com a Prefeitura de Santana do Livramento executando oficinas nas áreas de costura, alimentação e saboaria chegando a diversas mulheres que por motivos diferentes estão fora do mercado laboral e a partir destas qualificações enxergam diferentes oportunidades de forma autônoma o se somando aos EES já existentes.
A desigualdade de oportunidades e a exclusão social ainda são desafios importantes no contexto local, especialmente para mulheres que enfrentam barreiras econômicas, sociais e culturais para acesso ao mercado de trabalho. A Casa da Economia Solidária, como um espaço de fortalecimento comunitário, tem o compromisso de promover ações que incentivem o protagonismo feminino e a geração de renda, alinhados aos princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável.
O projeto " Fortalecimento da Economia Solidaria Local” surge como resposta a essa realidade, buscando oferecer ferramentas seja através de formações e qualificações assim como de aquisição de equipamentos que permitem desenvolver o trabalho diário dos empreendimentos econômicos solidários da cidade de Santana do Livramento, a realização de capacitações temáticas e a participação em feiras de economia solidária ampliam as possibilidades de visibilidade e inclusão econômica dessas mulheres, promovendo autonomia financeira e fortalecimento de suas comunidades.
A ação também considera o papel central das mulheres na estrutura familiar e comunitária, permitindo que o empoderamento feminino gere resultados positivos não apenas na vida das participantes, mas também em suas famílias e em toda a sociedade. Investir na formação e na valorização dessas mulheres contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e economicamente sustentável.
Dessa forma, este projeto justifica-se pela sua relevância social e econômica, pela possibilidade de mitigar desigualdades e pelo potencial de transformação nas vidas das mulheres empreendedoras e de suas comunidades.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES:
Eixos de Trabalho
Ação 1 Aquisição de Equipamentos
Descrição: Aquisição de equipamentos que permitem o desenvolvimento as pessoas que trabalham de forma associada na coleta seletiva da cidade de Santana do Livramento, a aquisição dos equipamentos contribuí diretamente aos volumeis de material reciclado pelos catadores na rotina de trabalho o que significa um aumento da geração de renda das famílias nas quais estão inseridas.

Ação 2– Aquisição de materiais para reparação do telhado e pagamentos dos serviços de mão de obra para as reparações.
Descrição: Aquisição de matéria prima para reparação do telhado do espaço físico (chapas, ripas, madeiras, luminária, janelas, vidros) assim como pagamento pelos serviços para reparação dos danos ocorridos no temporal de maio de 2026 na Associação dos Catadores Novos Horizontes,
Metas: 2.1. Garantir o trabalho nas condições de segurança mínima evitando assim deterioro de material de trabalho (Prensa e Esteira).
.
Ação 3 – Participação na FEICOOP
Descrição: Viabilizar a participação na Feira Internacional de Economia Solidaria e Cooperativismo (FEICOOP) do Estado do RS realizada em Santa Maria no mês de julho levando os produtos e os empreendimentos que atuam na Casa de Economia Solidaria, ampliando a visibilidade dos produtos e a rede de contatos e comercialização assim como participando das oficinas de formações que acontecem durante o evento.
Metas: 3.1. Apoio para participação na FEICOOP, o apoio e realizado para os integrantes dos empreendimentos que atuam na Casa de Economia Solidaria a traves de locação de transporte, auxílio na hospedagem e alimentação de 15 mulheres (no máximo) para garantir a sua participação na FEICOOP, fomentando a comercialização direta e autonomia econômica dos Empreendimentos econômicos solidários.

Ação 4 - Participação de Feiras, Seminários e Oficinas
Descrição: Participação de Seminários de Economia Solidaria, Feiras Regionais, Oficinas de Formação e Qualificação fora do município de Santana do Livramento.
Meta 4.1: Garantir a participação dos EES em diferentes eventos garantindo assim a formação continua destes tanto como a comercialização em diferentes espaços ampliando os mercado de comercialização

Identificação dos integrantes da Associação de Catadores Novos Horizontes mediantes fichas de cadastros.
Identificação dos integrantes da Associação da Casa de Economia Solidaria mediantes fichas de cadastros
Realização de visitas presencias para coleta dos dados antes mencionados.
Aquisição de equipamentos e materiais para reparo para Associação de Catadores Novos Horizontes.
Viagem Feira Internacional de Economia Solidaria FEICOOP
Participação de Feiras regionais, Seminários e Oficinas.

OBJETIVOS E METAS:
Metas:
1.1. Aumentar a quantidade de catadores que fazem a coleta seletiva da cidade
1.2. Aumentar a quantidade de material coletado na cidade e por conseguinte aumento na geração de renda de cada um dos integrantes a Associação Catadores Novos Horizontes.
Metas:
2.1. Garantir o trabalho nas condições de segurança mínima evitando assim deterioro de material de trabalho (Prensa e Esteira).
Metas:
3.1. Apoio para participação na FEICOOP, o apoio e realizado para os integrantes dos empreendimentos que atuam na Casa de Economia Solidaria a traves de locação de transporte, auxílio na hospedagem e alimentação de 15 mulheres (no máximo) para garantir a sua participação na FEICOOP, fomentando a comercialização direta e autonomia econômica dos Empreendimentos econômicos solidários.
Meta 4.1
Garantir a participação dos EES em diferentes eventos garantindo assim a formação continua destes tanto como a comercialização em diferentes espaços ampliando os mercado de comercialização

PÚBLICO-ALVO BENEFICIADO:

Integrantes da Associados da Casa de Economia Solidaria e da Associados dos Catadores Novos Horizontes

CONTRAPARTIDA:
Divulgação dos conceitos de economia solidaria no município junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico par uma valoração dos saberes e conhecimentos locais para o crescimento econômico do município.

VALOR GLOBAL DA PARCERIA: R$34.000,00

MODALIDADE DE APOIO		
Tipo de apoio:	x	Emenda Parlamentar à Lei VEREADOR DAGBERTO REIS SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
		Justificativa de Dispensa ou Inexigibilidade

RECURSOS COMPLEMENTARES		
Existência ou ausência de recursos complementares:	x	Inexistência de recursos complementares
		Existência de recursos complementares

ANEXOS (OBRIGATÓRIOS)		
		Ofício do parlamentar:
		Plano de Trabalho de Termo de Fomento
		Cópia do estatuto registrado e suas alterações
		Comprovante de que o CNPJ da Organização tem mais de um ano.
		Comprovante de endereço de funcionamento da Organização
		Certidão geral de débitos federal ATUALIZADA

		Certidão geral de débitos estadual ATUALIZADA
		Certidão geral de débitos municipal ATUALIZADA
		Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ATUALIZADO
		Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre com o disposto no inc. XXXIII dodo art. 7º da Constituição da República;
		Declaração, sob as penas da Lei, de que não incorre no previsto no art.39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
		Apresentação de conta bancária especifica para manter e movimentar os recuros
		A Organização não possui, entre seus dirigentes, administradores ou associados com poder de direção, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público com cargo em comissão ou função de confiança lotado na OSC e não realizará pagamento a servidor ou empregado público com recursos da parceria.
		A Organização possui experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessária para realização do objeto.

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE
Declaro que:

[X] A A Organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014.

[X] A Organização não possui, entre seus dirigentes, administradores ou associados com poder de direção, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público com cargo em comissão ou função de confiança lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico/Prefeitura Municipal de Santana do Livramento e não realizará pagamento a servidor ou empregado público com recursos da parceria.

[x] A Organização possui experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessárias para realização do objeto.

[X] A Organização respeita a vedação ao trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, e a qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (a partir de 14 anos), em cumprimento com o disposto no inc.III, art. 7º da Constituição Federal.

Data: 29/06/2026,

Assinatura do(a) dirigente da OSC: _____

PARTE 2: PLANEJAMENTO E GESTÃO DA PARCERIA

APRESENTAÇÃO

A Casa da Economia Solidária vem se apresentando desde o ano 2013 como um espaço de fortalecimento comunitário, promovendo formações e qualificações profissionais para a comunidade menos favorecida, aumentando a geração de renda e trabalho associado e colaborativo, alinhando sempre aos princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, cabe destacar que a Casa de Ecosol que foi a primeira a ser fundada no estado do RS e não sou ampliou seu espaço físico desde aquele momento assim como formou parcerias com a UNIPAMPA, SANTA CASA, ACESUAS e SMAIS sendo promotora do projeto ‘ Mulheres que cuidam e limpam’ aonde foram formadas mas de 50 mulheres na área de cuidados ao idosos, trabalhos de limpeza doméstica assim como de condomínios, hotéis e restaurantes, também durante a pandemia em parceria com IFSUL Polo Livramento as costureiras que fazem parte desta Casa produziram mas de 800 mascaras para alunos e professores desta instituição assim como também foram parceiras do projeto ‘Dignidade Menstrual’ aonde desenvolveram diferentes protocolos de absorventes ecológicos reutilizáveis para uso das alunas deste instituto aonde finalmente foram entregues mas de 1000 unidades produzidas na sua totalidades em algodão orgânico proveniente de empreendimentos econômicos solidarias e costuradas por mulheres da nossa cidade, desta forma demostrasse a importância econômica gerada a nível local. Durante o ano 2023,2024 e 2025 esta Associação vem executando Termos de Fomento em parceria com a Prefeitura de Santana do Livramento executando oficinas nas áreas de costura, alimentação e saboaria chegando a diversas mulheres que por motivos diferentes estão fora do mercado laboral e a partir destas qualificações enxergam diferentes oportunidades de forma autônoma o se somando aos EES já existentes.

JUSTIFICATIVA

A desigualdade de oportunidades e a exclusão social ainda são desafios importantes no contexto local, especialmente para mulheres que enfrentam barreiras econômicas, sociais e culturais para acesso ao mercado de trabalho. A Casa da Economia Solidária, como um espaço de fortalecimento comunitário, tem o compromisso de promover ações que incentivem o protagonismo feminino e a geração de renda, alinhados aos princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável.
O projeto " Fortalecimento da Economia Solidaria Local” surge como resposta a essa realidade, buscando oferecer ferramentas seja a traves de formações e qualificações assim como de aquisição de equipamentos que permitem desenvolver o trabalho diário dos empreendimentos econômicos solidários da cidade de Santana do Livramento, a realização de capacitações temáticas e a participação em feiras de economia solidária ampliam as possibilidades de visibilidade e inclusão econômica dessas mulheres, promovendo autonomia financeira e fortalecimento de suas comunidades.
A ação também considera o papel central das mulheres na estrutura familiar e comunitária, permitindo que o empoderamento feminino gere resultados positivos não apenas na vida das participantes, mas também em suas famílias e em toda a sociedade. Investir na formação e na valorização dessas mulheres contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e economicamente sustentável.
O presente ajuste no Plano de Trabalho justifica-se em razão dos impactos causados pelo forte temporal que atingiu o município de Santana do Livramento durante o mês de maio. O evento climático provocou danos significativos à infraestrutura urbana do local aonde e realizada a triagem do material reciclagem coletado na cidade d, comprometendo a execução regular das atividades tais como prensagem do material. Em decorrência das chuvas intensas, ventos fortes e demais efeitos associados ao temporal, houve interrupções operacionais, a necessidade de reparação do telhado do Galpão para prevenir estragos de equipamento tal como Prensa, além da realização das ações rotineiras dentro do espaço de trabalho. Dessa forma, torna-se necessária a adequação do Plano de Trabalho, de modo a compatibilizar as ações previstas com a realidade enfrentada pelo município após o evento climático, garantindo a continuidade dos serviços, a correta aplicação dos recursos disponíveis e o atendimento eficiente às demandas

emergenciais geradas pela situação. A presente justificativa fundamenta-se no interesse público e na necessidade de assegurar a efetividade das ações previstas, considerando os impactos excepcionais decorrentes do temporal ocorrido no mês de maio.

Dessa forma, este projeto justifica-se pela sua relevância social e econômica, pela possibilidade de mitigar desigualdades e pelo potencial de transformação nas vidas das mulheres empreendedoras e de suas comunidades.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Fortalecimento da Economia solidaria no território santanense.

CONTRAPARTIDA

Divulgação dos conceitos de economia solidaria no município junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico par uma valoração dos saberes e conhecimentos locais para o crescimento econômico do município.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Ação 1 Aquisição de Equipamentos.
Aquisição de equipamentos que permitem o desenvolvimento as pessoas que trabalham de forma associada na coleta seletiva da cidade de Santana do Livramento, a aquisição dos equipamentos contribuí diretamente aos volumeis de material reciclado pelos catadores na rotina de trabalho o que significa um aumento da geração de renda das famílias nas quais estão inseridas.
Metas: 1.1. Aumentar a quantidade de catadores que fazem a coleta seletiva da cidade
1.2. Aumentar a quantidade de material coletado na cidade e por conseguinte aumento na geração de renda de cada um dos integrantes a Associação Catadores Novos Horizontes.

Ação 2 – Aquisição de materiais para reparação do telhado e pagamentos dos serviços de mão de obra para as reparações
Descrição: Aquisição de matéria prima para reparação do telhado do espaço físico (chapas, ripas, madeiras, luminária, janelas, vidros) assim como pagamento pelos serviços para reparação dos danos ocorridos no temporal de maio de 2026 na Associação dos Catadores Novos Horizontes,
Metas: 2.1. Garantir o trabalho nas condições de segurança mínima evitando assim deterioro de material de trabalho (Prensa e Esteira).

Ação 3 – Participação na FEICOOP
Descrição: Viabilizar a participação na Feira Internacional de Economia Solidaria e Cooperativismo (FEICOOP) do Estado do RS realizada em Santa Maria no mês de julho levando os produtos e os empreendimentos que atuam na Casa de Economia Solidaria, ampliando a visibilidade dos produtos e a rede de contatos e comercialização assim como participando das oficinas de formações que acontecem durante o evento.
Meta 3.1: Garantir a participação dos EES nos espaços de comercialização.

Ação 4 – Participação de Feiras, Seminários e Oficinas
Descrição: Participação de Seminários de Economia Solidaria, Feiras Regionais, Oficinas de Formação e Qualificação fora do município de Santana do Livramento.
Meta 4.1: Garantir a participação dos EES em diferentes eventos garantindo assim a formação continua destes tanto como a comercialização em diferentes espaços ampliando os mercado de comercialização.

DETALHAMENTO DAS METAS E INDICADORES

Identificação dos integrantes da Associação de Catadores Novos Horizontes mediantes fichas de cadastros.
Identificação dos integrantes da Associação da Casa de Economia Solidaria mediantes fichas de cadastros
Realização de visitas presencias para coleta dos dados antes mencionados.
Aquisição de equipamentos para Associação de Catadores Novos Horizontes.
Viagem Feira Internacional de Economia Solidaria FEICOOP.
Participação em Feiras, Seminários e Oficinas de formação e qualificação fora do Município de Santana do Livramento.

QUADRO GERAL

Identificar	Integrantes da Associação de Catadores Novo Horizonte.	Integrantes da Casa de Economia Solidária.
Coleta de Dados	Ficha cadastral – visitas presenciais para coletar os dados.	Ficha cadastral – visita presencial para coletar os dados.
Aquisições	Equipamentos para a Associação de Catadores Novo Horizonte.	
Viagem	Participação em Feiras, Seminários, Formações e qualificações fora do município de Santana do Livramento.	Participação em Feiras, Seminários, Formações e qualificações fora do município de Santana do Livramento.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa	Ação	Duração	Previsão de início	Previsão de término
1	aquisição dos carrinhos	6 meses	Após o recebimento do recurso	180 dias após o recebimento do recurso
2	Aquisição de material para reparação dos danos	4 meses	Após o recebimento do recurso	120 dias após o recebimento do recurso
3	FEICOOP	12 meses	Após receber o recurso	Até 360 dias após recebimento do recurso
4	Feiras, Seminários e Oficinas	12 meses	Após receber o recurso	120 dias após o recebimento do recurso

CRONOGRAMA DE TRABALHO

A proposta a ser submetida deve conter proposição de cronograma de trabalho para o período de meses de desenvolvimento da parceria.

Etapa	Ação	Duração	Previsão de início	Previsão de término
1	aquisição dos carrinhos	6 meses	Após o recebimento do recurso	180 dias após o recebimento do recurso
2	Aquisição de material para reparação dos danos	4 meses	Após o recebimento do recurso	120 dias após o recebimento do recurso
3	FEICOOP	12 meses	Após receber o recurso	Até 360 dias após recebimento do recurso
4	Feiras, Seminários e Oficinas	12 meses	Após receber o recurso	120 dias após o recebimento do recurso

PARTE 3: PLANEJAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA DA PARCERIA

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
Item	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
Carrinhos	para coleta seletiva	4	unidade	R$ 2000,00	8.000,00
Reparação	Reparação do telhado, janela, luminária		Matéria prima/ serviços	R$12.000,00	12.000,00
Transporte Feicoop	Lvto/ Sta Maria	1	unidade	R$6.000,00	6.000,00
Hotelaria e alimentação	Sta Maria	1	unidade	R$5.000	5.000,00
Feiras, Seminários e Oficinas	Brasil	10	diárias	R$300,00	3.000,00
Total					34.000,00

PAGAMENTOS EM ESPÉCIE
Não será necessário nenhum tipo de pagamento em espécie; o pagamento será feito por transações eletrônicas como, TED, PIX.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – Rever na tabela de cronograma de trabalho, onde consta os períodos para aquisições. O desembolso será mediante a execução das ações.						
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO						
Item	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total	
Carrinhos	para coleta seletiva	4	unidade	R$ 2000,00	8.000,00	8.000,00
Reparação	Reparação do telhado, janela, luminária		Matéria prima/ serviços	R$12.000,00	12.000,00	12.000,00
Transporte Feicoop	Lvto/ Sta Maria	1	unidade	R$6.000,00	6.000,00	6.000,00
Hotelaria e alimentação	Sta Maria	1	unidade	R$5.000	5.000,00	5.000,00
Feiras, Seminários e Oficinas	Brasil	10	diárias	R$300,00	3.000,00	3.000,00
Total						34.000,00

EQUIPE DE TRABALHO

Presidente: Ivone Alves
Tesoureira: Vera Lucia da Cunha
Comissão Fiscal: Ana Inés de Castro

As três estarão executando as tarefas administrativas referente a aquisição de equipamentos assim como coordenação de contratação de transporte, alimentação, assim como acompanhando a participação da Viagem a Santa Maria.

ANEXOS
[x] EQUIPE DE TRABALHO (OBRIGATÓRIO)
[ ] PLANO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS COMPLEMENTARES (SE HOUVER)
[ ] OUTROS (especificar): _____

Assinatura do representante da OSC:_____

Publicado por:
Hanelle Abot Bertola
Código Identificador:263BDB6A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO OURO

SECRETARIA DA FAZENDA
RREO - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO - 4° BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO :SÃO JOSÉ DO OURO-RS	
PODER EXECUTIVO	
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
Art. 48 - Anexo XIV PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE DE2026 / 4º BIMESTRE DE 2026	R$
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o bimestre
Previsão Inicial daReceita	54.000.000,00
Previsão Atualizada da Receita	54.000.000,00
Receitas Realizadas	33.142.628,52
Saldo de Exercícios Anteriores	0,00
Deficit Orçamentário	701.001,44
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o bimestre
Dotação Inicial	54.000.000,00
Créditos Adicionais	2.409.720,39
Dotação Atualizada	56.409.720,39
Despesas Empenhadas	37.912.434,09
Despesas Liquidadas	33.843.629,96
Despesas Pagas	32.977.637,51
Superávit Orçamentário	0,.00
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	37.912.434,09
Despesas Liquidadas	33.843.629,96
RECEITACORRENTELÍQUIDA-RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida Ajustada	47.084.677,93
	Até o bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Realizadas (I)	0,00
Despesas Liquidadas (II)	0,00

Resultado Previdenciário (I - II)	0,00
Regime Próprio dePrevidênciaSocial dos Servidores Públicos	
Receitas Realizadas (III)	0,00
Despesas Liquidadas (IV)	0,00
Resultado Previdenciário (III - IV)	0,00

RESULTADOS NOMINAL EPRIMÁRIO	Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em relação à meta (b / a)	
Resultado Nominal		392.732,41		
Resultado Primário		-546.771,11		
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não-Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Com Manutenção e Desenvolvimento Do Ensino	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado até o Bimestre	
MínimoAnualde25%das Receitas de Impostos na ManutençãoeDesenvolvimento doEnsino	8.119.677,42	25%	30,72	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração de Profissionais da Educação Básica	3.453.643,55	70%	84,64	
	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital			
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	811.723,79		-650.725,79	
Receitas de Operações de Crédito	6.615.921,36		1.770.686,38	
Despesa de Capital				
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos			
	Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo Não Realizado	
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos				
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	268.750,00		53.245,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	268.750,00		53.245,00	

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado noPeríodo		
	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP			
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		
DESPESASCOMAÇÕESE SERVIÇOSPÚBLICOS DESAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com ações e Serviços Públicos de Saúde	4.476.671,36	15%	17,45

ALESSANDRA TALITE STANGUERLIN	***GILBERTO SCHAEFFER DE BASTIANI***	***VILMAR DE BIASI***
Responsável Controle Interno	Secretário da Administração	Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreza Giotti
Código Identificador:6A24086C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS
RETIFICAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA ATA Nº 05/2026 - PROGRAMA RS QUALIFICAÇÃO RECOMEÇAR - RETIFICADO

RETIFICAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA ATA Nº 05/2026 - PROGRAMA RS QUALIFICAÇÃO RECOMEÇAR
EDITAIS Nº 004/2026 E Nº 001/2026

Aos 24 dias do mês de setembro de 2026, foi realizada reunião técnica entre a equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico – SEDETEC com a participação da Sra Bárbara Elisa de Mello, membro da Comissão Julgadora do Programa, nomeada pela Portaria nº141070, para proceder à atualização da relação de candidatos referente ao preenchimento das vagas remanescentes dos cursos de **Assentamento de Placas Cerâmicas** e **Pintura de Obras**, em razão da ocorrência de vagas posteriormente disponibilizadas por desistência de candidatos inicialmente relacionados na Ata nº 05/2026 e pela não efetivação de matrículas dentro do prazo estabelecido

Após a verificação da situação das matrículas, constatou-se a ocorrência de vacância de vagas nos referidos cursos, tornando necessária a convocação de candidatos subsequentes considerados aptos, a fim de assegurar o preenchimento das vagas disponíveis e a continuidade da execução das respectivas qualificações profissionais

No que se refere especificamente ao curso de **Pintura de Obras**, registrou-se a ocorrência de desistências e de não efetivação de matrículas em contexto excepcional decorrente dos eventos climáticos ocorridos no Município de São Leopoldo na madrugada do dia 20 para o dia 21 de setembro de 2026, conforme reconhecido pelo **Decreto Municipal nº 11460/2026**, que declarou situação de emergência no Município de São Leopoldo, que ocasionaram impactos significativos à população e à infraestrutura municipal

Em razão das consequências do evento climático, inclusive com interrupções no fornecimento de energia elétrica em diversas regiões do Município, a execução do curso também foi afetada, tendo sua data de início sido alterada do dia **21 para o dia 22 de setembro de 2026**

Considerando que diversas famílias foram diretamente afetadas pelo evento, a situação repercutiu na disponibilidade dos candidatos para participação no curso, resultando em desistências e na não efetivação de algumas matrículas e, consequentemente, na abertura de novas vagas durante a execução da qualificação

Diante desse contexto excepcional e da necessidade de assegurar o aproveitamento integral das vagas disponibilizadas pelo Programa, procedeu-se à convocação dos candidatos subsequentes aptos, observados os critérios estabelecidos para o preenchimento das vagas remanescentes e a ordem de manifestação de interesse e inscrição

Considerando a natureza excepcional do procedimento de preenchimento das vagas remanescentes, bem como os critérios estabelecidos na Ata nº 05/2026, a Comissão procedeu à convocação dos candidatos subsequentes, observada a ordem cronológica de manifestação de interesse e inscrição, bem como a verificação dos requisitos de participação e da documentação apresentada

Após a análise, foram considerados aptos para ocupação das vagas decorrentes das vacâncias os seguintes candidatos:

1 CURSO DE ASSENTAMENTO DE PLACAS CERÂMICAS

Vagas remanescentes: 12

Candidatos inscritos aptos:

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO ECONÔMICA	CAD ÚNICO
1	1	Bryan Ferndinand Correa Dorneles	Empregado com carteira assinada	NÃO
2	2	Matheus da Silva Benedito	Desempregado	NÃO
3	3	Fabio Rodrigues Silveira	Empregado com carteira assinada	NÃO
4	4	Gabriel da Rosa Silva	Empregado com carteira assinada	SIM
5	5	Vitor da Silva Moraes	Empregado com carteira assinada	NÃO
6	6	Gustavo Jardel Priebe	desempregado	SIM
7	11	Edison Aurélio dos Santos Alves	desempregado	SIM
8	12	Margarete Inês Dias da Silva	desempregado	SIM
9	16	Jeferson Verdum Schmidt	Desempregado	NÃO
10	32	Jiovana Leotte da Rosa	Empregado com carteira assinada	NÃO
11	33	Richard Alejandro Hernandez	Desempregado	NÃO
12	34	Bryan Luan Soares da Silva	Desempregado	NÃO

Candidatos suplentes:

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO ECONÔMICA	CAD ÚNICO
1	35	Claudiomiro Santos da Silva Junior	Desempregado	NÃO
2	36	Vitor de Souza de Oliveira	Desempregado	SIM
3	37	Nathalia Claudine Rodrigues da Fé	Desempregado	SIM
4	38	Maristela Nunes Morais	Desempregado	SIM
5	39	Kauê Gabriel da Silva Moraes Ribeiro	Desempregado	NÃO
6	40	Jaitel de Souza	Empregado com carteira assinada	NÃO
7	41	Gustavo da Rocha	Desempregado	NÃO
8	42	Guilherme Rodrigues de Oliveira	Desempregado	NÃO

2 CURSO DE PINTURA DE OBRAS

Vagas remanescentes: 12

Candidatos inscritos aptos:

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO ECONÔMICA	CAD ÚNICO
1	2	Matheus da Silva Benedito	Desempregado	NÃO
2	5	Vitor da Silva Moraes	Empregado com carteira assinada	NÃO
3	6	Gustavo Jardel Priebe	desempregado	SIM
4	7	Cristiano Oliveira Blanco	Empregado com carteira assinada	SIM
5	8	Vanessa Luana Elias Ferreira	Desempregado	NÃO
6	9	Jesus Rafael Medina Hernandez		
7	10	Stéfano Guerro de Barros	Empregado com carteira assinada	NÃO
8	11	Edison Aurélio dos Santos Alves	desempregado	SIM
9	12	Margarete Inês Dias da Silva	desempregado	SIM
10	13	Gabriel Vargas Pereira	desempregado	NÃO
11	14	Rutiele Taire Kuhn	desempregado	SIM
12	15	Alcione Fiuza	desempregado	SIM

Candidatos suplentes:

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO ECONÔMICA	CAD ÚNICO
9	16	Jeferson Verdum Schmidt	desempregado	NÃO
10	17	Natacha Garcia Felipe		
11	18	André Luis Chaves	Empregado com carteira assinada	SIM
12	19	Alexandre Graff Rigotti	Empregado com carteira assinada	NÃO
13	20	Scheila Viviane Schneider	Desempregado	NÃO
14	21	Emerson dos Santos de Oliveira	Desempregado	NÃO
15	22	Bruno Luis Moraes	Desempregado	NÃO
16	23	Natanael da Silva Martins	Empregado com carteira assinada	SIM
17	24	Cleber Fernando de Souza Guterres	Desempregado	NÃO
18	25	Dimas da Silva Madrid	Desempregado	SIM
19	26	Elias Martins	Desempregado	NÃO
20	27	Joice Fiuza Schick	Desempregado	SIM
21	28	Michele Prates Martins	Desempregado	NÃO
22	29	Vinicius Farias Lopes	Desempregado	NÃO
23	30	Djovana Camargo Einsweiler	Desempregado	NÃO
24	31	Brijida Marina Alarcon Vilera	Desempregado	NÃO

Os candidatos acima relacionados passam a ocupar as vagas que se encontravam disponíveis em razão das desistências ou da não efetivação das matrículas dos candidatos anteriormente relacionados na Ata nº 05/2026, ficando autorizados a realizar a matrícula e participar das respectivas qualificações, desde que atendidas as demais exigências do Programa

Registra-se que a presente atualização **não constitui alteração dos critérios de seleção estabelecidos anteriormente**, destinando-se exclusivamente ao preenchimento das vagas que se tornaram disponíveis após a publicação da Ata nº 05/2026, em decorrência de desistências ou da não efetivação de matrículas

Caso o número de candidatos aptos permaneça superior ao número de vagas disponíveis, os candidatos não convocados para matrícula permanecerão em **cadastro de suplentes**, observada a ordem estabelecida para o procedimento, podendo ser convocados posteriormente na hipótese de nova vacância durante a execução dos respectivos cursos

A habilitação dos candidatos ao recebimento da bolsa permanência permanecerá condicionada ao atendimento dos requisitos previstos na regulamentação do Programa e à respectiva comprovação documental

Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes da Ata nº 05/2026 que não forem expressamente modificadas pela presente Retificação e Complementação

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Retificação e Complementação da Ata nº 05/2026, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes

BÁRBARA ELISA DE MELLO	***LIZA GODINHO TERIBELE***
Membro da Comissão	Matrícula 84949
Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

Publicado por:
Luis Claudio Chaves Madruga
Código Identificador:1980863B

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.623 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 2.549.692,00 (DOIS MILHÕES QUINHENTOS E QUARENTA E NOVE MIL SEISCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS) NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E DÁ PROVIDÊNCIAS.

BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando a alteração da Lei Municipal nº 4.117 de 29 de setembro de 2026.

D E C R E T A

Art. 1º A abertura de crédito adicional suplementar no valor R$ 2.549.692,00 (dois milhões quinhentos e quarenta e nove mil seiscentos e noventa e dois reais) no Orçamento do Município para o Exercício de 2026, que passa a integrar a Lei Municipal n° 4.028, de 03 de dezembro de 2025, conforme segue:

2	ÓRGÃO: GABINETE	
202	UNIDADE: PROCURADORIA MUNICIPAL	
2011	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA MUNICIPAL	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (49)	R$ 23.177,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (50)	R$ 199.424,00
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (51)	R$ 17.922,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (55)	R$ 45.051,00
201	UNIDADE: GABINETE	
2012	PROJ/ATIV. UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (18)	R$ 10.655,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (22)	R$ 8.927,00
2010	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (3)	R$ 15.642,00
3	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
301	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
2030	PROJ/ATIV. MANUTENÇAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (72)	R$ 35.314,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (67)	R$ 13.068,00
2032	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA RÁDIO MUNICIPAL	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (115)	R$ 55.996,00
4	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
401	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
2040	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (193)	R$ 10.092,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (197)	R$ 52.965,00
5	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO	
501	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO	
2050	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (226)	R$ 9.694,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (229)	R$ 38.270,00
6	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
601	UNIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL	
2061	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNIC. DE ENSINO FUNDAMENTAL (E.M.E.F.)	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (299)	R$ 24.583,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (305)	R$ 161.527,00
605	UNIDADE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
2060	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (473)	R$ 158.357,00
7	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
701	UNIDADE: MANUT. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
2070	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (502)	R$ 144.525,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (513)	R$ 242.071,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (504)	R$ 320.000,00
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (507)	R$ 42.389,00
703	UNIDADE: ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
2074	PROJ/ATIV. ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA - MUNICIPAL	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (575)	R$ 169.628,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (580)	R$ 258.855,00
9	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
901	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	

2090	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (846)	R$ 34.809,00
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (843)	R$ 25.629,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (842)	R$ 195.585,00
902	UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2093	PROJ/ATIV. CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (883)	R$ 92.141,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (891)	R$ 34.890,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (881)	R$ 22.164,00
10	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
1001	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
2034	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO E PROMOÇÃO DA CULTURA E DOS ESPAÇOS CULTURAIS	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (136)	R$ 74.866,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (135)	R$ 11.476,00
Total		**R$ 2.549.692,00**

Art. 2º O crédito suplementar será coberto pela redução da seguinte dotação, como segue:

2	ÓRGÃO: GABINETE	
201	UNIDADE: GABINETE	
2010	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (2)	R$ 19.274,00
2098	PROJ/ATIV. CONSELHO TUTELAR	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (33)	R$ 13.699,00
3	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
301	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
2030	PROJ/ATIV. MANUTENÇAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (69)	R$ 10.109,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (84)	R$ 20.731,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (68)	R$ 54.567,00
2038	PROJT/ATIV NECROTÉRIO MUNICIPAL	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (89)	R$ 60.810,00
2038	PROJT/ATIV NECROTÉRIO MUNICIPAL	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (91)	R$ 9.646,00
3	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
301	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
2032	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA RÁDIO MUNICIPAL	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (114)	R$ 12.788,00
4	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
401	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
2040	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (208)	R$ 6.227,00
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL (195)	R$ 3.566,00
5	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO	
501	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO	
2050	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (224)	R$ 31.310,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (243)	R$ 39.308,00
6	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
602	UNIDADE: ENSINO INFANTIL	
2601	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL (E.M.E.I.)	
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO (390)	R$ 22.921,00
605	UNIDADE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
2060	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (477)	R$ 221.481,00
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL (475)	R$ 3.832,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (488)	R$ 102.722,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (472)	R$ 261.584,00
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (474)	R$ 8.014,00
601	UNIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL	
2061	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNIC. DE ENSINO FUNDAMENTAL (E.M.E.F.)	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (297)	R$ 442.161,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (295)	R$ 7.776,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (324)	R$ 96.436,00
603	UNIDADE: ENSINO ESPECIAL	
2660	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (468)	R$ 5.911,00
7	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
705	UNIDADE: HOSPITAL MUNICIPAL	
2700	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL - CUSTEIO MUNICIPAL	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (683)	R$ 25.821,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (699)	R$ 9.627,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (688)	R$ 4.151,00
701	UNIDADE: MANUT. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
2070	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (526)	R$ 10.363,00
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL (509)	R$ 4.481,00
2079	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIO DE SAÚDE - CUSTEIO - FONTE - MUNICIPAL	
317170	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO (544)	R$ 7.582,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (718)	R$ 70.230,00
708	UNIDADE: CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL	
2709	PROJ/ATIV. CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL - MUNICIPAL	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (721)	R$ 34.326,00
703	UNIDADE: ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
2074	PROJ/ATIV. ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA - MUNICIPAL	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (589)	R$ 9.742,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (574)	R$ 9.032,00
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL (578)	R$ 6.202,00

8	ÓRGÃO: SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	
801	UNIDADE: DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2080	PROJ/ATIV. MANUT. DA SECRETARIA MUNIC.DE AGRICULT. DESENV. ECON. E MEIO AMBIENTE	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (788)	R$ 10.982,00
8	ÓRGÃO: SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (798)	R$ 8.689,00
8	ÓRGÃO: SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (784)	R$ 60.138,00
8	ÓRGÃO: SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (785)	R$ 118.599,00
9	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
901	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
2091	PROJ/ATIV. ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE-CASA DA CRIANÇA	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (859)	R$ 32.532,00
2090	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (855)	R$ 11.384,00
2091	PROJ/ATIV. ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE-CASA DA CRIANÇA	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (869)	R$ 48.000,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (862)	R$ 38.957,00
10	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
1001	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
2036	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO E PROMOÇÃO DO DESPORTO	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (175)	R$ 11.130,00
10	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (171)	R$ 46.000,00
11	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO	
1101	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO	
2110	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (941)	R$ 11.873,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (953)	R$ 6.575,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (940)	R$ 32.538,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (939)	R$ 53.484,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (944)	R$ 6.483,00
98	ÓRGÃO: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
9801	UNIDADE: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
0.001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
319001	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS (957)	R$ 65.898,00
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (965)	R$ 340.000,00
Total		**R$ 2.549.692,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO PINHEIRO
Prefeito Municipal em exercício

ALEXSANDRO BICCA ESCOBAR
Secretário Municipal da Fazenda

MARIANE BRAIBANTE PEREIRA
Procuradora Municipal

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal de Administração

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:F6A165C7

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 4.117 DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 2.549.692,00 (DOIS MILHÕES QUINHENTOS E QUARENTA E NOVE MIL SEISCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS) NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E DÁ PROVIDÊNCIAS.

Eu, **BRUNO ALTAMIR ORTIZ PINHEIRO**, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor R$ 2.549.692,00 (dois milhões quinhentos e quarenta e nove mil seiscentos e noventa e dois reais) no Orçamento do Município para o Exercício de 2026, que passa a integrar a Lei Municipal n° 4.028, de 03 de dezembro de 2025, conforme segue:

2	ÓRGÃO: GABINETE	
202	UNIDADE: PROCURADORIA MUNICIPAL	
2011	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA MUNICIPAL	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (49)	R$ 23.177,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (50)	R$ 199.424,00
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (51)	R$ 17.922,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (55)	R$ 45.051,00
201	UNIDADE: GABINETE	
2012	PROJ/ATIV. UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (18)	R$ 10.655,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (22)	R$ 8.927,00
2010	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (3)	R$ 15.642,00
3	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
301	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
2030	PROJ/ATIV. MANUTENÇAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (72)	R$ 35.314,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (67)	R$ 13.068,00
2032	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA RÁDIO MUNICIPAL	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (115)	R$ 55.996,00
4	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
401	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
2040	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (193)	R$ 10.092,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (197)	R$ 52.965,00
5	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO	
501	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO	
2050	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (226)	R$ 9.694,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (229)	R$ 38.270,00
6	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
601	UNIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL	
2061	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNIC. DE ENSINO FUNDAMENTAL (E.M.E.F.)	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (299)	R$ 24.583,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (305)	R$ 161.527,00
605	UNIDADE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
2060	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (473)	R$ 158.357,00
7	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
701	UNIDADE: MANUT. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
2070	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (502)	R$ 144.525,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (513)	R$ 242.071,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (504)	R$ 320.000,00
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (507)	R$ 42.389,00
703	UNIDADE: ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
2074	PROJ/ATIV. ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA - MUNICIPAL	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (575)	R$ 169.628,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (580)	R$ 258.855,00
9	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
901	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
2090	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (846)	R$ 34.809,00
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (843)	R$ 25.629,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (842)	R$ 195.585,00
902	UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2093	PROJ/ATIV. CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (883)	R$ 92.141,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (891)	R$ 34.890,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (881)	R$ 22.164,00
10	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
1001	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
2034	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO E PROMOÇÃO DA CULTURA E DOS ESPAÇOS CULTURAIS	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (136)	R$ 74.866,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (135)	R$ 11.476,00
Total		**R$ 2.549.692,00**

Art. 2º O crédito suplementar será coberto pela redução da seguinte dotação, como segue:

2	ÓRGÃO: GABINETE	
201	UNIDADE: GABINETE	
2010	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (2)	R$ 19.274,00
2098	PROJ/ATIV. CONSELHO TUTELAR	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (33)	R$ 13.699,00
3	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
301	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
2030	PROJ/ATIV. MANUTENÇAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (69)	R$ 10.109,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (84)	R$ 20.731,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (68)	R$ 54.567,00
2038	PROJT/ATIV NECROTÉRIO MUNICIPAL	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (89)	R$ 60.810,00
2038	PROJT/ATIV NECROTÉRIO MUNICIPAL	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (91)	R$ 9.646,00
3	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
301	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
2032	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA RÁDIO MUNICIPAL	

319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (114)	R$ 12.788,00
4	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
401	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
2040	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (208)	R$ 6.227,00
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL (195)	R$ 3.566,00
5	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO	
501	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO	
2050	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (224)	R$ 31.310,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (243)	R$ 39.308,00
6	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
602	UNIDADE: ENSINO INFANTIL	
2601	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL (E.M.E.I.)	
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO (390)	R$ 22.921,00
605	UNIDADE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
2060	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (477)	R$ 221.481,00
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL (475)	R$ 3.832,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (488)	R$ 102.722,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (472)	R$ 261.584,00
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (474)	R$ 8.014,00
601	UNIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL	
2061	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNIC. DE ENSINO FUNDAMENTAL (E.M.E.F.)	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (297)	R$ 442.161,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (295)	R$ 7.776,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (324)	R$ 96.436,00
603	UNIDADE: ENSINO ESPECIAL	
2660	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (468)	R$ 5.911,00
7	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
705	UNIDADE: HOSPITAL MUNICIPAL	
2700	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL - CUSTEIO MUNICIPAL	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (683)	R$ 25.821,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (699)	R$ 9.627,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (688)	R$ 4.151,00
701	UNIDADE: MANUT. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
2070	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (526)	R$ 10.363,00
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL (509)	R$ 4.481,00
2079	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIO DE SAÚDE - CUSTEIO - FONTE - MUNICIPAL	
317170	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO (544)	R$ 7.582,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (718)	R$ 70.230,00
708	UNIDADE: CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL	
2709	PROJ/ATIV. CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL - MUNICIPAL	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (721)	R$ 34.326,00
703	UNIDADE: ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
2074	PROJ/ATIV. ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA - MUNICIPAL	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (589)	R$ 9.742,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (574)	R$ 9.032,00
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL (578)	R$ 6.202,00
8	ÓRGÃO: SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	
801	UNIDADE: DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2080	PROJ/ATIV. MANUT. DA SECRETARIA MUNIC.DE AGRICULT. DESENV. ECON. E MEIO AMBIENTE	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (788)	R$ 10.982,00
8	ÓRGÃO: SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (798)	R$ 8.689,00
8	ÓRGÃO: SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (784)	R$ 60.138,00
8	ÓRGÃO: SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (785)	R$ 118.599,00
9	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
901	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
2091	PROJ/ATIV. ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE-CASA DA CRIANÇA	
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (859)	R$ 32.532,00
2090	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (855)	R$ 11.384,00
2091	PROJ/ATIV. ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE-CASA DA CRIANÇA	
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (869)	R$ 48.000,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (862)	R$ 38.957,00
10	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
1001	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
2036	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO E PROMOÇÃO DO DESPORTO	
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (175)	R$ 11.130,00
10	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (171)	R$ 46.000,00
11	ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO	
1101	UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO	
2110	PROJ/ATIV. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS (941)	R$ 11.873,00
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (953)	R$ 6.575,00
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (940)	R$ 32.538,00
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (939)	R$ 53.484,00
319113	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (944)	R$ 6.483,00
98	ÓRGÃO: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
9801	UNIDADE: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
0.001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
319001	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS (957)	R$ 65.898,00
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (965)	R$ 340.000,00

Total	**R$ 2.549.692,00**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO PINHEIRO
Prefeito Municipal Em Exercício

ALEXSANDRO BICCA ESCOBAR
Secretário Municipal da Fazenda

MARIANE BRAIBANTE PEREIRA
Procuradora Jurídica

FREDERICO REZER BAYER
Secretário Municipal de Administração

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Sara Crisana Simon
Código Identificador:39B38C24

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O Vereador-Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, CLEBER RACHEL, no uso de suas atribuições, informa que o Relatório de Gestão Fiscal do SEGUNDO QUADRIMESTRE do ano de 2026, referente a sua gestão, encontra-se afixado no mural do átrio da Câmara Municipal na Rua Assis Brasil, nº 51, no horário das 8h às 14h a contar do dia 30 de setembro de 2026, bem como disponibilizado no site https://sapucaiadosul.multi24h.com.br/multi24/sistemas/transparencia/?entidade=1&secao=dinamico&id=1690

MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL - PODER LEGISLATIVO		
CÂMARA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SETEMBRO DE 2025 A AGOSTO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	615.804.635,19	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	614.704.640,19	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	610.594.418,19	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.781.230,81	1,93%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00%	36.635.665,09	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70%	34.803.881,84	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	32.972.098,59	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	0%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	0%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	0%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	0%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	0%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0%
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-
FONTE: Sistema Multi24h, Unidade Responsável Câmara Municipal de Sapucaia do Sul, Data da emissão 28/09/2026 e hora de emissão 10:36:31		
CLEBER RACHEL	***LORECY FLORES***	
Presidente – Exercício 2026	1º Tesoureiro – Exercício 2026	
FABIANO VIEGAS DA SILVA		
Contador CRC/RS 083278/O-6		

Publicado por:
Cassio Pedro Francisco
Código Identificador:63C4729D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRONICO 028/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026
PROCESSO Nº 1473/2026
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Coordenação
OBJETO: Aquisição de cestas básicas para comunidades quilombolas do município de Tavares/RS
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/10/2026 ÀS 09H (horário de Brasília)
MODO DE DISPUTA: ABERTO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R$ 1,00 (um real)
CONTRATAÇÃO PREFERENCIAL – ME/EPP LC 147/201

O Prefeito Municipal de Tavares, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **9 horas, do dia 16 de Outubro de 2026**, no setor de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua Abílio Vieira Paiva, nº 228, Centro, reunirão o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela portaria nº 7.649 de 21 de setembro de 2026, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando aquisição do referido objeto descrito no **Anexo I**, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1 - OBJETO
Edital de Pregão Eletrônico para **aquisição de cestas básicas para as comunidades quilombolas do Município de Tavares/RS,** destinadas à distribuição às famílias integrantes dessas comunidades, beneficiárias do Convênio FPE nº 4795/2023, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Coordenação.

2 - LOCAL, DATA E HORA
2.1. A sessão pública será realizada no site do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, no dia **16/10/2026**, com início às **9:00 horas -** horário de Brasília/DF.
2.2. Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas e documentos de habilitação exigidos no Item 8.1, através do site citado no item 2.1, até às **08:00 horas** do mesmo dia.
2.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será transferido para uma data a ser notificada através de nova comunicação.

3 - DA PARTICIPAÇÃO
3.1. A participação no presente Pregão Eletrônico é Preferencial a pessoas jurídicas enquadradas ou equiparadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, e ainda, cujo contrato social esteja em vigor, registrado no órgão competente, com o ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.
3.2. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Tavares, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4 - DO EDITAL
4.1. As impugnações ao ato convocatório do Pregão serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o início da disputa, através do e-mail comissaodepregaotavares@gmail.com **e ou também através do Sistema BLL.**
4.1.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de até 3 (três) dias úteis.
4.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração do edital não afetar a formulação da proposta.
4.1.3. Se das impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada no sistema do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

5 - DO CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES
5.1. O credenciamento dos Licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema, obtidos no site do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
5.2. O credenciamento junto ao Portal de Compras Eletrônicas implica a responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
5.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura de Tavares, ou ao Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
5.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, para imediato bloqueio de acesso.
5.5. No caso de perda da senha, poderá ser solicitada nova senha na Seção de Cadastro do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL até às 17 horas do último dia útil anterior à data de abertura da sessão do Pregão.

6 - DO ACESSO AO SISTEMA
6.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preços, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, observada data e horários limites estabelecidos neste Edital.

6.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
6.3. Caberá à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
6.4. A proposta de preços prevista no edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico.
6.5. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas no edital e, se porventura, a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as obrigações contidas nesta licitação.
6.6. A partir do dia da publicação/divulgação deste edital no site www.bll.org.br poderão ser encaminhadas as propostas de preços com valor global da contratação, **exclusivamente por meio eletrônico**.
6.7. O licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico de que tem pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
6.8. A empresa deverá informar no sistema a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para obter as vantagens oriundas da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.
6.9. Em caso de dúvidas sobre o **procedimento de envio de documentos e propostas pelo sistema eletrônico**, o licitante deverá entrar em contato **diretamente com o suporte técnico** do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, disponível em www.bll.org.br, onde constam as instruções e canais de atendimento específicos para suporte aos usuários.

7 - DA PROPOSTA

7.1. **Na proposta eletrônica o licitante deverá informar:**
7.1.1. DESCRIÇÃO DO PRODUTO (no campo “informações adicionais”);
7.1.2. PREÇO UNITÁRIO (em algarismo em moeda brasileira, considerando duas casas decimais após a vírgula);
7.1.3. PREÇO TOTAL;
7.1.4. A empresa que não cumprir com as exigências deste item será **desclassificada** da disputa.
7.2. **Na proposta financeira ajustada a ser anexada, o licitante vencedor da disputa deverá informar:**
7.2.1. Todos os requisitos do item 7.1;
7.2.2. Especificação do objeto da contratação e do pregão que fora vencedor;
7.2.3. Endereço completo, telefone/E-mail, CNPJ, assinatura do representante legal da empresa e sua rubrica nas demais páginas.
7.3. A apresentação da proposta implica na aceitação pelo licitante de que:
7.3.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) DIAS, contado da data do Pregão.
7.3.2. Na fase de habilitação, o licitante deverá verificar o preenchimento tanto do **VALOR UNITÁRIO** quanto do **VALOR TOTAL** do item licitado.

8 - DO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (devidamente autenticado).
Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
Declaração que não emprega menor de 18 anos, em conformidade ao art. 68 da Lei n° 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição). (**Anexo V**).
Declaração de idoneidade. (**Anexo IV**).
Declaração que cumpre os requisitos de Habilitação (**Anexo III**)
Declaração de enquadramento de ME ou EPP assinada pelo representante legal da empresa e o contador, registrada em cartório (Obrigatório somente para empresas declaradas ME ou EPP).
Documento de inscrição no CNPJ.
Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da empresa.
Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa.
Certidão Negativa de Débito com FGTS.
https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces
Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.
https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir
Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica. em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada para a abertura de propostas.
Cópia de documento de identificação com foto dos representantes legais da empresa.
Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante tenha fornecido gêneros alimentícios, cestas básicas ou produtos similares, em características compatíveis com o objeto desta licitação.
8.2. Os documentos de habilitação serão enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formato digital, cabendo ao licitante a responsabilidade pela veracidade e autenticidade dos mesmos. A Administração reserva-se o direito de, a qualquer momento, solicitar os originais para verificação, caso surjam dúvidas fundadas durante a análise.
8.3. Caso a empresa proponente esteja sendo representada por procurador, deverá conter também a cópia da procuração concedendo amplos poderes para assinar a proposta financeira.
8.4. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta e demais documentos de habilitação, com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
8.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/21, art. 64) para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
8.6. O licitante vencedor que necessitar complementar informações conforme item 8.5 será convocado para enviar os documentos no prazo máximo de 03 (três) horas, após convocação do Pregoeiro, via portal eletrônico.
8.7. O prazo de que trata o item 8.6. poderá ser prorrogado a critério do pregoeiro.
8.8. O licitante que não cumprir com o disposto no item 8.4, ou que deixar de corrigir as pendências dentro do prazo concedido pelo Pregoeiro em sede de diligência conforme item 8.6, poderá ser **inabilitado**.

8.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9 - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

9.1. A partir do horário previsto no edital e no sistema eletrônico, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas para o **objeto da contratação**, conforme especificado no edital.
9.2. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor apresentada para a **aquisição do item licitado**.
9.3. Os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participarem da etapa de lances, podendo encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
9.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado.
9.5. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
9.6. Os lances ofertados serão no **VALOR GLOBAL DO PRODUTO**, considerando o preço total da contratação, com até duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.
9.7. Só serão aceitos lances cujos valores inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema eletrônico.
9.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
9.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
9.11. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao pregoeiro verificar a aceitabilidade do(s) preço(s) ofertado(s).
9.12. Encerrada a fase de recebimento de lances, compete ao pregoeiro avaliar a aceitabilidade dos preços apresentados, verificando a perfeita consonância com as especificações do edital, podendo encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor aceitável, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.
9.13. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
9.14. Caso a documentação e a proposta financeira não estejam habilitadas, as empresas remanescentes serão chamadas para apresentar as exigências do edital, nas mesmas condições.
9.15. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender aos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará as propostas ou os lances subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Nesta hipótese, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
9.16. A adjudicação será realizada pelo pregoeiro, após habilitação da empresa vencedora da disputa no que se refere à documentação e proposta financeira. Caso a vencedora seja inabilitada em qualquer das exigências, após transcorridos os prazos recursais, as demais empresas serão solicitadas para a apresentação dos mesmos requisitos.
9.17. A manifestação da intenção de interpor recurso deverá ser feita no prazo máximo de 15 (quinze) minutos após a declaração da licitante vencedora e respectiva ata de habilitação, enviando a intenção no próprio Sistema BLL, no campo apropriado, sob pena de preclusão.
9.17.1. A licitante que manifestar a intenção dentro deste prazo terá 03 (três) dias úteis para formalizar e enviar as razões do recurso.
9.17.2. Interposto o recurso, as demais licitantes deverão ser intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da disponibilização de cópia do recurso e da documentação necessária e porventura solicitada.
9.17.3. Dependendo do resultado do julgamento dos recursos, a licitação seguirá um dos destinos constantes do item 12.
9.18. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.
9.19. Não será aceito recurso sem a síntese de suas razões ou sobre assuntos meramente protelatórios.
9.20. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
9.21. **A falta de manifestação do licitante no prazo descrito no item 9.19 implicará na decadência do direito de recurso.**
9.22. Havendo **eventual empate** entre propostas ou lances, o critério de **desempate** será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
9.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
9.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
9.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
9.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
9.24. Persistindo o **empate**, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
9.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
9.24.2. empresas brasileiras;
9.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
9.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR VALOR GLOBAL,** observadas as condições definidas neste Edital.
10.2. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R$1,00 (um real).
10.3. Serão **desclassificadas** as propostas e os lances:
10.3.1. Que não atenderem as exigências do Edital;
10.3.2. Omissos ou vagos bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
10.3.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;
10.4. Serão **DESCLASSIFICADOS** os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas finais:
10.4.1. Que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, quando comparados aos preços de mercado, ou do preço orçado pela Administração.

11 - DA HABILITAÇÃO

11.1. Será(ão) considerado(s) habilitado(s) o(s) licitante(s) que após encerramento da disputa, atender as exigências dos itens 7, 8 e 9.14 do Edital.
11.2. Constitui motivo para **inabilitação** do licitante, o não cumprimento do requisito de habilitação.
11.3. Na hipótese de superveniência de fato impeditivo da habilitação, obriga-se o licitante a declará-la, sob pena de sujeitar-se às penalidades neste Edital.
11.4. Poderá ser usado o campo "Mensagens" do sistema pelo pregoeiro para adicionar informações complementares sobre o Pregão.
11.5. É de responsabilidade dos participantes, acessarem as mensagens editadas no sistema, para que obtenham as informações necessárias sobre as possíveis alterações no procedimento licitatório.
11.6. As empresas que descumprirem com as exigências do Edital estarão sujeitas às sanções legais cabíveis.

12 - DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Caso não haja recurso, o pregoeiro julgará a possibilidade de adjudicar o objeto do certame ao(s) licitante(s) vencedor(es), encaminhando o processo para homologação pela autoridade superior.
12.2. Caso **haja recurso**, de acordo com as exigências do item 9.19 do edital, os concorrentes deverão apresentar memoriais, dirigido ao pregoeiro, através do Sistema BLL, no campo apropriado. Os demais licitantes, desde logo ficam intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
12.2.1. Nessa hipótese, a autoridade superior ratificará ou não a decisão do pregoeiro com o devido parecer da Procuradoria Jurídica do Município de Tavares. Constatada a regularidade dos procedimentos, homologará a licitação.
12.3. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pelo licitante.

13 - DAS OBRIGAÇÕES

Constituir-se-á as obrigações da **CONTRATADA**:
3.1. Entregar as cestas básicas objeto desta contratação, em estrita conformidade com as especificações, quantidades, composição, unidades de fornecimento e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada e no contrato.
3.2. Efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, salvo prazo diverso expressamente estabelecido pela Administração.
3.3. Entregar os produtos no local indicado pela CONTRATANTE, conforme estabelecido na Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou comunicação formal da Secretaria Municipal de Coordenação.
3.4. Fornecer os produtos novos, próprios para consumo, em perfeitas condições de higiene, conservação, armazenamento, transporte e consumo, observadas as normas sanitárias e demais disposições legais aplicáveis.
3.5. Responsabilizar-se pela qualidade, segurança, integridade e adequação dos produtos fornecidos, respondendo por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes do fornecimento de produtos impróprios, inadequados, deteriorados, vencidos ou em desacordo com as especificações contratadas.
3.6. Observar as condições de embalagem, rotulagem, identificação, validade e conservação exigidas pela legislação aplicável e pelo Termo de Referência.
3.7. Garantir que os produtos entregues apresentem prazo de validade compatível com sua natureza e em condições adequadas para o consumo, não sendo admitidos produtos vencidos, com embalagens violadas, danificadas, estufadas, enferrujadas ou que apresentem sinais de deterioração.
3.8. Substituir, no prazo determinado pela fiscalização, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, os produtos que forem recusados por apresentarem desconformidade com as especificações, problemas de qualidade, validade, embalagem, quantidade ou condições inadequadas de consumo.
3.9. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento, acondicionamento e entrega dos produtos, incluindo todos os custos de frete, tributos, encargos, seguros e demais despesas necessárias à execução do objeto.
3.10. Não substituir os produtos, marcas ou características ofertadas e aceitas pela Administração sem prévia autorização formal da CONTRATANTE, quando a substituição não estiver expressamente permitida no Termo de Referência.
3.11. Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, qualquer fato que possa comprometer ou dificultar o cumprimento dos prazos ou das condições de entrega, apresentando as justificativas e providências cabíveis.
3.12. Fornecer, sempre que solicitado pela fiscalização, informações, documentos e esclarecimentos necessários à verificação da qualidade, origem, validade, conservação e conformidade dos produtos entregues.
3.13. Cumprir as determinações da fiscalização do contrato e corrigir, no prazo estabelecido, as irregularidades apontadas durante o recebimento ou a execução contratual.
3.14. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do contrato, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por tais encargos, salvo nas hipóteses legalmente previstas.
3.15. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer sua regularidade.
3.16. Emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura após o fornecimento, contendo a identificação do processo, do pregão, da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, bem como as demais informações exigidas pela CONTRATANTE.
3.17. Responsabilizar-se pela reparação de danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão na execução do contrato, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.
3.18. Cumprir integralmente as disposições do edital, do Termo de Referência, da proposta apresentada e do contrato, bem como as normas legais e regulamentares aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios.
Constituir-se-á as obrigações da **CONTRATANTE**:
4.1. Emitir a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento e encaminhá-la à CONTRATADA, contendo as informações necessárias à execução do objeto.
4.2. Informar à CONTRATADA o local, as condições e, quando necessário, a programação para entrega das cestas básicas.
4.3. Receber, conferir e fiscalizar os produtos entregues, verificando sua quantidade, composição, qualidade, validade, integridade das embalagens e conformidade com as especificações do Termo de Referência.
4.4. Recusar, total ou parcialmente, os produtos que estejam em desacordo com as especificações, apresentem irregularidades ou não atendam às condições de qualidade e conservação exigidas, solicitando sua substituição.
4.5. Notificar formalmente a CONTRATADA sobre eventuais irregularidades constatadas na execução do contrato, fixando prazo para sua correção, quando cabível.
4.6. Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação aplicável.
4.7. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, após o recebimento e a aceitação dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura e observância das condições estabelecidas no edital e no contrato.

4.8. Aplicar à CONTRATADA, quando cabível e mediante processo administrativo, as penalidades previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
4.9. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, quando solicitados pela CONTRATADA.
4.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, sem que essa fiscalização exclua ou reduza a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e adequação dos produtos fornecidos.

14 - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o fornecimento do item, por intermédio da respectiva secretaria solicitante e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
14.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
14.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o fornecimento do item.
14.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata.*
14.5. O pagamento será realizado através da seguinte dotação orçamentaria:

Código Dotação	Descrição
10	Secretaria Municipal de Coordenação
6189	Material de Consumo
(6197)33.90.30.07	Gêneros de Alimentação

15 - DAS PENALIDADES

De acordo com o disposto no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
15.1. Pelo inadimplemento das obrigações, a licitante, conforme a infração estará sujeita as seguintes penalidades:
15.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;
15.1.2. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar); suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;
15.1.3. Executar o objeto com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
15.1.4. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do empenho (ou do saldo não atendido) por dia de atraso na entrega dos itens, respeitados os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação inicialmente citada.
15.2. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da contratante, pela contratada, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da contratante, ou cobrados judicialmente.
15.3. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujo efeito não era possível evitar, ou impedir**.**

16 - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Administração Municipal não será penalizada por qualquer problema que possa ocorrer no site do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, em qualquer fase do pregão.
16.2. Fica assegurado ao Município o direito de, no interesse da Administração, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade, dando ciência aos participantes, em despacho fundamentado, sem obrigação de indenizar, como previsto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
16.3. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, caso haja alterações no Edital, o pregoeiro comunicará através do site do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, no campo "mensagens" correspondente ao presente certame, a nova data da sessão de disputa.
16.4. Quaisquer dúvidas, informações e esclarecimentos sobre esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio, no Setor de Licitações, sediado na Rua Abílio Vieira Paiva, 228, Centro, Tavares/RS, CEP: 96290-000, Fone: 0800.123.0103.
16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
16.6. Aplica-se nos casos omissos, o disposto na Lei Federal 14.133/2021.
16.7. A participação do licitante neste pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
16.8. Fica designado o foro da Comarca de Mostardas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.
16.9. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF.
16.10. Fazem parte deste Edital os seguintes **Anexos**:
ANEXO I - Termo de referência;
ANEXO II - Minuta de contrato;

ANEXO III - Modelo de declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;
ANEXO IV - Modelo de declaração de idoneidade;
ANEXO V - Modelo de declaração de que não emprega menores

Tavares, 25 de setembro de 2026.

GILMAR FERREIRA DE LEMOS
Prefeito Municipal

Este edital foi devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Em _____-_____-_____

_____
Advogado(a)/Assessor(a) Jurídico(a)

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO
Pregão eletrônico visando a **aquisição de cestas básicas para as comunidades quilombolas do Município de Tavares/RS,** destinadas à distribuição às famílias integrantes dessas comunidades, beneficiárias do Convênio FPE nº 4795/2023, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Coordenação, todos em conformidade com as respectivas especificações contidas neste ANEXO.
2 - DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS (ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA – OBRIGATÓRIA)

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Aquisição de Cestas Básicas Contendo: 1kg de arroz, 1 kg de feijão, 2 kg de açúcar, 500g de massa espaguete, 500g de massa parafuso, 1 Lt de óleo de soja, 1 kg de farinha de trigo, 1 kg de farinha de mandioca, 500g de farinha de milho, 1 kg de café em pó, 200g de café granulado, 500g de leite em pó, 500g de bolacha doce, 500g de bolacha salgada,500g de mistura de bolo pronto, 1 un fermento de pão biológico, 1 un fermento de bolo químico, 400 g de achocolatado em pó, 1 um extrato de tomate, 1 un doce chimia, 1 un de sardinha, 1 l de suco, 250g farofa pronta, 300g de tempero completo, 1kg sal refinado	100	UN	R$ 199,00	R$ 19.900,00

3 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar as cestas básicas objeto desta contratação, em estrita conformidade com as especificações, quantidades, composição, unidades de fornecimento e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada e no contrato.
Efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, salvo prazo diverso expressamente estabelecido pela Administração.
Entregar os produtos no local indicado pela CONTRATANTE, conforme estabelecido na Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou comunicação formal da Secretaria Municipal de Coordenação.
Fornecer os produtos novos, próprios para consumo, em perfeitas condições de higiene, conservação, armazenamento, transporte e consumo, observadas as normas sanitárias e demais disposições legais aplicáveis.
Responsabilizar-se pela qualidade, segurança, integridade e adequação dos produtos fornecidos, respondendo por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes do fornecimento de produtos impróprios, inadequados, deteriorados, vencidos ou em desacordo com as especificações contratadas.
Observar as condições de embalagem, rotulagem, identificação, validade e conservação exigidas pela legislação aplicável e pelo Termo de Referência.
Garantir que os produtos entregues apresentem prazo de validade compatível com sua natureza e em condições adequadas para o consumo, não sendo admitidos produtos vencidos, com embalagens violadas, danificadas, estufadas, enferrujadas ou que apresentem sinais de deterioração.
Substituir, no prazo determinado pela fiscalização, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, os produtos que forem recusados por apresentarem desconformidade com as especificações, problemas de qualidade, validade, embalagem, quantidade ou condições inadequadas de consumo.
Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento, acondicionamento e entrega dos produtos, incluindo todos os custos de frete, tributos, encargos, seguros e demais despesas necessárias à execução do objeto.
Não substituir os produtos, marcas ou características ofertadas e aceitas pela Administração sem prévia autorização formal da CONTRATANTE, quando a substituição não estiver expressamente permitida no Termo de Referência.
Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, qualquer fato que possa comprometer ou dificultar o cumprimento dos prazos ou das condições de entrega, apresentando as justificativas e providências cabíveis.
Fornecer, sempre que solicitado pela fiscalização, informações, documentos e esclarecimentos necessários à verificação da qualidade, origem, validade, conservação e conformidade dos produtos entregues.
Cumprir as determinações da fiscalização do contrato e corrigir, no prazo estabelecido, as irregularidades apontadas durante o recebimento ou a execução contratual.
Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do contrato, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por tais encargos, salvo nas hipóteses legalmente previstas.
Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer sua regularidade.
Emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura após o fornecimento, contendo a identificação do processo, do pregão, da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, bem como as demais informações exigidas pela CONTRATANTE.
Responsabilizar-se pela reparação de danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão na execução do contrato, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.
Cumprir integralmente as disposições do edital, do Termo de Referência, da proposta apresentada e do contrato, bem como as normas legais e regulamentares aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios.

_____
Assinatura do responsável

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 000/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026

O Município de Tavares, pessoa jurídica de direito público, sediado na Rua Abílio Vieira Paiva, n° 228, nesta cidade, CNPJ n° 88427018/0001-15, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Gilmar Ferreira De Lemos**, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 551.010.380-91 e CI nº 3041843421, com os poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica do Município doravante denominado de CONTRATANTE, de outro lado à empresa --, CNPJ nº --, com sede na Rua --, --, em CIDADE/ESTADO, representada neste ato pelo Sr. --, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF nº -- e CI nº --, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizado pelo despacho do Protocolo Interno nº 1473/2026, conforme o Edital de Pregão Eletrônico nº 028/2026, declaram por este instrumento, e na melhor forma do direito, ter justo e acertado entre si, mediante cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
1. Constitui objeto do presente a **aquisição de cestas básicas para as comunidades quilombolas do Município de Tavares/RS,** destinadas à distribuição às famílias integrantes dessas comunidades, beneficiárias do Convênio FPE nº 4795/2023, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Coordenação, conforme descrições abaixo:

Item	Lote	Descrição	Qtde.	Uni.	V. Uni.	V. Total	Marca
Valor total							

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Entregar as cestas básicas objeto desta contratação, em estrita conformidade com as especificações, quantidades, composição, unidades de fornecimento e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada e no contrato.
2.2. Efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, salvo prazo diverso expressamente estabelecido pela Administração.
2.3. Entregar os produtos no local indicado pela CONTRATANTE, conforme estabelecido na Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou comunicação formal da Secretaria Municipal de Coordenação.
2.4. Fornecer os produtos novos, próprios para consumo, em perfeitas condições de higiene, conservação, armazenamento, transporte e consumo, observadas as normas sanitárias e demais disposições legais aplicáveis.
2.5. Responsabilizar-se pela qualidade, segurança, integridade e adequação dos produtos fornecidos, respondendo por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes do fornecimento de produtos impróprios, inadequados, deteriorados, vencidos ou em desacordo com as especificações contratadas.
2.6. Observar as condições de embalagem, rotulagem, identificação, validade e conservação exigidas pela legislação aplicável e pelo Termo de Referência.
2.7. Garantir que os produtos entregues apresentem prazo de validade compatível com sua natureza e em condições adequadas para o consumo, não sendo admitidos produtos vencidos, com embalagens violadas, danificadas, estufadas, enferrujadas ou que apresentem sinais de deterioração.
2.8. Substituir, no prazo determinado pela fiscalização, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, os produtos que forem recusados por apresentarem desconformidade com as especificações, problemas de qualidade, validade, embalagem, quantidade ou condições inadequadas de consumo.
2.9. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento, acondicionamento e entrega dos produtos, incluindo todos os custos de frete, tributos, encargos, seguros e demais despesas necessárias à execução do objeto.
2.10. Não substituir os produtos, marcas ou características ofertadas e aceitas pela Administração sem prévia autorização formal da CONTRATANTE, quando a substituição não estiver expressamente permitida no Termo de Referência.
2.11. Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, qualquer fato que possa comprometer ou dificultar o cumprimento dos prazos ou das condições de entrega, apresentando as justificativas e providências cabíveis.
2.12. Fornecer, sempre que solicitado pela fiscalização, informações, documentos e esclarecimentos necessários à verificação da qualidade, origem, validade, conservação e conformidade dos produtos entregues.
2.13. Cumprir as determinações da fiscalização do contrato e corrigir, no prazo estabelecido, as irregularidades apontadas durante o recebimento ou a execução contratual.
2.14. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do contrato, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por tais encargos, salvo nas hipóteses legalmente previstas.
2.15. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer sua regularidade.
2.16. Emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura após o fornecimento, contendo a identificação do processo, do pregão, da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, bem como as demais informações exigidas pela CONTRATANTE.
2.17. Responsabilizar-se pela reparação de danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão na execução do contrato, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.
2.18. Cumprir integralmente as disposições do edital, do Termo de Referência, da proposta apresentada e do contrato, bem como as normas legais e regulamentares aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Emitir a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento e encaminhá-la à CONTRATADA, contendo as informações necessárias à execução do objeto.
3.2. Informar à CONTRATADA o local, as condições e, quando necessário, a programação para entrega das cestas básicas.
3.3. Receber, conferir e fiscalizar os produtos entregues, verificando sua quantidade, composição, qualidade, validade, integridade das embalagens e conformidade com as especificações do Termo de Referência.
3.4. Recusar, total ou parcialmente, os produtos que estejam em desacordo com as especificações, apresentem irregularidades ou não atendam às condições de qualidade e conservação exigidas, solicitando sua substituição.
3.5. Notificar formalmente a CONTRATADA sobre eventuais irregularidades constatadas na execução do contrato, fixando prazo para sua correção, quando cabível.
3.6. Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

3.7. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, após o recebimento e a aceitação dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura e observância das condições estabelecidas no edital e no contrato.
3.8. Aplicar à CONTRATADA, quando cabível e mediante processo administrativo, as penalidades previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
3.9. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, quando solicitados pela CONTRATADA.
3.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, sem que essa fiscalização exclua ou reduza a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e adequação dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

4. O acompanhamento e a fiscalização do presente contrato pelo CONTRATANTE estarão a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação por meio do funcionário_____, matricula nº_____, que deverá comunicar a CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas, e emitir o Termo de Fiscalização.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATADA receberá o valor total de **R$** ---------- (----------).
5.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o fornecimento do item, por intermédio da respectiva secretaria solicitante e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
5.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
5.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o fornecimento do item.
5.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.
A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE o número da conta corrente, agência e Banco, para depósito online, sendo esta a única forma de pagamento a ser efetuada.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento será realizado através da seguinte dotação orçamentaria:

Código Dotação	Descrição
10	Secretaria Municipal de Coordenação
6189	Material de consumo
(6197)33.90.30.07	Gêneros de Alimentação

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo inadimplemento das obrigações, a CONTRATADA, conforme a infração estará sujeita as seguintes penalidades:
7.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei Federal n° 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
7.3. Executar o objeto com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
7.4. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa que mora de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo, sobre o valor da nota de empenho, ou do saldo não atendido, respeitando os limites da Lei Civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas no Edital e na legislação inicialmente citada;
7.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da contratante, pela contratada, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da contratante, ou cobrados judicialmente;
7.6. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a rescisão do instrumento com as consequências nele estabelecidas e as previstas nos artigos da Lei Federal nº 14.133/2021;
8.2. O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para eleger o que entender de direito.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato terá início em _____ de 2026 e término em _____ de 202X. Podendo ser rescindido na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos artigos da Lei Federal nº 14.133/2021 ou prorrogado de acordo com a mesma Lei havendo interesse da municipalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)**, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mostardas para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.
12.2. E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, por si e por seus sucessores em três vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas instrumentais que também assinam.
Tavares, __ de _____ de 2026.

EMPRESA CONTRATADA
Contratada

GILMAR FERREIRA DE LEMOS
Prefeito Municipal
Contratante

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Pelo presente, declaro(amos) que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a empresa_____ (indicação da razão social da empresa) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 028/2026, cujo objeto é a **aquisição de cestas básicas para as comunidades quilombolas do Município de Tavares/RS,** destinadas à distribuição às famílias integrantes dessas comunidades, beneficiárias do Convênio FPE nº 4795/2023, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Coordenação.

_____,____de _____de 2026.

_____
Assinatura do representante legal

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa_____, inscrita no CGC/CNPJ sob nº ___/_-_____, através de seu Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, ___de _____de 2026.

_____
Assinatura do representante legal

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

_____(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o n° (MATRIZ)_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)_____, portador(a)da Carteira de Identidade – RG nº_____ e do CPF nº_____ DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto na Lei federal n° 14.133/2021, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

_____,____de _____de 2026.

_____
Assinatura do representante legal
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Publicado por:
Elenici Mariano Antunes
Código Identificador:9BE5C3EB



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - 2º QUADRIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS				
Relatório de Gestão Fiscal				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA, MUNICÍPIO DE ALVORADA				
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Quadrimestre Maio-Agosto				
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até 1° Quadrimestre	Até 2° Quadrimestre	Até 3° Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	121.946.047,14	127.020.097,31	134.544.702,25	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	35.208.926,82	40.282.976,99	51.401.501,84	0,00
Empréstimos	27.442.876,42	30.785.412,44	42.127.948,47	0,00
Internos	27.442.876,42	30.785.412,44	42.127.948,47	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	7.766.050,40	9.497.564,55	9.273.553,37	0,00
De Tributos	1.340.848,66	1.307.619,59	1.272.161,65	0,00
De Contribuições Previdenciárias	6.425.201,74	8.189.944,96	8.001.391,72	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	86.737.120,32	86.737.120,32	83.143.200,41	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	159.081.125,59	212.185.529,44	226.733.782,14	0,00
Disponibilidade de Caixa [1]	146.206.425,84	198.692.901,53	211.871.244,33	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	183.539.438,82	213.358.645,12	225.151.819,39	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	22.579.451,73	2.151.717,12	1.908.540,89	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	14.753.561,25	12.514.026,47	11.372.034,17	0,00
Demais Haveres Financeiros	12.874.699,75	13.492.627,91	14.862.537,81	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	(37.135.078,45)	(85.165.432,13)	(92.189.079,89)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	637.463.708,87	651.994.928,02	666.542.215,15	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	5.328.183,00	5.924.183,00	6.663.190,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	632.135.525,87	646.070.745,02	659.879.025,15	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	19,29	19,66	20,39	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-5,87	-13,18	-13,97	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	758.562.631,04	775.284.894,02	791.854.830,18	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	682.706.367,94	697.756.404,62	712.669.347,16	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até 1° Quadrimestre	Até 2° Quadrimestre	Até 3° Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	39.970.552,22	39.970.552,22	39.970.552,22	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) [2]	321.873,33	321.873,33	392.099,02	0,00
PASSIVO ATUARIAL	1.366.779.805,30	1.366.779.805,30	1.366.779.805,30	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	48.239.163,80	23.758.090,27	17.178.324,24	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 25/09/2026, às 11:57:28.

[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero"

[2] Refere-se aos precatórios psteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos"

NOTA:

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Exercício em que o ente excedeu o limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
Quadrimestre/Semestre			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR4231101-954-HUTMRNZBRMYFA-3 - Emitido por: MICHELE PACHECO ROSSAU Pág 1 / 1

SANDRA BIEDZICKI DE MARQUES

Contador

CRC 089625

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:92FCEE4E

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL - 2º QUADRIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: MUNICÍPIO DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA

Poder: Executivo

Período de Referência: Setembro de 2025 a Agosto de 2026 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 1 (LRF, art . 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	Jul/2026	Ago/2026		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.163.383,70	32.092.721,46	32.208.797,80	63.823.814,68	36.049.861,20	29.494.053,73	35.381.961,14	34.251.023,43	45.231.358,40	33.952.493,43	34.337.422,40	33.920.912,87	441.907.804,24	0,00
Pessoal Ativo	24.963.408,81	25.801.336,66	25.985.138,85	54.974.835,35	17.835.884,77	23.187.690,56	28.431.388,35	27.289.919,38	36.099.019,77	26.965.464,50	27.089.446,64	26.776.149,48	345.399.683,12	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.120.410,96	19.796.233,28	19.945.559,84	40.600.317,56	13.890.827,91	17.734.293,91	21.872.524,67	20.928.045,68	29.796.000,34	20.678.307,72	20.751.086,27	20.556.892,79	265.670.500,93	0,00
Obrigações Patronais	5.842.997,85	6.005.103,38	6.039.579,01	14.374.517,79	3.945.056,86	5.453.396,65	6.558.863,68	6.361.873,70	6.303.019,43	6.287.156,78	6.338.360,37	6.219.256,69	79.729.182,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.132.594,07	5.118.441,24	5.156.335,80	7.706.533,99	5.190.423,50	5.273.310,17	5.847.008,62	5.727.599,40	8.462.996,44	5.757.830,62	5.803.578,02	5.836.525,15	71.013.177,02	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.611.730,13	4.590.775,61	4.610.481,50	7.043.722,78	4.654.858,50	4.730.570,25	5.279.755,43	5.127.035,83	7.601.673,65	5.182.393,98	5.227.881,83	5.257.039,88	63.917.919,37	0,00
Pensões	520.863,94	527.665,63	545.854,30	662.811,21	535.565,00	542.739,92	567.253,19	600.563,57	861.322,79	575.436,64	575.696,19	579.485,27	7.095.257,65	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	858.757,79	941.012,15	815.229,28	879.111,28	895.354,11	764.341,70	779.938,19	904.862,17	336.959,86	893.189,25	1.105.430,13	941.011,95	10.115.197,86	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	208.623,03	231.931,41	252.093,87	263.334,06	12.128.198,82	268.711,30	323.625,98	328.642,48	332.382,33	336.009,06	338.967,61	367.226,29	15.379.746,24	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.814.269,02	5.858.054,56	5.922.048,66	20.507.946,66	5.858.044,64	5.995.839,14	7.028.292,88	6.752.067,77	9.807.492,83	6.573.409,59	6.762.011,40	6.765.356,24	93.644.833,39	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	199.948,87	251.572,54	283.402,55	331.203,32	337.876,49	261.643,10	599.346,25	514.372,70	693.966,22	356.891,06	486.499,80	426.277,30	4.743.000,20	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	35.255,56	33.381,48	28.714,92	127.632,88	8.157,41	116.433,99	172.111,28	27.080,09	178.160,27	0,00	19.815,68	58.117,85	804.861,41	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.132.594,07	5.118.441,24	5.156.335,80	7.706.533,99	5.190.423,50	5.273.310,17	5.847.008,62	5.727.599,40	8.462.996,44	5.757.830,62	5.803.578,02	5.836.525,15	71.013.177,02	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e Combate as Endemias com Rec. Vinculados (CF, art. 198 Ins 11)	446.125,31	454.659,30	453.595,39	473.400,45	321.280,39	344.145,03	409.519,88	482.708,73	472.063,05	458.687,91	452.117,90	444.435,94	5.212.739,28	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38 Ins. 2)	345,21	0,00	0,00	690,41	306,85	306,85	306,85	306,85	306,85	0,00	0,00	0,00	2.569,87	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	11.868.485,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.868.485,61	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	25.349.114,68	26.234.666,90	26.286.749,14	43.315.868,02	30.191.816,56	23.498.214,59	28.353.668,26	27.498.955,66	35.423.865,57	27.379.083,84	27.575.411,00	27.155.556,63	348.262.970,85	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	666.542.215,15	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	6.663.190,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (Art. 166 Ins. 16 da CF)	195.000,00	-

(-) Transferências da união relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias (CF, art. 198 ins. 11)	6.466.742,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	653.217.283,15	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)	348.262.970,85	53,32
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	352.737.332,90	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	335.100.466,26	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	317.463.599,61	48,60
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 29/09/2026, às 08:36:57.		
¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
NOTA:		
1. Outras Deduções Constitucionais ou Legais: Se refere ao valor de férias pagas no final de dezembro/2025, para o gozo no mês de janeiro/2026. Deduz em dezembro/2025, somente os valores de competência janeiro/2026;		
2. Despesa com pessoal não executada orçamentariamente: computa os valores do elemento 3.3.3.9.0.08. Em janeiro/2026, também é somado o valor que tinha sido deduzido no mês de dezembro/2025, referente as Outras Deduções Constitucionais ou Legais;		
3. Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização: computa os valores por competência da despesa. Refere-se as notas fiscais da MEDENF.		
SANDRA BIEDZICKI DE MARQUES		
Contador		
CRC 089625		

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

2026 2º Quadrimestre			Exercício do primeiro período seguinte Primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte Segundo período seguinte		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

¹ DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 1.2

PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	**Percentual**
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)¹	54,00
DTP em 2025 (XII) (%)	0,00
Excedente em 2025 (XIII) = (XII - IX) (%)	(54,00)
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	(5,40)

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	653.217.283,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348.262.970,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VIII/VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

¹ Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.

² Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.

³ Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:DE7E22D9

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 4º BIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA,	
MUNICÍPIO DE ALVORADA	
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto	
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")	Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (b)	% (b/total b)		No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	677.645.182,00	763.617.866,53	94.587.642,82	503.079.630,62	92,48	260.538.235,91	107.366.420,64	385.406.855,32	90,43	378.211.011,21
LEGISLATIVA	22.400.000,00	22.400.000,00	2.923.774,10	14.582.960,04	2,68	7.817.039,96	3.195.986,37	12.913.731,08	3,03	9.486.268,92
Ação Legislativa	19.800.000,00	19.800.000,00	2.495.339,29	12.889.179,26	2,37	6.910.820,74	2.765.842,16	11.219.950,34	2,63	8.580.049,66
Demais Subfunções	2.600.000,00	2.600.000,00	428.434,81	1.693.780,78	0,31	906.219,22	430.144,21	1.693.780,74	0,40	906.219,26
ADMINISTRAÇÃO	78.743.096,00	84.815.728,35	6.282.420,91	58.511.639,47	10,76	26.304.088,88	11.954.066,43	45.450.679,60	10,66	39.365.048,75
Planejamento e Orçamento	3.487.430,00	1.795.931,45	115.301,33	520.632,60	0,10	1.275.298,85	106.194,35	510.469,62	0,12	1.285.461,83
Administração Geral	31.368.106,00	34.301.005,13	5.196.888,11	24.834.782,70	4,57	9.466.222,43	6.129.163,42	22.439.902,65	5,27	11.861.102,48
Administração Financeira	1.503.574,00	1.538.074,00	230.597,49	988.242,90	0,18	549.831,10	227.799,46	978.150,42	0,23	559.923,58
Controle Interno	2.429.407,00	2.442.907,00	259.674,99	1.575.977,87	0,29	866.929,13	294.535,49	1.366.302,63	0,32	1.076.604,37
Normatização e Fiscalização	3.362.467,00	7.436.586,90	516.099,29	2.141.389,60	0,39	5.295.197,30	471.480,18	2.065.719,17	0,48	5.370.867,73
Formação de Recursos Humanos	21.000,00	219.823,57	123.043,52	127.758,52	0,02	92.065,05	5.461,87	8.270,60	0,00	211.552,97
Administração de Receitas	1.010.846,00	1.033.726,10	215.155,74	893.640,98	0,16	140.085,12	194.949,32	796.925,09	0,19	236.801,01
Comunicação Social	1.132.693,00	815.355,48	109.985,12	470.757,60	0,09	344.597,88	125.614,68	452.010,83	0,11	363.344,65
Demais Subfunções	34.427.573,00	35.232.318,72	(484.324,68)	26.958.456,70	4,96	8.273.862,02	4.398.867,66	16.832.928,59	3,95	18.399.390,13
SEGURANÇA PÚBLICA	14.908.762,00	16.229.087,05	2.209.765,45	10.382.285,38	1,91	5.846.801,67	2.252.082,79	9.535.630,18	2,24	6.693.456,87
Policiamento	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Defesa Civil	710.000,00	993.000,00	12.193,44	101.120,34	0,02	891.879,66	12.453,78	29.431,38	0,01	963.568,62
Administração Geral	13.682.262,00	13.169.830,74	2.046.759,29	9.092.736,98	1,67	4.077.093,76	2.057.079,20	9.012.988,04	2,11	4.156.842,70
Demais Subfunções	516.500,00	2.036.256,31	150.812,72	1.188.428,06	0,22	847.828,25	182.549,81	493.210,76	0,12	1.543.045,55
ASSISTÊNCIA SOCIAL	22.147.409,00	30.541.160,85	4.349.497,11	18.474.900,25	3,40	12.066.260,60	3.949.358,21	14.879.825,66	3,49	15.661.335,19
Assistência à Pessoa Idosa	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	90.000,00	929.080,21	42.645,39	56.193,25	0,01	872.886,96	2.575,00	4.844,26	0,00	924.235,95
Assistência Comunitária	634.295,00	2.449.034,70	592.325,50	1.200.722,98	0,22	1.248.311,72	241.713,26	650.510,47	0,15	1.798.524,23
Serviços Socioassistenciais	6.663.620,00	10.878.260,00	981.733,63	5.971.593,93	1,10	4.906.666,07	1.032.629,53	3.821.177,78	0,90	7.057.082,22
Administração Geral	13.734.938,00	15.157.202,94	2.596.693,06	10.404.809,92	1,91	4.752.393,02	2.464.656,62	9.765.663,69	2,29	5.391.539,25
Demais Subfunções	1.018.556,00	1.121.583,00	136.099,53	841.580,17	0,15	280.002,83	207.783,80	637.629,46	0,15	483.953,54
PREVIDÊNCIA SOCIAL	74.173.186,00	74.293.186,00	11.864.149,63	49.651.994,76	9,13	24.641.191,24	11.927.959,51	48.720.659,98	11,43	25.572.526,02
Previdência do Regime Estatutário	72.633.881,00	72.633.881,00	11.650.103,17	48.743.771,92	8,96	23.890.109,08	11.685.535,87	48.044.140,36	11,27	24.589.740,64
Previdência Complementar	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Administração Geral	1.535.305,00	1.655.305,00	214.046,46	908.222,84	0,17	747.082,16	242.423,64	676.519,62	0,16	978.785,38
Demais Subfunções	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
SAÚDE	105.332.330,00	125.590.670,25	23.503.431,82	92.159.541,32	16,94	33.431.128,93	21.964.240,41	75.654.660,56	17,75	49.936.009,69
Atenção Básica	20.719.792,00	38.433.199,41	8.607.024,91	29.227.454,76	5,37	9.205.744,65	7.244.003,31	18.510.249,34	4,34	19.922.950,07
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.813.297,00	10.784.603,90	1.768.446,01	8.661.842,68	1,59	2.122.761,22	2.072.651,27	4.555.258,34	1,07	6.229.345,56
Suporte Profilático e Terapêutico	3.107.105,00	4.029.866,12	1.064.952,76	3.767.240,03	0,69	262.626,09	489.256,91	2.510.223,79	0,59	1.519.642,33
Vigilância Sanitária	199.000,00	199.000,00	449,70	165.465,65	0,03	33.534,35	33.282,80	138.778,65	0,03	60.221,35
Vigilância Epidemiológica	2.174.264,00	2.012.564,00	321.434,07	1.303.013,55	0,24	709.550,45	306.497,36	1.249.465,92	0,29	763.098,08
Alimentação e Nutrição	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Administração Geral	63.426.210,00	63.180.774,82	10.670.674,02	44.777.933,97	8,23	18.402.840,85	10.738.828,29	44.478.801,20	10,44	18.701.973,62
Demais Subfunções	6.890.662,00	6.948.662,00	1.070.450,35	4.256.590,68	0,78	2.692.071,32	1.079.720,47	4.211.883,32	0,99	2.736.778,68
TRABALHO	228.000,00	104.000,00	0,00	5.000,00	0,00	99.000,00	578,12	730,69	0,00	103.269,31
Empregabilidade	204.000,00	99.000,00	0,00	5.000,00	0,00	94.000,00	578,12	730,69	0,00	98.269,31
MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS										
Relatório Resumido da Execução Orçamentária										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social										
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA,										
MUNICÍPIO DE ALVORADA										
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto										
Fomento ao Trabalho	24.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
EDUCAÇÃO	231.837.554,00	253.206.164,15	26.783.613,36	150.703.188,29	27,70	102.502.975,86	31.063.162,17	124.930.773,87	29,31	128.275.390,28
Ensino Fundamental	151.347.986,00	172.707.521,28	18.817.541,81	101.600.673,69	18,68	71.106.847,59	22.654.271,72	81.915.804,60	19,22	90.791.716,68
Educação Infantil	39.498.128,00	43.082.845,21	3.548.550,39	27.801.366,28	5,11	15.281.478,93	3.836.010,70	22.896.620,63	5,37	20.186.224,58
Educação de Jovens e Adultos	13.044.342,00	10.971.736,35	932.998,30	4.377.415,19	0,80	6.594.321,16	1.018.884,16	4.331.234,17	1,02	6.640.502,18
Educação Especial	9.633.970,00	8.896.985,32	1.061.116,07	6.552.469,99	1,20	2.344.515,33	1.259.080,45	6.387.574,69	1,50	2.509.410,63
Administração Geral	18.009.943,00	17.201.850,86	2.382.512,85	10.216.011,25	1,88	6.985.839,61	2.254.021,20	9.244.287,89	2,17	7.957.562,97
Demais Subfunções	303.185,00	345.225,13	40.893,94	155.251,89	0,03	189.973,24	40.893,94	155.251,89	0,04	189.973,24
CULTURA	4.327.812,00	8.828.237,91	336.888,25	4.526.254,48	0,83	4.301.983,43	408.625,87	1.967.362,16	0,46	6.860.875,75

Difusão Cultural	2.475.752,00	6.569.437,45	71.159,65	2.929.125,94	0,54	3.640.311,51	45.288,96	631.135,21	0,15	5.938.302,24
Administração Geral	1.642.490,00	2.049.230,46	234.757,50	1.470.707,56	0,27	578.522,90	332.365,81	1.209.805,97	0,28	839.424,49
Demais Subfunções	209.570,00	209.570,00	30.971,10	126.420,98	0,02	83.149,02	30.971,10	126.420,98	0,03	83.149,02
DIREITOS DA CIDADANIA	1.723.360,00	2.010.860,00	223.527,23	1.025.907,39	0,19	984.952,61	224.589,64	964.371,27	0,23	1.046.488,73
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	256.000,00	619.500,00	2.166,70	2.596,29	0,00	616.903,71	0,00	429,59	0,00	619.070,41
Administração Geral	1.211.456,00	1.205.456,00	187.772,67	883.797,37	0,16	321.658,63	191.001,78	824.427,95	0,19	381.028,05
Demais Subfunções	255.904,00	185.904,00	33.587,86	139.513,73	0,03	46.390,27	33.587,86	139.513,73	0,03	46.390,27
URBANISMO	100.102.904,00	112.496.756,78	12.514.260,08	84.690.216,69	15,57	27.806.540,09	16.356.104,95	37.299.524,33	8,75	75.197.232,45
Infra-Estrutura Urbana	60.249.639,00	71.213.031,78	4.914.089,60	52.940.106,78	9,73	18.272.925,00	9.025.693,08	14.574.422,23	3,42	56.638.609,55
Serviços Urbanos	24.869.100,00	24.719.860,00	5.769.548,00	21.385.352,72	3,93	3.334.507,28	5.078.748,80	13.776.693,56	3,23	10.943.166,44
Administração Geral	12.788.764,00	14.113.664,00	1.673.087,00	8.654.511,68	1,59	5.459.152,32	1.872.606,27	7.710.626,04	1,81	6.403.037,96
Demais Subfunções	2.195.401,00	2.450.201,00	157.535,48	1.710.245,51	0,31	739.955,49	379.056,80	1.237.782,50	0,29	1.212.418,50
HABITAÇÃO	4.187.720,00	5.618.712,38	377.583,10	1.653.250,06	0,30	3.965.462,32	399.403,56	1.433.625,67	0,34	4.185.086,71
Administração Geral	1.900.108,00	1.900.108,00	321.688,29	1.237.772,84	0,23	662.335,16	330.903,75	1.213.413,45	0,28	686.694,55
Demais Subfunções	2.287.612,00	3.718.604,38	55.894,81	415.477,22	0,08	3.303.127,16	68.499,81	220.212,22	0,05	3.498.392,16
SANEAMENTO	497.407,00	1.347.982,00	192.585,58	1.275.823,28	0,23	72.158,72	252.056,68	585.416,78	0,14	762.565,22
Saneamento Básico Urbano	359.000,00	1.209.575,00	177.940,00	1.193.204,50	0,22	16.370,50	237.411,10	502.798,00	0,12	706.777,00
Administração Geral	138.407,00	138.407,00	14.645,58	82.618,78	0,02	55.788,22	14.645,58	82.618,78	0,02	55.788,22
GESTÃO AMBIENTAL	4.186.992,00	7.830.098,50	535.989,63	3.873.706,37	0,71	3.956.392,13	790.078,05	3.088.436,97	0,72	4.741.661,53
Preservação e Conservação Ambiental	239.322,00	1.718.788,37	(218,00)	1.030.312,58	0,19	688.475,79	98.839,56	373.777,08	0,09	1.345.011,29
Controle Ambiental	387.581,00	2.442.221,13	30.880,97	385.395,37	0,07	2.056.825,76	145.164,84	329.216,31	0,08	2.113.004,82
Administração Geral	3.278.751,00	3.386.751,00	467.052,07	2.300.213,27	0,42	1.086.537,73	507.799,06	2.227.658,43	0,52	1.159.092,57
Demais Subfunções	281.338,00	282.338,00	38.274,59	157.785,15	0,03	124.552,85	38.274,59	157.785,15	0,04	124.552,85
AGRICULTURA	56.000,00	23.000,00	0,00	574,70	0,00	22.425,30	0,00	487,50	0,00	22.512,50
Extensão Rural	48.000,00	18.000,00	0,00	574,70	0,00	17.425,30	0,00	487,50	0,00	17.512,50
Demais Subfunções	8.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
INDÚSTRIA	12.000,00	5.763,49	0,00	0,00	0,00	5.763,49	0,00	0,00	0,00	5.763,49
Promoção Industrial	12.000,00	5.763,49	0,00	0,00	0,00	5.763,49	0,00	0,00	0,00	5.763,49
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.879.286,00	2.933.032,36	394.904,35	1.372.824,50	0,25	1.560.207,86	360.072,61	1.194.217,85	0,28	1.738.814,51
Comercialização	91.000,00	86.000,00	0,00	0,00	0,00	86.000,00	0,00	0,00	0,00	86.000,00
Turismo	53.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
Administração Geral	2.076.567,00	2.295.313,36	373.227,37	1.270.849,25	0,23	1.024.464,11	338.395,63	1.092.242,60	0,26	1.203.070,76
Demais Subfunções	658.719,00	503.719,00	21.676,98	101.975,25	0,02	401.743,75	21.676,98	101.975,25	0,02	401.743,75
TRANSPORTE	8.153.907,00	10.632.129,85	1.271.783,08	8.232.000,91	1,51	2.400.128,94	1.594.868,70	5.654.412,27	1,33	4.977.717,58
Transporte Rodoviário	1.522.991,00	2.070.485,81	446,91	2.067.485,81	0,38	3.000,00	73.871,64	803.136,68	0,19	1.267.349,13
Administração Geral	4.163.149,00	4.593.105,04	678.504,42	2.995.595,16	0,55	1.597.509,88	661.830,70	2.903.528,21	0,68	1.689.576,83
Demais Subfunções	2.467.767,00	3.968.539,00	592.831,75	3.168.919,94	0,58	799.619,06	859.166,36	1.947.747,38	0,46	2.020.791,62
DESPORTO E LAZER	1.458.000,00	4.531.891,96	823.469,14	1.957.562,73	0,36	2.574.329,23	673.186,57	1.132.308,90	0,27	3.399.583,06
MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS										
Relatório Resumido da Execução Orçamentária										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social										
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA,										
MUNICÍPIO DE ALVORADA										
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto										
Desporto Comunitário	1.458.000,00	4.531.891,96	823.469,14	1.957.562,73	0,36	2.574.329,23	673.186,57	1.132.308,90	0,27	3.399.583,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	289.457,00	179.404,65	0,00	0,00	0,00	179.404,65	0,00	0,00	0,00	179.404,65
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**72.241.595,00**	**74.180.892,67**	**10.760.487,69**	**40.903.558,50**	**7,52**	**33.277.334,17**	**10.794.822,07**	**40.794.904,44**	**9,57**	**33.385.988,23**
TOTAL (III) = (I + II)	**749.886.777,00**	**837.798.759,20**	**105.348.130,51**	**543.983.189,12**	**100,00**	**293.815.570,08**	**118.161.242,71**	**426.201.759,76**	**100,00**	**411.596.999,44**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 25/09/2026, às 09:36:34.										
NOTA:										
MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS										
Relatório Resumido da Execução Orçamentária										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social										
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA,										
MUNICÍPIO DE ALVORADA										
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto										

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÝRIAS**									
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a-d)**
			No 4º Bimestre	**Até 4º Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No 4º Bimestre**	**Até 4º Bimestre (d)**	**% (d/III d)**	

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	72.241.595,00	74.180.892,67	10.760.487,69	40.903.558,50	7,52	33.277.334,17	10.794.822,07	40.794.904,44	9,57	33.385.988,23
LEGISLATIVA	600.000,00	600.000,00	34.868,86	141.570,59	0,03	458.429,41	34.868,86	141.570,59	0,03	458.429,41
Demais Subfunções	600.000,00	600.000,00	34.868,86	141.570,59	0,03	458.429,41	34.868,86	141.570,59	0,03	458.429,41
ADMINISTRAÇÃO	7.340.037,00	7.399.037,00	1.101.113,97	4.595.863,54	0,84	2.803.173,46	1.135.448,35	4.487.209,48	1,05	2.911.827,52
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Demais Subfunções	7.339.037,00	7.398.037,00	1.101.113,97	4.595.863,54	0,84	2.802.173,46	1.135.448,35	4.487.209,48	1,05	2.910.827,52
SEGURANÇA PÚBLICA	4.365.586,00	4.365.586,00	619.511,23	2.464.886,02	0,45	1.900.699,98	619.511,23	2.464.886,02	0,58	1.900.699,98
Demais Subfunções	4.365.586,00	4.365.586,00	619.511,23	2.464.886,02	0,45	1.900.699,98	619.511,23	2.464.886,02	0,58	1.900.699,98
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.724.877,00	3.724.877,00	558.538,21	2.179.053,43	0,40	1.545.823,57	558.538,21	2.179.053,43	0,51	1.545.823,57
Demais Subfunções	3.724.877,00	3.724.877,00	558.538,21	2.179.053,43	0,40	1.545.823,57	558.538,21	2.179.053,43	0,51	1.545.823,57
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Previdência do Regime Estatutário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
SAÚDE	13.846.509,00	13.846.509,00	2.086.169,48	8.309.956,15	1,53	5.536.552,85	2.086.169,48	8.309.956,15	1,95	5.536.552,85
Demais Subfunções	13.846.509,00	13.846.509,00	2.086.169,48	8.309.956,15	1,53	5.536.552,85	2.086.169,48	8.309.956,15	1,95	5.536.552,85
EDUCAÇÃO	37.865.519,00	39.745.816,67	5.711.741,82	20.636.571,14	3,79	19.109.245,53	5.711.741,82	20.636.571,14	4,84	19.109.245,53
Ensino Fundamental	29.255.225,00	30.831.350,61	4.573.919,02	16.340.353,57	3,00	14.490.997,04	4.573.919,02	16.340.353,57	3,83	14.490.997,04
Educação Infantil	2.937.700,00	3.137.225,25	451.708,47	1.648.837,21	0,30	1.488.388,04	451.708,47	1.648.837,21	0,39	1.488.388,04
Educação de Jovens e Adultos	2.354.481,00	2.355.481,00	236.621,65	882.940,23	0,16	1.472.540,77	236.621,65	882.940,23	0,21	1.472.540,77
Educação Especial	416.239,00	417.759,99	61.227,74	223.222,31	0,04	194.537,68	61.227,74	223.222,31	0,05	194.537,68
Demais Subfunções	2.901.874,00	3.003.999,82	388.264,94	1.541.217,82	0,28	1.462.782,00	388.264,94	1.541.217,82	0,36	1.462.782,00
CULTURA	128.420,00	128.420,00	15.467,61	61.991,70	0,01	66.428,30	15.467,61	61.991,70	0,01	66.428,30
Demais Subfunções	128.420,00	128.420,00	15.467,61	61.991,70	0,01	66.428,30	15.467,61	61.991,70	0,01	66.428,30
DIREITOS DA CIDADANIA	23.647,00	23.647,00	3.626,91	14.327,85	0,00	9.319,15	3.626,91	14.327,85	0,00	9.319,15
Demais Subfunções	23.647,00	23.647,00	3.626,91	14.327,85	0,00	9.319,15	3.626,91	14.327,85	0,00	9.319,15
URBANISMO	2.080.728,00	2.080.728,00	302.093,96	1.223.337,24	0,22	857.390,76	302.093,96	1.223.337,24	0,29	857.390,76
Demais Subfunções	2.080.728,00	2.080.728,00	302.093,96	1.223.337,24	0,22	857.390,76	302.093,96	1.223.337,24	0,29	857.390,76
HABITAÇÃO	317.396,00	317.396,00	50.348,05	171.465,89	0,03	145.930,11	50.348,05	171.465,89	0,04	145.930,11
Demais Subfunções	317.396,00	317.396,00	50.348,05	171.465,89	0,03	145.930,11	50.348,05	171.465,89	0,04	145.930,11
SANEAMENTO	41.826,00	41.826,00	4.761,55	24.928,10	0,00	16.897,90	4.761,55	24.928,10	0,01	16.897,90
Demais Subfunções	41.826,00	41.826,00	4.761,55	24.928,10	0,00	16.897,90	4.761,55	24.928,10	0,01	16.897,90
GESTÃO AMBIENTAL	575.544,00	575.544,00	93.102,48	393.867,76	0,07	181.676,24	93.102,48	393.867,76	0,09	181.676,24
Demais Subfunções	575.544,00	575.544,00	93.102,48	393.867,76	0,07	181.676,24	93.102,48	393.867,76	0,09	181.676,24
AGRICULTURA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Demais Subfunções	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	284.320,00	284.320,00	34.973,36	119.878,92	0,02	164.441,08	34.973,36	119.878,92	0,03	164.441,08
Demais Subfunções	284.320,00	284.320,00	34.973,36	119.878,92	0,02	164.441,08	34.973,36	119.878,92	0,03	164.441,08
TRANSPORTE	1.044.186,00	1.044.186,00	144.170,20	565.860,17	0,10	478.325,83	144.170,20	565.860,17	0,13	478.325,83
Demais Subfunções	1.044.186,00	1.044.186,00	144.170,20	565.860,17	0,10	478.325,83	144.170,20	565.860,17	0,13	478.325,83

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:AA2224A6

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 4º BIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS														
Relatório Resumido da Execução Orçamentária														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social														
Entidade: MUNICÍPIO DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA														
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto														
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)													Em Reais	
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)**
	Setembro/2025	**Outubro/2025**	**Novembro/2025**	**Dezembro/2025**	**Janeiro/2026**	**Fevereiro/2026**	**Março/2026**	**Abril/2026**	**Maio/2026**	**Junho/2026**	**Julho/2026**	**Agosto/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	68.769.885,67	58.236.974,87	60.385.082,64	92.801.931,97	81.477.980,56	72.034.421,74	68.574.265,77	68.867.106,15	75.649.614,39	75.053.813,57	68.882.039,63	64.451.063,38	855.184.180,34	762.587.758,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.336.076,96	10.826.454,17	9.375.065,13	13.766.977,04	15.721.917,00	16.624.251,03	10.816.845,12	10.721.705,28	10.480.796,78	10.395.371,39	10.794.377,46	10.138.366,37	140.998.203,73	134.997.391,00
IPTU	2.931.273,16	2.930.912,67	2.352.777,12	2.765.459,48	6.642.401,43	8.060.120,86	2.715.067,96	2.546.759,59	2.690.682,45	2.677.922,68	2.572.984,28	2.467.434,44	41.353.796,12	42.557.640,00
ISS	2.480.298,95	2.537.751,87	2.365.297,31	2.432.785,96	2.418.279,90	2.273.457,30	2.615.868,99	2.714.531,67	2.413.946,02	2.411.579,96	2.830.954,07	2.703.046,66	30.197.798,66	30.296.000,00
ITBI	1.418.623,97	820.336,80	619.192,24	780.287,67	581.586,37	607.129,85	708.383,84	965.722,39	761.624,15	884.369,55	1.030.473,25	884.109,44	10.061.839,52	7.260.600,00

IRRF	2.624.401,08	2.668.642,27	2.528.049,08	5.852.585,97	2.022.082,38	1.781.821,56	2.874.725,56	2.591.554,08	2.544.019,86	2.526.827,96	2.704.000,56	2.523.443,54	33.242.153,90	32.313.701,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.881.479,80	1.868.810,56	1.509.749,38	1.935.857,96	4.057.566,92	3.901.721,46	1.902.798,77	1.903.137,55	2.070.524,30	1.894.671,24	1.655.965,30	1.560.332,29	26.142.615,53	22.569.450,00
Contribuições	2.587.673,88	2.573.718,09	2.606.114,42	2.671.363,26	4.455.199,59	2.775.261,54	2.439.501,35	3.004.090,27	2.289.720,13	2.321.889,97	3.265.836,26	3.358.912,14	34.349.280,90	30.221.378,00
Receita Patrimonial	10.804.447,07	11.649.254,64	9.707.483,42	10.742.109,38	11.219.514,97	9.044.998,39	14.188.810,09	11.889.198,76	12.900.198,87	11.532.771,80	11.524.248,94	10.529.847,46	135.732.883,79	72.815.252,74
Rendimentos de Aplicação Financeira	10.739.187,53	11.597.816,59	9.638.804,15	10.661.514,89	11.175.888,37	9.005.953,99	14.132.140,91	11.826.396,91	12.802.259,38	11.298.553,66	11.398.613,38	10.475.218,61	134.752.348,37	72.224.488,74
Outras Receitas Patrimoniais	65.259,54	51.438,05	68.679,27	80.594,49	43.626,60	39.044,40	56.669,18	62.801,85	97.939,49	234.218,14	125.635,56	54.628,85	980.535,42	590.764,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	7.571,63	19.021,98	11.167,52	17.972,22	4.953,05	4.707,67	10.935,42	8.870,85	14.632,58	19.555,33	20.903,77	5.172,23	145.464,25	70.500,00
Transferências Correntes	43.001.083,11	32.268.277,77	38.038.841,07	60.278.989,05	48.442.301,60	42.587.605,85	39.873.085,59	42.097.838,12	49.196.742,32	48.417.971,53	41.849.591,55	38.936.264,38	524.988.591,94	516.794.957,76
Cota-Parte do FPM	14.400.680,95	9.658.030,89	13.128.545,08	21.141.849,59	13.407.165,04	16.856.822,92	10.207.826,58	12.018.724,17	14.546.472,01	15.326.037,33	16.297.845,34	12.934.105,35	169.924.105,25	166.916.800,00
Cota-Parte do ICMS	6.304.485,10	4.747.212,21	5.042.989,39	7.183.320,98	5.852.248,30	4.293.245,62	6.173.895,92	5.104.767,47	5.573.314,80	6.846.864,04	4.712.245,88	5.487.995,87	67.322.585,58	70.117.000,00
Cota-Parte do IPVA	557.952,75	379.859,75	256.044,41	2.786.242,48	4.001.362,93	2.247.410,97	2.525.196,47	3.956.345,64	5.240.850,72	1.940.760,84	1.449.424,79	897.284,66	26.238.736,41	25.100.000,00
Cota-Parte do ITR	992,02	8.436,45	2.145,38	1.916,20	1.942,08	511,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,20	16.053,66	1.000,00
Transferências da LC 61/1989	70.567,93	70.306,43	64.704,67	74.325,23	69.913,77	67.016,58	73.886,32	50.698,34	60.115,02	94.509,00	88.512,71	82.425,06	866.981,06	825.000,00
Transferências do FUNDEB	15.671.937,48	13.026.438,24	14.344.876,45	20.804.223,12	19.776.681,59	14.701.542,04	16.453.810,08	15.083.828,14	17.766.981,46	18.838.157,99	12.715.915,40	15.001.685,97	194.186.077,96	196.265.367,92
Outras Transferências Correntes	5.994.466,88	4.377.993,80	5.199.535,69	8.287.111,45	5.332.987,89	4.421.056,39	4.438.470,22	5.883.474,36	6.009.008,31	5.371.642,33	6.585.647,43	4.532.657,27	66.434.052,02	57.569.789,84
Outras Receitas Correntes	1.033.033,02	900.248,22	646.411,08	5.324.521,02	1.634.094,35	997.597,26	1.245.088,20	1.145.402,87	767.523,71	2.366.253,55	1.427.081,65	1.482.500,80	18.969.755,73	7.688.278,50
DEDUÇÕES (II)	13.651.975,88	14.387.441,87	13.571.053,06	15.648.887,00	19.578.326,94	15.340.603,41	17.143.436,84	17.020.837,43	17.386.119,51	15.694.754,04	14.296.193,94	14.922.335,27	188.641.965,19	135.721.719,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	1.981.746,10	1.984.313,30	1.961.407,74	2.080.356,60	3.846.615,83	2.144.890,36	1.807.242,13	2.335.316,12	2.116.201,91	2.094.408,37	2.086.525,23	2.116.864,24	26.555.887,93	23.222.378,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	197.367,58	198.391,92	13.166,54	647.032,67	325.257,05	191.253,25	415.236,76	235.534,86	202.987,67	203.164,23	374.723,37	833.919,41	3.838.035,31	1.027.884,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	8.253.637,54	9.231.967,70	7.897.593,13	7.948.642,02	10.739.927,82	8.311.458,51	11.124.797,05	10.223.879,51	9.982.779,56	8.555.547,36	8.655.887,99	8.091.167,51	109.017.285,70	61.584.057,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	3.219.224,66	2.972.768,95	3.698.885,65	4.972.855,71	4.666.526,24	4.693.001,29	3.796.160,90	4.226.106,94	5.084.150,37	4.841.634,08	3.179.057,35	3.880.384,11	49.230.756,25	49.887.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	**55.117.909,79**	**43.849.533,00**	**46.814.029,58**	**77.153.044,97**	**61.899.653,62**	**56.693.818,33**	**51.430.828,93**	**51.846.268,72**	**58.263.494,88**	**59.359.059,53**	**54.585.845,69**	**49.528.728,11**	**666.542.215,15**	**626.866.039,00**
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	1.175.190,00	0,00	998.000,00	2.297.000,00	596.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	597.000,00	0,00	6.663.190,00	847.750,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**53.942.719,79**	**43.849.533,00**	**45.816.029,58**	**74.856.044,97**	**61.303.653,62**	**56.693.818,33**	**51.430.828,93**	**51.846.268,72**	**57.263.494,88**	**59.359.059,53**	**53.988.845,69**	**49.528.728,11**	**659.879.025,15**	**626.018.289,00**
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00	0,00
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate as endemias (CF, art 198, ins 11) (VII)	482.728,00	482.724,00	479.688,00	959.376,00	508.994,00	508.994,00	508.994,00	508.994,00	505.752,00	508.994,00	505.752,00	505.752,00	6.466.742,00	5.148.000,00
(-) Outras deduções Constitucionais ou legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**53.459.991,79**	**43.366.809,00**	**45.336.341,58**	**73.701.668,97**	**60.794.659,62**	**56.184.824,33**	**50.921.834,93**	**51.337.274,72**	**56.757.742,88**	**58.850.065,53**	**53.483.093,69**	**49.022.976,11**	**653.217.283,15**	**620.870.289,00**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 24/09/2026, às 14:55:12.														
NOTA:														
SANDRA BIEDZICKI DE MARQUES														
Contador														
CRC 089625														

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:2208223D

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
RECEITAS E DESPESAS COM ASPS 4º BIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA				
Prestação de Contas				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
Entidade: MUNICÍPIO DE ALVORADA				
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até 4º Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	112.427.941,00	112.427.941,00	76.746.912,60	68,26
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	42.557.640,00	42.557.640,00	30.373.373,69	71,37
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	7.260.600,00	7.260.600,00	6.423.398,84	88,47
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	30.296.000,00	30.296.000,00	20.381.664,57	67,28

Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	32.313.701,00	32.313.701,00	19.568.475,50	60,56
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	249.437.000,00	249.437.000,00	171.835.112,95	68,89
Cota-Parte FPM	152.006.000,00	152.006.000,00	104.942.257,62	69,04
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	2.563,61	256,36
Cota-Parte IPVA	25.100.000,00	25.100.000,00	22.258.637,02	88,68
Cota-Parte ICMS	70.117.000,00	70.117.000,00	44.044.577,90	62,82
Cota-Parte IPI-Exportação	825.000,00	825.000,00	587.076,80	71,16
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.388.000,00	1.388.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**361.864.941,00**	**361.864.941,00**	**248.582.025,55**	**68,69**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até 4º Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até 4º Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até 4º Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.614.965,00	1.844.359,72	990.428,73	53,70	989.468,73	53,65	827.768,73	44,88
Despesas Correntes	1.609.965,00	1.677.659,72	828.728,73	49,40	827.768,73	49,34	827.768,73	49,34
Despesas de Capital	5.000,00	166.700,00	161.700,00	97,00	161.700,00	97,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.887.000,00	1.887.000,00	1.472.570,14	78,04	825.753,83	43,76	825.753,83	43,76
Despesas Correntes	1.884.000,00	1.884.000,00	1.472.570,14	78,16	825.753,83	43,83	825.753,83	43,83
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	702.000,00	702.000,00	696.755,66	99,25	543.756,13	77,46	527.848,33	75,19
Despesas Correntes	702.000,00	702.000,00	696.755,66	99,25	543.756,13	77,46	527.848,33	75,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	407.000,00	365.300,00	201.306,26	55,11	166.220,74	45,50	133.093,24	36,43
Despesas Correntes	407.000,00	365.300,00	201.306,26	55,11	166.220,74	45,50	133.093,24	36,43
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	84.163.381,00	83.975.945,82	57.344.480,80	68,29	57.000.640,67	67,88	55.318.578,05	65,87
Despesas Correntes	84.162.381,00	83.974.945,82	57.344.480,80	68,29	57.000.640,67	67,88	55.318.578,05	65,88
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**88.775.346,00**	**88.775.605,54**	**60.705.541,59**	**68,38**	**59.525.840,10**	**67,05**	**57.633.042,18**	**64,92**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d) (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e) (e)	DESPESAS PAGAS (f) (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	60.705.541,59	59.525.840,10	57.633.042,18
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**60.705.541,59**	**59.525.840,10**	**57.633.042,18**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00 % (LC 141/2012)			37.287.303,83
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00 % (Lei Orgânica Municipal)			37.287.303,83
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	23.418.237,76	22.238.536,27	20.345.738,35
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**24,42**	**23,95**	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l = h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR										
CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício	Valor inscrito em RP considerado no Limite	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e

			m)		sem Disponibilidade Financeira (q) = (XIIId)	(r) = (p - (o + q))				o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	37.287.303,83	59.525.840,10	22.238.536,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2025	51.767.540,05	83.539.686,50	31.772.146,45	3.188.598,46	0,00	0,00	2.800.031,49	282.141,06	106.425,91	31.665.720,54
Empenhos de 2024	50.013.159,89	80.270.657,78	30.257.497,89	6.913.053,10	0,00	0,00	5.086.649,92	38.978,78	1.787.424,40	28.470.073,49
Empenhos de 2023	43.325.003,85	66.697.126,34	23.372.122,49	5.765.693,66	0,00	0,00	5.284.829,65	0,00	480.864,01	22.891.258,48
Empenhos de 2022 e anteriores	176.934.144,72	257.897.698,92	80.963.554,20	17.077.255,36	0,00	0,00	13.950.147,03	965.403,73	2.161.704,60	78.801.849,60
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a compensar (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 4º Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	30.217.493,00	30.538.913,00	28.538.195,15	93,45
Proveniente da União	23.407.628,00	23.729.048,00	22.982.659,03	96,85
Proveniente dos Estados	6.809.865,00	6.809.865,00	5.555.536,12	81,58
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	184.000,00	407.916,50	816.346,51	200,13
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**30.401.493,00**	**30.946.829,50**	**29.354.541,66**	**94,85**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até 4º Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até 4º Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até 4º Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	19.104.827,00	36.588.839,69	28.237.026,03	77,17	17.520.780,61	47,89	16.180.167,37	44,22
Despesas Correntes	19.093.827,00	35.370.253,15	27.227.210,94	76,98	17.187.857,72	48,59	15.847.244,48	44,80
Despesas de Capital	11.000,00	1.218.586,54	1.009.815,09	82,87	332.922,89	27,32	332.922,89	27,32
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	6.926.297,00	8.897.603,90	7.189.272,54	80,80	3.729.504,51	41,92	3.650.309,47	41,03
Despesas Correntes	6.919.297,00	8.887.603,90	7.189.272,54	80,89	3.729.504,51	41,96	3.650.309,47	41,07
Despesas de Capital	7.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	2.405.105,00	3.327.866,12	3.070.484,37	92,27	1.966.467,66	59,09	1.961.526,66	58,94
Despesas Correntes	2.404.105,00	3.327.866,12	3.070.484,37	92,27	1.966.467,66	59,09	1.961.526,66	58,94
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	198.000,00	198.000,00	165.465,65	83,57	138.778,65	70,09	138.778,65	70,09
Despesas Correntes	65.000,00	65.000,00	35.084,62	53,98	35.084,62	53,98	35.084,62	53,98
Despesas de Capital	133.000,00	133.000,00	130.381,03	98,03	103.694,03	77,97	103.694,03	77,97
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	1.767.264,00	1.647.264,00	1.101.707,29	66,88	1.083.245,18	65,76	1.082.005,18	65,68
Despesas Correntes	1.766.264,00	1.646.264,00	1.101.707,29	66,92	1.083.245,18	65,80	1.082.005,18	65,72

Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**30.403.493,00**	**50.661.573,71**	**39.763.955,88**	**78,49**	**24.438.776,61**	**48,24**	**23.012.787,33**	**45,42**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até 4º Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até 4º Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até 4º Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	20.719.792,00	38.433.199,41	29.227.454,76	76,05	18.510.249,34	48,16	17.007.936,10	44,25
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	8.813.297,00	10.784.603,90	8.661.842,68	80,32	4.555.258,34	42,24	4.476.063,30	41,50
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	3.107.105,00	4.029.866,12	3.767.240,03	93,48	2.510.223,79	62,29	2.489.374,99	61,77
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	199.000,00	199.000,00	165.465,65	83,15	138.778,65	69,74	138.778,65	69,74
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	2.174.264,00	2.012.564,00	1.303.013,55	64,74	1.249.465,92	62,08	1.215.098,42	60,38
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	84.163.381,00	83.975.945,82	57.344.480,80	68,29	57.000.640,67	67,88	55.318.578,05	65,87
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	119.178.839,00	139.437.179,25	100.469.497,47	72,05	83.964.616,71	60,22	80.645.829,51	57,84
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 25/09/2026, às 09:54:51.								
[1] A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.								
[2] O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Excedente".								
[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.								
NOTA:								

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:9C88DF48

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 4º BIMESTRE/2026

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS												
Relatório Resumido da Execução Orçamentária												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social												
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA,												
MUNICÍPIO DE ALVORADA												
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												Em Reais
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total l = (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de Dezembro de 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	1.757.529,06	7.686.153,98	7.991.650,57	17.317,12	1.434.715,35	1.848.822,89	46.627.903,84	28.972.804,01	28.880.642,46	2.122.845,42	17.473.238,85	18.907.954,20
Executivo	1.753.820,67	7.685.491,69	7.989.613,50	17.317,12	1.432.381,74	1.793.543,54	44.685.314,25	27.918.727,16	27.874.212,35	1.461.863,81	17.142.781,63	18.575.163,37
FUNSEMA - FUNDO SEG.SERV.MUNIC.DE ALVORADA.	31.621,82	28.034,34	25.972,86	0,00	33.683,30	9.997,28	232.395,11	37.605,16	37.605,16	2.034,17	202.753,06	236.436,36
GABINETE DO PREFEITO	0,00	29.755,46	28.378,79	0,00	1.376,67	0,00	100.876,47	52.799,21	52.799,21	42.782,26	5.295,00	6.671,67
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	13.854,01	13.854,01	0,00	0,00	0,00	5.277,27	4.088,19	4.088,19	0,00	1.189,08	1.189,08
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	5.707,17	5.707,17	0,00	0,00	0,04	45.102,75	34.809,90	34.809,90	0,00	10.292,89	10.292,89
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	9.196,30	0,00	0,00	3.028,66	6.167,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.167,64
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	442.542,94	772.690,11	763.245,50	0,00	451.987,55	209.382,22	77.761,82	17.241,33	17.241,33	66,37	269.836,34	721.823,89
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	40.019,34	0,00	0,00	0,00	40.019,34	120.318,26	0,00	0,00	0,00	0,00	120.318,26	160.337,60
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	0,00	669.504,22	482.093,68	0,00	187.410,54	0,00	708.551,93	247.978,32	247.952,85	320.572,95	140.026,13	327.436,67
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	463.245,88	451.398,40	0,00	11.847,48	0,00	843.249,07	493.579,60	493.341,00	39.131,42	310.776,65	322.624,13
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	4.611,23	621,46	621,46	0,00	4.611,23	13.554,24	123,52	0,00	0,00	0,00	13.677,76	18.288,99
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E	42.840,09	70.993,89	70.345,24	0,00	43.488,74	46.945,69	245.148,41	39.774,35	38.365,46	182.257,47	71.471,17	114.959,91

JUVENTUDE												
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	494,73	0,00	0,00	0,00	494,73	18.117,67	0,00	8.473,12	8.473,12	0,00	9.644,55	10.139,28
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	0,00	35.838,68	35.838,68	0,00	0,00	0,00	32.100,26	15.297,68	15.297,68	1.509,09	15.293,49	15.293,49
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	288.199,59	1.686.941,54	1.501.091,01	7.060,31	466.989,81	40.314,06	24.869.361,42	15.355.879,71	15.321.057,44	342.227,25	9.246.390,79	9.713.380,60
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.390,48	28.028,81	16.222,52	16.222,52	0,00	33.196,77	33.196,77
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,40	0,00	0,00	0,00	0,00	5,40	5,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GABINETE	1.102,41	0,00	0,00	0,00	1.102,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.102,41
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	52.696,66	52.696,66	0,00	0,00	0,00	27.872,94	18.005,38	18.005,38	2.606,08	7.261,48	7.261,48
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	4.185,90	0,00	0,00	0,00	4.185,90	2.973,99	0,00	0,00	0,00	0,00	2.973,99	7.159,89
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	850,00	40.456,38	40.223,34	0,00	1.083,04	18.336,96	367.212,61	88.064,45	86.165,12	266.682,06	32.702,39	33.785,43
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	748.922,33	0,00	734.633,88	0,00	14.288,45	296.612,28	0,00	0,00	0,00	0,00	296.612,28	310.900,73
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIACAO	578,17	0,00	0,00	0,02	578,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,15
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	1.801.831,86	1.800.646,22	0,00	1.185,64	0,00	5.290.619,49	3.900.408,45	3.900.074,40	0,00	1.390.545,09	1.391.730,73

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA,

MUNICÍPIO DE ALVORADA

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V) — Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total l = (e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.798,46	0,00	0,00	0,00	0,00	3.798,46	3.798,46
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	9.373,82	0,00	0,00	7.228,13	2.145,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.145,69
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	76.963,26	1.880.617,22	1.855.422,75	0,00	102.157,73	238.115,13	10.557.715,43	6.544.402,20	6.539.221,79	253.225,81	4.003.382,96	4.105.540,69
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA E MOBILIDADE	0,00	92.048,12	86.394,98	0,00	5.653,14	0,00	684.781,72	570.636,30	570.030,51	0,00	114.751,21	120.404,35
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS	886,99	0,00	0,00	0,00	886,99	668.974,30	524.795,93	460.267,70	460.267,70	0,00	733.502,53	734.389,52
SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO	0,00	40.654,69	40.654,69	0,00	0,00	0,00	44.339,29	13.193,59	13.193,59	0,00	31.145,70	31.145,70
SECRET.MUNIC.DE SEGURANCA E MOBILIDADE URBANA	4.933,55	0,00	0,00	0,00	4.933,55	46.176,90	0,00	0,00	0,00	8.768,88	37.408,02	42.341,57
SECRET.MUNIC.DE TRAB. ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA	46.498,20	0,00	394,18	0,00	46.104,02	38.530,18	0,00	0,00	0,00	0,00	38.530,18	84.634,20
Legislativo	3.708,39	662,29	2.037,07	0,00	2.333,61	55.279,35	1.942.589,59	1.054.076,85	1.006.430,11	660.981,61	330.457,22	332.790,83
CAMARA DE VEREADORES	3.708,39	662,29	2.037,07	0,00	2.333,61	55.279,35	1.942.589,59	1.054.076,85	1.006.430,11	660.981,61	330.457,22	332.790,83
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	8.239,63	13.191.555,90	12.784.448,24	0,00	415.347,29	0,00	4.829,46	0,00	0,00	4.829,46	0,00	415.347,29
Executivo	8.239,63	13.191.555,90	12.784.448,24	0,00	415.347,29	0,00	4.829,46	0,00	0,00	4.829,46	0,00	415.347,29
GABINETE DO PREFEITO	0,00	12.490,74	12.490,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	141.919,22	141.919,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00	447.056,01	439.481,39	0,00	7.574,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.574,62
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	8.239,63	0,00	0,00	0,00	8.239,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.239,63
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	0,00	812.509,90	539.853,53	0,00	272.656,37	0,00	4.829,46	0,00	0,00	4.829,46	0,00	272.656,37
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	607.921,43	587.352,02	0,00	20.569,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.569,41
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE	0,00	16.760,49	16.760,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	0,00	41.119,14	31.815,52	0,00	9.303,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.303,62
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	7.641.384,28	7.641.384,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	109.683,49	109.683,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	126.707,51	98.345,28	0,00	28.362,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.362,23
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	302.284,26	293.347,31	0,00	8.936,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.936,95
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	2.116.709,56	2.060.225,65	0,00	56.483,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.483,91

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA E MOBILIDADE	0,00	802.109,56	798.889,01	0,00	3.220,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.220,55

MUNICÍPIO DE ALVORADA - RS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALVORADA, FUNSEMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ALVORADA,

MUNICÍPIO DE ALVORADA

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2026 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V) — Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total l = (e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO	0,00	12.900,31	12.900,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**1.765.768,69**	**20.877.709,88**	**20.776.098,81**	**17.317,12**	**1.850.062,64**	**1.848.822,89**	**46.632.733,30**	**28.972.804,01**	**28.880.642,46**	**2.127.674,88**	**17.473.238,85**	**19.323.301,49**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ALVORADA. Emissão: 25/09/2026, às 09:44:53.

NOTA:

Publicado por:
Sandra Biedzicki de Marques
Código Identificador:23813402

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

INST. MUN. PREV. E ASSIST.-IMPASI
ANEXO 1 RREO BALANÇO ORÇAMENTARIO DO 4º BIMESTRE DE 2026

MUN. DE IBIRUBARS- INST MUN PREV ASSIST - IMPASI

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Julho a Agosto/2026

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) (I)	19.150.000,00	19.150.000,00	3.947.990,33	20,62	12.849.593,61	67,10	6.300.406,39
RECEITAS CORRENTES	19.150.000,00	19.150.000,00	3.947.990,33	20,62	12.849.593,61	67,10	6.300.406,39
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	4.365.000,00	4.365.000,00	665.166,67	15,24	2.341.932,19	53,65	2.023.067,81
Contribuições Sociais	4.365.000,00	4.365.000,00	665.166,67	15,24	2.341.932,19	53,65	2.023.067,81
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.485.000,00	14.485.000,00	3.256.685,90	22,48	10.401.650,55	71,81	4.083.349,45
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	14.485.000,00	14.485.000,00	3.256.685,90	22,48	10.401.650,55	71,81	4.083.349,45
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300.000,00	300.000,00	26.137,76	8,71	106.010,87	35,34	193.989,13
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	300.000,00	300.000,00	26.137,76	8,71	106.010,87	35,34	193.989,13
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.050.000,00	9.050.000,00	1.346.439,40	14,88	4.721.362,86	52,17	4.328.637,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**28.200.000,00**	**28.200.000,00**	**5.294.429,73**	**18,77**	**17.570.956,47**	**62,31**	**10.629.043,53**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V)=(III+IV)	**28.200.000,00**	**28.200.000,00**	**5.294.429,73**	**18,77**	**17.570.956,47**	**62,31**	**10.629.043,53**
DÉFICIT (VI)*	-	-	-	-	**0,00**	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII)=(V+VI)	**28.200.000,00**	**28.200.000,00**	**5.294.429,73**	**18,77**	**17.570.956,47**	**62,31**	-

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**0,00**	**0,00**	-	-	**0,00**	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	**0,00**	**0,00**	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	**0,00**	-	-	**0,00**	-	-

Despesas	**Dotação Inicial (d)**	**Dotação Atualizada (e)**	**Despesas Empenhadas**		**Saldo (g) = (e-f)**	**Despesas Liquidadas**		**Saldo (i) = (e-h)**	**Despesas Pagas Até o Bimestre (j)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) (VIII)	10.798.000,00	10.798.000,00	1.463.905,22	4.986.591,12	5.811.408,88	1.475.652,02	4.962.037,72	5.835.962,28	4.948.462,97
DESPESAS CORRENTES	10.768.000,00	10.768.000,00	1.463.905,22	4.986.591,12	5.781.408,88	1.475.652,02	4.962.037,72	5.805.962,28	4.948.462,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.698.000,00	9.698.000,00	1.423.076,71	4.757.030,61	4.940.969,39	1.423.076,71	4.757.030,61	4.940.969,39	4.756.049,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.070.000,00	1.070.000,00	40.828,51	229.560,51	840.439,49	52.575,31	205.007,11	864.992,89	192.413,66
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-	0,00	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (IX)	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**10.830.000,00**	**10.830.000,00**	**1.463.905,22**	**4.986.591,12**	**5.843.408,88**	**1.475.652,02**	**4.962.037,72**	**5.867.962,28**	**4.948.462,97**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII)=(X+XI)	**10.830.000,00**	**10.830.000,00**	**1.463.905,22**	**4.986.591,12**	**5.843.408,88**	**1.475.652,02**	**4.962.037,72**	**5.867.962,28**	**4.948.462,97**
SUPERAVIT (XIII)	-	-	-	**12.584.365,35**	-	-	**12.608.918,75**	-	**12.622.493,50**
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV)=(XII+XIII)	**10.830.000,00**	**10.830.000,00**	**1.463.905,22**	**17.570.956,47**	-	**1.475.652,02**	**17.570.956,47**	-	**17.570.956,47**
RESERVA DO RPPS	**17.370.000,00**	**17.370.000,00**	-	-	**17.370.000,00**	-	-	**17.370.000,00**	-

Receitas Intra-Orçamentária	**Previsão Inicial**	**Previsão Atualizada (a)**	**Receitas Realizadas**				**Saldo a Realizar (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (II)	9.050.000,00	9.050.000,00	1.346.439,40	14,88	4.721.362,86	52,17	4.328.637,14
RECEITAS CORRENTES	9.050.000,00	9.050.000,00	1.346.439,40	14,88	4.721.362,86	52,17	4.328.637,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	9.050.000,00	9.050.000,00	1.346.439,40	14,88	4.721.362,86	52,17	4.328.637,14
Contribuições Sociais	9.050.000,00	9.050.000,00	1.346.439,40	14,88	4.721.362,86	52,17	4.328.637,14
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Intra-Orçamentária	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Intra-Orçamentária	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**9.050.000,00**	**9.050.000,00**	**1.346.439,40**	**14,88**	**4.721.362,86**	**52,17**	**4.328.637,14**

Despesas Intra-Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (IX)	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-	0,00	-
TOTAL	**32.000,00**	**32.000,00**	**0,00**	**0,00**	**32.000,00**	**0,00**	**0,00**	**32.000,00**	**0,00**

FONTE: Sistema Digifred, Unidade Responsável MUN. DE IBIRUBARS- INST MUN PREV ASSIST - IMPASI, Data de emissão 21 de setembro de 2026 e hora de emissão 13h e 57m

* O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

Nota:

ADRIANA HUTHER	***RICARDO FORGERINI***	***ADENOR ANTONIO SPIES***
Presidente	Chefe Da Centr. Sist.Cont. Interno	Técnico em Contabilidade CRCRS 051.026O-9

Publicado por:
Adenor Antônio Spies
Código Identificador:7BA8EC78

INST. MUN. PREV. E ASSIST.-IMPASI
ANEXO 2 RREO FUNÃO EXECUÇÃO DAS DESPES DO 4º BIMESTRE DE 20256

MUN. DE IBIRUBARS- INST MUN PREV ASSIST - IMPASI

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

4º Bimestre/2026

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (I)	10.798.000,00	10.798.000,00	1.463.905,22	4.986.591,12	100,00	5.811.408,88	1.475.652,02	4.962.037,72	100,00	5.835.962,28
Previdência Social	9.768.000,00	9.768.000,00	1.437.782,71	4.882.142,81	97,91	4.885.857,19	1.449.529,51	4.857.589,41	97,90	4.910.410,59
Previdência do Regime Estatutário	9.768.000,00	9.768.000,00	1.437.782,71	4.882.142,81	97,91	4.885.857,19	1.449.529,51	4.857.589,41	97,90	4.910.410,59
Encargos Especiais	1.030.000,00	1.030.000,00	26.122,51	104.448,31	2,09	925.551,69	26.122,51	104.448,31	2,10	925.551,69
Transferências	500.000,00	500.000,00	23.486,20	95.504,09	1,92	404.495,91	23.486,20	95.504,09	1,92	404.495,91
Outros Encargos Especiais	530.000,00	530.000,00	2.636,31	8.944,22	0,18	521.055,78	2.636,31	8.944,22	0,18	521.055,78
DESPESAS (INTRA-ORÇAM.) (II)	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	**10.830.000,00**	**10.830.000,00**	**1.463.905,22**	**4.986.591,12**	**100,00**	**5.843.408,88**	**1.475.652,02**	**4.962.037,72**	**100,00**	**5.867.962,28**

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM.) (II)	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
Previdência Social	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
Previdência do Regime Estatutário	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
TOTAL	**32.000,00**	**32.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**32.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**32.000,00**

FONTE: Sistema Digifred, Unidade Responsável MUN. DE IBIRUBARS- INST MUN PREV ASSIST - IMPASI, Data de emissão 21 de setembro de 2026 e hora de emissão 14h e 04m

IBIRUBÁ - RS, 21 de setembro de 2026

ADRIANA HUTHER	***RICARDO FORGERINI***	***ADENOR ANTONIO SPIES***
Presidente	Chefe Da Centr. Sist.Cont. Interno	Técnico em Contabilidade CRCRS 051.026O-9

Publicado por:
Adenor Antônio Spies
Código Identificador:3A2A14FC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de São Leopoldo - RS (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: Exercício: 2026
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.368.428,48	1.268.208,02	1.277.466,97	1.306.669,22	1.335.651,02	1.620.403,04	1.321.054,37	1.314.366,72	1.385.058,37	1.261.915,76	1.371.257,49	1.659.858,67	16.490.338,13	0,00
Pessoal Ativo	1.368.428,48	1.268.208,02	1.277.466,97	1.306.669,22	1.335.651,02	1.620.403,04	1.321.054,37	1.314.366,72	1.385.058,37	1.261.915,76	1.371.257,49	1.659.858,67	16.490.338,13	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.184.285,58	1.086.120,80	1.094.110,79	1.117.498,85	1.143.921,35	1.414.854,17	1.130.734,80	1.126.961,45	1.205.259,39	1.079.368,75	1.175.962,13	1.355.561,36	14.114.639,42	0,00
Obrigações Patronais	184.142,90	182.087,22	183.356,18	189.170,37	191.729,67	205.548,87	190.319,57	187.405,27	179.798,98	182.547,01	195.295,36	304.297,31	2.375.698,71	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	49.374,23	30.744,09	69.964,41	13.054,50	22.633,56	24.074,64	26.844,61	33.756,94	33.582,29	66.445,47	100.120,63	16.732,03	487.327,40	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	49.374,23	30.744,09	69.964,41	13.054,50	22.633,56	24.074,64	26.844,61	33.756,94	33.582,29	66.445,47	100.120,63	16.732,03	487.327,40	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.319.054,25	1.237.463,93	1.207.502,56	1.293.614,72	1.313.017,46	1.596.328,40	1.294.209,76	1.280.609,78	1.351.476,08	1.195.470,29	1.271.136,86	1.643.126,64	16.003.010,73	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal

	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.336.671.746,94	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	4.445.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	582.120,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	3.399.454,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	1.328.245.172,94	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	16.003.010,73	1,20
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	79.694.710,38	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	75.709.974,86	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	71.725.239,34	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	**Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**								
	Exercício em que Excedeu o Limite			**Exercício do Primeiro Período Seguinte**			**Exercício do Segundo Período Seguinte**		
	No Quadrimestre/Semestre			**Primeiro Período Seguinte**			**Segundo Período Seguinte**		
	Limite Máximo (a)	**% DTP (b)**	**% Excedente (c) = (b-a)**	**Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)**	**Limite (e) = (b-d)**	**% DTP (f)**	**Redutor Residual (g) = (f-a)**	**Limite (h) = (a)**	**% DTP (i)**
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	**Percentual**
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	**Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)**											
	2021	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2026
Notas Explicativas	-

Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Publicado por:
Thais Dias Gregis
Código Identificador:675A4C9E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Triunfo - RS (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2026
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	471.298.479,79	471.298.479,79	57.819.007,06	12,27	240.848.069,99	51,10	230.450.409,80
RECEITAS CORRENTES	450.298.479,79	450.298.479,79	57.506.824,82	12,77	236.549.612,08	52,53	213.748.867,71
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	97.960.000,00	97.960.000,00	14.487.626,00	14,79	60.955.859,44	62,23	37.004.140,56
Impostos	97.254.600,00	97.254.600,00	14.376.734,29	14,78	60.347.673,76	62,05	36.906.926,24
Taxas	705.400,00	705.400,00	110.891,71	15,72	608.185,68	86,22	97.214,32
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	12.610.000,00	12.610.000,00	1.513.768,41	12,00	7.216.506,01	57,23	5.393.493,99
Contribuições Sociais	11.804.000,00	11.804.000,00	1.384.608,66	11,73	6.683.654,56	56,62	5.120.345,44
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	806.000,00	806.000,00	129.159,75	16,02	532.851,45	66,11	273.148,55
RECEITA PATRIMONIAL	46.787.704,00	46.787.704,00	10.055.399,88	21,49	36.111.281,96	77,18	10.676.422,04
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	46.787.704,00	46.787.704,00	10.055.399,88	21,49	36.098.281,96	77,15	10.689.422,04
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais					13.000,00		-13.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	746.975,50	746.975,50	10.800,00	1,45	120.633,47	16,15	626.342,03
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	746.975,50	746.975,50	10.800,00	1,45	120.633,47	16,15	626.342,03
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	210.589.815,27	210.589.815,27	29.767.134,43	14,14	128.101.262,50	60,83	82.488.552,77
Transferências da União e de suas Entidades	56.369.710,00	56.369.710,00	10.952.302,30	19,43	42.095.564,15	74,68	14.274.145,85
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	113.108.105,27	113.108.105,27	12.942.322,09	11,44	58.493.259,72	51,71	54.614.845,55
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	41.000.000,00	41.000.000,00	5.850.296,36	14,27	27.472.923,20	67,01	13.527.076,80

Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes	112.000,00	112.000,00	22.213,68	19,83	39.515,43	35,28	72.484,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.603.985,02	81.603.985,02	1.672.096,10	2,05	4.044.068,70	4,96	77.559.916,32
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	226.000,00	226.000,00	9.953,68	4,40	110.613,21	48,94	115.386,79
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	96.000,00	96.000,00	3.128,02	3,26	1.303.704,03	1.358,03	-1.207.704,03
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	100,00	100,00		0,00		0,00	100,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	81.281.885,02	81.281.885,02	1.659.014,40	2,04	2.629.751,46	3,24	78.652.133,56

Receitas Orçamentárias	**Estágios da Receita Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS DE CAPITAL	21.000.000,00	21.000.000,00	312.182,24	1,49	4.298.457,91	20,47	16.701.542,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.000.000,00	20.000.000,00		0,00	0,00	0,00	20.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	20.000.000,00	20.000.000,00		0,00	0,00	0,00	20.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000.000,00	1.000.000,00		0,00	801.471,09	80,15	198.528,91
Alienação de Bens Móveis	1.000.000,00	1.000.000,00		0,00	801.471,09	80,15	198.528,91
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			312.182,24		3.496.986,82		-3.496.986,82
Transferências da União e de suas Entidades			312.182,24		3.291.272,54		-3.291.272,54
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades					205.714,28		-205.714,28
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	39.037.000,00	39.037.000,00	7.151.064,46	18,32	18.841.873,79	48,27	20.195.126,21
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	510.335.479,79	510.335.479,79	64.970.071,52	12,73	259.689.943,78	50,89	250.645.536,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	510.335.479,79	510.335.479,79	64.970.071,52	12,73	259.689.943,78	50,89	250.645.536,01
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	510.335.479,79	510.335.479,79	64.970.071,52	12,73	259.689.943,78	50,89	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		10.703.818,91			10.703.818,91		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		10.703.818,91			10.703.818,91		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	**Estágios da Despesa Orçamentária**									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)**	**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	430.383.432,17	487.967.576,57	55.986.455,07	257.727.919,45	230.239.657,12	60.880.863,53	208.351.527,81	279.616.048,76	194.448.180,23	

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	365.221.881,15	393.879.508,64	54.196.019,05	238.238.261,13	155.641.247,51	57.070.592,40	195.426.054,06	198.453.454,58	184.017.431,83	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	215.417.354,05	225.123.812,93	32.984.086,50	126.100.674,99	99.023.137,94	32.799.482,06	122.954.390,17	102.169.422,76	120.419.734,53	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.400.000,00	7.399.000,00	200.000,00	7.715.741,58	-316.741,58	1.318.618,29	5.170.600,40	2.228.399,60	5.170.600,40	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	142.404.527,10	161.356.695,71	21.011.932,55	104.421.844,56	56.934.851,15	22.952.492,05	67.301.063,49	94.055.632,22	58.427.096,90	
DESPESAS DE CAPITAL	56.041.271,64	91.977.276,32	1.790.436,02	19.489.658,32	72.487.618,00	3.810.271,13	12.925.473,75	79.051.802,57	10.430.748,40	
INVESTIMENTOS	39.041.271,64	75.877.276,32	1.790.436,02	9.647.017,87	66.230.258,45	2.296.670,91	6.089.597,27	69.787.679,05	4.050.197,38	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	17.000.000,00	16.100.000,00	0,00	9.842.640,45	6.257.359,55	1.513.600,22	6.835.876,48	9.264.123,52	6.380.551,02	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.120.279,38	2.110.791,61			2.110.791,61			2.110.791,61		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	43.870.543,62	43.506.987,27	6.320.223,58	21.268.851,14	22.238.136,13	7.844.461,38	18.982.693,60	24.524.293,67	17.398.650,22	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	474.253.975,79	531.474.563,84	62.306.678,65	278.996.770,59	252.477.793,25	68.725.324,91	227.334.221,41	304.140.342,43	211.846.830,45	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	474.253.975,79	531.474.563,84	62.306.678,65	278.996.770,59	252.477.793,25	68.725.324,91	227.334.221,41	304.140.342,43	211.846.830,45	
SUPERÁVIT (XIII)							32.355.722,37		47.843.113,33	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	474.253.975,79	531.474.563,84	62.306.678,65	278.996.770,59		68.725.324,91	259.689.943,78		259.689.943,78	
RESERVA DO RPPS	36.081.504,00	29.364.671,74			29.364.671,74			29.364.671,74		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	39.037.000,00	39.037.000,00	7.151.064,46	18,32	18.841.873,79	48,27	20.195.126,21
RECEITAS CORRENTES	39.037.000,00	39.037.000,00	7.151.064,46	18,32	18.841.873,79	48,27	20.195.126,21
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	39.037.000,00	39.037.000,00	7.151.064,46	18,32	18.811.873,79	48,19	20.225.126,21
Contribuições Sociais	39.037.000,00	39.037.000,00	7.151.064,46	18,32	18.811.873,79	48,19	20.225.126,21
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES					30.000,00		-30.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos					30.000,00		-30.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

Receitas Intra-Orçamentárias	**Estágios da Receita Intra-Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	**Estágios da Despesa Intra-Orçamentária**									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)**	**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	43.870.543,62	43.506.987,27	6.320.223,58	21.268.851,14	22.238.136,13	7.844.461,38	18.982.693,60	24.524.293,67	17.398.650,22	
DESPESAS CORRENTES	23.870.543,62	27.364.734,01	2.978.817,08	8.628.588,87	18.736.145,14	3.009.368,88	8.183.216,76	19.181.517,25	6.599.173,38	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.329.543,62	16.809.690,14	2.948.817,08	8.058.588,87	8.751.101,27	2.979.368,88	8.053.568,94	8.756.121,20	6.469.525,56	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	8.000.000,00	6.489.297,13			6.489.297,13			6.489.297,13		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	541.000,00	4.065.746,74	30.000,00	570.000,00	3.495.746,74	30.000,00	129.647,82	3.936.098,92	129.647,82	
DESPESAS DE CAPITAL	20.000.000,00	16.142.253,26	3.341.406,50	12.640.262,27	3.501.990,99	4.835.092,50	10.799.476,84	5.342.776,42	10.799.476,84	

INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.000.000,00	16.142.253,26	3.341.406,50	12.640.262,27	3.501.990,99	4.835.092,50	10.799.476,84	5.342.776,42	10.799.476,84	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	**Valores**
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	430.383.432,17	487.967.576,57	55.986.455,07	257.727.919,45	92,38	230.239.657,12	60.880.863,53	208.351.527,81	91,65	279.616.048,76	
Legislativa	16.431.000,00	16.431.000,00	2.068.982,20	9.183.525,14	3,29	7.247.474,86	2.047.446,52	8.449.285,30	3,72	7.981.714,70	
Ação Legislativa	16.431.000,00	16.431.000,00	2.068.982,20	9.183.525,14	3,29	7.247.474,86	2.047.446,52	8.449.285,30	3,72	7.981.714,70	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	88.081.000,67	95.220.832,92	8.174.289,43	58.387.970,16	20,93	36.832.862,76	14.836.277,02	43.590.089,36	19,17	51.630.743,56	
Planejamento e Orçamento	1.648.000,00	1.626.284,00	188.647,36	725.184,18	0,26	901.099,82	189.627,79	701.839,15	0,31	924.444,85	
FU04 - Administração Geral	66.130.188,67	68.654.520,56	6.182.731,43	38.869.572,20	13,93	29.784.948,36	9.781.774,51	31.217.209,22	13,73	37.437.311,34	
Administração Financeira	1.622.200,00	2.561.956,00	377.118,46	1.149.113,12	0,41	1.412.842,88	369.226,46	1.116.621,12	0,49	1.445.334,88	
Controle Interno	487.000,00	483.300,00	31.660,04	114.734,54	0,04	368.565,46	31.660,04	114.734,54	0,05	368.565,46	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	4.878.100,00	2.909.044,00	149.635,63	2.189.925,69	0,78	719.118,31	178.450,23	650.525,69	0,29	2.258.518,31	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	13.315.512,00	18.985.728,36	1.244.496,51	15.339.440,43	5,50	3.646.287,93	4.285.537,99	9.789.159,64	4,31	9.196.568,72	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	341.900,00	1.138.206,21		674.269,04	0,24	463.937,17		618.087,50	0,27	520.118,71	
Policiamento	94.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
Defesa Civil	247.900,00	1.124.206,21		674.269,04	0,24	449.937,17		618.087,50	0,27	506.118,71	
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											

Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	4.201.865,50	5.629.719,47	2.164.667,87	4.307.634,70	1,54	1.322.084,77	1.036.627,39	2.466.689,85	1,09	3.163.029,62	
Assistência ao Idoso	191.500,00	264.403,68	10.028,69	51.859,43	0,02	212.544,25	16.978,50	37.713,24	0,02	226.690,44	
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	542.165,50	1.142.986,48	31.182,08	463.995,70	0,17	678.990,78	209.571,07	423.823,17	0,19	719.163,31	
Assistência Comunitária	3.457.200,00	4.211.329,31	2.123.457,10	3.791.779,57	1,36	419.549,74	810.077,82	2.005.153,44	0,88	2.206.175,87	

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Serviços Socioassistenciais											
Segurança e Renda											
FU08 - Administração Geral	11.000,00	11.000,00				11.000,00				11.000,00	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	59.177.900,00	65.894.732,26	12.118.180,09	37.908.323,76	13,59	27.986.408,50	11.114.479,12	36.867.135,76	16,22	29.027.596,50	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	59.177.900,00	65.894.732,26	12.118.180,09	37.908.323,76	13,59	27.986.408,50	11.114.479,12	36.867.135,76	16,22	29.027.596,50	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	58.280.223,62	70.528.427,87	10.440.494,92	38.747.526,04	13,89	31.780.901,83	9.230.047,78	31.484.584,50	13,85	39.043.843,37	
Atenção Básica	17.480.300,00	23.031.336,83	3.377.695,60	12.736.517,40	4,57	10.294.819,43	2.974.379,00	10.408.429,76	4,58	12.622.907,07	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	27.932.223,62	35.409.273,23	5.007.657,30	19.414.601,88	6,96	15.994.671,35	4.469.156,67	15.095.875,77	6,64	20.313.397,46	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.445.800,00	1.085.843,82	208.936,86	543.176,59	0,19	542.667,23	237.915,83	418.781,13	0,18	667.062,69	
Vigilância Sanitária	467.300,00	467.300,00	71.055,64	174.183,25	0,06	293.116,75	15.073,98	100.523,82	0,04	366.776,18	
Vigilância Epidemiológica	1.822.200,00	1.822.200,00	217.447,59	845.357,30	0,30	976.842,70	217.447,59	845.357,30	0,37	976.842,70	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	9.132.400,00	8.712.473,99	1.557.701,93	5.033.689,62	1,80	3.678.784,37	1.316.074,71	4.615.616,72	2,03	4.096.857,27	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	122.220.200,00	131.296.362,99	15.857.020,42	68.968.801,60	24,72	62.327.561,39	16.013.508,29	58.934.938,14	25,92	72.361.424,85	
Ensino Fundamental	63.746.200,00	67.958.616,77	7.794.988,35	39.715.313,85	14,24	28.243.302,92	8.243.234,88	34.825.593,87	15,32	33.133.022,90	
Ensino Médio	6.610.400,00	6.815.400,00	336.731,11	2.882.850,23	1,03	3.932.549,77	829.949,52	2.211.998,07	0,97	4.603.401,93	
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	40.065.500,00	43.751.662,37	5.491.525,26	19.545.563,91	7,01	24.206.098,46	5.469.532,33	16.330.339,02	7,18	27.421.323,35	
Educação de Jovens e Adultos	33.000,00	33.000,00	839,19	3.602,34	0,00	29.397,66	772,80	3.101,13	0,00	29.898,87	
Educação Especial	3.618.100,00	3.618.100,00	1.113.579,78	2.412.756,19	0,86	1.205.343,81	371.193,26	1.484.773,04	0,65	2.133.326,96	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	8.147.000,00	9.119.583,85	1.119.356,73	4.408.715,08	1,58	4.710.868,77	1.098.825,50	4.079.133,01	1,79	5.040.450,84	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	1.013.900,00	3.293.515,28	910.482,34	1.104.704,52	0,40	2.188.810,76	44.833,30	239.055,48	0,11	3.054.459,80	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	746.100,00	716.715,28		9.615,28	0,00	707.100,00		9.615,28	0,00	707.100,00	
Difusão Cultural	267.800,00	2.576.800,00	910.482,34	1.095.089,24	0,39	1.481.710,76	44.833,30	229.440,20	0,10	2.347.359,80	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											

Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	21.140.514,00	36.015.521,77	12.184,20	977.671,22	0,35	35.037.850,55	112.337,55	326.894,02	0,14	35.688.627,75	
Infra-Estrutura Urbana	21.084.514,00	36.015.521,77	12.184,20	977.671,22	0,35	35.037.850,55	112.337,55	326.894,02	0,14	35.688.627,75	
Serviços Urbanos	56.000,00	0,00				0,00				0,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação	80.700,00	80.700,00				80.700,00				80.700,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana	80.700,00	80.700,00				80.700,00				80.700,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	450.002,00	97.789,02	0,00	85.113,21	0,03	12.675,81	207,00	67.613,61	0,03	30.175,41	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	450.002,00	97.789,02	0,00	85.113,21	0,03	12.675,81	207,00	67.613,61	0,03	30.175,41	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	1.831.850,00	2.670.600,00	227.208,47	1.398.514,70	0,50	1.272.085,30	392.117,46	989.450,57	0,44	1.681.149,43	
Preservação e Conservação Ambiental	109.000,00	350.750,00	3.056,23	6.212,23	0,00	344.537,77	6.212,23	6.212,23	0,00	344.537,77	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	1.722.850,00	2.319.850,00	224.152,24	1.392.302,47	0,50	927.547,53	385.905,23	983.238,34	0,43	1.336.611,66	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	8.369.900,00	6.239.871,48	753.231,88	3.571.733,95	1,28	2.668.137,53	560.487,47	2.681.609,88	1,18	3.558.261,60	
Abastecimento											
Extensão Rural	1.634.200,00	1.741.139,32	8.601,10	1.105.742,83	0,40	635.396,49	144.435,30	693.864,80	0,31	1.047.274,52	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	3.525.300,00	1.211.832,16	337.500,01	757.401,53	0,27	454.430,63	2.735,80	301.144,22	0,13	910.687,94	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	3.210.400,00	3.286.900,00	407.130,77	1.708.589,59	0,61	1.578.310,41	413.316,37	1.686.600,86	0,74	1.600.299,14	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	206.200,00	225.200,00	0,00	130.690,56	0,05	94.509,44	30.750,72	63.423,36	0,03	161.776,64	
Promoção Industrial	206.200,00	225.200,00	0,00	130.690,56	0,05	94.509,44	30.750,72	63.423,36	0,03	161.776,64	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											

Comércio e Serviços	453.400,00	9.999.674,90	1.412.614,90	1.544.782,90	0,55	8.454.892,00	15.415,40	55.783,40	0,02	9.943.891,50	
Promoção Comercial	92.000,00	180.150,00		122.400,00	0,04	57.750,00		30.600,00	0,01	149.550,00	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	361.400,00	9.819.524,90	1.412.614,90	1.422.382,90	0,51	8.397.142,00	15.415,40	25.183,40	0,01	9.794.341,50	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	6.256.197,00	7.736.423,51	1.214.846,73	5.405.358,33	1,94	2.331.065,18	1.573.069,50	3.984.096,85	1,75	3.752.326,66	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	6.256.197,00	7.736.423,51	1.214.846,73	5.405.358,33	1,94	2.331.065,18	1.573.069,50	3.984.096,85	1,75	3.752.326,66	
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	748.000,00	961.925,00	22.210,32	318.359,97	0,11	643.565,03	37.158,00	101.937,65	0,04	859.987,35	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	748.000,00	961.925,00	22.210,32	318.359,97	0,11	643.565,03	37.158,00	101.937,65	0,04	859.987,35	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	31.978.400,00	32.396.282,28	610.041,30	25.012.939,65	8,97	7.383.342,63	3.836.101,01	17.430.852,58	7,67	14.965.429,70	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	24.800.000,00	24.899.000,00	350.000,00	18.608.382,03	6,67	6.290.617,97	3.047.940,68	12.849.502,96	5,65	12.049.497,04	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	7.178.400,00	7.497.282,28	260.041,30	6.404.557,62	2,30	1.092.724,66	788.160,33	4.581.349,62	2,02	2.915.932,66	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	9.120.279,38	2.110.791,61				2.110.791,61				2.110.791,61	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	43.870.543,62	43.506.987,27	6.320.223,58	21.268.851,14	7,62	22.238.136,13	7.844.461,38	18.982.693,60	8,35	24.524.293,67	
TOTAL (III) = (I + II)	474.253.975,79	531.474.563,84	62.306.678,65	278.996.770,59	100,00	252.477.793,25	68.725.324,91	227.334.221,41	100,00	304.140.342,43	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	43.870.543,62	43.506.987,27	6.320.223,58	21.268.851,14	7,62	22.238.136,13	7.844.461,38	18.982.693,60	8,35	24.524.293,67	

Legislativa	1.010.000,00	1.010.000,00	63.826,47	797.565,03	0,29	212.434,97	63.826,47	357.212,85	0,16	652.787,15	
Ação Legislativa	1.010.000,00	1.010.000,00	63.826,47	797.565,03	0,29	212.434,97	63.826,47	357.212,85	0,16	652.787,15	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	2.210.870,00	2.235.870,00	253.716,38	901.183,02	0,32	1.334.686,98	284.268,18	896.163,09	0,39	1.339.706,91	
Planejamento e Orçamento	117.000,00	117.000,00	14.436,05	45.089,48	0,02	71.910,52	14.436,05	45.089,48	0,02	71.910,52	
FU04 - Administração Geral	1.832.370,00	1.857.370,00	206.685,97	757.692,82	0,27	1.099.677,18	237.237,77	752.672,89	0,33	1.104.697,11	
Administração Financeira	75.500,00	75.500,00	11.723,28	36.657,40	0,01	38.842,60	11.723,28	36.657,40	0,02	38.842,60	
Controle Interno	40.000,00	40.000,00	3.972,53	11.751,89	0,00	28.248,11	3.972,53	11.751,89	0,01	28.248,11	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	146.000,00	146.000,00	16.898,55	49.991,43	0,02	96.008,57	16.898,55	49.991,43	0,02	96.008,57	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Serviços Socioassistenciais											
Segurança e Renda											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	150.000,00	150.000,00				150.000,00				150.000,00	

Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	150.000,00	150.000,00				150.000,00				150.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	2.388.400,00	2.388.400,00	282.705,88	827.262,08	0,30	1.561.137,92	282.705,88	827.262,08	0,36	1.561.137,92	
Atenção Básica	534.000,00	534.000,00	56.808,27	169.461,25	0,06	364.538,75	56.808,27	169.461,25	0,07	364.538,75	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.265.800,00	1.265.800,00	157.013,43	452.250,54	0,16	813.549,46	157.013,43	452.250,54	0,20	813.549,46	

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
Vigilância Epidemiológica	159.600,00	159.600,00	14.793,29	43.529,74	0,02	116.070,26	14.793,29	43.529,74	0,02	116.070,26	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	389.000,00	389.000,00	54.090,89	162.020,55	0,06	226.979,45	54.090,89	162.020,55	0,07	226.979,45	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	8.749.500,00	8.779.500,00	1.168.098,07	3.432.568,38	1,23	5.346.931,62	1.168.098,07	3.432.568,38	1,51	5.346.931,62	
Ensino Fundamental	5.014.000,00	5.044.000,00	652.264,30	2.209.022,97	0,79	2.834.977,03	652.264,30	2.209.022,97	0,97	2.834.977,03	
Ensino Médio	326.500,00	326.500,00	36.612,22	79.466,07	0,03	247.033,93	36.612,22	79.466,07	0,03	247.033,93	
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	2.661.000,00	2.661.000,00	375.343,32	836.759,37	0,30	1.824.240,63	375.343,32	836.759,37	0,37	1.824.240,63	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	748.000,00	748.000,00	103.878,23	307.319,97	0,11	440.680,03	103.878,23	307.319,97	0,14	440.680,03	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											

Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	145.050,00	145.050,00	22.144,47	61.886,77	0,02	83.163,23	22.144,47	61.886,77	0,03	83.163,23	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	145.050,00	145.050,00	22.144,47	61.886,77	0,02	83.163,23	22.144,47	61.886,77	0,03	83.163,23	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	114.000,00	114.000,00	17.622,94	52.253,45	0,02	61.746,55	17.622,94	52.253,45	0,02	61.746,55	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	114.000,00	114.000,00	17.622,94	52.253,45	0,02	61.746,55	17.622,94	52.253,45	0,02	61.746,55	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											

Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	29.102.723,62	28.684.167,27	4.512.109,37	15.196.132,41	5,45	13.488.034,86	6.005.795,37	13.355.346,98	5,87	15.328.820,29	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	28.001.000,00	22.632.550,39	3.341.406,50	12.640.262,27	4,53	9.992.288,12	4.835.092,50	10.799.476,84	4,75	11.833.073,55	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	1.101.723,62	6.051.616,88	1.170.702,87	2.555.870,14	0,92	3.495.746,74	1.170.702,87	2.555.870,14	1,12	3.495.746,74	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2026
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Viviane de Souza Maia
Código Identificador:1FBAAB64